

ELCIO ALVARES

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM

À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

— 1976 —

ELCIO ALVARES

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



MENSAGEM

ENVIADA À
ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA
EM 15 DE MARÇO
DE 1977



—1976—

M
353.98152
E77 m
1977
lx. 1

ALVARO
GOV. RONDON DO ESTADO DO ESPRITO SANTO



MESSAGEM

ENVIADA A
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
EM 10/10/1954

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
2101	

154 28/11

— 1576 —

Senhor Presidente

Voltado para os mais lídimos anseios do povo capixaba, cumpro o dever de oferecer a esta Assembleia, como de praxe, as palavras que traduzem o cadenciado esforço administrativo de meu Governo, na superação permanente de obstáculos, tendo presente, apenas, o incontornável desejo de servir meu povo e ao meu Estado.

Estamos aqui mais uma vez, para cumprir as determinantes protocolares que enfeixam, no seu significado maior, os expressivos números que integram e afirmam a pujança sócio-econômica que vive este novo Estado.

Peço permissão, para nesta parte introdutória da Mensagem do Governo, fugir ao tradicional esquema de alinhamento de obras ou cifras, porque estas, na expressão literal do seu significado, compõem os anexos que completam a minha Mensagem, Secretaria por Secretaria, num painel de inegável importância para o futuro do Espírito Santo.

Quero me permitir, ainda, tão somente, encarecer aos nobres senhores deputados, o exame metódico de todos os setores da vida administrativa estadual, traduzido nos relatórios de cada Pasta, anexos a esta Mensagem, porque assim estarei mais perto de todos os ilustres representantes da vontade popular, dentro de um prisma de enfoque que, por certo, pela expressão autêntica de seu enunciado, retratarão com absoluta fidelidade a ação que eu tive a honra de comandar e que espero poder dividir, ao final de meu mandato, com todos que deram, e continuarão dando, a sua parcela de apoio à obra que estamos construindo.

Neste segundo ano de Governo, quando me apresento à esta augusta Casa de Leis, o faço com a plena convicção de que atingi as metas que me propuz realizar e que foram, dentro do I Plano de Desenvolvimento Estadual, devidamente priorizadas.

As marcas conquistadas superam as expectativas do enunciado inicial. Posso contemplar, com euforia, o caminho percorrido porque o Governo logrou realizar uma obra marcante e, na sua filosofia maior, completa e formalmente identificada com a valorização do homem, com o espraio de uma política social e humana que, mercê da análise insuspeita do sistema habitacional do país e, já agora, com o aval de técnicos do Banco Mundial, colocam o Espírito Santo na vanguarda do programa habitacional brasileiro, em termos proporcionais.

Não perdi, nem durante os momentos mais difíceis, o ideal maior de construir. Superei dificuldades, amarguei muitas vezes o sabor da lágrima furtiva, mas, com sinceridade, reafirmo a minha fé, a minha confiança e a minha disposição de luta, para vencer a desceia dos menos avisados e daqueles que ficam parados no tempo e no espaço, porque, mais otimista do que ontem, eu me identifiquei com o calor humano, com o sorriso permanente, solidário e franco das camadas mais humildes, pois não negando as nossas origens, temos sido, sobretudo, povo.

Nos mutirões do dia a dia, cuja filosofia humana logrei impor, como marco histórico, ao próprio conceito de administração, seguido pela minha valorosa equipe, iremos encontrar o talvegue entre o passado de incertezas e o futuro de amor, de carinho, de desenvolvimento e de bem estar social por inteiro.

Foi possível aprimorar, no contexto da administração, o pleito político, com as razões do desenvolvimento.

Políticos e Técnicos, com sensibilidade e espírito de despreendimento, caminharam lado a lado, dando suporte às maiores realizações do Governo no ano de 1976, tornando possível o desenvolvimento ordenado, cujo maior reflexo pode ser encontrado na presença permanente do Governo nas frentes de trabalho de urgência, no interior, no comando da política de lazer e recreação e na desaceleração do comprometimento dos grandes aglomerados urbanos, com enfoque especial na Grande Vitória.

A agricultura bateu récores em várias frentes. A eletrificação rural cumpriu o seu cronograma. A vida econômico-financeira seguiu um curso normal e os primeiros números deste ano já nos permitem a afirmação de que iremos superar as previsões, também em 1977. O setor da saúde agiu dentro das expectativas. Realizou campanhas de prevenção, vacinação em massa e atuou na área da fiscalização e da higiene, melhorando os padrões de serviço à população. A educação realizou ampla campanha de recuperação de prédios e implantação de grandes e importantes unidades, duas das quais, respectivamente, em Goiabeiras e Carapina, somam um investimento médio da ordem de 20 milhões de cruzeiros e têm suas inaugurações marcadas para este mês. O Censo Escolar está em vias de ser iniciado. A Cultura e o Bem Estar Social revelam acerto e coragem. Os Centros Sociais urbanos, o programa de lotes urbanizados e as novas áreas de lazer e recreação, bem como a implantação dos Centros de Geriatria, Educação Físico-Motora e Recuperação já foram iniciados, em Vila Velha. O programa habitacional supera a casa das 20 mil unidades até o final de 1977. A política cultural tem sido um grande destaque, aparecendo a TV Educativa como a grande meta para o corrente ano, além da criação de vários programas de recreação, lazer e valorização do patrimônio artístico, paisagístico e histórico do Estado.

O programa rodoviário mantém e dá curso às prioridades estabelecidas. A BR-101 — Concelção da Barra está sendo implantada. A Rodovia do Sol prossegue em ritmo acelerado, estando prevista a conclusão de seus mais importantes trechos ainda para este ano. As rodovias Baixo Guandu-Colatina e Afonso Claudio — BR 262 estão programadas.

O problema de abastecimento d'água, tanto na área da Grande Vitória, quanto no interior, está sendo realizado em obediência aos seus cronogramas.

A questão das pontes, preocupação permanente e indormida do meu Governo, tem sua solução devidamente equacionada. Montamos um novo cronograma e, compatibilizamos a importância de cada uma com os recursos destinados pela EBTU, pelo Governo e pelo DNER a estas duas grandes obras. Guardo a certeza de trazer de Brasília a solução definitiva sobre o início da terceira ponte e a aceleração da segunda, obras que pessoalmente considero o grande desafio proposto ao meu Governo e que contam com o desvanecedor apoio do Presidente Ernesto Geisel.

Para a confirmação plena dos propósitos do Governo, quero me permitir, oficializando um compromisso que muito dignifica a sinceridade da administração, convocar a atenção desta Nobre Casa de Leis para as 30 Metas que o Governo priorizou para 1977, muitas das quais, já nestes primeiros 45 dias de ano, carregam o sabor dos fatos consumados.

O Governo cumprirá em 1977, portanto, estas 30 prioridades:

- I — Aceleração das obras da Segunda Ponte;
- II — Início da Terceira Ponte;

- III — Construção do Instituto de Readaptação Social de Viana;
- IV — Implantação do Sistema de Transporte Aquaviário;
- V — Programa Hidro-Sanitário (Adutora Vale da Esperança) — Produção, Reservação e Distribuição;
- VI — Rodovia Baixo Guandú-Colatina (início da obra);
- VII — Rodovia Afonso Claudio-BR 262 (projeto final e possível início da obra);
- VIII — Pavimentação de Estradas Econômicas e Turísticas;
- IX — Centro de Recuperação Físico-Motora;
- X — Centro de Geriatria;
- XI — Estação Rodoviária (novo terminal de passageiros e cargas);
- XII — Criação de áreas de lazer;
- XIII — Preservação do meio ambiente;
- XIV — Humanização dos Grandes Aglomerados Urbanos;
- XV — Implantação da TV Espírito Santo;
- XVI — Implantação e inauguração da CEASA — início do programa de horto-mercado;
- XVII — Eletrificação Rural;
- XVIII — Preparação de mão-de-obra especializada;
- XIX — Ultimização da Modernização Administrativa;
- XX — Apoio à Cultura e Arte;
- XXI — Habitação (4.700 lotes urbanizados e 18.550 habitações);
- XXII — Implantação de novos projetos habitacionais (Grande Vitória-Interior);
- XXIII — Implantação de Centros Sociais Urbanos;
- XXIV — Reorganização da rede físico escolar;
- XXV — Implantação de hotéis de turismo em áreas prioritárias;
- XXVI — Implantação de Sistema Próprio de Incentivos para a Bacia do Rio São Mateus;
- XXVII — Implantação da Escola de Serviço Público;
- XXVIII — Implantação da Escola de Polícia;
- XXIX — Construção do pátio de estocagem da Ilha do Príncipe;
- XXX — Construção de Escola de 1º e 2º Graus para portuários e entrega dos primeiros 200 metros do Cais de Capuaba.

Sem me arrogar a veledade de tudo ter feito, quero, no entanto, me permitir o direito de manter a minha fé, a minha compreensão e a minha disposição de trabalho ao nível do primeiro dia de Governo. Continuo um homem comum, afinado com o vento da planície e despido de vaidade.

Envaldeço-me isto sim, com o fato de estar servindo ao meu povo. Ao meu Estado. A filosofia de um movimento restaurador dos mais caros valores nacionais. Ao Presidente Ernesto Geisel. Ao meu País, com a disposição de que tudo tenho feito para reunir mais acertos do que erros.

Desejo o julgamento dos capixabas e, antes, mesmo deste julgamento, que só a história poderá registrar, auqero a paciência e a esperança.

Eu quero muitas mãos postas agradecendo a Deus a vida que nos deu. Eu quero os olhos sem lágrimas. Eu quero sorriso nos lábios das crianças. Eu quero a mocidade comigo, participante, coerente e confiante, aliada à experiência dos que viveram mais. Eu quero o político identificado com o amanhã radioso que nos espera. Eu quero o técnico identificado com a realidade humana. Eu quero o homem do interior gratificado pelo seu esforço de semear e produzir. Eu quero o empresário consciente e aberto ao diálogo. Eu quero as forças de lideranças identificadas com as aspirações coletivas. Eu quero ser o homem simples que aprendeu a respeitar e amar seu semelhante. Eu quero, sobretudo, da soleira da porta de saída, olhar para trás, de coração aberto, mãos limpas e o peito ainda batendo de emoção, sentir a certeza de ter sido útil ao meu povo e ao meu Estado. O otimista que tenho procurado ser, como homem e como Governador, talvez encontre nesse dia a compreensão e o aplauso dos que aprenderam a confiar no futuro deste Estado e deste País...

Finalizando, cabe-me num preito de reconhecida oportunidade, registrar um caloroso agradecimento à equipe do Governo, aos homens que lideram e conduzem o meu Partido, a ARENA, cujo apoio e solidariedade estão penamente recompensados pelos expressivos resultados das últimas eleições, aos Senhores Deputados, aos demais Poderes Constituídos, pela sempre crescente confiança que foi tributada ao meu Governo. A imprensa, mola propulsora na formação da opinião pública, reitero a confiança do compromisso à verdade, sendo mais do que valorosa na crítica construtiva e independente.

Com especial destaque, não poderia deixar de registrar o meu permanente agradecimento ao Governo Federal pelo apoio decisivo que tem emprestado aos grandes projetos estaduais.

Ao Presidente Ernesto Geisel, figura de estadista, e, ao seu Ministério, levo um agradecimento muito especial do Governo, que em nome do povo espírito-santense, reconhece ter sido o apoio recebido uma condicionante histórica para o atual processo capixaba de desenvolvimento.

Esperando ter reafirmado perante esta nobre Casa de Leis os propósitos do Governo, renovo a minha convocação cívica para um novo período de administração, colocando nas mãos de V. Exa. e seus dignos Pares, no contexto dos Anexos, o retrato das atividades desenvolvidas em 1976, em todos os setores da administração estadual.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Exa. e aos Ilustres Senhores Deputados, os protestos de minha elevado consideração e apreço.

Atenciosamente,

ELCIO ALVARES
GOVERNADOR DO ESTADO

Tal como ocorreu em todas as demais áreas do Poder Executivo, a Casa Civil tomou novas dimensões com a modernização administrativa estabelecida na Lei nº 8043, de 31 de dezembro de 1975, racionalizando-se, simplificando-se métodos e procedimentos advindo, consequentemente, maior e melhor produção de serviços.

No desempenho de sua atribuição de assessoramento geral ao Governador do Estado, quer através da ação pessoal do Secretário-Chefe da Casa Civil, ao desincumbir-se dos encargos de ordem administrativa, ora superintendendo a execução das tarefas e avaliando seus resultados, ora nas audiências a autoridades dos poderes públicos e a agentes de negócios dos setores privados, quer por intermédio de seus órgãos integrantes posicionados em nível de execução programática, a Casa Civil funcionou satisfatoriamente, cumprindo, sem qualquer restrição, sua finalidade precípua, não obstante ter sido o ano de 1976 o da implantação da reforma, da reorganização da reestruturação, quando, ao contrário do que comumente ocorre, pouco se onerou o orçamento de custeio, já que o Quadro de Pessoal, em termos de quantidade, praticamente não se modificou.

Vultoso número de processos, cuidando dos mais variados assuntos, é diariamente submetido a despacho do Chefe do Executivo, a grande maioria dos quais procedente das demais Secretarias de Estado e de órgãos descentralizados. Antes, entanto, dessa fase final de tramitação, análise rigorosa pesquisa, sob os mais variados aspectos, a matéria de que cuidam os expedientes, com a finalidade de propiciar decisão adequada.

No ano que se findou cerca de 5.228 processos passaram pelo crivo da Subchefia para Análise e Triagem do Expediente, volume que bem atesta, expressivamente, a importância desse setor, na área de assessoramento governamental.

Nos termos da Constituição Estadual tomou o Governador do Estado a iniciativa de propor à Assembleia Legislativa inúmeros Projetos de Leis, cujas Mensagens, em sua quase totalidade, foram elaboradas pelo órgão específico da Casa Civil.

Ao todo no decorrer de 1976, foram submetidos à apreciação legislativa 51 mensagens, das quais 39 acompanhando Projetos de lei. No demonstrativo que se segue se vêem com pormenores, o nº das mensagens, o objeto das proposições, o nº das Leis e dos Decretos Legislativos em que elas se transformaram, as que não foram aprovadas e as vetadas.

Nº da Mensagem — OBJETO DA MENSAGEM — Nº da Lei ou do Dec. Leg.

1 — Considera o Mun. de Guarapari estância hidro-mineral.

2 — Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 3.225.000,00, destinado à integralização do capital subscrito pelo Estado na CERMAE e à manutenção do Instituto Estadual de Florestas. Lei nº 3047 *

3 — Desarquivamento da Mensagem nº 64-75, na qual fora proposta a reestruturação dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas. Lei nº 3063

4 — Desarquivamento da Mensagem nº 53/75, na qual se dispunha sobre a fiscalização financeira e orçamentária do Estado pela Assembleia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas. Lei nº 3045 *

5 — Encaminhando Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais de Vitória — Vila Velha — Cariacica — Serra e Viana, com vistas à promoção do desenvolvimento integrado da aglomeração urbana da Grande Vitória. Decreto Legislativo nº 2-76

6 — Autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo externo no valor de US\$ 50.000.000,00, destinado à construção da 3a. ponte de Vitória ao continente e à montagem do sistema viário do Complexo Para-Químico de Aracruz. Lei nº 3056 *

7 — Autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Florestal e a Reserva Biológica Estadual — Mestre Alvaro. Lei nº 3075 *

8 — Transforma os cargos de Assistente Jurídico em cargos de Procurador do Estado. Lei nº 3053 *

9 — Autoriza o Poder Executivo a substituir por caução ou fiança a condição resolutive prevista na Lei nº 2589-71, para alienação da Estação Sericícola de Varagem Alta. Lei nº 3055 *

10 — Institui regime especial de trabalho para algumas categorias de servidores. Lei nº 3052 *

11 — Eleva padrão de vencimento de diversos cargos de nível superior. Lei nº 3058 *

12 — Cria Grupo de Assessoramento superior. Lei nº 3051 *

13 — Eleva em Cr\$ 400.000.000,00 o limite das operações de crédito fixado no Art. 7 da Lei Orçamentária vigente. Lei nº 3057 *

14 — Dá direito a policiais militares receberem diárias quando matriculados em cursos de outras corporações militares. Lei nº 3070 *

15 — Encaminha Prestação de contas do Governo referente ao exercício de 1975, Dec. Legis. nº 5-75

16 — Eleva de 40% proventos de serventários da Justiça e pensões de pensionistas a cargo de Estado. Lei nº 3064 *

17 — Institui o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo — FUNDES, destinado a apoiar, financiamento, a implantação de projetos e programas prioritários em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e Social do Estado. Lei nº 3062 *

18 — Autoriza o Poder Executivo a elevar o Capital social da CESAN, até o limite de Cr\$ 28.000.000,00 e o valor das operações de crédito fixado na Lei 3022-75, em Cr\$ 61.000.000,00. Lei nº 3060 *

19 — Desarquivamento da Mensagem nº 60 de 1.10.74 (Operação imobiliária com Carlos Larica).

20 — Altera dispositivos da Lei nº 2999-75 que autorizou o Poder Executivo a elevar a participação acionária no BANDES até o limite de Cr\$ 79.000.000,00 e o valor das operações de crédito fixado na Lei nº 2946-74, em 66.750.000,00. Lei nº 3061 *

21 — Estabelece gratificação de representação a policiais militares à disposição da Casa Militar da Governadoria. Lei nº 3071 *

22 — Autoriza o Poder Executivo a doar à COHABES o domínio de uma área de terras, na cidade de São Mateus. Lei nº 3088 *

23 — Altera dispositivo da Lei 2760-73 (Organização Municipal) dilatando prazo para apresentação do Projeto de Orçamento anual.

24 — Emenda à Constituição Estadual estabelecendo novo prazo para remessa da proposta orçamentária à Assembleia Legislativa.

25 — Veto total ao Projeto de Lei que reestrutura a Secretaria da Assembleia Legislativa, cria a reclassificação de cargos.

26 — Eleva vencimentos e gratificações do pessoal da Polícia Militar e considera incorporável a gratificação de Funções Policial Militar. Lei nº 3068 *

27 — Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 600.000,00 destinado à aquisição de equipamentos para o Aeroporto de Goiabeiras. Lei nº 3069 *

28 — Restabelece situação funcional do pessoal da extinta E.F. Itapemirim e os inclui no Quadro Suplementar. Lei nº 3077 *

29 — Veto parcial ao Projeto de Lei que se transformou na Lei nº 3063-76.

30 — Altera a Lei Orgânica do Ministério Público e eleva vencimentos de alguns cargos da Secretaria da Procuradoria da Justiça. Lei nº 3078 *

31 — Veto parcial ao Projeto de Lei que se transformou na Lei nº 3064-76.

32 — Veto parcial ao Projeto de Lei que se transformou na Lei nº 3075-76.

33 — Convênio firmado pelo Estado e o Mun. de Vila Velha, com vistas à realização conjunta de serviços e obras públicas na área daquele município. Dec. Legisl. 3-76.

34 — Projeto do Orçamento Plurianual de investimentos para o triênio 1977-79. Lei nº 3101 *

35 — Projeto do Orçamento anual para o exercício de 1977. Lei nº 3092 *

36 — Veto parcial ao Projeto de Lei que se transformou na Lei nº 3078-76.

37 — Eleva vencimentos da Magistratura e dos cargos de Secretários de Estado, Procurador Geral da Justiça, Procurador Geral do Estado, Chefe da Casa Civil, Chefe da Casa Militar e Consultor Geral do Estado e cria gratificação de representação para os membros do Poder Judiciário e Conselheiros do Tribunal de Contas. Lei nº 3083 *

38 — Atualiza o Sistema Estadual de Ensino. Lei nº 3094 *

39 — Aditamento firmado em 6.10.76 ao Convênio celebrado pelos Estados do Espírito Santo e Bahia em 22.4.1926 Dec. Legisl. 4-76

40 — Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 250.000,00 para realizar obras no Edifício das Repartições Públicas. Lei nº 3097 *

41 — Dispensa os servidores públicos estaduais de prestação de fiança. Lei nº 3098 *

42 — Eleva vencimentos dos membros do Ministério Público e lhes atribui gratificação de representação mensal. Lei nº 3084 *

43 — Emenda ao Projeto de Lei enviado com a Mensagem nº 33-76, estendendo aos aposentados em cargos de Secretário de Estado e outros de igual nível, a gratificação de representação criada pela Lei nº 2989-75.

44 — Emendas ao Projeto de Orçamento para 1977, autorizando o Poder Executivo a alterar e transpor do-

tações das unidades orçamentárias, a fim de possibilitar a modernização administrativa e a operacionalização do FUNDES e alterando redação de anexos.

45 — Estabelece nível mínimo de provento de aposentado, de vencimento dos funcionários em disponibilidade e de pensões concedidas pelo Poder Executivo. Lei nº 3100 *

46 — Altera redação de dispositivos da Lei nº 2820-73, que dispõe sobre participação do Estado do PJANHAP. Lei nº 3096 *

47 — Autoriza o Poder Executivo a alienar ao BANESTES ou à SEGES, imóveis situados na capital do Estado de São Paulo.

48 — Fixa novas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Lei nº 3095 *

49 — Autoriza o Poder Executivo a doar à União Federal áreas de terras onde funciona a Estação Meteorológica, nesta Capital. Lei nº 3099 *

50 — Emenda ao Projeto de Lei que se transformou na Lei nº 3099.

51 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 destinado à aquisição de terreno e edifício onde funciona estabelecimento particular de ensino, no Município de Cariacica.

Segundo os preceitos consubstanciados na regulamentação baixada com o Decreto nº 825-N, de 23.4.1976, a atividade deste setor não se cingiu, apenas, à redação de mensagens e projetos de lei à Colenda Casa Legislativa Estadual, mas registrou, também, através das publicações das atas das Sessões no Diário do Poder Legislativo, a apresentação de proposições de autoria dos Senhores Deputados, a fim de, antecipadamente, averiguar sua oportunidade, conveniência, interesse público e constitucionalidade na hipótese de serem aprovados propiciando, assim, aos órgãos governamentais, um prazo mais dilatado para sugerir ao Governador a sanção, o veto parcial ou total ou o escoamento da quinzena, nos termos do § 2º do art. 47 da Constituição.

Dos 68 Projetos de Lei que receberam aprovação legislativa, 52 foram sancionados, 1 totalmente vetado, 4 vetados parcialmente, 11 promulgados pelo Presidente da Assembleia e 1, a Proposta Orçamentária para 1977, promulgado pelo Governador, nos termos do art. 54, in fine, da Constituição Estadual, já que até 30 de novembro não havia sido devolvido ao Executivo.

Dentre os Projetos enviados pelo Governador e não aprovados pelo Legislativo estava o da Emenda Constitucional que cogitava de fixar um novo prazo para a remessa da proposta orçamentária, pois o atual, constante do art. 54 da nossa Carta Política, impede a incorporação dos valores exatos advindos do Governo Federal por transferência de parte de sua receita, com evidente prejuízo para a programação e a execução orçamentária do Estado.

Apenas um único Projeto de Lei sofreu veto total, pois cuidava de reestruturar os serviços da Secretaria da Assembleia Legislativa, criar e reclassificar cargos, de que decorreria vultoso aumento da despesa. Não obstante, a matéria mereceu novo estudo e a proposta, agora em termos ~~vultosos~~ onerosos transformou-se na Lei nº 3076, de 10.8.1976, promulgada segundo o disposto no § 5º, art. 47, do diploma constitucional do Estado.

Quanto aos vetos parciais, incidiram eles sobre os projetos que se transformaram nas leis nº 3063, 3064, 3075 e 3078, que dispõem, respectivamente, acerca da reestruturação dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas; elevação de 40% dos proventos dos serventuários da Jus-

tiça e pensões a cargo do Estado: criação do Parque Florestal e Reserva Biológica Estadual Mestre Alvaro e finalmente, alteração da Lei Orgânica do Ministério Público.

Conquanto se trate de proposição da competência exclusiva da Assembleia Legislativa, merece destaque e especial referência pela repercussão alcançada, o Decreto Legislativo nº 1, de 3 de maio de 1976, mediante o qual foi determinada a consulta plebicitária às populações de Vitória e Vila Velha, a fim de se efetivar ou não a fusão dos dois municípios.

Os demais atos dessa espécie, de nºs 2 e 3 aprovaram Convênios entre o Estado e municípios; os de nºs 4 e 5, o aditamento ao Convênio de limites com o Estado da Bahia e as contas do Governador, referentes ao exercício financeiro de 1975, respectivamente.

No uso de sua competência privativa que o art. 71, item IV da Constituição lhe atribui, o Governador expediu Decretos N de nºs 780 a 947 e Decretos E de nºs 1274 a 1437, com vistas a dar regulamentação às leis cuja fiel execução requer essa complementação.

Quase em sua totalidade foram esses atos governamentais examinados na Subchefia para Elaboração Legislativa, onde grande parte recebeu emendas ou completa reformulação a fim de torná-los capazes de alcançar os objetivos a que se propunham.

Também junto da modernização administrativa estabelecida na Lei 3043/75, procurou a Subchefia para Coordenação dos Melos Administrativos detectar quais as áreas que careciam ação imediata.

A agilização processual foi obtida com a emissão da Portaria nº 01-N de 20 de maio de 1976, que delegou competência ao órgão para autorizar pagamentos e emissão de notas de empenho até o limite de dez salários mínimos regionais, atribuição que dá origem à constituição da grande maioria de seus processos. E ainda de sua responsabilidade a solução de todos os problemas relativos a pessoal da Casa Civil e Governadoria.

A estipulação do horário integral de funcionamento da repartição, de 8,30 as 19,30 horas, ininterruptamente, colaborou também para tramitação mais rápida dos processos.

A colocação de placas indicativas dos diversos setores da Casa Civil facilitou grandemente à clientela desse setor governamental, além de orientá-la quanto à nova nomenclatura estabelecida.

Para agilizar as comunicações e desafogar as exíguas acomodações de que dispunha, foi providenciada a instalação de 5 novos ramais telefônicos e alugada parte do prédio vizinho onde passou a funcionar a Contadoria Setorial.

Cuidou-se, também da melhoria das condições de trabalho dos funcionários e renovação de algumas peças do mobiliário com a aquisição de mesas, cadeiras, máquinas e armários e ainda da renovação dos uniformes do pessoal subalterno.

No campo de pessoal, suprimiram-se as lacunas existentes, com o preenchimento dos cargos que se encontravam vagos e cuja nomeação se fazia realmente necessária. Na Contadoria Setorial, a contratação de cessatários com base na portaria 1.002 do Ministério do Trabalho foi a solução que melhor atendeu as necessidades do momento, além de cooperar com os universitários na sua complementação educacional.

A fim de que não sofresse solução de continuidade, todos os contratos relativos a limpeza do Palácio, manutenção e conservação de aparelhos de ar refrigerado, telefones e locação de imóveis foram renovados, assegurando-se, assim, os serviços de apoio indispensáveis ao pleno funcionamento e desempenho das atividades da Casa Civil.

Dentro da estrutura também gerada pela modernização administrativa (Lei nº 3.043 de 31.12.1975) foi criada a subchefia de Relações com a Assembleia Legis-

lativa e com os Prefeitos, modulada dentro de uma filosofia de atendimentos aos problemas de caráter administrativo estreitamente vinculados à representação legislativa e aos municípios, sem falar no suporte de assessoria direta e especial à Chefe da Casa Civil e, indiretamente, ao Governador e demais setores da administração pública.

Dimensionada para atuar dentro da nova filosofia da administração, executou em curto período, como principal atividade, a conscientização dos Prefeitos, contribuindo, em estreita consonância com as diretrizes do Departamento de Articulação com os Municípios, no âmbito da Secretaria do Planejamento, para uma perfeita integração de objetivos, racionalizando as relações entre o Poder Executivo e as Prefeituras.

Deu, por outro lado, suporte de atendimento imediato aos problemas e questões trazidas ao exame da administração pelos senhores Deputados, agilizando o processo de inter-relacionamento administrativo e político.

Enfrentando, como de resto outros setores da própria Casa Civil, o problema de ausência de espaço físico para ampliação de seu suporte administrativo e técnico, esta Subchefia procurou dentro da realidade, cumprir com absoluta pontualidade e excepcional cortesia e preocupação todas as variadas e importantes tarefas que lhe foram creditadas.

ADMINISTRAÇÃO DO PALÁCIO E DAS RESIDÊNCIAS OFICIAIS

— 1976 —

A medida que o organismo estatal se amplia e avoluma para que possa atender as imposições do desenvolvimento crescente dos serviços públicos, também os meios de apoio, as funções auxiliares estruturam-se em novos órgãos mais aperfeiçoados, dotados de instrumental em condições de prover a todas as necessidades e exigências que surjam diligente e rapidamente, de modo que as funções reservadas a níveis mais elevados ou posicionados em setores de atividades substantivas não sofram em qualidade e/ou volume.

Foi esse o propósito que orientou a reorganização da APR., graças à qual nenhum empecilho impossibilitou ou sequer dificultou a realização de qualquer trabalho ou o pleno uso do Palácio Anchieta e das residências governamentais da Praia da Costa e de Santa Teresa, nas quais se realizaram diversos serviços, não apenas de reparos, recuperação e restauração mas também complementares, adicionais e de ampliação.

CASA MILITAR

Conquanto as atividades da Casa Militar, sob certo aspecto, recebam influência e orientação direta e imediata do Governador, para efeito de registro, quer administrativo ou histórico, devem ser relatados os fatos mais marcantes nos quais este órgão atuou no decorrer de 1976.

1º) — **MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:** — A luz das disposições contidas na Lei nº 3.043, de 31.12.75, tivemos que elaborar a regulamentação da Casa Militar, adequando-a ao novo sistema de dinâmica previsto na referida Lei, providência que adotamos em tempo relativamente curto, razão pela qual já funcionamos dentro da nova sistemática, sendo poucos os cargos criados que ainda não foram providos, e isto por não ter sido possível arregimentar pessoal com os requisitos básicos exigidos pela referida legislação. Vale afirmar que a citada reforma trouxe inegável benefícios para a estrutura administrativa da Casa Militar;

2º) — **RECURSOS HUMANOS:** — A par das condicionantes insertas na Lei de Modernização Administrati-

va ou em decorrência de suas próprias disposições, uma parte dos recursos humanos previstos para a Casa Militar deve ser arregimentada na Polícia Militar Estadual. Se não houve maiores problemas para adequar esta Unidade Administrativa em termos de pessoal civil, já o mesmo não podemos afirmar com relação à Polícia Militar, pro avelmente por não contar a Corporação com um efetivo capaz de atender a todas as exigências que o surto de desenvolvimento sócio-econômico do Estado vem criando. Apesar de tais dificuldades, estamos empenhados na montagem de um esquema mínimo de segurança, tanto administrativa quanto militar, esquema este absolutamente despretencioso, e para o qual precisamos arregimentar novos policiais (Oficiais e Praças), para reciclagem do sistema de Segurança, propriamente dito, e de Transportes, e ainda para melhor cobrir o Setor de Ajudância de Ordens, já que teremos que substituir os Oficiais ali empregados, por motivos de estudo, ou reforçar o Setor, para propiciar o revezamento previsto na política econômica de combustível/melhoria de tráfego. Problemas disciplinares de certa gravidade nos obrigam, igualmente, a solicitar a imediata substituição de alguns motoristas cujo procedimento atinge ao momento uma faixa que, ao longo de toda uma vida funcional bastante dinâmica, aprendemos com absoluta certeza não deve ser ultrapassada. Com relação às Guardas Militares, do Palácio Anchieta e Residências Oficiais de Santa Teresa e Praia da Costa esclarecemos:

a) — Palácio Anchieta: ainda não conseguimos a tão desesperadamente perseguida "Guarda-Fixa", mas conseguimos o local, providenciamos o projeto, já empenhado, e deveremos logo iniciar as obras para montar o alojamento desse corpo cujos componentes a Polícia Militar nos prometeu fornecer, tão logo tenhamos pronto o referido alojamento;

b) — Santa Teresa: Tendo concluído a ampliação do alojamento ali existente, majoramos de três para nove o contingente da Guarda Militar ali destacada passando aquele próprio estadual a ter cobertura policial durante as 24 horas do dia;

c) — Praia da Costa: Motivos disciplinares, caracterizados por faltas diversas e continuadas, determinaram a integral substituição do contingente militar que ali se achava destacado, inclusive, proximamente, a do Chefe do Setor de Segurança a quem cabe a responsabilidade pelo mau desempenho da guarda.

REPRESENTAÇÕES: — Salvo raras exceções, quando outros Secretários de Estado receberam designação especial, a Casa Militar, pelo seu Secretário Chefe ou um de seus propositos imediatos, representou o Governador do Estado em todas as solenidades oficiais a que Sua Excelência não pode comparecer pessoalmente.

VIAGENS: — Em todas as viagens empreendidas pelo Chefe do Executivo Estadual, quer nos limites do território do Estado ou a outras Unidades da Federação, a Casa Militar esteve presente, representada, quase sempre, pelo seu Secretário Chefe.

RECEPÇÕES: — No cumprimento de determinações emanadas do Governador do Estado, todas as autoridades que, em caráter oficial, visitarem o Estado foram recebidas pela Casa Militar, segundo uma programação resultante de providências previstas na faixa de suas atribuições. E de destacar-se, neste capítulo das atividades deste órgão, a recepção proporcionada ao mais alto dignitário da Nação, o Senhor Presidente Ernesto Geisel, que, com sua esposa e acompanhado de comitiva, esteve nesta Capital da tarde do dia 10 à tarde do dia 11 de junho de 1976.

TELECOMUNICAÇÕES: — A cargo da Casa Militar, o Sistema de Telecomunicações da Governadoria do Estado funcionou, durante todo o exercício de 1976, sem qualquer solução de continuidade. Qualquer pane porventura verificada, em qualquer dos setores, foi prontamente corrigida. O Sistema de Telegrafia (CW), o de

Telex, o de Rádio em VHF e o próprio PBX, tiveram todos plena assistência funcionando a contento, dentro, obviamente, das limitações de cada um. Por isso mesmo, à vista destas limitações verificadas no PBX, por ser obsoleto e ter reduzido número de canais, no Telex pela falta de u'a máquina gravadora de fitas e, finalmente o rádio VHF, por estar interligado a todo o sistema de comunicações da SSP, com os inconvenientes de congestionamento de tráfego e enorme limitação de sigilo das mensagens, desenvolvemos as seguintes atividades;

a) — **TELEX** — Adquirimos u'a máquina Tele-impressora, modelo TE-315, Olivetti, toda equipada, pelo preço de Cr\$ 54.388,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos e oitenta e oito cruzeiros), incluído nesse valor o preço da instalação e manutenção pelo prazo de um ano. Tal equipamento vai permitir uma significativa melhoria na performance do Setor, já que as mensagens serão gravadas antecipadamente, corrigidos possíveis erros, e transmitidas, assim, com absoluta correção e muito maior velocidade;

b) — **PABX** — Atendendo a programação para o ano de 76, onde fizemos consignar a imprescindível presença de suporte orçamentário, adquirimos um moderno sistema de PABX, estando as dependências já prontas, as ramificações sendo concluídas e o próprio sistema para ser instalado dentro em breve;

c) — **RADIO EM VHF** — Face à manifesta vulnerabilidade do sistema, com vistas ao mínimo de sigilo em torno das mensagens transmitidas, já que o nosso sistema é o mesmo de toda a rede da Secretaria de Estado da Segurança Pública, programamos para o exercício de 1977 a montagem de um novo sistema que será manipulado exclusivamente pela Governadoria (Gabinete do Governador, Casa Civil e Militar). Foi previsto no orçamento já em vigor o suporte orçamentário compatível com a montagem deste novo sistema.

OBRAS DIVERSAS: — A Casa Militar, na forma da previsão para o exercício de 1976, concluiu as obras do alojamento da Guarda Militar da Residência de Santa Teresa. Concluiu, também, as obras de reforma do Gabinete da Chefia e Subchefia da Casa Militar.

MATERIAL: — Durante o exercício de 1976, a Casa Militar adquiriu uma gama enorme de materiais de natureza permanente valendo ressaltar, como fazemos a seguir, apenas o mais importante:

a) — 1 (uma) máquina de calcular portátil, Philco, M-850;

b) — 1 (um) gravador National, mod. Rq-309 AS.

c) — 1 (uma) máquina somadora Elétrica, Burroughs — J-1000;

d) — 1 (uma) máquina Elétrica de Escrever Olivetti, Teke 4, carro 46, tipo diploma;

e) — 1 (um) Intercomunicador National, Mod. VL-209, para 24 ramais, com 45 metros de cabo;

f) — 1 (uma) máquina Tele impressora, Mod. TE-315, Olivetti, toda equipada;

g) — 1 (um) PABX (Sistema Completo) Ard. 501-20/120/10 Inicial e 40/720/20, final;

h) — 1 (um) Dodge Dart de luxo, 6 cilindros, cor preta, equipado;

i) — 1 (um) Chevrolet Opala, Sedan, Mod. 15N19-E, 4 cilindros, 90CV, 4.500 RPM, 4 marchas, equipado;

j) — Material de alojamento, os mais diversos, para provimento das necessidades das Guardas Militares (Palácio Anchieta, Praia da Costa e Santa Teresa);

k) — Material de Escritório, os mais diversos, para provimento dos Gabinetes da Chefia, Subchefia e demais repartições da Casa Militar;

l) — Acessórios, os mais diversos, para provimento das necessidades do Setor de Transporte da Casa Militar.

OBSERVAÇÃO: — A aquisição de todo o material acima relacionado demandou recursos da ordem de Cr\$

607.082,19 (Seiscentos e sete mil, oitenta e dois cruzelros e dezenove centavos).

Para o exercício de 1977 dentro de nossa programação a nível dos recursos orçamentários previstos, pretendemos desenvolver as seguintes atividades:

a) — montar o novo sistema Rádio, em VHF, com circuito restrito à Governadoria do Estado;

b) — montar o alojamento da Guarda Militar Fixa, no Palácio Anchieta, já que todo o planejamento foi feito e já foram, inclusive, liberados os recursos orçamentários;

c) — reformar o alojamento da Guarda Militar da Residência Oficial da Praia da Costa;

d) — reforçar o efetivo da Guarda Militar da Residência Oficial da Praia da Costa, já que a segurança daquele próprio é sobretudo prejudicada pelo reduzido efetivo ali destacado, sendo que a substituição do pessoal, recentemente processada, conforme aprovação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, não ocorreu com a majoração de efetivo determinada no expediente respectivo.

e) — deixam de ser feitas previsões para o setor de transporte, inobstante a previsão de recursos orçamentários para tal, tendo em vista a política de contenção de despesas com aquisições de viaturas a combustíveis.

CONCLUSÕES:

Apesar de ser a Casa Militar, com toda certeza, uma das Secretarias que conta com menores recursos orçamentários e tenha sua dinâmica de atribuições praticamente adstrita a uma permanente assistência ao Gabinete do Senhor Governador, nem por isso deixou ela de procurar levar a efeito o desenvolvimento de algumas atividades autônomas para ajudar a mecânica administrativa estadual, eis porque, coordenando o problema de telecomunicações tem, sistematicamente, junto à TELEST, desenvolvido todas as demarches necessárias à solução do problema de telefones relativo a todas as Secretarias. De igual forma, coordenando a remessa diária de MALOTES, para o Rio de Janeiro e Brasília, nunca faltamos com a colaboração a qualquer órgão da administração direta ou indireta que nos procure. Idêntico procedimento adotamos com relação aos sistemas de radiotelegrafia e TELEX.

É evidente que, face a suas responsabilidades legais, a Casa Militar tenha sua atenção voltada em muito maior escala para os problemas atinentes à figura do Governador e seus familiares, mas, nem por isso, temos olvidado a obrigação de emprestar, na medida de nossas disponibilidades, toda a colaboração ao esforço comum dos demais setores governamentais. Desejamos por esse motivo, que o corrente exercício nos permita, pelo menos, a mesma desenvoltura daquele que se espelha no presente RELATÓRIO.

CONSULTORIA GERAL DO ESTADO

Mesmo carente de pessoal (administrativo e técnico) a Consultoria continuou a desempenhar com eficiência seus misteres, quer no exame de problemas jurídicos submetidos a sua audiência pelo Governador do Estado, quer no assessoramento às várias Secretarias de Estado. Em alguns casos, embora fora de suas atribuições, a Consultoria colaborou com Prefeituras do interior e órgãos da administração indireta, no deslinde de controvérsias da área do Direito.

Entre os pareceres prolatados pelo Consultor Geral merecem destaque o que examinou problemas ligados à remuneração de vereadores, o que apreciou projeto destinado à transformação do Município de Guarapar, em estância hidro-mineral e o que, contrariando pretensão da Federação das Indústrias do E. E. Santo, recomendou mantivessem os órgãos da administração liberdade

na escolha de formas de garantia para licitações e contratos de obras.

Em 3 (três) Mandados de Segurança redigiu as informações prestadas pelo Governador do Estado, remetendo cópias à Procuradoria Geral do Estado, para oportuno uso na defesa do interesse do Estado.

Se bem que destinada a desaparecer, proximamente, já que a Lei nº 3043, de 31.12.1975, prevê a absorção de suas atribuições pela Procuradoria Geral do Estado, todos os Procuradores de 3ª categoria que prestam assistência aos vários órgãos da Administração centralizada estiveram, no decorrer de 1976, à disposição da Consultoria, sem, no entanto, se desviar dos seus misteres normais.

Durante o ano de 1976, além de minutas de duas escrituras, foram emitidos, pela Consultoria Geral, para apreciação do Chefe do Poder Executivo, 50 (cinquenta) pronunciamentos sobre problemas jurídicos, não incluídos, obviamente, nesse total os prolatados, pelos Procuradores, nas Secretarias em que trabalham e aqueles cujos destinatários foram Prefeitos e dirigentes da administração indireta.

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Órgão da administração direta, com "status", deveres e prerrogativas da Secretaria de Estado (Lei nº 3.043, de 31.12.75, art. 16), vinculado ao Gabinete do Governador do Estado, e regido pela Lei nº 2.868, de 22.1.74, completamentada pela Lei n. 3.078, de 15.9.76, que, em seus oito (8) Títulos, além das graduações institucionais da carreira, com a discriminação do posicionamento e dos comêtidos a cada um de seus componenamento e dos deveres cometidos a cada um de seus componentes, e o enfoque, ainda, de várias seções com tarefas setoriais específicas para os serviços administrativos que, com integral subordinação ao Gabinete do Procurador Geral da Justiça, estão sob orientação e controle permanente da Secretaria que é o órgão de administração geral da instituição, constitui-se o MINISTÉRIO PÚBLICO de:

- a) — 1 (um) Procurador Geral;
- b) — 7 (sete) Procuradores da Justiça;
- c) — 63 (sessenta e três) Promotores de Justiça; e
- d) — (treze) Promotores Substutos.

Incumbe ao Ministério Público, como ponto basico de sua atuação, velar pela fiscalização da lei e promover a defesa da sociedade.

Ao agasalho desses dois fundamentos basilares se estende uma série de atribuições, visto que, instituição que é encarregada de zelar pela ordem e pelo cumprimento da lei, dentre outras atribuições, compete-lhe a promoção da ação penal; o patrocínio dos direitos dos incapazes; a promoção das ações cíveis que se destinam à execução e observância das leis de ordem pública, observados os termos da lei processual; uso dos recursos legais nos feitos em que lhe couber principal participação, condicionadas, como se disse, a execução com prevalência das leis de ordem pública; fiscalização de execução da Constituição, das leis e dos atos emanados dos poderes públicos; zelo fiel no que tange à aplicabilidade das normas processuais, evitando despesas superfluas, omissão de formalidades legais e morosidade dos processos; exercício de função no processo eleitoral e outras atribuições que por leis especiais lhe foram cometida.

PROCURADORES DA JUSTIÇA

Compondo-se o quadro de Procuradores da Justiça em número de sete (7) membros, definem-se as atribuições dos mesmos da seguinte maneira:

- a) — três (3) Procuradores da Justiça com função permanente junto às 1ª, 2ª e 3ª Turmas do Egrégio Tribunal de Justiça;
- b) — (1) Procurador da Justiça com a função de Corregedor do Ministério Público, por via de eleição procedida pelo Conselho Superior do Órgão, pelo período de um (1) ano;
- c) — um (1) Procurador da Justiça com função de assessoria ao Gabinete, para o exame específico dos assuntos administrativos do Poder Judiciários; e
- d) — dois (2) Procuradores da Justiça com função de assessoria junto ao Gabinete nos processos contenciosos.

Saliente-se, de logo, que dos Procuradores da Justiça mencionados no item "d", um se encontra à disposição da Comissão Geral de Investigações (CGI) do Estado do Espírito Santo e o segundo no exercício do cargo, em comissão, de Procurador Geral da Justiça, desde abril de 1975.

De outra forma, há que se destacar o trabalho realizado pelos Procuradores da Justiça, em todo o curso do exercício findo, quando os mesmos, tanto os que exerceram suas funções junto às Turmas do Egrégio Tribunal de Justiça, como os que militaram em outros setores de atividades inerentes ao cargo, deram o melhor de sua contribuição, inclusive colaborando em outros setores da Administração Estadual, com presença sempre marcante que se efetivou através de pronunciamentos e sustentações tomadas permanentemente como exatos e indispensáveis subsídios de que não raro se valeu o Poder Judiciário para fundamentação de suas douras decisões.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão de deliberação coletiva e tem por finalidade a administração da Instituição. É constituído pelo Procurador Geral da Justiça, que exerce as funções de Presidente do colegiado;

dos Procuradores da Justiça, atualmente, em número de cinco (5).

No decorrer do ano foram realizadas, ao todo, trinta (30) sessões, sendo estudado e apreciado grande número de processos e solucionado assuntos de relevantes interesse da classe.

Foram baixadas sessenta e quatro (64) resoluções, dentre as quais, destacam-se:

- 23 de Renovação, inclusive 4 por permuta
- 6 de Promoção por merecimento
- 6 de Promoção por antiguidade
- 6 acerca de correções.

CONCURSO PARA INGRESSO NO QUADRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Para preenchimento de seis (6) vagas de Promotor Substituto existentes no Quadro do Ministério Público foram, pelo Conselho Superior do M. P., baixados os Ed. tais n.ºs 1 e 2 (Regulamento e Programa) publicados no "Diário Oficial" de 9.12.76, cujo prazo encerrou-se no dia 7.2.77.

Grande tem sido a afluência de candidatos, não só deste, como de outros Estados de nossa federação, em especial do Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, todos entusiasmados em abraçar a nobre carreira de Promotor de Justiça.

CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Planejada, embora, a realização de correções em todas as comarcas do interior, lamentavelmente tal obje-

tivo não pode ser concretizado, dada a exiguidade de tempo.

Inobstante isso, o Corregedor do Ministério Público fez companhia ao Desembargador Corregedor Geral da Justiça, participando de maneira atuante das correções nas comarcas de ANCHIETA, AFONSO CLAUDIO, ALFREDO CHAVES, IUNA, MONTANHA, MUCURICI, SANTA LEOPOLDINA.

Na forma do art. 18, § 3º da Lei 2868, de 25.1.74 e por decisão do Egrégio Conselho Superior, foram procedidas sete (7) sindicâncias, todas elas, minudentemente relatadas e com conclusões, através de votos do Corregedor e apreciados pelo mesmo Órgão Superior com pronunciamento de seus Conselheiros, estando esses processos findos e arquivados.

PROMOTORES DE JUSTIÇA E PROMOTORES SUBSTITUTOS

É a seguinte distribuição dos setenta e seis (76) membros do Ministério Público:

- I — vinte e sete (27) Promotores de Justiça de 3ª entrância;
- II — dezessete (17) Promotores de Justiça de 2ª entrância;
- III — dezenove (19) Promotores de Justiça de 1ª entrância; e
- IV — treze (13) Promotores Substitutos, estando os do item I à exceção de três (3) Promotores de Justiça Substituto da Capital, com exercício:
 - a) — onze (11) nas Varas de Vitória, comarca da Capital;

Os do item IV com exercício dependendo de designação da Chefia, de acordo com as necessidades dos serviços inerentes à função, são, presentemente, 7 já que estão vagos 6 cargos.

MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO AFASTADOS DE SUAS FUNÇÕES

Em razão d'algumas incidências, que nem sempre é possível evitar e que não raro acontece em determinados setores de atividade, também o Ministério Público, no exercício findo esteve a braços com o problema referente à carência de material humano, vez que de seus quadros, além de cinco (5) Promotores que já retornaram às suas funções, estão afastados elementos de real valor, convocados para a prestação de serviços n'outra área do Poder Público e que, porisso mesmo, dada a hierarquia que desfrutam no "parquet", fazem sentir a sua falta na desejada estruturação do Quadro para um mais perfeito dimensionamento da instituição.

Encontram-se, nessa situação 6 integrantes deste órgão, 4 dos quais à disposição da subcomissão Geral de Investigações no E. E. Santo e 2 no exercício de mandato parlamentar na Assembléia Legislativa Estadual.

ORÇAMENTO E PAGAMENTOS

O assunto acima epigraçado, sob controle de uma Seção Especial, envolve todas as atividades financeiras do Órgão.

Com vistas ao mesmo, discrimina-se a seguir, a sua movimentação no curso do exercício de 1968:

ORÇAMENTO

	CR\$
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01 — Vencimentos e Vantagens Fixas ..	8.800.000
Suplementação	3.800.000
02 — Despesas Variáveis	110.000
Suplementação	35.000

3.1.2.0 — Material de Consumo	57,300
Suplementação	30,000
3.1.3.1 — Remuneração de Serviços Pessoais	3,300
3.1.3.2 — Serviços de Terceiros	110,000
Suplementação	40,000
3.1.4.0 — Encargos Diversos	6,000
Suplementação	10,000
3.1.5.0 — Despesas de Exercícios Anteriores	500
Suplementação	10,000
3.2.3.3 — Salário Família	24,000
Suplementação	75,000
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	20,000
Anulação	20,000
4.1.4.0 — Material Permanente	15,000
Suplementação	20,000

CR\$

Total da Doação Orçamentária de 1976	9.146,100
SUPLEMENTAÇÃO	4.000,030
Total Geral	13.146,100

Total do Orçamento previsto para 1977 13.415,680

PAGAMENTOS

Esta Procuradoria Geral da Justiça recebeu do Departamento de Assuntos Financeiros da Secretaria da Fazenda, as seguintes cópias dos ofícios endereçados ao BANESTES, especificando as importâncias depositadas, conforme discriminação abaixo:

CR\$

Of. DAF/SPD — 0236/76 de 08.04.76	15.000,00
Of. DAF/SPD — 0249/76 de 20.04.76	75.000,00
Of. DAF/SPD — 0321/76 de 11.05.76	10.000,00
Of. DAF/SPD — 0364/76 de 24.05.76	30.000,00
Of. DAF/SPD — 0446/76 de 21.06.76	60.000,00
Of. DAF/SPD — 0532/76 de 26.07.76	30.000,00
Of. DAF/SPD — 0738/76 de 01.10.76	20.000,00
Of. DAF/SPD — 0738/76 de 01.10.76	20.000,00
Of. DAF/SPD — 0839/76 de 01.11.76	20.000,00
Of. DAF/SPD — 0934/76 de 01.12.76	30.000,00
Of. DAF/SPD — 1028/76 de 23.12.76	20.000,00

TOTAL 340.000,00

Total depositado de Cr\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil cruzeiros), até o dia 23 de dezembro de 1976 (último depósito). Essa importância teve a seguinte aplicação:

31 (trinta e uma) notas de pagamento extraorçamentário (adiantamentos);
123 (cento e vinte e três) notas de pagamento de despesa orçamentária;
— Foram extraídos e emitidos 208 (duzentos e oito) cheques nominais de pagamento.
Importância depositada e movimentada até 31.12.76: Cr\$ 340.000,00; total de gastos até 31.12.76: Cr\$ 339.901,39; saldo em Banco para 1977: Cr\$ 98,61.
Festos a pagar em 1977: Processo n. 2269/76; Credor: Departamento de Imprensa Oficial; Valor: Cr\$ 11.823,75 — Processo n. 4045/76; Credor: A Tribuna; Valor: Cr\$ 6.288,00 — Processo n. 4257/76; Credor: Livraria Capixaba Ltda.; Valor: Cr\$ 1.970,00. Total de restos a pagar: Cr\$ 20.081,00.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES

Deram entrada na Procuradoria Geral da Justiça, no curso do exercício de 1976, 2.340 (dois mil trezentos e quarenta) processos, conforme quadro demonstrativo que se segue.

Receb. Devol.

Apelação Criminal	234	167
Apelação Cível	95	76
Mandado de Segurança	33	32
Revisão Criminal	68	68
Recurso Criminal	1	1
Apelação (M. de Segurança)	61	57
Habeas Corpus	464	464
Recurso em Habeas Corpus	108	79
Recurso Ord. no Habeas Corpus	18	18
Processos Administrativos	997	978
Reclamação	2	2
Agravo de Instrumento	25	20
Queixa Crime	8	8
Agravo de Petição	5	5
Remessa Ex. Of. (Art. 475 do C.P.C.)	13	8
Conflito de Jurisdição	3	3
Conflito Negativo de Jurisdição	12	12
Conflito de Competência	9	9
Recurso Ext. no H. Corpus	2	2
Processo Cons. Penitenciário	28	28
Ação Rescisória	25	25
Inquérito Policial	8	8
Recurso em Sentido Estrito	68	52
Embargo Inf. na Ap. Criminal	2	2
Recurso Rev. na Apelação Cível	5	5
Apelação Criminal Rec. Extraordinário	3	3
Exceção de Suspeição	9	9
Recurso Ext. na Apelação Criminal ...	11	11
Agravo Inst. na Apelação Criminal ...	8	8
Embargo Inf. Nul. Apelação Cível ...	14	14

Total 2.340 2.175

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Constituída de 28 Procuradores, 2 (dois) dos quais em exercício no Tribunal de Contas, onde, compondo a Procuradoria da Fazenda junto àquela Corte, atuam com a função de Ministério Público, a Procuradoria Geral do Estado, desde a vigência do D.º n.º 1122/75, subiu ao nível de órgão central, integrante da Governadoria do Estado, achando-se o seu dirigente, o Procurador Geral investido dos atributos de Secretário de Estado, nos termos do art. 16, da Lei n.º 3043/75.

No desempenho de suas suas funções como representante judicial e extrajudicial do Estado, registra o órgão a realização dos procedimentos abaixo indicados:

Feitos Judiciais

1. Promovidos pelo Estado	
1.1. Execuções para cobrança da Dívida Ativa	
1.1.a. Na Comarca da Capital (Vitória, Vila Velha, Serra, Caracica e Viana)	479
1.1.b. No Interior	1.001
Total	1.480
1.2. Ações Ordinárias	36
1.3. Ações de Desapropriação	04
2. Promovidos contra o Estado	
2.1. Mandatos de Segurança	35
2.2. Ações Ordinárias	40
2.3. Ações de Usucapião	67
2.4. Reclamações Trabalhistas	07
2.5. Justificações	03

Quanto à Procuradoria da Fazenda que funciona no Tribunal de Contas, suas atividades se distribuíram em pronunciamentos escritos emitidos em 5.882 processos como abaixo especificado, além de participar de 90 sessões ordinárias e 2 extraordinárias.

Processos que receberam o pronunciamento da Procuradoria da Fazenda junto ao Tribunal de Contas:

Gratificação adicional	283
Gratificação Assiduidade	69
Gratificação Adicional e Assiduidade	62
Aposentadoria e Fixação de Provento	313
Reforma e Transferência para Reserva	30
Retificação de Atos de Aposentadoria, Adicional e Assiduidade	14
Pensão Especial	11
Termo de Contrato	539
Termo Aditivo de Contrato	190
Rescisão de Termo de Contrato	26
Convênio	14
Balancete	31
Balanco	85
Termo de Verificação de Caixa	60
Prestação de Contas	4.126
Consulta	15
Recurso	13
Disponibilidade e Vencimentos	1

TOTAL de processos em 31 de dezembro de 1976 5.882

SECRETARIA EXTRAORDINARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

1 9 7 6

Os Poderes Públicos nos dias atuais com desempenho na esfera pública, especialmente o Executivo, que além das funções de Governo exerce, ainda, as administrativas devem dispor de um órgão especificamente dedicado a divulgar, interpretando-as e atribuindo-lhes as exatas dimensões, as ações governamentais sob todos os aspectos por que possam ser apreciadas, com vistas a levar ao povo a autenticidade dos propósitos oficiais e evitar as distorções e os falsos julgamentos, às vezes involuntários, outras vezes deliberados, mas, sempre, de conse-

quências deletérias e irreversíveis, não, apenas, para o Governo e seus agentes, mas, também, para as comunidades.

Não foi, pois, com outra finalidade senão a de empenhar-se em que a imagem do Poder Executivo, traduzida através de atos e fatos, se apresentasse à opinião pública com todas as características de sua genuidade, exprimindo exatamente o intento da autoridade, que a Secretaria Extraordinária de Comunicação Social atuou nestes poucos meses de vida e, malgrado os naturais estorvos e percalços inevitavelmente surgidos durante a fase de implantação e instrumentalização, atuou proficientemente, prova persuasiva do acerto da instituição do órgão.

Na apreciação panorâmica dos trabalhos realizados deve-se dar relevo à elaboração do programa de recepção ao Presidente Ernesto Geisel, em sua primeira visita ao Estado; a divulgação de todos os atos originários do Governo Federal de particular interesse para o Espírito Santo, caracterizando-os perante a opinião pública, estadual e nacional como fatos demarcadores de uma nova e florescente realidade para o nosso Estado; o reinício da redação e expedição, diariamente, do Boletim Informativo do Governo, de características eminentemente jornalísticas e que, por isso mesmo, vem alcançando plena confiabilidade na Imprensa Estadual; participação na programação traçada pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República — ARP, das festividades comemorativas da Semana da Pátria; o lançamento da campanha "Você também é Governo", visando, basicamente, estimular a iniciativa privada, impregnando-a de otimismo e confiança e despertar o espírito de colaboração do povo e suas esperanças no êxito das gestões empreendidas pelo Governo na esfera federal, com vistas ao estabelecimento da infra-estrutura que os grandes projetos reclamam e, por fim, a montagem de um esquema de acompanhamento da marcha da apuração das eleições municipais de 15 de novembro nos 53 municípios do Estado, propiciando informações precisas e imediatas a toda a imprensa escrita, falada e televisada do Estado e do País.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Dentre outras atribuições compreendidas no âmbito de ação desta Secretaria de Estado destacam-se pela sua significação: análise e avaliação permanente da economia do Estado visando à fixação da administração tributária, fiscal e financeira do governo; os estudos e pesquisas para previsão da receita, bem como as providências executivas para a obtenção de recursos financeiros de quaisquer origens; a contabilidade geral e a administração dos recursos financeiros do Estado.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Segundo os dados expostos a seguir, sujeitos a confirmação pelo balanço geral, a execução orçamentária de 1976 se manteve, praticamente, equilibrada, apresentando o déficit de apenas, 2,32%, graças ao suprimento de fundos proveniente de operações de crédito realizadas no exercício.

	CR\$ 1,00
RECEITA	1.633.002.291
Arrecadada	1.588.505.965
Saldo a receber de empréstimos contratados no exercício	39.115.000
Cotas da Taxa Rodoviária Única de setembro e novembro a receber do DNER	5.681.326
DESPESA	1.671.327.293
Empenhos pagos no exercício	1.428.004.606
Empenhos a pagar	243.322.687
RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Deficit	33.025.002
Percentual do deficit	2,32

A Receita, considerada por fontes, assim se distribui:

RECEITAS PRÓPRIAS	838.550.203
ICM	760.473.818
Outras	78.076.385
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	417.230.387
Cotas do Fundo de participação dos Estados	146.853.609
Cotas do Fundo Especial	64.296.189
Cotas de diversos tributos	134.658.236
Auxílio Financeiro	40.000.000
Convênio do Salário Educação e outros	31.422.353

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	377.521.701
TOTAL	1.633.302.291

A arrecadação tributária atingiu o valor de Cr\$ 799.227.585,00 participando com 95,3% no total das receitas próprias e registrando sobre a do exercício anterior o crescimento de 66,4%, que representa, praticamente, o ICM.

Levando-se em conta que a inflação, segundo índices divulgados pelo Governo Federal foi de 40%, conclui-se que, em termos reais, a arrecadação tributária cresceu 26%.

Conforme análise publicada pelo Ministério da Fazenda, coube ao Espírito Santo o 2º lugar em re as Unidades da Federação no crescimento da arrecadação do ICM de 1976.

Cumprir notar que o ICM arrecadado inclui o montante de Cr\$ 125.348.087,00 proveniente de operações realizadas no "SISTEMA FUNDAP", destinado em sua quase totalidade a financiamentos a importadores não podendo, portanto, entrar na composição de recursos para "Despesas Correntes".

O ICM/FUNDAP registrou um crescimento superior a 78%, não obstante as restrições impostas às importações. Considerando-se que 50% do tributo deve ser aplicado pelos beneficiários do sistema em projetos de desenvolvimento essa arrecadação representa investimentos da ordem de Cr\$ 62.674.044,00, enquanto as opções do Imposto de Renda resultantes do Decreto-lei n. 880 e o FUNRES atingiram, somente, Cr\$ 46.103.508,43 e Cr\$ 26.020.761,20, respectivamente. Esses dados evidenciam que no período de janeiro a dezembro foram arrecadados para investimentos em projetos de desenvolvimento:

FUNDAP	62.674.044,00
DECRETO-LEI Nº 880	46.103.508,43
FUNRES	26.020.761,20

O comportamento da despesa realizada segundo a classificação funcional foi o seguinte:

FUNÇÃO	CR 1,00	% s/total
01 — Legislativa	31.255.980	1,87
02 — Judiciário	51.893.633	3,10

03 — Administração e Planejamento	409.603.142	24,51
04 — Agricultura	46.614.000	2,79
05 — Comunicações	440.400	0,02
06 — Defesa Nacional e Segurança Pública	125.070.134	7,49
08 — Educação e Cultura	404.040.134	24,17
09 — Energia e Recursos Min.	27.239.944	1,63
10 — Habitação e Urbanismo	5.922.178	0,35
11 — Indústria, Comércio e Serviços	18.886.891	1,13
13 — Saúde e Saneamento	181.894.227	10,89
14 — Trabalho	46.818	—
15 — Assistência e Previdência	142.775.408	8,54
16 — Transportes	225.643.721	13,51
TOTAL	1.671.327.293	100,00

Do montante acima foram aplicados pela administração direta Cr\$ 1.370.712.371,00 e transferidos à administração indireta Cr\$ 300.614.922,00 destacando-se nas transferências a destinada ao Departamento de Estradas de Rodagem com o valor de Cr\$ 225.043.721,00.

As despesas realizadas segundo as categorias econômica tiveram a seguinte distribuição:

Em Cr\$ 1.000

Categoria Econômica	Aplicado p/ Admin. Direta	Transf. p/a Admin. Indireta	Total
DESPESAS CORRENTES	926.919.467	146.858.175	1.073.377.642
Pessoal e Encargos Sociais	709.216.952	86.064.074	795.281.036
Outros Custeios	123.757.245	29.335.920	153.093.165
Juros da Dívida Pública	70.693.334	31.458.181	102.151.415
Subvenções e diversas transferências correntes	23.252.026	—	23.252.026
DESPESAS DE CAPITAL	443.762.904	153.756.747	597.519.651
Investimentos	223.593.927	—	223.593.927
Inversões Financeiras	76.255.454	—	76.255.454
Amortização da Dívida Pública	23.647.266	41.100.220	64.747.486
Aux. p/Investimentos e Inversões Financeiras	600.000	112.656.527	113.256.527
Contribuições Diversas	119.696.257	—	119.696.257
TOTAL	1.370.712.371	300.614.922	1.671.327.293

DESPESAS COM O FUNCIONAMENTO

Durante o ano de 1976, as despesas com pessoal (vencimentos, salários, proventos de aposentadoria e pensões) assim como os encargos sociais correlatos totalizaram Cr\$ 795.281.035,63, sendo da administração direta Cr\$ 709.281.035,63 e da administração indireta Cr\$ 86.064.074,00.

Confrontando-se esse resultado com a arrecadação de recursos próprios do Estado verifica-se:

	CR\$
Arrecadação de recursos próprios, exclusive ICM/FUNDAP	713.203.116,00
Despesas com pessoal	795.281.035,00
Relação despesa/arrecadação	111,5%

E' de ver-se pois, que as despesas com pessoal excederam em 11,5% o total da receita do exercício.

Levando-se em conta que, por ato do Senhor Presidente da República o Estado foi liberado para aplicar integralmente em "Despesas Correntes" a sua cota do Fundo de Participação dos Estados, a situação exposta acima passa a ser esta:

	CR\$
Arrecadação exclusive o ICM/FUNDAP e adicionado o FPE	860.055.725,00
Despesa com pessoal	795.281.035,00
Relação despesa/arrecadação	92,46%

Observa-se que, para atender aos demais encargos orçamentários, compreendendo serviços, material de consumo, equipamento, obrigações financeiras da dívida pública

blica, restaram, apenas, 7,54% da receita própria acrescida do Fundo de Participação.

O aumento geral concedido ao funcionalismo a partir de março que em alguns casos, foi além de 80%: os aumentos concedidos à Magistratura ao Ministério Público, Tribunal de Contas e à Polícia Militar, em base de 60% a partir de julho; a criação de mais de uma centena de cargos novos na Assembléia Legislativa e no Tribunal de Contas, elevaram fortemente a despesa. A folha de pagamento que era de Cr\$ 43.571.346,00 mensais em janeiro subiu para Cr\$ 77.846.713,00 em novembro. Esse montante supera a média mensal de toda a arrecadação própria acrescida do FPE e representa comparado com a da folha de janeiro, um aumento percentual de 78,66%.

OUTRAS ATIVIDADES

A regulamentação básica da Secretaria de Estado da Fazenda, está contida no Decreto 877-N, de 25 de agosto de 1976. Como instrumento administrativo, especializado é o órgão base do sistema fazendário e, tem a seu cargo, dentre outros, a realização dos seguintes objetivos:

- Pesquisar e atender a política tributária do Estado de forma a ajustá-la, constantemente, aos interesses de desenvolvimento econômico e social do Governo;
- inscrever em dívida ativa os créditos devidos ao Estado, tributários ou não e os respectivos devedores e co-responsáveis;
- executar a administração dos recursos financeiros do Estado e sua contabilidade geral;
- promover auditoria contábil financeira a análise de custos da administração direta e autárquica estadual;
- propor desenvolver e controlar a política acionária do governo;
- executar o orçamento do Estado, através da programação de desembolso dos recursos financeiros nele alocados e,
- através do Banco do Estado do Espírito Santo S/A — BANESTES — operar no sistema bancário.

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS

O valor dos débitos inscritos em 1976, atingiu a cifra de Cr\$ 45.610.202,39, e sua cobrança não ultrapassou a importância de Cr\$ 898.771,61 (1,97%). A não localização do devedor, tem causado sérias dificuldades à cobrança executiva. Comparando-se 1975 com 1976, observa-se que houve um aumento de 35,94% no seu montante.

Foram elaborados programas especiais de fiscalização e intensificou-se o combate às emissões de notas fiscais, frias especialmente, no norte do Estado.

O número de contribuintes fiscalizados, atingiu a casa dos 21.520, resultando, 5.501 notificações com autuações no valor de Cr\$ 71.675.864,49, dos quais, Cr\$ 8.470.133,69 recolhidos imediatamente, isto é, 11,81%.

Foram emitidos 2.680 pareceres e atendidos a 1.054 consultas de contribuintes residentes em todos os municípios do Estado.

Procedeu-se a reforma das Escrivanias de Montanha São Mateus, Bom Jesus do Norte e Itaguaçu, assim como, a dos Postos Fiscais Hugo Tallon, de Presidente Kennedy, e de Afonso Cláudio e Pinga Fogo, em Conceição do Castelo.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

O Conselho Estadual de Recursos Fiscais é composto de um Presidente, 3 representantes do fisco, 3 representantes dos contribuintes, um auditor fiscal e uma secretária.

Durante o ano de 1976, foram executados:

Processos protocolados	675
Processos ao Sec. da Fazenda	94
Diligências solicitadas	106
Decisões Publicadas	680
Sessões realizadas	58

O Conselho procurando manter melhor compreensão e equilíbrio entre o Estado e as classes produtoras, funciona sob a forma de participação paritária de representantes do fisco e dos contribuintes e tem por fim:

- julgar os recursos de decisões sobre lançamento, restituição e incidência impostos, taxa, contribuições, bem como, sobre legitimidade da aplicação de multa por infração à legislação fiscal do Estado, e
- emitir parecer quando solicitado pelo Secretário de Estado da Fazenda, propondo a adoção de medidas tendentes ao aperfeiçoamento da legislação tributária e que objetivam, principalmente a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os da fazenda estadual.

PROJETO CIATA

No Espírito Santo o Projeto CIATA teve início em 1974 quando foi implantado nos Municípios de Pinheiros e Santa Teresita. Em 1975, aprovado pelas respectivas Câmaras Municipais, como ocorreu naqueles municípios, os de Alegre e Nova Venécia também o adotaram.

Nos municípios de Conceição da Barra, Aracruz, Serra, Ilha e Baixo Guandú, em 1976 tomaram-se as medidas iniciais no sentido da implantação do Projeto.

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — BANESTES

Como resultado de intenso trabalho e de medidas de maior importância, em estreita integração com os elevados objetivos desenvolvimentistas do atual Governo, econômicos e sociais, o BANESTES apresentou, também no último ano, os mais expressivos resultados em todos os setores de sua atuação.

Sem perder de vistas a condição de banco comercial e oficial ao mesmo tempo, dentro da disciplina operacional e orientação emanadas das autoridades monetárias, com a consciência da conjuntura econômica em que vivemos e da responsabilidade que cabe a esta instituição financeira, dedicou o BANESTES especial atenção a todas as atividades que se desenvolvem em nosso Estado, ao mesmo tempo em que continuou no seu permanente aprimoramento, para acompanhar, a cada passo, o extraordinário crescimento do Espírito Santo.

É o que está demonstrado em quadros anexos e comentários a seguir:

A — APLICAÇÕES GLOBAIS

Com incremento nominal de nada menos de 78,8% e real de 32,6% sobre a posição de 31/12/75 — considerada uma inflação de 46% — o total dos empréstimos passou de 1,124 bilhões para Cr\$ 2,008 bilhões, como demonstrado, por fontes e recursos e áreas assistidas, nos ANEXOS I e II.

Registra, também, o Anexo nº III, que retrata as nossas aplicações em confronto com os depósitos separadamente setor público e setor privado, estes sem as deduções correspondentes ao depósito compulsório determinado pelo BASEN e ao encaixe técnico normal, o empenho em incrementar, cada vez mais, a canalização de recursos externos para repasse às diversas atividades econômicas do nosso Estado. Como se verifica, nada menos de 59,4% das aplicações totais se referem a operações de re-

passes, com indiscutíveis vantagens para o fortalecimento da economia capixaba.

B — RECURSOS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS

I — CAPITAL E RESERVAS:

Com a expressiva evolução da soma dessas duas rubricas, de nada menos de 92% em relação ao ano anterior, passando de Cr\$ 96.194 para Cr\$ 184.615 milhões, conforme o ANEXO IV, é de se realçar a grande influência do último aumento de capital, que deu nova imagem a maiores possibilidades operacionais à empresa.

II — DEPÓSITOS:

Apesar das dificuldades registradas no período, por força de acertadas medidas do Governo Federal no controle dos meios de pagamentos e da inflação, o ANEXO V demonstra uma boa evolução dos depósitos no BANESTES. A área privada trouxe um crescimento de 57%, enquanto no setor governo foi de 37% a variação. No total de Cr\$ 610 milhões em 31/12/75, os depósitos passaram para Cr\$ 930 milhões em 31/12/76, com evolução geral de 53%.

C — RESULTADOS FINANCEIROS

Demonstrada no ANEXO VI, a lucratividade dos balanços de 1976 foi das mais expressivas, registrando em relação ao ano anterior, um crescimento nominal de 119%. Foi o resultado de medidas da maior importância adotadas no período, principalmente com a criação de novos controles de acompanhamento, aumento de produtividade e melhor condução das operações e serviços. Com isso foi possível a distribuição de dividendos médios de 14% a.a. aos acionistas — 12% no 1º semestre e 16% no segundo — que, somados à bonificação de 30% concedida no exercício e aos incentivos fiscais vigentes, tornaram as ações do BANESTES de expressiva rentabilidade. O reflexo foi altamente favorável e provocou, principalmente na área privada, novo ânimo para a subscrição de futuros aumentos de capital, tão necessário à nova dimensão do Banco e do próprio Estado.

D — APLICAÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES POR CARTEIRAS

0.1) — CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL E INDUSTRIAL

A exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, a evolução dos financiamentos desta Carteira em 1976 foi realmente expressiva, apresentando um crescimento nominal de nada menos de 101% no setor rural e 119% nas operações industriais. O saldo das aplicações de crédito rural passou de Cr\$ 302 para Cr\$ 609 milhões e os classificados como industriais de Cr\$ 249,9 para Cr\$ 555,6 milhões. Atenderam às mais variadas atividades, em todos os municípios com recursos próprios e de repasse, em que pesem as dificuldades existentes na obtenção destes últimos. As operações contratadas no período, só no que se refere a projetos agropecuários, todos com assistência técnica, alcançou o valor apreciável de Cr\$ 469.840 mil. ANEXOS nºs VII e VIII demonstram o comportamento do BANESTES nas duas áreas.

D.2) — CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

Aqui as aplicações não podem apresentar o mesmo crescimento percentual. As operações da Carteira se baseiam, praticamente, na captação de depósitos. Com os rebates que incidem sobre esses recursos, por força de

regulamentação vigente na área monetária, atingindo cerca de 52% do total — Resoluções 69 (15%) e 388 (12%), compulsório (18%) e encaixe técnico (7%) — sobra pouco para as aplicações tipicamente comerciais, indispensáveis ao permanente atendimento das reais necessidades da ampla e crescente clientela. Mesmo assim, os negócios desta Carteira alcançaram a expressiva evolução de 35% no setor privado e 40% no Setor Governo, como demonstra o anexo nº IX.

D.3) — CARTEIRA DE CÂMBIO E OPERAÇÕES ESPECIAIS

D.3.a) — Departamento de Câmbio e Comércio Exterior

Embora operando desde 01/12/75, esta Carteira só passou a contar com Diretoria própria a partir de julho de 1976, funcionando, antes sob o comando do Diretor Administrativo. É, assim, a mais nova de nossas áreas operacionais, onde, a exemplo do que ocorre em todos os setores do BANESTES, as atividades se processam com real dinamismo, mas com a cautela e critério seletivo rigoroso que a boa técnica bancária recomenda. A nova Carteira trouxe maior expressão à imagem do Banco, já a mais elevada em termos nacionais e agora também no exterior, onde o nosso conceito já se faz sentir, da maneira mais positiva, pela seriedade, equilíbrio e eficiência que caracterizam a atuação da entidade. No decorrer de 1976, operando nada menos de 872 contratos, no valor total de Cr\$ 1 bilhão, já se obteve o expressivo resultado líquido de Cr\$ 15.690 milhões, sem falar nas vantagens indiretas representadas pela aproximação de novos clientes para os demais setores operacionais. O ANEXO X demonstra o movimento do exercício.

D.3.b) — Departamento Financeiro

Totalmente reestruturado, agora com 4 divisões específicas — de Acionistas, de Estudos Econômicos, de Finanças e de Contabilidade — passou o Departamento a melhor exercer o papel que lhe compete. A criação das duas novas Divisões, a de Acionistas e a de Estudos Econômicos, tornou-se indispensável em face do próprio crescimento do Banco e já contribui, de maneira efetiva, a primeira no melhor atendimento aos acionistas e no controle das participações do Banco em outras empresas, especialmente em relação àquelas em que detém maioria acionária — SEGES, CODES/CRED e TRANQUILIDADE — e a segunda na execução de estudos de natureza econômica, indispensáveis à segurança e ao acompanhamento dos serviços e operações que o Banco realiza. Com as modificações introduzidas no Departamento Financeiro e alterações substanciais em outros setores, foi possível eliminar uma Assessoria até então existente — Assessoria Técnica de Planejamento, Orçamento e Sistema (ASSEP) — cara e inoperante, porque inteiramente afastada da filosofia administrativa que deve orientar o BANESTES.

D.3.c) — Departamento de Tesouraria e Operações Especiais

Com duas divisões específicas, uma de Tesouraria e outra de Operações Especiais, este é um Departamento criado ao final de 1976 e que se fazia indispensável há longo tempo, com a finalidade de maior controle do fluxo de numerário entre as agências e na condução de operações que não se enquadravam na regulamentação própria de outros setores. Com a criação deste Departamento, com resultados positivos que já se fazem presentes, pôde ser eliminada da estrutura já que dispensável uma outra Assessoria especial — Assessoria de Crédito Geral (ASCRES).

— criada, sem maiores estudos, para a Carteira de Crédito Geral, no apagar das luzes do ano de 1974.

D.S.d) — Departamento de Processamento e Comunicações

Este é o setor que requer maiores preocupações. Implantado desde 1971, sempre dependente do funcionamento do PRODOEST (ex-SERCOP), em cujo atendimento se observam falhas e deficiências das mais sérias, do amplo conhecimento público, esse Departamento quase nada pôde realizar, apesar de um esforço enorme, para elevar a realização dos serviços ao nível das necessidades do estabelecimento.

E — OUTROS REGISTROS E INFORMAÇÕES

I — AGÊNCIAS

a) — Foram inauguradas em 1976 a de Guarapari, Guandu (Cachoeiro de Itapemirim, Praia do Canto e Mercado da Vila Rubim, esta última transferível para a SEASA;

b) — Duas outras, São Paulo (SP) e Rio Bananal (ES), encontram-se em instalação, com início de operações prevista para o 1º semestre de 1977;

c) — No as patentes para abertura de agências foram solicitadas ao Banco Central para as seguintes localizações:

no Estado: Apicá, Rio Novo do Sul, Boa Esperança, Pedro Canário, Viana, Presidente Kennedy, Conceição do Castelo, Jaguaré, Itaguaçu, Fundão, Ibatiba, Marilândia; fora do Estado: Belo Horizonte (MG) e Brasília-DF.

F — SUBSIDIARIAS

Algumas informações sobre o comportamento das diversas empresas sob o controle acionário do BANESTES:

I — SEGES — Seguradora do Estado do Espírito Santo S/A

Sob administração equilibrada e realmente integrada com as demais empresas do sistema e consciente da importância de sua participação no desenvolvimento do Estado, apresentou a SEGES excelente atuação em 1976. Obteve um faturamento de nada menos de Cr\$ 26,9 milhões contra sinistros diversos no total de Cr\$ 6,3 milhões e resultado positivo, no final, de Cr\$ 6.088.113,00 que é considerado dos mais expressivos e que representa, relativamente ao ano anterior, crescimento percentual de 108%. E não foi apenas isto. Sua estrutura se aprimora a cada dia, enquanto suas operações se processam com absoluto critério e segurança. Conceituada, dinâmica e eficiente, está em condições de acompanhar e contribuir, da maneira mais efetiva, para o crescente desenvolvimento do nosso Estado.

II — TRANQUILIDADE — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A

Esta é outra empresa que, como resultado de uma administração das mais eficientes, vem apresentando, desde o 2º semestre de 1975, resultados realmente satisfatórios. No exercício de 1976, com absoluta segurança e critério, apresentou um crescimento de nada menos de 334% em relação ao ano anterior. Total de suas vendas chegou a Cr\$ 143.200.000,00 e o lucro líquido de 1976 foi de Cr\$ 4.743.000,00 contra Cr\$ 1.093.000,00 em 1975. Tão importante quanto isto, foi a perfeita integração de sua Diretoria nos elevados objetivos do BANESTES, que são os mesmos do Estado, dentro da disciplina, do equilíbrio

e do dinamismo e seriedade que o momento está a exigir de todos.

III — CODES-CRED — Crédito, Financiamento e Investimento S/A

Sobre a CODES não se pode falar com o mesmo entusiasmo. Embora com resultado positivo em seus balanços e com participação razoável nos financiamentos próprios de sua área de atuação, a empresa ainda não conseguiu integrar-se perfeitamente aos objetivos comuns do sistema. Falta-lhe maior empenho no sentido de melhorar sua organização interna, indispensável a uma administração eficiente e capaz de atender às reais necessidades do mercado em que opera. O crescimento de suas operações em 1976 foi de 11,1%, inferior à inflação do ano e o resultado foi de Cr\$ 10,4 milhões, superior em 30,84% ao de 1975, mas também negativo em termos reais.

Já estão sendo adotadas medidas enérgicas para a completa reformulação da sistemática operacional da CODES, inclusive para colocá-la em perfeita integração nos objetivos do Sistema.

IV — ESSEG — Espírito Santo Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Trata-se de empresa de menor porte, servindo exclusivamente à intermediação de seguros para a SEGES. Gerida por funcionários do Banco e controlada acionariamente pela TRANQUILIDADE-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, vem tendo atuação satisfatória e resultados positivos, com crescimento de 85% em 1976.

V — TRANQUILIDADE IMÓVEIS LTDA.

Atualmente essa empresa se dedica exclusivamente à prestação de serviços ao BANESTES, na conservação e limpeza de imóveis. Por força dos inconvenientes apresentados, do conhecimento geral, e da orientação do próprio Governo, a entidade afastou-se totalmente de qualquer outra participação no setor imobiliário. Tratava-se, aliás, de atividade inteiramente incompatível com os reais interesses do sistema Financeiro e responsável por áreas de atrito com o setor privado, perfeitamente evitáveis.

VI — TRANQUILIDADE TURISMO LTDA.

De nenhuma expressão no conjunto das empresas controladas pelo BANESTES, já foi determinado o encerramento gradativo das operações dessa empresa, cumprindo, assim a orientação do próprio Governo do Estado.

G — METAS PARA 1977

Além das medidas indispensáveis à continuidade do BANESTES no importante papel que lhe cabe, como instrumento atuante e eficiente de apoio a todos os setores da economia capixaba, destacam-se, entre outras que serão adotadas no curso do exercício, algumas das principais metas para 1977:

I — AGÊNCIAS

a) inauguração das de São Paulo (SP) e Rio Bananal (ES);

b) além das patentes referidas no item E-I, solicitadas em 1976, gestões junto ao BACEN serão formuladas para que autorize instalar filiais também em Jacarapé, Cariacica (sede), Argolas e IBES (município de Vila Velha) e mais uma em Vitória (rua Sete de Setembro);

c) prédios e instalações novas para as agências em Linhares, Praia do Canto, Mucurici, Ibirapu, Guarapari, Santa Teresa, Carapina, Mntenópolis e Alfredo Chaves, os desta duas últimas já em fase de conclusão;

d) ampliação dos prédios das agências em Alegre, Ecoporanga, Cachoeiro de Itapemirim;

II — Aumento de Capital do BANESTES e suas subsidiárias, a saber:

BANESTES — de Cr\$ 82,8 para Cr\$ 132 milhões;

SEGES — de Cr\$ 8,1 para Cr\$ 17 milhões;

CODES/CRED — de Cr\$ 13 para Cr\$ 25 milhões;

TRANQUILIDADE — de Cr\$ 2,5 para Cr\$ 10 milhões;

III — Mudanças da denominação das subsidiárias, com adoção da sigla BANESTES em todas elas;

IV — Reestruturação total do Departamento de Processamento de Dados e maior integração com o PRODEST, com vistas à total implantação, com segurança, de todos os serviços do BANESTES em computador.

V — PESSOAL

a) — implantação do Departamento de Recursos Humanos, com 3 divisões, sendo uma específica para Benefícios e Assistência Social, com vistas a diversas melhorias para os funcionários, inclusive no que se refere à assistência médica;

b) — integração do pessoal das Subsidiárias na Fundação de Seguridade Social e na Associação dos funcionários do BANESTES;

c) — continuidade do apoio às entidades associativas formadas por funcionários;

d) — Estudo e implantação de quadro de carreira para os servidores.

V — Participação efetiva em programas de natureza social patrocinados pelo Governo e que tragam real interesse para o Banco, conforme entendimentos já mantidos com a área competente.

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

APLICAÇÕES GLOBAIS

(FONTES DE RECURSOS)

Valores em Cr\$ 1.000,00

Data	Recursos	Próprios	Recursos	Repassados	Totais	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
31/12/75	500.534	100,00	623.834	100,00	1.124.368	100,00
31/12/76	814.730	162,77	1.193.267	191,27	2.007.997	178,58

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

APLICAÇÕES GLOBAIS (EM 31/12/76)

(ÁREAS ATENDIDAS)

Valores em Cr\$ 1.000,00

Áreas Atendidas	Recursos Próprios	Recursos Repassados	Totais
Setor Público	176.556	590.946	767.502
Setor Privado	638.174	602.321	1.240.495
Totais	814.730	1.193.267	2.007.997

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

APLICAÇÕES EM RELAÇÃO A FONTES DE RECURSOS

(EM 31/12/76)

Valores em Cr\$ 1.000,00

Área Atendida	Empréstimos com Recursos Próprios	Empréstimos com Recursos Repassados	Totais Aplicados	Depósitos	Relação Depósitos/Empréstimos Com Recursos Próprios
— Setor Governo					
- Governo Estadual e outros órgãos de Administração direta e indireta	168.106	575.518	743.624	134.430	0,79
- Prefeituras	8.450	15.428	23.878	26.411	3,12
- Governo Federal	—	—	—	26.048	—
Sub-Totais	176.556	590.946	767.502	186.889	1,05
- Setor Privado	638.174	602.321	1.240.495	743.968	1,16
Totais	814.730 — 40,6%	1.193.267 — 59,4%	2.007.997 — 100%	930.857	1,14

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

CAPITAL E RESERVAS

(Evolução em 1976)

Valores em Cr\$ 1.000,00

Datas	Capital		Reservas		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
31/12/75	46.000	100	50.194	100	96.194	100
31/12/76	62.800	180	102.015	203	184.615	192

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

DEPÓSITOS

(Evolução em 1976)

Valores em Cr\$ 1.000,00

Datas	Setor Privado		Setor Governo		Totais	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
31/12/75	474.142	100	135.936	100	610.078	100
31/12/76	743.968	157	186.889	137	930.857	153

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

RESULTADOS FINANCEIROS

(Evolução em 1976)

Valores em Cr\$ 1.000,00

Anos	1º Semestre	2º Semestre	Totais	%
	Valor	Valor	Valor	
1975	18.112	29.065	47.177	100
1976	36.276	66.890	103.166	219

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

CRÉDITO RURAL

(Evolução em 1976)

Valores em Cr\$ 1.000,00

Datas	Aplicação	%
31/12/75	302.643	100,00
31/12/76	608.861	201,18

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

CRÉDITO INDUSTRIAL

(Evolução em 1976)

Valores em Cr\$ 1.000,00

Datas	Setor Privado		Setor Governo		Totais	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
31/12/75	41.547	100	207.371	100	248.918	100
31/12/76	83.567	201	461.057	222	544.624	219

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

CRÉDITO GERAL — EMPRÉSTIMOS

(Evolução em 1976)

Valores em Cr\$ 1.000,00

Datas	Setor Privado		Setor Governo		Totais	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
31/12/75	342.266	100	219.106	100	561.372	100
31/12/76	460.618	135	306.445	140	767.063	137

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S/A

CARTEIRA DE CÂMBIO E OPERAÇÕES ESPECIAIS

MOVIMENTO DE DIVISAS EM 1976

Tipos de Contratos	Número de Contratos	Valor (Em US\$ Mil)	Valor (Em Cr\$ Mil)
Compras	358	47.042	522.240
Vendas	514	47.127	535.264
Totais	872	94.169	1.057.504

SALDOS DE BALANÇO — RESULTADOS

Valores em Cr\$ 1.000,00

Datas	Financiamento de Exportação	Financiamento de Importação	Resultado de Câmbio	Resolução 63 do Banco Central
31/12/75	9.740	1.695	295	—
31/12/76	52.155	13.813	15.690	21.481

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Setor admitido no contexto organizacional da Administração Estadual recentemente, é natural que o Sistema Estadual de Planejamento exija dos responsáveis pela sua institucionalização redobrados esforços e dedicação.

Pode-se conceituá-lo, em linhas gerais como um conjunto normativo capaz de orientar, apoiar e assessorar permanentemente o processo decisório do Setor Público atuante no Espírito Santo, no sentido de se obter a maior eficiência possível na alocação dos recursos disponíveis. O que significa dizer que incluem além do Governo Estadual, os níveis Federal e Municipal. Com o Governo Federal o Sistema Estadual de Planejamento se articula no sentido de adotar as diretrizes superiores do Poder Central e de sensibilizar os organismos federais para o tratamento adequado do Estado do Espírito Santo, dentro dos Programas e Projetos da União. Com os Municípios o sistema se articula com vistas à convergência de prioridades entre o Estado e a Prefeitura em cada mosaico do Território Estadual.

A função básica da Secretaria de Estado do Planejamento, cabeça do Sistema, será a de administrar a atividade Planejamento Governamental do Estado. Entretanto, as atividades de planejamento substantivo em cada setor de ação do Governo será elaborado sob a Coordenação da Secretaria Setorial correspondente, dos G.P.S. (Grupos de Planejamento Setorial) e que representam extensões da SEPL, em cada uma dessas Secretarias, orientando metodologicamente a feitura de seus planos, programas, projetos e orçamentos anuais.

Na área do Orçamento do Governo do Estado, foram elaborados os Orçamentos Anual de 1977 e Plurianual de Investimentos 1977/79, além do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo de Participação dos Estados — F.P.E. e do Fundo Especial — F.E.

Através do Departamento de Articulação com os Municípios, a SEPL analisou e aprovou todos os 53 planos de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios, além de prestar orientação técnica de assuntos de ordem as mais diversas, quando solicitada pelas Prefeituras.

Dentre outras iniciativas concernentes ao âmbito de sua competência, devem ser registradas com maior relevo a realização do 1º Seminário para Prefeitos eleitos, com vistas a complementar-lhes as condições de ordem técnica necessária ao exercício das funções, dada a constante evolução e modernização de idéias e preceitos que orientam e disciplinam a Administração Pública e a divulgação de vários cursos visando a melhor capacitar recursos humanos destinados às Prefeituras.

O ano de 1976 foi de substancial importância para o processo de Modernização Administrativa que estamos promovendo no Poder Executivo Estadual a partir da vigência da Lei nº 3043-75, pois foram elaborados e publicados os Regulamentos de todas as Secretarias de Estado, além da Escola de Serviço Público e outras atos de consolidação do processo de aglização da máquina burocrática, que o Estado está a exigir insistentemente.

O Departamento de Informações Técnicas procurou aprofundar estudos para a concepção e montagem de um Sistema de Informações para o Planejamento, além de 3 projetos específicos sobre a Construção de Indicadores Sociais, Econômicos e de Desempenho do Setor Público. Houve ainda um trabalho voltado para a Organização e manutenção do Centro de Documentação e Informações Bibliográficas da SEPL.

Quanto ao Departamento de Avaliação e Consolidação de Programas, devem ser destacados, no conjunto de suas tarefas, a elaboração do documento "Análise das Finanças Públicas do Estado do Espírito Santo — Proposição de Medidas para a Eliminação do Hiato de Recursos", a participação em um grupo que gerou o trabalho "Zoneamento e Viabilidade do Programa Nacional de Alcool no Espírito Santo" e ainda, a Elaboração do documento "O Apoio do Setor Público do Desenvolvi-

mento" do Estado do Espírito Santo". Afora o imenso trabalho de dimensionamento do Sistema Estadual de Planejamento e de formação de recursos humanos para o Sistema, inclusive com a organização do Cadastro dos que atuam nas atividades de Planejamento na administração pública estadual, foi objeto de coordenação e orientação metodológica o preparo dos Planos de Ação Setorial 77 e o Plano de Ação Imediata para a Região de Influência da Companhia Vale do Rio Doce.

1.0 — DEPARTAMENTO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO

1.1 — ACOMPANHAMENTO

No decorrer do exercício financeiro de 1976 foram necessárias algumas medidas de contenção que consistiam em restringir os investimentos, realizando apenas aqueles financiados através de operações de créditos específicos e somente foram autorizadas despesas de capital à conta de recursos próprios do Estado quando sua necessidade foi plenamente justificada. No entanto a execução orçamentária impôs que se processassem modificações substanciadas através da abertura de 101 créditos suplementares e 17 créditos especiais.

1.2 — ELABORAÇÃO

O Orçamento Anual de 1977 e o Prurianual de Investimentos 1977/79 foram elaborados segundo as normas vigentes e encaminhadas à Assembléia Legislativa no prazo constitucional, 31 de agosto de 1976 estimando as receitas e fixando as despesas para 1977 do tesouro, órgãos da Administração Direta, Indireta, Autônomos e Fundações instituídas pelo Poder Público em Cr\$ 2.772.074.000,00 (dois bilhões, setecentos e setenta e dois milhões e setenta e quatro mil cruzeiros) e fixando as Despesas de Capital no triênio 77/79 em Cr\$ 3.071.929.500,00 (três bilhões, setenta e um milhões, noventa e vinte e nove mil e quinhentos cruzeiros).

1.3 — FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E ESPECIAL

Atendendo a sistemática adotada pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República — SEPLAN-PR, este Departamento apresentou o plano na data estipulada, obedecendo as vinculações preconizadas no Decreto Federal 77.565/76 e, recentemente, quando do encerramento do Exercício, o Aviso nº 983/76, de 07 de dezembro, da SEPLAN-PR comunicou a aprovação do referido Plano de Aplicação que assegurou recursos de Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros) (F.P.E.) e Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros) (F.E.).

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

2.1 — Fundo de Participação dos Municípios

Tendo em vista que o Governo Federal incumbiu a Secretaria de Estado do Planejamento de analisar e aprovar o Plano de Aplicação do Fundo de Participação dos Municípios, este Departamento manteve constante contacto com os órgãos municipais das 53 Prefeituras, orientando-os e formulando-lhes, recomendações a fim de que os estudos para elaboração de seus planos exprimissem, tão fielmente quanto possível, as reais necessidades do município.

2.2 — Curso de Treinamento

Conscientes de que um grande problema com o qual se defronta o Poder Público Municipal é a área de Recursos Humanos, programou-se uma série de Cursos e promoveu-se uma ampla divulgação dos Cursos programados por organismos federais tais como a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o

Instituto Brasileiro de Administração Municipal, com a finalidade de adotar as Prefeituras e Câmaras Municipais de pessoal de nível compatível com as exigências que os novos métodos impõem.

Assim, além do II Curso de Administração Geral, levado a efeito no SENAC, nesta Capital, com a duração de 8 semanas, no período de 19 de julho a 10 de setembro, cujos objetivos foram a revisão dos temas de administração-meio de maior significação; discussão da organização interna da Prefeitura e da administração dos serviços municipais, e discussão de estratégia modernização administrativa, com a frequência de 14 de alunos, realizaram-se, também, dois encontros na Sede da SEPL — um versando sobre Fundo de Participação dos Municípios, outros sobre o tema Orçamento, ambos com pleno sucesso, pois foi quase total o comparecimento dos responsáveis pelos setores.

2.3 — CADASTRO

Pesquisa realizada pelo DAM em convênio com a Fundação Projeto Rondon em todos os 53 municípios, revelou dados sobre as finanças públicas, contabilidade, saúde, educação, transporte, desenvolvimento urbano etc. Deste levantamento básico advirão muitos outros a serem desenvolvidos em 1977, tal como Hierarquização dos Municípios para definir prioridades, que visem a racionalização do uso dos recursos.

Como produto da pesquisa organizou-se também o Cadastro Municipal, onde estão registrados as principais características de cada município.

Uma das atividades de maior significação iniciada em 1976 é o Cadastro de Programas de Interesse dos Municípios, os quais mantidos por órgãos federais, estaduais e mesmo por entidades privadas, visam a proporcionar elementos para orientar os municípios quanto à participação nos mencionados programas e as possíveis formas de obtenção de auxílios, subvenções, assistência técnica e empréstimos.

2.4 — I Seminário para Prefeitos

A presença do Governador do Estado e da maioria do Secretariado às 18 palestras proferidas e nas quais se focalizaram os mais diversos temas pertinentes à Administração Municipal, contribuiu, sem dúvida, para que o Congresso crescesse em importância, despertando o interesse de estudiosos dos problemas municipalistas e convocando a atenção de muitas pessoas atraídas pela exposição de assuntos bastante momentosos.

2.5 — Assessoramento em Geral

Afora as atividades específicas já relatadas a ação de orientação técnica abordou assuntos de ordem geral, tais como análise de endividamento, instruções sobre reforma administrativa, Fundo Rodoviário Nacional, Imposto Único sobre Minerais e inúmeras consultas formuladas pelos Srs. Prefeitos e seus assessores.

Finalizando, registramos a boa acolhida que tem recebido o Informativo Municipal, editado bimestralmente, tendo circulado 06 números em 1976 com matérias do mais alto interesse municipal.

3.0 — Departamento de Modernização Administrativa

Buscando atingir os resultados para os quais foi moldado, o Departamento de Modernização Administrativa gerou os seguintes produtos:

3.1 — Institucionalização da Modernização

A Lei Estadual nº 3043, de 31.12.1975, que originou o Poder Executivo no Sistema de Administração Pública organizou e estabeleceu as bases do Processo de Modernização Administrativa, requer um trabalho ininterrupto e atento da equipe técnica do DMA, sobretudo o de acompanhar o processo de regulamentação, a nível de Decreto, de toda a Administração Direta, e até mesmo alguns órgãos da Administração Indireta. Desta

forma, todas as Secretarias de Estado tiveram seus Regulamentos elaborados, além da Casa Civil, Casa Militar, Escola de Serviço Público, Administração de Palácio e Residências e o Centro de Comunicação Social.

3.2 — Adequação da Administração Indireta

Sendo 1976 o ano inicial no trabalho de implantação da Modernização, é tecnicamente recomendável, que a maior parte do tempo da equipe do DMA estivesse tomada com aspectos mais gerais que bem definam os contornos do processo, e renovem os obstáculos culturais desaceleradores da efetiva implantação de uma nova mentalidade, de uma nova visão — a visão sistêmica, essência da Lei 3.433. Mesmo assim, ponderável parcela de esforços se dirigiu no sentido de estabelecer parâmetros que ajustem os órgãos descentralizados à filosofia da Lei da Modernização. Como produtos finais do Departamento, no decorrer de 1976, muito embora ainda estejam em nível de discussão nos escalões superiores, devem ser mencionados o novo Estatuto da Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo — PRODEST e uma reformulação dos Estatutos da Junta Comercial do Espírito Santo.

3.3 — Implantação dos Grupos Setoriais

Está sendo objeto de cauteloso estudo, exigindo cuidados especiais sob os mais diversificados aspectos que possa oferecer, a implantação dos Grupos Setoriais, empenhando-se nesse mister o pessoal da DMA, a quem está contida a atribuição, coadjuvado com o apoio técnico da SAREM.

E' que esses setores, unidades executivas, atuarão em todas as Secretarias de Estado e na Casa Civil, visando a garantir uma constante uniformidade de ação e procedimentos, em todas as áreas administrativas.

Tais implementos, conquanto inerentes ao conjunto sistêmico, tal como consubstanciado na lei nº 3043, constituem uma inovação e, considerando, ainda, que o Poder Executivo Estadual não tem qualquer tradição de convívio com técnicas avançadas e sofisticadas de Administração Pública, bem se justifica a cautela com que está agindo o DMA nesse particular.

3.4 — Contrapartida à Consultoria

Boa parte do potencial de trabalho do DMA foi tomado pelas tarefas de Contrapartida ao Trabalho que a empresa contratada para a implantação da Modernização Administrativa desenvolveu durante o ano de 1976, já que, seus técnicos participaram em média, de 135 horas de reunião com a Consultoria, reuniões essas que, via de regra, envolviam a presença dos Secretários de Estado interessados e seus principais assessores, e onde ficaram definidos os grandes contornos no esforço de Modernizar a máquina burocrática do Governo do Estado.

4.0 — DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Na busca do atingimento de seus objetivos, o DIT estruturou o seu programa de trabalho para 1976, com base nos projetos iniciais, a seguir explicitados:

4.1 — PROJETO Nº 1.

Concepção e montagem de um sistema de Informações para Planejamento.

4.1.1 — Objetivos do Projeto

— Desenvolver estudos e levantamentos que levam à concepção e montagem de um sistema de informações para o planejamento estadual;

— Em todas as suas fases: diagnósticos e prognósticos, planos, programas e orçamento;

— Em todas as suas etapas: elaboração, acompanhamento de execução e avaliação;

— Em toda a sua abrangência: global, setorial, regional e local;

4.1.2 — Atividades realizadas em 1976

Com relação ao Projeto nº 1, foram desenvolvidas em 1976 as seguintes atividades:

a) estudos teóricos preliminares pela equipe local, com base em bibliografia específica e conhecimento de outros sistemas similares em desenvolvimento em outros estados da federação, para formação do conhecimento básico;

b) elaboração de documento sobre "Concepção de um modelo preliminar para o Sistema Estadual de Informações para Planejamento", para discussão interna;

c) conhecimento da situação das informações na Administração Pública Estadual, através da realização de levantamento em todas as Secretarias de Estado do Governo Estadual, bem como nos órgãos da administração indireta;

d) visitas e contatos em outros Estados (Rio de Janeiro e São Paulo) visando a obtenção de dados relacionados com a experiência verificada naquelas unidades da federação;

e) análise do material levantado e elaboração do diagnóstico das informações técnicas no Estado (em fase final de redação).

Esta 1ª. fase do Projeto vem sendo desenvolvida sob a orientação de Consultores Técnicos estranhos à SEPL.

4.2 — PROJETO Nº2 — INDICADORES SOCIAIS

4.2.1 — Objetivo do Projeto

Identificar, construir e produzir alguns indicadores a nível de detalhamento local, de modo a permitir ao planejamento social do Governo, um fluxo de informações sistemáticas, permanentes e atualizadas nas áreas de Demografia, Saúde, Educação, Trabalho, Saneamento, Alimentação, Habitação, Previdência Social etc.

4.2.2 — Atividades realizadas em 1976

No decorrer de 1976, as ações relacionadas com o andamento desse projeto se restringiram, devido à insuficiência de dados básicos e carência de pessoal, a:

a) levantamento, estudo e organização da bibliografia básica sobre planejamento social e econômico e indicadores sociais;

b) montagem de um esquema mínimo de indicadores nas áreas de Educação, Saúde, Segurança e Serviços Sociais, a nível de municípios, referentes ao Espírito Santo, visando subsidiar atividades do Departamento de Análise e Consolidação de Projetos.

4.3 — PROJETO Nº3 — INDICADORES ECONÔMICOS

4.3.1 — Objetivos do Projeto

Fornecer às demais equipes da SEPL, às diversas Secretarias de Estado e a outras entidades públicas e privadas, um conjunto de informações econômicas destinadas ao planejamento, acompanhamento e avaliação do desempenho econômico estadual.

4.3.2 — Atividades realizadas em 1976

O Grupo encarregado desse projeto, em 1976, restringiu suas atividades em:

a) manter contatos com os órgãos ofertadores de informações (FIBGE, DELEST, DEE dentre outros),

com o objetivo de obter dados estatísticos para elaboração dos indicadores econômicos para o Espírito Santo;

b) elaboração de uma série de indicadores que possibilitaram a extrapolação da estimativa da Renda Interna do Estado do Espírito Santo — 1970. Esse trabalho foi concluído em versão preliminar;

c) estudo e adaptação de critérios metodológicos para desenvolvimento das atividades do projeto.

4.4 — PROJETO Nº4 — INDICADORES DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO

4.4.1 — Objetivos do Projeto

Prover as diversas unidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de um fluxo adequado e oportuno de:

— informações físicas, financeiras e de custos para a elaboração da programação setorial;

— um conjunto de indicadores do desempenho administrativo do Setor Público, que possibilitem realimentar o processo de planejamento das ações do Governo.

4.4.2 — Atividades realizadas em 1976

O desenvolvimento desse projeto foi prejudicado pela dificuldade de obtenção das informações básicas, dada a inexistência de fluxos sistemáticos de acompanhamento e controle dos programas governamentais. Procurou-se, no entanto, no decorrer de 1976, reconstituir algumas séries históricas de dados sobre finanças públicas estaduais, para embasamento de estudos e análise levados a efeito pelo Departamento de Análise e Consolidação de Projetos da SEPL.

4.5 — PROJETO Nº 5 — ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DA SEPL

4.5.1 — Objetivos do Projeto

Prover o pessoal técnico de material de pesquisa (livros, periódicos e documentação técnica), necessários ao desenvolvimento dos trabalhos técnicos da Secretaria.

4.5.2 — Atividades realizadas em 1976.....

a) seleção e aquisição de material bibliográfico de interesse para as atividades da Secretaria. Foram adquiridos 1.700 livros técnicos e processada a assinatura de 1.200 periódicos;

b) tombamento, classificação e catalogação do acervo bibliográfico;

c) organização de um sistema de disseminação e de empréstimo do material do acervo;

d) recuperação de documentação técnica já existente na SEPL;

e) início do intercâmbio de documentação técnica com outros centros existentes no Estado e de outras unidades da Federação.

5.0 — DEPARTAMENTO DE ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO DE PROGRAMAS

5.1 — ÁREA DE ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS

a) Elaboração do Documento "Análise das Finanças Públicas do Estado do Espírito Santo — Proposição de Medidas para a Eliminação do Hiato de Recursos".

Objetivo: Aprofundar o conhecimento até então disponível dos fatores que vêm determinando historicamente os déficits do Tesouro Estadual, e a partir daí, sugerir uma série de medidas que venham a médio prazo fortalecer a situação financeira do Governo Estadual;

b) Análise Sócio-Econômica da Região Norte do Espírito Santo.

Objetivo: Diagnosticar os problemas básicos da Região e definir linhas de prioridade para um Programa de Desenvolvimento Regional que abranjeria também o Extremo Sul e Sul da Bahia e o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

c) Elaboração do trabalho "Zoneamento e Viabilidade do Programa Nacional do Alcool no Espírito Santo através de equipe constituída de elementos da SEPL, BANDES, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Indústria e do Comércio.

Objetivo: Levantar as condições ecológicas e econômicas apresentadas pelo Espírito Santo para a produção de álcool a partir de cana e mandioca; proceder à análise de rentabilidade de usinas autônomas e cana e destilarias de mandioca no Estado; integrar o Espírito Santo no Programa Nacional do Alcool instituído pelo Governo Federal.

5.2 — AREA DE PLANOS E PROGRAMAS

a) Coordenação e Orientação Metodológica para a Elaboração dos Planos de Ação Setorial 77.

Objetivo: Implementar o Sistema Planejamento-Orçamento-Programa no Governo do Espírito Santo; explicitar as diretrizes do Governo a nível Setorial e orientar a elaboração do orçamento segundo estas diretrizes; articular os diversos órgãos do Governo em Subsistemas Setoriais; tentar a estruturação de Planos e Orçamentos do Governo Estadual envolvendo todas as fontes. Foram elaborados os planos de ação nas seguintes áreas:

- Agricultura
- Indústria, Comércio, Serviços e Turismo
- Rodovias
- Eletrificação Rural
- Educação
- Cultura e Bem Estar
- Segurança
- Justiça

b) Elaboração do Plano de Ação Imediata para a Região de Influência da Companhia Vale do Rio Doce (1976).

Objetivo: Estabelecer prioridades e alocar os recursos da Reserva da C.V.R.D. relativos ao ano de 1976, por setores e por microrregiões e municípios;

Observação: Elaborado em conjunto com a Fundação João Pinheiro de Minas Gerais, Departamento de Assistência aos Municípios da SEPL e Assessoria de Desenvolvimento Regional da C.V.R.D.

5.2 — AREA DE ASSESSORAMENTO AO SECRETARIO DO PLANEJAMENTO

a) Elaboração de Documento "O Apoio do Setor Público ao Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo".

Objetivo: Configurar as características atuais da economia do Espírito Santo, enfatizando-se a implantação de grandes empreendimentos voltados para o Exterior e reivindicar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a captação de recursos adicionais para o Governo Estadual e a aceleração dos investimentos federais no Estado.

b) Elaboração de Exposição de Motivos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicitando autorização para contratação de empréstimo especial de Cr\$ 90 milhões com o Banco do Brasil.

Objetivo: Cobrir dificuldades circunstanciais do Caixa do Tesouro do Estado.

5.4 — AREA DE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

a) Elaboração do "Paper" sobre "Alguns Aspectos relativos ao Sistema Estadual de Planejamento".

Objetivo: Promover a discussão sobre as características do Sistema Estadual de Planejamento no Espírito Santo; fixar seus objetivos e sua estrutura básica; definir as funções das diversas peças componentes; fornecer os fundamentos para a geração de uma metodologia geral de planejamento para o Estado do Espírito Santo.

5.5 — AREA DE ASSESSORAMENTO A POLITICA FINANCEIRA DO GOVERNO

a) Instituição de um Sistema de Controle de Endividamento do Estado:

— Criação da Comissão de Controle de Endividamento formada por elementos das Secretarias da Fazenda e do Planejamento (Decreto 800-N, de 17/03/76);

— Montagem do Subsistema de Informações sobre a dívida (em fase de implantação), Decreto 923-N de 02/12/76;

Objetivo: Aperfeiçoar o padrão de gerência da dívida pública do Governo; atender às exigências de organismos federais: SEPLAN-PR e BACEN.

b) Elaboração do Novo Código de Atividades para Cadastramento Fiscal.

Objetivo: Estabelecer base de comparação, via codificação adequada, das estatísticas de receita tributária com as de produção; conhecer a origem setorial das receitas tributárias do Governo Estadual;

c) Estudos para Implantação do Sistema de Caixa Única no Governo do Estado.

Objetivo: Adotar para o Espírito Santo este instrumento de gestão financeira já implantado com sucesso em outros Estados.

6.0 — FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS SISTEMAS ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

As atividades de formação dos recursos humanos não estão sendo desenvolvidas a nível de um Departamento independente, mas vinculadas ao Departamento de Análise e Consolidação de Programas. Todavia, devido ao porte de trabalho desenvolvido e a sua importância no contexto de todo o Poder Executivo Estadual, merece ser relatado em separado.

Assim sendo, enumeram-se, a seguir, os trabalhos realizados:

6.1 — Elaboração do Cadastro dos Recursos Humanos que atuam nas atividades de Planejamento e afins na Administração Pública Estadual (Direta e Indireta).

Objetivo: Conhecer o perfil técnico de todos os profissionais que atuam nas atividades de planejamento; dimensionar a força de trabalho hoje alocada nestas atividades; possibilitar a elaboração de um programa de treinamento de longo prazo destinado a aperfeiçoar e adequar a mão de obra existente de acordo com as habilitações requeridas pelos GPS's.

6.2 — Realização de alguns cursos e a participação de técnicos do seu quadro em outros tantos.

Assim, em 1976, nesse setor de aperfeiçoamento de pessoal, registraram-se:

a) A SEPL num convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, através da sua Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, promoveu em convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo, o IV Curso de Planejamento à Nível Estadual, ministrado pelo CENDEC, órgão vinculado à SAREM, e que treinou 21 técnicos vinculados ao Sistema

Estadual de Planejamento. Pela primeira vez em Curso nessa área e desse porte, à nível de pós-graduação, é ministrado no Espírito Santo;

b) No mesmo programa de treinamento da SAREM, e ministrado pelo mesmo organismo CENDEC, só que desta vez em Brasília, outros dois técnicos da Secretaria frequentaram um Curso também à nível de pós-graduação, o de Estatística para o Planejamento. Também no Curso de Planejamento Regional promovido pelo CENDEC-SAREM, enviando 3 técnicos à Brasília.

c) Um total de 11 técnicos participou dos cursos a seguir selecionados:

- O&M — promovido pela CEFORMA em Vitória;
- VI Curso de Encerramento de Exercício e Prestação de Contas — promovido pelo SUPAM em Belo Horizonte;

- Seminário Sobre Experiência de Regionalização promovido pelo IBAM, no Rio de Janeiro;

- I Curso de Planejamento Metropolitano — Promovido pelo IBAM, no Rio de Janeiro;

- Administração Geral — Promovido pelo IBAM, no Rio de Janeiro;

- Planejamento Urbano — Promovido pelo IBAM, no Rio de Janeiro;

d) Afora os cursos já relatados em que o Sistema esteve presente com seus técnicos, a própria Secretaria através de um convênio de cooperação técnica firmado com a COPPE, promoveu um Curso de Reciclagem com vistas a melhor capacitar os recursos humanos como um todo. Foram treinados 34 técnicos, alguns inclusive não pertencentes ao Sistema, mas que serão mais tarde absorvidos.

EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

— PRODEST —

As atividades do exercício de 1976 transcorreram segundo previsões e plano proposto em 1975 não tendo sido possível, entretanto, dar início à construção da Sede.

O programa de trabalho do exercício previa continuidade na prestação de serviços e execução de parte do programa plurianual, sendo este representado pelo projeto de expansão da empresa, documentado em fins de abril de 1975.

As atividades correntes de 1976 serão descritas nos demonstrativos financeiros e comerciais adiante. No que respeita ao projeto de expansão e outros, as realizações estão no capítulo a seguir:

CAPÍTULO I — PRINCIPAIS EVENTOS:

1.1. PROJETO DE ARQUITETURA:

Contratado no último trimestre de 1975, o projeto da sede própria só foi concluído em junho de 1976, incluindo plantas de situação, plantas para Prefeitura e as plantas de execução. O projeto prima pela funcionalidade e simplicidade, estando ainda orientado para uma construção rápida de custo razoável.

As diversas unidades funcionais estão distribuídas em um só plano, com área de 2.600 m², permitindo expansão modular radical. Os aspectos de aeração e circulação de pessoas, além do tipo de atividade a ser desenvolvida, foram considerados na concepção arquitetônica, que procura oferecer grandes facilidades ao fluxo de serviços.

1.2 — CONSTRUÇÃO CIVIL:

Tendo em mãos o projeto e orçamento de construção preparados respectivamente pelo D.E.O. e pelo arqui-

teto, foi feita uma concorrência pública para selecionar a empreiteira. Além dos itens normais de um Edital dessa natureza, foi incluído um item que solicitava dos concorrentes, fosse relacionado tudo aquilo que, independentemente de constar do Edital ou seus anexos, julgasse necessário a um Centro de Processamento de Dados (item 25). Exigia-se firma estabelecida no E. Santo, há mais de um ano e com capital mínimo de Cr\$ 5.000.000,00. Concorreram CONCAPRE, SERGEN e SIZEMBRA, sendo vencedora esta última, com menor preço, menor prazo e sendo a única desenvolveu o item 25. A minuta de contrato está em exame no CEPDITO.

1.3 EQUIPAMENTOS:

Foi feita uma concorrência para seleção de computador para substituição das já saturadas e obsoletas unidades. Previu-se no Edital uma configuração poderosa, com larga margem de expansibilidade e com as mais modernas características operacionais.

Concorreram UNIVAC, IBM e BURROUGHS, cabendo a preferência a esta última, que atendeu plenamente ao Edital, apresentou menor desembolso total e ofereceu um segundo processador central em comodato.

O Equipamento, já contratado, é um B-6 700 e o pedido de importação já foi encaminhado à CAPRE:

Foram ainda iniciados estudos em 1976, para substituição das perfuradoras de cartões por equipamentos de gravação em fita magnética.

1.4 — ORGANIZAÇÃO:

A PRODEST é uma empresa que cresceu muito dinamicamente, sempre sob a pressão da demanda de serviços, em contraposição à sua pequena capacidade operacional limitada por equipamentos e espaço físico. No momento de uma transição para a reunião de todos os setores em um único prédio funcional e amplo, ao mesmo tempo em que os novos equipamentos trarão uma diferente filosofia de trabalho, controles e supervisão, e a Lei nº 3043 mostra uma nova dimensão de mercado e novas diretrizes para administração indireta, não se poderia deixar de prover uma nova estrutura e um novo modelo organizacional para a PRODEST. Abriu-se, portanto, uma licitação para selecionar uma empresa de consultoria especializada para tal fim. Concorreram CECAN PROAD, DATACONSULT, PLANAVE e o CONSÓRCIO DATA — MEC/MÉTODO. O somatório de pontos na proposta técnica colocou o CONSÓRCIO em primeiro lugar, faltando ainda a análise da proposta financeira.

1.5. RECURSOS:

Para a concretização destes projetos foi enviado projeto Global de financiamento ao BANDES, não tendo sido possível seu enquadramento nesta forma. Está sendo preparado um desmembramento do projeto, visando encaminhamento a fontes distintas.

O valor global do projeto, considerando-se construção civil, instalações especiais (refrigeração, desumidificação, regulação de tensão, proteção contra fogo, etc.), móveis, utensílios e despesas com organização, está orçado em cerca de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros).

1.6 OUTROS:

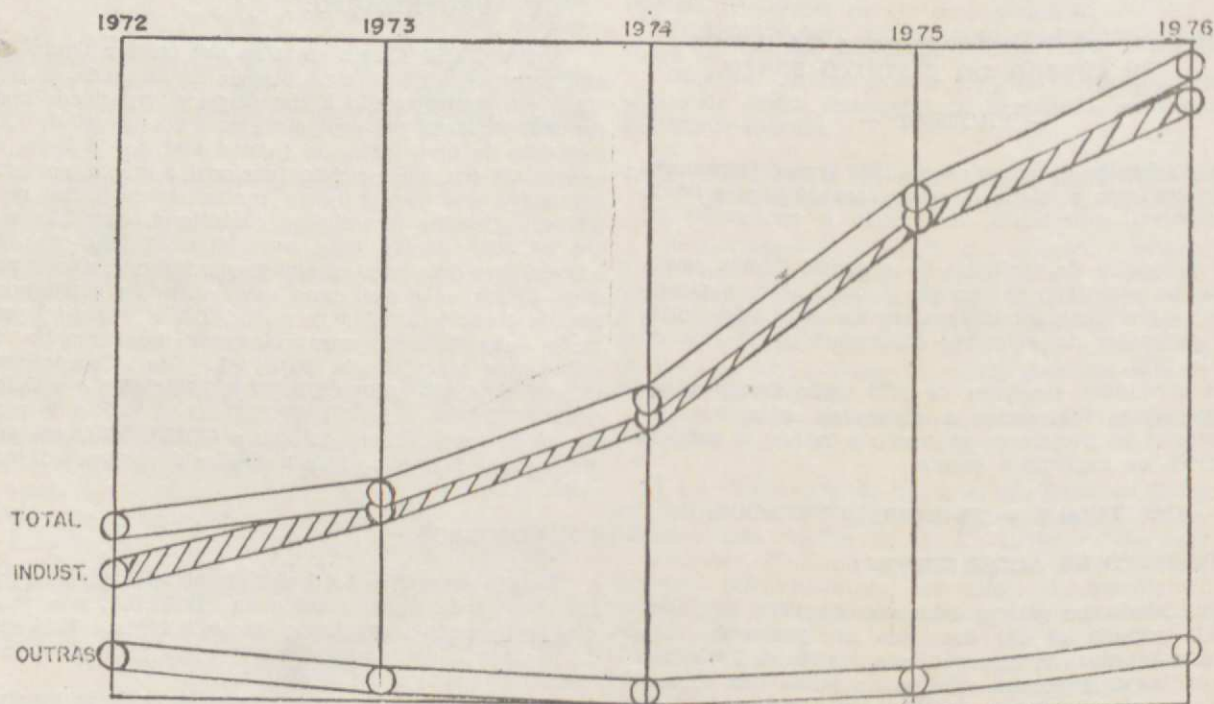
Além dos 5 tópicos descritos acima, relativos ao projeto de ampliação da PRODEST, alguns outros pontos são considerados importantes como eventos de projeção da empresa no cenário nacional de processamento de dados. Destes, podem ser destacados:

CAPÍTULO 2 - OS NÚMEROS DA GESTÃO :

2.1. A RECEITA:

Em 1976 a receita total atingiu a cifra de G\$ 12.795 mil, ou seja um crescimento da ordem de 67% sobre 1975. A receita industrial alcançou G\$ 11.930 mil (62% acima de 1975), e as outras receitas totalizaram G\$ 865 mil (153% acima de 1975).

Graficamente demonstra-se abaixo a evolução da receita nos últimos quatro exercícios e em 1976.

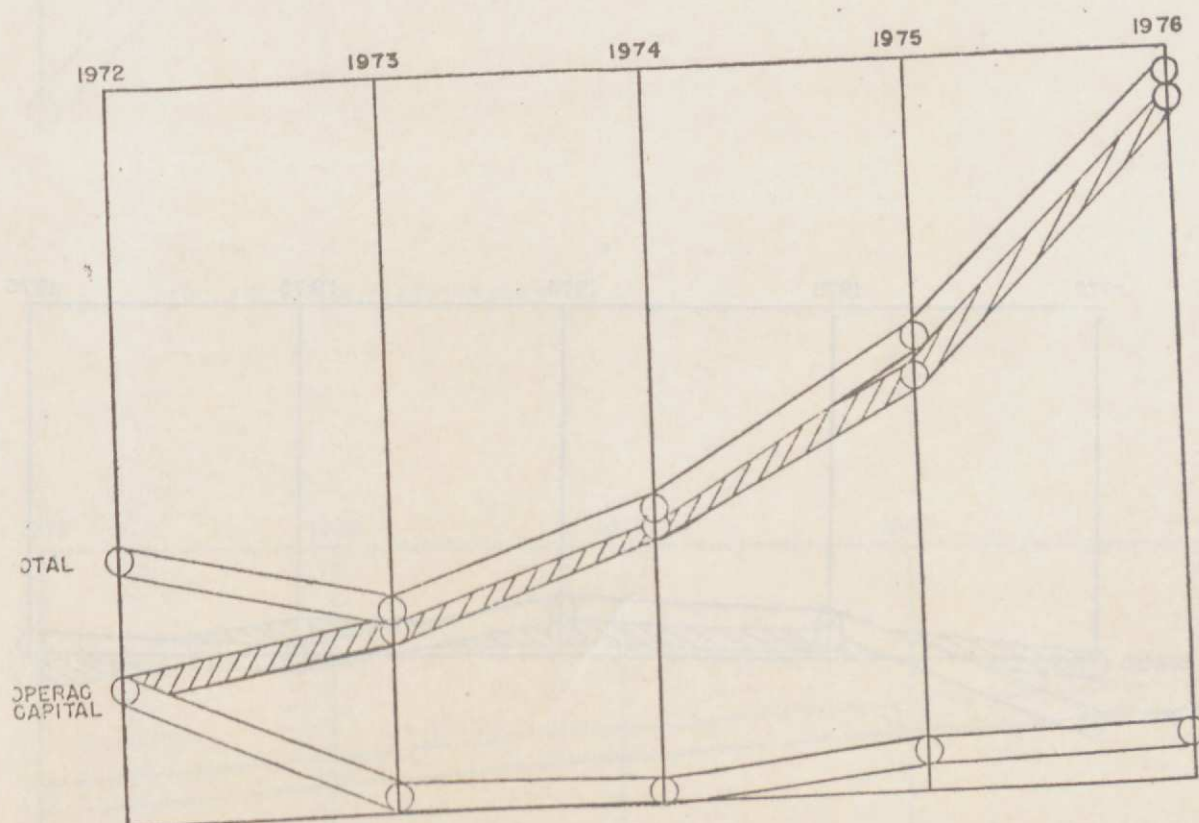




2.2. A DESPESA .

Em 1976 a despesa total atingiu a cifra de 12.647 mil ou seja, um crescimento da ordem de 64% sobre 1975. A despesa operacional alcançou €\$ 12.807 mil (69% acima de 1975) e a despesa de capital totalizou €\$ 560 mil (03% sobre 1975).

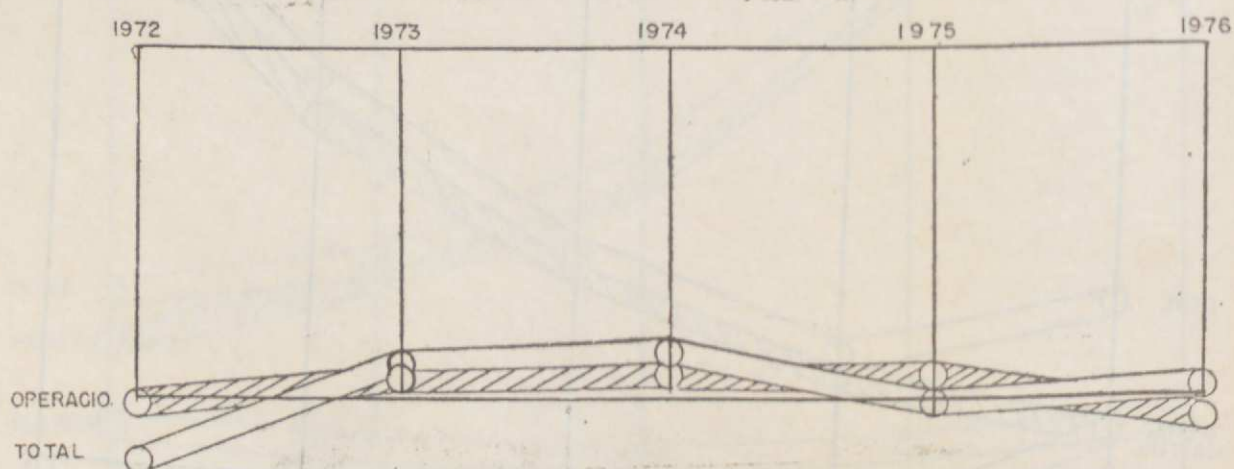
Graficamente, demonstra-se abaixo a evolução da despesa nos últimos quatro exercícios e em 1976.



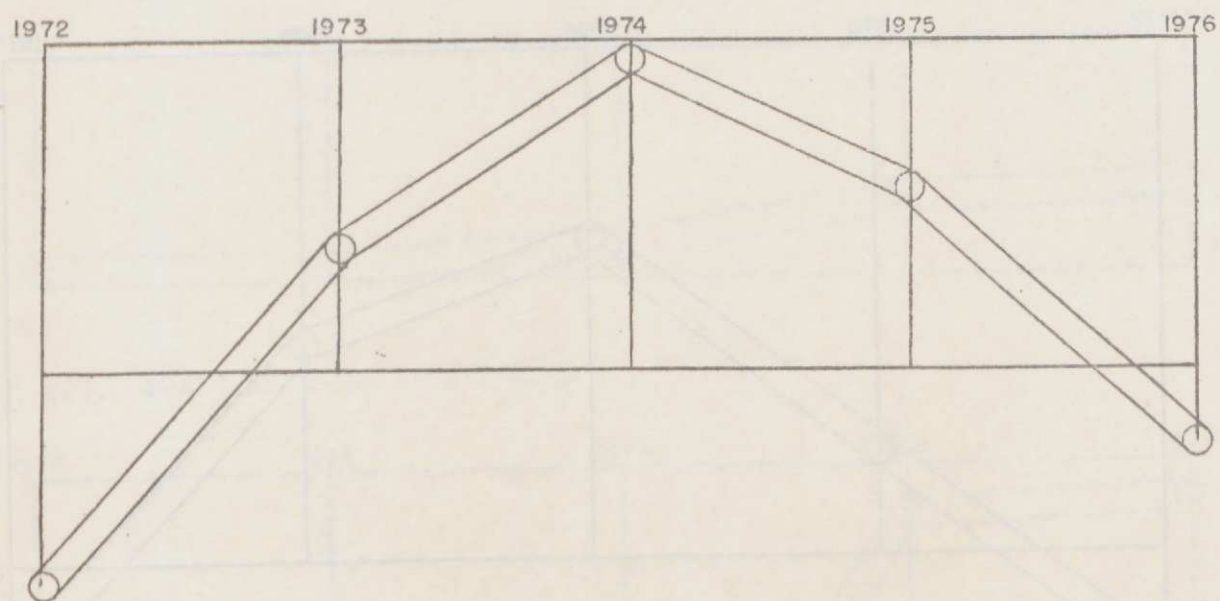
2.3. O RESULTADO :

Em 1976 o resultado líquido do exercício foi de Cr\$ 148 mil e o resultado operacional (receita industrial menos despesa operacional) foi de 157 mil negativos.

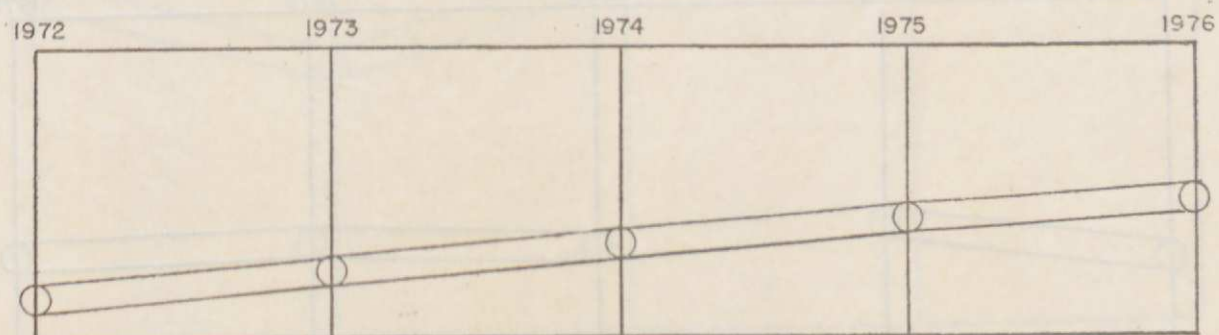
Graficamente demonstra-se abaixo a evolução do resultado nos últimos quatro anos e em 1976.



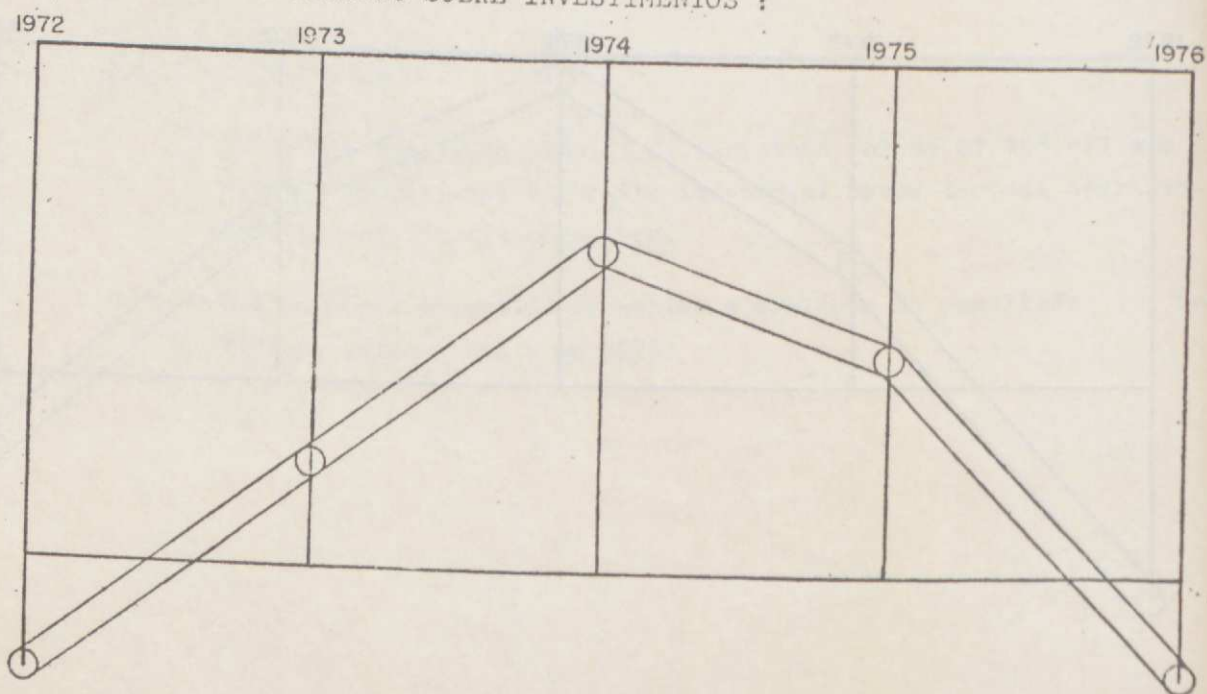
2.4. MARGEM OPERACIONAL LÍQUIDA :



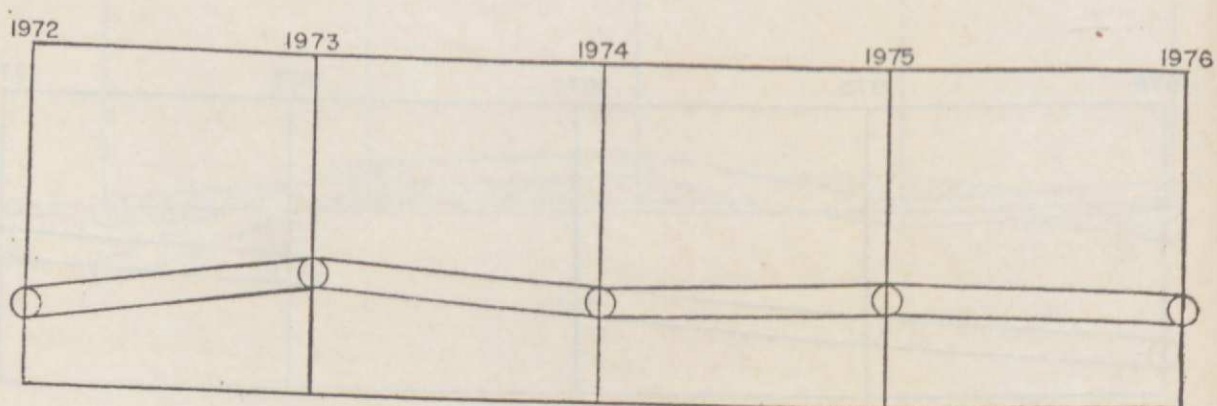
2.5. GIRO DO ATIVO OPERACIONAL .



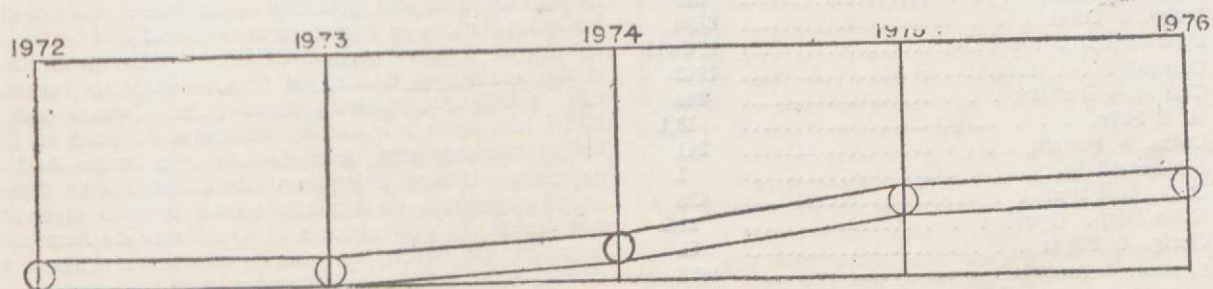
2.6. TAXA DE RETORNO SOBRE INVESTIMENTOS :



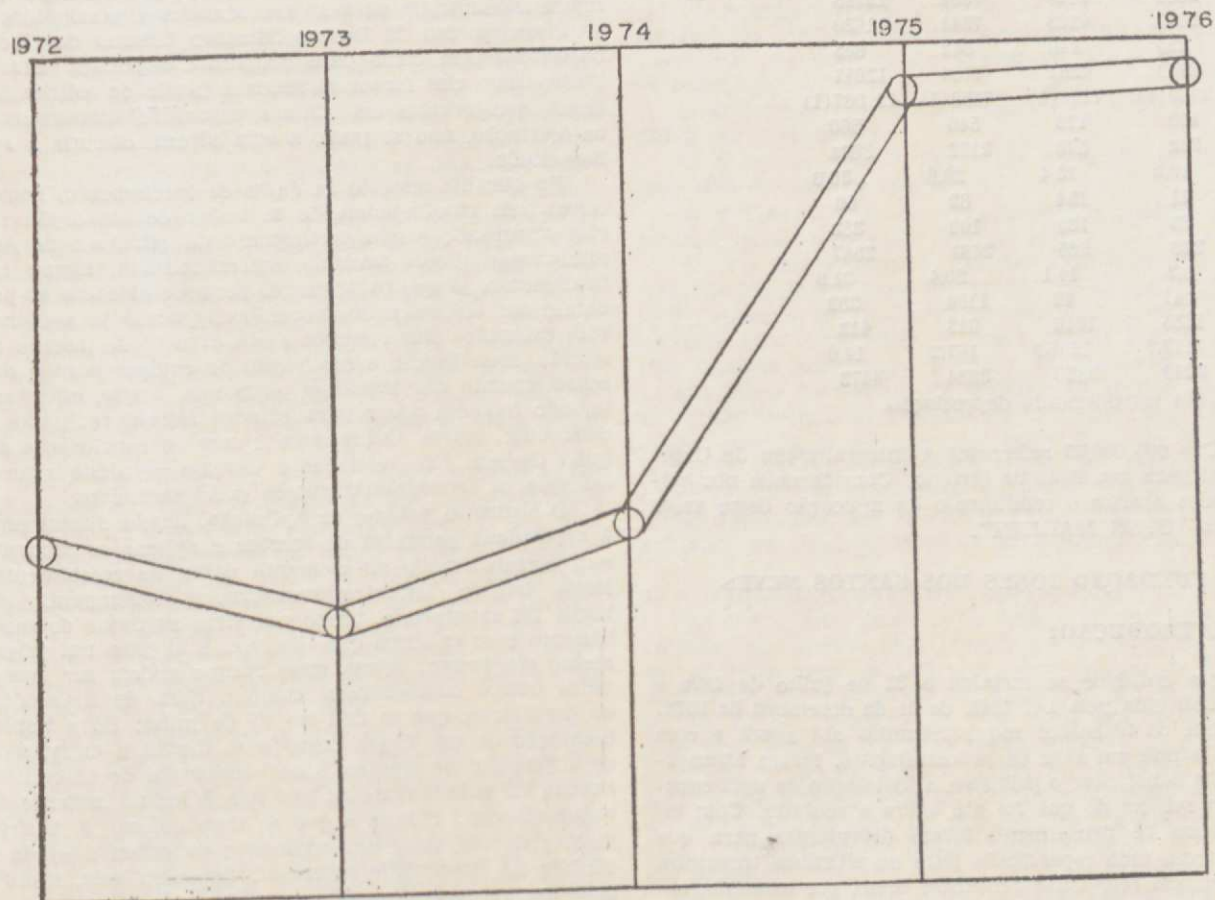
2.7. LIQUIDEZ CORRENTE :



2.8. LIQUIDEZ GERAL :



2.9. PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO :



2.10. DADOS:

Os dados empregados nos presentes demonstrativos foram extraídos dos balancetes do Razão Sintético e do Razão Analítico de 31 de dezembro de cada exercício, sendo os abaixo transcritos, em Cr\$ 1.000,00:

	1972
1. Receita Total	2566
1.1. Receita Operac.	1890
1.2. Outras Receitas	676
2. Despesa Total	3388
2.1. Operacional	1945(1)
2.2. Capital	1943
3. Contas a Receber	248
3.1. % S/Fatr.	13,1
4. Caixa + Bancos	241
5. Almoxarifado	1
6. Dupl. a Pagar	426
6.1. % S/Desp. Oper.	21,9
7. Obrig. a Pagar	35
8. Financ. a Amort.	1938
8.1. % S/Desp. Capital	99,7
9. Ativo Fixo	3060

1973	1974	1975	1976
3054	4475	7684	12795
2819	4326	7342	11930
235	149	342	865
2929	4261	7704	12647
2769(1)	7158(1)	7158(1)	12.087(1)
160	119	546	560
282	578	2172	3634
10,0	13,4	29,6	30,0
71	134	82	50
82	139	100	282
226	585	2461	2647
8,2	14,1	20,4	21,9
41	48	1154	352
1885	1616	913	412
1178,7	1356,9	167,2	14,0
3219	3338	3884	4473

(1) Não considerando depreciação

(2) Cr\$ 600.000,00 referentes à integralização de Capital para aquisição de terreno. Considerando nos cálculos apenas o rendimento da aplicação desse valor em "OPEN MARKET".

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

I — INTRODUÇÃO:

Esta entidade se instalou a 31 de julho de 1976 e foi constituída pela Lei 3043, de 31 de dezembro de 1975.

Com os trabalhos esquematizados até agora e com outros ainda em fase de processamento, foram alcançados dois benefícios: o primeiro, a instalação de uma consciência reflexa do que foi até agora executado. Com isso, linhas de pensamento foram desenhadas para que se obtenha uma repercussão para os próximos trabalhos, conseguindo relevantes proveitos, como, por exemplo, saber o papel do administrador desde a fase da introdução da idéia (o planejamento) até o seu produto final (o plano apresentado e implementado).

O segundo, o mais importante foi o de poder criar uma equipe de planejamento urbano e regional e, com ela, uma mentalidade e uma consciência de valor regional, reagindo e interagindo dentro de uma escala e ambiência regionais. Com isso, instala-se uma memória

com a qual se pretende estabelecer uma continuidade de programação.

Dentro dessa perspectiva, o papel e a consciência do Governo do Estado em formar uma equipe e criar condições para uma programação de nível, revelou-se de mais alta relevância.

II — CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Devem ser destacados três elementos que são importantes para o entendimento e a configuração dos esforços desenvolvidos pela Fundação Jones dos Santos Neves no sentido de implementar uma Política de Desenvolvimento Urbano para a Grande Vitória, primordialmente, e para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, secundariamente. Enfatizando que a FJSN não criou soluções de continuidade para os trabalhos anteriormente desenvolvidos pelo Grupo de Planejamento Urbano e Regional da Secretaria de Estado do Planejamento do Espírito Santo, os três elementos que devem ser destacados são: a) volume de recursos à disposição da FJSN; b) datas de recebimento desses recursos; e, c) volume de aplicação.

Tais elementos, que representam a equação de suporte aos trabalhos que a instituição se propõe a fazer, são extremamente relevantes e estão inter-relacionados. Suas interfaces estão bem definidas.

Quanto ao volume de recursos, não se pode dizer que foram substanciais para as necessidades e possibilidades do Planejamento do Desenvolvimento Urbano das áreas envolvidas bem como para demandas regionais. Entretanto, como eles foram alocados a partir de solicitações feitas, que levaram em conta a capacidade determinada de aplicação, não se pode, a esta altura, discutir a sua magnitude.

No que diz respeito às datas de recebimento, houve, talvez pela circunstância de se tratar de um órgão recém-organizado e não participante da estrutura da Administração direta nem da descentralizada, algum retardamento, já que os primeiros recursos alocados só puderam ser utilizados em novembro, quando já se achavam exauridos seus recursos e sua capacidade interna de seleção, manutenção e motivação de equipes para o desenvolvimento dos trabalhos propostos, o que, entretanto, não impediu que alguns estudos fossem realizados e concluídos, outros alcançassem a fase de conclusão e alguns tenham sido iniciados e estejam seguindo rigorosamente os cronogramas físicos preestabelecidos.

O elemento volume de aplicação, ligado diretamente à capacidade gerencial de receber e aplicar os recursos, está correlacionado ao elemento datas de recebimento. Neste sentido, incontestavelmente, o desempenho da FJSN foi satisfatório, tendo em vista as datas de recebimento e os critérios que reservou a si para um julgamento conclusivo. Ainda mais porque podem ser levantadas outras componentes, como a data de instalação, da instituição, que se deu em 31 de julho. Só a implementação de um órgão como esse, desvia a capacidade de supervisão de equipes e de consecução de trabalhos. Porém, tal posicionamento não vem à luz no instante da argumentação. Porque o que se deve colocar é, basicamente: de um lado, um órgão que concedeu a ajuda e confiou na capacidade gerencial; de outro lado, a entidade que recebeu a ajuda e deve dar uma resposta conveniente ao compromisso assumido. Sob esse prisma é que, sem dúvida, foi satisfatório o desempenho da FJSN.

Com um "Know-how" que vai sendo acumulado ao longo do tempo, espera o órgão poder implementar um quadro de projetos mais agressivos, atendendo cada vez mais às demandas do meio ambiente. Para tanto, conta continuar com a presença permanente do Governo como um todo que, ao lado dos recursos alocados, transmite

vitalidade conceitual e aos problemas que se apresentam quanto à Política de Desenvolvimento Estadual que vem sendo estudada e pesquisada pela FJSN.

Em síntese, essas são as macro colocações iniciais que deveriam ser feitas para fornecer uma introdução ao documento, tão abrangente e conclusiva quanto possível.

III — SÍNTESE DAS ATIVIDADES

As atividades relativas ao Planejamento Urbano e Regional, foram realizadas assistematicamente pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo até princípios de 1975. Quando se iniciou o atual Governo surgiu a idéia de criar, no Espírito Santo, um sistema Estadual de Planejamento, encabeçado por uma Secretaria de Estado do Planejamento.

Em meados de 1975, quando a Secretaria do Planejamento ainda não estava institucionalizada, formou-se um Grupo de Planejamento Urbano e Regional, vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo — CODEC, órgão que deu origem à Secretaria do Planejamento.

O Grupo tinha a finalidade de constituir-se no primeiro embrião voltado para o Planejamento sistemático do Desenvolvimento Urbano e Regional. Contava com uma equipe multidisciplinar, de técnicos locais, e começou a operar com o apoio do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e com recursos alocados pela CNPU, da ordem de 200 mil cruzeiros.

Dois arquitetos, um sociólogo, um engenheiro sanitário e um advogado, em tempo parcial; um engenheiro de transporte e um economista, em tempo integral; um Consultor, urbanista. Este foi o Grupo inicial, que começou a trabalhar no segundo semestre de 1975 e que concluiu, em janeiro de 1976, o estudo denominado "Grande Vitória: uma proposta de ordenamento da aglomeração urbana", estabelecendo as diretrizes gerais para o Planejamento do Desenvolvimento Urbano da Grande Vitória. Com todas as limitações, estava criada uma "biblia", sob a qual dever-se-ia começar a deslanchar o processo de Planejamento. O primeiro passo, seria a ação sobre a Grande Vitória, primordialmente, e sobre os municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, secundariamente. Numa etapa seguinte, o processo seria regionalizado.

Ainda em janeiro de 1976, o Grupo incorpora um administrador, com pós-graduação em Administração Pública, e um engenheiro, com pós-graduação em Planejamento Urbano, ambos em tempo integral. Levando-se em consideração que todos os "antigos" integrantes possuíam cursos de pós-graduação, estavam se consolidando — dois grandes objetivos, o de que o Grupo fosse tão multidisciplinar quanto possível, com técnicos locais, e o de que fosse integrado por técnicos de nível de pós-graduação, preponderantemente.

No primeiro semestre do ano de 1976, foram elaborados mais dois estudos. O mais importante, denominado "Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Vitória, Cachoeiro e Colatina", pretendeu obter recursos na esfera federal e deu origem a uma Exposição de Motivos assinados em julho com a participação do Secretário Executivo da CNPU. O outro, denominado "Geração Financeira dos Municípios da Grande Vitória", pretendeu fornecer uma visão das tendências das finanças dos municípios estudados, como subsídios relevantes ao Planejamento Urbano e Regional, que é incorporado à nova instituição.

Com recursos do Convênio, alocados para planejamento, pretendeu-se continuar a adotar a sistemática de envolver o maior número possível de técnicos locais,

mesmo que isso redundasse, em alguns casos, em aparentes atrasos na demarcação do processo.

Institucionalizado o Planejamento Urbano e Regional, através da FJSN, alguns técnicos da instituição foram mobilizados para dar apoio às Prefeituras Municipais na montagem dos Planos de Aplicação de recursos em obras de engenharia. Tinha-se, aí, embutida, a pretensão de motivar os Prefeitos para uma adesão ao processo, orientando-os no sentido de que a FJSN também poderia atuar no ramo das execuções.

Dos 57 milhões de cruzeiros a serem aplicados na Grande Vitória na implantação de obras viárias, já foram enviados à EBTU, para análise, projetos da ordem de 52 milhões de cruzeiros, com aplicações previstas até julho de 1977. No caso de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, os projetos referentes ao sistema viário também já foram enviados à EBTU.

O que parece estar um pouco defasado, em relação ao que se desejava, é o Programa de Planejamento, sobre o qual se fazem as seguintes observações:

- a) A demarcação do Plano Diretor de Vitória, só deve ser efetivada depois que a Câmara Municipal do município aprovar o Plano de Estruturação do Espaço constante da "Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória". No caso de Cariacica, o PEE já foi aprovado, mas o processo foi adiado um pouco, até que fosse conhecido o novo prefeito;
- b) A primeira fase dos estudos sobre Transportes Urbanos na Grande Vitória, constituída pelo estudo de viabilidade do Sistema de Transporte Aquaviário, já foi concluído;
- c) O Programa de Treinamento de Recursos Humanos já foi deslançado;
- d) O estudo sobre o Centro de Animação de Carapina está em fase de conclusão;
- e) O estudo sobre Preservação do Patrimônio Histórico, também está sendo deslançado;
- f) Os demais estudos, que integram o "Plano de Ação da Fundação Jones dos Santos Neves para 1976 e 1977", deverão ser iniciados no primeiro trimestre do corrente ano, englobados, aí, tanto aqueles estudos que têm recursos assegurados a partir do Convênio, quanto os que ainda necessitam de mobilização, devido ao fato de não terem sido incluídos no Convênio. Em alguns casos, depende-se de uma montagem final de equipes, enquanto que em outros, dado o grau de complexidade envolvido, haverá necessidade de gestões junto a organismos extra-estaduais (o estudo sobre Cadastro Metropolitano, por exemplo, inclui-se neste último caso).

IV — CONSIDERAÇÕES DE ORDEM INSTITUCIONAL

As dificuldades encontradas com a representação do GERES, só definida pelo parecer do consultor jurídico em 19 de outubro de 1976 e a representação da UFES impediram que o Conselho de Administração se reunisse, em 27 de dezembro de 1976, para sua instalação. Com isso, algumas medidas foram adiadas já que dependiam do parecer daquele órgão. Entre outras, foram adiadas medidas relativas a: Quadro de Pessoal, Normas de Admissão, Manual de Pessoal, Regimento Interno, etc... Dificuldades de ordem idêntica sofreu o Conselho Fiscal.

Pensou-se que, nos cinco meses do ano de 1976, deveriam ser tomadas atitudes que levassem a um produto concreto de:

- Instalação física do órgão;
- organização administrativa;
- organização de equipes;
- implementação de atividades;
- desenvolvimento de projetos em andamento; e,

— presença nos problemas de ordem imediata no campo de estudos.

Quanto à instalação física, não obstante estar geograficamente bem situada, o edifício particular onde funciona o órgão afastado do centro nervoso urbano, o que, inegavelmente, permite o desenvolvimento de equipe de trabalho, ainda não satisfaz, pois os cômodos e dependências auxiliares além da exíguos se acham em precário estado de conservação.

Quanto a organização administrativa, optou-se pela flexibilidade, tanto que os critérios tradicionais de departamentalização só foram seguidos para consecução das atividades-meio, consubstanciadas numa Secretaria Executiva. Para as atividades-fim, utilizou-se a técnica da administração por projetos (ou por objetivos), no sentido de alcançar uma organização matricial pura. Embora o Regimento Geral não tenha sido aprovado, a organização está em funcionamento dentro dessa dinâmica e tem apresentado resultados satisfatórios no que diz respeito às atividades até agora formuladas e aos produtos apresentados.

Relativamente à parte financeira, a Fundação contou, inicialmente, com um orçamento da ordem de Cr\$ 2.337.100,00. A esse montante somaram-se recursos provenientes de dois convênios. O primeiro entre a Fundação e a Secretaria de Interior e Transportes, assinado em agosto de 1976, no valor de Cr\$ 50.000,00 e aumentado, em final de dezembro, para Cr\$ 1.000.000,00. Segundo, envolvendo recursos federais provenientes do convênio entre a FJSN e a EBTU, do qual foi liberado, em 1975, a importância de Cr\$ 1.072.400,00.

Do total orçado para 1976 foi liberada a quantia de Cr\$ 1.942.700,00, equivalente a 83% do orçamento/76, e do convênio com a Secretaria do Interior e Transportes recebeu-se a importância de Cr\$ 34.000,00.

O pagamento do pessoal colocado à disposição da Secretaria do Planejamento, 3 técnicos e 8 auxiliares técnicos, em 1976, custou à Fundação Cr\$ 419.535,40, ou seja, 22% do total liberado de seu orçamento.

Quanto à equipe, a Fundação optou pelo critério de constituir-las de técnicos com formação acadêmica pós-graduada, multidisciplinar e não inflada no que diz respeito às proporções. Partindo do pressuposto básico de que, em termos de planejamento urbano e regional, e de estudos e pesquisa, as especializações profissionais não são tão evidentes e concretas, mas, sim tendem a aparecer no decorrer das atividades desenvolvidas, não se justifica, em termos de custo operacional, a manutenção de equipes grandes para tarefas que nem sempre são permanentes e/ou beneficiadas por recursos para sua execução. Assim é que atualmente, estão em exercício na FJSN, 1 especialista em Economia Regional (mestrado na Universidade da Califórnia); 1 Administrador Público (mestrado pela Fundação Getúlio Vargas); 1 especialista em Economia Regional (mestrado na Universidade de Miami-Oxford-Ohio); 1 Engenheiro de Transportes (mestrado na COPPE do Rio de Janeiro); 1 Engenheiro em Planejamento Urbano e Regional (mestrado na COBPE do Rio de Janeiro). Além disso, a Fundação entrou em contato com a CNPU no sentido de que seja recrutado um Arquiteto Urbanista, com pós-graduação na área correspondente, para que, seja, então, completado o universo multidisciplinar.

A Fundação atuou, ora subsidiária, ora diretamente, na implantação de várias atividades do setor público do Estado, dentre as quais requerem destaque: as visitas do Presidente da República e de Ministros de Estado e Embaixadores, bem como o Seminário de Avaliação Governamental e o Seminário para Prefeitos recém-eleitos, entre outras.

Foi concluído o projeto de Sistema de Transportes Aquaviário, desenvolvido sob cinco grupos de itens. O

primeiro teve considerações preliminares, enquadrando a questão no marco histórico que contribuiu para a formação da problemática e colocando a metodologia (utilizada), assim como a postura tecnológica (necessária). O segundo, indicou área geográfica do estudo, analisou o fluxo de tráfego existente e detectou os pontos de estrangulamento. O terceiro, partiu da necessidade de implementação de um sistema integrado de transportes aquaviário rodoviário, localizou os terminais com suas respectivas áreas de influência, e fez a previsão da demanda, dimensionando, também, a frota. Depois, analisou-se a viabilidade técnico-financeira do sistema, e, por último, apresentaram-se alguns aspectos institucionais e formularam-se algumas recomendações gerais ligadas à sua operacionalização.

Dos vários projetos iniciados em 1976, alguns dos quais com término previsto para os três primeiros meses de 77, destacam-se o Projeto de sinalização, parte do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico, Projeto de Análise Demográfica; Projeto de Localização do Terminal Rodoviário de Passageiros, Projetos de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Além disso, a Fundação se fez presente no encaminhamento de estudos solicitados diretamente pelo Governador, tais como: Ante-Projeto de Lei acerca de Consultorias, Estudo sobre Meio Ambiente, Estudo sobre a Racionalização do Uso de Combustível, e nível Estadual, e, Estudo sobre a Criação de uma Comissão de Ciência e Tecnologia, entre outros.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

O Departamento Estadual de Estatística é na forma do art. 120, da Lei nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975, um órgão de regime especial que integra a estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento, tendo por finalidade, de acordo com o item XXIII, do art. 2º do Decreto nº 878—N, de 25 de agosto de 1976, executar os serviços de natureza estatística solicitados pela SEPI, executar no âmbito estadual os planos traçados pelas campanhas estatísticas nacionais e prestar as informações solicitadas pelas entidades públicas e por particulares.

Dentre as atividades desenvolvidas por este órgão no decorrer de 1976 destacam-se:

a) Campanha Estatística — O que foi recebido até o presente, no que diz respeito à XI Campanha Estatística Nacional, refere-se somente ao elenco de questionários das estatísticas primárias da Justiça.

Tudo indica, que o Censo Econômico, foi a causa do atraso da confecção e remessa dos questionários da atual campanha.

Os modelos de questionários enviados ao DEE, pela DELIBGE/ES, são os seguintes:

1. Estabelecimentos Prisionais	Q-5.09
2. Movimento Policial	Q-5.10
3. Suicídios e Tentativas	Q-5.11
4. Incêndios	Q-5.12
5. Desastres e Acidentes de Trânsito	Q-5.13
6. Desquites	Q-5.14

b) Veículos — Sem qualquer esclarecimento oficial, o Serviço Nacional de Trânsito, retirou a 5ª via do Registro de Veículos, pertencente à Estatística, a partir do corrente ano, ficando o DEE com o registro de veículos atualizado até 1975, cujas tabelas seguintes revelam que no Espírito Santo o número total de veículos somavam 77 428, dos quais, 58 912 eram para passageiros e 18 516 para transporte de cargas.

c) Ensino — Pré-Escolar, 1º Grau (Primário Antigo — Escolas de uma sala de aula e de duas e mais salas), Médio Antigo (1º Ciclo e 1º Grau) e 2º Grau (2º Ciclo e 2º Grau) Ano 1974.

No correr do ano, foram recebidas as tabelas do Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC, sobre as apurações do ensino que anteriormente foram trabalhadas pelo DEE, com o seguinte número de tabelas processadas e discriminadas:

1. Ensino Pré-Escolar	6 tabelas
2. Ensino de 1º Grau (Primário Antigo — Escolas de uma sala de aula)	6 tabelas
3. Ensino de 1º Grau (Médio Antigo — 1º Ciclo e 1º Grau)	24 tabelas
4. Ensino de 2º Grau (2º Ciclo e 2º Grau)	22 tabelas

Pré-1º Grau, 1º Grau (Primário Antigo — Escola de uma sala de aula e de duas e mais salas), Médio Antigo (1º Ciclo e 1º Grau) e 2º Grau (2º Ciclo e 2º Grau) — Ano de 1975.

Como foi ressaltado no relatório anterior, os trabalhos elaborados na crítica, codificação e numeração dos questionários relativos a Ensino, são remetidos ao SEEC/MEC no Rio de Janeiro, para serem convenientemente processados, uma vez que o PRODEST, desde 1973 deixou de executá-los, dada a complexidade que os mesmos encerram, o que pode levar a variados erros de processamento, a exemplo das extrações de 1971 e 1972.

Assim, o DEE durante o ano de 1976, trabalhou com uma massa de questionários que totalizou a 6.370 instrumentos de coleta, conforme discriminação abaixo.

ENSINO — 1975	Número de Questionários
I — Ensino Pré — 1º Grau — EP — 1	195
II — Ensino de 1º Grau — EG — 1/1 (Primário Antigo — Escolas de uma sala de aula)	5.229
III — Ensino de 1º Grau — EG — 1/2 (Primário Antigo — Escolas de duas e mais salas) — Ensino Médio Antigo (1º Ciclo) e/ou Estabelecimentos que já estejam oferecendo Ensino de 1º Grau	707
IV — Ensino de 2º Grau — EG — 2 (Ensino Médio Antigo) — (2º Ciclo) e/ou Estabelecimentos que já estejam oferecendo Ensino de 2º Grau	239
TOTAL GERAL	6.370

Os questionários acima citados, englobam uma vasta série de informações úteis, que poderão orientar as autoridades educacionais no aperfeiçoamento do ensino, cujos mapas de apuração espelham os seguintes resultados:

ENSINO PRÉ — 1º GRAU — EP — 1

- 1 — Identificação do Estabelecimento
- 2 — Dados gerais sobre o Estabelecimento
- 3 — Pessoal em exercício em 30/04/75, por nível de formação
- 4 — Dados sobre o alunado

ENSINO DE 1º GRAU — EG — 1/1

- 1 — Identificação do Estabelecimento
- 2 — Dados gerais sobre o Estabelecimento
- 3 — Pessoal docente em exercício em 30/04/75, por nível de formação
- 4 — Composição das turmas, por turno e série em 30/03/75

5 — Movimento Escolar

- 6 — Matrícula no início do ano (em 30/04/75, por sexo, segundo a idade)

ENSINO DE 1º GRAU — EG — 1/2

- 1 — Identificação do Estabelecimento
- 3 — Identificação do Centro Interescolar
- 3 — Dados sobre o Estabelecimento
- 4 — Pessoal em exercício em 30/03/75, por nível de formação
- 5 — Dados sobre o alunado

ENSINO DE 2º GRAU — EG — 2

- 1 — Identificação do Estabelecimento
- 2 — Identificação do Centro Interescolar
- 3 — Dados gerais sobre o Estabelecimento
- 4 — Pessoal em exercício em 30/04/75, por nível de formação
- 5 — Dados sobre o alunado

Segundo entendimentos entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Educação e este órgão, o lançamento dos questionários para a coleta dos dados sobre o ensino de pré-1º grau e de 1º e 2º graus, relativos a 1975, fixou a cargo daquela Secretaria de Estado, colaborando o DEE na elaboração de crítica, codificação, cadastro e remessa dos mesmos.

CADASTRO DAS UNIDADES ESCOLARES

A exemplo dos últimos anos, está sendo formalizado e atualizado o Cadastro das Unidades Escolares Estaduais, relativo à localização, segundo o distrito a que pertencem por ordem alfabética.

ENSINO SUPERIOR — ANOS 1975 e 1976

As apurações estatísticas relativas ao ensino superior e referentes a 1975 exigiram o emprego de 23 tabelas que, afinal, se resumiram nas indicações que figuram nas tabelas IV, anexas.

d) Finanças Públicas

No correr de 1976, o DEE concluiu as apurações referentes às finanças públicas: Federal, Estadual e Municipal, relativas ao exercício de 1975.

Os dados de finança federal, foram obtidos através da Delegacia Fiscal da Receita Federal, enquanto os da finança Estadual foram coletados do Balanço do Estado, fornecido pelo Departamento Geral de Contabilidade da Secretaria do Estado da Fazenda e completados através de prestação de contas do suplemento do Diário Oficial de 15 de agosto de 1976.

Com relação à receita e despesa municipal, os dados foram coletados por intermédio do Departamento de Administração Municipal do Colendo Tribunal de Contas, para aqueles Municípios, cujas prefeituras não atenderam às solicitações feitas pelo DEE. A tabela V, espelha durante um quadriênio 1972/76, as receitas das três órbitas administrativas e a despesa estadual e municipal.

e) Movimento Policial-Criminal

Relativamente ao movimento policial-criminal, foram lançados os inquéritos regionais, informados pelas Delegacias Municipais de Polícia do Interior, Delegacias Especializadas e Distritais da Capital e Escribas do Crime, cuja coleta é elaborada por intermédio postal, tendo por objeto de estudo as seguintes características:

ASSUNTOS	Número de Inquéritos
1 — Desastres e Acidentes	82
2 — Incêndios	—
3 — Suicídios e tentativas	6
4 — Armas apreendidas	69
5 — Prisões	133
6 — Detenções	533
7 — Saída de presos	160
8 — Inquéritos Policiais Processados	416
9 — Movimento Carcerário	110
TOTAL	1.509
10 — Boletins Individuais (1)	111
TOTAL GERAL	1.620

NOTA: Inquéritos recebidos até 8 de dezembro de 1976.

(1) — Exclui-se os Boletins Individuais remetidos pela Corregedoria de Polícia Civil e Cartórios do Crime.

Dos inquéritos policiais processados e dos boletins individuais (complemento para as apurações, os quais são transcritos para formulários próprios), foram apuradas as Estatísticas dos crimes e das contravenções penais, durante o ano de 1976. A tabela VI, especifica também durante um quadriênio 1972/75, o movimento policial, determinando os crimes e as contravenções, segundo as espécies.

f) Estatísticas Comerciais

1. Exportação — O trabalho de estatística de exportação consiste na separação das notas fiscais recebidas, pelas diversas vias de expedição e preenchimento dos respectivos mapas com a referência às diversas espécies de mercadorias indicadas nas mencionadas notas fiscais, classificando-as por origem com sua codificação na conformidade da Nova Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

De janeiro a dezembro de 1975, foram preparadas 239 637 notas fiscais, acusando uma média de 19964 documentos mensais. O PRODEST até o presente momento, extraiu os relatórios mensais de janeiro a junho de 1975, tendo alguns mapas acusado erros de computação, o que de imediato foi comunicado à Superintendência daquela Empresa. Também com relação ao movimento de exportação de julho a dezembro de 1974 e o respectivo resumo anual, acusaram erros de computação que por certo, deverão estar sendo corrigidos pelo PRODEST. Do ano de 1976, estão encerrados os trabalhos referentes aos meses de janeiro a junho.

Aos órgãos de Estatística dos demais Estados o DEE enviou as apurações de Exportação Geral por Destino, referentes aos meses de julho e dezembro de 1974 e janeiro a junho de 1975, enquanto para a Fundação IBGE, foram remetidas as apurações por vias internas de julho a dezembro de 1974 e de janeiro a junho de 1975.

2. Importação — Com referência à importação dos Estados brasileiros, este levantamento tem como única fonte, 16 Empresas Transportadoras, entre as quais 12 rodoviárias e mais a Companhia Vale do Rio Doce, Estrada de Ferro Leopoldina, Varig e Vasp. De janeiro a dezembro de 1975, foram codificadas 233 470 mercadorias e, a exemplo da exportação, o PRODEST extraiu até o mês de junho.

Do ano de 1976, estão sendo encerrados os meses de janeiro a abril.

As tabelas estatísticas do Intercâmbio Comercial, anexas a este relatório, demonstram o movimento da exportação e importação do Espírito Santo e a representação gráfica que as segue, espelha a comparação entre as quantidades exportáveis e importáveis.

g) Publicações Impressas e Divulgadas em 1976

Nº de ordem	Nome do Trabalho Publicado	Nº de exemplares
1.	Anuário Estatístico do Espírito — 1973	400
2.	Produção e Exportação de Café — 1969/73	418
3.	Pecuária — 1970/73	412
4.	Ensino Primário Comum — 1971/73	400
5.	Alguns Aspectos da Produção Animal 1969/73	400
6.	Finanças Públicas — 1970/74	350
7.	Veículos Licenciados — 1970/74	350
8.	Movimento Bancário — 1973/74	350
9.	Intercâmbio Comercial — 1970/73	350
10.	Finanças Públicas — 1971/75	250

As publicações acima, totalizaram 3.680 exemplares, sem contar com a impressão dos formulários para execução dos trabalhos de estatística, assim discriminados:

- 1 — 10.000 mapas de Importação e Exportação
- 2 — 560 fichas de Inventário do material permanente
- 3 — 1.050 formulários de cadastro de veículos
- 4 — 3.900 formulários (de uso interno)
- 5 — 1.500 formulários de Inquérito Policial Processado

6 — 500 envelopes timbrados (mod. ENFORMA-22).

Encontra-se na fase de conclusão datilográfica o Anuário Estatístico do Espírito Santo — 1974 e se não fosse o obstáculo de ordem material, uma vez que as chapas impressoras não recebem boa receptividade dos tipos, era intenção do DEE, fazê-lo publicar ainda no ano próximo findo.

h) Programa de trabalho para 1977

Paulatinamente, a Fundação IBGE, tem avocado vários inquéritos que anteriormente eram elaborados pelo DEE, ficando o órgão estadual de estatística desprovido daquelas informações socio-econômicas, tão úteis e necessárias para o desenvolvimento de um bom planejamento.

A par do conhecimento dessa realidade, Secretária de Estado do Planejamento, em boa hora, tomou a iniciativa de elaborar um plano de implantação de um novo sistema de informações que viesse atender as necessidades do Governo, dotando o DEE de maior flexibilidade de ação, na obtenção de dados estatísticos tão exigidos na hora presente.

Assim abraçando essa nova filosofia, espera o DEE, que por certo, será a unidade operacional do novo sistema, participar efetivamente do planejamento e execução dos futuros projetos, desempenhando a sua função de órgão auxiliar das realizações governamentais.

AUTOMÓVEIS E OUTROS VEÍCULOS MOTORIZADOS

Veículos licenciados segundo a natureza, por municípios — 1975

1. PARA PASSAGEIROS

MUNICÍPIOS	VEÍCULOS PARA PASSAGEIROS				
	Total	Automóvel	Camioneta	Universal Jeep	Outros
Afonso Cláudio	863	450	267	142	4
Alegre	823	504	146	167	6
Alfredo Chaves	283	146	95	39	3
Anchieta	155	106	38	11	—
Aplacá	104	73	19	12	—
Aracruz	381	262	95	13	11
Atílio Vivacqua	133	78	40	9	6
Baixo Guandu	525	275	86	104	60
Barra de São Francisco	556	387	82	84	3
Boa Esperança	110	67	24	19	—
Bom Jesus do Norte	273	213	28	14	18
Cachoeiro de Itapemirim	6.092	3.539	1.543	143	867
Cariacica	3.267	1.981	843	87	356
Castelo	743	468	179	95	6
Colatina	4.245	2.718	972	287	268
Conceição da Barra	201	135	36	28	2
Conceição do Castelo	320	128	102	88	1
Divino de São Lourenço	81	31	5	45	—
Domingos Martins	697	266	346	71	14
Dores do Rio Preto	68	42	7	19	—
Ecoporanga	315	201	43	68	3
Fundão	149	94	47	8	—
Guacuí	905	632	131	102	39
Guarapari	1.023	643	332	30	17
Ibiracu	418	257	131	17	13
Iconha	255	173	51	26	5
Itaguacu	333	189	67	67	10
Itapemirim	372	250	97	7	18
Itarana	219	119	59	37	4
Iúna	429	256	81	91	1
Jerônimo Monteiro	207	156	38	10	3
Linhares	2.771	1.893	682	141	55
Mantenópolis	35	21	6	8	—
Mimoso do Sul	509	317	128	45	19
Montanha	427	295	62	69	1
Mucurici	127	56	28	42	1
Muniz Freire	231	98	62	70	1
Muqui	323	204	61	53	5
Nova Venécia	857	576	140	125	16
Pancas	248	157	40	44	7
Pinheiros	287	186	48	53	—
Plúma	67	45	16	5	1
Presidente Kennedy	154	109	36	8	1
Rio Novo do Sul	264	141	66	48	9
Santa Leopoldina	221	99	98	24	—
Santa Teresa	503	335	130	21	17
São Gabriel da Palha	763	479	140	111	33
São João do Calçado	154	102	21	31	—
São Mateus	935	592	234	73	36
Serra	747	455	197	32	63
Viana	256	150	86	13	7
Vila Velha	6.835	4.984	1.682	37	132
Vitória	17.649	13.256	3.932	167	294
ESTADO	58.912	39.389	13.926	3.161	2.436

AUTOMÓVEIS E OUTROS VEÍCULOS MOTORIZADOS

Veículos licenciados, segundo a natureza, por municípios — 1975

2. PARA CARGA

MUNICÍPIOS	VEÍCULOS PARA CARGA				
	Total	Caminhão	Caminhão Basculante	Camioneta "Pickup"	Outros
Afonso Cláudio	290	187	—	103	—
Alegre	197	83	1	107	6
Alfredo Chaves	197	131	3	63	—
Anchieta	112	56	6	34	16
Aniá	29	9	—	18	2
Aracruz	402	301	12	88	1
Atílio Vivacqua	65	44	2	19	—
Baixo Guandu	349	179	103	67	—
Barra de São Francisco	317	213	9	93	2
Boa Esperança	99	80	1	18	—
Bom Jesus do Norte	88	49	—	35	2
Cachoeiro de Itapemirim	1.933	1.190	108	507	128
Cariacica	1.454	885	109	390	70
Castelo	405	190	9	191	15
Colatina	1.049	1.126	6	807	10
Conceição da Barra	166	51	3	50	62
Conceição do Castelo	286	146	25	107	8
Divino de São Lourenço	17	3	—	14	—
Domingos Martins	485	293	20	165	8
Dôres do Rio Preto	22	9	—	13	—
Ecoporanga	80	32	—	48	—
Fundão	72	41	6	25	—
Guacuí	207	116	3	84	4
Guarapari	182	105	7	66	4
Ibiraçu	244	188	10	42	4
Iconha	233	191	3	36	3
Itaguacu	178	75	2	101	—
Itapemirim	140	93	1	45	1
Itarana	159	104	2	52	1
Iúna	115	50	5	60	—
Jerônimo Monteiro	49	29	2	18	—
Linhares	1.909	1.420	5	484	—
Mantenópolis	12	1	—	11	—
Mimoso do Sul	122	60	—	61	1
Montanha	166	48	3	115	—
Mucurici	42	2	—	40	—
Muniz Freire	81	26	1	52	2
Muqui	127	63	3	61	—
Nova Venécia	434	242	7	184	1
Pancas	98	43	2	51	2
Pinheiros	132	72	—	59	1
Plúma	26	12	—	14	—
Presidente Kennedy	108	71	3	34	—
Rio Novo do Sul	149	99	3	47	—
Santa Leopoldina	167	111	—	56	—
Santa Teresa	232	171	3	87	1
São Gabriel da Palha	526	330	1	195	—
São José do Calçado	27	11	—	16	—
São Mateus	582	373	4	205	—
Serra	436	312	42	71	11
Viana	175	117	1	46	11
Vila Velha	617	274	20	242	81
Vitória	1.798	849	113	744	92
ESTADO	18.516	10.956	669	6.341	550

I — ENSINOS DE 1º GRAU E DE PRÉ-1º GRAU

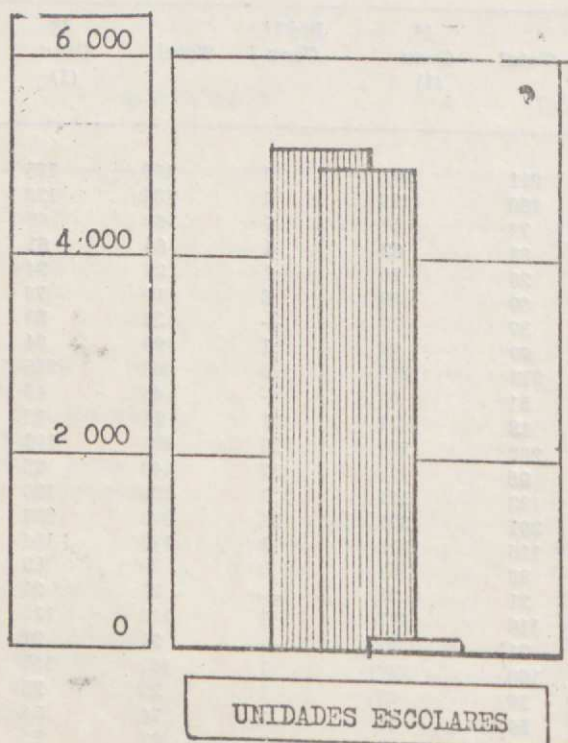
1. Unidades Escolares e Corpo Docente, por Municípios — Segundo a Natureza do Ensino — 1974

Municípios	Unidades Escolares			Corpo Docente		
	Total	1º Grau (1)	Pré 1º Grau	Total	1º Grau (1)	Pré 1º Grau
Afonso Cláudio	211	210	1	190	185	5
Alegre	130	129	1	137	128	9
Alfredo Chaves	72	71	1	69	65	4
Archieta	63	62	1	64	61	3
Apiaçá	26	25	1	28	24	4
Aracruz	89	83	6	89	78	11
Atílio Vivacqua	39	39	—	38	38	—
Baixo Guandu	99	98	1	99	94	5
Barra de São Francisco	273	269	4	266	255	11
Boa Esperança	51	51	—	46	46	—
Bom Jesus do Norte	13	12	1	14	12	2
Cachoeiro de Itapemirim	208	198	10	322	196	126
Cariacica	95	78	17	140	75	65
Castelo	122	121	1	129	120	9
Colatina	361	337	24	390	323	67
Conceição da Barra	116	115	1	110	104	6
Conceição do Castelo	89	87	2	90	85	5
Divino de São Lourenço	21	21	—	21	21	—
Domingos Martins	118	117	1	116	112	4
Dores de Rio Preto	21	21	—	21	21	—
Ecoporanga	160	159	1	166	159	7
Fundão	26	25	1	29	25	4
Guaçu	56	55	1	74	54	20
Guarapari	75	73	2	82	72	10
Ibiraçu	58	56	2	62	56	6
Iconha	42	41	1	42	40	2
Itaguacu	60	59	1	62	58	4
Itapemirim	117	115	2	137	113	24
Itarana	43	41	2	46	41	5
Iúna	97	97	—	97	97	—
Jerônimo Monteiro	24	23	1	27	24	3
Linhares	340	331	9	355	301	54
Mantenópolis	65	65	—	63	63	—
Mimoso do Sul	131	130	1	137	130	7
Montanha	14	12	2	15	12	3
Mucurici	42	42	—	42	42	—
Muniz Freire	91	90	1	93	89	4
Muqui	59	57	2	72	56	16
Nova Venécia	199	198	1	204	198	6
Pancas	139	137	2	125	121	4
Pinheiros	98	97	1	88	82	6
Piúma	10	9	1	13	9	4
Presidente Kennedy	58	58	—	55	55	—
Rio Novo do Sul	33	32	1	35	32	3
Santa Leopoldina	111	110	1	106	102	4
Santa Teresa	105	103	2	92	86	6
São Gabriel da Palha	166	163	3	153	145	8
São José do Calçado	40	39	1	44	39	5
São Mateus	203	201	7	214	200	14
Serra	75	72	3	70	64	6
Viana	49	48	1	43	41	2
Vila Velha	33	16	17	89	18	71
Vitória	35	9	26	241	10	231
ESTADO	5.076	4.907	169	5.552	4.677	875

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.
 (1) — Refere-se as Escolas de Uma Sala de Aula (Ensino Primário Antigo).

ENSINOS DE 1º GRAU E DE PRÉ-1º GRAU

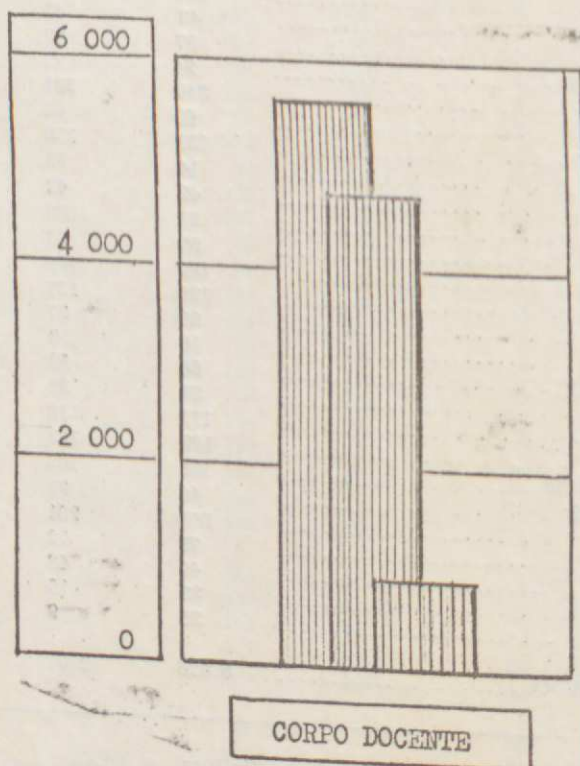
1974



○ TOTAL

○ 1º GRAU (PRIMÁRIO ANTIGO)

● PRÉ-1º GRAU



I — ENSINOS DE 1º GRAU E DE PRÉ-1º GRAU

2. Matrícula em 30/04/74 e Matrícula no Fim do Ano em 1973, Por Municípios — Segundo a Natureza do Ensino

Municípios	Matrícula em 30/04/74			Matrícula no Fim do Ano Em 30/11/73		
	Total	1º Grau (1)	Pré 1º Grau	Total	1º Grau (1)	Pré 1º Grau
Afonso Cláudio	4.929	4.800	129	5.113	4.988	125
Alegre	3.604	3.408	196	3.360	3.210	150
Alfredo Chaves	1.516	1.408	108	1.537	1.428	109
Anchieta	1.748	1.658	90	1.570	1.570	—
Ap'acá	624	566	58	628	558	70
Aracruz	1.951	1.673	278	2.068	1.767	301
Atílio Vivacqua	888	888	—	829	829	—
Baixo Guandu	2.353	2.195	158	2.416	2.238	178
Barra de São Francisco	7.323	7.059	264	6.812	6.625	187
Boa Esperança	1.392	1.342	—	1.147	1.147	—
Bom Jesus do Norte	346	270	76	321	247	74
Cachoeiro de Itapemirim	6.673	5.349	1.324	6.466	5.340	1.126
Cariacica	4.200	2.509	1.691	4.196	2.216	1.980
Castelo	3.269	3.092	177	3.178	2.986	192
Colatina	9.415	7.892	1.523	10.188	8.851	1.337
Conceição da Barra	3.403	3.303	100	3.210	3.118	92
Conceição do Castelo	2.161	2.037	124	2.167	2.043	124
Divino de São Lourenço	539	539	—	439	439	—
Domingos Martins	3.363	3.306	57	4.527	4.450	77
Dores do Rio Preto	487	487	—	406	406	—
Ecoporanga	4.737	4.487	250	4.090	3.859	231
Fundão	691	613	78	773	705	68
Guacuí	1.499	1.195	304	1.268	954	314
Guarapari	2.340	2.052	288	1.998	1.763	235
Ibiraçu	1.321	1.176	145	1.268	1.106	162
Iconha	991	975	16	1.179	1.157	22
Itaguaçu	1.279	1.176	103	1.325	1.222	103
Itapemirim	3.379	3.023	356	3.011	2.727	284
Itarana	1.045	934	111	1.038	921	117
Iúna	2.958	2.958	—	2.920	2.920	—
Jerônimo Monteiro	719	667	52	616	568	48
Linhares	9.677	8.640	1.037	8.119	7.470	649
Mantenópolis	1.744	1.744	—	1.565	1.565	—
Mimoso do Sul	3.176	3.037	139	3.238	3.044	194
Montanha	489	392	97	439	341	98
Mucurici	1.201	1.201	—	1.315	1.315	—
Muniz Freire	2.471	2.367	104	2.240	2.133	107
Murici	1.502	1.200	302	1.526	1.170	356
Nova Venécia	5.784	5.632	152	5.358	5.207	151
Pancas	3.339	3.215	124	3.376	3.289	87
Pinheiros	2.478	2.430	48	2.602	2.402	200
Plúma	337	197	140	444	297	147
Presidente Kennedy	1.772	1.772	—	1.575	1.575	—
Rio Novo do Sul	868	781	87	883	782	101
Santa Leopoldina	2.873	2.786	87	2.895	2.817	78
Santa Teresa	2.213	2.105	108	2.422	2.271	151
São Gabriel da Palha	4.123	3.915	208	4.261	4.060	201
São José do Calçado	977	864	113	931	817	114
São Mateus	6.336	5.962	374	6.264	5.985	279
Serra	2.115	2.003	112	1.884	1.767	117
Viana	1.183	1.163	20	1.403	1.383	20
Vila Velha	1.636	557	1.079	1.284	445	839
Vitória	3.045	294	2.751	2.875	329	2.546
ESTADO	140.482	125.344	15.138	136.963	122.822	14.141

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.
 (1) — Refere-se as Escolas de Uma Sala de Aula (Ensino Primário Antigo).

I — ENSINOS DE 1º GRAU E DE PRÉ-1º GRAU

3. Aprovações em 1973, por Municípios Segundo a Natureza do Ensino

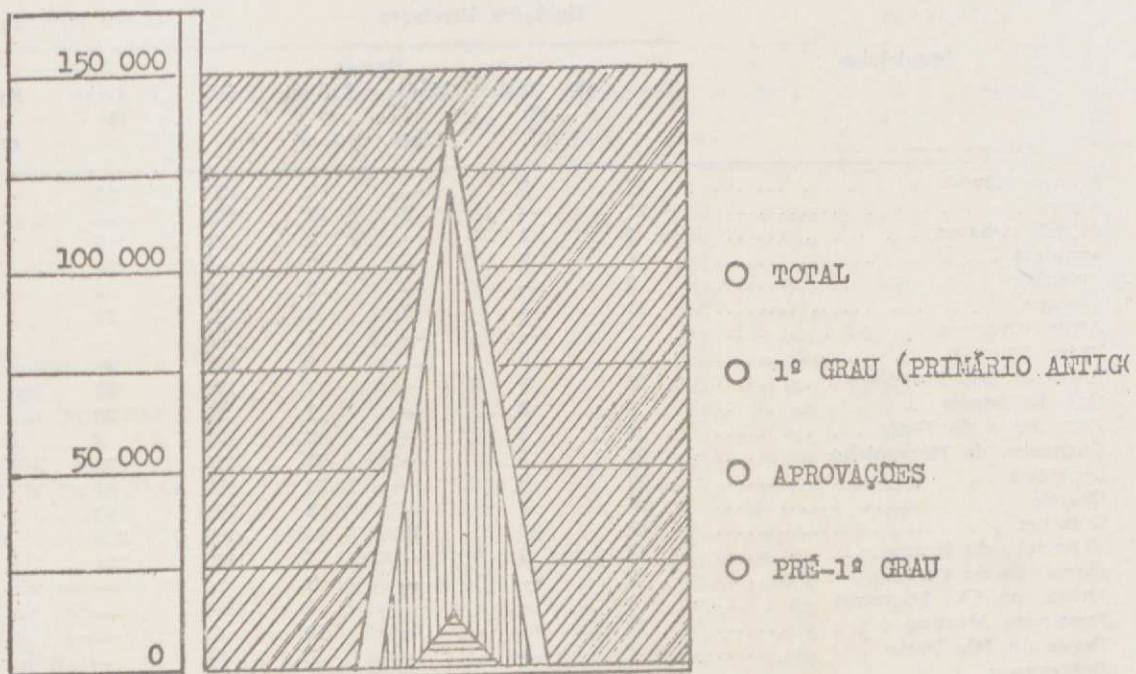
Municípios	Aprovações		
	Total	1º Grau (1)	Pré-1º Grau
Afonso Cláudio	3.053	3.053	—
Alekre	2.090	2.090	—
Alfredo Chaves	886	886	—
Anchieta	1.236	1.236	—
Apiacá	324	324	—
Aracruz	1.193	1.193	—
Atilio Vivacqua	583	583	—
Baixo Guandu	1.703	1.703	—
Barra de São Francisco	4.081	4.081	—
Boa Esperança	655	655	—
Bom Jesus do Norte	143	143	—
Cachoeiro d' Itapemirim	3.841	3.841	—
Cariacica	1.809	1.809	—
Castelo	2.027	2.027	—
Colatina	7.305	7.305	—
Conceição da Barra	1.814	1.814	—
Conceição do Castelo	1.384	1.384	—
Divino de São Lourenço	318	318	—
Domingos Martins	3.635	3.635	—
Dores do Rio Preto	312	312	—
Ecoporanga	2.370	2.370	—
Fundão	528	528	—
Guaçu	696	696	—
Guarapari	1.335	1.335	—
Ibiraçu	891	891	—
Iconha	764	764	—
Itaguaçu	956	956	—
Itapemirim	1.821	1.821	—
Itarana	702	702	—
Iúna	1.858	1.858	—
Jerônimo Monteiro	350	350	—
Linhares	4.702	4.702	—
Mantenópolis	962	962	—
Mimoso do Sul	2.030	2.030	—
Montanha	195	195	—
Mucurici	710	710	—
Mun'z Freire	1.232	1.232	—
Muqui	813	813	—
Nova Venécia	3.038	3.038	—
Pancas	2.248	2.248	—
Pinheiros	1.239	1.239	—
Piúma	237	237	—
Presidente Kennedy	1.083	1.083	—
Rio Novo do Sul	460	460	—
Santa Leopoldina	1.680	1.680	—
Santa Teresa	1.806	1.806	—
São Gabriel da Palha	2.896	2.896	—
São José do Calçado	521	521	—
São Mateus	3.352	3.352	—
Serra	1.318	1.318	—
Viana	938	938	—
Vila Velha	394	394	—
Vitória	304	304	—
ESTADO	82.821	82.821	—

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

(1) — Refere-se as Escolas de Uma Sala de Aula (Ensino Primário Antigo).

ENSINOS DE 1º GRAU E DE PRÉ-1º GRAU

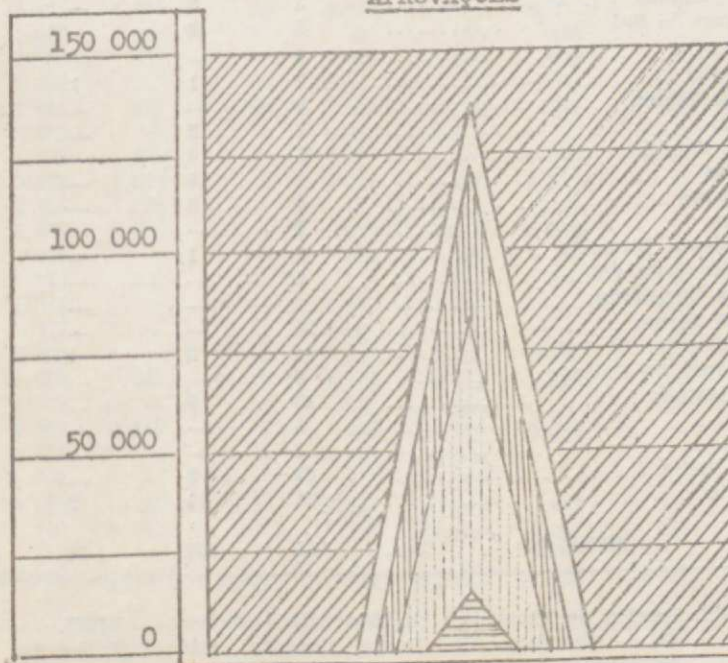
MATRÍCULA EM 30/04/74



MATRÍCULA EM 30/11/73

E

APROVAÇÕES



II — ENSINO DE 1º GRAU

1. Unidades Escolares e Corpo Docente, por Municípios

Segundo a Natureza do Ensino — 1974

Municípios	Unidades Escolares				Corpo Docente (1)			
	Total	1º Grau (2)	Ensino		Total	1º Grau (2)	Ensino	
			Médio 1º Ciclo	Antigo 1º Grau			Médio 1º Ciclo	Antigo 1º Grau
Afonso Cláudio	17	5	—	12	177	50	—	127
Alegre	21	—	2	19	239	—	17	222
Alfredo Chaves	7	3	—	4	81	16	—	65
Anchieta	4	2	—	2	48	24	—	24
Apiacá	2	—	—	2	23	—	—	23
Aracruz	11	4	2	5	118	54	26	38
Átilio Vivacqua	1	—	—	1	24	—	—	24
Baixo Guandu	13	9	—	4	166	98	—	68
Barra de São Francisco	16	9	—	7	162	86	—	76
Boa Esperança	4	3	—	1	29	20	—	9
Bom Jesus do Norte	4	1	—	3	55	2	—	53
Cachoeiro de Itapemirim	55	5	—	50	945	35	—	910
Cariacica	57	6	—	51	017	84	—	933
Castelo	6	3	—	3	161	66	—	95
Colatina	65	35	15	15	768	288	207	273
Conceição da Barra	14	9	—	5	150	104	—	46
Conceição do Castelo	3	—	—	3	54	—	—	54
Divino de São Lourenço	1	—	—	1	16	—	—	16
Domínios Martins	12	—	—	12	93	—	—	93
Dores do Rio Preto	1	—	—	1	25	—	—	25
Ecoporanga	16	9	—	7	143	72	—	71
Fundão	5	1	—	4	63	5	—	58
Guaçu	7	—	—	7	128	—	—	128
Guarapari	8	—	—	8	115	—	—	115
Ibiraçu	12	4	1	7	184	37	8	139
Iconha	4	—	2	2	26	—	—	26
Itaguaçu	7	2	—	5	78	22	—	56
Itapemirim	14	3	—	11	148	32	—	116
Itarana	3	2	—	1	36	16	—	20
Iúna	8	—	—	8	123	—	—	123
Jerônimo Monteiro	3	—	—	3	64	—	—	64
Linhares	33	24	—	9	442	271	—	171
Mantenópolis	3	2	—	1	71	18	—	53
Mimoso do Sul	5	2	—	3	130	9	—	121
Montanha	8	—	—	8	96	—	—	96
Mucurici	7	1	—	6	72	—	—	72
Muniz Freire	6	—	1	5	66	13	8	45
Muqui	6	3	—	3	92	17	—	75
Nova Venécia	15	4	—	11	163	43	—	120
Pancas	9	5	—	4	87	41	—	46
Pinheiros	9	6	—	3	113	66	—	47
Plúma	2	—	—	2	23	—	—	23
Presidente Kennedy	2	1	—	1	15	6	—	9
Rio Novo do Sul	5	—	—	5	48	—	—	48
Santa Leopoldina	4	—	—	4	37	—	—	37
Santa Teresa	14	—	—	14	107	—	—	107
São Gabriel da Palha	14	3	1	10	208	22	4	182
São José do Calçado	3	—	—	3	54	—	—	54
São Mateus	13	9	—	4	195	147	—	48
Serra	9	—	—	9	121	—	—	121
Viana	3	—	—	3	50	—	—	50
Vila Velha	62	2	—	60	1.253	19	—	1.234
Vitória	71	10	2	59	1.702	85	23	1.594
ESTADO	704	187	26	491	10.604	1.868	293	8.443

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

(1) — No total de Corpo Docente, estão incluídos 243 Professores, sendo 206 em Função Administrativa e 37 em Função Técnica.

(2) — Refere-se as Escolas de Duas e Mais Salas de Aula (Ensino Primário Antigo).

II — ENSINO DE 1º GRAU

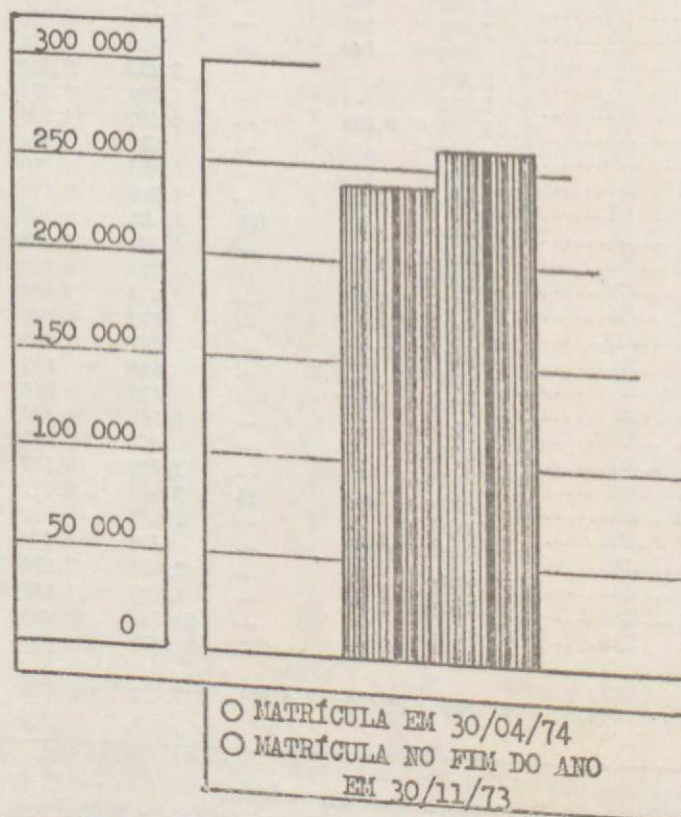
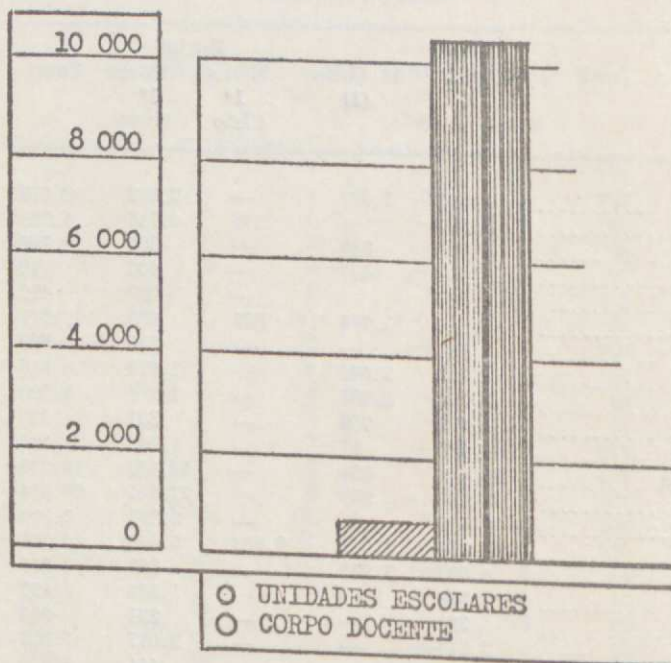
2. Matrícula em 30/04/74 e Matrícula no Fim do Ano em 1973, por Municípios Segundo a Natureza do Ensino

Municípios	Matrícula em 30/04/74				Matrícula no Fim do Ano em 30/11/73			
	Total	1º Grau (1)	Ensino		Total	1º Grau (1)	Ensino	
			Médio 1º Ciclo	Antigo 1º Grau			Médio 1º Ciclo	Antigo 1º Grau
Afonso Cláudio	3.895	1.002	—	2.893	3.579	975	—	2.604
Alegre	4.920	—	177	4.743	4.325	—	136	4.189
Alfredo Chaves	729	349	—	380	709	300	—	409
Anchieta	903	497	—	406	740	434	—	306
Apiacá	583	—	—	583	475	—	—	475
Aracruz	3.710	1.793	952	965	3.211	1.617	696	898
Atilio Vivacqua	710	—	—	710	680	—	—	680
Baixo Guandu	4.313	2.441	—	1.872	4.016	2.244	—	1.772
Barra de São Francisco	4.179	2.225	—	1.954	3.390	1.837	—	1.553
Boa Esperança	1.070	769	—	301	927	701	—	226
Bom Jesus do Norte	1.259	77	—	1.182	1.120	—	—	1.120
Cachoeiro de Itapemirim	19.434	954	—	18.480	18.239	891	—	17.398
Cariacica	28.437	652	—	27.785	26.514	694	—	25.820
Castelo	2.892	95	—	2.797	2.802	95	—	2.707
Colatina	17.525	8.013	3.933	5.579	16.791	7.764	3.596	5.431
Conceição da Barra	4.063	3.200	—	863	3.399	2.789	—	610
Conceição do Castelo	1.382	—	—	1.382	1.233	—	—	1.233
Divino de São Lourenço	231	—	—	231	208	—	—	208
Domingos Martins	2.077	—	—	2.077	1.886	—	—	1.886
Dores do Rio Preto	444	—	—	444	375	—	—	375
Ecoporanga	3.645	2.367	—	1.278	3.056	2.186	—	870
Fundão	1.330	101	—	1.229	1.343	86	—	1.257
Guacuí	2.733	—	—	2.733	2.374	—	—	2.374
Guarapari	4.114	—	—	4.114	3.343	—	—	3.343
Ibiraçu	3.791	1.159	121	3.511	3.387	935	108	2.344
Iconha	615	—	60	555	659	—	61	598
Itaguaçu	1.520	420	—	1.100	1.566	425	—	1.141
Itapemirim	3.792	787	—	3.005	3.258	700	—	2.558
Itarana	950	340	—	610	914	341	—	573
Iúna	3.255	—	—	3.255	2.614	—	—	2.614
Jerônimo Monteiro	1.266	—	—	1.266	1.034	—	—	1.034
Linhares	13.975	9.529	—	4.446	11.826	8.274	—	3.552
Mantenópolis	1.098	460	—	638	934	448	—	496
Mimoso do Sul	2.102	217	—	1.885	1.950	213	—	1.737
Montanha	2.845	—	—	2.845	2.476	—	—	2.476
Mucurici	1.641	432	106	1.103	1.726	614	118	994
Muniz Freire	1.298	—	—	1.298	1.172	—	—	1.172
Muriqui	1.683	396	—	1.287	1.480	397	—	1.083
Nova Venécia	4.273	1.220	—	3.053	3.630	1.271	—	2.359
Pancas	1.914	1.055	—	859	1.887	1.180	—	707
Pineiros	3.099	2.110	—	989	2.978	2.179	—	799
Plúma	644	—	—	644	598	—	—	598
Presidente Kennedy	248	132	—	116	254	126	—	128
Rio Novo do Sul	1.241	—	—	1.241	1.240	—	—	1.240
Santa Leopoldina	847	—	—	847	822	—	—	822
Santa Teresa	2.252	—	—	2.252	2.187	—	—	2.187
São Gabriel da Palha	4.069	466	55	3.548	3.717	521	—	3.155
São José do Calçado	1.053	—	—	1.053	962	—	—	962
São Mateus	4.348	3.438	—	910	4.329	3.495	—	834
Serra	2.909	—	—	2.909	2.634	—	—	2.634
Viana	1.370	—	—	1.370	1.190	—	—	1.190
Vila Velha	35.839	548	—	35.291	35.908	470	—	35.438
Vitória	40.340	2.171	277	37.892	36.859	2.050	195	34.614
ESTADO	258.855	49.415	5.681	203.759	238.976	46.252	4.951	187.773

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.
(1) — Refere-se as Escolas de Duas e Mais Salas de Aula (Ensino Primário Antigo).

ENSINO DE 1º GRAU

1974



II — ENSINO DE 1º GRAU

3. Aprovações e Conclusões em 1973, por Municípios Segundo a Natureza do Ensino

Municípios	Aprovações				Conclusões			
	Total	1º Grau (1)	Ensino		Total	1º Grau (1)	Ensino	
			Médio 1º Ciclo	Antigo 1º Grau			Médio 1º Ciclo	Antigo 1º Grau
Afonso Cláudio	2.912	766	—	2.146	516	194	—	322
Alegre	3.634	—	122	3.512	249	—	18	231
Alfredo Chaves	672	263	—	409	159	61	—	98
Anchieta	654	373	—	281	81	68	—	13
Apiacá	395	—	—	395	34	—	—	34
Aracruz	2.619	1.285	627	707	378	233	125	20
Atilio Vivacqua	569	—	—	569	61	—	—	61
Baixo Guandu	3.510	1.904	—	1.606	632	376	—	256
Barra de São Francisco	2.787	1.350	—	1.437	458	234	—	224
Boa Esperança	729	531	—	198	110	73	—	37
Bom Jesus do Norte	876	—	—	876	124	—	—	124
Cachoeiro de Itapemirim	15.335	679	—	14.656	1.160	141	—	1.019
Cariacica	22.261	577	—	21.684	1.270	—	—	1.270
Castelo	2.291	86	—	2.205	250	23	—	227
Colatina	14.573	6.611	3.073	4.889	2.492	1.358	498	636
Conceição da Barra	2.271	1.693	—	578	356	262	—	94
Conceição do Castelo	1.013	—	—	1.013	98	—	—	98
Divino de São Lourenço	157	—	—	157	14	—	—	14
Domingos Martins	1.646	—	—	1.646	110	—	—	110
Dores do Rio Preto	318	—	—	313	30	—	—	30
Ecoporanga	2.243	1.426	—	817	386	254	—	132
Fundão	1.115	78	—	1.037	134	16	—	118
Guaçu	1.958	—	—	1.958	168	—	—	168
Guarapari	2.453	—	—	3.453	140	—	—	140
Ibiraçu	2.837	759	103	1.975	488	172	26	290
Iconha	621	—	61	560	56	—	—	56
Itaguaçu	1.350	370	—	980	276	87	—	189
Itapemirim	2.583	558	—	2.025	238	110	—	128
Itarana	820	285	—	535	196	90	—	106
Iúna	1.971	—	—	1.971	138	—	—	138
Jerônimo Monteiro	796	—	—	796	91	—	—	91
Linhares	9.400	6.185	—	3.215	1.578	1.134	—	444
Mantenópolis	788	324	—	464	156	75	—	81
Mimoso do Sul	1.642	163	—	1.479	137	32	—	105
Montanha	1.926	—	—	1.926	134	—	—	134
Mucurici	1.102	391	73	638	94	44	14	36
Muniz Freire	1.016	—	—	1.016	47	—	—	47
Muqui	1.176	196	—	880	75	46	—	29
Nova Venécia	3.044	1.007	—	2.037	435	217	—	218
Pancas	1.549	951	—	598	246	166	—	80
Pinheiros	2.315	1.609	—	706	365	245	—	120
Piúma	548	—	—	548	20	—	—	20
Presidente Kennedy	226	102	—	124	63	24	—	39
Rio Novo do Sul	1.008	—	—	1.008	87	—	—	87
Santa Leopoldina	667	—	—	667	65	—	—	65
Santa Teresa	2.017	—	—	2.017	208	—	—	208
São Gabriel da Palha	3.127	410	39	2.678	374	67	—	307
São José do Calçado	788	—	—	788	86	—	—	86
São Mateus	3.432	2.651	—	781	475	451	—	24
Serra	2.189	—	—	2.189	65	—	—	65
Viana	1.021	—	—	1.021	52	—	—	52
Vila Velha	32.125	421	—	31.714	1.921	20	—	1.901
Vitória	33.142	1.740	166	31.236	2.741	200	11	2.530
ESTADO	202.227	35.844	4.264	162.119	20.317	6.473	692	13.152

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.
 (1) — Refere-se as Escolas de Duas e Mais Salas de Aula (Ensino Primário Antigo).

III — ENSINO DE 2º GRAU

1 Unidades Escolares e Corpo Docente, por Municípios Segundo a Natureza do Ensino — 1974

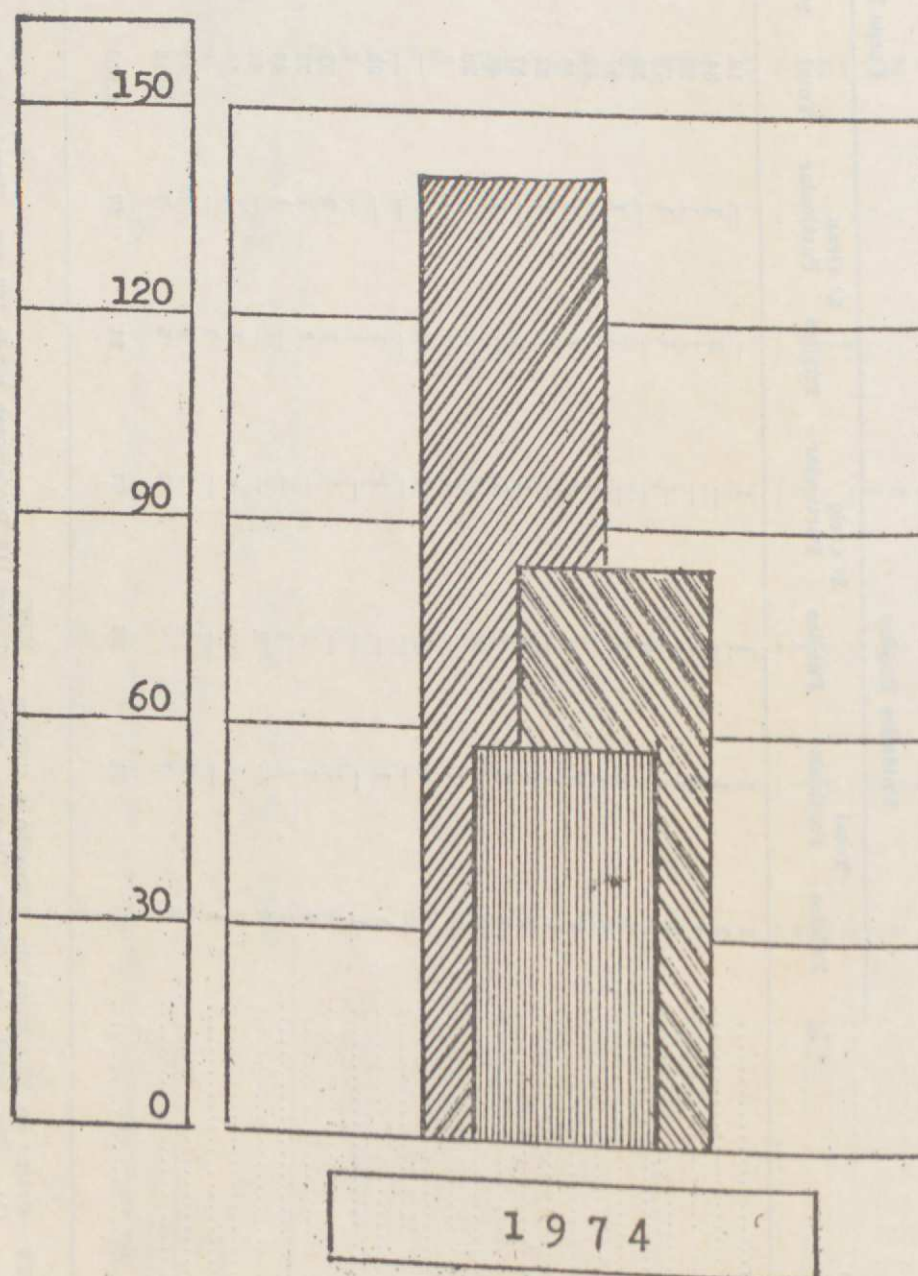
Municípios	Unidades Escolas					Corpo Docente (1)				
	Total		2º Ciclo		2º Grau	Total	2º Ciclo	2º Grau		
	Público	Particular	Público	Particular						
Afonso Cláudio	1	2	1	2	—	44	—	44		
Alegre	2	1	1	—	—	71	56	15		
Alfredo Chaves	—	1	—	—	—	12	12	—		
Anchieta	—	1	—	1	—	6	—	6		
Apiacá	—	1	—	—	—	9	9	—		
Aracruz	1	1	1	1	—	30	—	30		
Atílio Vivacqua	—	—	—	—	—	—	—	—		
Baixo Guandu	1	1	1	1	—	48	—	48		
Barra de São Francisco	1	1	1	—	—	20	10	19		
Boa Esperança	—	1	—	1	—	7	—	7		
Bom Jesus do Norte	—	1	—	—	—	20	20	—		
Jachoeiro de Itapemirim	2	6	1	1	—	233	125	108		
Cariacica	1	9	—	4	—	191	123	68		
Castelo	2	1	1	—	—	64	40	24		
Colatina	2	8	1	7	—	139	45	94		
Conceição da Barra	—	3	—	3	—	38	—	38		
Conceição do Castelo	1	1	—	—	—	19	19	—		
Divino de São Lourenço	—	—	—	—	—	—	—	—		
Domingos Martins	—	1	—	—	—	23	23	—		
Dores do Rio Preto	—	—	—	—	—	—	—	—		
Ecoporanga	1	1	1	1	—	20	—	20		
Fundão	1	—	—	—	—	12	12	—		
Guacuí	2	—	—	—	—	23	23	—		
Guarapari	1	2	—	1	—	27	15	12		
Ibiraçu	2	2	2	2	—	54	—	54		
Icema	—	1	—	1	—	7	—	7		
Itaguaçu	1	1	1	1	—	25	—	25		
Itapemirim	1	1	—	—	—	33	33	—		

Municípios	Unidades Escolas				Corpo Docente (1)				
	Total		2º Ciclo		Público	2º Grau Particular	Total	2º Ciclo	2º Grau
	Público	Particular	Público	Particular					
Itarana	1	1	1	1	—	—	19	—	19
Júna	2	1	—	—	—	—	34	34	—
Jerônimo Monteiro	1	1	—	—	1	1	22	22	—
Linhares	2	1	1	—	1	1	70	50	20
Mantenópolis	2	—	2	—	—	—	26	—	26
Mimoso do Sul	2	1	1	—	1	1	47	30	17
Montanha	1	1	—	1	1	—	42	17	25
Mucurici	1	1	—	—	1	1	15	15	—
Muniz Freire	1	1	—	—	1	1	22	22	—
Muqui	1	1	1	1	—	—	37	—	37
Nova Venécia	1	2	1	1	—	1	66	24	42
Pancas	2	—	2	—	—	—	26	—	26
Pinheiros	—	1	—	1	—	—	8	—	8
Pinúma	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Presidente Kennedy	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Novo do Sul	1	1	—	1	1	—	23	8	15
Santa Leopoldina	1	—	—	—	1	—	8	—	—
Santa Teresa	1	3	—	1	1	2	57	46	11
São Gabriel da Palha	2	1	1	—	1	1	36	20	16
São José do Calçado	1	1	1	—	—	1	43	16	27
São Mateus	2	—	2	—	—	—	41	—	41
Serra	1	1	—	—	1	1	14	14	—
Viana	1	—	—	—	1	—	9	9	—
Vila Velha	2	8	1	1	1	7	245	180	65
Vitória	5	9	—	2	5	7	815	704	111
ESTADO	57	84	26	37	31	47	2.909	1.784	1.125

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.
 (1) — No total de Corpo Docente, estão incluídos 118 Professores, sendo 102 em Função Administrativa e 16 em Função Técnica.

ENSINO DE 2º GRAU

UNIDADES ESCOLARES

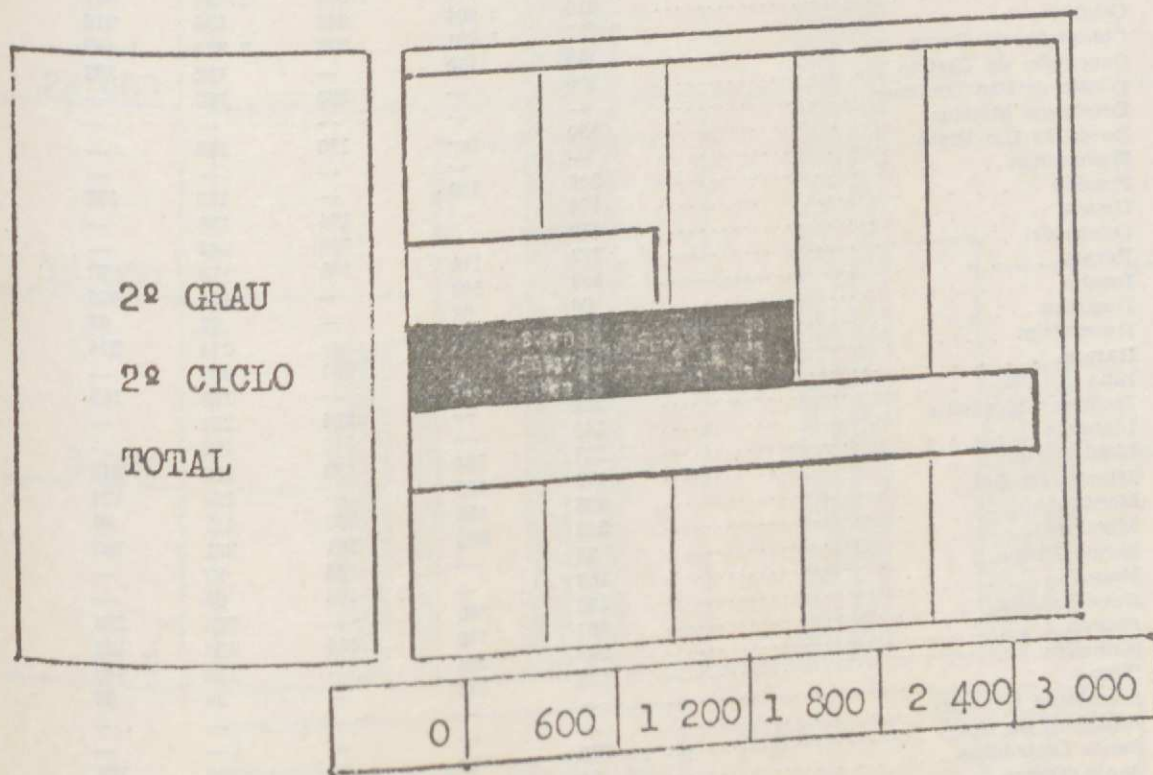


- TOTAL
- PÚBLICO
- PARTICULAR

ENSINO DE 2º GRAU

CORPO DOCENTE

1974



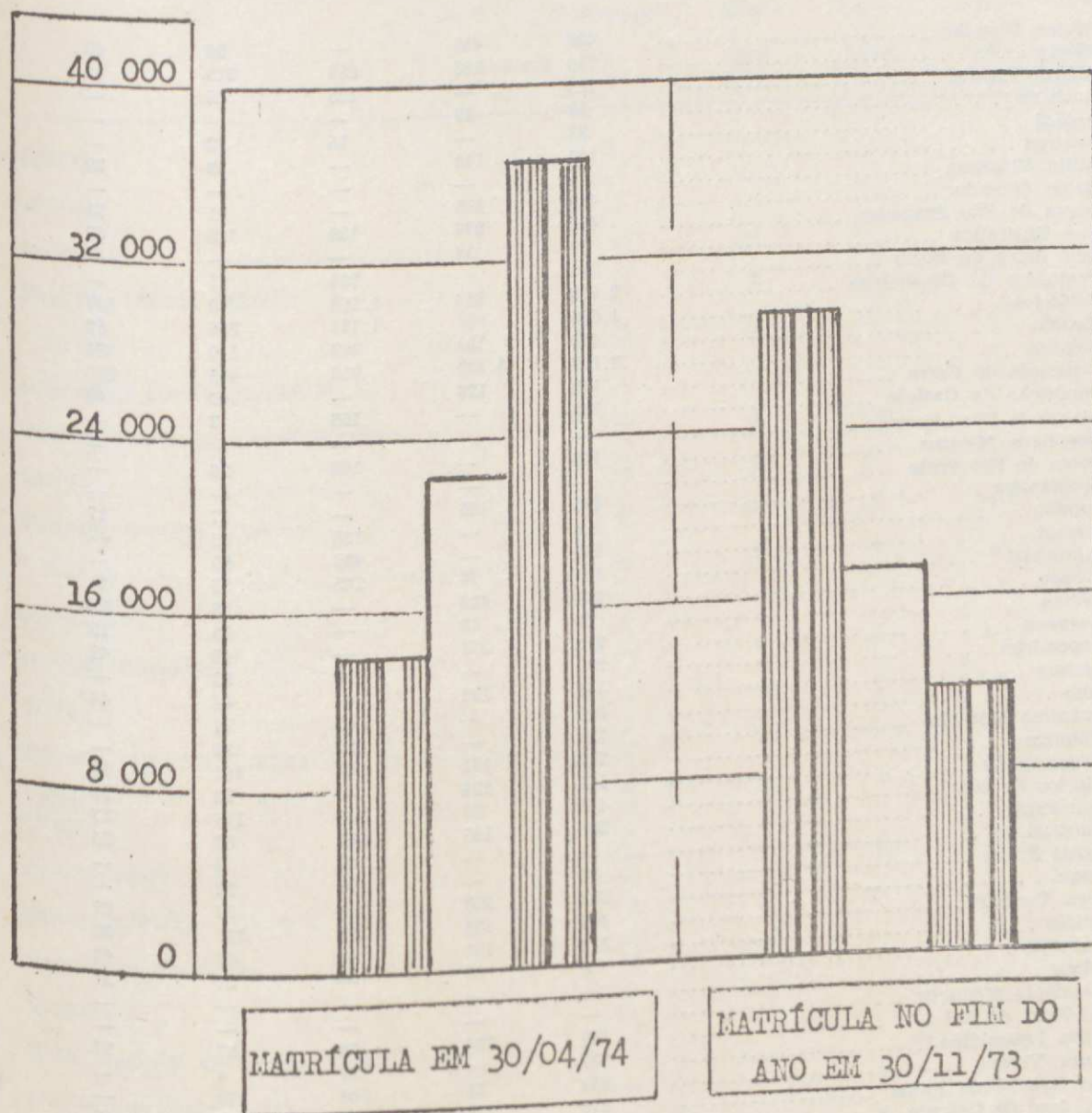
III — ENSINO DE 2º GRAU

2. Matrícula em 30/04/74 e Matrícula no Fim do Ano em 1973, por Municípios Segundo a Natureza do Ensino

Municípios	Matrícula em 30/04/74			Matrícula no Fim do Ano Em 30/11/73		
	Total	2º Ciclo	2º Grau	Total	2ºCiclo	2º Grau
Afonso Cláudio	558	558	—	437	437	—
Alegre	891	200	691	770	183	587
Alfredo Chaves	171	—	171	135	—	135
Anchieta	23	23	—	19	19	—
Apiacá	38	—	38	35	—	35
Aracruz	231	231	—	144	144	—
Atilio Vivacqua	—	—	—	—	—	—
Baixo Guandu	640	640	—	440	440	—
Barra de São Francisco	575	355	220	417	278	139
Boa Esperança	39	39	—	19	19	—
Bom Jesus do Norte	363	—	363	264	—	264
Cachoeiro de Itapemirim	2.809	1.232	1.577	2.246	1.054	1.192
Cariacica	2.173	775	1.398	1.724	587	1.137
Castelo	610	264	346	536	216	320
Colatina	2.737	1.821	916	2.375	1.438	937
Conceição da Barra	150	150	—	132	132	—
Conceição do Castelo	280	—	260	160	—	160
D'vino de São Lourenço	—	—	—	—	—	—
Domingos Martins	120	—	120	102	—	102
Dores do Rio Preto	—	—	—	—	—	—
Ecoporanga	206	206	—	132	132	—
Fundão	174	—	174	135	—	135
Guaçu	558	—	558	442	—	442
Guarapari	282	114	168	178	73	105
Ibiraçu	563	563	—	426	426	—
Iconha	86	86	—	62	62	—
Itaguaçu	308	308	—	274	274	—
Itaremirim	291	—	291	227	—	227
Itarana	179	179	—	153	153	—
Iúna	284	—	284	251	—	251
Jerônimo Monteiro	140	—	140	122	—	122
Linhares	1.257	364	893	832	219	613
Mantenópolis	163	163	—	124	124	—
Mimoso do Sul	493	135	358	411	96	315
Montanha	366	205	161	301	148	153
Mucurici	35	—	35	27	—	27
Muniz Freire	108	—	108	92	—	92
Muqui	380	380	—	296	296	—
Nova Venécia	627	173	454	458	126	332
Pancas	205	205	—	140	140	—
Pinheiros	128	128	—	89	89	—
Plúma	—	—	—	—	—	—
Presidente Kennedy	—	—	—	—	—	—
Rio Novo do Sul	229	140	89	196	124	72
Santa Leopoldina	54	—	54	37	—	37
Santa Teresa	644	85	559	544	34	510
São Gabriel da Palha	491	193	298	281	138	145
São José do Calçado	270	170	100	266	183	83
São Mateus	488	488	—	364	364	—
Serra	107	—	107	105	—	105
Viana	85	—	85	89	—	89
Vila Velha	3.297	1.501	1.796	2.590	1.379	1.211
Vitória	12.131	2.199	9.932	10.044	2.644	7.400
ESTADO	37.017	14.273	22.744	29.643	12.169	17.474

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

ENSINO DE 2º GRAU



- 2º CICLO
- 2º GRAU
- TOTAL

III — ENSINO DE 2.º GRAU

3. Aprovações e Conclusões em 1973, por Municípios Segundo a Natureza do Ensino

MUNICÍPIOS	APROVAÇÕES			CONCLUSÕES		
	Total	2.º Ciclo	2.º Grau	Total	2.º Ciclo	2.º Grau
Afonso Cláudio	435	435	—	90	90	—
Alegre	718	155	563	215	47	168
Alfredo Chaves	135	—	135	46	—	46
Anchieta	19	19	—	—	—	—
Apiacá	35	—	35	12	—	12
Aracruz	140	140	—	22	22	—
Atílio Vivacqua	—	—	—	—	—	—
Baixo Guandu	436	436	—	91	91	—
Barra de São Francisco	415	276	139	105	63	42
Boa Esperança	19	19	—	—	—	—
Bom Jesus do Norte	244	—	244	61	—	61
Cachoeiro de Itapemirim	2.002	833	1.169	479	127	352
Cariacica	1.665	534	1.131	355	52	303
Castelo	490	183	307	140	36	104
Colatina	2.347	1.429	918	485	275	210
Conceição da Barra	128	128	—	40	40	—
Conceição do Castelo	156	—	156	3	—	3
Divino de São Lourenço	—	—	—	—	—	—
Domingos Martins	102	—	102	28	—	28
Dores do Rio Preto	—	—	—	—	—	—
Ecoporanga	125	125	—	17	17	—
Fundão	135	—	135	33	—	33
Guaçuí	426	—	426	99	—	99
Guarapari	175	70	105	35	14	21
Ibiraçu	420	420	—	95	95	—
Iconha	62	62	—	15	15	—
Itaguaçu	273	273	—	48	48	—
Itapemirim	218	—	218	53	—	53
Itarana	153	153	—	44	44	—
Iúna	247	—	247	77	—	77
Jerônimo Monteiro	122	—	122	34	—	34
Linhares	772	171	601	161	10	151
Mantenópolis	124	124	—	32	32	—
Mimoso do Sul	411	96	315	115	17	98
Montanha	296	145	151	68	35	33
Mucurici	27	—	27	4	—	4
Muniz Freire	92	—	92	22	—	22
Muqui	293	293	—	67	67	—
Nova Venécia	454	125	329	111	29	82
Pancas	131	131	—	42	42	—
Pinheiros	88	88	—	21	21	—
Piúma	—	—	—	—	—	—
Presidente Kennedy	—	—	—	—	—	—
Rio Novo do Sul	196	124	72	57	37	20
Santa Leopoldina	37	—	37	4	—	4
Santa Teresa	543	34	509	179	—	179
São Gabriel da Palha	273	134	139	77	42	35
São José do Calçado	264	182	82	80	61	19
São Mateus	364	364	—	96	96	—
Serra	105	—	105	33	—	33
Viana	89	—	89	24	—	24
Vila Velha	2.552	1.358	1.194	599	307	292
Vitória	9.769	2.590	7.179	2.470	1.133	1.337
ESTADO	28.722	11.649	17.073	6.984	3.005	3.979

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

IV — ENSINO SUPERIOR

1. Estabelecimentos Isolados e Universitários, segundo a Entidade Administrativa e Condição Legal, por Municípios — 1975

MUNICÍPIOS E CURSOS EXISTENTE	ESTABELECIMENTOS				
	ENTIDADE ADMINISTRATIVA			CONDIÇÃO LEGAL	
	Federal	Estadual	Muni- cipal	Parti- cular	Autori- zada Reco- nhecida
ISOLADOS					
ALEGRE					
Agronomia	—	1	—	—	1
Filosofia, Ciência e Letras	—	—	1	—	1
TOTAL	—	1	1	—	1
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM					
Ciências Contábeis e Administrativas	—	—	1	—	1
Direito	—	—	1	—	1
Filosofia, Ciências e Letras	—	—	—	1	1
TOTAL	—	—	2	1	2
COLATINA					
Ciências Econômicas	—	—	1	—	1
Direito	—	—	—	1	1
Filosofia, Ciências e Letras	—	—	1	—	1
TOTAL	—	—	2	1	3
VITÓRIA					
Administração	—	—	—	1	1
Escola de Música	—	1	—	—	—
Farmácia e Bioquímica	—	1	—	—	1
Medicina	—	—	—	1	1
União Nacional de Escolas Superiores Tec- nológicas do Trabalho (1)	—	—	—	1	1
TOTAL	—	2	—	3	3
UNIVERSIDADE					
TOTAL	8	—	—	—	8
ESTADO	8	3	5	5	13

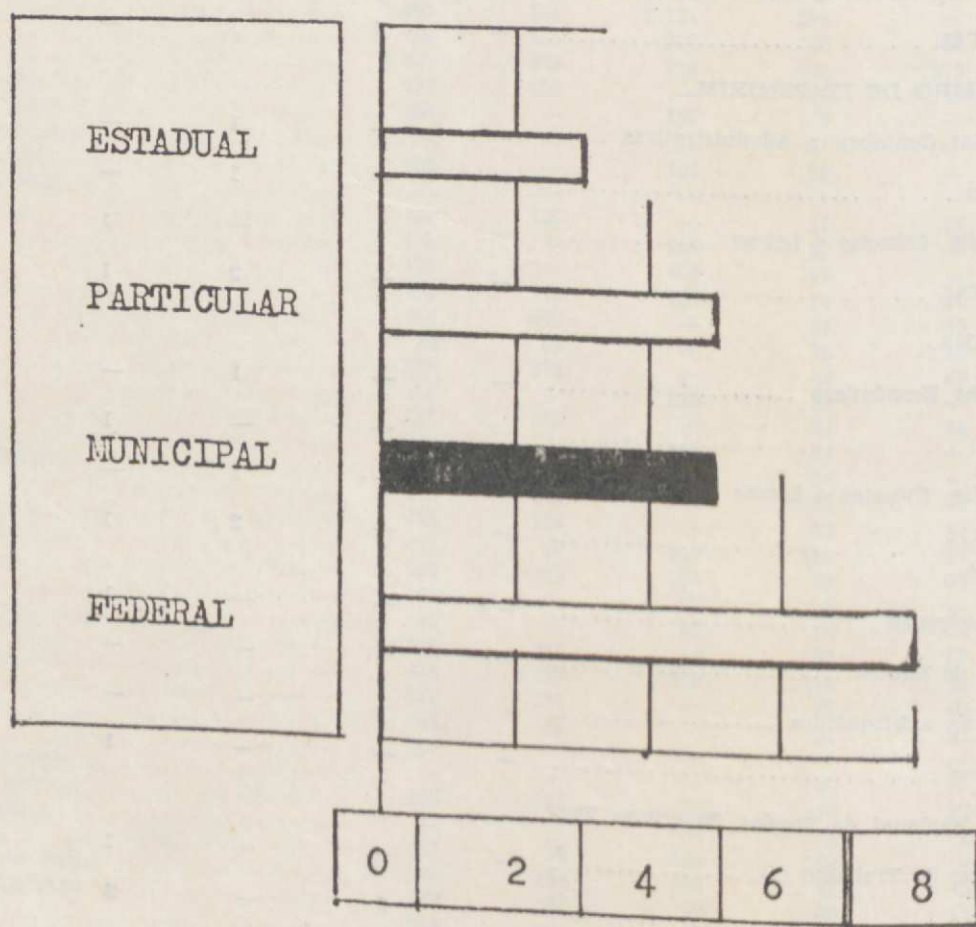
FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DES.

(1) — Não foi registrado no questionário a Condição Legal.

ENSINO SUPERIOR

ESTABELECIMENTOS ISOLADOS E UNIVERSITÁRIOS

1975



IV - ENSINO SUPERIOR

2. Matrícula em Estabelecimentos Isolados, segundo Áreas de Ensino, Cursos, Ciclos e Sexo, por Municípios - 30/04/75

a) Estabelecimentos Isolados

MUNICÍPIOS, ÁREAS DE ENSINO E CURSOS	MATRÍCULA EM 30/04/75											
	TOTAL				CICLO BÁSICO				CICLO PROFISSIONAL			
	Pela 1ª Vez		Para Reinício ou Progresso do Ciclo		Pela 1ª Vez		Para Reinício ou Progresso do Ciclo		Pela 1ª Vez		Para Reinício ou Progresso do Curso	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
ALEGRE												
<u>Ciências Exatas e Tecnológicas</u>												
Agronomia	47	3	108	5	-	-	-	-	47	3	108	5
<u>Ciências Sociais e Humanidades</u>												
Pedagogia	5	45	1	85	-	-	-	-	5	45	1	85
Ciências Sociais	9	40	12	67	-	-	-	-	9	40	12	67
<u>Ciências Bionômicas</u>												
Ciências Biológicas	21	28	6	54	-	-	-	-	21	28	6	54
<u>Letras e Artes</u>												
Letras	4	34	5	52	-	-	-	-	4	34	5	52
TOTAL	86	150	132	263	-	-	-	-	86	150	132	263
CACHOEIRO DE ITAPEIRIM												
<u>Ciências Exatas e Tecnológicas</u>												
Ciências para 1º grau ...	-	-	14	107	-	-	-	-	-	-	14	107
<u>Ciências Sociais e Humanidades</u>												
Direito	136	64	348	248	68	32	3	1	68	32	345	247
Pedagogia	-	-	4	191	-	-	-	-	-	-	4	191
História	-	-	7	34	-	-	-	-	-	-	7	34
Ciências Sociais	-	-	10	45	-	-	-	-	-	-	10	45
Ciências Contábeis e Administrativas	82	42	85	34	49	21	59	26	33	21	26	8
<u>Letras e Artes</u>												
Português-Inglês	-	-	4	47	-	-	-	-	-	-	4	47
Português-Francês	27	258	-	1	27	258	-	1	-	-	-	-
Português-Literatura	-	-	8	107	-	-	-	-	-	-	8	107
TOTAL	245	364	480	814	144	311	62	28	101	53	418	786
COLATINA												
<u>Ciências Sociais e Humanidades</u>												
Ciências Contábeis	198	84	181	66	136	64	125	54	62	20	56	12
Direito	139	61	468	190	-	-	-	-	139	61	468	190
Ciências Sociais	10	190	-	-	10	190	-	-	52	30	16	6
Administração	52	30	16	6	-	-	-	-	2	48	10	126
Geografia	2	48	10	126	-	-	-	-	4	46	13	108
História	4	46	13	108	-	-	-	-	4	46	13	108
Pedagogia	1	96	4	209	-	-	-	-	-	-	-	-

IV - ENSINO SUPERIOR

2. Matrícula em Estabelecimentos Isolados, segundo Áreas de Ensino, Cursos, Ciclos e Sexo, por Municípios - 30/04/75

a) Estabelecimentos Isolados

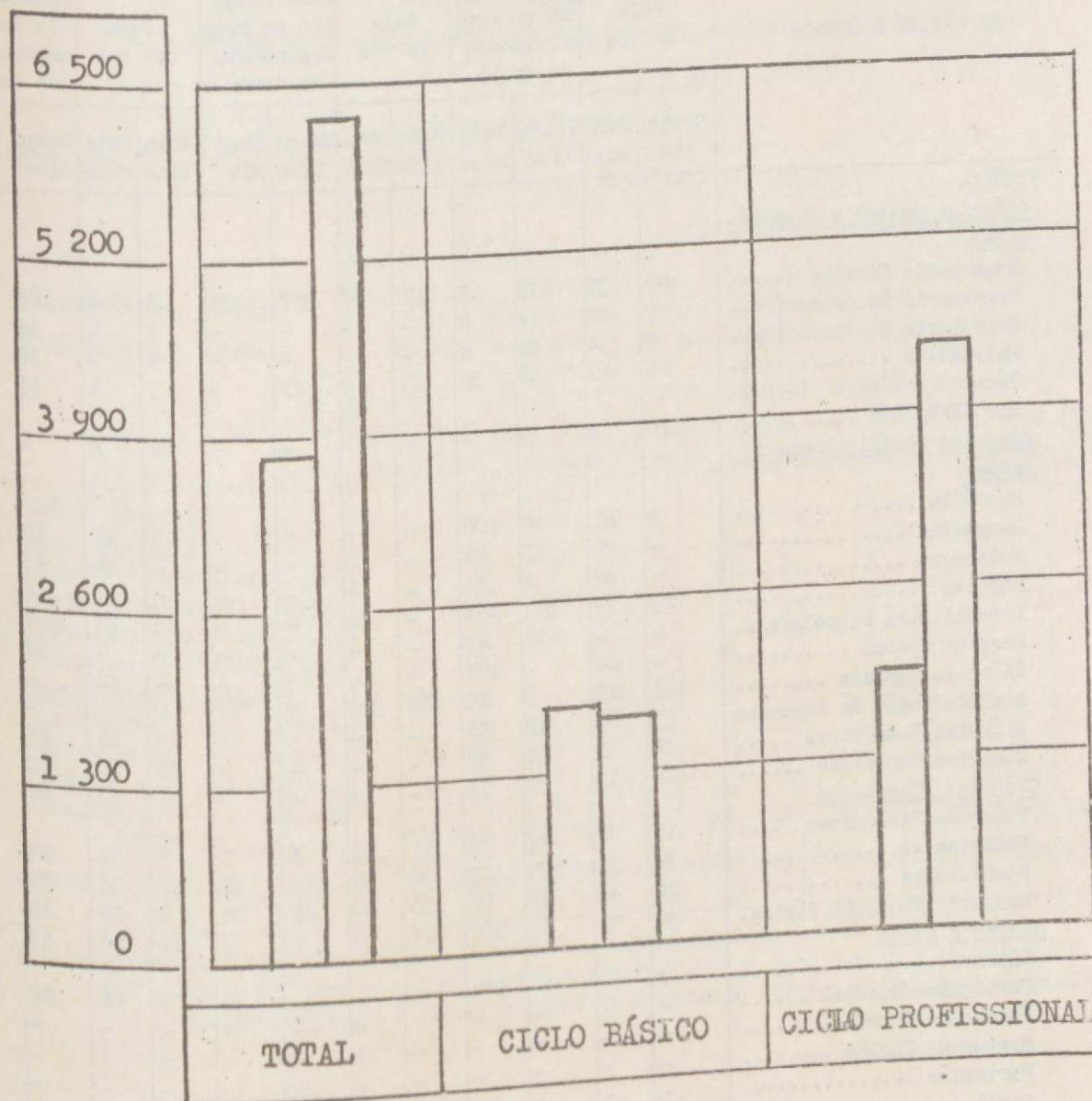
MUNICÍPIOS, ÁREAS DE ENSINO E CURSOS	MATRÍCULA EM 30/04/75											
	TOTAL				CICLO BÁSICO				CICLO PROFISSIONAL			
	Pela 1ª Vez		Para Reiní- cio ou Pros- seguimento do Ciclo		Pela 1ª Vez		Para Reiní- cio ou Pros- seguimento do Ciclo		Pela 1ª Vez		Para Reiní- cio ou Pros- seguimento do Curso	
	Mascu	Femi	Mascu	Femi	Mascu	Femi	Mascu	Femi	Mascu	Femi	Mascu	Femi
	lino	nino	lino	nino	lino	nino	lino	nino	lino	nino	lino	nino
COLATINA (Cont.)												
<u>Letras e Artes</u>												
Letras	4	87	-	-	4	87	-	-	-	-	-	-
Português	3	28	7	70	-	-	-	-	3	28	7	70
Português-Francês	-	30	5	60	-	-	-	-	-	30	5	60
Português-Inglês	1	29	13	71	-	-	-	-	1	29	13	71
TOTAL	417	729	717	906	150	341	125	54	267	388	592	852
VITÓRIA												
<u>Ciências Sociais e Humani- dades</u>												
Administração	320	80	622	298	160	40	311	149	160	40	311	149
Marketing	358	218	-	-	179	109	-	-	179	109	-	-
<u>Ciências Biomédicas</u>												
Medicina	182	96	1 388	454	91	48	694	227	91	48	694	227
Farmacêutico	17	34	24	18	12	18	19	14	5	16	5	4
Farmacêutico-Bioquímica..	8	13	-	-	-	-	-	-	8	13	-	-
<u>Letras e Artes</u>												
Música	-	-	2	35	-	-	2	35	-	-	-	-
Canto	-	-	-	6	-	-	-	6	-	-	-	-
Instrumento (Piano e Vio- lino)	-	-	2	29	-	-	2	29	-	-	-	-
<u>Tecnologia do Trabalho</u>												
Administração-Gerência Em- presarial	128	100	-	-	64	50	-	-	64	50	-	-
Análise de Sistema	156	80	-	-	78	40	-	-	78	40	-	-
TOTAL	1 169	621	2 038	840	584	305	1 028	460	585	316	1 010	380
ESTADO	1 917	1 864	3 367	2 823	878	957	1 215	542	1 039	907	2 152	2 281

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos - DEEA.

ENSINO SUPERIOR

ESTABELECIMENTOS ISOLADOS

MATRÍCULA EM 30/04/75



○ PELA 1ª VÊZ

○ PARA REINÍCIO OU PROSSEGUIMENTO DO CICLO

IV - ENSINO SUPERIOR

3. Matrícula em Estabelecimentos Universitários, segundo Áreas de Ensino, Cursos, Ciclos e Sexo, por Municípios - 30/04/75

b) Estabelecimentos Universitários

MUNICÍPIOS, ÁREAS DE ENSINO E CURSOS	MATRÍCULA EM 30/04/75											
	TOTAL				CICLO BÁSICO				CICLO PROFISSIONAL			
	Pela 1ª Vez		Para Reinf cio ou Pros seguimento do Ciclo		Pela 1ª Vez		Para Reinf cio ou Pros seguimento do Ciclo		Pela 1ª Vez		Para Reinf cio ou Pros seguimento do Curso	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
	lino	nino	lino	nino	lino	nino	lino	nino	lino	nino	lino	nino
VITÓRIA												
<u>Ciências Exatas e Tecnológicas</u>												
Engenharia Civil (2).....	109	35	472	69	101	27	307	51	8	8	165	18
Engenharia Mecânica (2)..	7	2	44	1	-	-	-	-	7	2	44	1
Engenharia Elétrica (2)..	9	-	34	4	-	-	-	-	9	-	34	4
Matemática	25	10	38	30	22	9	25	5	3	1	13	25
Técnico Mecânica (Convê- nio UFES/MEC)	110	2	-	-	-	-	-	-	110	2	-	-
<u>Ciências Sociais e Humanidades</u>												
História	3	21	10	100	-	-	-	-	3	21	10	100
Geografia	-	26	15	88	-	-	-	-	-	26	15	88
Pedagogia	-	44	4	57	-	-	-	-	-	44	4	57
Direito	23	25	167	161	-	-	-	-	23	25	167	161
Licenciatura Parcelada ..	-	-	22	47	-	-	-	-	-	-	22	47
Serviço Social	-	40	-	177	-	-	-	-	-	40	-	177
Ciências Sociais	159	319	8	16	159	319	8	16	-	-	-	-
Administração de Empresas	25	16	68	58	-	-	-	-	25	16	68	58
Ciências Econômicas	28	10	87	56	-	-	-	-	28	10	87	56
Ciências Contábeis	26	13	82	32	-	-	-	-	26	13	82	32
<u>Ciências Biomédicas</u>												
Ciências Biológicas	16	27	27	73	11	16	4	1	5	11	23	72
Medicina	84	33	295	127	47	19	121	58	37	14	174	69
Odontologia	26	41	95	96	18	29	46	52	8	12	49	44
Desporto Educação Física.	38	71	66	150	27	33	1	4	11	38	65	146
<u>Letras e Artes</u>												
Letras	3	62	20	271	-	-	-	-	3	62	20	271
Português-Espanhol	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Português-Francês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Português-Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artes	11	49	2	9	11	49	2	9	-	-	-	-
Arte Decorativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pintura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Licenciatura em Desenho e Plástica	2	5	8	85	-	-	-	-	2	5	8	85
Artes Plásticas	-	19	11	84	-	-	-	-	-	19	11	84

IV - ENSINO SUPERIOR

3. Matrícula em Estabelecimentos Universitários, segundo Áreas de Ensino, Cursos, Ciclos e Sexo, por Municípios - 30/04/75

b) Estabelecimentos Universitários

MUNICÍPIOS, ÁREAS DE ENSINO E CURSOS	MATRÍCULA EM 30/04/75											
	TOTAL				CICLO BÁSICO				CICLO PROFISSIONAL			
	Pela 1ª Vez		Para Reinf cio ou Prog seguimento do Ciclo		Pela 1ª Vez		Para Reinf cio ou Prog seguimento do Ciclo		Pela 1ª Vez		Para Reinf cio ou Pro seguimento do Curso	
	Mascu lino	Femi nino	Mascu lino	Femi nino	Mascu lino	Femi nino	Mascu lino	Femi nino	Mascu lino	Femi nino	Mascu lino	Femi nino
VITÓRIA (Cont.)												
Artes Práticas												
Técnicas Comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artes Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação para o Lar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnicas Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Disciplinas Acadêmicas												
Matemática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Francês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	704	870	1 575	1791	396	501	514	196	308	369	1061	1595
ESTADO	704	870	1 575	1791	396	501	514	196	308	369	1061	1595

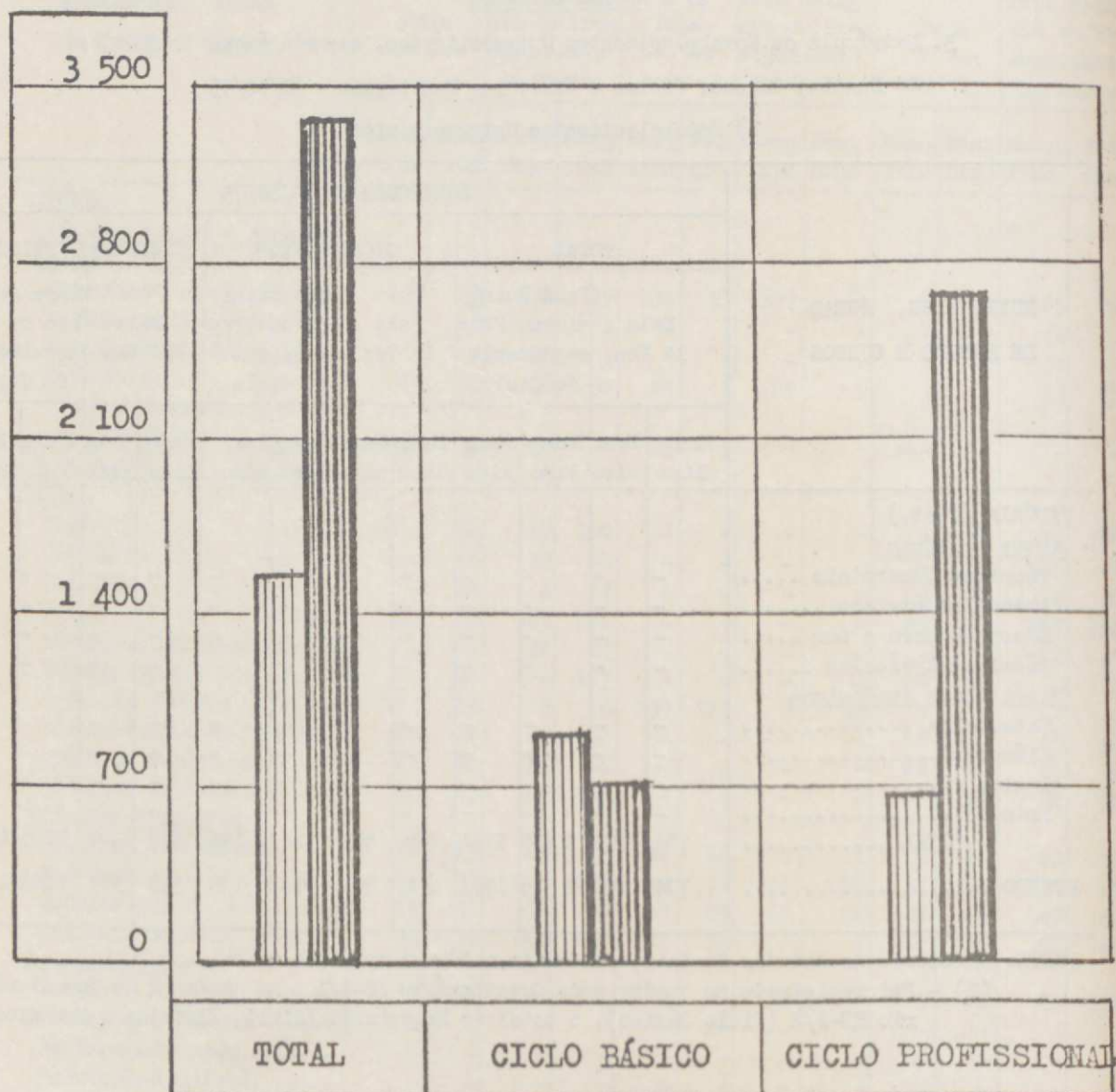
FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos - DES.

(2) - Foi registrado no quadro 5 do Questionário ES-1/1 e no quadro 2 do Questionário ES-1/2 (Ciclo Básico), o total de Engenharia (Civil, Elétrica e Mecânica).

ENSINO SUPERIOR

ESTABELECIMENTOS UNIVERSITÁRIOS

MATRÍCULA EM 30/04/75



○ PELA 1ª VÊZ

○ PARA REINÍCIO OU PROSSEGUIMENTO DO CICLO

V — FINANÇAS PÚBLICAS

1. Receita Arrecadada, I.C.M. e Despesa Realizada, segundo os Municípios

a) Municipais

1975

MUNICÍPIOS	Receita Arrecadada (Cr\$)	Somente o ICM (Cr\$)	Despesa Realizada (Cr\$)
Afonso Cláudio	3.553.186	1.217.008	3.968.565
Alegre	3.356.568	944.339	3.542.653
Alfredo Chaves	817.296	198.285	794.634
Anchieta	1.418.365	99.815	964.804
Apiacá	657.546	192.752	658.856
Aracruz	4.307.729	1.002.083	3.995.496
Atilio Vivacqua	568.663	153.681	815.685
Baixo Guandu	2.541.166	882.230	2.367.193
Barra de São Francisco	3.441.587	1.128.683	3.176.718
Boa Esperança	1.236.670	517.460	1.205.544
Bom Jesus do Norte	620.929	162.950	701.358
Cachoeiro de Itapemirim	18.928.195	10.339.871	18.018.270
Cariacica	16.245.791	10.819.341	16.062.314
Castelo	3.280.400	1.545.708	3.000.910
Colatina	24.870.404	10.046.210	24.721.362
Conceição da Barra	3.742.738	1.766.057	3.911.276
Conceição do Castelo	1.554.263	607.446	1.321.979
Divino de São Lourenço	381.108	123.491	278.186
Domingos Martins	1.944.811	391.683	1.928.155
Dores do Rio Preto	607.167	209.451	562.898
Ecoporanga	4.066.487	1.834.251	3.822.058
Fundão	1.100.784	228.084	1.183.993
Guacuí	2.861.776	1.345.734	2.749.897
Guarapari	6.923.061	533.676	5.375.305
Ibiracá	2.414.493	1.137.483	2.581.983
Icém	862.581	181.708	939.382
Itaguçu	1.375.040	379.091	1.369.147
Itanemirim	3.704.955	2.176.023	3.489.601
Itarana	1.496.561	774.820	1.666.037
Iúna	1.941.478	652.667	2.205.667
Jerônimo Monteiro	779.848	167.280	757.056
Linhares	12.463.681	7.425.130	12.347.283
Mantenópolis	842.901	120.519	1.126.492
Mimoso do Sul	2.359.804	928.461	2.022.730
Montanha	1.704.433	792.515	1.514.033
Mucurici	2.352.308	1.287.261	1.981.785
Muniz Freire	1.535.229	223.089	1.527.476
Muquí	1.391.008	522.877	1.277.727
Nova Venécia	4.523.179	2.318.829	4.834.129
Pancas	2.089.576	699.640	1.952.771
Pinheiros	2.066.131	825.682	1.835.044
Piúma	431.682	50.039	434.438
Presidente Kennedy	1.280.956	465.956	1.036.752
Rio Novo do Sul	901.846	271.776	1.036.752
Santa Leonoldina	1.215.816	142.109	1.365.766
Santa Teresa	2.379.703	851.814	2.645.360
São Gabriel da Palha	4.011.153	1.888.615	4.069.479
São José do Calçado	972.718	321.657	1.016.991
São Mateus	4.519.035	1.761.851	4.194.148
Serra	6.942.015	3.300.805	7.369.677
Viana	1.798.238	1.056.581	296.931
Vila Velha	17.223.199	5.830.461	22.147.350
Vitória	99.214.861	22.001.045	98.223.078
ESTADO	293.821.118	104.846.073	293.200.475

FONTES: Tribunal de Contas e Prefeituras Municipais do Estado.

V — FINANÇAS PÚBLICAS

2. Receita Arrecadada, segundo os Municípios

b) Federal e Estadual

1975

MUNICÍPIOS	Receita Arrecadada (Cr\$)	
	Estadual	Federal (1)
Afonso Cláudio	2.671.802	2.159.972
Alegre	2.282.117	—
Alfredo Chaves	145.298	—
Anchieta	412.681	—
Apiacá	118.027	—
Aracruz	1.541.961	—
Atílio Vivacqua	71.827	—
Baixo Guandu	997.408	—
Barra de São Francisco	3.020.394	—
Boa Esperança	1.022.002	—
Bom Jesus do Norte	404.326	—
Cachoeiro de Itapemirim ..	4.448.205	65.104.619
Cariacica	2.838.722	—
Castelo	1.930.537	—
Colatina	13.710.622	42.600.520
Conceição da Barra	2.539.949	—
Conceição do Castelo	1.976.949	—
Divino de São Lourenço ...	—	—
Domingos Martins	612.531	—
Dores do Rio Preto	—	—
Ecoporanga	1.478.613	—
Fundão	465.921	—
Guaçuí	1.685.943	4.119.098
Guarapari	269.995	—
Ibiraçu	1.335.045	—

Iconha	299.576	—
Itaguaçu	1.356.337	—
Itapemirim	2.943.986	—
Itarana	727.897	—
Iúna	1.908.346	—
Jerônimo Monteiro	319.582	—
Linhares	21.469.589	22.557.697
Mantenópolis	420.754	—
Mimoso do Sul	3.874.067	—
Montanha	822.466	—
Mucurici	898.282	—
Muniz Freire	404.503	—
Muqui	151.708	—
Nova Venécia	3.624.597	3.339.427
Pancas	2.303.434	—
Pinheiros	720.629	—
Piúma	65.764	—
Presidente Kennedy	559.202	—
Rio Novo do Sul	200.201	—
Santa Leopoldina	502.732	—
Santa Teresa	1.800.847	4.768.201
São Gabriel da Palha	3.418.042	—
São José do Calçado	514.492	—
São Mateus	9.689.098	11.075.244
Serra	859.214	—
Viana	490.240	—
Vila Velha	1.743.982	—
Vitória	23.543.695	402.727.696
Diferença de Arrecadação	803.967.843	—
ESTADO	935.581.305	558.452.474

FONTES: Tribunal de Contas do Estado e Delegacia de Receita Federal.

(1) — Refere-se a Postos de Arrecadação.

Obs.: A diferença da arrecadação registrada deve-se a participação em Tributos Federais e Receita de Capital que não são incluídos na arrecadação por municípios.

VI — SEGURANÇA PÚBLICA

Movimento Policial — Crimes e Contravenções - 1975

a) Crimes, segundo a Espécie, por Municípios

MUNICÍPIOS	ESPÉCIE				Total
	Contra a Pessoa	Contra o Patrimônio	Contra os Costumes	Outros Crimes	
Afonso Cláudio	—	—	—	—	—
Alegre	—	—	—	—	—
Alfredo Chaves	—	—	—	—	—
Anchieta	—	—	—	—	—
Apiacá	4	1	2	1	8
Aracruz	—	—	—	—	—
Atílio Vivacqua	5	—	—	1	6
Baixo Guandu	—	—	—	—	—
Barra de São Francisco	56	37	16	1	110
Boa Esperança	3	—	1	—	4
Bom Jesus do Norte	—	—	—	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	1	2	2	1	6
Cariacica	156	37	19	14	226
Castelo	5	1	3	—	9
Colatina	72	4	2	6	84
Conceição da Barra	18	4	6	3	31
Conceição do Castelo	—	—	—	—	—
Divino de São Lourenço	—	—	3	—	3
Domingos Martins	38	7	2	6	53
Dores do Rio Preto	4	1	—	—	5
Ecoporanga	—	—	—	—	—
Fundão	13	—	—	—	13
Guaçu	13	3	3	5	24
Guarapari	—	1	—	—	1
Ibiraçu	—	—	—	6	6
Iconha	9	—	—	3	12
Itaguaçu	—	—	—	—	—
Itapemirim	1	—	—	—	1
Itarana	—	—	—	—	—
Iúna	16	4	2	13	35
Jerônimo Montelero	—	—	—	1	1
Linhares	28	5	9	5	47
Mantenópolis	7	—	1	—	8
Mimoso do Sul	109	16	4	1	130
Montanha	36	15	9	12	72
Mucurici	1	—	—	—	1
Muniz Freire	24	6	3	—	33
Muqui	13	8	5	9	35
Nova Venécia	3	—	1	—	4
Pancas	28	2	7	2	39
Pinheiros	8	1	6	—	15
Plúma	2	—	2	—	4
Presidente Kennedy	17	3	6	1	27
Rio Novo do Sul	17	3	2	2	24
Santa Leopoldina	1	1	—	1	3
Santa Teresa	33	3	3	2	41
São Gabriel da Palha	15	4	3	1	23
São José do Calçado	—	—	—	—	—
São Mateus	21	3	4	4	32
Serra	63	3	5	1	72
Viana	23	3	2	1	29
Vila Velha	151	47	26	87	311
Vitória	331	87	39	131	588
ESTADO	1.345	312	198	321	2.176

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE.
Obs.: Incluídos 482 crimes contra a pessoa, ocorridos por acidentes de veículos.

VI — SEGURANÇA PÚBLICA

Movimento Policial — Crimes e Contravenções — 1975

b) Contravenções, segundo a espécie, por Municípios

MUNICÍPIOS	ESPÉCIE				
	Jogo de Azar	Porte de Arma	Disparo de Arma de Fogo	Vias de Fato	Embriaguês
Afonso Cláudio	—	—	—	—	—
Alegre	—	—	—	—	—
Alfredo Chaves	—	—	—	—	—
Anchieta	—	—	—	—	—
Apiaçá	—	1	—	—	—
Aracruz	—	—	—	—	—
Atilio Vivacqua	—	—	—	—	—
Baixo Guandu	—	—	—	—	—
Barra de São Francisco	—	—	1	—	—
Boa Esperança	—	—	—	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—	—	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	—	—	—	—	—
Carlaçica	—	7	—	—	4
Castelo	—	—	—	—	—
Colatina	—	2	3	—	—
Conceição da Barra	—	—	—	—	—
Conceição do Castelo	—	—	—	—	—
Divino de São Lourenço	—	—	—	—	—
Domingos Martins	—	3	2	—	—
Dores do Rio Preto	—	1	1	—	—
Ecoporanga	—	—	—	—	—
Fundão	—	—	—	—	—
Guaçu	—	—	—	2	—
Guarapari	—	—	—	—	—
Ibiraçu	—	—	—	—	—
Iconha	—	—	—	—	—
Itaguaçu	—	—	—	—	—
Itapemirim	—	—	—	—	—
Itarana	—	—	—	—	—
Iúna	—	—	—	—	—
Jerônimo Monteiro	—	—	—	—	—
Linhares	—	—	—	—	—
Mantenópolis	—	—	—	—	—
Mimoso do Sul	—	1	2	—	—
Montanha	—	3	—	1	1
Mucurici	—	—	—	—	—
Muniz Freire	—	4	1	2	—
Muqui	—	—	—	1	2
Nova Venécia	—	—	—	—	—
Pancas	—	2	1	—	—
Pinheiros	—	—	—	—	—
Prúma	—	—	—	—	—
Presidente Kennedy	—	1	—	—	—
Rio Novo do Sul	—	—	—	—	—
Santa Leopoldina	—	—	—	—	—
Santa Teresa	—	1	1	—	—
São Gabriel da Palha	—	—	—	—	—
São José do Calçado	—	—	—	—	—
São Mateus	—	—	1	—	—
Serra	—	3	1	—	—
Viana	—	—	—	—	—
Vila Velha	6	9	2	—	6
Vitória	10	12	—	—	9
ESTADO	16	50	16	6	22

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE.

VI — SEGURANÇA PÚBLICA

Movimento Policial — Crimes e Contravenções — 1975

b) Contravenções, segundo a espécie, por Municípios

MUNICÍPIOS	ESPÉCIE				Total
	Vadiagem	Falta de Habilitação para Diri- gir Veículo	Perturbação da Tran- quilidade	Outras	
Afonso Cláudio	—	—	—	—	—
Alegre	—	—	—	—	—
Alfredo Chaves	—	—	—	—	—
Anchieta	—	—	—	—	—
Aplacá	—	—	—	—	1
Aracruz	—	—	—	—	—
Atillo Vivacqua	—	—	—	—	—
Baixo Guandu	—	—	—	—	—
Barra de São Francisco	—	—	1	—	2
Boa Esperança	—	—	—	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—	—	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	—	—	—	—	—
Cariacica	2	—	1	2	16
Castelo	—	—	—	—	—
Colatina	—	—	—	—	5
Conceição da Barra	—	—	—	—	—
Conceição do Castelo	—	—	—	—	—
Divino de São Lourenço	—	—	—	—	—
Domingos Martins	1	—	—	—	6
Dores do Rio Preto	—	—	—	—	2
Ecoporanga	—	—	—	—	—
Fundão	—	—	—	—	—
Guaçuí	—	—	—	—	2
Guarapari	—	—	—	—	—
Ibiraçu	—	—	—	—	—
Iconha	—	—	—	—	—
Itaguaçu	—	—	—	—	—
Itapemirim	—	—	—	—	—
Itarana	—	—	—	—	—
Iúna	—	—	—	—	—
Jerônimo Monteiro	—	—	—	—	—
Linhares	—	—	—	—	—
Mantenópolis	—	—	—	—	—
Mimoso do Sul	—	—	—	—	3
Montanha	—	1	—	3	9
Mucuriel	—	—	—	—	—
Muniz Freire	—	—	—	—	7
Muqui	1	—	1	2	7
Nova Venécia	—	—	—	—	—
Pancas	—	—	—	—	3
Pinheiros	—	—	—	—	—
Plúma	—	—	—	—	—
Presidente Kennedy	—	—	—	—	1
Rio Novo do Sul	—	—	—	—	—
Santa Leopoldina	—	—	—	—	—
Santa Teresa	—	—	—	—	2
São Gabriel da Palha	—	—	—	—	—
São José do Calçado	—	—	—	—	—
São Mateus	—	—	—	—	1
Serra	—	1	—	—	5
Viana	—	1	—	1	2
Vila Velha	12	2	2	4	43
Vitória	11	9	—	7	58
ESTADO	27	14	5	19	175

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- I — ENSINOS DE 1.º GRAU E DE PRÉ-1.º GRAU — 1974
- II — ENSINO DE 1.º GRAU (Escolas de Duas e Mais Salas de Aula e Médio Antigo) — 1974
- III — ENSINO DE 2.º GRAU — 1974

- IV — ENSINO SUPERIOR — 1975
- V — FINANÇAS PÚBLICAS — 1975
- VI — SEGURANÇA PÚBLICA
 - a) Crimes — 1975
 - b) Contravenções — 1975
- VII — GRÁFICOS

I — ENSINOS DE 1.º GRAU E DE PRÉ-1.º GRAU

1. Unidades Escolares e Corpo Docente

Segundo a Natureza do Ensino

1971/1974

ANOS	UNIDADES ESCOLARES			CORPO DOCENTE		
	Total	1.º Grau (1)	Pré-1.º Grau	Total	1.º Grau (1)	Pré-1.º Grau
1971	4.922	4.818	104	9.559	9.062	497
1972	5.297	5.155	142	10.287	9.685	602
1973	3.831	3.667	164	5.100	4.525	(2) 575
1974	5.076	4.907	169	5.552	4.677	875

FONTES: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE e Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

- (1) — Refere-se as Escolas de Uma Sala de Aula (Ensino Primário Antigo), nos anos de 1973 e de 1974.
- (2) — Refere-se a Regente de Classe, com qualificação.

I — ENSINOS DE 1.º GRAU E DE PRÉ-1.º GRAU

2. Matrícula no Início do Ano em 30/04 Segundo a Natureza do Ensino

1971/1974

MATRÍCULA EM 30/04

ANOS	Total	1.º Grau (1)	Pré-1.º Grau
1971	302.735	292.376	10.359
1972	306.810	294.756	12.054
1973	142.233	128.736	13.497
1974	140.482	125.344	15.138

FONTES: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE e Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

- (1) — Refere-se as Escolas de Uma Sala de Aula (Ensino Primário Antigo), nos anos de 1973 e de 1974.

I — ENSINOS DE 1.º GRAU E DE PRÉ-1.º GRAU

3. Matrícula no Fim do Ano em 30-11 e Aprovações Segundo a Natureza do Ensino

1970/1973

ANOS	MATRÍCULA NO FIM DO ANO EM 30/11			APROVAÇÕES		
	Total	1.º Grau (1)	Pré- 1.º Grau	Total	1.º Grau (1)	Pré- 1.º Grau (2)
1970	269.259	263.352	5.907	179.948	179.948	—
1971	290.189	279.904	10.285	200.069	200.069	—
1972	142.233	128.736	13.497	82.163	82.163	—
1973	136.963	122.822	14.141	82.821	82.821	—

FONTES: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE e Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

- (1) — Refere-se as Escolas de Uma Sala de Aula (Ensino Primário Antigo), nos anos de 1973 e de 1974.
(2) — Não há apurações sobre o Ensino Pré-1.º Grau de "Aprovações".

II — ENSINO DE 1.º GRAU

1. Unidades Escolares e Corpo Docente Segundo a Natureza do Ensino

1971/1974

ANOS	UNIDADES ESCOLARES (1)				CORPO DOCENTE			
	Total	1.º Grau (2)	Ensino Médio Antigo		Total	Ensino Médio Antigo		
			1.º Ciclo	1.º Grau (3)		1.º Grau (2)	1.º Ciclo	1.º Grau (3)
1971	311	—	—	311	4.534	—	—	4.534
1972	337	—	—	397	4.949	—	—	4.949
1973	696	433	208	55	4.847	4.847	(4) —	(4) —
1974	704	187	26	491	10.604	1.868	293	8.443

FONTES: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE e Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

- (1) — Referem-se aos cursos do Ginásio, nos anos de 1971 e de 1972.
(2) — Refere-se as Escolas de Duas e Mais Salas de Aula (Ensino Primário Antigo), nos anos de 1973 e de 1974.
(3) — Refere-se ao Ginásio, nos anos de 1971 e de 1972.
(4) — Não tem o DEE a tabela com os dados.

II — ENSINO DE 1.º GRAU

2. Matrícula no Início do Ano em 30/04 Segundo a Natureza do Ensino

1971/1974

ANOS	MATRÍCULA EM 30/04			
	Total	1.º Grau (1)	1.º Ciclo (2)	1.º Grau (2)
1971	77.708	—	77.708	—
1972	90.610	—	90.610	—
1973	255.495	128.924	77.399	49.172
1974	258.855	49.415	5.681	203.759

FONTES: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE e Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

- (1) — Refere-se as Escolas de Duas e Mais Salas de Aula (Ensino Primário Antigo), nos anos de 1973 e de 1974.
(2) — Refere-se ao Ginásio, nos anos de 1971 e de 1972.

II — ENSINO DE 1.º GRAU

3. Conclusões

Segundo a Natureza do Ensino

1970/1973

CONCLUSÕES				
ANOS	Total	Ensino Médio Antigo		
		1.º Grau (1)	1.º Ciclo (2)	1.º Grau (2)
1970	8.447	—	8.447	—
1971	11.563	—	11.563	—
1972	12.573	—	10.197	2.376
1973	20.317	6.473	692	13.152

FONTES: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE e Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

(1) — Refere-se as Escolas de Duas e Mais Salas de Aula (Ensino Primário Antigo), nos anos de 1972 e de 1973.

(2) — Refere-se ao Ginásial, nos anos de 1970 a 1972.

III — ENSINO DE 2.º GRAU

1. Cursos Existentes e Corpo Docente

Segundo a Natureza do Ensino

1971/1974

ANOS	Total		CURSOS 2.º Ciclo		2.º Grau		CORPO DOCENTE		
	Público	Parti- cular	Público	Parti- cular	Público	Parti- cular	Total	2.º Ciclo	2.º Grau
1971	65	101	65	101	—	—	2.007	2.007	—
1972	70	110	70	110	—	—	2.304	2.304	—
1973	49	81	45	70	4	11	2.048	1.738	310
1974	57	84	26	37	31	47	2.909	1.784	1.125

FONTES: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE e Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

Obs.: Constava como 2.º Grau, o 2.º Ciclo, nos anos de 1971 e de 1972.

III — ENSINO DE 2.º GRAU

2. Matrícula no Início do Ano em 30/04

Segundo a Natureza do Ensino

1971/1974

ANOS	MATRÍCULA EM 30/04		
	Total	2.º Ciclo	2.º Grau
1971	21.576	21.576	—
1972	27.862	27.862	—
1973	31.056	26.083	4.973
1974	37.017	14.273	22.744

FONTES: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE e Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

Obs.: Constava como 2.º Grau, o 2.º Ciclo, nos anos de 1971 e de 1972.

III — ENSINO DE 2.º GRAU

3. Conclusões

Segundo a Natureza do Ensino

1970/1973

ANOS	CONCLUSÕES		
	Total	2.º Ciclo	2.º Grau
1970	4.371	4.371	—
1971	5.269	5.269	—
1972	5.679	4.846	833
1973	6.984	3.005	3.979

FONTES: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE e Serviço de Estatística da Educação e Cultura — MEC.

Obs.: Constava como 2.º Grau, o 2.º Ciclo, nos anos de 1971 e de 1972.

IV — ENSINO SUPERIOR

1. Estabelecimentos Isolados e Universitários, segundo a Dependência Administrativa, Corpo Docente e Matrícula Inicial, por Municípios e Sexo
1972/1975

MUNICÍPIOS E ANOS		ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Corpo Docente	MATRÍCULA EM 30/04	
		Fede- ral	Esta- dual	Muni- cipal	Parti- cular		Mascu- lino	Femi- nino
ALEGRE	1972	—	1	—	—	14	68	9
	1973	—	1	1	—	13	127	183
	1974	—	1	1	—	36	160	306
	1975	—	1	1	—	65	218	413
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1972	—	—	2	1	103	566	648
	1973	—	—	2	1	100	537	685
	1974	—	—	2	1	112	650	846
	1975	—	—	2	1	120	725	1.178
COLATINA	1972	—	—	2	1	90	864	922
	1973	—	—	2	1	84	1.270	1.611
	1974	—	—	2	1	97	1.348	1.632
	1975	—	—	2	1	113	1.134	1.635
VITÓRIA	1972	8	1	—	3	620	2.111	1.689
	1973	8	1	—	4	646	3.354	3.020
	1974	8	2	—	3	649	3.877	3.121
	1975	8	2	—	3	777	5.486	4.122
ESTADO	1972	8	2	4	5	827	3.609	3.268
	1973	8	2	5	6	843	5.288	5.499
	1974	8	3	5	5	894	6.035	5.905
	1975	8	3	5	5	1.075	7.563	7.348

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE.

IV — ENSINO SUPERIOR

2. Número de Alunos que Concluíram
os Cursos, por Municípios e Sexo

1971/1972

MUNICIPIOS E ANOS		CONCLUSÕES DE CURSOS		VITÓRIA	1971	329	274
		Masculino	Feminino				
ALEGRE	1971	—	—	1973	951	1.378	
	1972	—	—	1974	1.362	1.350	
	1973	—	—				
	1974	19	4				
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1971	58	64	ESTADO	1971	514	439
	1972	90	145		1972	1.168	1.453
	1973	122	343		1973	1.301	2.172
	1974	184	305		1974	1.865	2.136

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE.

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE.

V — FINANÇAS PÚBLICAS

1. Receita e Despesa Estadual e Municipal e I.C.M.

Receita Arrecadada e Despesa Realizada pelo Estado e pelos Municípios e o ICM Municipal

ANOS	ESTADUAL		MUNICIPAL		
	Receita	Despesa	Receita	Somente	Despesa
	Arrecadada (Cr\$)	Realizada (Cr\$)	Arrecadada (Cr\$)	I.C.M. (Cr\$)	Realizada (Cr\$)
1972	303.653.614	398.014.050	105.846.640	48.124.135	106.741.403
1973	529.595.272	582.878.061	154.177.274	63.768.693	148.000.969
1974	733.303.356	780.634.572	246.707.613	101.849.551	251.750.843
1975	935.581.305	1.042.995.297	293.821.118	104.846.073	293.200.475

FONTES: Tribunal de Contas e Prefeituras Municipais do Estado.

V — FINANÇAS PÚBLICAS

2. Receita Federal Arrecadada, segundo os Postos

1972/1975

POSTOS (1)	RECEITA ARRECADADA (Cr\$)			
	1972	1973	1974	1975
Afonso Cláudio	596.530	935.944	1.511.835	2.159.972
Cachoeiro de Itapemirim	14.748.640	22.591.580	33.293.681	65.104.619
Colatina	9.987.505	17.328.732	29.754.609	42.600.520
Guaçu	1.078.666	1.974.062	2.831.862	4.119.098
Linhares	3.964.541	7.517.655	15.140.800	22.557.697
Nova Venécia	506.458	1.401.449	2.252.495	3.339.427
Santa Teresa	1.508.272	2.462.276	3.946.551	4.768.201
São Mateus	2.002.762	4.466.833	8.469.024	11.075.244
Vitória	145.334.664	144.458.583	253.743.818	402.727.696
ESTADO	179.728.038	203.137.114	350.944.675	558.452.474

FORTE: Delegacia da Receita Federal.

(1) — Foram criados Postos de Arrecadação pela Portaria 82/69, de 14.02.69.

VI — SEGURANÇA PÚBLICA

Movimento Policial — Crimes e Contravenções — 1972/1975

a) Crimes, segundo a Espécie

ANOS	ESPÉCIE				
	Contra a Pessoa	Contra o Patrimônio	Contra os Costumes	Outros Crimes	Total
1972	(1) 1.291	330	192	102	1.915
1973	(2) 1.409	382	183	157	2.131
1974	(3) 1.203	275	163	209	1.850
1975	(4) 1.345	312	198	321	2.176

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE.

(1) — Incluídos 365 crimes causados por acidentes de veículos.

(2) — Incluídos 385 crimes causados por acidentes de veículos.

(3) — Incluídos 401 crimes causados por acidentes de veículos.

(4) — Incluídos 482 crimes causados por acidentes de veículos.

VI — SEGURANÇA PÚBLICA

Movimento Policial — Crimes e Contravenções — 1972/1975

b) Contravenções, segundo a Espécie

ANOS	ESPÉCIE				
	Jogo de Azar	Porte de Arma	Disparo de Arma de Fogo	Vias de Fato	Embriaguês
1972	4	30	14	11	11
1973	5	45	14	2	6
1974	—	42	14	4	16
1975	16	50	16	6	22

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE.

VI — SEGURANÇA PÚBLICA

Movimento Policial — Crimes e Contravenções — 1972/1975

b) Contravenções, segundo a Espécie

ANOS	ESPÉCIE				
	Vadiagem	Ralta de Habilitação para Dirigir Veículo	Perturbação da Tranquilidade	Outras	Total
1972	76	6	16	15	183
1973	35	6	3	6	122
1974	27	11	5	6	125
1975	27	14	5	19	175

FONTE: Diretoria de Estudos Sociais, Culturais e Administrativos — DEE.

INTERCAMBIO COMERCIAL
QUADRO COMPARATIVO ENTRE A EXPORTAÇÃO E A IMPORTAÇÃO
TERRITÓRIO NACIONAL — 1970/1975

ANOS	PESO (TON.)			(VALOR (Cr\$ 1.000))		
	Exportação	Importação	Diferença da Importação sobre a Exportação a + ou a -	Exportação	Importação	Diferença da Importação sobre a Exportação a + ou a -
1970	992.320	26.931.570	+ 25.939.250	368.657	804.098	+ 435.441
1971	1.060.736	26.951.905	+ 25.891.170	554.171	1.412.784	+ 858.613
1972	1.174.002	31.111.197	+ 29.937.195	1.083.757	1.792.975	+ 709.218
1973	1.285.354	34.025.134	+ 32.739.780	1.771.456	1.985.527	+ 214.071
1974	1.355.611	55.445.183	+ 54.089.572	3.498.585	2.351.044	- 1.147.541
1975 (até junho)	648.815	24.783.708	+ 24.134.893	1.433.692	1.044.383	- 389.309

FONTE — Diretoria de Estatísticas Econômicas do DEE.

INTERCAMBIO COMERCIAL

EXPORTAÇÃO

Segundo o Destino e a Procedência — 1970/75

ANOS	Total	Para o Exterior	Para o Território Nacional
	Quantidade	(kg)	
1970	26.397.596.161	25.405.276.497	992.319.664
1971	27.522.705.187	26.461.969.352	1.060.735.835
1972	31.372.940.852	30.218.938.410	1.174.002.442
1973	43.040.980.741	41.755.626.962	1.285.353.779
1974	1.355.611.413	(1) ...	1.355.611.413
1975 (até junho)	648.815.040	(2) ...	648.815.040
	Valor	Cr\$	
1970	1.854.251.671	1.485.595.064	368.656.607
1971	1.875.777.531	1.321.606.515	554.171.016
1972	2.793.306.731	1.709.549.418	1.083.757.313
1973	4.303.661.011	2.532.204.709	1.771.456.302
1974	3.498.584.563	(1) ...	3.498.584.563
1975 (até junho)	1.433.692.449	(2) ...	1.433.692.449

INTERCAMBIO COMERCIAL

IMPORTAÇÃO

Segundo o Destino e a Procedência — 1970/75

ANOS	Total	Do Exterior	Do Território Nacional
	Quantidade	(kg)	
1970	27.499.637.690	568.067.275	26.931.570.415
1971	27.621.476.386	568.067.275	26.931.570.415
1972	32.086.451.655	975.254.566	31.111.197.089
1973	34.848.143.471	823.009.017	34.025.134.454
1974	56.367.834.454	922.651.899	55.445.182.555
1975 (até junho)	24.783.707.808	(1) ...	24.783.707.808
	Valor	(Cr\$)	
1970	1.149.658.820	345.560.338	804.098.482
1971	2.020.585.724	607.801.511	1.412.784.213
1972	3.064.399.845	1.271.424.916	1.792.924.929
1973	2.917.637.368	932.110.364	1.985.527.004
1974	3.622.128.188	1.271.084.128	2.351.044.060
1975 (até junho)	1.044.382.710	(1) ...	1.044.382.710

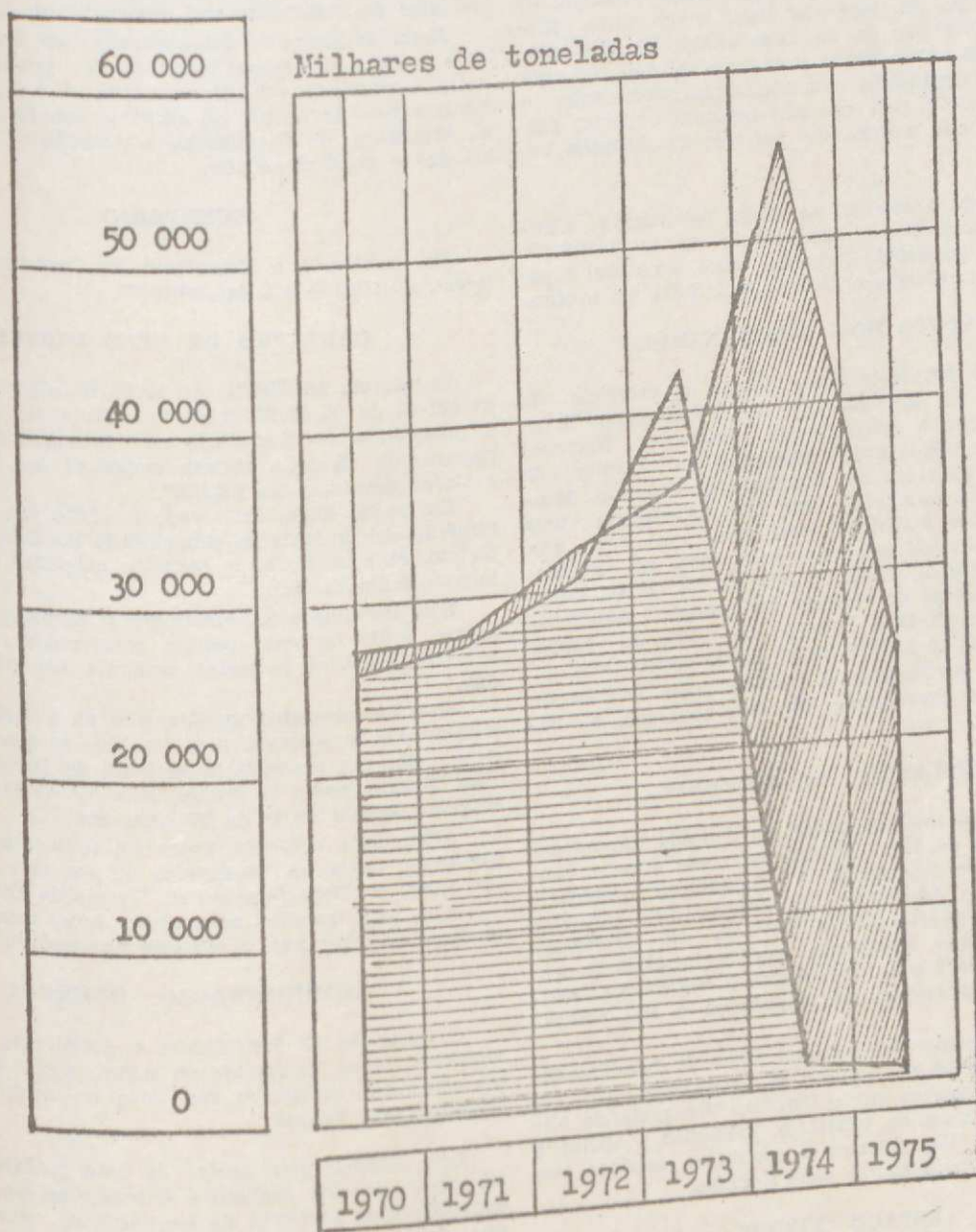
(1) A apuração ainda não nos foi entregue pelo PRODEST
(2) Estão sendo encaminhados ao PRODEST, os quadros para a devida apuração

(1) Ainda não recebemos os dados da CACEX do Banco do Brasil.

FONTE — Diretoria de Estatísticas Econômicas do DEE.

FONTE — Diretoria de Estatísticas Econômicas do DEE.

COMÉRCIO INTERIOR
EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
NO
ESTADO - 1970/1975



○ Importação

○ Exportação

A Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos SEAR — viveu o Ano de 1976 sob a permanente expectativa da implantação administrativa cujos princípios, normas e filosofia foram objeto da Lei nº 3043, de 31.12.75.

Com efeito, publicada a referida lei no Diário Oficial, Suplemento de 31.12.75, iniciou-se a fase de elaboração dos Decretos Regulamentares, fase completamente concluída, pois apenas a Secretaria de Estado da Saúde ainda está dependendo de regulamentação.

Todas as dificuldades que acompanharam durante o ano de 1976 o trabalhoso e sofisticado processo de preparação de implantação estão agora, neste princípio do ano, chegando ao fim para dar lugar a um outro processo, o da efetivação das medidas iniciais de implantação da reforma. Com efeito, essa implantação terá que ser feita paulatinamente como adverte sabiamente a própria Lei 3043/75, para que não ocorram impactos perturbadores da boa marcha dos serviços da máquina burocrática.

Assim, ainda o ano que se inicia, perdurarão algumas preocupações que a implantação da modernização administrativa do Estado imporão, como é natural esperar de qualquer reforma organizacional, feita em profundidade.

ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS

Pretendia a SEAR terminar dentro do exercício de 1976 o Projeto do novo Estatuto dos Funcionários Estaduais. Entretanto o noticiário da Imprensa Nacional deu curso a repetidos pronunciamentos do Diretor do DASP sobre o Estatuto dos Funcionários Federais também em vias de conclusão. Este fato determinou uma desaceleração dos trabalhos neste setor uma vez que, devendo os Estatutos estaduais, por força de mandamento constitucional, assemelhar-se ao da União, quanto às regras básicas de relações do trabalho Funcionário/Estado, expor-se-ia o Governo ao risco de propor uma lei em muitos pontos superada no nascedouro.

Os estudos pertinentes, à matéria pois, deverão retornar ao ritmo conveniente, tão logo concluído o parâmetro federal.

ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Programa dos mais delicados, foi incluído como meta para o exercício de 1976. Entretanto, como envolve tanto o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro como a Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo, esta última por já vir prestando, em caráter privado, assistência médica, dentária e hospitalar a mais de 7 mil funcionários e respectivas famílias, houve implantações que impediram a sua realização.

Destaca-se, como fundamental fator de retardamento o aparelhamento do hospital da Associação ora em fase de obras, uma vez que o Governo não pretende aliar do processo mas, ao contrário, prestigiar e apoiar a Associação que tão grandes e relevantes serviços tem prestado ao funcionalismo e suas famílias.

ESPAÇO FISICO

O problema de espaço para uma conveniente instalação da Secretaria, mormente após a criação de novos órgãos impostos pela Lei nº 3043/75 (Lei de modernização) tende a se agravar.

Dentre esses órgãos sobressaem a Sub-Secretaria (pelo menos o Gabinete do Sub-Secretário), o Grupo de Controle de Resultados, a Escola de Serviço Público, o

Departamento de Patrimônio (nova modalidade), o Cadastro de Recursos Humanos, os Grupos Setoriais das áreas da Fazenda e de Planejamento, isto sem contar os setores já atualmente funcionando em outros imóveis que não a sede da Secretaria.

CONGRESSOS

No correr de 1976 a SEAR participou de dois encontros de grande interesse para a Administração; em março, do Seminário promovido pela Empresa de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, com vistas a conhecer o que se poderá fazer em termos de Cadastro de recursos humanos; em setembro, do II Encontro de Secretários de Administração, realizado em São Paulo.

Neste II Encontro foi aprovada, por unanimidade, a Tese sobre a Contagem recíproca de tempo de serviço entre a atividade privada e os Estados e Municípios, defendida pelo Secretário da SEAR e que foi encaminhada ao Ministério da Previdência e Assistência Social para estudos e possível adoção.

EMENTÁRIO

Foi publicado o Ementário de Decretos-N (Normativos), atualizado até dezembro/75.

CADASTRO DE BENS IMÓVEIS

O Decreto nº 804-N, de 23.03.76, alterado pelo de nº 827-N, de 05.05.76, criou um Grupo de Trabalho sob a presidência do Secretário de Administração com o objetivo de "fazer a revisão cadastral dos bens imóveis e terras devolutas do Estado".

Em razão disso, foi levado a efeito um novo levantamento dos imóveis de propriedade do Estado, por município, atualizando-se o cadastro existente no Departamento de Patrimônio.

Esse trabalho veio revelar que o Estado possui, atualmente, 3.812 imóveis (prédios construídos), mas apenas 517 tem escritura e, destas, somente 104 estão registradas.

Esse levantamento mostra não só o quantitativo de prédios por municípios, mas também as suas características, como por exemplo, se se trata de Delegacia de Polícia, Fórum, posto de Saúde, Escrituras Fiscais, Escola singular, Escola de 1º ou 2º grau, etc.

Além deste cadastro, outro foi feito, sobre as terras devolutas, ocupadas, legalizadas ou em fase de legalização junto ao Departamento de Terras do Estado.

Com este trabalho se conhece hoje, com uma boa margem de segurança, a situação dos imóveis do Estado.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, órgão incumbido do seguro social dos servidores estaduais, inaugurou sua nova e confortável sede, situada à Av. Vitória.

Sem alardes, mas dentro de uma política segura de administração dos dinheiros arrecadados dos segurados, expandiu suas carteiras de empréstimos para diversos fins, desde o pequeno empréstimo a curto prazo até os de maior valor, dentro do sistema vigente, atingindo um total de empréstimos superior a 20 milhões. Mantve também os pagamentos de pensão em dia, tudo isto apenas com a contribuição descontada dos segurados, igual a 5% dos seus vencimentos.

Quanto à Assistência Médica aos beneficiários, aguarda o momento de estabelecer convênio com a Associação dos Funcionários Públicos, em bases cujos estudos estão em curso.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DOS RECURSOS HUMANOS

Maiores detalhes a respeito do Instituto serão encontrados mais adiante, em seu próprio relatório.

O Departamento de Imprensa Oficial teve funcionamento normal e seu Relatório também dará contas do que foi o exercício de 1976 naquela autarquia.

Quanto ao Departamento de Patrimônio, louve-se o esforço feito no sentido de atualizar o cadastro de bens imóveis do Estado.

Trata-se de um órgão que, de acordo com a Lei de Modernização, Lei 3043/75, perderá a característica de órgão autônomo (em regime especial) para tornar-se um Departamento da estrutura interna da Secretaria.

Com respeito à Empresa de Fornecimento de Material — EMFORMA, prevê, também, a Lei 3043/75 profunda alteração na sua natureza jurídica, pois deixará de ser uma empresa pública para tornar-se um órgão autônomo, em regime especial de administração.

As alterações apontadas deverão ocorrer paulatinamente, no decurso do exercício de 1977.

O Departamento de Transportes, órgão também em regime especial, continuou tendo uma atuação das mais dinâmicas em termos de política de transportes do Governo.

As profundas modificações introduzidas no sistema de funcionamento do Departamento demonstraram que o Governo estava certo procurando, desde o início, implantar uma política de austeridade no uso dos carros oficiais.

Durante o exercício de 1975 foram alienados 88 carros de transporte de pessoal, por irreperáveis e, em contrapartida, só foram adquiridos 17 novos. Em 1976, outros 62 foram alienados contra a aquisição de apenas 23.

Disto resultou que, de uma frota de 350 veículos encontrados pelo atual Governo, restam 240, quase todos com capacidade de uso vencida, estando o Departamento de Transportes tirando deles o máximo proveito.

Basta dizer que o Núcleo de veículos criado junto ao Departamento, funcionando com uma média de 40 carros usados, obtidos das Secretarias, atendeu a 8.366 chamados, inclusive para viagens, totalizando 13.564 quilômetros rodados, fazendo uma média de 96 quilômetros por atendimento.

A pequena oficina, mantida pelo Departamento, deu assistência e manutenção total durante o ano de 1976, a 63 veículos que, desta forma, não utilizaram oficinas particulares, gastando, inclusive com reposição de peças, apenas Cr\$ 311.000,00.

ARQUIVO PÚBLICO

No exercício de 1976 deu-se especial atenção ao Arquivo Público. Com os reparos e ampliação de que necessitava, o prédio oferece, agora, ambiente e condições de limpeza condignos, tanto para os que ali trabalham como para os que desejam fazer estudos e pesquisas no setor.

LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

Vários atos legais voltados para os interesses do funcionalismo foram baixados durante o ano de 1976. O Governo buscou fazer sempre uma política de pessoal realista, não só procurando emparelhar os vencimentos do Estado com os salários oferecidos pelo mercado de trabalho privado como também corrigindo distorções relativas a grupos, ou tomando medidas de caráter geral, objetivando a racionalização da legislação de pessoal.

A seguir são mencionados alguns dos principais atos relativos à política de pessoal:

1 — A partir de março/76 foi dado aumento geral, pela Lei nº 3039, de 31.12.75, entre 30% e 40% abrangendo os cargos efetivos e em comissão. Ainda por esta Lei o pessoal do Grupo Físico passou a ter vencimentos

em dobro e o pessoal do Quadro Suplementar teve seus vencimentos equiparados aos do Quadro Permanente.

2 — Da maior repercussão e importância foi a Lei nº 3042, de 31.12.75, que aprovou o Estatuto do Magistério cujo Regulamento se encontra em adiantada fase de estudos.

3 — Em 12.05.76, em face dos níveis de salário-mínimo decretados pela União, foi baixado o Decreto nº 833-N, concedendo novamente gratificação complementar ao pessoal do nível 1.

4 — Pela Lei nº 3051, de 31.12.76, objetivando dotar a Administração de uma Assessoria do Alto Nível para atender às necessidades impostas pela Lei de Modernização Administrativa, o Governo criou o Grupo de Assessoramento Superior no qual foram enquadrados os Assessores de Assuntos Administrativos Correntes, os Assessores de Programação e Orçamento, os Técnicos de Planejamento Fiscal e os Técnicos de Tributação, os quais experimentaram, desta forma, sensível melhoria tanto em termos de posicionamento funcional como em nível de vencimentos.

5 — A Lei nº 3053, de 07.06.76, transformou os cargos de Assistentes Jurídicos em Procuradores do Estado, visando a dar plenas condições de trabalho à Procuradoria Geral que, pela Lei de Modernização Administrativa, absorve a Consultoria Geral do Estado.

6 — A revisão de classificação dos cargos do nível superior, resultou na Lei nº 3058, de 16.06.76, que corrigiu e elevou os níveis dos cargos de Arquivologista, Bibliotecário, Contador, Estatístico, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Cirurgião Dentista, Enfermeiro, Farmacêutico, Nutricionista, Químico e Veterinário.

7 — Em face das sucessivas proibições de nomeação, uma constante do Governo, para redução de despesas e valorização do pessoal já nomeado, foi determinada através dos Decretos 847-N, de 28.06.76 e 867-N, de 20.07.76, a prorrogação da validade dos concursos, salvaguardando, assim, o interesse dos candidatos neles habilitados.

8 — Completando um ano em julho/76 o último aumento dado à Polícia Militar, foi-lhe atribuída nova elevação de soldo pela Lei nº 3068, de 21.07.76. Na mesma data foi criada, pela Lei nº 3071, a gratificação de representação para oficiais e praças e praças com exercício na Casa Militar.

9 — A Lei nº 3034, de 16.07.76 concede, novamente, 40% de aumento às pensões pagas pelo Tesoureiro e aos proventos dos Serventuários da Justiça.

10 — Outro Grupo que mereceu a atenção do Governo foi o dos servidores da extinta Estrada de Ferro Itapemirim. Enquadrados inadequadamente após a extinção da Estrada, tiveram, através da Lei nº 3077, de 19.09.76, sua situação regularizada.

11 — A Lei nº 3100, de 28.12.76, de grande alcance social, determina que nenhum provento ou vencimento oriundo de aposentadoria ou disponibilidade, será inferior ao vencimento do Padrão 1, e nenhuma pensão será inferior a meio salário-mínimo regional.

No tocante à política de pessoal que se insere na área de ação da SEAR, os registros contidos nos quadros anexos refletem fielmente, as mais variadas ocorrências verificadas com os servidores estaduais e decorrentes de sua situação de ocupante de cargo ou emprego público ou autárquico.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS

Servidores atendidos	9.680
Art. 103	6.483
" 110	186
" 111	060
" 112	664
" 113	1.180

" 113 § 2º	037
Licenças Negadas	056
Mudanças de Função	247
Mudanças de Função Negadas	062
Mudanças de Localidade	033
Mudanças de Localidade Negadas	025
Aptos ao Serviço Público	633
Aposentados	049

Aos 9.680 funcionários atendidos foram dados 189.095 dias de licença sendo assim discriminados pelo art. 103 foram concedidos 149.846 dias pelo art. 110, foram 24.213 dias, pelo art. 111 foram 3.415 dias, pelo art. 112 foram 11.521 dias, foram negados 56 pedidos de licença por não se tratar de doenças, 62 mudanças de função e 25 de mudanças de localidade, concedidas 247 mudanças de função e 33 de localidade.

Somente aos funcionários da Secretaria do Estado da Educação em nº de 7.717 que solicitam licenças foram concedidos 135.436 e 1.107 gestantes obtiveram licenças pelo art. 113, foram admitidos 375 novos professores.

Foram pedidos 12.575 abonos de faltas, efetuados 653 visitas domiciliares negados 35 e realizadas 343 visitas hospitalares a funcionários.

Atendido a 105 processos de informação e 58 processos da COPIA.

DIRETORIA DE SELEÇÃO

Inicialmente, deve se esclarecer que, em face da paralização de concursos, o rendimento das atividades dessa Diretoria não foi tão volumoso, mas isto justifica-se plenamente, tendo em vista as medidas de contenção de despesas, determinadas pelo Poder Executivo, através dos Decretos números 700-N/75 e 822-N/76. Suas atividades se limitaram à realização destes encargos.

A Seção de Provas e Concursos realizou nos dias 29 e 30 de março de 1976, a Prova de Habilitação destinada ao preenchimento nas condições "Acesso", de 11 (onze) cargos vagos de COMISSÁRIO DE POLÍCIA. Esta prova tem o número P.H. — 1 e apresenta as seguintes detalhes:

a) Abertura de Inscrições: Editais nºs. 01 e 0 7/76, publicados, respectivamente, nos dias 30/04 e 18.05.76.

b) Candidatos Inscritos: 29 (vinte e nove).

c) Movimentação durante as provas:

Não comparecimento	3
Candidatos reprovados	6
Candidatos aprovados	20
Soma	29

d) Resultado final: Edital homologatório nº 05/76, de 30/6/76 publicado no Diário Oficial do dia 03.07.76.

Foram realizadas através da Diretoria de Seleção, provas para preenchimento por ACESSO e CONCURSO PÚBLICO, dos seguintes cargos vagos existentes no quadro de servidores do Instituto de Previdência e Assistência "Jerônimo Monteiro":

Por Acesso:

Conforme Edital nº IPAJM-01/76, de 05.03.76 — D.O. de 09.03.76:

Relação de Cargos	Nº de vagas
1 — Assistente Administrativo	2
2 — Técnico em Contabilidade	1

3 — Oficial Administrativo	3
4 — Auxiliar Administrativo	13
5 — Auxiliar de Processamento	3

Homologado pelo Edital nº IPAJM-03/76, de 06.04.76 — D.O. 28.04.76.

Conforme Edital nº IPAJM-04/76, de 04.04.76 — Pub. D.O. 07.04.76:

Relação de Cargos	Nº de vagas
6 — Assistente Jurídico	1
7 — Cirurgião Dentista	1

Homologado pelo Edital nº IPAJM-06/76, de 30.04.76 D.O. 01.05.76.

HISTÓRICO DAS SELEÇÕES POR ACESSO

1. Assistente Administrativo:

Candidatos inscritos	3
Candidatos aprovados	3

2. Técnico em Contabilidade:

Candidatos inscritos	1
Candidatos aprovados	1

3. Oficial Administrativo:

Candidatos inscritos	1
Candidatos aprovados	1

4. Auxiliar Administrativo:

Candidatos inscritos	2
Candidatos aprovados	2

5. Auxiliar de Processamento:

Não houve candidato inscrito.

6. Assistente Jurídico:

Candidatos inscritos	1
Candidatos aprovados	1

7. Cirurgião Dentista:

Candidatos inscritos	1
Candidatos aprovados	1

Por Concurso Público:

Conforme Edital nº IPAJM Nº 05/76, de 14.04.76 — Pub. D.O. 15.04.76:

Relação de Cargos	Nº de vagas
1 — Auxiliar Administrativo	2

Homologado pelo Edital nº IPAJM-09/76, de 23.06.76 — D.O. 29.06.76.

Conforme Edital nº IPAJM-06/76, de 03.05.76 — Pub. D.O. 06.05.76:

Relação de Cargos	Nº de vagas
2. Assistente Administrativo	2
3. Técnico em Contabilidade	1

8266/76 — 1º/12/76 — Irregularidades
8383/76 — 09/12/76 — Abandono de cargo
8831/76 — 29/12/76 — Irregularidades

Nº de Processos distribuídos à Segunda Cfmara em 1976 30
Nº de Processos que se transferiram de 1975 para 1976 10
Nº de Processos concluídos em 1976 29
Nº de Processos transferidos para o ano de 1977 17

Número — Início — Assunto

02096/76 — 03/05/76 — Irregularidades
03626/76 — 22/06/76 — Abandono de cargo
04556/76 — 26/07/76 — Abandono e Irregularidades
06092/75 — 10/08/76 — Abandono de cargo
04808/76 — 17/08/76 — Irregularidades
06964/75 — 23/08/76 — Abandono e Irregularidades
07504/75 — 26/08/76 — Abandono de cargo
06012/76 — 27/09/76 — Abandono de cargo
06134/76 — 04/10/76 — Irregularidades
07287/76 — 25/10/76 — Abandono de cargo
08199/75 — 25/10/76 — Acumulação de cargo
07681/76 — 11/11/76 — Irregularidades
08073/76 — 24/11/76 — Irregularidades
07383/76 — 29/11/76 — Abandono de cargo
04361/76 — 1º/12/76 — Abandono de cargo
08590/76 — 13/12/76 — Abandono de cargo
08585/76 — 29/12/76 — Abandono de cargo

COORDENADORIA ESTADUAL DO PASEP

No primeiro trimestre do corrente ano efetuou-se cadastramento de 1.471 servidores admitidos no exercício anterior, além daqueles que, embora admitidos em outros exercícios, não haviam sido incluídos no Programa.

No mesmo prazo foi o PRODEST informado para fins de processamento de dados, da remuneração de 20.895 servidores inclusive os 1.471 novos cadastrados, tomando por base os dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (funcionários efetivos), demais Secretarias de Estado (servidores contratados) e Órgãos vinculados a estas Secretarias.

Em seguida, atendendo ao cronograma de trabalho para o exercício de 1976, de acordo com levantamento feito no cadastro geral, verificou-se que dos 21.196 servidores, cadastrados no exercício de 1975, deixaram de participar da Relação de Remuneração acima mencionada, 301 servidores, por falta de identificação no cadastro.

Posteriormente, foram tomadas providências com o auxílio das Secretarias de Estado, para a identificação destes servidores, regularizando a situação dos mesmos junto ao Programa.

Atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou os Programas PIS/PASEP e as exigências do Banco do Brasil, colheram-se informações sobre o C.P.F. dos servidores cadastrados no PASEP pelo Governo do Estado.

Com base em informações de interessados ou prestadas pelas Secretarias de Estado, e, ainda, por correspondências foram remetidas 115.000 (cento e quinze mil) correção de dados complementares para serem processados pelo PRODEST e encaminhados ao Departamento de Assuntos do PASEP através de Fita Magnética.

Com a finalidade ainda de atualizar o cadastro, foram corrigidos 2.370 registros, assim especificados:

a — Cancelamento de duplicata 130
b — Exclusão do Cadastro, por cadastramento indevido 290

c — Correção de nomes por motivo de casamento, desquite e cadastramento incorreto 1.100
d — Ocorrência, por motivo de falecimento, aposentadoria, exoneração, transferência para a reserva e reforma 950
e — Inclusão de códigos de servidores admitidos, portadores de Comprovações de inscrição 130

No segundo semestre, atendendo o disposto no Decreto nº 365-N, de 15.08, publicado no Diário Oficial de 20 de agosto de 1975, foram desvinculados no cadastro do Poder Executivo, os servidores do Poder Judiciário e Tribunal de Contas.

Conforme entendimento verbal mantido com o Departamento de Assuntos do PASEP no exercício de 1975, no sentido de regularizar a situação dos servidores do Governo do Estado que deixaram de participar da distribuição de cotas nos exercícios de 1972, 1973 e 1974, foi remetida ao Banco do Brasil relação comunicando a remuneração de 4.850 servidores assim distribuídas:

Exercício de 1972 2.000
Exercício de 1973 2.450
Exercício de 1974 400

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES DIRETORIA DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS

A seção de Aquisição e Cadastramento de Veículos manteve seus serviços de cadastro bem atualizados. Encontram-se registrados neste Departamento 240 (duzentos e quarenta) veículos da administração direta e 530 (quinhentos e trinta) da administração indireta, e outros Poderes 25 (vinte e cinco), Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa. No setor de aquisição, foram adquiridos para administração direta em total de 23 (vinte e três) veículos, na importância total de Cr\$ 1.448.720,85 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, setecentos e vinte cruzeiros e oitenta e cinco centavos); e para administração indireta 1 (um) veículo, adquirido por intermédio deste Departamento (Anexo 2).

A Seção de Alienação teve um movimento acentuado. Foram recolhidos 64 veículos das Repartições da administração direta, 03 veículos da administração indireta, perfazendo um total de 67 veículos. De conformidade com o que preceitua o Decreto 2.753, de 19 de junho de 1968, tais veículos foram levados à concorrência pública, tendo sido vendidos 62 (sessenta e dois) carros. Foram realizadas 3 concorrências públicas, com inteira observância das determinações legais, produzindo venda dos veículos e sucata existentes a importância de Cr\$ 435.879,20 (quatrocentos e trinta e cinco mil oitocentos e setenta e nove cruzeiros e vinte centavos), devidamente recolhida aos cofres da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme preceitua a Lei.

DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS

Funcionou normalmente, sem maiores ocorrências, esta Diretoria, no ano que findou, desincumbindo-se das tarefas de sua responsabilidade, como sejam emplacamento de veículos, seguros contra terceiros e almoxarifado. O atendimento às requisições de veículos está especificado na numeração abaixo:

Certificados de registro e renovação 297
Seguros contra terceiros 434
Preenchimento de Mapas de combustíveis e outros 5.630

"NÚCLEO DE TRANSPORTES"

Funcionou normalmente, sem maiores ocorrências, às requisições de veículos. Foram efetuados 8.366 atendimentos, perfazendo um total de 605.049 quilômetros rodados, que expressam o quanto foi grande essa atividade. Os sistemas de fiação e controle, que anteriormente introduzimos, foram de muito proveito, funcionando eficientemente, atendendo a finalidade desejada. (Anexo 03).

CONSUMO DE GASOLINA

O consumo de gasolina verificado durante o exercício de 1976, compreendendo todo o gasto efetuado pelas diversas Secretarias e órgãos Governamentais da administração direta e da indireta, atingiu a 771.346 (setecentos e setenta e um mil e trezentos e quarenta e seis) litros. (Anexo 04).

RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS

Mas oficinas próprias do órgão foram recuperadas durante o exercício passado 63 (sessenta e três) veículos do Governo, que ficaram em condições suficientes para atender os serviços de transportes; houve na recuperação desses veículos um gasto de Cr\$ 311.409,90 (trezentos e onze mil quatrocentos e nove cruzeiros e noventa centavos). (Anexo 01).

ANEXO I

"QUADRO DEMONSTRATIVO DOS SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE PEÇAS, EMPREGADAS NOS VEÍCULOS DO NÚCLEO DE TRANSPORTES E OUTROS, EXECUTADOS NAS OFICINAS DO D.T. RETIFICA E PARTE ELÉTRICA EM OFICINAS PARTICULARES REVESTIDOS EM CRUZEIROS"

Espécie - Ordem - Placa - Ano de Fabric. - Marca - Cr\$

Volks	189	AA-10-64	1968	Volkswagen	5.735,38
Volks	190	AA-10-65	1968	Volkswagen	5.318,13
Volks	122	AA-10-99	1972	Volkswagen	8.398,94
Volks	151	AA-11-16	1972	Volkswagen	5.315,83
Volks	094	AA-11-29	Volkswagen	8.837,98	
Volks	006	AA-11-48	1968	Volkswagen	12.732,64
Volks	007	AA-11-49	1972	Volkswagen	8.669,35
Volks	024	AA-11-51	1972	Volkswagen	1.523,00
Volks	008	AA-11-70	1970	Volkswagen	2.705,44
Volks	149	AA-11-79	1972	Volkswagen	3.380,00
Volks	027	AA-12-62	1971	Volkswagen	6.163,11
Volks	028	AA-12-63	1972	Volkswagen	5.929,41
Volks	029	AA-12-64	1974	Volkswagen	4.758,79
Volks	160	AA-12-67	1968	Volkswagen	5.372,31

Volks	170	AA-12-82	1972	Volkswagen	12.156,70
Volks	172	AA-12-84	1973	Volkswagen	7.013,29
Volks	166	AA-12-86	1971	Volkswagen	132,00
Volks	168	AA-12-87	1971	Volkswagen	2.640,70
Volks	075	AA-13-00	1974	Volkswagen	6.008,95
Volks	076	AA-13-01	1973	Volkswagen	4.023,31
Volks	077	AA-13-02	1974	Volkswagen	4.912,70
Volks	084	AA-13-09	1970	Volkswagen	5.359,86
Volks	086	AA-13-11	1973	Volkswagen	3.505,56
Volks	047	AA-11-47	1971	Volkswagen	7.773,88
Volks	AA-14-00			Volkswagen	120,00
Kombi	360	AA-13-73	1974	Volkswagen	2.698,76
Kombi	049	AA-13-77	1971	Volkswagen	8.048,84
Kombi	044	AA-13-78	1970	Volkswagen	5.902,92
Kombi	071	AA-13-80	1973	Volkswagen	2.796,33
Kombi	070	AA-13-81	1973	Volkswagen	4.089,99
Kombi	067	AA-13-83	1973	Volkswagen	3.611,19
Kombi	060	AA-13-85	1972	Volkswagen	5.306,34
Kombi	066	AA-13-87	1973	Volkswagen	3.731,70
Kombi	081	AA-13-06	1974	Volkswagen	12.272,42
Kombi	050	AA-13-49	1971	Volkswagen	7.368,44
Kombi	063	AA-13-55	1972	Volkswagen	9.025,48
Kombi	061	AA-13-56	1972	Volkswagen	2.799,59
Kombi	035	AA-13-57	1972	Volkswagen	9.517,21
Kombi	052	AA-13-59	1970	Volkswagen	7.218,10
Kombi	046	AA-13-60	1970	Volkswagen	6.300,93
Kombi	061	AA-13-62	1969	Volkswagen	7.724,88
Kombi	045	AA-13-65	1970	Volkswagen	16.062,66
Kombi	043	AA-13-66	1970	Volkswagen	6.588,29
Kombi	072	AA-13-67	1973	Volkswagen	3.073,00
Kombi	196	AA-13-70	1974	Volkswagen	13.739,97
Kombi	359	AA-13-72	1974	Volkswagen	4.506,39
Kombi	470	AA-12-70	Volkswagen	289,44	
Kombi	163	AA-12-85	1971	Volkswagen	320,60
Kombi	164	AA-12-93	1971	Volkswagen	8.399,95
Rural	091	AA-11-06	1971	Ford	10,00
Pick Up	592	AA-11-45	1975	Ford	3,00
Pick Up	079	AA-13-04	1973	Ford	410,00

Caminhão — 014 — AA-11-69 — 1970 — Chevrolet — 1.903,60
 Camta-C10 — 144 — AA-11-71 — 1971 — Chevrolet — 3.867,04
 Jeep — 627 — AA-12-68 — 1972 — Willys — 73 00
 Variant — 078 — AA-13-03 — 1973 — Volkswagen — 4.239,20
 Corcel — 225 — AA-11-66 — 1973 — Ford — 4.905,00
 * Opala — 607 — REP-0 11 — 1976 — Chevrolet — 140,00
 Dodge Dart — REP-0 05 — 1972 — Chrysler — 2.180,00
 * Dodge Dart — 142 — REP-0 12 — 1973 — Chrysler — 1.277,10

* Dodge Dart — AA-13-36 — Chrysler — 2.062,64
 * Dodge — 203 — 03 — 1973 — Chrysler — 351,14
 Veraneio — AA-11-61 — Chevrolet — 120,00
 TOTAL: — 311.409,90.

OBS:

— OPALA REP 011 — Gabinete SBAR
 — DODGE DART — Reserva — nº de ordem 142, entregue à Escola de Aprendizes de Marinheiros
 — DODGE DART — AA-13-36 — Casa Civil — Reserva
 — DODGE DART — nº de ordem 203 — Reserva

Vitória, 10 de janeiro de 1977.

"QUADRO DEMONSTRATIVO DE VEÍCULOS ADQUIRIDOS NO EXERCÍCIO DE 1976 PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA: — E INDIRETA.

Órgãos	Dodge	Opala	Volksw.	Transport. Presos	Murk	Landau
Gabinete do Governador	—	—	—	—	—	—
Casa Civil	2	—	—	—	—	—
Casa Militar	1	1	—	—	—	—
Secretaria Bem Estar Social	1	—	—	—	—	—
Secretaria da Fazenda — DAT	—	—	10	—	—	—
Secretaria da Fazenda	1	—	—	—	—	—
Secretaria de Est. Planejamento	1	—	—	—	—	—
Secretaria de Estado da Saúde	1	—	—	—	—	—
Secretaria Int. Transportes	—	1	—	—	—	—
Secretaria Est. Adm. R. Humanos	—	1	—	—	—	—
Superintendência P. Civil	—	—	—	2	—	—
Departamento Est. Trânsito	—	—	—	—	1	—

Total de veículos adquiridos: 24

Vitória, 10 de janeiro de 1977.

"QUADRO DEMONSTRATIVO DE SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS E SEUS ÓRGÃOS ATENDIDAS PELO "NÚCLEO DE TRANSPORTES" DURANTE O EXERCÍCIO DE 1976, COM QUILOMETROS RODADOS"

Secretarias	Nºs Atendimentos	Km Rodados
Secretaria de Estado de Planejamento	134	17.387
Casa Militar	005	407
Casa Civil	007	17.088
Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes	102	9.724
Secretaria de Estado da Fazenda	144	11.574
Secretaria de Estado da Educação	1.079	145.958
Secretaria de Estado da Adm. Recursos Humanos	383	26.407
Secretaria de Estado da Agricultura	825	131.039
Secretaria de Estado da Saúde	3.463	315.635
Secretaria de Estado da Cultura Bem Estar Social	1.567	89.543
Secretaria Extraordinária Comunicação Social	94	11.531
Departamento de Transportes	361	15.192
Diversos Órgãos da Administração Indireta:	132	13.564

VISTO:

Vitória, 10 de janeiro de 1977

Total de atendimentos: 8.366

Total de Km Rodados: 805.049

ANEXO 04

"QUADRO DEMONSTRATIVO DOS GASTOS DE GASOLINA DURANTE O EXERCÍCIO DE 1976, DAS ADMINISTRAÇÕES: DIRETA E INDIRETA"

Administrações — Mês — Litragem — Total Parcial

Direta — Janeiro — 47.004
Indireta — Janeiro — 10.369 — 57.373
Direta — Fevereiro — 47.367
Indireta — Fevereiro — 9.465 — 56.832
Direta — Março — 50.000
Indireta — Março — 11.552 — 61.552
Direta — Abril — 46.669
Indireta — Abril — 10.996 — 57.665

Direta — Maio — 50.673
Indireta — Maio — 11.573 — 62.251
Direta — Junho — 57.846
Indireta — Junho — 11.599 — 69.445
Direta — Julho — 56.303
Indireta — Julho — 11.454 — 67.757
Direta — Agosto — 53.055
Indireta — Agosto — 11.368 — 69.423
Direta — Setembro — 55.604
Indireta — Setembro — 11.132 — 66.736
Direta — Outubro — 60.605
Indireta — Outubro — 10.785 — 71.396
Direta — Novembro — 53.760
Indireta — Novembro — 10.643 — 64.403
Direta — Dezembro — 55.503
Indireta — Dezembro — 11.010 — 66.913

Total Geral: — 771.346

VISTO: Vitória, 10 de janeiro de 1977.

"DEMONSTRATIVOS DE REQUISIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE GAZOLINA E LUBRIFICANTES, REGISTRADOS NO ALMOXARIFADO, ATÉ 31-12-76 — EM LITROS E LATAS DE 500 MG"

Espécie	Saldo	Entrada	Saida	Saldo
	1975	1976	1976	1977
Diesel	606	6.200	6.481	335
Lubrax MG — 4	1.736,5	4.800	6.013,5	523
TRM — 5 — SAE 90	148,5	500	451	197,5
Óleo — Freio	106	144	138	112
Graxa	—	400.000	300.800	98.200
Gasolina — A —	8.417	809.000	771.346	46.071

VISTO:

Vitória, 10 de janeiro de 1977

DEMONSTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE GASOLINA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1976

Data Emissão — Nota Fiscal — Litragem — Valor C-5

17-01-76 — 18768 — 10.000 L. — 29.444,00
17-01-76 — 18757 — 10.000 L. — 29.444,00
28-01-76 — 19065 — 10.000 L. — 29.444,00
09-01-76 — 18565 — 10.000 L. — 29.444,00
03-01-76 — 18406 — 10.000 L. — 29.444,00
05-01-76 — 18429 — 10.000 L. — 29.444,00
28-01-76 — 19036 — 10.000 L. — 29.444,00
10-02-76 — 19377 — 10.000 L. — 33.698,00
10-02-76 — 19392 — 10.000 L. — 33.698,00
21-02-76 — 19697 — 10.000 L. — 33.698,00
10-02-76 — 19399 — 10.000 L. — 33.698,00
28-02-76 — 19884 — 10.000 L. — 33.698,00
21-02-76 — 19698 — 10.000 L. — 33.698,00
06-03-76 — 20028 — 10.000 L. — 33.695,00
06-03-76 — 20282 — 10.000 L. — 33.695,00
16-03-76 — 20283 — 10.000 L. — 33.695,00
16-03-76 — 20318 — 10.000 L. — 33.695,00
26-03-76 — 20519 — 10.000 L. — 33.695,00
09-04-76 — 20836 — 10.000 L. — 33.695,00
26-03-76 — 20526 — 10.000 L. — 33.695,00
10-04-76 — 20880 — 10.000 L. — 33.695,00
09-05-76 — 20851 — 10.000 L. — 33.695,00

22-04-76 — 21113 — 10.000 L. — 33.695,00
08-05-76 — 21602 — 10.000 L. — 33.695,00
30-04-76 — 21346 — 10.000 L. — 33.695,00
08-05-76 — 21588 — 10.000 L. — 33.695,00
22-04-76 — 21096 — 10.000 L. — 33.695,00
20-05-76 — 21864 — 10.000 L. — 33.695,00
08-05-76 — 21589 — 10.000 L. — 33.695,00
20-05-76 — 21871 — 10.000 L. — 33.695,00
01-06-76 — 22213 — 15.000 L. — 50.542,50
10-06-76 — 22451 — 10.000 L. — 33.695,00
10-06-76 — 22451 — 13.000 L. — 43.803,50
19-06-76 — 22678 — 14.000 L. — 47.173,00
24-06-76 — 22814 — 10.000 L. — 33.695,00
24-06-76 — 22816 — 10.000 L. — 33.695,00
24-06-76 — 22825 — 10.000 L. — 33.695,00
11-08-76 — 23879 — 5.000 L. — 20.107,50
13-07-76 — 23306 — 10.000 L. — 40.215,00
13-07-76 — 23291 — 10.000 L. — 40.215,00
02-07-76 — 23100 — 15.000 L. — 63.225,00
22-07-76 — 23476 — 10.000 L. — 40.215,00
22-07-76 — 23469 — 10.000 L. — 40.215,00
11-08-76 — 23877 — 15.000 L. — 60.322,50
31-07-76 — 23647 — 10.000 L. — 40.215,00
06-08-76 — 23776 — 10.000 L. — 40.215,00
23-08-73 — 24073 — 10.000 L. — 40.215,00
21-08-76 — 24057 — 10.000 L. — 40.215,00
27-08-76 — 24186 — 10.000 L. — 40.223,00

27-08-76	— 24187	— 10.000 L.	— 40.223,00
16-08-76	— 24482	— 10.000 L.	— 40.223,00
03-09-76	— 24295	— 10.000 L.	— 40.223,00
03-09-76	— 24298	— 10.000 L.	— 40.223,00
16-03-76	— 24483	— 10.000 L.	— 40.223,00
25-09-76	— 24640	— 10.000 L.	— 40.223,00
16-10-76	— 24948	— 13.000 L.	— 52.289,90
23-10-76	— 25036	— 13.000 L.	— 52.289,90
06-10-76	— 24784	— 10.000 L.	— 40.223,00
27-09-76	— 24658	— 10.000 L.	— 40.223,00
02-10-76	— 24734	— 10.000 L.	— 40.223,00
14-10-76	— 24916	— 10.000 L.	— 40.223,00
28-10-76	— 25115	— 10.000 L.	— 40.223,00
05-11-76	— 25219	— 13.000 L.	— 52.289,90
05-11-76	— 25229	— 13.000 L.	— 52.289,90
10-11-76	— 25281	— 13.000 L.	— 52.289,90
17-11-76	— 25357	— 13.000 L.	— 52.289,90
17-11-76	— 25358	— 13.000 L.	— 52.289,90
02-12-76	— 25610	— 16.000 L.	— 71.200,00

"RESTOS A PAGAR"

03-12-76	— 25613	— 10.000 L.	— 44.500,00
15-12-76	— 25738	— 13.000 L.	— 57.850,00
17-12-76	— 25754	— 13.000 L.	— 57.850,00
22-12-76	— 25822	— 16.000 L.	— 71.200,00
23-12-76	— 25824	— 10.000 L.	— 44.500,00
30-12-76	— 25914	— 13.000 L.	— 57.850,00
31-12-76	— 25920	— 10.000 L.	— 44.500,00
30-12-76		— 26.000 L.	— 115.700,00
		835.000 L.	— 3.136.641,30

OBS: Esta última litragem empenhada e não adquirida, deixando no exercício de 1977.

DEMONSTRATIVO DE LUBRIFICANTES ADQUIRIDOS NO EXERCÍCIO DE 1976

Data Emissão — Nota Fiscal — Quantidade — Valor Cr\$

09-01-76	— 18549	— 800 L.	— 1.071,20
05-03-76	— 19993	— 600 L.	— 913,56
31-03-76	— 20647	— 600 L.	— 913,50
20-04-76	— 21072	— 50 C.	— 14.712,50
20-04-76	— 21073	— 01 R.	— 3.060,15
03-05-76	— 21418	— 05 B.	— 1.063,00
03-05-76	— 21382	— 600 L.	— 913,50
16-05-76	— 22621	— 600 L.	— 913,50
29-05-76	— 22971	— 600 L.	— 913,50
30-06-76	— 23053	— 10 B.	— 2.129,40
29-06-76	— 22973	— 100 C.	— 29.468,00
21-08-76	— 24060	— 600 L.	— 1.074,24
25-09-76	— 24638	— 600 L.	— 1.074,72
13-10-76	— 24900	— 01 R.	— 3.402,48
05-11-76	— 25228	— 600 L.	— 1.074,72
17-11-76	— 25368	— 600 L.	— 1.074,72
17-11-76	— 25369	— 50 C.	— 18.478,00

"RESTOS A PAGAR"

22-12-76 — 25821 — 10 B. — 2.932,80

Total — 6.427 — 85.269,99

6.200 Latas
200 Caixas
25 Baldes
02 R.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

Cumprindo determinação do Decreto nº 804-N, de 23 de março de 1976, inúmeras viagens foram realizadas no interior do Estado, conduzindo funcionários encarregados de efetuar um levantamento cadastral atualizado de todos os imóveis estaduais, proporcionando condições de conhecer-se hoje a verdadeira extensão dos bens de propriedade do Estado, facilitando as informações em processos de interesse do Governo Estadual, estribadas em documentos reais, constituídos de dados concretos e verdadeiros. Com esse levantamento o arquivo patrimonial foi substancialmente acrescido e reorganizado. Os imóveis incorporados ao patrimônio estadual tiveram seus processos encaminhados a Cartório, destacando-se o Cartório do 1º Ofício de Santa Teresa, Cartório do 4º Ofício, Cartório Maria Leão Castelo e Cartório Beraldo Madeira da Silva, legalizando, assim, diversas áreas de próprios estaduais.

Todos os processos de usucapião encaminhados a este Departamento foram informados com urgência e devolvidos aos órgãos competentes dentro do prazo legal para apresentação de defesa dos interesses do Estado, instruídos com cópia dos documentos necessários. Os processos de comodatos encaminhados ao Departamento para informações foram devidamente esclarecidos e tiveram seus contratos minutados, bem como diversas sugestões foram propostas para essa finalidade.

Diversos processos referentes à aquisição de imóveis foram encaminhados a Cartório para efetivação dos contratos entre eles destacando-se o processo referente à aquisição, através de doação, de uma área de terreno em Mucurici, para construção de uma quadra poliesportiva, conforme escritura lavrada no Cartório do 3º Ofício, em 10 de agosto de 1976, às folhas 121, 122, do livro 13/ND.

Eletuou, também, o Departamento o levantamento e a regularização de documentos das Escolas de Agronomia dos municípios de Santa Teresa, Coatuna e Alegre, cujas transferências para o Governo Federal foram autorizadas por lei, bem como a demarcação, na planta cadastral de Vitória, dos imóveis estaduais e elaborou cópias originais de diversas plantas de imóveis patrimoniais.

Diversas licitações foram processadas e efetivadas para vendas de bens móveis inservíveis para o serviço público.

Os imóveis que constituem a Estação Sericícola de Vargem Alta, no Município de Cachoeiro de Itapemirim, bem como o terreno ocupado pela firma Buaiz S/A, à Avenida Getúlio Vargas, nesta Capital, os quais foram alienados pelo Governo do Estado, têm suas guias de recolhimento extraídas mensalmente por esta repartição. Assim como as guias mensais de aluguel dos próprios estaduais ocupados pelo Tribunal Regional Eleitoral e pela firma Manoel Evaristo Pessoa.

Diversos prédios onde funcionam repartições estaduais, na Capital e no interior, foram reparados, tendo sido despendida nessas obras a importância de Cr\$ 780.840,42.

Os processos referentes a avaliação de imóveis, para efeito de alienação, encaminhados a este órgão pelo Departamento de Terras e Colonização foram prontamente atendidos, bem como as avaliações de próprios de terceiros para efeito de aluguel pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a finalidade de instalação de Delegacias de Polícias.

As obras que este Departamento contratou com empreiteiros foram se era e rigidamente fiscalizadas sendo aprovadas para utilização somente aquelas que estivessem rigorosamente executadas dentro das especificações constantes das plantas, projetos e orçamentos elaborados pela repartição.

Qualquer falta ou incorreção verificada pela fiscalização era imediatamente levada ao conhecimento do empreiteiro para que fosse providenciado o reparo, sem o qual a obra não seria aceita.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

RELAÇÃO DAS OBRAS CONTRATADAS PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, DURANTE O ANO DE 1976, AINDA EM FASE DE EXECUÇÃO

OBRA — MUNICÍPIO — VALOR CR\$

Reforma do prédio da Subdelegacia de Celina — Alegre — 81.210,38
 Substituição do piso do Posto de Abastecimento de Bento Ferreira — Vitória — 40.979,70
 Reforma da fachada principal do prédio do Departamento de Transportes — Vitória — 17.414,81
 Reforma do prédio da 7ª R.A.A.F. — Nova Venécia — 68.201,15
 Reforma da Escrivania Fiscal — Linhares — 148.817,23
 Reforma do prédio da 5ª R.A.A.F. — Alegre — 78.177,92
 Reforma do prédio da Escrivania Fiscal de Baixo Guandu — Baixo Guandu — 95.581,95
 Assentamento de Divisórias em dependências da Superintendência de Polícia Civil — Vitória — 22.537,00
 Reforma da Subdelegacia de Polícia de São Sebastião — Serra — 147.837,13

TOTAL — 700.793,27

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

RELAÇÃO DAS OBRAS EXECUTADAS PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, DURANTE O ANO DE 1976

OBRA — MUNICÍPIO — VALOR CR\$

Reforma da Sub Delegacia do IBES — Vila Velha — 20.783,93
 Reforma da Escrivania Fiscal de Montanha — Montanha — 109.335,47
 Reforma de parte do prédio do Arquivo Público — Vitória — 105.596,10
 Reforma da 6ª R.A.A.F. — São Mateus — 40.241,19
 Reforma do Centro de Saúde de Nova Venécia — Nova Venécia — 304.572,79

Reforma da Cadeia Pública de Ibraçu — Ibraçu — 49.521,69
 Reforma do 8º Distrito Policial — Cariacica — 16.879,16
 Reforma da Escrivania Fiscal de Afonso Cláudio — Afonso Cláudio — 25.598,88
 Reforma da Escrivania Fiscal de Bom Jesus do Norte — Bom Jesus do Norte — 75.248,20
 Reforma da Delegacia Distrital de Polícia da Praia do Canto — Vitória — 10.112,91
 Reforma da Sub-Delegacia de Polícia de São Pedro de Itabapoana — Mimoso do Sul — 25.044,70
 Reforma da Cadeia Pública de Anchieta — Anchieta — 64.219,45
 Obras Complementares da Cadeia Pública de Anchieta — Anchieta — 13.185,95
 Reforma da Instalação Elétrica do Edifício das Repartições — Vitória — 194.500,00

TOTAL — 780.840,42

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DIRETORIA DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS

Número de servidores cadastrados nesta Secretaria e controlados pelos serviços de Pessoal do Quadro Permanente, do Quadro Suplementar e regido pela C.L.T.

PODER EXECUTIVO

Efetivos do Quadro Permanente — 14.177
 Efetivos do Quadro Suplementar — 852
 Comissionados do Quadro Permanente — 568
 Ocupantes do Quadro Provisório — 93
 Servidores regidos pela C.L.T. — 2.240

PODER JUDICIÁRIO, PODER LEGISLATIVO E TRIBUNAL DE CONTAS

Comissionados — 137
 Efetivos — 726
 TOTAL — 18.793

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

SERVIÇO DE PESSOAL REGIDO PELA C.L.T. 1976

QUADRO DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE CONTRATOS — 1975 — 1976

Casa Civil — 2 — 5
 Secretaria de Estado da Administração — 6 — 6
 Secretaria de Estado do Planejamento — 27 — 41
 Secretaria de Estado da Fazenda — 12 — 11
 Secretaria de Estado da Educação — 1.378 — 1.457
 Secretaria de Estado da Segurança — 1 — 5
 Secretaria de Estado da Saúde — 41 — 46
 Secretaria de Estado da Justiça — 5 — 10
 Secretaria de Estado Ind. Comércio — 1 — 3
 Secretaria de Estado da Cultura B.E. Social — 23 — 34
 Secretaria de Estado da Agricultura — 101 — 91
 Departamento de Patrimônio — 54 — 53
 Departamento de Transportes — 28 — 31
 I.P.A.J.M. — 5 — 4
 Dept. Estadual Estatística — 9 — 8
 Dept. Terras e Colonização — 2 — 2
 Dept. Aerof. Fotointerpretação — 18 — 26
 CERMAG — 27 — 26
 D E R — 26 — 14
 DETRAN — 162 — 316
 Escola de Música do Esp. Santo — 24 — 31
 Assembléia Legislativa — 4
 Tribunal de Contas — 10 — 10
 Tribunal de Justiça — 1 — 6
 TOTAL GERAL — 1.979 — 2.240

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

SERVIÇO DE PESSOAL REGIDO PELA C.L.T.

1976

REGISTROS FEITOS À VISTA DO D. OFICIAL DURANTE O EXERCÍCIO

I — ÓRGÃOS CENTRALIZADOS:

Contratações — 286
 Rescisões — 113

Renovações — 2 309
 Reajuste salarial — 1 582
 Anotações diversas — 282 = 4 572

II — ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS:

Contratações — 291
 Rescisões — 16
 Renovações — 90
 Anotações diversas — 3
 Reajuste salarial — 62 = 462

III — OUTROS PODERES:

Contratações — 10
 Rescisões — 1
 Reajuste salarial — 9 =
 Renovações — 2 = 22

TOTAL GERAL DE ANOTAÇÕES EFETUADAS —
 5 056

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

SERVIÇO DE PESSOAL REGIDO PELA C.L.T.

NÚMERO DE CONTRATADOS EXISTENTES EM
 31.12.76

I — ÓRGÃOS CENTRALIZADOS:

Secretaria de Estado da Administração — 6
 Secretaria de Estado do Planejamento — 41
 Secretaria de Estado da Fazenda — 11
 Casa Civil — 5
 Secretaria de Estado da Educação — 1 457
 Secretaria de Estado da Segurança — 5
 Secretaria de Estado da Saúde — 46
 Secretaria de Estado da Justiça — 10
 Secretaria de Estado da Indústria e Comércio — 3
 Secretaria de Estado da Cultura B.E. Social — 34
 Secretaria de Estado da Agricultura — 91 — 1 709

II — ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS:

Departamento de Patrimônio — 53
 Departamento de Transportes — 31
 I.P.A.J.M. — 4
 Departamento Estadual Estatística — 8
 Departamento de Terras e Colonização — 2
 Dept. Aerofot. e Fotointerpretação — 26
 CERMA — 26
 Departamento Estradas Rodagem — DER — 14
 DETRAN — 316
 Escola de Música do Espírito Santo — 31 — 511

III — OUTROS PODERES:

Assembléia Legislativa — 4
 Tribunal de Contas — 10
 Tribunal de Justiça — 6 — 20

TOTAL GERAL — 2 240

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

SERVIÇO DE PESSOAL REGIDO PELA C.L.T. 1975

RESUMO DO CADASTRO

I — ÓRGÃOS CENTRALIZADOS:

Contratados existentes em 31.12.75 — 1 597
 Contratações — 286

Rescisões de contratos — 113
 Término de contratos — 61

TOTAL — 1 833 — 174 = 1 709

II — ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS:

Contratados existentes em 31.12.75 — 371
 Contratações — 291
 Rescisões de contratos — 16
 Término de contratos — 135

TOTAL — 662 — 151 = 511

III — OUTROS PODERES:

Contratados existentes em 31.12.75 — 11
 Contratações — 10
 Rescisão de contrato — 1

TOTAL — 21 — 1 = 20

TOTAL GERAL EXISTENTES EM 31.12.76 — 2 240

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

SERVIÇO DE PESSOAL REGIDO PELA C.L.T.

1976

NÚMERO DE CONTRATADOS POR FUNÇÃO

ÓRGÃO — FUNÇÃO — 1975 — 1976

CASA CIVIL: 5

Estagiário — 2 — 5

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO: 6

Arquivista — 2 — 2
 Arquivologista — 1 — 1
 Bibliotecário — 1 — 1
 Médico — 1 — 2
 Prestação de serviços s/vínculo — 1 —

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO: 41

Almoxarife — 1
 Arquivista — 2
 Assessor de Nível Superior — GAS P — 18 — 18
 Aux. Administrativo — 4 — 8
 Contador — 1 — 2
 Economista — 2 — 7
 Mecanógrafo — 1
 Oficial administrativo — 1 —
 Téc. em Contabilidade — 1 — 1
 Téc. em organização Administrativa — 1 — 1

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA: 11

Aux. de Estatística — 1 — 1
 Conserveiro — 11 — 10

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO: 1 457

Assistente Secretaria Escolar — 1 — 1
 Aux. Administrativo — 100 — 91
 Aux. Almoxarife — 3 — 3
 Aux. Bibliotecário — 24 — 29
 Aux. Engenheiro — 3 — 2
 Aux. Estatística — 10
 Aux. Secretaria Escolar — 9

Coordenador Pedagógico — 33 —
 Diretor — 29 — 31
 Engenheiro — 5 — 6
 Guarda Patrimonial — 35 — 39
 Inspetor Escolar — 1 — 2
 Mecanógrafo — 1
 Médico — 1
 Motorista — 1 —

Orientador Educacional — 44 — 52
 Orientador Pedagógico — 6 — 22
 Pesquisador Educacional — 2
 Professor "B" — 648 — 641
 Professor "C" — 335 — 375
 Professor Téc. Agrícola — 1 —
 Secretário Escolar — 52 — 50
 Sem vínculo empregatício — 3 — 2
 Supervisor Escolar — 10 — 49
 Téc. Recursos Audio-Visuais — 1 — 1
 Tesoureiro Almoxarife — 21 — 19
 Vice-Diretor — 19 — 19

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA: 5

Fotógrafo Criminalístico — 3
 Médico Legista — 1 — 2

SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE: 46

Aux. Administrativo — 1
 Aux. Almoxarife — 5 — 3
 Aux. Estatística — 3 — 3
 Aux. Radiologista — 3 — 3
 Cirurgião Dentista — 9 — 8
 Enfermeiro — 1 —
 Médico — 17 — 24
 Médico Sanitarista — 2
 Nutricionista — 2 — 1
 Téc. em Contabilidade — 1 — 1

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA: 10

Aux. de Enfermagem — 1 — 1
 Cozinheiro — 1 — 1
 Desenhista — 1 —
 Enfermeira — 1 —
 Guarda de Presídio — 6
 Motorista de Barco — 1
 Psicólogo — 1 — 1

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO: 3

Contínuo — 1 — 1
 Economista — 2

DEPT. PATRIMONIO

Guarda Patrimonial — 1 — 1
 Jardineiro — 2 — 2
 Motorista — 1 —
 Operário Braçal — 6 — 6
 Servente — 6 — 6
 Servente de Obra — 1 — 1
 Vigia — 3 — 3
 Zelador — 4 — 4

DEPT. TRANSPORTES: 31

Aux. Copa e Cozinha — 1 — 1
 Bombeiro de Posto — 4 — 2
 Cozinheiro — 1 — 1
 Lanterneiro — 2
 Lavador de Automóvel — 4 — 4

Mecânico de Automóvel — 1
 Pin. or de Automóvel — 1
 Tec. em Contabilidade — 1 —
 Trabalhador Braçal — 14 — 17
 Vigia — 2 — 2

I P A J M: 4

Assistente Jurídico — 1 — 1
 Assistente Social — 1 —
 Executor Trab. Financeiros e Atuariais — 1 —
 Servente — 2 — 2

DEPT. ESTADUAL DE ESTATÍSTICA: 8

Aux. Estatística — 6 — 7
 Impressor — 1 —
 Servente — 1 — 1
 Téc. em Contabilidade — 1 —

DEPT. DE TERRAS E COLONIZAÇÃO: 2

Desenhista — 1 — 1
 Supervisor — 1 — 1

DEP. AEROF. E FOTOINTERPRETAÇÃO. 26

Almoxarife — 1
 Aux. Campo — 3 — 2
 Aux. Desenhista — 2 — 2
 Aux. Fotocadastrador — 3
 Aux. Fotogrametrista — 1 — 2
 Aux. Topógrafo — 1 — 1
 Calculista — 1
 Contador — 1 — 1
 Contínuo — 1 — 1
 Datilógrafo — 2 — 1
 Desenhista — 1 — 3
 Engenheiro — 2
 Engenheiro Cartógrafo — 1 — 1
 Engenheiro Florestal — 1
 Fotogrametrista — 1
 Motorista — 1 — 1
 Nivelador — 3 — 3
 Sem função — 1 — 1

CERMAG: 26

Assessor Programação Orçamento — 1 — 1
 Datilógrafo — 7 — 7
 Escriturário — 1 — 1
 Mecânico — 3 — 3
 Motorista — 2 — 1
 Operário Braçal — 2 — 2
 Servente — 1 — 1
 Tratorista — 6 — 6
 Vigia — 4 — 4

DER: 14

Assessor Administrativo — 1 —
 Calculista — 3 — 1
 Contínuo — 1 — 1
 Desenhista — 1 —
 Encarregado de Material — 1
 Engenheiro — 1 —
 Escriturário Datilógrafo — 1
 Estagiário — 12 — 7
 Marinheiro — 1 —
 Mestre de Arraías — 1 — 1
 Moço de Convés — 1 —
 Motorista — 1 —
 Motorista — 2º condutor — 1 —
 Operário Braçal — 2 — 1
 Tesoureiro — 1

DETRAN: 316

Assistente Administrativo — 2
Aux. Almoxarife — 2 — 2
Aux. Contabilidade — 1 — 1
Aux. Contador — 7 — 7
Aux. Emplacamento — 69
Aux. Tesoureiro — 1
Carpinteiro — 1 — 1
Contínuo — 9 — 14
Datilógrafo — 51 — 92
Escriturário — 4 — 4
Estagiário — 13 — 9
Fiscal de Transporte — 5
Fiscal de Transporte Coletivo — 16
Médico — 9
Motorista — 28 — 33
Oficial Administrativo — 17 — 20
Operário Braçal — 1 — 2
Pedreiro — 1 — 1
Psicólogo — 2 — 2
Servente — 24 — 25
Vigia — 1 — 1

ESCOLA DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO: 31

Aux. Administrativo — 2 — 2
Aux. de Ensino — 1 — 1
Aux. de Ensino Médio — 4 — 7
Contínuo — 1 — 1
Oficial Administrativo — 1 — 1
Professor Titular — 7 — 7
Secretário — 1 — 1
Servente — 2 — 2
Técnico Acompanhador — 1 — 1

TOTAL GERAL — 1 979 — 2 240

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

O Departamento de Imprensa Oficial, órgão autárquico, criado pela Lei nº 2449/69 de 21.10.69, com personalidade jurídica e autonomia técnica, financeira e administrativa própria, vinculada à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos tem por finalidade divulgar atos dos Poderes Executivo, e Judiciário e de particulares em geral e confeccionar todos os impressos de natureza tipográfica destinados às repartições públicas estaduais.

Verificou-se, no encerramento do exercício, que todos os serviços foram executados dentro dos prazos estabelecidos e, que, também, todos os compromissos financeiros se encontram rigorosamente em dia, não existindo qualquer matéria pendente da publicação, dos três Poderes do Estado e de interesses particulares.

Dispõe o DIO de um moderno edifício-sede, sito à Avenida Marechal Mascarenhas, de Moraes nº 2375 em Bento Ferreira, possuindo instalações modernas, encontrando-se perfeitamente aparelhado para o fim a que se destina.

Atendendo recomendação do Ministério do Trabalho foram criados os Serviços de Higiene e Medicina do Trabalho e Segurança do Trabalho os quais se encontram em pleno funcionamento, prestando assistência médica aos servidores enfermos, inclusive seus familiares, quando necessário e orientando-os quanto à segurança e higiene do trabalho, possuindo, ainda, moderno equipamento contra incêndio e insalubridade, o que vem proporcionando aos servidores do DIO maior segurança no desempenho de suas tarefas, reduzindo, ainda a taxa do seguro de acidente do trabalho, de 107 para 80% sobre a folha de pagamento e uma economia da ordem de 40% a taxa dos bens segurados.

Todos os setores do DIO funcionaram normalmente e, para execução dos serviços foram adquiridos todos os materiais e matéria-prima, com recursos exclusivos de sua receita, já que o Departamento não recebe qualquer subvenção do Governo do Estado.

TIRAGEM DO DIÁRIO OFICIAL**PODER EXECUTIVO**

Foram impressas 245 edições do Diário Oficial, com 11.008 páginas, num total de 603.772 exemplares, assim discriminados:

04 Edições de 15 páginas	64
100 Edições de 32 páginas	3.200
114 Edições de 40 páginas	5.472
21 Edições de 64 páginas	1.344
4 Edições de 80 páginas	320
1 Edição de 96 páginas	96
1 Edição de 112 páginas	112 — 11.000

PODER LEGISLATIVO

27 Edições de 016 páginas	432
27 Edições de 032 páginas	864
1 Edição de 142 páginas	142
2 Edições de 048 páginas	96
1 Edição de 160 páginas	160 — 1836

Foram tiradas 58 Edições, com 1.836 páginas, num total de 147.099 exemplares.

ASSINATURAS:

Particulares	610
A débito, para as repartições públicas	1.389 — 2.086

RECEITA E DESPESA DO DIO PERÍODO 1971-1976**EXERCÍCIO DISCRIMINAÇÃO**

	RECEITA		DESPESA	
	Arrecadada	a arrecadar Dívida Ativa	Pagas	A pagar
1971	2.458.604,59	1.735.968,11	2.754.441,07	430.281,08
1972	3.058.307,05	1.716.193,92	3.166.982,29	300.476,94
1973	4.303.368,64	1.949.771,95	4.066.418,46	950.750,42
1974	5.637.578,00	3.274.618,73	5.177.196,26	138.663,66
1975	9.746.301,60	3.601.161,00	9.238.351,52	734.455,42
1976	11.998.237,08	7.336.696,75	12.747.836,79	959.670,01
Totais	37.202.395,95	19.614.428,43	37.149.136,39	3.514.900,53

RESULTADO APRESENTADO NO PERÍODO 1971/1976

Cr\$			
Receita Arrecadada	37.202.396,96		
Receita a Arrecadar	19.614.428,43	—	56.816.825,39
Despesas Pagas	37.149.136,39		

Despesas a Pagar	3.514.903,53 (*)	40.664.039,92
		16.152.785,47

(*) Restos a pagar.

ALMOXARIFADO:

Foi a seguinte a movimentação do Almojarifado do DIO no decorrer do exercício de 1976:

Estoque existente em 01.1.76	1.798.688,38
Mercadorias recebidas durante o exercício de 1976 (PLM de nº 001 a 194	3.209.994,36
	— 5.008.682,74

Mercadorias fornecidas à diversas Seções do DIO (FM 001 a 623)	1.561.731,44
--	--------------

Estoque existente em 31.12.76	3.446.951,30
-------------------------------------	--------------

RESTAURANTE E CANTINA

Continua em pleno funcionamento o restaurante do DIO, arrendado a firma particular, fornecendo aos servidores em geral uma alimentação sadia, a preços módicos. A alimentação a cargo da cantina é inteiramente gratuita.

SEGURO

Mantém o DIO seguro do seu edifício-sede e instalações atualmente no valor de Cr\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil cruzeiros), bem assim de todos os seus veículos, seguro total, inclusive contra terceiros.

EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAL EMFORMA

A Empresa Fornecedora de Material (EMFORMA) enfrentou muitas dificuldades no ano de 1976, notadamente no tocante ao cumprimento dos prazos de pagamentos e dos contratos de compra.

Nas operações com o comércio varejista e com a indústria, os prazos de pagamento são de suma importância pois refletem a estabilidade financeira do órgão comprador. Por outro lado, o excessivo atraso e o descumprimento puro e simples desses prazos traduzem um descrédito gradativo nas transações comerciais.

A movimentação de bens foi bastante elevada no ano de 1976 atingindo o montante de Cr\$ 311.407.069,03 (onze milhões quatrocentos e sete mil sessenta e nove cruzeiros e três centavos) contra Cr\$ 5.982.951,32 (cinco milhões novecentos e oitenta e dois mil novecentos e cinquenta e um cruzeiros e trinta e dois centavos) do exercício anterior de 1975, havendo por conseguinte, um aumento de 91% (noventa e um por cento) nos fornecimentos da Empresa.

No intuito de melhor atender aos órgãos estaduais e propiciando uma economia considerável aos cofres públicos, a Empresa procurou sempre adquirir os materiais diretamente dos fabricantes, não o fazendo apenas quando era solicitada urgência sendo nesses casos, a mercadoria adquirida no mercado local a preços geralmente maiores.

A EMFORMA, mesmo diante de grandes obstáculos tais como atraso nas entregas de mercadorias devido a falta de matérias primas e não confirmação de preços cotados em licitação e chegou ao final do exercício financeiro de 1976 com expressivo saldo positivo.

Deve ainda ser realizada a independência econômica da Empresa pois nunca recebeu transferência de recursos por parte do Estado para pagamento de pessoal, obrigações

ou a qualquer título. Quanto ao saldo líquido de suas atividades comerciais, nunca foi utilizado para distribuições entre a diretoria ou pessoal mas sim levado à conta de capital, contrariamente à diretriz adotada por várias entidades que, ao final do exercício, o lucro apurado em balanço é parcialmente distribuído entre os membros da diretoria e servidores.

Devido ao caráter comercial da Empresa, o seu relatório deve-se ater mais dados números para que a análise se torne mais fácil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto de 04 (quatro) membros que representam órgãos estaduais distintos junto a Imprensa e mais o Superintendente que é membro nato.

O Conselho reuniu-se por 96 (noventa e seis) vezes ao ano de 1976 examinando 404 (quatrocentos e quatro) processos, dados que conferem uma média de 04 (quatro) processos por sessão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

A Comissão Permanente de Licitações é composta por 04 (quatro) membros que não são remunerados para exercer essa função. São servidores da Empresa com experiência no trato com material e, em sua maioria, com vários anos de serviço.

No ano de 1976, a Comissão examinou 233 (duzentos e trinta e três) processos de Carta-Convite e 09 (nove) processos de Tomada de Preços, dados que demonstram a força laborativa da Comissão que, em média examinou 01 (uma) licitação por útil.

Pelo crivo da Comissão tiveram oportunidade de passar todas as compras efetuadas pela Emforma, excetuando-se aquelas em que a licitação era dispensada ou ainda aquelas feitas diretamente a representantes exclusivos cujos processos eram encaminhados a consideração do Conselho de Administração.

Merece especial destaque no elenco dos trabalhos da Comissão Permanente de licitação, a operação de aquisição de 40.000 (quarenta mil) carteiras escolares requisitadas pela Secretaria de Estado da Educação.

Os trabalhos desenvolvidos na Divisão de Suprimento são de transcendental importância para o sucesso econômico da Empresa. A esta divisão são debitadas todas as responsabilidades pelas compras de materiais a serem estocados e entregues aos órgãos públicos e, uma pequena falha em qualquer dessas compras, pode traduzir um prejuízo enorme para os cofres da Empresa pois que, tomando-se por base a rotatividade do material como precursora do sucesso comercial, qualquer espécie que não tenha aceitação ou fique parado no almoxarifado significa prejuízo ou, em casos remotos, um possível lucro futuro, independentemente das operações normais de constantes entradas e saídas de mercadorias como fontes geradoras de recursos.

A movimentação de bens foi bastante elevada no ano de 1976, atingindo o montante de Cr\$ 11.407.069,03 (onze milhões quatrocentos e sete mil sessenta e nove cruzeiros e três centavos) contra Cr\$ 5.982.951,32 (cinco milhões novecentos e oitenta e dois mil novecentos e cinquenta e um cruzeiros e trinta e dois centavos) do exercício anterior de 1975, havendo por conseguinte, um aumento de 91% (noventa e um por cento) nos fornecimentos da Empresa.

No intuito de melhor atender aos órgãos estaduais e propiciando uma economia considerável aos cofres públicos, a Empresa procurou sempre adquirir os materiais diretamente dos fabricantes, não o fazendo apenas quando era solicitada urgência sendo nesses casos, a mercadoria adquirida no mercado local a preços geralmente maiores.

A EMFORMA, mesmo diante de grandes obstáculos tais como atraso nas entregas de mercadorias devido a falta de matérias primas e não confirmação de preços cotados em licitação, chegou ao final do exercício financeiro de 1976 com expressivo saldo positivo.

Deve ainda ser ressaltada a independência econômica da Empresa pois nunca recebeu transferência de recursos por parte do Estado para pagamento de pessoal, obrigações ou a qualquer título. Quando ao saldo líquido de suas atividades comerciais, nunca foi utilizado para distribuições entre a diretoria ou pessoal mas sim levado a contado de capital, contrariamente à diretrizes adotada por várias entidades que, ao final do exercício, o lucro apurado em balanço é parcialmente distribuído entre os membros da diretoria e servidores.

Devido ao caráter comercial da Empresa, o seu relatório deve-se ater mais a dados numéricos para que a análise se torne mais fácil.

A chefia da Divisão cabe organizar o sistema de compras e o período de aquisição das mercadorias e ainda supervisionar todas as compras da Empresa e assinar as ordens de fornecimento enviadas ao comércio e indústria.

No ano de 1976 foram emitidas 1.282 (mil duzentos e oitenta e duas) ordens de fornecimento, responsáveis por todo o movimento comercial da Empresa.

SEÇÃO DE COMPRAS

O caráter executivo desta seção traduz a sua importância no contexto que lhe é reservado pelo organograma. Responsável pela assessoria direta ao Diretor da Divisão de Suprimento a Seção de Compras filtra-lhe todas as informações tornando a decisão final plenamente digerível em diversos casos.

Esta seção é responsável pela emissão das ordens de fornecimento após pronunciamento do Conselho de Administração. Nesta seção estão acondicionados todos os processos de compra levados a efeito pela Empresa, transformando-a numa importantíssima fonte de informação de variação de preços e também de fiscalização de todo o movimento de compras do Governo do Estado efetuado através da EMFORMA.

SEÇÃO DE FATURAMENTO

O total de 2.228 (duas mil duzentos e vinte e oito) faturas extraídas em 1976 por esta Seção, perfazem a soma de Cr\$ 11.407.069,03 (onze milhões quatrocentos e sete mil sessenta e nove cruzeiros e três centavos) que foi o montante dispendido pelos órgãos estaduais em compra de material no ano de 1976.

Abaixo o quadro demonstrativo dessas compras:

ÓRGÃOS CENTRALIZADOS

Poder Executivo

Casa Civil	347.233,31
Casa Militar	109.373,44
Secretaria de Estado da Fazenda	1.233.885,31
Secretaria de Estado de Segurança Pública	2.075.137,31
Secretaria de Estado da Cultura e Bem Estar Social	692.541,31
Secretaria de Estado de Administração e de Recursos Humanos	181.793,69
Secretaria de Estado da Saúde	834.534,78
Secretaria de Estado da Justiça	335.763,51
Secretaria de Estado do Planejamento	859.332,47
Secretaria de Estado da Educação	3.582.358,99
Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio	100.157,80
Consultoria Geral do Estado	5.293,01
Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes	124.475,84
Secretaria de Estado da Agricultura	92.795,88

Secretaria Extraordinária da Comunicação Social	428.377,83
Departamento de Transportes	42.115,43
Departamento de Patrimônio	5.119,72
	11.051.019,17

JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO

Assembléia Legislativa	37.340,04
Tribunal de Justiça	11.470,38
Corregedoria Geral	25.939,52
Tribunal de Contas	21.235,49
Juizado de Direito	16.388,70
	112.644,13

ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS

Emcatur	18.053,25
Sercop	3.783,47
Suppin	1.728,80
Departamento de Edificações e Obras (DEO)	2.162,43
Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro	16.255,51
Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)	28.391,21
Fundação Cultural	19.92,66
Instituto do Bem Estar Social (IBES)	1.634,88
Junta Comercial	23.918,65
Escola de Agronomia	80.118,58
Departamento de Imprensa Oficial	15.439,92
Faculdade de Farmácia	3.344,35
Fesbem	3.000,00
Emforma	16.671,80
Escola de Música	3.568,56
Instituto de Educação prof. Fernando Duarte Rabelo	1.116,90
Fundação Jones dos Santos Neves	5.224,56
	243.405,73

ABAIXO UMA VISÃO MENSAL DO FATURAMENTO DA EMPRESA

Janeiro	557.773,78
Fevereiro	698.150,90
Março	767.446,76
Abril	569.930,41
Maio	697.227,32
Junho	1.201.592,11
Julho	1.311.430,46
Agosto	1.162.953,14
Setembro	1.691.387,57
Outubro	745.453,51
Novembro	736.840,17
Dezembro	1.266.971,80

T O T A L 11.407.069,03

TESOURARIA

No ano de 1976, a Tesouraria da EMFORMA apresentou os seguintes dados:

RECEITA

Janeiro	334.250,77
Fevereiro	418.591,19
Março	802.561,24
Abril	899.960,84
Maio	563.526,70
Junho	901.777,93
Julho	490.972,21

Agosto	338.323,26
Setembro	408.547,13
Outubro	1.228.730,68
Novembro	843.677,77
Dezembro	983.259,87
	8.214.251,54

DESPESA

Janeiro	462.747,07
Fevereiro	374.415,39
Março	805.129,30
Abril	621.709,30
Maio	749.331,34
Junho	817.730,21
Julho	603.511,11
Agosto	339.933,03
Setembro	538.669,50
Outubro	1.134.441,71
Novembro	750.887,77
Dezembro	1.094.459,34
	8.253.174,33

INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA JERÔNIMO MONTEIRO

O ano de 1976 teve acentuadas alterações com a realização de concursos públicos para o preenchimento regular das vagas existentes no quadro de pessoal, cujo número de servidores já era menor o da época da Fundação do Instituto há 25 anos. Pela vez primeira, na história administrativa do Instituto, cumprindo os postulados constitucionais, realizaram-se concursos de títulos e provas para o acesso e recrutamento externo, obedecidos os percentuais da Lei, para os cargos de Assistente Jurídico, Assistente Social, Cirurgião-Dentista, Assistente Administrativo, Oficial Administrativo, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Processamento e Agente Social.

NOVA SEDE

Acontecimento marcante na vida administrativa do I.P.A.J.M. foi, sem dúvida, a inauguração de sua sede à Avenida Vitória, no dia 28 de outubro, como um fato das comemorações do JUBILEU DE PRATA.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Com o advento da Lei nº 3.043/75, que instaura o processo de modernização administrativa, é mantida a vinculação do IPAJM à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, estabelecendo nova sistemática na Administração bem como as características e estruturação do edifício administrativo.

Por outro lado o Decreto nº 877-N/76, que regulamenta a SEAR estabelece como atribuição indelegável do Secretário de Estado, a sua participação como presidente do Colegiado do IPAJM, em razão da vinculação.

SEÇÃO ESTATÍSTICO — ATUARIAL

Para suprir a necessidade de alta especialização requerida pelo setor, foi o Instituto buscar, por contratos os serviços da "STEAR" — ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTATÍSTICA E ATUARIAL, sediado no Rio de Janeiro.

Durante o exercício de 1976, cuidou a "STEAR" de manter em dia o cálculo do nível das pensões, reestruturando-o quando do aumento salarial concedido ao funcionalismo público estadual e corrigiu sempre que se fez necessário, as tabelas de juros e correção monetária das várias modalidades de empréstimos, concedidas pelo Instituto.

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

RESERVAS TÉCNICAS

O quadro das Reservas Matemáticas calculada pelo Serviço Técnico Atuarial apresentou, em 31.12.76, um cálculo de Cr\$ 74.945.834,52 (setenta e quatro milhões novecentos e quarenta e cinco mil oitocentos trinta e quatro cruzeiros e cinquenta e dois centavos), tendo se verificado no mesmo exercício um Superavit de Cr\$.... 15.014.504,31 (quinze milhões catorze mil quinhentos e quatro cruzeiros e trinta e um centavos). As reservas de contingência ou deficit técnico ficaram na marca de Cr\$ 59.931.330,21 (cinquenta e nove milhões novecentos trinta e um mil trezentos e trinta cruzeiros e vinte e um centavos).

Por outro lado, a administração do Instituto tem procurado se manter parcimoniosa com relação às despesas de administração, em obediência à recomendação legal.

TESOURO DO ESTADO

Impõe-se, por dever de justiça, registrar o apoio que o Poder Executivo, através da Secretaria da Fazenda — Departamento de Assuntos Financeiros — tem dispensado à Administração do Instituto. Os recolhimentos dos descontos em folha, resultantes de contribuições obrigatórias, acompanhados das prestações amortizantes dos empréstimos foram mantidos praticamente em dia, logo após o pagamento mensal do funcionalismo.

OUTROS PROJETOS

Como reflexo da participação do Instituto no V CONGRESSO NACIONAL DE INSTITUTOS DE PREVIDENCIA ESTADUAIS, quando foi colhida considerável gama de subsídios e oportunidade de proceder a vários estudos para a implantação da Assistência Médico-Hospitalar, em favor do funcionalismo público estadual, uma das metas do atual Governo Estadual.

O período de 8 a 9 de abril quando ocorreu a realização do 2º ENCONTRO BNH-INSTITUTOS ESTADUAIS DE PREVIDENCIA-CARTEIRAS IMOBILIÁRIAS, foram colhidos importantes subsídios necessários à modernização e funcionamento do plano imobiliário do IPAJM, que participou do Encontro.

DIVISÃO DE APLICAÇÃO DE CAPITAL

Com o quadro a seguir, estão demonstradas as atividades de execução financeira e patrimonial do IPAJM.

Foram aplicados Cr\$ 16.776.200,00 (dezesseis milhões setecentos e setenta e seis mil e duzentos cruzeiros), como assistência financeira a 5.403 segurados através das diferentes modalidades de empréstimos, regularmente processados em fase de amortização.

Empréstimo	Quantidade	Valor
Saúde	1.583	3.723.600,00
Nupcial	102	265.800,00
Funeral	15	18.900,00
Emergência	933	748.500,00
Simples	2.770	12.019.400,00
Total Geral	5.403	16.776.200,00

COMPARATIVO 75-76

	1975 (Cr\$)	1976 (Cr\$)
Saúde	9.894.990,00	3.723.600,00
Emergência	2.065.600,00	748.500,00
Nupcial	221.780,00	265.800,00
Funeral	26.700,00	18.900,00
Simples	284.600,00	12.019.400,00
Total	12.493.670,00	16.776.200,00

DIVISÃO DE APLICAÇÃO DE CAPITAL

SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

IMÓVEIS

Área livre em Maruípe adquirida ao Estado, com, aproximadamente, 5.500 m2.

Área situada no "Rcmão" com cerca de 18.000 m2. Edifício situado na Rua Pedro Palácios nº 88 adquirido ao Estado, mais o andar superior do Edifício "BIDU", com entrada pela Rua Pedro Palácios.

Imóvel situado à Avenida Vitória S/Nº, servindo para a atual sede do IPAJM com dois pavimentos e mais área livre de, aproximadamente, 900 m2.

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA E DESPESA

DIVISÃO DE APLICAÇÃO DE CAPITAL — CONTADORIA

Os dois quadros adiante revelam o comportamento da Receita e Despesa do IPAJM no último exercício, verificando-se um apreciável superavit.

Receita	Realizada em 1976
RECEITAS CORRENTES	
Receita Patrimonial	3.061.941,48
Receita Industrial	207.582,80
Transferências Correntes	20.651.374,00
Receitas Diversas	19.226,93
RECEITAS DE CAPITAL	
Amortização de empréstimos Concedidos	9.981.243,59
TOTAL DA RECEITA	33.931.368,80

Despesa	Realizada em 1976
ESPECIFICAÇÃO	
Pessoal Civil	2.040.676,49
Material de Consumo	403.725,36

Serviços de Terceiros	466.409,87
Encargos Diversos	180.160,01
Despesas de exercícios anteriores	12.097,15

Transferências Correntes

Inativos	817.536,67
Pensionistas; Pensões	10.829.412,65
Pecúlios	1.166.723,71
Salário Família	33.390,00
Contribuições de Previdência Social	234.091,20

Despesas de Capital

Investimentos	650.015,59
Equipamentos e instalações	102.405,00
Material Permanente	533.979,10

TOTAL DA DESPESA 17.743.350,96

DIVISÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA

Seção de Benefícios

Os quadros demonstrativos que se seguem revelam a atividade da Divisão de Seguridade Social, através da Seção de Benefícios.

Benefícios	Quantidade	Valor
Pensões	2339	10.829.412,65
Pecúlios	95	1.166.723,71
Auxílio Reclusão	04	1.476,00
Aposentadoria Serventuários da Justiça	27	807.975,16
TOTAL		12.805.587,52

	71	72	73	74	75	76
Vúvas Pensionistas	690	746	817	942	1.033	1.200
Cotas de Dependentes	898	897	875	890	957	1.139
Pecúlios Especiais	92	72	105	100	120	95

SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Mantém o I.P.A.J.M. estipulação de quatro (4) apólices de seguro de vida em grupo, bem como de Acidentes Pessoais com os grupos seguradores PIRATININGA, ADRIÁTICA, BANDEIRANTES e FEDERAL — SEGES, cobrindo mais de 8.000 (oito mil) vidas — seguro opcional — com capitais segurados que variam entre Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 100.000,00 podendo, em casos de sinistro por acidente, ser paga dupla indenização.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Dentro do atual processo de modernização, os setores tradicionais são os que apresentam melhores perspectivas de crescimento, advindas da adoção de uma tecnologia apropriada e de novos métodos gerenciais e administrativos.

A programação das atividades desta Secretaria de Estado da Agricultura, para o quadriênio 1975/1979, teve como base as diretrizes emanadas do Ministério da Agricultura expressas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do Governo Federal.

A nível estadual, considerou-se a vocação ecológica das regiões a tradição dos agricultores, existência de mercados e preços para a produção e disponibilidade de recursos financeiros e de técnicos necessários à implantação e posterior implementação das atividades propostas.

Em função destes fatores selecionaram-se os projetos e os programas a serem trabalhados no ano de 1976 e dimensionaram-se os objetivos a serem alcançados pela Secretaria de Estado da Agricultura representada por suas empresas e órgãos vinculados.

O desempenho da agropecuária estadual em 1976 está retratado, com relação aos produtos mais representativos para a economia espírito-santense, através a exposição das entidades a que está atribuído o exercício das atividades fins pertinentes à Secretaria de Estado da Agricultura.

1 — EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESPÍRITO SANTO — EMATER-ES

Visa levar ao produtor rural os conhecimentos necessários à tecnificação de suas explorações, objetivando o aumento da produção e produtividade e, consequentemente a transformação da propriedade rural em empresa representativa, dentro do processo econômico de produção e consumo na agricultura.

A ação da Assistência Técnica e Extensão Rural foi concentrada nas culturas e criações que, em função de sua tradição, da vocação ecológica das áreas, da possibilidade de mercado e segurança de preços, fossem prioritários para o Espírito Santo.

Dentre as explorações selecionadas figuram:

Abacaxi, banana, batata, tomate, olericultura, milho, arroz, feijão, pimenta do reino, citrus, sorgo, bovinocultura, suinocultura e avicultura.

Paralelamente ao trabalho de assistência técnica aos produtores, a EMATER-ES desenvolveu, também, nesse período, ações que focalizaram o bem-estar social no campo da Nutrição, Saúde, Educação e Organização da Juventude Rural, condições básicas para a melhoria do nível de vida das comunidades.

A Empresa assistiu, em 1976, uma área cultivada de 48 013 hectares, sendo que o montante de crédito rural orientado foi de Cr\$ 286.631.000,00 (duzentos e oitenta e seis milhões e seiscentos e trinta e um mil cruzeiros).

2 — EMPRESA CAPIXABA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA — EMCAPA

A Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária — EMCAPA, é a responsável pelo desenvolvimento de estudos e condução de experimentos procurando novas tecnologias úteis à agropecuária Espírito-santense. O elenco de atividades executadas no exercício de 1976, mostra, através de dados positivos, a dinâmica da organização,

em busca de sua consolidação, visando, evidentemente, ao alcance dos seus objetivos máximos.

Instituída pela Lei nº 2.821 de 14 de novembro de 1973 veio substituir as Divisões de Experimentação e Pesquisa, de Recursos Naturais Renováveis e de Economia Rural.

Superando a fase inicial de implantação e ajustamento de sua estrutura organizacional, a EMCAPA tem buscado de maneira bastante dinâmica, o seu objetivo máximo: gerar, desenvolver ou estabelecer novos conhecimentos e novos padrões técnicos de produção agropecuária, buscando com isso uma minimização dos custos e uma maximização de renda.

No exercício de 1976 a EMCAPA conduziu 157 experimentos ligados às explorações tidas como prioritárias para o Estado do Espírito Santo.

Dentre as explorações trabalhadas destacam-se: Abacaxi, arroz, banana, batata inglesa, bovinos, café, feijão, mandioca, milho, soja e sorgo.

Com relação ao Setor de Multiplicação Beneficiamento e Armazenamento de Sementes Básicas foram implantados dois campos de multiplicação que produziram 22 toneladas de sementes das espécies de arroz, feijão, milho e soja.

Como atividade "suporte", a Empresa conta com o setor de Climatologia, Laboratório de Solos, de Sementes, de Fitopatologia e Entomologia.

No ano de 1976, foram desenvolvidos nos Laboratórios as atividades abaixo discriminadas:

— Laboratório de Análise de Solos

Foram analisadas 2.557 amostras de solos, compreendendo apoio à pesquisa, à assistência técnica e aos agricultores.

— Laboratório de Análise de Sementes

Analisaram-se 911 amostras de sementes para atendimento à pesquisa, à assistência técnica, à fiscalização do comércio pelo GPV — Grupo de Produção Vegetal e aos agricultores.

— Laboratório de Entomologia

Foram analisadas 81 amostras de material entomológico, atendendo à pesquisa, assistência técnica e aos agricultores.

— Laboratório de Fitopatologia

Os trabalhos desenvolvidos neste laboratório foram direcionados no sentido da obtenção de raças de virulência comprovada do fungo entomógeno *Metarrhizium anisopliae*.

3 — EMPRESA ESPÍRITO-SANTENSE DE PECUÁRIA — EMESPE

Criada pela Lei nº 2.861, de 07.01.1974, é responsável pelas atividades de defesa sanitária animal que se traduz, em sua essência, nos projetos de Epidemiologia e Profilaxia da Febre Aftosa, Raiva dos Herbívoros e Brucelose; é responsável também, a nível Estadual, pelo comportamento Zootécnico do Rebanho.

No que se refere às atividades de campo, vem sendo dada prioridade aos setores de Educação Sanitária, fiscalização de vacinas, fiscalização de trânsito de bovinos, treinamento de pessoal e assistência às propriedades.

No ano de 1976, a Seção de Inseminação Artificial registrou 220 diagnósticos de gestação em animais pertencentes à Empresa e o setor de Exposições e Feiras Agropecuárias realizou 8 exposições compreendendo os municípios de Montanha, Nova Venécia, São José do Calçado, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Guaçu, Ecoporanga e Linhares.

Com relação às atividades de campo, a Empresa vem dinamizando o Instituto Biológico, setor de apoio responsável pela produção de vacinas anti-brucélicas e anti-genos para diagnóstico da "Brucelose" a nível Estadual e Nacional.

Atualmente, toda população bovina do Espírito Santo com idade acima de 4 meses encontram-se vacinadas contra Aftosa, tendo a EMESPE atendido 32.241 propriedades com 2.005.742 bovinos.

Para análise mais detalhada os quadros nºs 01 e 02, a seguir, mostram as principais atividades realizadas em 1976 nos projetos Brucelose e Raiva.

QUADRO 01 — PROJETO RAIVA ATIVIDADES REALIZADAS ANO 1976

Discriminação	Número
Municípios atendidos	15
Propriedades atendidas	50
Coletas de material p/laboratório	28
Óbitos pela doença	110
Morcegos capturados e tratados por Dipha- cinone	229
Habitat de morcegos	9
Animais vacinados	106.985

QUADRO 02 — PROJETO BRUCELOSE ATIVIDADES REALIZADAS ANO 1976

Discriminação	Número
Doses de antígeno distribuídas no Estado	52.200
Doses de antígeno distribuídas p/outros Estados	194.800
Bezerras vacinadas	32.421
Exames de Soro Aglutinação Rápida	10.208
Resultado:	
Animais positivos	532
Animais suspeitos	662
Animais negativos	9.014
Rebanhos examinados	356
Rebanhos com animais reagentes	80

4 — COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESPIRITO SANTO — CASES

Com propósito de elevar os padrões de eficiência do empresário rural, através da atividade de armazenamen- to, a Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo — CASES vem participando ativamente das diretrizes traçadas pelo Governo Estadual e Federal na dinamiza- ção do setor agrícola.

Atentando para o fato de que a produção agrícola não deve ser perdida no momento de sua comercialização, torna-se necessário que o produtor esteja amparado pela Política de Preços Mínimos atuantes, e que encontre a sua disposição uma rede de armazéns e silos estrategica- mente localizada, em relação à fonte produtora e aos mer- cades consumidores, de modo a evitar a queda de preços na época da colheita — oferta excessiva — e poder cons- tituir estoques para serem comercializados em ocasiões de preços mais justos.

As atividades da Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo — CASES tiveram uma participação mais expressiva na dinâmica da comercialização da produção

QUADRO 01 — DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA CERMAG

Atividades	Total	Horas	Custo (Cr\$)	Medida
Desmatamento (ha)	6.995:00		2.072.981.47	1.465.1
Destoca (ha)	10.875:10		2.225.530.33	2.926.7
Estrada Nova (Km)	19.748:10		3.335.457.27	671.655
Estrada Reform. (Km)	21.318:00		4.528.410.00	814.253

agrícola, a partir de 1974, quando registrou-se a celebra- ção do convênio, para fins e propósitos similares, com a Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM.

O movimento operacional da CASES nesse período foi de 1.039.810 sacas de 60 quilos.

Para análise mais detalhada o Quadro 01, a seguir, reflete o comportamento das atividades armazenadoras da CASES, no último triênio.

QUADRO 01 — VOLUME DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ESTOCADOS PELA CASES — sc. de 60 Kg.

Anos	milho	feijão	arroz	Outros
1974	147.638	3.188	5.406	11.199
1975	174.557	5.600	6.759	31.572
1976	99.616	1.222	9.692	54.201

Cabe assinalar que no exercício de 1976, estiveram funcionando todas as unidades armazenadoras dos mu- nicípios de Afonso Cláudio, Alegre, Barra de São Fran- cisco, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Vitória (Camburi).

Procurando desenvolver a rede armazenadora do Estado, firmou-se contrato com a CIBRAZEM, para a construção de uma unidade de armazenamento no Mu- nicípio de Pancas, com inauguração prevista para o mês de março de 1977, com a finalidade de agilizar a co- mercialização dos produtos agrícolas, como previsto na Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, que instituiu a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resi- duos de valor econômico.

5 — COMPANHIA DE ENGENHARIA RURAL E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA — CERMAG

São seus principais objetivos projetar e executar obras de melhorias da infra-estrutura das propriedades rurais, notadamente aquelas relativas à regularização dos deflúvios de cursos d'água, açudagem, drenagem, irrigação, destoca, aração, gradagem, sistematização de terreno e demais serviços que promovam o uso racional do solo e a defesa e preservação dos recursos naturais.

Sua criação veio em substituição ao Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola, pela Lei nº 2.766 de 25 de maio de 1973.

Em 1976, a carga horária da Companhia foi de 107.907 horas correspondendo isto a um acréscimo de 2,56% em relação ao ano de 1975, sendo atendidos os se- guintes municípios:

Alegre — Afonso Cláudio — Atilio Vivacqua — Bcm Jesus do Norte — Baixo Guandu — Cachoeiro de Ita- pemirim — Castelo — Conceição do Castelo — Domingos Martins — Itaguaçu — Iconha — Ibirapu — Itarana — Iúma — Mimoso do Sul — Muqui — Nova Venécia — São Gabriel da Palha — Santa Teresa — Rio Novo do Sul — Itapemirim.

O detalhamento dos serviços prestados pela CERMAG — Companhia de Engenharia Rural e Meca- nização Agrícola é mostrado no Quadro 01.

Arção (ha)	9.450:17	1.431.294,08	2.265,3
Sistematização (ha)	3.425:10	495.010,00	152,8
Terraplenagem (M3)	12.502:10	2.932.062,40	637.594,0
Drenagem: Canais (M3)	1.011:00	256.440,00	49.286,0
Barragens (M3)	702:30	157.447,50	31.310,0
Terraços (M)	477:00	70.280,00	16.956,0
Carreadores (M)	7.052:00	1.058.750,00	340.272,0
Desmonte (ha)	370:00	94.555,00	110,5
Cortes (M3)	285:30	65.635,00	18.180,0
Aterros (M3)	1.075:00	210.810,00	38.147,0
Enleiramento (ha)	2.115:30	477.930,00	743,5
Movimento Terra (M3)	4.947:00	1.109.364,00	515.358,0
Rocadeira (ha)	982:10	57.485,83	329,0
Escavação (M3)	310:20	68.131,66	15.700,0
Gradagem (ha)	2.421:30	179.881,00	1.148,5
OUTROS: deslocamento pedras e madeiras, esparramação calcário, colheite, socorros	2.843:50	532.583,66	—
TOTAIS:	107.907:17	21.490.039,20	—

VICINAIS:

TOTAL HORAS TRABALHADAS ATÉ DEZEMBRO/76 10.756:30 hs
 ESTRADAS NOVAS E REFORMADAS 367.210 Metros

6 — COMPANHIA DE FOMENTO AGRO-INDUSTRIAL — COFAI

No desenvolvimento de suas atividades para o exercício de 1976 a Companhia de Fomento Agro-Industrial — COFAI, procurou enquadrar sua linha de ação dentro da metodologia preconizada pelas Diretrizes Programáticas da Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo.

Empresa de Economia mista, criada pela Lei D. 05 de 16.10.1967, a Companhia de Fomento Agro-Industrial — COFAI, teve sua linha de atuação voltada para participação intensa da comercialização agrícola de insumos básicos.

— Setor Industrial — a unidade industrial de Tucum produziu 9.744 toneladas de ração para bovinos, suínos e aves, utilizando-se de seus 02 misturadores.

— Setor de Transportes — registrou-se no exercício de 1976 um montante de mercadorias, em transporte próprio, para suas filiais do Estado, em torno de 29.242,62 toneladas. A COFAI tem transferido grande parte do transporte de mercadorias para a iniciativa privada, mantendo uma frota de 11 caminhões e 5 Kombis, para garantir o fluxo, principalmente para as filiais mais distantes do Estado, que não despertassem o interesse da iniciativa privada.

— Setor de Produção de Sementes — Exerce atividades de produção de sementes, atendendo solicitação da Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo e Ministério da Agricultura. Assim nesse período, apresentou produção em campos de cooperação com particulares de 81.230 quilos de sementes de arroz, sendo 72.236 quilos da variedade IR-661 e 8.994 quilos da variedade CICA 4.

A comercialização de materiais para a agropecuária passou de Cr\$ 38.628.419,35 em 1975 para Cr\$ 65.000.000,00 em 1976, ou seja o acréscimo de 77,4%.

O volume dos principais insumos comercializados pela COFAI em 1976, encontram-se discriminados a seguir:

— Vacinas (1.000 doses)	4.339
— Fertilizantes (t.)	9.000
— Calcário (t.)	4.396
— Sementes Selecionadas (t.)	1.055
— Ração (t.)	9.744

7 — CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A — CEASA/ES

Constituída em 06.06.73, encontra-se em fase de implantação. Tem por finalidade a organização do Sistema Regional de Abastecimento de Produtos Hortigranjeiros, racionalização e adequação do Abastecimento da Grande Vitória fortalecimento da estrutura atacadista de hortigranjeiros, desenvolvimento da estrutura varejista e consequente incentivo e estímulo aos produtores.

No exercício de 1976, deu-se prosseguimento aos trabalhos de infra-estrutura básica, sistematização e terraplenagem do terreno, destinado à construção de sua base física "CENTRAL DE ABASTECIMENTO DA GRANDE VITÓRIA — CARIACICA", que no ano de 1976 apresentou como resultados físicos um percentual da ordem de 60% de volume de obra construída.

Dentre as atividades desenvolvidas pela CEASA/ES, destacam-se:

— Complementação do cadastramento de toda a estrutura atacadista de hortigranjeiros da Grande Vitória, concluído em fevereiro de 1976 (cadastramento de 379 agentes);

— Cadastramento da estrutura de distribuição de produtos hortigranjeiros a nível de varejo da região norte e da região sul do município de Vitória (cadastramento de 189 agentes);

— Cadastramento das feiras livres do município de Vila Velha (cadastramento de 224 agentes);

— Elaboração de 330 cadastros de agentes de distribuição de produtos hortigranjeiros no atacado e varejo;

— Aquisição de equipamentos para PABX com 02 troncos, a fim de assegurar um perfeito sistema de comunicação do novo mercado;

— Envolvimento do BANESTES para implantação de agência na Central, a fim de garantir apoio bancário aos futuros usuários.

É relevante mencionar que, em 1976, o Capital da Empresa foi elevado de Cr\$ 9.500.000,00 para 30.336.000,00, mediante a subscrição de 14.560.000 novas ações no valor de Cr\$ 14.560.000,00 pela COBAL e 6.240.000 pelo Governo do Estado, no valor de Cr\$ 6.240.000,00.

8 — DEPARTAMENTO DE AEROFOTOGRAMETRIA E FOTOINTERPRETAÇÃO — DAF

O DAF vem desenvolvendo a cobertura aerofotogramétrica de todo o território estadual; prestando assistência a outras entidades do Estado e promovendo a divulgação do uso de fotointerpretação junto aos órgãos da administração pública e demais entidades ligadas ao diagnóstico, programação e execução do desenvolvimento sócio-econômico.

Durante o exercício de 1976, as atividades do DAF estiveram voltadas para serviços conforme a seguir:

- Confeção de croquis por fotointerpretação de área aproximada de 100 Km², situada ao redor das lagoas Juparanã e Juparanã-Mirim, no município de Linhares;
- Confeção de fotomosaico na escala aproximada 1:25.000, da região da Grande Vitória, no trecho Tubarão-Guarapari;
- Levantamento e demarcação das divisas da colônia Penal Agrícola de Viana-ES, com perímetro aproximado de 9.039,0 m.
- Levantamento e computação de dados referentes ao uso agrícola atual de 12.170 propriedades da micro-região 205;
- Elaboração de planta plani-altimétrica na escala 1:2000 com curvas de nível de 0,5 em 0,5 metro, de área localizada em Carapina-Serra-ES;
- Levantamento aerofotogramétrico, na escala 1:5000 com curvas de nível de 5 em 5 metros de área localizada em Guaçu-ES;
- Levantamento por fotointerpretação da região do Morro Mestre Álvaro, Serra-ES, compreendendo, estudo da cobertura vegetal, afloramentos rochosos, redes viárias e hidrográfica, benfeitorias existentes;
- Levantamento plani-altimétrico na escala 1:20000, com curvas de nível de 5 em 5 metros de área localizada em Ecoporanga — ES, com 6.501,00 ha.;
- Ampliação e redesenho de croquis por fotointerpretação, compreendendo traçado do perímetro, acessos e outras benfeitorias contidas na área SAFACAP S/A;
- Levantamento plani-altimétrico na escala 1:10.000, com curvas de nível de 5 em 5 metros de área localizada em Copceição da Barra — ES;
- Elaboração de Planta plani-altimétrica na escala 1:5000 com curvas de nível de 2,5 em 2,5 metros, da colônia Penal Agrícola de Viana — ES;
- Levantamento plani-altimétrico de área aproximada de 200,00 ha., em Barra de Itabapoana;
- Planta plani-altimétrica na escala 1:5000 com curvas de nível de 5 em 5 metros, de área localizada em Vila Velha — ES;
- Restituição aerofotogramétrica na escala 1:1000, com curvas de nível de 0,5 em 0,5 metros de área localizada em Camburi — Vitória — ES;
- Elaboração de planta, plani-altimétrica na escala 1:10.000 com curvas de nível de 10 em 10 metros de área localizada em Santa Leopoldina — ES;
- Elaboração de planta plani-altimétrica na escala 1:10.000 com curvas de nível de 10 em 10 metros de área localizada em Nicolândia — Resplendor — MG;
- Levantamento plani-altimétrico de uma área de 300,00 ha., localizada em Santo Antônio — Vitória — ES, na escala 1:5000 com curvas de nível de 5 em 5 metros;
- Locação de alinhamento de aproximadamente 500,0 metros, em Ecoporanga — ES;
- Elaboração de planta plani-altimétrica na escala 1:10.000 com curvas de nível de 10 em 10 metros de área localizada em Santa Teresa — ES;
- Restituição aerofotogramétrica de uma área de 100,00 ha., aproximados, localizada no município da Serra — ES, na escala 1:5000, com curvas de nível de 5 em 5 metros;
- Croquis por fotointerpretação de áreas localizadas nos municípios de Serra e Fundão — ES, nas escalas 1:10.000 e 1:50.000;
- Elaboração de 5 mapas tamanho ofício em papel vegetal, referente a estudos realizados pelo CEMPRO;
- Redesenho de 15 mapas do Estado do Espírito Santo em tamanho ofício referente a estudos e levantamentos realizados pela CEPA;
- Levantamento planimétrico, compreendendo: perímetro, construção e acessos existentes, desenhado em papel "Cronaflex" na escala 1:1000, redesenho de 6 plantas baixas na escala 1:100 das construções localizadas na área — CIA. DE FOMENTO AGRO-INDUSTRIAL — COFAI.
- Restituição aerofotogramétrica na escala 1:5000 com curvas de nível de 5 em 5 metros com posterior ampliação por processo fotográfico especializado, para escala 1:2000;
- Restituição aerofotogramétrica na escala 1:5000 de área localizada em Domingos Martins — ES, com curvas de nível de 5 em 5 metros;
- Levantamento do perímetro de área da Escola de 1.º Grau Pe. Humberto Papente, desenhado na escala 1:100 e confeção de memorial descritivo;
- Elaboração de 13 folhas referentes a planta plani-altimétrica da Grande Vitória, desenhada em papel "CRONAFLEX";
- Elaboração de planta de situação na escala aproximada 1:50.000, incluindo traçado do polígono delimitador de áreas, correspondentes aos DNPMS 808.456/74, 812.479/75 e 812.480/75 com seus respectivos pontos de amarração;
- Redesenho de planta planimétrica de parte de área, na escala 1:10.000 situada em Barra do Jucu, Vila Velha — ES, fornecendo as distâncias aproximadas de seus vértices até o oceano Atlântico;
- Prestação de serviços diversos da especialização do DAF (86 atendimentos);
- Ampliação 5 x da área de uma propriedade com montagem em "Eucatex";
- Confeção de 2 fotomosaicos não controlados na escala aproximada de 1:25.000, relativos a reserva florestal localizada no município de Linhares — ES, com identificação e traçado nos mosaicos dos limites da reserva e rede viária existente, bem como levantamento por topografia da rede viária construída após tomada das fotografias. Confeção de 4 overlays da citada área, contendo limites da reserva florestal, redes viárias e hidrográficas, fornecendo ainda as áreas ocupadas pelas várias categorias de cobertura vegetal existente;
- Levantamento plani-altimétrico na escala 1:5000 com curvas de nível de 5 em 5 metros de área localizada no município de São José do Calçado — ES;
- Levantamento da rede escolar da região da Grande Vitória, localizada nas áreas urbanas, caracterizando as escolas destinadas aos cursos pré-primário, primeiro e segundo grau da rede oficial e particular;
- Restituição aerofotogramétrica, escolha e identificação dos pontos de apoio e delimitação "de uma" propriedade. Confeção de 2 fotomosaicos na escala aproximada 1:5000;
- Restituição aerofotogramétrica de área localizada em Barra do Jucu, Vila Velha — ES, na escala 1:2000, com curvas de nível de 1 em 1 metro, desenhada em papel cronaflex, nas cores convencionais e
- Demarcação e levantamento do perímetro de área localizada no Distrito de Conceição do Norte, município de Muniz Freire — ES.

Dentre os vários trabalhos executados, merece destaque a elaboração de plantas plani-altimétricas de propriedades rurais, que visam atender às solicitações dos proprietários, de acordo com as diretrizes emanadas dos

Órgãos Governamentais de Assistência Técnico-Creditícia para financiamentos relativos ao Programa de Desenvolvimento do Pecuário "PROJEPE" e Programa Nacional de Pastagens "PRONAP".

Foram levantadas 133 propriedades rurais, todas com área superior a 250,00 ha., abrangendo 32 municípios, perfazendo um total de 88.732,34 hectares, e o cadastro da rede escolar das áreas urbanas da Grande Vitória, já em fase de conclusão, de grande importância para a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

9 — INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS — IEF

Organismo criado pelo Governo Estadual, através da Lei n.º 2.992 de 23.07.1975 e regulamentada pelo Decreto n.º 713-N de 14.10.1975, tem o objetivo de disciplinar o uso racional dos recursos naturais renováveis.

Com relação dos trabalhos desenvolvidos em 1976, citam-se:

— Campanha de Combate ao Fogo

O IEF coordenou a Campanha de Combate ao Fogo que reduziu, segundo pesquisa, em 60% a incidência do fogo como prática rotineira de limpeza do solo.

— Semana Florestal

Nesta semana os técnicos do IEF realizaram 58 palestras nos vários municípios do Estado e cerca de 1.000 mudas foram plantadas somente em instituições de ensino pelos técnicos do IEF.

Aproximadamente 200 estudantes de Alegre, Rive e Santa Teresa receberam o Diploma de Colaborador pela participação na Campanha de Combate ao Fogo, empreendida por esta entidade com razoável sucesso.

— Viveiros Instalados

Foram instalados viveiros florestais em Guaçuí, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e encontram-se em fase de instalação os de Viana, Colatina e Barra de São Francisco.

Nestes viveiros instalados já se produziram 30.000 mudas de várias essências florestais, tais como: Eucalipto Citriodora, Pinus Elliottii, Flamboyant, Acacia Rosa, Simipiruna, Acacia Negra, Oiti, Espatolia, Castanheira, Ipê Amarelo, Quaresmeira, Pau Martim, Alfenciro do Japão, Fazeiro, Jacarandá, Jequitibá, Cedro, Caviuna.

— Ensino Florestal e Conservacionista

Em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação o IEF está preparando os manuais para o ensino de ecologia e conservação da natureza nas escolas oficiais do Estado.

— Preparação de Professores

Para efeito do trabalho das Escolas na Campanha de Combate ao Fogo e Semana Florestal, foram realizadas 13 reuniões regionais com os Diretores e Supervisores do Ensino da Secretaria de Estado da Educação sendo que todos receberam material escrito e foram treinados para a atuação.

— Parque Florestal Mestre Alvaro

Preparado pelo Instituto Estadual de Florestas o Morro Mestre Alvaro foi transformado em Reserva Biológica e Parque Florestal, através da Lei n.º 3.075/75.

Distrito Florestal

Embora elaborado ainda em 1975, conseguiu-se a aprovação pelo IBDF do Programa de Distritos Florestais para o Espírito Santo o que possibilitou ao Estado continuar o seu programa de Reflorestamento e implantação do complexo para-químico.

— Outras Atividades

Podemos citar como outras atividades a assistência técnica para efeito de resolução de problemas voltados para o setor florestal;

— Permanente contato com a imprensa a fim de manter a informada sobre os programas de trabalho do órgão;

— Participação nos estudos sobre os problemas de lagarta e cigarrinha quando se fez a análise ecológica;

— Formação do primeiro grupo de proprietários para reflorestamento de pequenas glebas em propriedades particulares (Villa Valério, município de São Gabriel da Palha).

10 — DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO — DTC

As atividades desenvolvidas pelo DTC objetivam, principalmente, a dinamização do meio rural capixaba, acelerando os negócios, encorajando os investimentos e a modernização da agricultura, de modo a repercutir no bem estar geral e na elevação da produtividade agrícola.

Entre as medidas que devem provocar a dinamização do setor, podem-se enumerar as de:

— demarcação, cadastramento, fiscalização e administração do patrimônio territorial do Estado;

— extermínio do domínio público do particular;

— discriminação e demarcação das terras devolutas do Estado, selecionando aquelas que podem ser utilizadas para projetos de colonização;

— caracterização e individualização das áreas devolutas ocupadas, através da expedição do competente título, as ocupações possuidoras de cultura efetiva e moradia habitual, na forma do capítulo IV lei 1.850;

— reservas, ainda que indenizando o patrimônio privado, áreas devolutas com título condicional expedido, que tenham sido declaradas em ato do Poder Executivo necessárias a obras de defesa nacional;

— promoção de todas as medidas relacionadas com a concessão, venda e reserva das terras públicas, bem como sobre a legitimação das posses;

— Expedição de título de domínio das terras alienadas pelo Estado, consignando os termos de concessão e demais obrigações.

O número de processos movimentados pelo DTC no ano de 1976 foi de 439, tendo sido procedidas medições de terras numa área de 250.079.170,56 m² para um perímetro de 1.345.839,08 ml. Ainda nesse ano foram expedidas 1.300 guias de recolhimento.

11 — ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO — APC

Esta Assessoria é também ligada à Sub-secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura — SUPLAN, em razão de Convênio celebrado em 16.09.1974. Objetivando dar continuidade ao referido Convênio foram celebrados 02 (dois) "Termos Aditivos" em 1975, um em 26.02.1975 e outro em 15.07.1975.

As atividades da Assessoria visam primordialmente ao planejamento, à programação, ao controle, à avaliação e à orientação a nível estadual e setorial, das atividades

dades agropecuárias. Além disto, é de sua responsabilidade a compatibilização dos programas locais com o planejamento setorial da Secretaria de Estado da Agricultura e deste com os planos estaduais de desenvolvimento e com o planejamento nacional da agricultura e da pecuária.

Durante o exercício de 1976, a Assessoria de Planejamento e Coordenação — APC realizou as seguintes atividades:

- Plano Anual de Trabalho do CEPA/ES/1976
- Relatório dos Estudos e Pesquisas desenvolvidas no Espírito Santo
- Relatório de Atividades do CEPA/ES/1975
- Elaboração do Orçamento por Programa do Setor Público Agrícola Estadual
- Plano Anual de Produção e Abastecimento — PAPA/77
- Diagnóstico da Pesca Artesanal do Espírito Santo
- Previsão de Safras Agrícolas
- Distribuição de Imóveis Rurais no Estado do Espírito Santo
- Agricultura no Espírito Santo — Ano Agrícola 1975/76
- Estudo de Viabilidade Técnico Econômica da Hecultura no Espírito Santo
- Plano Estadual para Aplicação do Crédito Rural no Estado do Espírito Santo — PESAC/76
- Plano de Trabalho para 1976 da Secretaria de Estado da Agricultura
- Zoneamento e viabilidade do Programa Nacional do Alcool no Espírito Santo
- Projeto de Implantação do Sistema Estadual de Informação Rural — SEIR
- Coordenação do Planejamento Agropecuário
- Estudo de Otimização das Atividades Agropecuárias do Estado do Espírito Santo
- Diagnóstico do Setor Agropecuário do Espírito Santo
- Implementação e Consolidação do Sistema de Planejamento Setorial
- Programa Estadual Integrado de Cooperativismo
- Estudo para Localização do Mercado Expedidor Rural do Espírito Santo

— Relatório Técnico para o Instituto de Economia Agrícola/S.P.

— Plano de Ação Setorial/77

Foram mantidos, ainda, contatos permanentes entre a APC e as Empresas, autarquias e companhias vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura e ao Ministério de Agricultura.

12 — SERVIÇO DE INFORMAÇÃO DE MERCADO AGRÍCOLA — SIMA

Em razão do termo de convênio celebrado entre o Ministério de Agricultura e a Secretaria de Estado da Agricultura, foi instituído o SIMA, para a execução de Projeto de Informação de Mercado Agrícola que, em âmbito estadual, compreende atividades específicas de coleta, preparação, intercâmbio e divulgação de dados sobre o comportamento do mercado atacadista dos produtos agropecuários, objetivando levar ao conhecimento de todos os órgãos e produtores os preços dos produtos nos grandes centros consumidores.

No ano de 1976, instalou-se em Cachoeiro de Itapemirim a Sub Agência do SIMA que já se encontra em funcionamento. Dentre as atividades desenvolvidas pelo SIMA destacam-se:

O Boletim Diário, contendo dados das 6 praças trabalhadas, distribuídas entre atacadistas e órgãos ligados à agropecuária, além do Boletim específico para produtores; Boletim Informativo Mensal, contendo dados do Mercado Atacadista, Varejista, Fatores de Produção, Cotações Internacionais, Armazenamento, Cotação de Cacau em Linhares e Ilhéus — BA e Preços Vigentes amparados pela C.F.P. no Estado; Boletim Trimestral de Receção, Industrialização e Comercialização do Leite, com os dados enviados ao SIMA pelas próprias Cooperativas Leiteiras; Anuário Estatístico do SIMA, apresentando os dados mensais de forma agregada e, o Anuário Estatístico de Receção a Comercialização do Leite no Estado.

O Quadro 01, anexo, indica as publicações promovidas pelo SIMA e sua destinação.

QUADRO 01 — ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SIMA

ESPECIFICAÇÃO	Editados	Jornal	DISTRIBUIDOS				Total Geral
			Atacadista	Órgãos Públicos	DIMAG	Outros	
Boletim Diário p/produtor	39.420	—	—	—	—	38.856	38.856
Boletim Diário p/atacadista, Órgãos Públicos e Privados	19.857	244	9.122	7.923	244	1.574	19.107
Boletim Semanal de variações de preços a nível de atacado	6.270	30	1.093	1.068	30	3.928	6.149
Boletim Mensal contendo preços ao nível de atacado, varejo, insumos agropecuários e outras informações	5.635	24	490	2.264	12	2.768	5.558
Boletim "Comercialização do Leite" (trimestral)	1.460	6	50	600	3	766	1.425
Anuário Estatístico/75 (preços)	450	2	33	180	1	205	421
Anuário Estatístico/75 (leite)	450	2	33	180	1	205	421
TOTAL	73.542	308	10.821	12.215	291	48.302	71.973

SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

Os Serviços de Saúde Pública bem como os cuidados de atenção médica dedicados à população, estão se intensificando em proporção compatível com a expansão do processo de segurança e de desenvolvimento econômico e social por que passa o Estado, fundamentado no planejamento.

O processo global de desenvolvimento econômico e social deve ter características que lhe são consubstanciais. Deve ser acelerado, entendendo-se como tal o crescimento do produto interno bruto. Deve ser também auto-suficiente, para que esteja em condições de alcançar metas estabelecidas dentro de uma trajetória de equilíbrio dinâmico a longo prazo. Deve estar a serviço do homem como instrumento de progresso social, traduzido na facilidade de acesso às fontes de educação, saúde e emprego.

Assim, durante a XV Reunião do Conselho Diretivo da OPAS, os Representantes dos Governos expressaram amplamente suas opiniões sobre a base do documento de trabalho, no qual se previa que, para conduzir o equilíbrio, o único caminho seria estabelecer-se um Plano Nacional de Saúde, que permitisse fixar prioridades e metas considerando as possibilidades e recursos nacionais e tendo-se em conta que uma alta proporção da população necessita de prestação de serviços gratuita.

Não se podia permanecer indiferente ante o problema que representa a ausência de coordenação, a duplicação e às vezes a concorrência entre os diferentes organismos do Estado dedicados a prestar serviços médicos à população dentro do contexto de medicina pública.

Preve-se ainda que, para assegurar planificação da saúde integral, é conveniente a existência de uma autoridade diretora da política de saúde em todo o País, função que constitucionalmente cabe ao Ministério da Saúde.

O que é dito não significa diminuir a importância dos serviços de Seguro Social, que devem ser intensificados, porém as relações entre eles e o Ministério da Saúde devem ser cada vez mais estreitas através de uma coordenação de todos os serviços, deixando-se claro que coordenar não é submeter-se, senão viver, com liberdade à base de apoio mútuo.

O Brasil como participante da OPAS/OMS organizou o seu Sistema Nacional de Saúde através da Lei Federal n.º 6.229 de 10.07.75.

A existência de uma Política Nacional de Saúde foi definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O Espírito Santo em particular visando adequar-se ao Sistema, determinou sua política no I Plano de Desenvolvimento Estadual.

A publicação do Plano Básico de Ação 1975/1979 apresentou a Política Estadual de Saúde, integrando a assistência médico-sanitária e hospitalar em todos os seus níveis e englobando todas as ações de saúde e tendo como objetivo específico a elaboração de um modelo teórico em nível central, definindo da periferia para o centro os níveis como, local, distrital, regional e central.

No decorrer de 1976, foi apresentado o Plano Integrado de Saúde que detalha o Modelo Teórico, justificando-o e traçando suas linhas de ação.

Visando à integral planificação de saúde, à coordenação dos serviços e evitando a duplicação dos mesmos, os Governos Federal e Estadual, o primeiro através dos Ministérios de Saúde e da Previdência Social e o segundo através da Secretaria de Estado da Saúde e da Fundação Hospitalar do Espírito Santo, firmando convênio, procuraram a solução comum aos problemas de saúde e seus níveis.

Os recursos materiais e financeiros proporcionados pelos Convênios visam entre outros benefícios, implantar e desenvolver sistema de informação, avaliação, controle

e decisão, com a profundidade e o detalhamento que requerem os processos de administração e planificação, para orientar as decisões e fundamentá-las no conhecimento de dados relevantes, realistas e oportunos, elaborados de acordo com as necessidades dos usuários dos diferentes níveis políticos, técnicos e administrativos.

Há que intensificar-se a realização de programas destinados a melhorar as atividades preventivas e as condições ambientais, os quais diminuirão a utilização de leitos hospitalares para enfermidades preveníveis, permitindo-se desta maneira a utilização do recurso leito para a morbididade por afecções de caráter não reduzível.

Sabe-se, no entanto, que os fatores causais, determinantes dos baixos níveis de vida, criam na problemática de Saúde Pública, diversas variáveis que independem do setor Saúde para a sua completa solução.

Há portanto que se buscar auxílio em outras áreas sócio-econômicas do Governo procurando-se atenuar os ditos fatores causais, visando ao "estado completo de bem-estar físico, mental e social" do homem, única razão de ser e existir dos serviços de saúde.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

A Secretaria de Estado da Saúde dispõe de uma rede de 87 Unidades Sanitárias, das quais 8 (oito) categorizam-se, pelas suas propriedades, instalações, equipamentos, capacidade de atendimento, recursos técnicos e pessoal especializado, como Centros de Saúde, atuando em áreas de maior densidade demográfica.

Através dela é que o Estado presta assistência médico-sanitária às populações de seus 53 municípios estimada em 1976 em 1.752.187 almas, com o apoio dos Laboratórios Regionais de Vitória, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim e o auxílio da Central de Medicina — SEME (Entidade Federal) e do Laboratório Químico-Farmacêutico da SESA.

Complementa o Sistema médico-assistencial do Estado a Fundação Hospitalar, destinada à prestação de assistência médico-hospitalar, integrado, presentemente, de 13 unidades.

Tal como ocorrido em anos anteriores, a ação da SESA, em 1976, recebeu expressivo estímulo de órgãos federais afins, não só de ordem técnica, mas, também, financeira, mediante convênios, tais como os celebrados com a Divisão Nacional de Tuberculose, a Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária, a Divisão Nacional de Organização Sanitária, a Coordenação de Proteção Materno-Infantil, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, o Serviço de Saúde dos Portos, Aeroportos e Fronteiras e a Divisão Nacional de Câncer.

O INPS e o FUNRURAL continuam financiando, em grande parte, os serviços médico-sociais.

UNIDADES SANITÁRIAS E SUA LOCALIZAÇÃO

N.º de Ordem	Municípios	Local	Tipo
01	Afonso Cláudio	Sede	U.S.1
02	Afonso Cláudio	Sobreiro	U.S.3
03	Afonso Cláudio	Serra Pelada	U.S.3
04	Alegre	Sede	U.S.1
05	Alegre	Ibitirama	U.S.3
06	Alegre	Celina	U.S.3
07	Alegre	Santa Marta	U.S.3
08	Alegre	Anutiba	U.S.3
09	Alfredo Chaves	Sede	U.S.2
10	Anchieta	Sede	U.S.2
11	Apiacá	Sede	U.S.1
12	Aracruz	Sede	U.S.1

- 13 — Atílio Vivacqua — Sede — U.S.2
- 14 — Balxo Guandu — Sede — U.S.1
- 15 — Barra de S. Francisco — Sede — U.S.1
- 16 — Boa Esperança — Sede — U.S.2
- 17 — Bom Jesus do Norte — Sede — U.S.2
- 18 — Cachoeiro de Itapemirim — Sede — C.S.
- 19 — Cachoeiro de Itapemirim — Conduru — U.S.3
- 20 — Cariacica — Sede — U.S.2
- 21 — Cariacica — Porto Santana — U.S.2
- 22 — Cariacica — Jardim América — C.S.
- 23 — Castelo — Sede — U.S.2
- 24 — Colatina — Sede — C.S.
- 25 — Colatina — Baunilha — U.S.3
- 26 — Colatina — Itapina — U.S.3
- 27 — Colatina — Novo Brasil — U.S.3
- 28 — Colatina — Governador Lindenberg — U.S.3
- 29 — Colatina — Marilândia — U.S.3
- 30 — Colatina — São Domingos — U.S.3
- 31 — Conceição da Barra — Sede — U.S.2
- 32 — Conceição da Barra — Vinhático — U.S.3
- 33 — Conceição da Barra — Pedro Canário — U.S.3
- 34 — Conceição do Castelo — Sede — U.S.2
- 35 — Conceição do Castelo — Venda Nova — U.S.3
- 36 — Domingos Martins — Sede — U.S.2
- 37 — Dorés do Rio Preto — Sede — U.S.2
- 38 — Divino São Lourenço — Sede — U.S.2
- 39 — Ecoporanga — Sede — U.S.2
- 40 — Fundão — Sede — U.S.2
- 41 — Fundão — Tirbuí — U.S.3
- 42 — Guaçuí — Sede — U.S.1
- 43 — Guarapari — Sede — U.S.1
- 44 — Guarapari — Muquiçaba — U.S.3
- 45 — Ibraçu — Sede — U.S.2
- 46 — Ibraçu — João Nelva — U.S.3
- 47 — Iconha — Sede — U.S.2
- 48 — Itaguaçu — Sede — U.S.2
- 49 — Itapemirim — Barra — U.S.2

- 50 — Itapemirim — Sede-Vila — U.S.2
- 51 — Itapemirim — Marataizes — U.S.3
- 52 — Itarana — Sede — U.S.2
- 53 — Iúna — Sede — U.S.2
- 54 — Jerônimo Monteiro — Sede — U.S.2
- 55 — Linhares — Sede — C.S.
- 56 — Linhares — Bananal — U.S.3
- 57 — Linhares — São Rafael — U.S.3
- 58 — Mantenópolis — Sede — U.S.2
- 59 — Mimoso do Sul — Sede — U.S.1
- 60 — Montanha — Sede — U.S.2
- 61 — Mucurici — Sede — U.S.2
- 62 — Mucurici — Itabaiana — U.S.3
- 63 — Muqui — Sede — U.S.2
- 64 — Muqui — Camará — U.S.3
- 65 — Muniz Freire — Sede — U.S.2
- 66 — Nova Venécia — Sede — C.S.
- 67 — Pancas — Sede — U.S.2
- 68 — Pinheiros — Sede — U.S.2
- 69 — Pinheiros — São João Sobrado — U.S.3
- 70 — Piúma — Sede — U.S.2
- 71 — Presidente Kennedy — Sede — U.S.2
- 72 — Rio Novo do Sul — Sede — U.S.2
- 73 — Santa Leopoldina — Sede — U.S.2
- 74 — Santa Leopoldina — Sta. Maria Jetibá — U.S.3
- 75 — Santa Teresa — Sede — U.S.2
- 76 — Santa Teresa — São João de Petrópolis — U.S.3
- 77 — São Gabriel da Palha — Sede — U.S.2
- 78 — São José do Calçado — Sede — U.S.2
- 79 — São Mateus — Sede — U.S.1
- 80 — Serra — Sede — U.S.2
- 81 — Serra — Nova Almeida — U.S.3
- 82 — Serra — Manguinhos — U.S.3
- 83 — Viana — Sede — U.S.2
- 84 — Vila Velha — Glória — C.S.
- 85 — Vila Velha — Santa Mônica — U.S.3
- 86 — Vitória — Sede — C.S.
- 87 — Vitória — Maruípe — C.S.

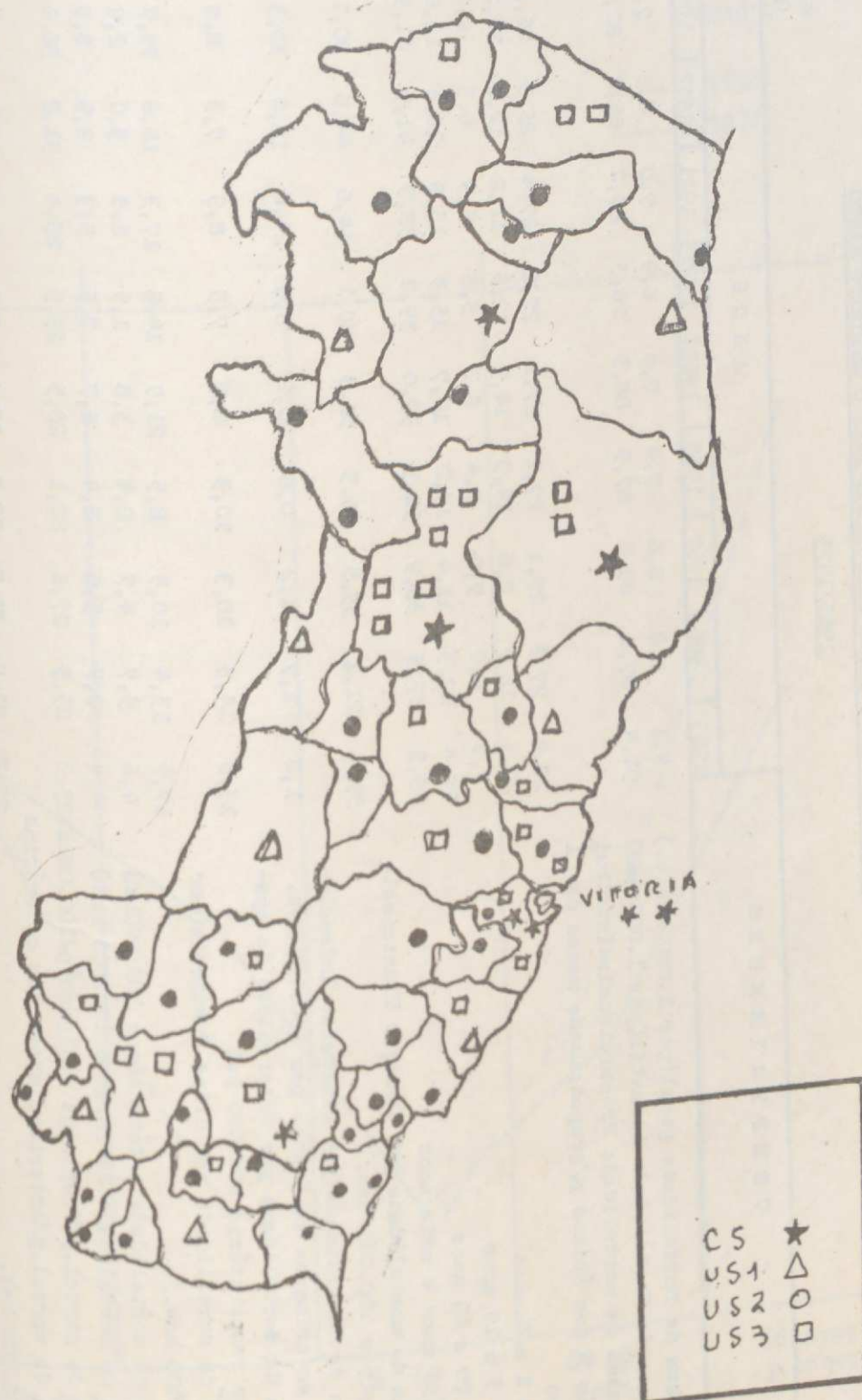
Além das Unidades Sanitárias pertencentes à rede da Secretaria de Estado da Saúde, no decorrer de 1976, foram firmados vários convênios com as Prefeituras Municipais para a instalação dos seguintes Postos de Saúde:

QUADRO 03 — POSTOS DE SAÚDE

N.º de Ordem	Município	Local	Tipo
01	Aracruz	Barra do Riacho	U.S.R
02	Barra de S. Francisco	Vila Paulista	U.S.R
03	Ibraçu	Acioli	U.S.R
04	Mucurici	Itabira	U.S.R
05	Muniz Freire	Piaçu	U.S.R
06	Viana	Bairro de Canaan	U.S.R
07	Viana	Vila Betânia	U.S.R
08	Vila Velha	Cobilandia	U.S.R
09	Vila Velha	Vila Garido	U.S.R
10	Vila Velha	Santa Rita	U.S.R
11	São Mateus	Jaguaré	U.S.R
12	Anchieta	MEPES (4)	U.S.R

Os demonstrativos pertinentes a este item dão uma idéia precisa do comportamento do nível de saúde da população capixaba e fornecem dados para uma análise objetiva, comparando-se resultados, sob vários aspectos, nos últimos anos.

LOCALIZAÇÃO E TIPO DAS UNIDADES SANITARIAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO



INDICADORES DE SAÚDE CALCULADOS PARA O ESPÍRITO SANTO

1965/1973

QUADRO 4

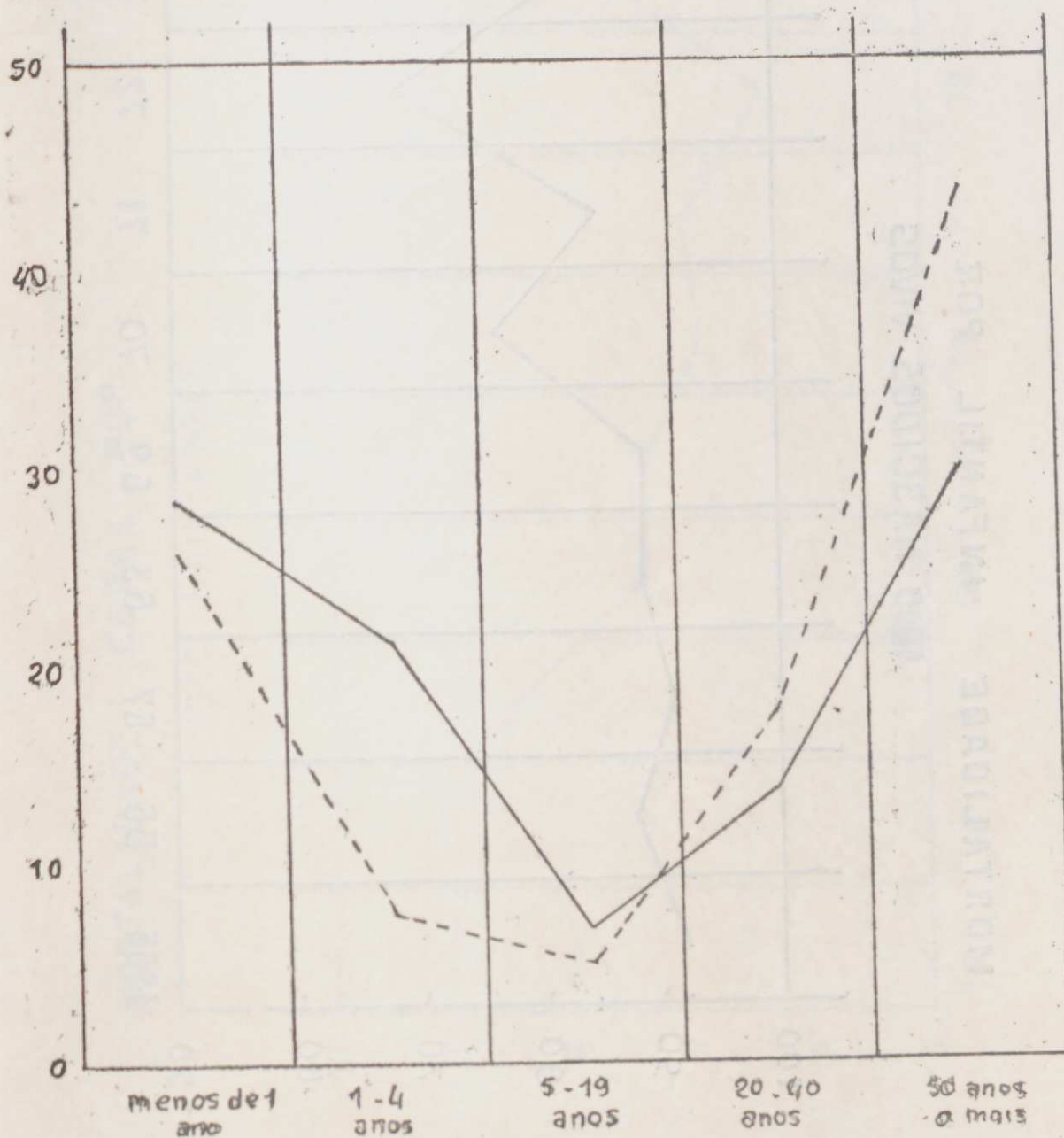
C O E F I C I E N T E S	A N O S										
	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Taxa de Mortalidade Geral (por 1.000 habit.)	9,1	8,8	8,6	7,4	7,4	6,9	7,0	6,3	7,7	6,8	6,9
Taxa de Mortalidade infantil (por 1.000 hab)	91,4	87,0	89,9	87,9	88,3	76,3	85,2	68,2	82,9	71,5	73,5
Razão de mortalidade Proporcional: distribui											
ção % dos óbitos p/grupos: idade menos de 1											
ano											
De 1 a 4 anos	28,4	27,3	27,1	27,2	27,1	27,2	27,4	25,3	25,1	24,3	26,0
De 5 a 19 anos	20,3	16,7	7,6	19,9	14,9	12,5	12,2	12,2	10,2	9,2	7,4
De 20 a 49 anos	7,0	6,2	7,0	7,4	6,3	5,8	5,9	6,3	6,0	5,9	5,5
De 50 anos e mais anos	14,4	12,3	11,4	13,2	14,7	15,3	15,6	16,3	15,6	16,9	16,9
Taxa de mortalidade por Doenças Transmissi-	29,9	37,5	36,9	32,3	37,0	39,2	38,9	41,9	41,3	43,7	44,3
veis (por 100.000 hab.)	39,4	21,1	33,5	36,3	30,3	30,1	64,6	44,6	80,1	57,7	69,5
Taxa de Mortalidade por Diarreias Infecio-											
sas em crianças de 5 anos por 100.000 hsb.	1,2	1,7	1,2	0,6	20,2	8,0	24,6	19,0	30,3	20,1	28,4
Taxa de mortalidade por Tuberculose do apa-											
relho respiratório 100.000 hab	13,8	14,3	10,3	10,3	8,7	7,5	8,9	7,3	8,0	7,2	6,2
Taxa de mortalidade por Gripe Pneumonia (por											
100.000 hab.)	17,9	13,4	10,3	8,5	21,9	14,6	17,3	18,6	33,7	25,1	21,9
Taxa de mortalidade p/tétano (por 100.000 hab)	4,6	5,7	4,7	2,4	3,8	1,9	2,8	3,0	2,9	2,6	3,9
Taxa de mortalidade de sarampo (100.000 hsb.)	4,4	0,7	5,6	8,4	8,7	3,5	5,3	2,9	8,3	0,9	0,4
Taxa de mortal.p/Neuplasma malignos (p/100.000 hab)	23,2	25,5	27,6	22,1	28,5	29,5	28,4	31,2	36,4	30,5	40,1
Taxa de mortal.p/Arteriosclerose das coronárias											
p/100.000 hab.	27,3	31,7	34,7	12,8	17,0	7,5	21,9	26,1	67,0	60,9	60,4
Taxa de mortal.p/Lesões Vasculares do Sistema											
Nervoso Central (p/100.000 hab.)	20,7	21,0	23,0	11,8	19,9	30,9	37,5	36,8	39,8	40,1	49,0
Taxa de mortal.p/acid.e outras ca usas violen											
tas (p/100.000 hab)	26,3	27,3	29,7	23,9	37,6	27,9	30,2	26,6	40,2	32,0	29,9

CURVA DE MORTALIDADE PROPORCIONAL DO
ESPIRITO SANTO SEGUNDO GRUPOS ETARIOS
1965 - 1975

Quadro 5

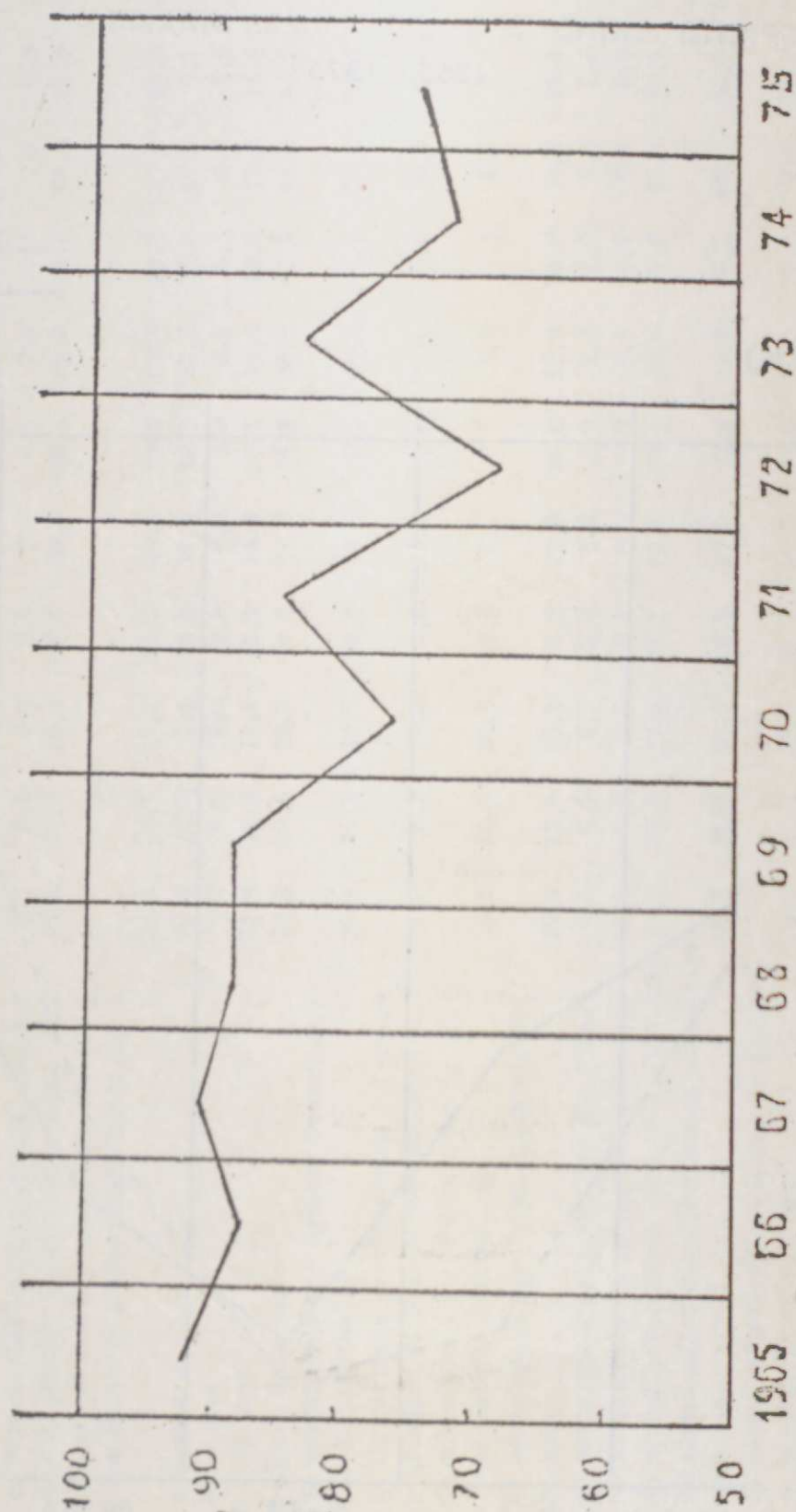
— 1965
- - 1975

óbitos (%)



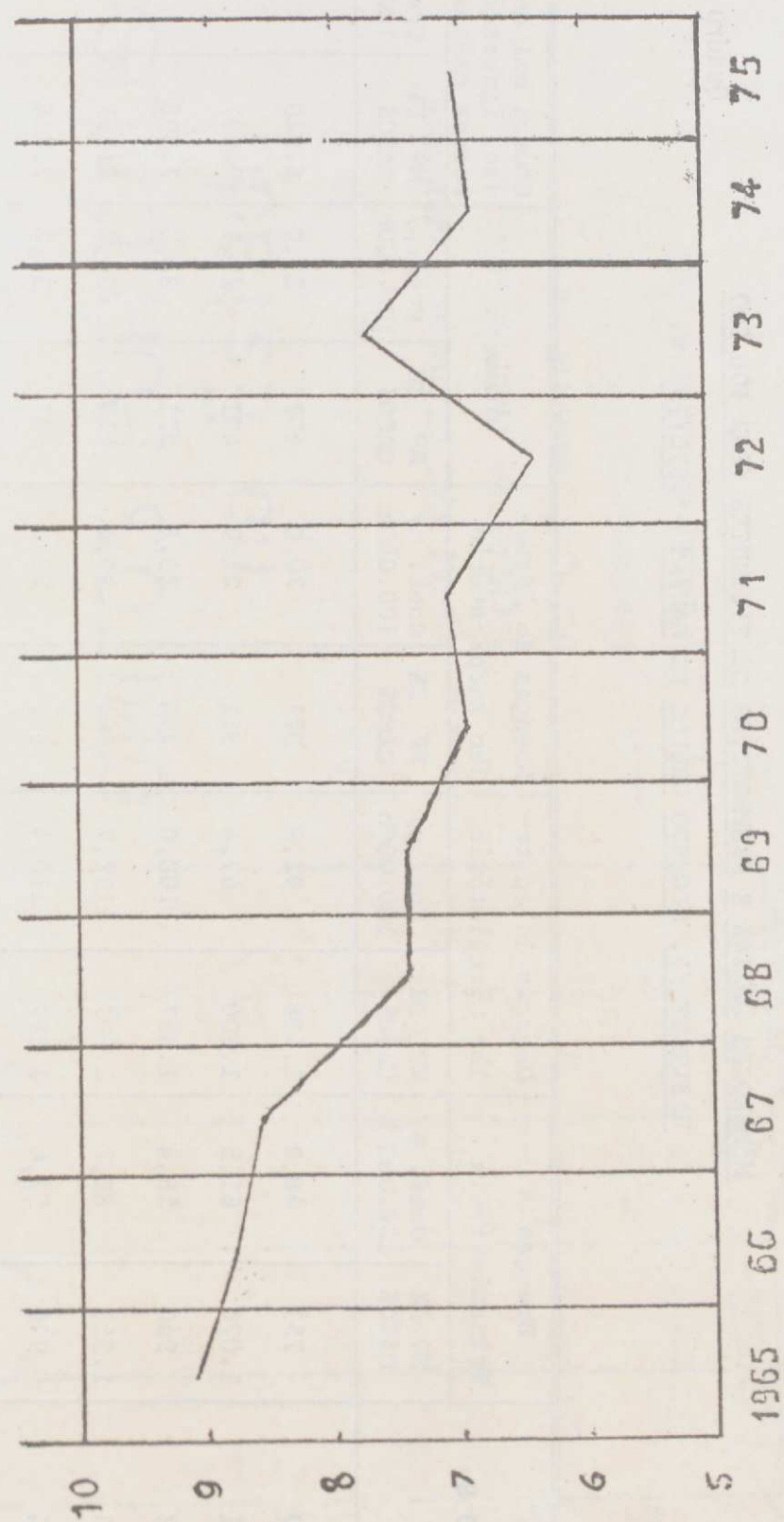
MORTALIDADE INFANTIL POR
1000 NASCIDOS VIVOS

Quadro 6



Quadro 7

MORTALIDADE GERAL POR
1000 HABITANTES



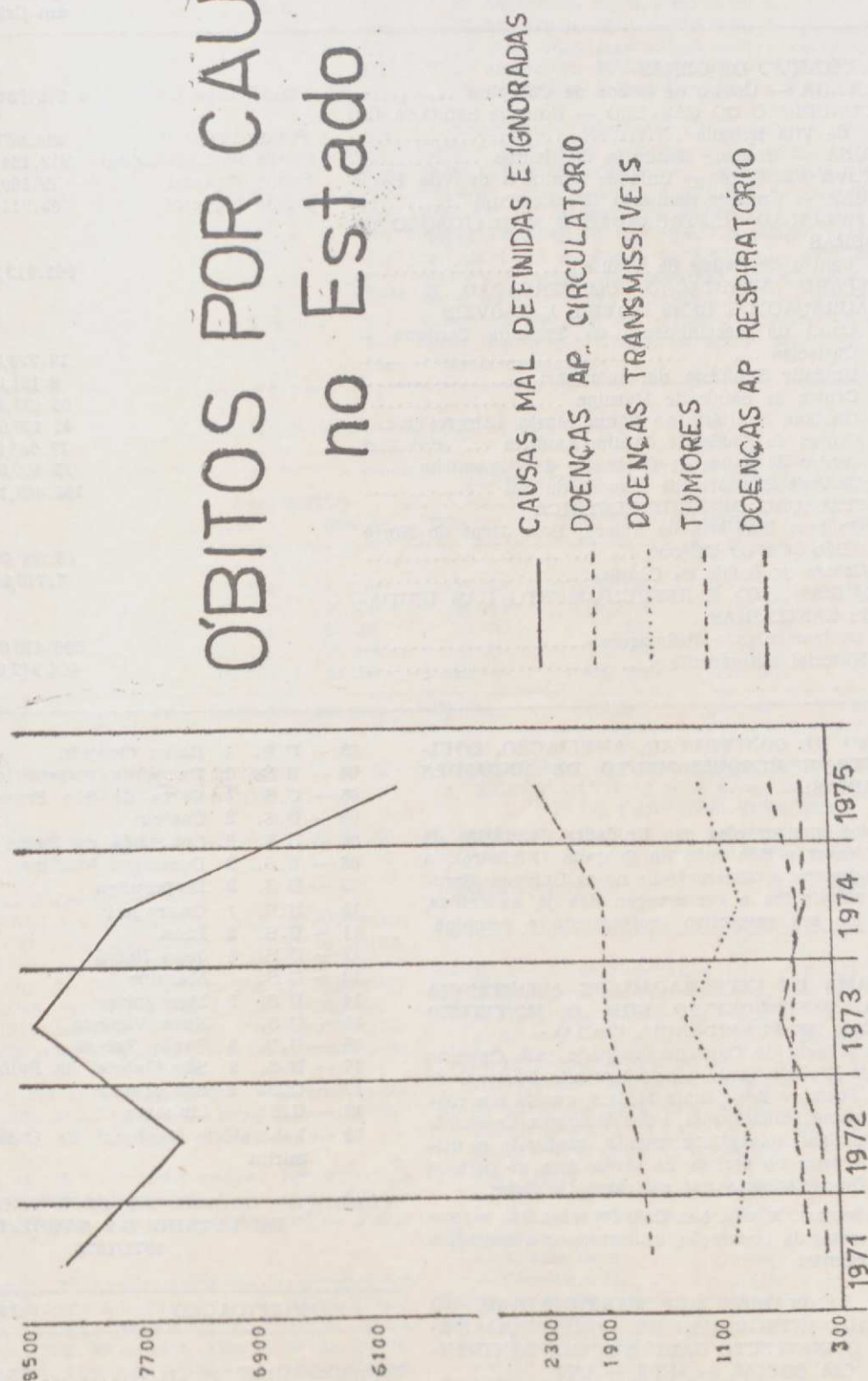
NÚMERO DE ÓBITOS E RESPECTIVOS COEFICIENTES (POR 100.000

Quadro 8

HABITANTES), SEGUNDO GRUPOS DE CAUSAS - 1970/75

A N O S	Doenças Transmissíveis		Doenças do Aparelho Circulatório		Doenças do Aparelho Respiratório		Tumores		Causas mal definidas, ignoradas e outras causas	
	Nº DE CASOS	Coef. p/ 100.000 h	Nº DE CASOS	Coef. p/ 100.000h	Nº DE CASOS	Coef. p/ 100.000h	Nº DE CASOS	Coef. p/ 100.000h	Nº DE CASOS	Coef. p/ 100.000h
1970	751	46,9	1.486	92,9	321	20,0	497	31,0	8.920	557,7
1971	1.076	65,5	1.600	97,4	361	21,9	491	29,9	8.187	498,6
1972	940	56,4	1.667	100,0	398	23,8	571	34,2	7.398	444,2
1973	1.351	80,2	1.897	112,7	664	39,4	610	36,2	8.397	498,9
1974	990	57,6	1.897	110,4	495	28,8	537	31,2	7.738	450,7
1975	1.199	69,5	2.355	136,5	488	28,2	699	40,5	5.921	343,2

O'BITOS POR CAUSAS no Estado



DIVISÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS — 1976

Quadro

DISCRIMINAÇÃO	Fonte de Recursos	Despesa Empenhada em Cr\$	Observações
I — EXECUÇÃO DE OBRAS			
SERRA — Centro de Saúde de Carapina	Fundo Especial	1.370.334,36	
CONCEIÇÃO DO CASTELO — Unidade Sanitária (3ª) de Vila Betânia	Fundo Especial	294.657,16	
IUNA — Unidade Sanitária de Ibatiba	Fundo Part. Estadual	312.184,56	
NOVA VENÉCIA — Unidade Sanitária de Vila Pavão	Fundo Especial	79.309,20	
IUNA — Unidade Sanitária (3ª) de Irupí	Fundo Especial	52.914,89	
II — AMPLIAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE OBRAS			
— Centro de Saúde de Vitória		661.912,32	
III — REPARO, ADAPTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS			
— Canil de Recolhimento da Fazenda Santana — Cariacica		19.229,03	Liquidado
— Unidade Sanitária de Guarapari		8.181,81	Liquidado
— Centro de Saúde de Maruípe		53.021,62	
— Unidade Sanitária de Santa Marta (Alegre)		40.469,02	
— Centro de Saúde de Jardim América		17.683,65	
— Centro de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim		15.500,00	
— Unidade Sanitária de Mimoso do Sul		108.603,17	
IV — INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA			
— Unidade Sanitária de Apiacá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado		18.000,00	Liquidado
— Centro de Saúde da Glória		7.779,34	
V — EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES SANITÁRIAS			
— Equipamentos e Instalações		600.470,00	
— Material Permanente		448.942,00	

— PROJETO DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DE UNIDADES SANITÁRIAS:

Além das inaugurações das Unidades Sanitárias de Anituba (Alegre) e São João do Sobrado (Pinheiro), o quadro 10 relaciona a construção de novas Unidades Sanitárias, as ampliações e conservação das já existentes, bem como do seu respectivo equipamento e reequipamento.

— PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DESENVOLVIDO COM O INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL:

Em decorrência do Convênio assinado pelo Governo do Estado do Espírito Santo e pelo Instituto Nacional de Previdência Social, a Assistência Médica, que já era realizada em regime ambulatorial, pelas Unidades de Saúde da SESA, recebeu notável incremento, mediante a utilização de horários no período da tarde, fora do período normal de funcionamento das referidas Unidades.

Consequentemente, este benefício foi estendido a considerável parcela da população, utilizando-se a estrutura física já existente:

UNIDADES SANITÁRIAS QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COM O INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — INPS — 1976

- 01 — U.S. 1 Afonso Cláudio
- 02 — U.S. 1 Aracruz

- 03 — U.S. 1 Baixo Guanã
- 04 — U.S. 2 Barra de Itapemirim
- 05 — U.S. 1 Barra de São Francisco
- 06 — U.S. 2 Castelo
- 07 — U.S. 2 Conceição da Barra
- 08 — U.S. 2 Domingos Martins
- 09 — U.S. 2 Ecoporanga
- 10 — U.S. 1 Guarapari
- 11 — U.S. 2 Iuna
- 12 — U.S. 3 João Nelva
- 13 — C.S. Maruípe
- 14 — U.S. 2 Montanha
- 15 — C.S. Nova Venécia
- 16 — U.S. 2 Santa Teresa
- 17 — U.S. 2 São Gabriel da Palha
- 18 — U.S. 1 São Mateus
- 19 — C.S. Linhares
- 20 — Laboratório Regional de Cachoeiro de Itapemirim

PRODUÇÃO GLOBAL DO CONVÊNIO SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/INPS 1975/1976

ESPECIFICAÇÃO	1975	1976
Segurados Atendidos	23.364	28.838
Dependentes Atendidos	64.448	81.725
Exames Realizados	24.299	25.561

Fézes	14.215	10.374	Visitas Médicas	283	254
Urina	5.554	4.161	Visitas de Enfermagem	365	277
Sangue	4.530	4.939			
— Leucometria	150	104	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:		
— Hematimetria	93	156	As atividades desenvolvidas pelas Unidades Sanitárias da Secretaria de Estado da Saúde são as seguintes:		
— Hemograma	1.594	1.772	a) Assistência Médico-Sanitária a Adultos		
— Hemossedimentação	08	46	b) Assistência Médico-Sanitária a Gestantes		
— Sorologia	2.169	1.041	c) Assistência Médico-Sanitária a Infantes		
— Glicose	222	313	d) Assistência Médico-Sanitária a Pré-Escolares		
— Uréia	25	78	e) Assistência Médico-Sanitária a Escolares		
— Outros	—	1.429			
Outros Exames	—	319			
Gulas de Internações Fornecidas	1.238	2.111			
Clinica Obstétrica	—	320			
Clinica Cirúrgica	—	158			
Clinica Médica	—	1.221			
Encaminhamento p/Especialistas	336	673			
Vacinações	14.543	14.797			
— Anti-variólica	2.509	2.392			
— Anti-tifóidica	2.046	123			
— Anti-tetânica	3.611	4.020			
— Anti-diférica	1.525	2.517			
— Anti-pertussis	1.283	2.385			
— Anti-podomiélica	3.464	2.819			
— BCG-ID	105	145			
— Anti-sarampiosa	—	396			

**MOVIMENTO DAS UNIDADES SANITÁRIAS
1975/1976 ***

GRUPOS	INSCRIÇÃO		CONSULTAS		COMPARECIMENTO	
	1975 *	1976 **	1975 *	1976 **	1975 *	1976 **
Adultos	113.864	91.529	376.853	330.160	447.114	386.152
Gestantes	13.645	12.332	46.933	45.256	53.004	52.148
Infantes	12.293	26.082	80.049	68.483	101.726	104.686
Pré-Escolares	38.220	35.424	126.271	102.405	150.042	136.472
Escolares	50.707	40.563	162.625	129.004	197.290	163.601
TOTAL	248.729	205.930	792.736	675.908	949.176	843.059

Obs.: * Dados computados de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 1975.

** Dados computados de 02 de janeiro a 30 de novembro de 1976.

Dados sujeitos à revisão.

Quanto ao Programa Materno-Infantil os Convênios firmados entre o Governo do Estado do Espírito Santo, através da SESA e o Governo Federal, através da CPMI e do INAN no ano de 1974, inicialmente 14 (quatorze) Unidades Sanitárias foram incluídas neste Programa.

No ano de 1975, mais 18 (dezoito) Unidades Sanitárias foram beneficiadas pelo Programa, com recursos do CPMI.

No correr do ano de 1976, passaram a receber benefícios do INAN com adaptação e ou construção dos respectivos lactários.

Para o ano de 1977, deverão receber benefícios do INAN mais 6 (seis) Unidades Sanitárias a saber: Alfredo Chaves, Aracruz, Guaçu, Itarana, São Gabriel da Palha e Serra.

Serão portanto, 20 (vinte) Municípios beneficiados por ambos os programas durante o ano de 1977: Afonso Claudio, Alfredo Chaves, Aracruz, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Conceição da Barra, Ecoporanga, Guaçu, Itarana, Linhares, Mantenópolis, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pancas, Pinheiro, São Gabriel da Palha, São Mateus e Serra.

**RELATÓRIO COMPARATIVO DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS NOS ANOS DE 1975 E 1976
PELO CONVÊNIO SESA/CPMI**

ESPECIFICAÇÃO	Ano: 1975	Ano: 1976
Nº de Consultas Pré-Natais	49.218	38.593
Nº de Consultas no Puerpério	12.861	11.825
Nº de Consultas P/Menores de 11 meses *	86.520	
— Para controle da saúde		94.442
— Para recuperação da saúde	—	66.578
Nº de Consultas para Crianças de 1 a 6 anos	135.460	
Nº de Consultas para Crianças de 1 a 4 anos **		
— Para controle da saúde	—	112.138
— Para recuperação da saúde	—	85.399
Nº de Partos		
— Hospitalares	—	3.050
— Domiciliares	—	1.171
Cursos de Capacitação de Pessoa para o PPMI		
— Nº de cursos	08	43
— Nº de participantes	198	1.351
Reuniões com Chefes de Unidades Sanitárias		

— N.º de reuniões	01	01
— N.º de participantes	08	03
Unidades Sanitárias beneficiadas pelo PPMI	08	53
— em Cr\$	973.330	1.257.000

* A distinção dos tipos de consultas passou a ser feita a partir de 1976.

** Idem.

COMPARATIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ANOS DE 1975 e 1976 PELO CONVÊNIO SESA/INAN

ESPECIFICAÇÃO	Ano: 1975	Ano: 1976
N.º total de beneficiários	10.756	27.582
— Gestantes	1.062	5.791
— Nutrízes	601	1.391
— Menores de 11 meses	3.921	1.931
— Crianças de 1 a 6 anos ..	5.172	17.929
Total de alimentos distribuídos		
— em KG	74.375	973.525
— Leite desnatado em pó ...	37.975	119.800
— Açúcar refinado	28.000	449.900
— Fubá de milho	3.400	259.100
— Arroz beneficiado	—	138.600
— Fecula de milho	5.000	—
— Fecula de mandioca	—	4.900
— Fecula de arroz	—	1.225
Valor do Programa (em Cr\$) ..	1.376.310	5.405.954
— Alimentos	1.082.900	4.509.921
— Apoio logístico	342.410	869.083
Municípios desenvolvidos	08	14

LABORATÓRIO DE UNIDADES SANITÁRIAS 1975/1976

NATUREZA DO MATERIAL	ANOS	
	1975 *	1976 **
Fézes	211.678	150.371
Urina	83.701	54.738
Sangue	83.428	108.138
Escarro	26.888	18.138
Secreção Nasal	2.037	735
Secreção Uretral	1.884	1.418

* Dados de Janeiro a Dezembro de 1975.

** Dados até Novembro de 1976.

PERCENTUAL DE POSITIVIDADE

Pesquisa Solicitada	Total de Pesquisa	Pesquisa Positiva	Percentual %
Bacilo de Koch	18.133	1.406	7.5
Bacilo de Hansen	735	165	22.4
Gonococo	1.416	275	19.4
Hematozoários	693	610	88.0
Ancilostomídeos	115.582	35.917	31.1
S. Mansoní	115.582	4.182	3.6
A. lumbricóides	115.582	68.044	58.8
Outros helmintos	115.582	49.338	42.6
E. histolytica	115.582	2.858	2.5
G. lamblia	115.582	16.468	14.2
Outros protozoários	115.582	20.348	17.6
Tuberculose	1.520	159	10.5
VDRL	57.379	3.601	6.3

EXAMES DE SAÚDE — FORNECIMENTO DE CARTEIRAS

1976 *

ATIVIDADES	Inscrições	Exame de Saúde Realizadas	Carteiras de Saúde Expedidas	Carteiras de Saúde Revalidadas
Ecoporanga	81	81	—	—
Colatina	2.000	3.000	2.000	458
Mantenópolis	125	200	2	—
Nova Venécia	283	300	280	20
Aracruz	70	893	137	8
Linhares	8.059	8.079	1.081	64
São João de Petrópolis	559	559	—	—
Jardim América	7.226	9.143	9.143	1.917
Glória (Vila Velha)	9.208	8.889	9.086	2.605
Maruípe	4.567	4.477	3.425	1.452
Vitória	8.427	8.037	6.685	1.352
Castelo	2.017	2.017	68	17
Alegre	675	775	370	97
Cachoeiro de Itapemirim	2.591	3.461	2.591	870
Dores do Rio Preto	—	—	—	—
Guaçu	1.294	1.467	505	167
Mimoso do Sul	78	103	78	25
Guarapari	384	352	276	88
TOTAL	47.664	50.833	35.727	9.140

* Dados até novembro de 1976.

— Projeto de Interiorização de Assistência Médico Sanitária.

O Projeto de Assistência Domiciliar por Unidades Sanitárias Móveis vem sendo substituído pelo Projeto de Interiorização de Assistência Médica-Sanitária, através de construção de novas Unidades Sanitárias e de implantação do Programa de Penetração Rural, passando

deste modo a se oferecer uma assistência permanente junto às Comunidades.

A Unidade Sanitária Móvel, do Convênio entre o Governo do Estado, através a SESA e o Ministério de Previdência e Assistência Social e o FUNRURAL, apresentou o seguinte movimento durante o ano de 1976 até novembro em atividades realizadas nos Municípios de Conceição da Barra e Vila Velha.

Consultas Mês	ADULTOS		CRIANÇAS				Total
	Cl. Geral	Pré- Natal	— de 1 ano	1 a 5 anos	6 a 10 anos	4 a 15 anos	
Janeiro	355	10	68	84	135	188	840
Fevereiro	334	16	70	85	176	150	831
Março	358	12	75	95	170	183	893
Abril	280	10	90	180	190	220	970
Mai	113	17	35	80	95	110	450
Junho	250	—	90	110	230	180	860
Julho	348	27	78	110	192	245	1.000
Agosto	380	—	80	97	170	210	937
Setembro	410	—	240	160	102	92	1.004
Outubro	349	21	74	92	190	240	966
Novembro	348	28	85	100	198	238	997

— Projeto de Assistência ao Escolar

A partir de 1975, a faixa etária de 7 a 14 anos passou a merecer uma maior atenção. Para tanto enfatizou-se a atuação do Serviço Escolar Externo, especialmente na Área da Grande Vitória, devido à maior densidade demográfica de escolares nesta Região.

Funciona o Serviço nos Centros de Saúde da Grande Vitória e na Unidade Sanitária de Muquiçaba (Guarapari) em Convênio com a Prefeitura Local.

Durante o ano de 1976, foram fornecidos 12.115 atestados médicos, tendo sido examinados 14.893 escolares e realizados 3.601 exames coprológicos, sendo que 3.171 foram positivos.

TOTAL DE DOSES DE VACINAS APLICADAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1975/1976

VACINAS	1975	1976
Sabin	158.704	154.597
Sarampo	13.826	56.001
Tríplice	—	138.189

Difteria	106.301	—**
Tétano	199.287	108.786
Varíola	236.051	161.622
Meningite	1.412.400	53.000
Raiva Humana	15.111	4.152
Raiva Canina	30.289	31.809
Cólera	1.053	679
Coqueluche	93.470	—**
BCG-Oral	2.372	—***
Febre Tifóide	35.880	—***
BCG-ID	54.708	83.889

TOTAL 2.359.458 792.724

* Em 1975, era computado separadamente.

** Computado, sobre o título — TRÍPLICE.

*** Fora de uso.

Dados até novembro de 1976.

Vacinas	Doses	GRUPOS ETARIOS					Total
		0-1 ano	1-4 anos	5-14 anos	15 anos e +	Gestantes	
BCG	Única	31.312	26.634	19.347	6.596	—	83.889
Anti-Poliomielite	1ª	31.344	27.300	—	—	—	58.644
	2ª	20.404	16.396	—	—	—	36.800
	3ª	15.047	12.997	—	—	—	28.044
	Reforço	—	31.109	—	—	—	31.109
	Total	66.795	87.202	—	—	—	154.597
Anti-Sarampo	Única	18.618	34.420	2.963	—	—	56.001
Tríplice	1ª	29.655	24.791	97	—	—	54.543
	2ª	19.947	14.146	03	—	—	34.096
	3ª	14.499	10.314	04	—	—	24.817
	Reforço	—	20.465	4.269	—	—	24.734
	Total	64.101	69.716	4.372	—	—	138.189
Anti-Variólica	Primevacinação	15.452	16.941	8.808	718	—	41.919
	Revacinação	—	5.191	34.909	79.603	—	119.703
	Total	15.452	22.132	43.717	80.321	—	161.622
Anatox Tetânico	1ª	366	1.903	28.068	26.482	7.420	64.239
	2ª	96	603	7.133	6.727	7.230	19.789
	3ª	64	202	3.425	3.780	3.404	10.875
	Reforço	06	175	7.790	5.272	640	13.883
	Total	532	2.883	46.416	42.261	16.694	108.786
Meningite	—	—	—	—	—	—	53.000

Foram realizadas 28 palestras de Educação Sanitária (higiene pessoal, ambiental, do solo, água, poço, fossas, verminose, alimentação, etc.).

Foram, ainda, realizados 690 encaminhamentos a Clínicas especializadas assim discriminadas:

Cardiologia	48
Oftalmologia	283
Otorrinolaringologia	344
Dermatologia	10
Psiquiatria	5

No Centro de Saúde da Glória houve o atendimento no Programa, de crianças devassadas, sendo atendido o total de 480 esclares, no projeto conhecido como 02A (zero dois A).

No período de 15 a 19/9/76, houve um curso intensivo de Educação Sanitária na Cadeira de Programa de Saúde para as alunas do 2º grau e houve também na época vacinação com anatox-tetânico.

Projeto de controle e erradicação de doenças transmissíveis.

Imunização contra as doenças evitáveis:

Dando cumprimento aos compromissos assumidos pela sua participação no Programa Nacional de Imunizações, a SESA prosseguiu, em 1976, no combate às doenças transmissíveis, merecendo destaque, pela importância, a vacinação contra sarampo, difteria, tétano, poliomielite, coqueluche e tuberculose.

Em 1976, foram realizadas duas campanhas de vacinação na Área da Grande Vitória: Campanha contra Meningite e a Campanha contra a Raiva.

A vacinação contra Meningite, no ano de 1975, assumiu uma posição de destaque por ter apresentado um elevado índice e por ter sido o Estado do Espírito Santo o primeiro Estado Brasileiro a cobrir toda a sua população.

No ano de 1976, foi realizada a vacinação da população da Grande Vitória com ênfase à faixa etária de 12 meses a 4 anos.

- Controle da Tuberculose:

A luta contra a tuberculose no Estado prossegue.

Apos o êxito da Campanha de Vacinação Simultânea realizada em 1974, passou-se no ano seguinte à fase de horizontalização de Campanha, graças ao treinamento de pessoal lotado nas Unidades Sanitárias, com a aplicação rotineira de BCG-ID.

Além de preparação de funcionários desta SESA, existem 43 Unidades Sanitárias com serviços integrados, 49 Unidades Sanitárias com vacinação BCG-ID, 5 postos de tomadas de amostra e 3 Dispensários, permitindo-se assim, a interiorização dos esforços no Combate à Tuberculose.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROJETO DE CONTROLE

DE TUBERCULOSE

I - DIAGNÓSTICO

DE ACORDO COM A BACILOSCOPIA				PRIMO INFEC ÇÃO DE ACOR DO COM O P.P.D.				PLEURIZ DE ACORDO COM O P.P.D.				MENINGITE DE ACORDO COM O PPD								OUTRAS DE ACORDO COM O PPD			
												- 15 anos				+ 15 anos							
POS	NEG	NR	T	POS	NEG	NR	T	POS	NEG	NR	T	POS	NEG	NR	T	POS	NEG	NR	T	POS	NEG	NR	T
818	51	21	890	147	6	10	163	68	6	20	94	2	1	2	5	-	-	2	2	63	5	12	80

II - BACILOSCOPIA

DIAGNÓSTICO			CONTROLE			TOTAL
POS	NEG	%	POS	NEG	%	-
804	13.326	5,69	954	6.267	13,4	21.351

— PREPARAÇÃO DE PESSOAL DE TUBERCULOSE

No ano de 1976, foi realizado em Vitória, o I Encontro de Avaliação dos Programas de Tuberculose, das Regiões Sudeste e Sul do País.

Foram realizados ainda cursos de treinamento e ou reciclagem de pessoal em atividades anti-tuberculosas, com os seguintes números:

Agentes Locais	12
Baciloscopistas	13
Médicos	27

Contrôle da Hanseníase:

No ano de 1976, a SESA com recursos próprios e recursos financeiros concedidos pela Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária e dispondo de medicamentos específicos e não específicos fornecidos pela CEME, o projeto de Combate à Hanseníase foi intensificado através das Unidades Sanitárias do Estado, pesquisando-se novos casos, procurando pacientes faltosos e os de destino ignorado, aumentando-se assim consideravelmente o registro de casos, conforme as tabelas a seguir:

ATIVIDADES DE CONTROLE DE HANSENIASE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Atividades	1975	1976
Inscrição de hansenianos	498	460
Consultas a hansenianos	4.583	4.581
Inscrições de Comunicantes	573	781
Consultas à Comunicantes	1.656	2.213
Consultas c/dispostamentos casos	20.182	22.756
TOTAL DE COMPARECIMENTOS	27.447	27.565
TESTE MITSUDA REALIZADOS	302	84

No encerramento de 1976, a situação de hanseníase no Estado é a seguinte:

Total de doentes fichados	5.353
Doentes controlados	2.212
Doentes internados	359
Paradeiro ignorado	2.305
ÓBITOS	29

INCIDÊNCIA E PREVALÊNCIA

Doentes Registrados		Total de Doentes	
Nº	Incidência por 100.000 Hab.	Nº	Prevalência por 1.000 Hab.
460	26,67	5.353	3,10

MEDICAMENTOS UTILIZADOS

Nome	Estoque Inicial	Distribuídos
Sulfona	339.920	267.420
Iamorem	3.000	3.000
Talidomida	29.800	17.000

Contrôle de Raiva:

O Projeto de Profilaxia de Raiva funcionando desde janeiro de 1971, somente no Centro de Saúde de Jardim

América, em 1975 foi estendido aos Centros de Saúde de Cacoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares, com funcionamento aos sábados, domingos e feriados, em me de plantão das 08:00 às 11:00 horas para que haja interrupção nos tratamentos iniciados e se atendimento aos casos novos.

ATENDIMENTOS REALIZADOS NO SERVIÇO DE PROFILAXIA DE RAIVA

Especificação	1975	1976
Nº de pessoas atendidas	3.107	2.255
Nº de pessoas tratadas	1.661	1.044
Nº de animais mordedores		
— cão	2.797	1.903
— gato	223	167
— outros	161	95

Embora o número de pessoas atendidas tenha menor, houve proporcionalmente uma maior aplicação de doses, isto em virtude de dificuldade em se determinar o animal mordedor ou seja de maior observação animal, ou pela inobservância do aprisionamento animal com o sacrifício do mesmo.

Considerando que o OMS recomenda para um efetivo Controle de raiva animal, a vacinação de pelo nos 60% da população canina considerada em 1976 realizada na Grande Vitória, através das equipes de Secretaria de Estado da Saúde e de Agricultura, uma Campanha de Vacinação Canina, de acordo aos dados expostos na tabela que se segue:

Município	Previsão 60%	Cães Vacinados	%
Vitória	10.133	8.828	87,17
Vila Velha	9.948	10.641	106,99
Viana	933	1.464	156,91
Serra	1.339	1.450	108,29
Caracica	8.225	9.426	114,60
TOTAL	30.578	31.809	103,99

Houve portanto a cobertura de mais de 60% da população canina prevista.

Contrôle das Doenças Venéreas:

O Combate às doenças venéreas como atividade integrante das Unidades Sanitárias, dentro do projeto vise o seu controle em todo o território Estadual.

Casos notificados de Doenças Venéreas no Estado do Espírito Santo 1975/1976:

Doença Notificada	Nº de Casos	Total
	1975	1976
Cancro venéreo	16	29
Blenorragia	268	440
Granuloma venéreo	10	03

Linfogranulomatose	19	14	33
Sífilis	2.539	2.763	5.302

TOTAL	2.852	3.249	6.101
-------------	-------	-------	-------

CONTROLE DE CÓLERA

Continua a ser rigorosamente cumprido o Convênio celebrado em setembro de 1975, com o Ministério da Saúde, por força do qual a SESA exerce contínua vigilância internacional nos terminais marítimos de Ponta do Tubarão, Paul e Cais Comercial de Vitória, com vistas a evitar a penetração da doença no Brasil.

O resultado dos trabalhos pode ser visto nas tabelas a seguir:

INSPETORIA DE SAÚDE DOS PORTOS

VIGILANCIA INTERNACIONAL

— 1975 — 1976 —

ATIVIDADES	ANOS	
	1975	1976
Embarcações entradas	1.234	1.237
Embarcações visitadas	519	521
Livres-Práticas concedidas	—	443
Livres-Práticas pelo rádio	—	497
Livres-Práticas visadas	—	204
Inspecções sanitárias	—	06
Passageiros inspecionados no desembarque	—	35
Tripulantes desembarcados por doença ..	65	43
Tripulantes isolados	03	—
Primo-vacinação antivaricelica	—	363
Revacinação antivaricelica	2.534	1.807
Vacinação anticolérica	1.053	679
EXAMES DE SAÚDE DE ESTRANGEIROS		
Transformação de visto consular ...	69	182
Exames complementares solicitados ...	325	869
Laudos fornecidos	69	182
INTIMAÇÃO E PENALIDADES		
Auto de infração	12	03
Autos de multa	10	02
Prorrogação do atestado de desratização por 30 dias	10	15

Vigilância Epidemiológica

Em 1976, foram notificados até o mês de novembro 97 casos de doença meningocócica, 385 de meningite indeterminada de 24 meningites de outras etiologia, o que demonstra uma acentuada queda no número de casos de enfermidade no Estado, pois em 1975 foram observados 200 casos de meningite meningocócica confirmados laboratorialmente e 492 de outra etiologia.

Em relação a Poliomielite, até novembro de 1976, foram notificados 72 casos com um coeficiente de morbidade de 3,6 por 100.000 habitantes, enquanto em 1975 e 1974 registraram-se, respectivamente, 52 e 73 casos.

A Zona Urbana apresentou em 1975, 71,2% dos casos, com coeficientes de morbidade, 3 (três) vezes maior que na Zona Rural.

Para 1976, o percentual de Zona Urbana atingiu 66,66% dos casos, tendo portanto baixado o coeficiente de morbidade em relação à Zona Rural, tornando-se assim relativa a prioridade de vacinação apregoada para a Zona Urbana.

Em relação à Doença Meningocócica a Vigilância Epidemiológica realizou em 1975, 263 investigações dentro das Normas Técnicas estabelecidas pelo Ministério de Saúde, qual seja o envio do material colhido nos Hospitais para o Laboratório Central da SESA, para feitura de cultura e tipagem das bactérias, o que facilitou o tratamento e a quimioprofilaxia realizada em 201 comunicantes.

Em 1976, foram realizadas até o mês de novembro 426 investigações epidemiológicas em Hospitais da Grande Vitória e realizada quimioprofilaxia em 792 comunicantes.

Além destas enfermidades, foram registradas no quadro nosológico do Estado as seguintes doenças transmissíveis:

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	1975	1976 *
01 — Blastomicose	16	18
02 — Blenorragia	287	440
03 — Boubá	06	01
04 — Cancrofide	17	29
05 — Coqueluche	977	780
06 — Difteria	58	58
07 — Doença de Nicholas-Favre	23	14
08 — Donovanose	10	03
09 — Encefalite	11	23
10 — Esquistossomose	3.090	3.245
11 — Febre Tifóide	147	119
12 — Gastroenterite	3.751	3.399
13 — Gripe	11.775	9.143
14 — Hanseníase	498	460 **
15 — Hepatite Infecciosa	479	464
16 — Leishmaniose	56	57 **
17 — Malária	392	193 **
18 — Meningite Meningocócica	201	97 **
19 — Meningite S Especificação	473	385 **
20 — Meningite Especificada	27	24 **
21 — Parotidite Epidêmica	421	229
22 — Poliomielite	58	72 **
23 — Raiva	02	00
24 — Rubéola	97	48
25 — Sarampo	161	963
26 — Sífilis	2.827	2.763
27 — Tétano	53	39
28 — Tétano Umbilical	37	27
29 — Tuberculose Pulmonar	1.417	1.181
30 — Varicela	466	252

* Dados até outubro de 1976.

** Dados até novembro de 1976.

A.4 - Projeto de Assistência Odontológica

Itens seguintes:

A Assistência odonto sanitária proporcionando pelo Estado é prestada aos

- a) Assistência através de rede de Unidades Sanitárias
- b) Assistência na zona rural através de U.S. Móveis
- c) Assistência nos grandes Centros Urbanos através de Operação Concentrada de Combate a Cárie Dentária.

PRODUÇÃO GLOBAL DE ASSISTÊNCIA ODONTO-SANITÁRIA

1975 - 1976

E S P E C I F I C A Ç Ã O	UNIDADE SANITÁRIAS		US MÓVEL ONIBUS AMBULATÓRIO		OPERAÇÃO CONCEN.DE COMBATE À CÁRIE		TOTAL GERAL	
	1975	1976	1975	1976	1975	1976	1975	1976
<u>EXAMES DENTÁRIOS</u>	71.511	77.951	4.856	1.346	20.855	20.402	97.222	99.701
Total Atendimentos Subsequentes	99.411	99.803	135	76	10.595	6.618	110.141	106.497
Total de Atendimentos	170.922	177.756	4.991	1.422	31.450	27.020	207.363	206.198
Tratamentos Incompletos	14.939	46.869	-	-	4.212	11.433	19.151	58.302
Tratamentos Completados	12.134	16.227	-	-	13.123	12.808	25.257	29.035
Clientes não Atendidos	505	202	-	-	-	01	505	203
<u>ESTATÍSTICA</u>								
Serviços Executados	464.797	484.546	11.307	3.174	176.805	168.504	652.904	656.221
Consumo total de anestésicos	209.227	214.254	4.375	1.064	11.095	7.977	224.697	223.295
Horas Trabalhadas	91.729	93.056	830	366	39.825	32.784	132.384	126.206
Dias Trabalhados	17.050	15.841	395	61	515	2.963	17.690	18.865
<u>DENTISTERIA</u>								
Obturações à Porcelana	8.250	10.949	-	-	17.216	13.048	25.466	25.997
Obturações a Amalgama	13.745	17.222	-	-	70.256	69.483	84.001	86.705
Total de Obturações	21.995	28.171	-	-	87.472	84.531	109.467	112.702
Forramentos de Cavidades	17.571	21.832	-	-	55.535	54.027	73.106	75.858
Curativos	16.138	14.193	313	34	1.297	1.234	17.743	15.461
Profilaxia	9.856	8.965	213	94	686	652	10.755	9.711
Fluorterapia	174	48	-	-	34	-	208	48
<u>CIRURGIA</u>								
Extrações de Decíduos	366.700	40.401	2.112	599	6.553	4.628	45.365	45.628
Extrações de Permanentes	225.674	226.022	3.619	986	3.868	2.851	233.161	229.859
Total de Extrações	262.374	226.423	5.731	1.585	10.421	7.479	278.526	275.487
Pulpotomia	-	30	-	-	09	04	09	34
Outras Intervenções	61.679	64.119	194	119	501	175	62.674	64.409
Inspeção de Saúde	3.194	2.812	-	-	-	-	3.194	2.812

MEDICAMENTOS BÁSICOS

Depois da criação da Central de Medicamentos — CEME, e da celebração de convênio entre esta Secretaria de Estado da Saúde e aquela Instituição, o Laboratório Químico Farmacêutico desta Secretaria passou a produzir para atender às exigências deste convênio, nes-

te Estado (SESA, INPS e FUNRURAL), no Estado do Rio de Janeiro (Secretaria de Saúde) e de Minas Gerais (Secretaria de Saúde, INPS e FUNRURAL).

São oito produtos fabricados, sendo sete na forma de comprimidos e apenas um em líquido.

O quadro seguinte mostra o que foi o trabalho do Laboratório Químico Farmacêutico em 1976:

Nº de Ordem	Produtos	Apresentação	Quantidade	Preço Unitário Cr\$	Total
01	Aspiceme	Compr.	3.530.100	0,04.00	141.204,00
02	Dipirona	Compr.	558.900	0,08.00	44.712,00
03	Piperazina	Compr.	2.026.200	0,05.00	101.310,00
04	Sulfadiazina	Compr.	261.000	0,14.00	36.540,00
05	Sulfaguanidina	Compr.	132.000	0,07.00	9.240,00
06	Tetramizol	Compr.	280.200	0,25.00	70.050,00
07	Sulfalen	Compr.	381.000	0,17.00	64.770,00
08	Mercurio Cromo	FR. 500ml	57.840	3,80.00	219.792,00
09	Mercurio Cromo	FR. 60ml	15.060	0,95.00	14.307,00
TOTAL					701.925,00

Para a produção destes medicamentos, foram adquiridas e consumidas as seguintes matérias primas:

01 — Ácido Acetil Salicílico	1.650.000 gr
02 — Adipato de Piperazina	800.000 gr
03 — Dipirona	300.000 gr
04 — Sulfadiazina	135.000 gr
05 — Sulfaguanidina	30.000 gr
06 — Sulfametoxipiridazina	135.000 gr
07 — Cloridrato de Tetramizol	50.000 gr
08 — Amido de Milho	500.000 gr
09 — Sacarina	50.000 gr
10 — Gelatina em pó	15.000 gr
11 — Lactose	20.000 gr

Especificação	Números Absolutos	Números Relativos
---------------	-------------------	-------------------

b) Pesquisas de Protozoários:

Positivos	10.043	62,19%
Negativos	23.162	37,80%
TOTAL	83.205	99,99%

Positivos para E. coli	3.421	9,56%
Positivos para E. histolytica	11	0,03%
Positivos para Giardia lamblia	4.624	12,93%
Positivos para Endolimax nana	2.270	7,60%
Positivos para Iodamoeba butschlii	231	0,64%
Positivos para Balantidium coli	17	0,04%

SOROLOGIA PARA LUES — 1976

Reações Sorológicas	Números Absolutos	Números Relativos
---------------------	-------------------	-------------------

a) V.D.R.L.

Reações qualitativas	27.218	
Positivas	2.106	7,72%

Negativas	25.112	92,28%
Reações quantitativas	146	0,53%
INPS	4.755	17,28%

BACTERIOLOGIA — 1976

Pesquisas	Números Absolutos	Números Relativos
Mycobacterium tuberculosis	3.030	
Positivos	295	9,73%
Negativos	2.735	90,26%
INPS	535	17,65%
FUNRURAL	188	6,20%
Mycobacterium leprae	600	
Positivos	111	18,50%
Negativos	489	81,50%
Neisseria gonorrhoeae	718	
Positivos	109	15,18%
Negativos	609	84,81%
INPS	605	84,26%

O preço total desses produtos importou em Cr\$ 486.554,10 (quatrocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro cruzeiros e dez centavos).

Outros materiais destinados a embalagem (vidros e sacos plásticos) dos medicamentos totalizaram a importância de Cr\$ 116.400,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos cruzeiros).

ATIVIDADES DOS LABORATÓRIOS REGIONAIS:

Com a transferência de algumas atividades para os laboratórios das Unidades Sanitárias, a produção do Laboratório Regional de Vitória em conjunto com os Regionais de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, sofreu um decréscimo em relação às atividades de 1975 como podemos observar no quadro comparativo a seguir:

ANO	PRODUÇÃO	EXAMES
1974		119.563
1975		166.359
1976		147.950

PESQUISAS DE HELMINTOS E PROTOZOÁRIOS
INTESTINAIS — 1976

Especificação	Números Absolutos	Números Relativos
a) Pesquisa de Helmintos:		
Positivos	19.947	55,77 %
Negativos	15.914	44,22 %
TOTAL	35.761	99,99 %
Positivos para Ancilostomídeos	6.126	17,13 %
Positivos para A. lumbricoides	10.433	29,17 %
Positivos para T. trichiurus	7.920	22,14 %
Positivos para S. stercoralis	1.359	3,80 %
Positivos para Taenia sp	3.451	9,65 %
Positivos para H. nana	63	0,17 %
Positivos para S. mansoni	1.869	5,22 %
Positivos para E. vermicularis	264	0,73 %

CULTURAS — 1976

Material	Pesquisa Solicitada	Números Absolutos	Números Relativos
Escarro	Mycobacterium tuberculosis	144	
	Positivas	45	31,25 %
	Negativas	99	68,75 %
SECREÇÃO	Mycobacterium leprae	529	
NASAL	Positivas	100	0,18 %
	Negativas	429	9,82 %

DIAGNÓSTICO PRECOZE DA GRAVIDEZ — 1976

Teste Imunoquímico Para Gravidez	Números Absolutos	Números Relativos
Testes Realizados	2.398	99,99 %
Positivos	1.240	51,70 %
Negativos	1.158	48,29 %
INPS	1.186	49,45 %

CULTURAS — 1976

Especificação	Números Absolutos	Números Relativos
ESCARRO	144	
Positivos	45	31,25 %
Negativos	99	68,75 %
LIQUOR	149	
Positivos	30	20,13 %
Negativos	119	79,86 %

HEMATOLOGIA — 1976

Exames Hematológicos	Totais
1 -- Hemograma de Schilling	17.347
2 -- Hemossedimentação	768
3 -- Hematimetria	4.417
4 -- Eritrograma	3.756
5 -- Leucocitometria	5.149
6 -- Tempo de coagulação	1.760
7 -- Tempo de sangramento	1.760
8 -- Determinação do Fator RH	3.321
9 -- Classificação de Grupo Sanguíneo	2.049
10 -- Células falciformes	01
11 -- Plaquetas	05
12 -- Hemoglobina	01
13 -- Hematócrito	348
TOTAL	40.682

EXAMES QUÍMICOS PARCIAIS DE URINA — 1976

Exames Químicos Qualitativos	Totais
Pesquisa de Proteínas	25.597
Pesquisa de Glicose	18.540
Pesquisa de Acetona	17.928
Pesquisa de Sangue Oculto	17.928
Pesquisa de Sais Biliares	18.540
Determinação de pH	18.540
Pesquisa de Pigmentos Biliares	24.985
Sedimentoscopia	25.597
INPS	12.644
TOTAL	25.597

RIOQUÍMICA DO SANGUE — 1976

Exame Solicitado	Quantidade
Dosagem de glicose	6.519
INPS	5.723
Dosagem de uréia	3.036
INPS	2.790
TOTAL	9.555

BROMATOLOGIA — 1976

Exames	Total
Bacteriológicos	
Água — colimetria	630
Farinha láctea	21
Conservas em geral	18
Leite	03
Outros	09
Químicos	
Água	60
Leite	20
Outros	08
TOTAL	769

PLANO DE AÇÃO SETORIAL PARA O ANO DE 1977

Programa de Combate às Doenças Transmissíveis:

Vacinação:

a) Contra Difteria — Coqueluche — Tétano (DPT):

Serão vacinadas 65.000 pessoas no grupo etário de 0-6 anos.

b) Contra o Tétano:

Na profilaxia do tétano "neonatorum" e também na proteção de grupos expostos ao tétano, serão vacinadas 55.000 pessoas.

c) Contra Varíola:

Para manter a situação de erradicação da varíola no Brasil e, em particular no Espírito Santo, serão vacinadas 54.000 pessoas, incluindo primovacinações.

d) Contra a Poliomielite:

Serão vacinadas 45.000 pessoas do grupo etário de 0-5 anos.

e) Contra o Sarampo:

Serão vacinadas 66.000 pessoas do grupo etário de 0-15 anos.

f) Contra a Tuberculose:

Serão vacinadas 41.000 pessoas do grupo etário de 0-5 anos, com o BCG intradérmico

g) Outras Vacinações:

Serão feitas outras vacinações, como por exemplo, contra a meningite, na dependência da situação epidemiológica

Ações Diversificadas:

Programa de Controle da Tuberculose

Com base no diagnóstico através do exame de escarro, medida de baixo custo, e o tratamento feito em regime ambulatorial utilizando o agente local ou uma outra pessoa da comunidade, que garante a continuidade do tratamento, acrescido da vacinação com o BCG intradérmico está sendo executado, com a participação, em 1977, de todas as Unidades Sanitárias.

— Programa de Controle da Hanseníase:

Através do controle dos doentes hansenianos, com exame periódico dos contatos, procurar-se-á incrementar o número de diagnóstico de casos de hanseníase de forma clínica indeterminada, em cada área jurisdicional pela Unidade Sanitária, visando a interrupção da cadeia epidemiológica dessa endemia. Esta atividade, aliada ao tratamento, sobretudo dos bacilíferos, bem como das medidas educativas que tenham por fim a mudança do comportamento da população, será a ênfase dada a este setor durante o corrente ano.

— Programa de Controle das Doenças Venéreas:

Apurar-se-á, no programa de controle das doenças venéreas, especificamente o sistema de notificação e buscar-se-á a melhoria do setor ambulatorial das Un

dades Sanitárias encarregadas da profilaxia e do tratamento dessa enfermidade.

— Programa de Controle da Raiva:

Além da manutenção na Unidade de Profilaxia de Raiva, da vacinação humana contra esta doença, será feita durante o ano de 1977, a vacinação canina, na área da Grande Vitória, com a efetiva participação das respectivas Prefeituras, de aproximadamente 35.000 animais.

— Controle de Vermínoses:

Realizada através de atividade médico-sanitária e de educação para a saúde, desenvolvidas por todas as Unidades Sanitárias.

— Programa de Assistência Materno-Infantil

Engloba o programa materno-infantil as atividades desenvolvidas de proteção da família e em especial da mãe e o filho; orientação para a vida familiar, em particular na adolescência; atenção para as enfermidades ginecológicas, incluindo as venéreas; atenção médica integral durante a gestação, tanto da mãe quanto do feto; controle do recém nascido e da criança, com ênfase especial no primeiro ano de vida; informações com relação a fertilidade e esterilidade conjugal, paternidade consciente; atenção no parto e no puerpério.

— Programa de Saneamento Ambiental:

Para a consecução do programa a Secretaria de Estado da Saúde, está aparelhando o Laboratório Central de Saúde Pública, do qual parte será destinada para a elaboração de exames de água, do solo e das partículas coluídas na atmosfera, nas áreas mais expostas.

Por outro lado, o órgão de fiscalização das condições de saneamento ambiental, apoiará as Unidades Sanitárias na execução das medidas de saneamento elementar das populações do interior, na área rural, na construção de fossas e poços, como solução individual do problema.

— Programa de Educação para a Saúde:

Através da dinamização da Comissão Estadual de Saúde da Comunidade, será levado a efeito o Programa de Educação para a Saúde, que objetiva obter a participação da população em geral e de seus líderes em especial na solução dos problemas e na execução das atividades de promoção da saúde.

— Programa de Assistência Médica em Geral:

Durante o ano de 1977, será implementada a descentralização das atividades de assistência médica, com a criação de unidades auxiliares de saúde nos principais aglomerados urbanos, especificamente na área da Grande Vitória, e de unidades rurais de saúde em distritos ainda sem assistência médica, com o fim de executar as tarefas elementares de saúde pública.

— Unidades a serem Inauguradas:

Durante o ano de 1977, serão inauguradas as seguintes obras:

- | | |
|-----------------------|-----------|
| — US IRUPI | — IUNA |
| — CS SANTO ANTONIO | — VITÓRIA |
| — CS CARAPINA | — SERRA |
| — LABORATÓRIO CENTRAL | — VITÓRIA |

— Ampliação do Almoxarifado de Medicamentos Básicos:

A Central de Medicamentos — CEME, em convênio com o Governo do Estado, ampliará o seu setor de almoxarifado, com a ampliação do mesmo em terrenos do Hospital Adauto Botelho, da Fundação Hospitalar do Espírito Santo, objetivando ampliar a assistência farmacêutica para melhores benefícios prestar à comunidade capixata.

— Programa de Controle de Câncer Genital:

Será iniciada nas Unidades Sanitárias a colheita de material para diagnóstico precoce de câncer genital.

O referido material será remetido para o Setor de Citologia do Laboratório Central que será capacitado para a execução da técnica de Papanicolaou, específica para esta atividade.

— Programa de Assistência Odontológica:

Serão incrementadas durante o corrente ano as atividades de assistência odontológica executadas nas Unidades Sanitárias, como também na operação concentrada de combate à cárie. Será também dada ênfase ao Grupo materno-infantil.

IMPLANTACAO DO SISTEMA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E DE LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA

Sistema de Vigilância Epidemiológica

O Sistema de vigilância epidemiológica da cólera, varíola, raiva, meningite e poliomielite implantado na área da Grande Vitória, por força de Convênio firmado com o Ministério da Saúde, deverá ainda este ano, estender-se a outros municípios do Estado.

— Sistema de Laboratórios de Saúde Pública:

Com a inauguração em 1977, do Laboratório Central, um verdadeiro sistema de Laboratórios de Saúde Pública em todo o Estado do Espírito Santo, estará organizado de acordo com o convênio firmado com o Ministério da Saúde.

Com base no Laboratório Central, que fará a supervisão geral, funcionarão os laboratórios regionais e os laboratórios das unidades sanitárias que se estendem até os postos de tomada de amostra, localizados nas unidades sanitárias rurais.

O Sistema de Laboratórios de Saúde Pública tem exclusivamente por objetivo o controle e a erradicação das doenças mais prevalentes no Estado e impedir a propagação e a propagação de doenças que têm caráter epidêmico.

— PLANO DE OBRAS:

O Plano de Obras, para o exercício de 1977, é o seguinte:

Tipos de Unidade	Quantidade	Custo Estimado		(Em Cr\$ 1.000)
		Valor Unitário	Valor Total	
Centro de Saúde	1	2.000.000	2.000.000	
Unidade Sanitária 3ª classe	4	886.150	886.150	
Laboratório Regional	1	800.000	800.000	
TOTAL	6		3.686.150	

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

— 1976 —

I — INTRODUÇÃO:

As organizações são unidades sociais, orientadas, predominantemente, para a consecução de metas específicas, segundo conceito de Parson. Entretanto, para que tais metas possam ser atingidas, é mister a mobilização de habilidades técnicas e administrativas, devidamente coordenadas num todo interdependente, no qual o funcionamento de cada parte depende do comportamento das demais que integram o sistema. Dentro desse enfoque, o Hospital, como organização social e conceituado como "a instituição devidamente aparelhada de material e pessoal em condições de receber para diagnóstico e tratamento, aquelas que necessitam de assistência médica diária e cuidados permanentes de enfermagem em regime de internação", executa atividades próprias, porém moldadas pelo contexto cultural a que pertence, com seus valores e crenças que interferem no desempenho de suas funções, res, como também, das pessoas que são beneficiadas, reflete o padrão comum de conduta, sem contudo fugir a certas condições inerentes a qualquer tipo de empresa dos mais variados ramos de atuação.

Em muitos aspectos, o hospital apresenta-se para o leigo com uma imagem de instituição complexa, senão, às vezes, confusa. Entretanto, numa sociedade democrática, a população deve estar conscientizada a respeito dos verdadeiros objetivos do hospital. Uma das melhores maneiras de fazê-lo é conhecer a dimensão da relação entre tais objetivos e a importância social que ele representa para a comunidade.

Assim é que a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO, agrupando (13) Unidades Hospitalares, vem gradativamente adotando sistemas e processos empresariais, nos seus mais variados setores de atividades, para alcançar as suas finalidades, previstas na Lei Básica que a instituiu e que determina:

- Proporcionar assistência médico-hospitalar dentro de modernos padrões técnico-científicos;
- Administrar e aprimorar, tecnicamente, as Unidades Hospitalares incorporadas ao patrimônio ou administradas mediante convênios;
- Desenvolver e ampliar os seus serviços, em consonância com o plano geral de saúde pública da Secretaria de Estado da Saúde;
- Difundir os princípios da técnica de administração e organização hospitalar e concorrer para a formação de pessoal especializado;
- Estimular a iniciativa privada no da rede hospitalar particular;
- Realizar e proporcionar meios para o desenvolvimento da pesquisa e estudo no campo da Medicina;
- Promover e incentivar as ações que visem à reabilitação funcional de incapacitados;
- Colaborar com a Secretaria de Estado da Saúde na fiscalização e na adoção de normas técnicas para edificações e instalações hospitalares de caráter particular;
- Cooperar na execução dos programas elaborados pela Secretaria de Estado da Saúde nos diversos setores de saúde pública.

Fica assim definido que a Fundação Hospitalar do Espírito Santo constitui-se num órgão de saúde, que deve funcionar de modo integrado com os demais órgãos de saúde da rede estadual, para uma ação não apenas de caráter curativo, mas também preventivo. A consecução destas metas, traduzidas em termos operacionais não é, todavia, tão simples; entretanto, vem sendo perseguida infatigavelmente dentro das atuais possibilidades.

II — ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO ESTADO

A assistência médico-hospitalar no Estado do Espírito Santo é realizada através de noventa e dois (92) estabelecimentos dos quais treze (13) pertencem à Fundação Hospitalar do Espírito Santo, disseminados no Estado, embora a distribuição seja irregular. Na chamada área da Grande Vitória, nota-se uma elevada concentração de hospitais; na região sul existe uma razoável distribuição e nas regiões norte e sudeste, altamente diluída.

Sob o aspecto de leitos disponíveis, o Estado possui atualmente seis mil, duzentos e trinta e nove (6.239) leitos, dos quais pertencem à Fundação dois mil e treze (2.013), concorrendo com 32,26%. Ressalva-se, entretanto, que esses leitos estão na maioria localizados em hospitais da Grande Vitória e que os mesmos, no percentual de 36,1% são destinados a pacientes portadores de doenças mentais e hanseníase, fato este que determina seja apenas aparente a elevada concentração de leitos da área em questão. Levando em consideração que as referidas enfermidades exigem longo período de internação, provocando, conseqüentemente, um baixo rendimento, e que os mesmos são destinados ao atendimento da população estadual e das áreas limítrofes dos estados vizinhos.

Outro fator preponderante, a ser analisado quando se estuda a problemática da assistência hospitalar do Estado, é que 83% dos estabelecimentos pertencem a entidades particulares e, na sua quase totalidade, destinadas a fins lucrativos. Isto representa atualmente um agravamento do problema assistencial, visto que tais entidades, devido ao fato de possuírem como maior e quase exclusivo cliente a Previdência Social, e por não estarem integradas ao Sistema, vem apresentando sucessivos problemas financeiros. Na Grande Vitória, constata-se, no decorrer do último quinquênio, vem ocorrendo uma progressiva diminuição da oferta de 6,7 para 3,8 por mil habitantes. Uma sem dúvida grave situação, com apenas 56% da capacidade da oferta de cinco (5) anos, passados.

III — REALIZAÇÕES

1. OBRAS REALIZADAS

1.1 — No corrente exercício e para atender as exigências do Convênio mantido entre o Governo do Estado e o Instituto Nacional de Previdência Social, foram criados e equipados os Ambulatórios seguintes:

a) No Bairro de Santo Antônio, nesta Capital, junto às Obras Pavonianas, em instalações específicas cedidas pela direção daquela instituição religiosa;

b) Em Campo Grande, Município de Cariacica, em imóvel alugado;

c) No Bairro de Lourdes, também nesta Capital, em convênio com a União dos Professores do Espírito Santo, em instalação cedida pela referida organização de classe;

d) No Bairro de São Silvano, Município de Colatina.

1.2 — Criação de Postos de Urgência:

a) Instalação do Pronto Socorro Infantil integrado ao Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória;

b) Transformação do primeiro pavimento do Hospital Maternidade de Itacibá, Município de Cariacica, em Pronto Socorro, mediante Convênio desta Fundação com a Prefeitura Municipal.

1.3 — Outros:

— Ocupando uma área de 120m², no valor global de Cr\$ 124.445,00, foi construído um galpão destinado à terapia ocupacional no Hospital Colônia Adauto Botelho;

— Reforma do pavimento térreo do Pavilhão para Tuberculosos Carlos Lindenberg, no valor de Cr\$ 348.000,00, para funcionamento de Ambulatórios e Pronto Socorro (em condições de ser inaugurado);

— Término da pavimentação do acesso ao Hospital Colônia Adauto Botelho, feita em bloques, com drenagem, numa faixa de 8m de largura e 550m de comprimento;

— Reforma do Almoxarifado Central da Fundação, localizado em Cariacica.

2. OBRAS EM ANDAMENTO

2.1 — Construção do Pavilhão destinado ao Centro Cirúrgico do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, obra orçada inicialmente em Cr\$ 1.170.239,91, sofrendo um reajuste de Cr\$ 74.846,27, perfazendo um total de Cr\$ 1.245.085,98, em execução através do Departamento de Edificações e Obras,

2.2 — Reforma do primeiro pavimento do Pavilhão para Tuberculosos Carlos Lindenberg, objetivando a instalação de uma maternidade orçada em Cr\$ 348.000,00;

2.3 — Construção do Centro Obstétrico, da Unidade de Internação e da Unidade de Emergência, do Hospital São Camilo, em Aracruz, orçados em Cr\$ 1.300.000,00;

2.4 — Transformação de dependências do Hospital São José do Calçado, em um Núcleo Pediátrico.

3. OBRAS PROJETADAS

3.1 — Projeto de Construção de Apartamentos e Passarelas de Ligação do Corpo do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, ao Bloco destinado ao Centro Cirúrgico daquele Nosocômio, orçado em Cr\$ 224.814,50;

3.2 — Projeto de Construção de um Segundo Bloco de Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, destinado a Isolamento;

3.3 — Com orçamento inicial de Cr\$ 291.960,00, reforma e ampliação do Centro Cirúrgico do Hospital e Maternidade Sílvia Avidos, em Colatina;

3.4 — Reformulação do Projeto de Ampliação de Enfermaria do Hospital Maternidade de Vila Velha, orçado em Cr\$ 369.380,00, em fase de licitação;

3.5 — Reformulação do Projeto de Construção do Pronto Socorro e Ambulatório do Hospital Maternidade de Vila Velha, obras orçadas em Cr\$ 547.400,00, em fase de licitação;

3.6 — Elaboração do Ante-Projeto de Construção de um Hospital Neuro-Psiquiátrico, incluindo planta baixa e orçamento de construção civil, relação de material e equipamento. A sua efetivação está na dependência de empréstimos solicitados ao FAS;

3.7 — Plano de Transformação do Sanatório Oswaldo Monteiro, em Hospital Geral, objetivando dar melhor destinação ao referido Nosocômio.

4. ATIVIDADES TÉCNICAS

4.1 — Sistema de Residência Médica:

— De conformidade com as finalidades da Fundação Hospitalar do Espírito Santo, foi criado e implantado o Sistema de Residência Médica, no Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, após aprovação do respectivo regimento pelo Conselho Deliberativo desta Fundação, sendo fixados inicialmente 14 vagas para residentes.

4.2 — Estágio de Acadêmicos:

— Ainda de acordo com as finalidades estatutárias, mediante a reformulação do regime de seleção, e admissão, o Programa de Estágio de Acadêmicos, para as diversas Unidades Hospitalares da rede da Fundação Hospitalar do Espírito Santo.

4.3 — Curso Intensivo de Auxiliar de Enfermagem.

— Após entendimento prévio mantido com a Secretaria de Estado da Educação, bem como mediante autorização do Conselho Estadual de Educação, teve início o Curso Intensivo de Auxiliar de Enfermagem — 1ª turma, mantido por esta Fundação. O referido curso, de acordo com a autorização mencionada, poderá funcionar durante um período máximo de cinco anos. Assim, no corrente exercício, foram realizados os seguintes:

a) Atendimentos de Enfermagem	01
b) Atualização de Enfermagem	12
c) Serventes Hospitalares	13
d) Treinamento de Enfermagem Básica	03
e) Auxiliares de Serviços Hospitalares	02
f) Treinamento em Assistência Materno Infantil	02
g) Sanificação Hospitalar	01

— Os cursos mencionados obtiveram 599 participantes, com um total de carga horária de 2.390 horas.

— Os recursos para o funcionamento dos cursos em questão resultaram do Convênio mantido entre a Fundação Hospitalar do Espírito Santo e o PIPMO, no valor de Cr\$ 96.790,00, segundo que o Curso de Sanificação Hospitalar teve também a participação da Divisão de Curso e Treinamento da Darrow Laboratórios S.A.

4.4 — Outras Atividades Técnicas:

- Participação na Elaboração do Plano Integrado de Saúde do Estado;
- Participação nas atividades desenvolvidas objetivando a Prevenção da Cólera, conforme recomendação do Ministério da Saúde;
- Estabelecimento de nova sistemática para a obtenção de Dados Estatísticos, visando a melhoria de Sistemas de Informações de Assistência Médica;
- Retorno do Hospital de Barra de São Francisco a esta Fundação, o qual estava até o corrente exercício, administrado por uma sociedade local, mediante Convênio. Tal fato possibilitou a instalação e o funcionamento do Aparelho de Raios X, nele existente, o aumento de capacidade de leitos e o atendimento de Beneficiários do Instituto Nacional de Previdência Social.

5. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Foram incorporados à rede hospitalar da Fundação Hospitalar do Espírito Santo, durante o corrente exercício, mais de 3 (três) unidades; o Centro de Atendimento Pediátrico de Linhares, o Hospital São José do Calçado e o Hospital de Barra de São Francisco. O primeiro era anteriormente, administrado pela Secretaria de Estado da Saúde, diretamente; o segundo, embora pertencendo ao patrimônio da Fundação, vinha, de longa data, sendo gerido por uma sociedade local naquele Município, e finalmente, o terceiro, o Hospital de Barra de São Francisco, que foi retomado por esta Entidade.

No exercício de 1976, foram procedidas 482 admissões, 255 rescisões contratuais e 68 reenquadramentos, conforme discriminação no quadro abaixo:

Unidades	Admissão	Dispensa	Reenquadramento
Central Administrativa	36	28	07
Hospital Dr. João S. Neves	08	03	08
Hospital Infantil N.S. Glória	89	57	01
Sanatório Dr. Pedro Fontes	03	01	10
Sanatório Oswaldo Monteiro	14	18	08
Maternidade de Vila Velha	43	34	16
Hospital Colônia A. Botelho	112	57	—
Pavilhão p/T. C. Lindenberg	—	02	—
Unidade Integrada J. Monteiro	06	—	—
Hospital Mater. S. Avidos	02	16	—
Centro A.P. de Linhares	41	02	11
Hospital S.J. do Calçado	43	23	03
Hospital B. São Francisco	61	05	—
TOTAL GERAL	482	255	68

No final do exercício contava esta Entidade com 1.416 Servidores assalariados e 27 eventuais, o que representa uma despesa da ordem de Cr\$ 21.741.329,82, referente a salários, 13º salário, rescisões contratuais e aposentadorias, aos quais devem ser acrescidos a importância de Cr\$ 6.347.401,73, referentes à Obrigações Sociais e Cr\$ 654.167,70, pagos ao pessoal eventual.

Assim, fazendo um balanço geral durante o ano de 1976, a Fundação Hospitalar do Espírito Santo gastou com o pessoal que emprega suas atividades, direta ou indiretamente, o total de Cr\$ 29.074.856,63.

6. MOVIMENTAÇÃO DOS CONVÊNIOS

A Fundação Hospitalar do Espírito Santo, como Entidade Executora dos Convênios firmados entre o Ministério do Trabalho de Previdência Social e o Governo do Estado do Espírito Santo, objetivando a assistência integral e atendimento aos portadores de Tuberculose, celerados respectivamente em 11-05-72 e 13-03-73, e ainda em decorrência do Convênio assinado em 10-06-75, apresentou no corrente exercício uma movimentação altamente favorável conforme comprova-se pelos dados abaixo enumerados:

6.1 — Com base na Cláusula VI, do Convênio assinado em 11-05-73, foram apresentados aos órgãos os faturamentos, incluindo 70% sobre os totais das folhas de pagamento mensais do presente exercício, assim discriminados:

	Cr\$
a) Pessoal lotado no INPS-Vitória	7.296.165,43
b) Pessoal lotado no INPS-Farmácia	135.588,36
c) Posto de Emergência de C. Itapemirim	303.787,29
d) Posto de Emergência de Colatina	359.633,44
TOTAL FATURADO	8.059.194,52

No que se refere a exames laboratoriais, realizados através do Laboratório Regional de Cachoeiro de Itapemirim, órgão pertencente à Secretaria de Estado da Saúde, em consequência do Convênio anteriormente citado, foi transferida do INPS, até o mês de Outubro do corrente exercício, a quantia de Cr\$ 583.964,10, a qual foi destinada a pagamento de produtividade de técnicos e a reposição de material necessário ao funcionamento do referido Laboratório.

6.2 — Em decorrência do Convênio celebrado em 10-06-75, o qual estabelece o atendimento Ambulatorial através das Unidades Sanitárias da Secretaria de Estado da Saúde, Ambulatórios e Hospitais desta Fundação, foram feitas, no corrente exercício, 77.992 consultas médicas a Segurados e 239.254 aos seus Beneficiários, além de outros atendimentos feitos conforme observa-se pelo anexo I.

— Na manutenção do Convênio, os anexos II e III demonstram as Receitas e Despesas ocorridas durante o ano.

6.3 — Quanto ao Convênio celebrado em 13-03-72, basicamente destinado a proporcionar atendimento aos Beneficiários do INPS, portadores de Tuberculose, dentro de nova conceitualização ditada pelos órgãos sanitários federais, no corrente exercício foram realizados 12.402 exames abreviados, 6.920 exames de escarro e aplicadas 8.829 doses de B.C.G. intradérmico. Iniciaram tratamento 7.932 pacientes e 808 consultas foram realizadas em comunicantes, sendo consumidos 40.608 comprimidos de P.A.S., 156.841 de hidralone e 18.209 gramas de estreptomicina, além de outros tuberculostáticos. Contrastando com o elevado número de doentes ambulatoriais, foram apenas internados no Sanatório Oswaldo Monteiro 308 pacientes, que correspondem a 15.233 diárias, demonstrando o acerto da nova política na profilaxia da Tuberculose que preconiza a redução ou praticamente a eliminação de internações, permitindo, entre outras vantagens, a permanência do doente em seu meio familiar na Comunidade e no seu trabalho cotidiano.

Maiores especificações, contam no anexo IV.

— No desenvolvimento do citado Convênio, compete ao Instituto Nacional de Previdência Social, concorrer, até o mês de Novembro, com a importância de Cr\$ 3.161.292,96, o que proporcionou à Secretaria de Estado de Saúde ceder todo o pessoal, material e medicamentos e à repartição local da D.N.T. dar o seu apoio técnico e, finalmente, a esta Fundação efetuar todas as despesas de manutenção do Sanatório Oswaldo Monteiro.

7. DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO

Para fazer frente aos diversos encargos na manutenção de uma rede hospitalar e ambulatorial, a Fundação Hospitalar do Espírito Santo, além de recursos oriundos do Governo do Estado, transferidos através da Secretaria de Estado da Saúde, obteve outros das fontes abaixo:

	Cr\$
a) INPS	50.254.434,00
b) FUNRURAL	3.255.000,00
c) Particulares	489.520,00
d) IPASE	255.273,00
e) EAMES	14.364,00
f) Outros Convênios	16.244,00
TOTAL	75.154.606,00

Os recursos obtidos, foram aplicados nas diversas Unidades Hospitalares, por elementos, na seguinte forma:

	Cr\$
a) Pessoal	29.782.025,00
b) Equipamentos e Instalações	799.451,00
c) Material Permanente	607.394,00
d) Material de Consumo	19.503.431,00
e) Serviços de Terceiros	14.824.901,00
f) Encargos Diversos	868.286,00
g) Previdência Social	8.225.976,00
h) Outros	543.142,00

A discriminação dos dados acima especificados, referente à despesa e receita, nas diversas Unidades Hospitalares, consta no anexo V.

8. AVALIAÇÃO

Através de suas 13 Unidades Hospitalares, com o apoio financeiro dado pelos Convênios existentes com os órgãos previdenciários e, sobretudo, com a prioridade do Governo Estadual dado ao setor médico-hospitalar, pode a Fundação Hospitalar desenvolver em toda a plenitude as atividades específicas para atingir os seus objetivos, dentro das limitações impostas pela deficiência e arcaica rede hospitalar atual, bem como da elevada demanda, em razão de fatores diversos, entre os quais vale destacar os dependentes das condições sócio-econômicas da nossa população.

Com as ressalvas citadas, pode-se afirmar que as Unidades Hospitalares vêm gradativamente prestando um maior e melhor, atendimento a pacientes, como se pode observar no Quadro que segue, referente ao período 1973/76:

ATENDIMENTOS	ANOS			
	1973	1974	1975	1976
Internação	15.573	19.624	26.102	32.337
Ambulatório	28.270	39.071	63.810	74.936
Pronto Socorro	13.528	56.737	45.156	235.309
TOTAL	57.371	115.432	135.068	342.582

Assim, no corrente exercício, através das várias Unidades, foram internados 32.337 pacientes, obtiveram alta 31.020, sendo observados apenas 1.010 óbitos. Nos hospitais gerais foram realizados, entre grandes, médias e pequenas, 11.837 intervenções cirúrgicas. Os diversos Ambulatórios atenderam a um total de 74.936 pacientes e os serviços de Pronto Socorro atenderam a 235.309 doentes, além de diversos outros tipos de atendimento, conforme atesta o anexo VI.

A Lei n.º 2.296 de 17.07.1976 que desencadeou a reforma administrativa no Estado do Espírito Santo, criou a Secretaria de Serviços Sociais, cuja estrutura básica foi reformulada e complementada pelo Decreto 099-N de 30.12.1970, passando a denominar-se Secretaria de Trabalho e Promoção Social — SETRAPS. Com o advento da modernização administrativa, consubstanciada em sua primeira etapa pela Lei 3.043 de 31.12.1975 a SETRAPS é reestruturada e acrescida em suas atribuições, passando a chamar-se Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social — SEBS. O artigo 29 da referida lei delimita suas principais funções.

Com âmbito de ação em todo o Estado, a SEBS tem como meta prioritária, o atendimento aos segmentos populacionais marginalizados e/ou em vias de marginalização, visando sua integração à vida Comunitária, através da criação de oportunidades para satisfação de suas necessidades econômicas, sociais, culturais e de participação consciente e organizada. Este atendimento é proporcionado pelos programas de ação da SEBS executados diretamente pelos diversos órgãos que compõem sua estrutura administrativa e indiretamente, pela rede de entidades sociais do Estado, registradas e orientadas técnica e financeiramente pela Secretaria, que são em n.º de 136, sendo que 75 localizam-se na Grande Vitória e as demais no interior do Estado.

A estrutura orgânica prevista pela modernização administrativa não foi ainda implantada, de modo que prevalece a estrutura anterior definida pelo Decreto 099-N. Desta forma, a SEBS continua a desenvolver suas atividades através de:

— órgãos centralizados (Divisões Técnicas e Centrais Regionais e Municipais de Serviços), em regime especial de administração (Centro de Promoção de Recursos Humanos e Centro de Ajustamento Social) e descentralizados (FESBEM, COHAB, Fundação Cultural e IBES) que desenvolvem, em caráter integrado, programações inerentes à função desempenhada até a sua regulamentação e implantação dos novos órgãos que comporão a efetiva estrutura da SEBS.

2 — APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS, POR PROGRAMA

Este item trata da descrição dos projetos e atividades desenvolvidas pela SEBS, no decorrer de 1976, através dos diversos Programas Gerenciados pelos órgãos centralizados e em regime especial de administração, representados respectivamente pelas Divisões Técnicas (Divisão de Orientação Social e Divisão de Desenvolvimento Comunitário) Centrais Regionais e Municipais de Serviços e pelo Centro de Ajustamento Social e Centro de Promoção de Recursos Humanos.

2.1 -- PROGRAMA AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

Em 1976, a SEBS ao fazer executar este programa, desenvolveu uma forma indireta de prestação de serviços assistenciais mediante a dinamização da rede de Entidades Sociais existentes no Estado para os quais, além de prestar orientação técnica, transferiu recursos financeiros desempenhando nesse sentido uma função de supervisão na perspectiva de garantir uma adequada aplicação dos recursos transferidos.

Partindo de um enfoque geral, este programa objetiva:

— Acionar os recursos institucionais existentes no Espírito Santo visando dinamizar a prestação de serviços sociais básicos a nível local a clientela beneficiada pelo SEBS;

— Educar a população para o estudo e busca de meios para solucionar e/ou prevenir os próprios problemas sociais;

— Proporcionar à população oportunidade de gerir o seu próprio processo de mudança social, desencadeando-o quando inexistente e/ou acelerando-o quando se processar lentamente.

A operacionalização desses objetivos foi levada a efeito mediante a dinamização das atividades:

— Assessoramento e Orientação Técnica a Entidades Sociais;

— Desenvolvimento da Educação do Pré-Escolar;

— Atendimento ao Idoso.

1 — ASSESSORAMENTO E ORIENTAÇÃO TÉCNICA A ENTIDADES SOCIAIS REGISTRADAS NA SEBS

As entidades sociais que se constituem no objeto da intervenção a que dá ênfase esta atividade, são criadas, em sua maioria, a partir da iniciativa de grupos de indivíduos que têm, dentre outras, as aspirações de ajudar o determinadas faixas da população ou de provocar a introdução de melhorias em suas comunidades.

A ação da SEBS frente a essas entidades está voltada para a orientação técnica e ajuda financeira de forma a contribuir para que seja acelerado o processo de integração social das populações dependentes ou de marginalidade relativa visando sua participação no processo de desenvolvimento.

A identificação e capacitação de lideranças para o planejamento e administração de atividades a nível comunitário, caracteriza-se também como foco ao qual se dirige a ação da SEBS, através dessa atividade programada.

Em 1976, o total de entidades atingidas mediante as ações específicas dessa atividade está demonstrado na tabela 1, observando-se os 23 municípios nos quais se localizam.

TABELA 1
NÚMERO DE ENTIDADES SOCIAIS ATINGIDAS
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO POR MUNICÍPIO

Município	N.º de Movimentos Comunitários	N.º de Obras Sociais	Total de Entidades
Afonso Cláudio	02	—	02
Alegre	—	02	02
Aracruz	02	—	02
Atílio Vivacqua	—	01	01
Baixo Guandu	—	01	01
Cachoeiro de Itapemirim ..	01	09	10
Caraciça	05	02	07
Castelo	—	02	02
Colatina	02	04	06
Conceição da Barra	01	02	03
Ecoporanga	01	—	01
Guarapari	01	—	01
Ibiraçu	—	01	01
Itarana	01	—	01
Linhares	—	01	01
Mimoso do Sul	—	01	01
Muqui	—	03	03
Pancas	01	01	02
Pinheiros	—	01	01
São Gabriel da Palha	—	01	01
São Mateus	—	03	03
Serra	04	—	04
Viana	01	—	01
Vila Velha	22	06	28
Vitória	08	06	14
TOTAL	52	47	99

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO
BEM-ESTAR SOCIAL

As entidades sociais localizadas na Grande Vitória e nos municípios onde estão instaladas as Centrais Regionais e Municipais de Serviços foram orientadas diretamente pelas equipes das áreas específicas. Nessa modalidade de prestação de serviços os técnicos da SEBS mantiveram entrosamentos semanais, in loco, com os dirigentes das entidades e suas clientela, através de visitas, reuniões, assembléias, entrevistas, encontros e outros instrumentos adequados às situações evidenciadas.

A prestação de serviços às demais entidades sociais verificou-se sob a forma de assessoria técnica, compreendendo o acompanhamento da atuação das diretorias, no que se reporta à aplicação dos recursos financeiros transferidos pela SEBS, tanto através de programação própria, como através de convênios mantidos com outras instituições.

A tabela 2, apresenta uma síntese quantitativa das ações empreendidas com a implementação desta atividade.

TABELA 2

**AÇÕES EMPREENDIDAS ATRAVÉS DA ATIVIDADE
ASSESSORAMENTO E ORIENTAÇÃO TÉCNICA A
ENTIDADES SOCIAIS**

Ações	Quantidade
Reunião: ,	
— Diretoria	285
— Moradores	284
— Instituições	25
Encontro de Líderes	43
Assembléia Geral	62
Contatos com Instituições	714
Visitas às áreas	1 334

Partindo dos objetivos estabelecidos para esta atividade, foram dinamizadas as sub-atividades:

- Ajuda financeira a Entidades Sociais
- Educação Social

1.1. Ajuda Financeira às Entidades Sociais

A partir de experiências acumuladas, a SEBS, constatou a necessidade de reformular a sistemática adotada na concessão de ajuda financeira às entidades sociais, que passou a se constituir em medida prioritária a ser adotada em 1976.

O pagamento das verbas que era efetuado de forma isolada, pela Contadaria Setorial, passou a ser feito através de reuniões entre os dirigentes das entidades e equipes responsáveis pelos setores financeiros e técnico. Durante essas reuniões os assuntos focalizados versavam fundamentalmente sobre:

- Responsabilidade dos dirigentes na aplicação correta da ajuda financeira concedida à entidade
- Compatibilização entre as programações da entidade e a Política Social do Governo.

Para a concessão da ajuda financeira foram elaborados alguns critérios básicos a serem observados, como sejam:

1. Objetivos da Entidade:

— Entidades de Assistência à Idoso — Asilos aquelas que desenvolvem atividades específicas com o idoso

— Entidades que prestam ajuda supletiva — Vicentinos, Damas de Caridade

— Entidades que desenvolvem programas de Ação Social e Comunitária — Associações ou Movimentos Comunitários e Obras Sociais de caráter promocional.

2. Programação desenvolvida

3. Atuação da diretoria

4. Participação da comunidade nos programas da Entidade

5. Aceitação da Assessoria da SEBS

6. Verbas recebidas de outras fontes

7. Prestação de contas das verbas recebidas

Quanto à programação a ser desenvolvida pelas entidades mediante a utilização da verba estadual, a SEBS estabeleceu programas prioritários cuja intensificação de um ou de outro programa dependeu do objetivo a que a entidade se propôs a atingir relacionando-se a:

- Incentivo à prática do lazer comunitário;
- Organização e Manutenção de grupos — crianças — jovens — adultos idosos;

- Treinamento do pessoal das Entidades;
- Manutenção das atividades administrativas das Entidades.

Partindo da observação dos critérios comentados acima, foram beneficiadas com ajuda financeira 57 entidades na Grande Vitória e 40 no interior do Estado, tendo sido pago a essas 97 entidades o montante global de Cr\$ 1.217.015,00.

2. Educação Social

Caracterizando-se como uma sub-atividade eminentemente promocional, a Educação Social foi levada a efeito junto à clientela específica de cada entidade social atingida pela Ação Social e Comunitária.

Basicamente as ações empreendidas estiveram relacionadas à formação e dinamização de grupos de crianças, jovens, gestantes e nutrízes e ao implemento de programações educativas capazes de permitirem a introdução de estímulos para a efetivação de mudanças que venham a contribuir para a elevação dos níveis de bem estar das pessoas envolvidas. Dentre essas programações podem ser destacadas as campanhas educativas e os cursos de educação doméstica e familiar, com atividades manuais e recreativas, complementada com palestras educativas abordando temas tais como: Relações Humanas, Higiene e Saúde, Higiene Pré-Natal, Valor dos Alimentos e outros.

A Secretaria de Estado da Saúde programou e executou uma campanha de vacinação no Município de Vila Velha da qual participou a SEBS atuando como agente de mobilização da comunidade buscando a sua participação como usuário dos serviços oferecidos pela SES.

A tabela 3, apresenta um resumo das ações levadas a efeito através desta sub-atividade registrando o número de participações de elementos da comunidade, no total realizado.

TABELA 3

AÇÕES IMPLEMENTADAS ATRAVÉS DA SUB-ATIVIDADE EDUCAÇÃO SOCIAL COM REGISTRO DO N.º DE PARTICIPAÇÕES

Ações	Quantitativo	Participações
Grupos formados	91	1.365
Reuniões de grupo	2.184	32.760
Palestras	275	6.875
Campanhas	70	2.810
Ações Diversas	22	220

Além dos recursos próprios das entidades e próprios da SEBS foram utilizados recursos provenientes do convênio firmado entre a Secretaria e a Fundação Leão Brasileira de Assistência com destinação específica para aquisição de material para manutenção de grupos sociais.

2 — DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR

Esta atividade é executada em integração com a Secretaria de Estado da Educação, tendo a SEBS as atribuições específicas de mobilização da comunidade e de atuação junto à família do pré-escolar.

Através da atuação dos técnicos da SEBS nos Movimentos Comunitários da Grande Vitória, observou-se o grande contingente populacional existente na faixa etária de 4 a 6 anos, pertencente a famílias de baixas condições sócio-econômicas e culturais e que em vista dessas carências, a criança encontra-se física, psicológica e emocionalmente despreparada, para enfrentar a fase escolar e, consequentemente, sem condições para atingir um desenvolvimento integral.

Com a atual política educacional desenvolvida pelo MEC, enfatizando programas voltados para a educação do pré-escolar, a SEBS se integrou com a SEDU para desenvolver programa de atendimento ao pré-escolar no Espírito Santo, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos do abandono em que se encontra a criança nessa faixa de idade.

Foram selecionadas inicialmente para frequentar as classes do pré-escolar, 356 crianças e simultaneamente igual número de família, que serão abrangidas através dos grupos de mães.

A triagem da clientela obedeceu a critérios previamente estabelecidos, destacando-se a situação sócio-econômica, configurando assim grupos portadores de carências múltiplas, sob o ponto de vista de educação, saúde, economia e habilitação.

Essas crianças frequentarão, a partir de março de 1977, as classes do pré-escolar, que serão instaladas em 9 Centros Comunitários, sendo 8 em Vila Velha e 1 em Cariacica.

Os Centros foram selecionados mediante estudo das condições da comunidade no que se refere a oferta da Educação Pré-Escolar, em função da demanda da população escolarizável e recursos físicos disponíveis.

Durante essa fase foram realizadas visitas aos Centros Comunitários e reuniões com as diretorias, sendo posteriormente formados 10 (dez) grupos de mães, as quais estão recebendo conhecimentos básicos em relação às suas responsabilidades na educação da criança, o que possibilitará melhor desempenho de suas funções no lar e junto ao programa.

A orientação as mães integra o projeto em sua duração total, embora a definição de objetivos dos grupos esteja condicionada à etapa em que se encontra, nível de interesse e necessidades dos participantes.

Uma das etapas consideradas prioritárias na orientação ao grupo de mães, é o treinamento que está sendo montado pela equipe responsável pelo programa, sob a coordenação de técnicos da CNAE.

Considerando que alguns Centros Comunitários não dispunham das instalações necessárias para implantação do programa, o MEC liberou parcela da verba destinada à ampliação da parte física dos Centros, estando os mesmos em fase de ampliação.

Está prevista a expansão do programa a partir de junho de 1977, que deverá abranger o interior do Estado, com prioridade nos municípios onde se instalarão os Centros Sociais Urbanos.

2.2 — PROGRAMA AJUSTAMENTO SOCIAL

Em 1976, o Programa Ajustamento Social foi gerenciado pelo Centro de Ajustamento Social (CAS), através das unidades constantes da sua estrutura administrativa e pelo Serviço de Orientação Familiar (Plantão) da Divisão de Orientação Social. Seu raio de ação incidiu, respectivamente, sobre a população caracterizada como mendiga e, portanto, portadora de uma problemática social mais complexa, e sobre a população portadora de carência sócio econômica em grau menos acentuado, requerendo por conseguinte, tratamento simples e de caráter imediato.

A despeito da insuficiência qualitativa verificada no quadro de pessoal, notadamente de nível técnico-cliente, e da carência de recursos técnicos, foram atendidas cerca de 5.039 pessoas, cuja distribuição por unidade técnica, encontra-se discriminada na tabela 4.

TABELA 4

CLIENTELA ATENDIDA PELO SISTEMA AJUSTAMENTO SOCIAL EM 1976, POR UNIDADE TÉCNICA

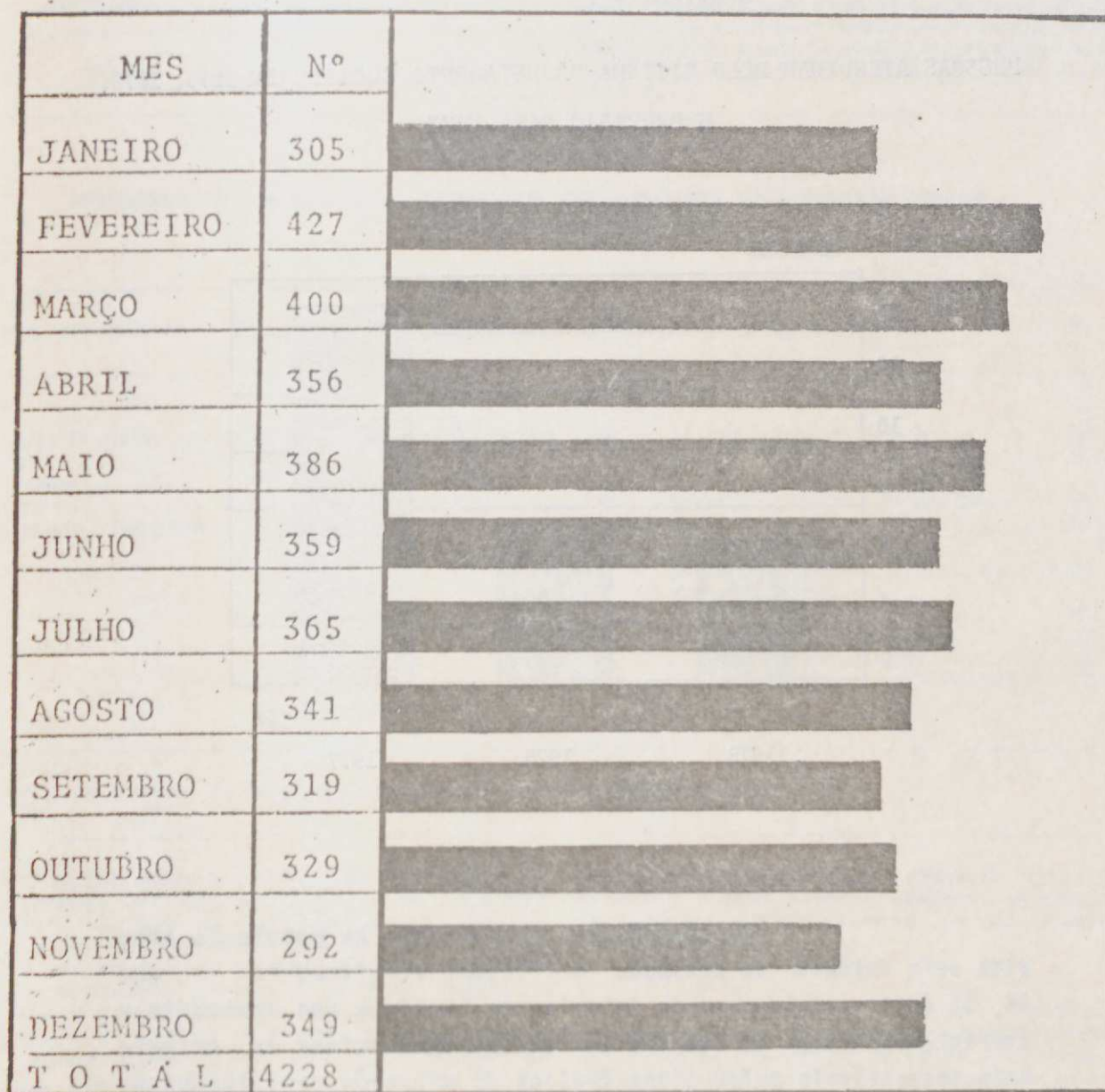
Cliente Atendida por Unidade	N.º
Unidade de Recepção e Triagem	70
— Casos Novos	40
— Casos Reincidentes	30
Unidade de Assistência a Adulto	1
— Casos Novos	1
— Casos Reincidentes	1
— Trazidos do ano anterior	1
Serviço de Orientação Familiar	4.238
— Casos Novos	3.125
— Casos Reincidentes	1.113
TOTAL	5.039

GRAFICO -

CLIENTELA ATENDIDA PELO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO

FAMILIAR (PLANTÃO)

POR MÊS

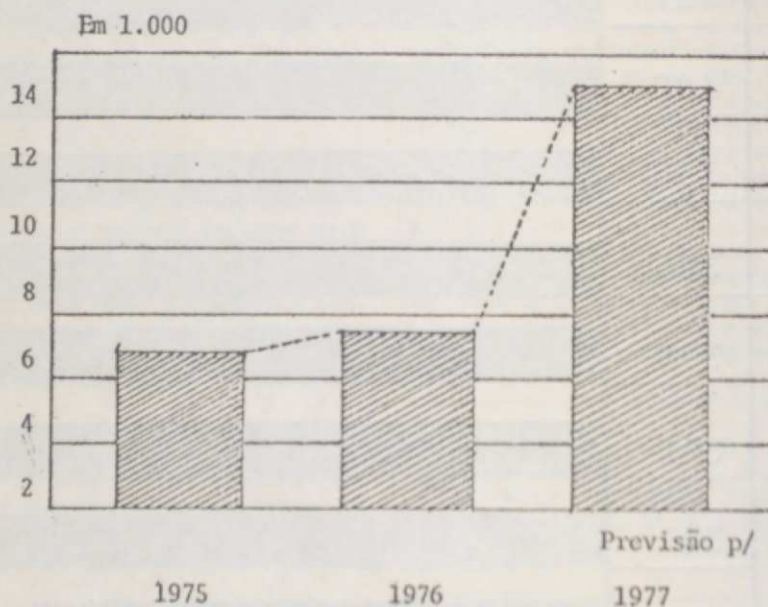


50 100 150 200 250 300 350 400 450

Comparando-se este resultado com o número de pessoas atendidas em 1975, notou-se ter havido um incremento de aproximadamente 5, % (ver gráfico 2) o que se atribui ao aumento da capacidade de trabalho do sistema, gerado principalmente pela contratação de novos profissionais de serviço social. Em 1977 prevê-se um incremento superior a 100%, que será ocasionado pela incorporação ao Sistema Ajustamento Social do projeto CETREMI (Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrante)

GRÁFICO - 2

PESSOAS ATENDIDAS PELO SISTEMA "AJUSTAMENTO SOCIAL" EM 1975, 1976, E PREVISÃO PARA 1977



Estudando-se a procedência da população atendida pela Unidade de Recepção e Triagem, verificou-se que 46, 3% desta originou-se do interior do Estado, o que contraria a corrente assertiva de que são os estados nordestinos os principais responsáveis pelos altos índices de migração verificados na Grande Vitória, nos últimos tempos. Os estados limítrofes (Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro) é que contribuíram com um percentual significativo para clientela atendida pela URT.

TABELA 5

CLIENTELA ATENDIDA PELA U.R.T., SEGUNDO A PROCEDENCIA

	(%)
ESPÍRITO SANTO	46,3
MINAS GERAIS	25,5
BAHIA	11,9
RIO DE JANEIRO	—
OUTROS	—
TOTAL	100,0

Numa perspectiva de recuperação social da clientela atendida, o programa Ajustamento Social desenvolveu atividades pertinentes aos setores médico, odontológico e social, tendo-se ressentido da ausência de profissionais da área psico-pedagógica, para complementação do serviço prestado. Isto sobrecarregou os outros profissionais, principalmente o assistente social, restringindo seu tempo disponível para se dedicar às funções que lhe são específicas. A atuação do programa teve conotação eminentemente curativa e promocional, com alcance social limitado à clientela trabalhada pelo sistema. Para 1977, prevê-se a adoção de medidas de caráter preventivo, iniciando-se um trabalho a nível de macro atuação. A tabela 6 possibilita uma visão quantificada das atividades desenvolvidas por setor de atuação. Cumpre esclarecer que o item "ajuda supletiva" significa a prestação de ajuda financeira para aquisição de alimentação, equipamento para o trabalho, órtese, fotografia, ajuda para viagem etc. Ainda para efeito de estatística do sistema, consideram-se orientação diversas as informações prestadas à clientela no que se refere à aposentadoria (renda mensal vitalícia) internamento hospitalar, colocação familiar etc...

TABELA 6

MODALIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PELO SISTEMA AJUSTAMENTO SOCIAL EM 1976, POR SETOR DE ATUAÇÃO

Setor Odontológico	N.º	Setor Médico	N.º	Setor Social	N.º
Consulta Dentária	2.385	Atendimento Médico	976	Documentação p/o trabalho	281
Extrações	1.291			Doação de Medicamento	701
Obturações	3.523				
Curativos	2.714	Internamento	86	Passagens p/retorno ao domicílio ...	773
Tratamento Completo	51			Ajuda Supletiva	393
				Cursos Profissionalizantes	4
				Orientações Diversas	2.619
				Encaminhamentos à:	
				— Rede Hospitalar	550
				— Obras de menor e idoso	63
				— Mercado de trabalho	11
				— Unidade de Assistência à Adultos	77

OBS.: A clientela foi beneficiada com mais de uma modalidade de serviço.

Embora não conste da tabela 6 foram realizadas para os internos da CAS, cuja problemática exige tratamento prolongado, atividades de lazer, religiosas e de laborterapia tais como: comemorações (Páscoa, Dia das Mães, Natal e Ano Novo); jogos de salão, filmes, leitura, horticultura, jardinagem, conserto de calçados, limpeza da área interna e externa do CAS, serviço de pintura, encaminhamento a cultos na comunidade e recepção a grupos religiosos. Como se pode observar na tabela, no cômputo geral de atendimentos, destaca-se o grande número de pessoas atendidas pelo Serviço de Orientação Familiar (Plantão). Impõe-se esclarecer que o mencionado serviço atende aos "clientes espontâneos", cu seja a todos quantos a ele se dirigem, desde que atendidos os critérios de elegibilidade, e, na maioria das vezes, são

casos rívidos, solucionáveis com medidas tais como: ajuda financeira, encaminhamento, passagem, medicamento etc. O número de atendimentos por mês pode ser visualizado no Gráfico 1.

Na prestação dos serviços mencionados, utilizaram-se, como instrumental: entrevistas predominantemente diretivas, dada a capacidade relativa de auto-determinação da clientela, visitas domiciliares visando à comprovação dos dados e reintegração do cliente à família, entrosamentos e encaminhamentos aos recursos da comunidade para atender às necessidades que, por sua natureza, fugiam à intervenção do CAS, reuniões e prestação de serviços concretos.

TABELA 7

INSTRUMENTAL UTILIZADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Discriminação	N.º
Entrevistas	4.004
— Com Clientes	3.785
— Com Colaterais	219
Visitas	217
— Domiciliares	177
— A Empresas	40
Entrosamentos/Encaminhamentos	701
Reuniões	66

Resta ainda mencionar que para racionalizar a prestação de serviços à clientela, reestruturou-se a dinâmica operacional do Serviço de Orientação Familiar (Plantão), além de se construir novas dependências e melhorar as instalações já existentes do CAS.

Entre algumas dificuldades sentidas no decorrer do ano, há que se ressaltar os problemas de alcoolismo e doença mental apresentados pela clientela. Tanto o alcoolatra como o doente mental, via de regra não são aceitos pela família decorrendo daí problemas de abandono, desabrigo, doenças etc. Sua recuperação é lenta e demorada exigindo instalações e serviços especializados, dos quais o "Sistema Ajustamento Social" não dispõe no momento. Visando suprir esta carência, planeja-se construir em 1977 a Unidade de Crônicos, além de outras providências necessárias.

2.3 — PROGRAMA "ESTUDOS E PLANEJAMENTO"

As atividades caracterizadas como de estudo e planejamento, foram em 1976, redimensionadas quanto ao seu valor e importância como parte de uma estratégia para garantir a eficácia operacional da SEBS.

Além da preocupação em capacitar pessoal para assumir atividades desta natureza, estruturou-se o programa objeto de descrição deste item, com a função de elaborar planos, programas e projetos, bem como de realizar estudos objetivando caracterizar o setor de ação da SEBS. Embora não conte ainda com uma estrutura administrativa adequada para operá-lo, o referido programa apresentou uma performance bastante significativa, ao elaborar o volume de trabalho, a seguir discriminado:

Plano de Ação	01
Programas	04
Projetos	20
Levantamentos Sócio-Econômicos	12
Estudos de Viabilidade	03
Cadastramentos (em execução)	02
Relatórios de Atividades	02

No sentido de intercambiar experiências e proporcionar fontes de consulta aos interessados em realizar atividades similares, considerou-se oportuno relatar os objetivos e metodologia utilizada. São apresentados ainda os principais aspectos do Plano Setorial para 1977.

2.3.1 — PLANO DE AÇÃO SETORIAL

Por um espaço de tempo, o sentido de integração e vinculação deixou de referenciar as atividades de planejamento dos diversos órgãos da SEBS, dando lugar a tentativas dispersas e isoladas, o que acarretou efeitos negativos ao seu rendimento global.

Uma análise desta situação, permitiu concluir ser a mesma causada pela inexistência de um documento atualizado contendo as políticas, objetivos, prioridades, enfim, diretrizes de caráter geral, capazes de orientar as atividades setoriais do planejamento e compatibilizar as ações nos diversos níveis hierárquicos, com os objetivos e finalidades da SEBS. Neste sentido elaborou-se o Plano de Ação Setorial para 1977, contendo em dois volumes, a programação dos órgãos centralizados e descentralizados.

Na verdade, este trabalho constituiu num esforço de clarificação de aspectos implícitos e subjetivos, e de sistematização das atividades que vinham sendo desenvolvidas anteriormente a ele. Seus pontos básicos estão apresentados no quadro.

2.3.2 — DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO E COMUNITÁRIO DOS BAIRROS SANTA RITA DE CÁSSIA E ALECRIM, MUNICÍPIO DE VILA VELHA

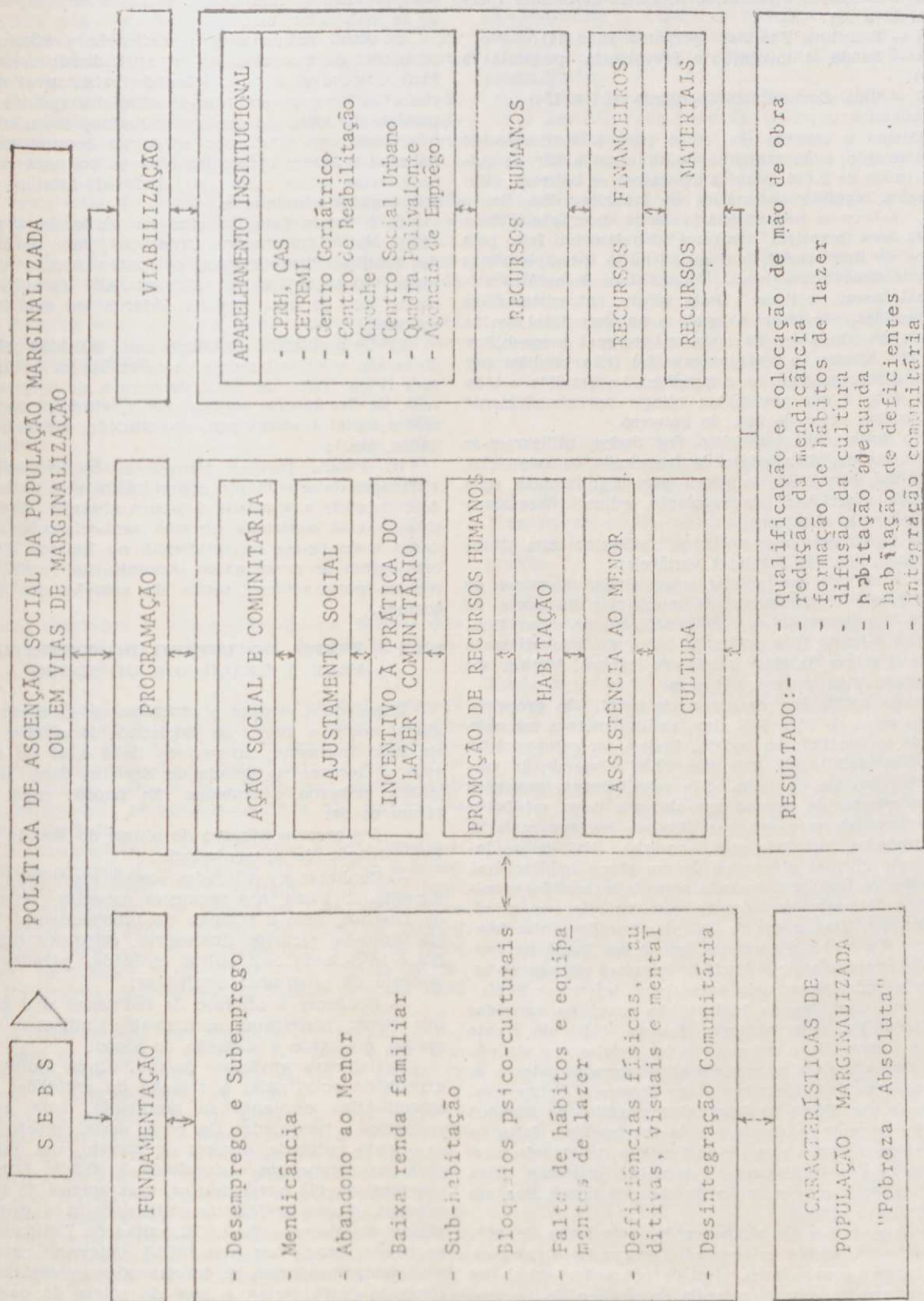
Em outubro de 1976 os bairros de Santa Rita de Cássia e Alecrim receberam a visita do Governador do Estado e outras autoridades do Poder Executivo. A gravidade e complexidade dos problemas sociais em que se defrontaram, tornou-os conscientes da necessidade de uma intervenção sistemática, visando à melhoria da qualidade de vida da população ali residente.

Atendendo recomendação nesse sentido, a SEBS elaborou o "Programa de Recuperação Social de Bairros Carentes", a ser executado em caráter experimental nos bairros mencionados. O programa em apreço consta de um elenco de projetos e atividades relacionadas aos diversos setores que compõem o bem estar social. Exige em decorrência, a atuação integrada de diversos órgãos públicos e privados.

Os órgãos convocados, demonstraram interesse em participar da experiência, porém consideraram prematuro iniciar as atividades sem antes dimensionar qualitativa e quantitativamente os problemas existentes, as aspirações dos moradores e a sua disponibilidade e interesse em participar do processo de mudança social a ser instaurado nos bairros onde residem. Evidenciou-se assim a necessidade de se realizar um levantamento sócio-econômico e comunitário, cuja coordenação geral ficou ao encargo da SEBS, através da constituição de uma equipe técnica, composta de dois sociólogos e duas assistentes sociais.

Os órgãos participantes enviaram à SEBS uma bateria de questões cujas respostas forneceriam subsídios para a decisão e planejamento das medidas a serem adotadas no seu setor de ação. As diversas baterias passaram a compor o questionário utilizado na coleta de dados, que versou de um modo geral sobre os seguintes aspectos:

ASPECTOS BÁSICOS DO PLANO DE AÇÃO SETORIAL PARA 1977.



- 1 — Identificação dos Entrevistados (pergunta 1 a 12).
- 2 — Habitação (pergunta 13 a 48).
- 3 — Ocupação e Educação do Chefe-de-família (pergunta 49 a 55).
- 4 — Estrutura Familiar (pergunta 66 a 74).
- 5 — Saúde, Alimentação e Previdência (pergunta 75 a 79).
- 6 — Vida Comunitária (pergunta 100 a 134).

Devido à escassez do tempo para a realização do levantamento e ao tamanho do universo a ser pesquisado (mais de 2.000 famílias em ambos os bairros), adotou-se a seguinte sistemática de trabalho: Em Santa Rita, aplicou-se o questionário mais completo a toda quinta casa (amostra), conforme planejamento feito pela equipe de mapeadores, e o questionário incompleto nas casas intermediárias (nestas, alguns itens de caráter atitudinal foram omitidos). Desta forma, entrevistaram-se 963 famílias, não tendo atingido o universo total devido às recusas, anulações de questionários mal preenchidos, etc. Em Alecrim, o levantamento foi feito também por amostragem, aplicando-se o questionário completo a toda sexta casa, o que possibilitou atingir aproximadamente 200 famílias, cerca de 20% do universo.

No tratamento estatístico dos dados, utilizaram-se as técnicas de: distribuição de frequência ou tabulação, percentual, estatística de prova para significância (que quadrado), coeficiente de associação ordinal (Spearman) e de intervalo (Pearson).

Os dados obtidos permitiram configurar uma situação constituída das seguintes variáveis:

a) A maioria das famílias entrevistadas migraram de zonas rurais, notadamente de municípios do norte do Estado, a procura de melhores condições de vida. Dirigiram-se a Santa Rita e Alecrim por terem conhecimento de que lá estava havendo invasão de terreno. Moram nos referidos bairros entre 0 a 6 anos.

b) As habitações, de um modo geral, são próprias. Apenas cerca de 30 a 35% das famílias moram em casa alugada, emprestada ou cedida. Podem ser categorizadas como "barracos", pois 92% tem chão e parede de madeira e cobertura de telha. São relativamente pequenas para o número de pessoas que abrigam (uma média de 6 por família), uma vez que dispõem em sua maioria, de 4 cômodos, incluindo sala e cozinha. 30% destas famílias são clientes potenciais de um plano habitacional, pois além de residirem em casa alugada ou cedida, manifestaram interesse em adquirir casa própria nos próximos 5 anos. Uma média de 40% das famílias entrevistadas não dispõe dos serviços de água e luz, tendo na ocasião das entrevistas, manifestado interesse em possuí-los, alegando poder pagar uma taxa de ou inferior a 50 00.

c) As condições de higiene são precárias causadas principalmente pelos seguintes fatores: falta de esgoto público e doméstico; escoamento dos dejetos em via pública, permanecendo os mesmos ali estagnados; aterro de quintais com lixo; escoamento dos dejetos e outros materiais de uso diário do Hospital Evangélico no mangue de Alecrim, onde residem cerca de 400 famílias; falta de água encanada para atender as famílias individualmente, levando-as a se utilizarem de torneiras coletivas; falta de coleta de lixo; circulação de criações domésticas em via pública e outros.

d) Alto índice de alfabetização, pois cerca de 80% dos chefes-de-família entrevistados sabem ler e escrever, em contraposição ao baixo nível de educação formal dos mesmos, verificado no acentuado decréscimo do percentual nos níveis mais altos de escolaridade. De um modo geral, seus filhos na faixa etária de 7 a 17 anos frequentam a escola, o que demonstra certo grau de conscientização sobre a importância do estudo como meio de

ascensão social. Cerca de 15% das famílias afirmaram ter filhos nesta faixa de idade que não frequentam a escola por motivos relacionados à necessidade de trabalhar, problemas financeiros e de saúde, impossibilidade de se matricular, etc.

e) Nível reduzido de qualificação profissional, com ocupações do tipo manual, de aprendizado relativamente fácil e acessível a populações de baixo nível de instrução. Contudo, apresentam-se otimistas quanto as perspectivas de obterem melhor trabalho, estando inclusive interessados em frequentar os cursos de qualificação profissional a serem oferecidos através dos movimentos comunitários locais. 15% dos chefes-de-família estão desempregados atualmente.

f) A renda familiar gira em torno de Cr\$ 1.500,00 (Um mil e Quinhentos Cruzeiros), com perto de 20% das famílias dispondo para os gastos mensais com habitação, educação, saúde, alimentação, vestuário, transporte, etc. de uma quantia inferior ao salário mínimo regional;

g) Os problemas do bairro mais sentidos pelos moradores são prioritariamente os relacionados à infra-estrutura física (falta de água, de esgoto, de calçamento das ruas, de iluminação pública, etc.), vindo a seguir os de ordem social (desemprego, prostituição, menores abandonados, etc.);

h) Poucas pessoas afirmaram ter participado das atividades do movimento comunitário, principalmente em Alecrim onde a entidade é menos atuante. A não participação está associada ao não conhecimento das atividades e ao pouco de residência no bairro. Entretanto, consideram os movimentos comunitários locais, eficiente recurso para acionar meios de solução dos problemas comuns.

2.3.3 — PERFIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO FACE A REALIDADE DO IDOSO

Chamado a estudar o problema no II Seminário Regional sobre o Idoso na Sociedade Brasileira realizado em Belo Horizonte, no período de 9 a 13 de agosto de 1976, o Governo do Estado do Espírito Santo através da SEBS, elaborou o trabalho em pauta, cujos objetivos foram os de:

— Conhecer o número de idosos do Estado e respectiva situação de aposentadoria;

— Conhecer as entidades sociais específicas de atendimento ao idoso, nos seguintes aspectos: clientela (n.º de internos, sexo e motivos do internamento), assistência prestada, recursos financeiros, estrutura organizacional e integração com outras entidades para o desenvolvimento de programas conjuntos;

— Conhecer a atuação de entidades não específicas tais como: prefeituras municipais, sindicatos e centros sociais, etc. face à situação do idoso.

Inicialmente enviou-se às prefeituras municipais, um expediente solicitando a relação de entidades sociais e comunitárias existentes no município, com respectivos endereços e finalidade. De posse desta relação remeteu-se a cada entidade, através do correio, um questionário para ser preenchido e devolvido à SEBS. Distribuiu-se um total de 170 questionários, mas apenas 78 foram devolvidos, o que prejudicou sobremaneira o propósito de atingir o universo. No 1.º Encontro de Entidades Sociais de Idosos, promovido pela SEBS, obteve-se outros dados que complementaram as informações necessárias, encerrando-se desta forma a fase da coleta de dados. Após estas providências iniciais, foi constituída uma equipe composta de 4 assistentes sociais, representando respectivamente a SEBS, o SESC, o Curso de Serviço Social da UFES e a Fundação VALIA (Vale do Rio Doce de Se-

gurança Social), que sob a orientação e supervisão de um técnico em estatística procedeu à tabulação e descrição dos dados e composição do relatório final.

Uma síntese dos resultados obtidos neste estudo é apresentada nos itens abaixo:

a) Para efeito deste trabalho, considerou-se idosa toda pessoa com idade de 60 anos e mais. Entretanto este limite varia conforme o país, o autor, etc.

b) O Espírito Santo possui uma população total de 1.750.000 habitantes (estimada para julho de 1976), da qual 79.289, ou seja 4,5% encontra-se na faixa etária de 60 anos e mais, sendo 41.865 do sexo masculino e 37.424 do sexo feminino.

c) Deste total de pessoas de 60 anos e mais, 69.984 são aposentadas pelos seguintes órgãos previdenciários: FUNRURAL (62,4%), INPS (31,4%); IPAJM (4,6%), IPASE (0,5%) e ainda outros em proporções menos significativas. Um total de 12% da população considerada idosa não é aposentada.

d) Prestam assistência ao idoso desamparado com nome de asilo, casa lar, casa de repouso, etc. 13 entidades assim distribuídas:

Cachoeiro de Itapemirim	03
Colatina	02
Alegre	01
Baixo Guandu	01
Barra de São Francisco	01
Cariacica	01
Castelo	01
Guaçuí	01
Muqui	01
Vitória	01

Destas entidades, 11 são registradas na SEBS e dela recebem ajuda técnica e financeira. Apenas 10 responderam o questionário.

e) De um modo geral a assistência prestada refere-se a alojamento, alimentação e assistência médica. As atividades de lazer, recreação e laborterapia são pouco incentivadas, permanecendo a mentalidade de que o idoso precisa descansar; sabe-se entretanto, que desde a mais remota antiguidade recomenda-se-lhe a não interrupção das suas atividades.

f) A manutenção destas entidades é feita predominantemente através de subvenções do Governo Estadual e Prefeituras Municipais, vindo a seguir as doações, campanhas e contribuições de associados. As dificuldades mais sentidas e indicadas foram: carência de pessoal capacitado e sobretudo interessado num trabalho desta natureza, instalações inadequadas, insuficiência de recursos financeiros, desinteresse da família pelo seu idoso e outros.

g) A programação das entidades de caráter comunitário para atendimento ao idoso, relaciona-se aos setores: trabalho, lazer e saúde. Pouco se faz em termos de prevenção à marginalização do idoso.

Embora a problemática do idoso não seja relevante em termos quantitativos, o mesmo não se pode dizer dos seus aspectos qualitativos, principalmente após instaurar-se o processo de industrialização, ocasião em que os relacionamentos tornam-se impessoais, a organização da família sofre sérias alterações, etc. Neste tipo de sociedade, a população idosa via de regra, sofre problemas de solidão e ostracismo social, abandono familiar, problemas habitacionais gerados pelo estilhaçamento da célula familiar, processo de urbanização e principalmente pela precariedade da situação financeira. Portanto, conclui-se ser necessário adotar medidas que previnam e/ou minimizem estas situações já experimentadas por outros países.

2.3.4 — LEVANTAMENTO SOBRE O ARTESANATO NO ESPÍRITO SANTO

Projeto elaborado e em fase de execução tendo como objetivo suprir, o Centro de Promoção de Recursos Humanos da SEBS, de informações suficientes sobre os artesãos e os produtos artesanais do Espírito Santo, que possibilitarão:

- Organizar o cadastro geral de artesãos;
- Identificar os focos de produção artesanal existentes no Estado;
- Realizar o diagnóstico preliminar sobre a situação do artesanato no Espírito Santo;
- Programar novas atividades de acordo com as possibilidades e eficiências constatadas;
- Convocar artesãos para integrarem-se às atividades a serem implementadas nesse setor e que estarão relacionadas a: treinamento, comercialização e apoio social.

O estudo abrange os 53 municípios do Estado, onde, através da utilização de instrumental específico, estão sendo coletados dados que informem sobre:

— Situação demográfica e sócio-econômica dos artesãos;

- Volume e nível da produção artesanal;
- Sistemas de comercialização adotados.

Na execução desse estudo estão envolvidas as Centrais Regionais e Municipais de Serviços, a Divisão do Desenvolvimento Comunitário e o Centro de Promoção de Recursos Humanos responsável pela coordenação geral do projeto.

O procedimento adotado para a realização do levantamento consiste em contatos que são mantidos nas Prefeituras Municipais, Entidades diversas e moradores, tendo em vista a obtenção de informações relativas à existência de artesãos no município. A partir dessas informações os artesãos são visitados, ocasião em que é realizada a entrevista.

As Centrais Regionais e Municipais de Serviços efetuam o estudo nos municípios sob sua jurisdição e os demais são de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento Comunitário e Centro de Promoção de Recursos Humanos.

A execução deste Projeto conta com a colaboração financeira da Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, uma vez que seus objetivos estão pautados nas diretrizes do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, de responsabilidade da referida Secretaria.

2.3.5 — CADASTRAMENTO DE ENTIDADES SOCIAIS

O cadastramento das entidades sociais operantes no Estado é um projeto que há muito pensava-se em executar. Contudo, foi frequentemente adiado devido à escassez de recursos para fazer face ao volume de trabalho que necessariamente ocasionaria. Em 1976, avaliando-se o sistema de ajuda financeira a entidades sociais, identificaram-se algumas falhas cuja correção poderia ser feita conhecendo-se mais detalhadamente o desempenho das referidas entidades. Deu-se então prioridade à sua execução.

Podem ser relacionados como objetivos principais do cadastramento de entidades sociais:

- Diagnosticar a capacidade de prestação de serviços de "interesse social" do Estado, com vistas a um planejamento mais real das ações a serem empreendidas;

— Obter subsídios para racionalizar o sistema de concessão de ajuda financeira, através da classificação das entidades sociais segundo tipologia pré-estabelecida e fixação dos respectivos critérios operacionais;

— Atualizar o sistema de informações sobre a rede de entidades sociais do Estado.

A fase de execução do projeto, comporta duas etapas subsequentes: em primeiro lugar, estão sendo cadastradas as entidades de assistência e promoção social registradas na SEBS, para em seguida cadastrar as entidades vinculadas aos setores de saúde, habitação, educação, trabalho, lazer, previdência social e segurança pública. O instrumental utilizado no cadastramento é um formulário, contendo questões sobre os seguintes aspectos:

- Identificação;
- Clientela (sexo e faixa etária);
- Condições, capacidade e tipo de atendimento;
- Horário de funcionamento;
- Atividades desenvolvidas;
- Estrutura administrativa;
- Recursos humanos e materiais;
- Recursos financeiros e respectivas fontes;
- Integração entidade X comunidade.

A visita e preenchimento dos formulários junto às entidades sociais coube inicialmente à Seção de Registro de Obras. Porém a morosidade com que o trabalho estava se processando devido sobretudo à falta de meios de transporte, ocasionou a adoção das seguintes medidas: a) utilização de 32 alunos do 5.º período do curso de serviço social da UFES, após o devido treinamento; b) responsabilização das Centrais Regionais (Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia e Colatina), e Municipais (Afonso Cláudio) pelo cadastramento das entidades localizadas no seu âmbito de ação.

Foram cadastradas em 1976, 75 entidades sociais, sendo 50 da Grande Vitória e 25 do interior do Estado. O Projeto continua em execução, razão pela qual deixamos de fornecer maiores detalhes.

2.3.6 — LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO PARA REMOÇÃO DE NÚCLEOS DE SUB-HABITAÇÃO

Objetivando estudar a situação social e econômica de famílias residentes em núcleos de sub-habitação, interessadas em financiar seu lote urbanizado através do PROFILURE (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), funcionários da SEBS entrevistaram 6.515 famílias, distribuídas nos seguintes municípios:

Linhares	2.332
Guarapari	1.382
Serra (Concheiras)	440
Nova Venécia	212
Vila Velha (Salamin)	137
Cachoeiro de Itapemirim	1.783
Castelo — Conduru	134
Ibiraçu	95

TOTAL 6.515

Após preenchidos, os formulários foram encaminhados à COHAB-ES, órgão gestor do programa do Estado, para processamento dos dados e demais providências necessárias.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO

Em estudo realizado pela SEBS, ficou constatada grande escassez de recursos institucionais destinados à reabilitação física, mental, auditiva e visual, além da limitada capacidade de atendimento gerada principalmente pela falta de recursos financeiros e da atuação eminentemente curativa, negligenciando-se o aspecto preventivo do problema. Para fazer face à situação constatada, além de outras medidas, elaborou-se um estudo de viabilidade, objetivando a construção e aparelhamento de um Centro de Reabilitação, com capacidade para atendimento a 3.130 pessoas, tendo o custo mensal previsto em Cr\$ 34.339.000,00 que foi encaminhado ao MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social) e a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) para obtenção de financiamento.

O Centro de Reabilitação deverá integrar a Fundação Social, da qual farão parte ainda o Centro de Geriatria e o Centro Especial de Habilitação Profissional, cujos ante-projetos já estão detalhados.

2.3.7 — PROJETO CETREMIS — CENTRO DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO DE MIGRANTES

Contatos foram estabelecidos com a Representação do Ministério do Interior no Rio de Janeiro (REMI-RJ), no sentido de obter informações relativas ao Projeto, uma vez que, em 1975, foram iniciados os estudos tendo em vista a implantação do CETREMI, no Estado.

A partir das informações e estudos apresentados, técnicos da REMI RJ estiveram em visita a SEBS, em dezembro de 1976, com as orientações e proposições de trabalho que incluem:

1 — Realização de um levantamento cadastral das entidades assistenciais, oficiais e particulares, que, de forma sistemática ou assistemática, trabalham com migrantes.

Esse cadastramento permitirá a seleção de entidades que poderão ser contactadas para aplicação do formulário padrão do SIMI — Sistema de Informações sobre Migrações Internas.

O SEMI foi criado a partir de uma proposição formulada no documento "Política Migrações Internas" elaborado em dezembro de 1975, e está vinculado à Secretaria Geral do Ministério do Interior, através da Secretaria de Planejamento e Operações. Seu objetivo "é dotar o MINTER de um instrumento capaz de reunir, manter, coordenar, normalizar e facilitar o eixo e a disseminação de informações sobre movimentos de população em todo o território nacional, com a finalidade de melhor orientar as decisões sobre uma política nacional de migrações internas".

Assim, foi efetuado o cadastramento da SEBS como Entidade Participante do SIMI e também relacionadas outras entidades que deverão ser cadastradas a seguir.

2 — Preparação de Minuta de Convênio a ser celebrado com a MINTER, através do qual serão liberados os recursos financeiros para a implantação no Estado,

do Projeto CETREMIS que trata dentre outros assuntos, da instalação de Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes.

Na elaboração dessa Minuta de Convênio deve ser tomado como referência o documento "implantação do Projeto CETREMIS no Estado do Espírito Santo" elaborado pela Coordenadoria Técnica da REMI-RJ com base em contatos estabelecidos com a SEBS no "Estudo de viabilidade para Implantação do Projeto CETREMI do MINTER no Espírito Santo" elaborado pela referida Secretaria.

3 — Elaboração de um Projeto de Pesquisa sobre Migração no Espírito Santo, que deverá ser submetido a apreciação do MINTER. O projeto sendo aprovado terá o apoio devido para a execução.

Esse projeto integra a terceira etapa do Programa de Pesquisa de Migrações Internas, conduzido pelo MINTER, cuja finalidade é fornecer subsídios para uma melhor definição das opções de política na área de migrações internas e redistribuição espacial da população.

Tratando-se de um projeto que exige informações de natureza bastante diversificada e considerando as atribuições da Secretaria de Estado do Planejamento foram mantidos entrosamentos na referida Secretaria de forma a propor a realização de um trabalho integrado.

2.3.8 — PROJETO SINE — SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO

Gestões junto à Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho objetivando a implantação no Espírito Santo, do Programa Estadual de Emprego.

Após a celebração do Convênio entre o Ministério do Trabalho e o Governo do Estado do Espírito Santo, foi assinado o Termo Aditivo n.º 01/76 tendo a SEBS como interveniente executora. Este Termo Aditivo tem como objetivo "estabelecer as bases e as formas de administrar e operar o Programa de Emprego do Governo Estadual, aprovado pelo Ministério do Trabalho, integrante do Sistema Nacional de Emprego (SINE), segundo o que estabelece o Decreto Federal n.º 76.403, de 8 de outubro de 1975 e o decorrente Convênio SINE — MTb 18.01.76, celebrado entre o Ministério do Trabalho e o Estado do Espírito Santo.

Na execução deste Termo Aditivo o MTb, participará com recursos financeiros da ordem de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzeiros) cabendo a SEBS a execução financeira e administrativa do Projeto, implementando as atividades previstas, como sejam:

— Elaboração do Ante-Projeto do Programa de Emprego do Governo Estadual que deverá ser encaminhado no prazo de 180 dias, através da DRT, ao MTb;

— Montagem da Unidade Piloto da Matriz Estadual do Programa Estadual de Emprego — SINE-ES, de acordo com as orientações do SMO/MTb;

— Treinamento do pessoal envolvido nas atividades do SINE-ES;

— Levantamento dos serviços de emprego, públicos ou privados, existentes no Estado com vistas à melhor forma de integrá-los ao Programa.

2.3.9 — LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DOS ESCOLARES DEFASADOS DE VILA VELHA

Em colaboração com a Secretaria de Estado da Educação e mais especificamente com o Núcleo de Supervisão de Ensino de Vila Velha, a SEBS, através da Central Municipal de Serviços daquele Município, realizou um levantamento Sócio-Econômico junto às famílias dos escolares defasados, visando oferecer subsídios para a definição de um tratamento mais adequado à problemática.

O processamento do trabalho obedeceu às seguintes etapas: elaboração do projeto e instrumental da pesquisa, coleta de dados, tabulação e descrição dos dados e emissão de parecer social.

O levantamento envolveu 431 alunos distribuídos em 12 Escolas identificadas pelo citado Núcleo de supervisão. Nas etapas de elaboração do projeto e coleta de dados desenvolveram-se as seguintes ações:

Visitas:

às Escolas	12
às famílias dos alunos	316

Entrevistas:

com Diretores, Auxiliares de Gabinete e Orientadores Educacionais	22
com professores	450
com alunos	431
com familiares dos alunos	316

A descrição dos dados e o parecer social encontram-se em fase de elaboração.

2.3.10 — PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS

Em 1975 foram iniciadas as atividades e contatos para implantação no Estado do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, tendo-se naquele ano, elaborado estudos visando a macro e micro localização de 22 unidades de etiologia variada. Em 1976, obedecendo diretrizes traçadas pela coordenação nacional do programa, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

— Elaboração do Plano Global 1976/1979 e programação 1976, para encaminhar à Coordenação Nacional do Programa CSU — Brasília, tendo em vista o carregamento de recursos financeiros para construção de 9 unidades.

— Articulação com a SEPLAN e CURD, para discussão de projetos, com vistas à arregimentação ou recursos financeiros.

— Articulação com a COHAB-ES, DEO, INOCOOPES, IBGE, SUCAM e Secretaria de Estado da Educação com o objetivo de arregimentar material indispensável à implantação do programa.

— Contatos diretos com as Prefeituras Municipais de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Aracruz, visando a definição de área para construção de CSU naqueles Municípios.

— Início da construção de dois centros sociais localizados em Vitória, nos bairros de Santo Antônio e Santa Inês, respectivamente.

2.3.11 PESQUISA DE MÃO-DE-OBRA — SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL,

REGIÃO DA GRANDE VITÓRIA — PARTICIPAÇÃO

Esta pesquisa foi proposta pela Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo às entidades que demonstraram preocupação face à problemática que envolve o agravamento do déficit na oferta de mão-de-obra da Construção Civil na Região da Grande Vitória. Técnicos de tais entidades integraram a comissão formada pelo FINDES, com a finalidade específica de, juntamente com o IDEIES, órgão responsável pela execução da pesquisa, debaterem o trabalho a ser procedido e oferecer os subsídios para a estruturação do questionário a ser aplicado.

A realização desta pesquisa objetivou, basicamente, proceder ao exame da situação da mão-de-obra da construção civil com vistas a identificar e quantificar as ocorrências de déficit no atendimento da demanda atual, se e no que se reporta aos níveis de qualificação e categorias profissionais bem como a sua incidência em função de fatores decorrentes da localização geográfica das obras. A pesquisa objetivou ainda identificar as causas que tenham implicação na ocorrência da situação-problema e também relacionar medidas que permitam a regularização e fortalecimento do mercado de mão-de-obra específico.

Os questionários foram aplicados junto a 70 (setenta) empresas de construção civil, sediadas na Grande Vitória e em Ubú — Município de Anchieta.

A apresentação e análise dos resultados encontram-se descritos no documento "A Demanda de Mão-de-Obra nas Empresas de Construção Civil — Área da Grande Vitória", elaborado pelo IDEIES — Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo, em Abril de 1976.

Convém ressaltar que, das sugestões apresentadas pelas empresas pesquisadas, tendo em vista a intervenção no problema, duas estão diretamente relacionadas com as atribuições da SEBS.

— Estabelecimento de Programas de Treinamento de Mão-de-Obra;

— Apoio social ao Trabalhador.

2.4. PROGRAMA "INCENTIVO A PRÁTICA DO LAZER COMUNITÁRIO"

Em 1975, o lazer foi incorporado ao setor de atuação da Secretaria, mas como um meio estratégico de exercitar a participação comunitária e prevenir distorções sociais. Para atender a demanda de serviços existente elaborou-se o programa "Incentivo à Prática do Lazer Comunitário", tendo como objetivos gerais:

Formar hábitos de prática de lazer para serem adequadamente empregados nas horas livres;

Dotar as comunidades carentes de equipamento mínimo de lazer através da conjugação de esforços entre Governo e Comunidade;

Dinamizar um instrumento que estimule a participação de responsabilidade social.

A partir de 31.12.1975 esta incorporação foi legalmente reconhecida conforme artigo 29 da lei 3043 bene-

ficiando sobremaneira o programa, tanto no que se refere à dotação de recursos orçamentários, quanto à definição de estrutura administrativa adequada para gerenciá-lo.

Em 1976, a prática do lazer comunitário foi incentivada nas áreas de atuação da SEBS, principalmente através da dinamização do desporto e recreação orientada. A dinamização do desporto foi efetuada mediante a realização dos Iºs Jogos Comunitários da Grande Vitória, projeto este que resultou da reestruturação e ampliação dos Iºs Jogos Comunitários de Vila Velha, realizados entre 15 e 30 de novembro de 1975, em caráter experimental.

O projeto em pauta, foi executado em integração com a UFES, no período de 28.08 a 19.12.1976, excetuando a fase preparatória iniciada em abril do mesmo ano, e atingiu os Municípios de Vila Vela, Vitória, Cariacica, Serra e Viana, que somam em seu conjunto, 1.641 Km² e 385.998 habitantes. Participaram do evento, um total de 7.122 atletas (1.84% de população residente nos municípios), de ambos os sexos, nas categorias adulto (maiores de 16 anos) e juvenil (menores de 16 anos), compondo as representações de 47 Movimentos Comunitários registrados na SEBS. Foram disputadas 12 modalidades de esporte. O município de Vila Velha, em relação aos demais, apresentou maior número de participantes, devido ao fato de comportar e haver inscrito maior número de Movimentos Comunitários. (ver tabela 8)

TABELA — 8

MOVIMENTOS COMUNITARIOS E ATLETAS PARTICIPANTES DO PROJETO JOGOS COMUNITARIOS, POR MUNICIPIO

1976

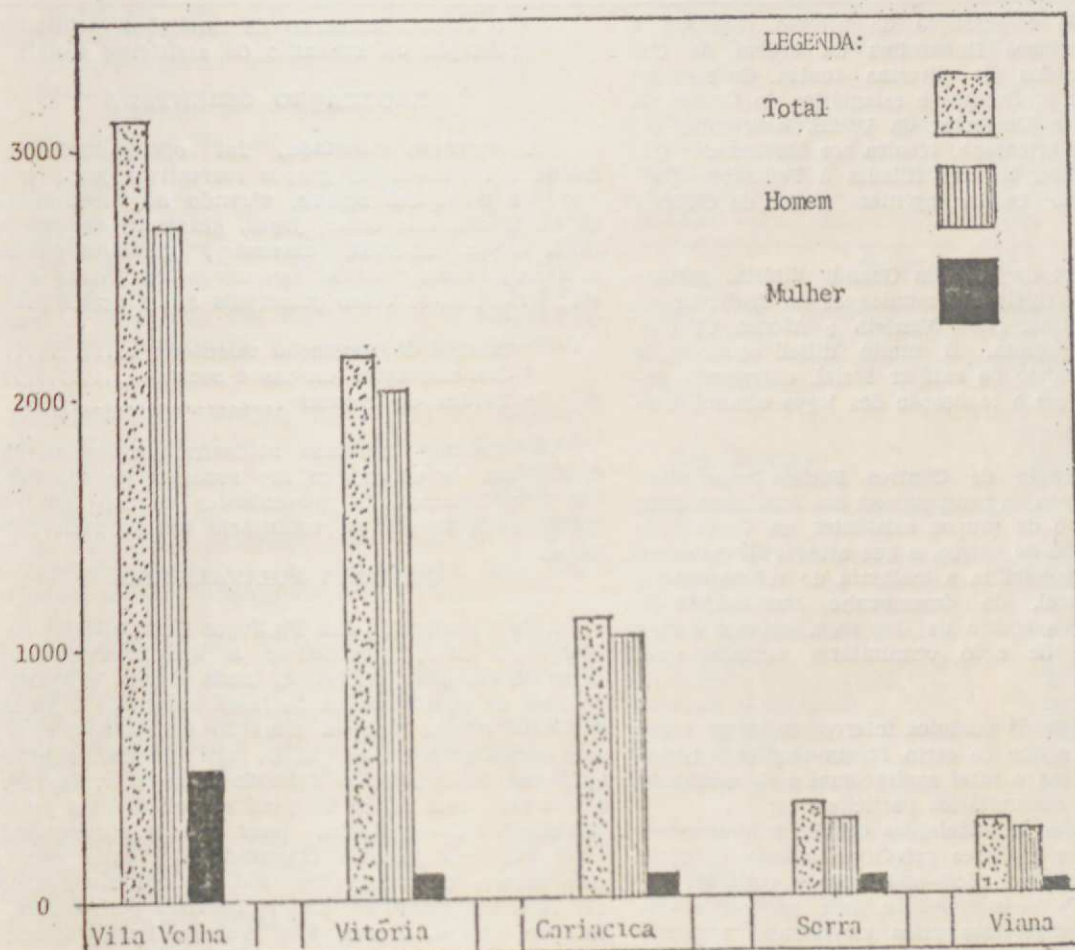
Município	Movimentos			Nº Participante	%
	Comunitários	Atletas			
Vila Velha	25	3.200		45,0	
Vitória	12	2.140		30,0	
Cariacica	5	1.128		15,8	
Serra	4	373		5,2	
Viana	1	284		4,0	
Total	47	7.122		100,0	

A abertura dos Jogos deu-se no Estádio Engenheiro Araripe, às 9 horas do dia 28.08.1976, ocasião em que desfilarão os atletas e dirigentes dos Movimentos Comunitários participantes. Um público de aproximadamente oito mil pessoas e diversas autoridades civis e militares assistiram às solenidades de abertura. As competições foram realizadas aos sábados e domingos, em locais cedidos pelas corporações militares e estabelecimentos de ensino localizados na Grande Vitória. O encerramento das atividades ocorreu no SESC, com entrega de troféus e medalhas aos vencedores, eleição da rainha dos jogos, projeção de filmes e apresentação de dança moderna pelas participantes do Movimento Comunitário de São Torquato.

No cômputo geral dos participantes, observou-se uma predominância do sexo masculino sobre o feminino, o que possivelmente se justifica devido a natureza do projeto e modalidades de esporte disputadas (ver gráfico). Da experiência realizada, depreende-se que o esporte é um meio de lazer, de certa forma seletivo, pois exige para a sua prática, além de outros requisitos, vigor físico e agilidade, o que a população idosa por exemplo nem sempre possui. Por outro lado, em nossa cultura não é muito usual as donas de casa participarem de competições desportivas; também estas não são incentivadas na faixa etária pré-escolar. Todas estas colocações levam a crer na necessidade de serem exploradas novas formas de lazer para atender à clientela mencionada, o que constituirá uma das prioridades para o ano de 1977.

GRÁFICO 3

POPULAÇÃO PARTICIPANTE DOS I^{os}. JOGOS COMUNITÁRIOS DA GRANDE VITÓRIA, POR SEXO E MUNICÍPIO



Em relação ao ano anterior, o ano de 1976 apresentou um incremento tanto no que se refere ao número de áreas abrangidas e participantes, bem como às modalidades de esporte disputadas (ver tabela 9).

TABELA — 9
QUADRO COMPARATIVO DO PROJETO JOGOS COMUNITARIOS — 1975/76

Modalidade de Esporte	Competições Realizadas		Numero de Atletas	
	1975	1976	1975	1976
Futebol de campo	31	84	465	1245
Futebol de salão	24	69	240	690
Basquetebol	—	32	—	384
Handebol	28	87	336	1044
Voleibol	40	100	480	1200
Ciclismo	60	43	60	225
Atletismo	29	85	144	1740
Bola de pau	08	33	16	66
Ping pong	29	180	50	268
Dama	14	36	14	36
Corrida rústica	—	28	—	140
Gincana	—	21	—	84
T O T A L	263	800	1805	7122

A preparação e execução do projeto requereu a aplicação de recursos financeiros da ordem de Cr\$ 539.999,00 originados de diversas fontes. Os recursos utilizados foram: professores e estagiários do Centro de Educação Física e Desportos da UFES, assistentes sociais que prestam orientação técnica aos Movimentos Comunitários inscritos, árbitros filiados à Federação Desportiva do Espírito Santo, agentes sociais da SEBS e serventes.

Em 1977, além da área da Grande Vitória, pretende-se estender o projeto aos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Nova Venécia e Afonso Cláudio, atingindo 15 mil pessoas. É muito difícil aquilatar os efeitos de um projeto de caráter social, entretanto podemos assegurar que a realização dos jogos comunitários oportunizou:

- * A dinamização de Centros Sociais inoperantes, estimulando-os a prosseguirem em funcionamento;
- * A ativação de grupos existentes na Comunidade e a formação de outros, o que através do processo interativo, possibilita a melhoria do relacionamento interpessoal, do desempenho social, além de favorecer o exercício da liderança, aspecto básico no modelo de ação comunitária adotado pela SEBS.
- * A realização de contatos intercomunitários e intergrupais, o que de certa forma amplia o background e eleva o nível aspiracional e de conscientização aos comunitários participantes;
- * A utilização de instalações ociosas e o acesso a equipamentos de lazer privativos a uma clientela de diferente nível sócio-econômico e cultural.
- * O exercício da participação nos projetos e atividades desenvolvidos pelos movimentos comunitários locais;

* O desencadeamento de condições facilitadoras à realização do Trabalho do assistente social.

RECREAÇÃO ORIENTADA

A recreação orientada, foi operacionalizada mediante a formação de grupos recreativos junto à clientela das entidades sociais, visando ao desenvolvimento de atividades tais como, jogos, gincanas, danças folclóricas, dança universal, excursões, ginástica olímpica e moderna, banda rítmica, comemorações cívicas e sociais etc. Destacam-se como principais ações desenvolvidas:

- * Sessões de recreação orientada 139
- * Comemorações cívicas e sociais 182
- * Tardes de recreio 51

Os recursos humanos utilizados nestas atividades consistiram de estagiários dos cursos de educação física e biblioteconomia provenientes do convênio SEBS/UFES, além de pessoal voluntário das próprias comunidades.

QUADRAS POLIVALENTES

Após a realização dos I^{os} Jogos Comunitários de Vila Velha em 1975, procedeu-se a um levantamento nas áreas de atuação da SEBS, onde ficou evidenciada a escassez de equipamentos de lazer acessíveis à população de baixa renda. Face a situação constatada, elaborou-se e encaminhou-se ao MEC, um projeto objetivando conforme instruções do referido Ministério, carrear recursos para construção de quadras polivalentes junto aos Movimentos Comunitários para serem administradas e utilizadas pela própria comunidade. Tendo sido liberado recurso da ordem de 500 mil cruzeiros, iniciou-se em 1976, a construção de 7 quadras polivalentes, sendo 3 em Vitória, 3 em Vila Velha e 1 em Cariacica. A conclusão está prevista para 1977.

Como se pode verificar, os esforços empreendidos compatibilizam-se com o objetivo visado pelo programa de dotar as comunidades carentes, de equipamento mínimo de lazer.

2.5 — PROGRAMA PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Através deste programa a SEBS faz cumprir suas atribuições no setor trabalho mediante a atuação do Centro de Promoção de Recursos Humanos, órgão responsável pela sua administração.

Em 1976, as ações empreendidas incidiram particularmente sobre a clientela específica dos Programas Ação Social e Comunitária e Ajustamento Social, bem como sobre a própria equipe da Secretaria na medida em que treinamentos foram proporcionados na perspectiva de cada vez mais elevar os padrões de prestação de serviços e rentabilizar a ação programada.

Fazendo cumprir os objetivos propostos, esse Programa foi dinamizado através do implemento das atividades:

- * Iniciação e Formação Profissional
- * Desenvolvimento do Artesanato
- * Colocação de Mão de Obra
- * Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal Técnico e Auxiliar

INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Programação e Execução de Cursos — as ações implementadas estiveram, em certa proporção integradas aquelas específicas da atividade Assessoramento e Orientação Técnica a Entidades Sociais, uma vez que os cursos profissionalizantes ou iniciação profissional, foram realizados junto as obras sociais e movimentos comunitários assessorados e através das Centrais Regionais e Municipais de Serviços.

Correspondendo ainda à política de capacitação e valorização de recursos humanos da Secretaria, foram programados e executadas programações nesta área junto ao Centro de Ajustamento Social da SEBS, ao Instituto de Readaptação Social "Professor Jair Etienne Dessaune" e Sindicatos dos Portuários e Trabalhadores em guindastes, atendendo a clientela específica dessas entidades.

A modalidade de prestação de serviços foi diversificada em conformidade com a procedência dos recursos utilizados. No entanto, a sistemática básica adotada consistiu em planejar, executar, coordenar e avaliar a programação dos cursos, utilizando os recursos provenientes do convênio estabelecido com o PIPMO — Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra bem como aqueles gerados através de outras fontes.

As oportunidades que foram oferecidas à clientela atingida, constituíram-se mais especificamente em um meio de desenvolver as aptidões profissionais dos indivíduos, considerando as possibilidades de emprego e no sentido de permitir-lhes o uso de suas capacidades em conformidade com os seus interesses e os da comunidade.

A tabela oferece uma visão globalizada correspondente aos cursos executados mediante a utilização de recursos financeiros provenientes do convênio estabelecido entre esta Secretaria e o PIPMO.

TABELA — 10

CURSOS DE INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EXECUTADOS COM RECURSOS DO CONVENIO COM O PIPMO

Especificação	Nº de Turmas	Pessoas Treinadas
Cabeleireiro	08	115
Dactilografia	11	124
Eleticista de Autos	01	11
Eleticista Instalador	04	67
Instalador de Água e Esgoto	03	39
Lanternagem	01	15
Manicure e Pedicure	16	232
Mecânico de Automóvel	02	20
Pequeno	07	99
Pedreiro Revestidor	01	15
Pintor de Autos	01	11
Pintor de Obras	06	76
Reparador de Aparelhos Eletro-Domésticos	06	78
Soldador Oxiacetilênico	01	15
Vitrinista	01	11
TOTAL	69	928

O.s. Nesta tabela estão incluídos os cursos iniciados em 1975 e concluídos até março de 1976, computados no relatório daquele ano como pessoas em treinamento.

A seguir, conforme demonstra a tabela, estão apresentados os cursos executados com recursos de outras fontes, como aqueles provenientes da SEBS, das próprias entidades sociais e procedentes de outros órgãos e/ou entidades como LBA, Prefeitura, etc.

TABELA — 11

CURSOS DE INICIAÇÃO E/OU FORMAÇÃO PROFISSIONAL EXECUTADOS COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES

Especificação	Nº de Turmas	Nº de Pessoas Treinadas
Atendente Hospitalar	01	12
Cabeleireiro	02	30
Confeitaria	15	227
Corte e Costura	60	960
Dactilografia	05	60
Depiladora	02	37
Manicure e Pedicure	06	92
Pintor de Obras	03	45
Pintura em Tecidos	38	608
Trabalhos Manuais	67	1025
TOTAL	199	3096

A tabela, permite uma visualização do quantitativo dos cursos realizados com recursos do convênio estabelecido com o PIPMO e de Outras Fontes.

TABELA — 12

TOTAL DE RECURSOS DE INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO FONTE DE RECURSOS — 1976

Fonte de Recursos	Nº de Cursos Segundo Especificação	Número de Turmas	Nº de Pessoas Treinadas
Convênio PIPMO/SETRAPS	15	69	928
Outras Fontes	10	199	3096
TOTAL		268	4024

I Feira de Informações Profissional — IFIP — o processo de desenvolvimento que vem caracterizando a economia atual, tem alterado, consideravelmente, os padrões de consumo de bens e serviços bem como toda a estrutura em que se baseia essa economia, incidindo, em certa proporção, sobre o fator Mão de Obra. Esse aspecto deixa transparecer a crescente demanda de trabalhadores em determinadas profissões, reduzindo-a em outras.

As necessidades que se manifestam nesta área têm recebido, das entidades que mantêm cursos profissionalizantes, uma atenção particular, a partir da expansão da prestação de serviços relacionadas a execução de cursos de pequena duração que proporcionam aos seus participantes as oportunidades de capacitação para o trabalho oferecendo-lhes as condições essenciais para o ingresso no mercado de trabalho.

Por outro lado, o trabalho desempenha um papel importante no comportamento humano que, com frequência, sofre processos de desajustes na medida em que os indivíduos desconhecem as suas reais potencialidades, assim como as oportunidades que são oferecidas tanto pelo mercado de trabalho como pelas entidades e órgãos que se ocupam do treinamento profissional e de colocação e mão de obra.

O processo de formação para o trabalho que implementa diversos órgãos e entidades existentes no Estado tem enfatizado a importância da informação profissional como um meio de fazer chegar à comunidade, as oportunidades que lhe são oferecidas orientando a força de trabalho em função da realidade do mercado.

A partir dessas considerações a SEBS idealizou e coordenou a execução de uma Feira de Informação Profissional que contou com a participação também como promotores na Secretaria de Estado da Educação, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Departamento Regional do Espírito Santo e a Universidade Federal do Espírito Santo.

Além dessas entidades participaram desta I.F.I.P., como entidades expositoras a Delegacia Regional do Trabalho, Movimento Brasileiro de Alfabetização, Secretaria de Estado da Agricultura, Fundação Legião Brasileira de Assistência, Instituto Nacional de Previdência Social,

Escola Técnica Federal do Espírito Santo e Escola de Aprendizagem Marinheiros do Espírito Santo.

A Feira viscou particularmente atingir a alunos a partir da 7ª série do 1º grau, técnicos em educação, professores e universitários assim como a comunidade em geral objetivando informar sobre oportunidades atuais e futuras nos setores de trabalho e educação no Espírito Santo de forma a despertar o interesse pelas profissões técnicas exigidas pelo processo de industrialização que hora se deslancha no Estado.

A IFIP foi montada no Centro de Formação Profissional do SENAC, localizado na Avenida Beira Mar, funcionando de 25 à 27 de novembro de 9 às 21 horas.

A programação realizada constou de exposição em stands sobre as programações específicas das entidades participantes: palestras e filmes sobre as perspectivas de desenvolvimento do Estado, distribuições de material informativo sobre os cursos profissionalizantes; sorteio de livros e bolsas de estudos; apresentação da banda e do grupo de teatro da EAMES; agenciamento de mão de obra através do balcão de Emprego instalado no local da Feira pela Delegacia Regional do Trabalho e Coordenação Estadual do MOBRAL.

Como experiência inicial empreendida nessa área, a IFIP apresentou resultados bastante favoráveis, seja no que se relaciona ao entrosamento de entidades que atuam tendo em vista um objetivo comum, seja quanto ao nível de participação e aceitação do público ao qual a programação, mais especificamente, esteve destinada. Embora não tenha sido utilizado um mecanismo capaz de aferir o número de visitantes, estima-se que mais de 4.000 pessoas tenham participado do evento, haja vista o alto índice de presenças às atividades implementadas durante o período de funcionamento da Feira.

DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

Em 1975, a SEBS abriu nova frente de trabalho a partir do reconhecimento de que o artesanato e o artesanato do Espírito Santo necessitam de um apoio institucional de forma a permitir a sua expansão, tanto como atividade economicamente rentável e como atividade própria ao atendimento das necessidades de lazer e terapêuticas. Assim foi montado um Projeto experimental de Formação de Mão de Obra Artesanal, cujas fases de execução e avaliação processaram-se em 1976.

O projeto foi executado na área da Grande Vitória, junto a 17 entidades sociais registradas na SEBS e ao Centro de Ajustamento Social, realizando-se os cursos conforme demonstra a tabela. O Centro de Artes da UFES e a Secretaria de Mão de Obra do Mib participaram da programação mediante a seleção e treinamento de instrutores e liberação de recursos financeiros, respectivamente.

TABELA — 13

CURSOS PARA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA ARTESANAL EXECUTADOS NA ÁREA DA GRANDE VITÓRIA

Local	Especificação	Nº de Turmas	Pessoas Treinadas
Cariacica	Tecelagem	01	15
Vila Velha	Aproveitamento de Fibras	02	21
	Tecelagem	04	55

Técnicas Diversas (cerâmicas, Fibras, Papier Maché e Tecelagem) ..	01	22
--	----	----

Vitória	Aproveitamento de Fibras	01	14
	Cerâmica	02	23
	Papier Maché	02	20
	Tecelagem	01	16
	Técnicas Diversas (cerâmica e Papier Maché) ...	02	33

Serra	Cerâmica	01	15
	Papier Maché	01	07

TOTAL	18	241
-----------------	----	-----

Para aferição dos resultados obtidos foram montados instrumentos de avaliação, aplicados a instrutores e alunos, evidenciando-se, desta forma, que o projeto atingiu, satisfatoriamente, aos objetivos propostos, ficando ainda delineados novos pontos a serem observados quando da elaboração do novo projeto, dentre os quais destacam-se aproveitamento de artesão como instrutores e ampliação da carga horária estabelecida para determinadas técnicas.

Considerando a estreita relação que existe entre o artesanato e o turismo e tendo em vista a política de integração de esforços que a SEBS tem procurado estabelecer em suas programações, foram iniciados entrosamentos com a Empresa Capixaba de Turismo — EMCA-TUR, no sentido de buscar e oferecer colaboração na adoção de medidas que visem o apoio aos artesãos e o desenvolvimento do artesanato capixaba.

Para subsidiar e fundamentar as ações a serem levadas a efeito, por esta atividade, foi elaborado, encontrando-se em fase de execução, um projeto que caracterizará a situação do artesanato no Espírito Santo, sobre o qual maiores detalhes foram descritos no Programa Estudos e Planejamento.

Colocação de Mão de Obra

As ações empreendidas nesta área, encontram-se descritas no Programa Estudos e Planejamento, uma vez que estão relacionadas ao Projeto SINE.

Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal

Para garantir uma prestação de serviços ao nível desejável, torna-se imprescindível que os profissionais estejam preparados para o desempenho, eficiente e adequado, de seus papéis face à problemática ou situação por eles abordadas, particularmente na área do Social, onde as situações — problemas vêm se tornando cada vez mais complexas, isso requer atualização e aperfeiçoamento técnico.

Uma preocupação constante, e a qual, a SEBS tem dedicado atenção especial, está relacionada ao seu padrão de prestação de serviços à comunidade, assim como à sua capacidade de responder aos estímulos exógenos que visam introduzir novas fontes e formas de apoio e orientação aos setores sobre os quais incide a sua ação.

Partindo dessas considerações, em 1976 foram executadas as seguintes ações:

— Treinamento para Assistentes Sociais recém-admitidos, objetivando:

- * Possibilitar aos particulares, por meio de estudos, informações e análise, o conhecimento e a compreensão das atribuições e sistemática de funcionamento da SEBS;
- * Permitir o conhecimento do Modelo de Ação Comunitária a ser aplicado junto aos movimentos comunitários orientados;
- * Capacitar os participantes para o início de suas funções como profissional da SEBS.

— Treinamento para Agentes Sociais, no sentido de:

- * Capacitar-lhes para o desempenho adequado de suas atribuições, tendo em vista os Programas de trabalho da SEBS;
- * Propiciar condições para o aperfeiçoamento do método de trabalho já adotado;
- * Possibilitar a análise das atividades desenvolvidas pela SEBS.

— Encontros de Assistentes Sociais da Secretaria, tendo em vista:

- * A troca de experiências nos diversos setores de atuação da SEBS;
- * Avaliar as atividades desenvolvidas visando o replanejamento e definição de programas.

— Participação de 1 técnico no IV Curso de Planejamento a Nível Estadual, realizado pelo CENDEC com a colaboração da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte do programa IPEA — SAREM-SEPL/ES.

— Participação de 1 técnico em Curso de Planejamento Social realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

— Participação de 1 técnico no Curso de Serviço Social de Grupo realizado pela Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro.

— Treinamento da equipe responsável pela coordenação e execução do levantamento sobre o Artesanato no Espírito Santo.

— Participação de 1 técnico no 2º Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em Recife — Pernambuco.

— Participação de 1 técnico no Treinamento realizado pela Coordenação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato — SMD/MTb, em Brasília, destinado a representantes das entidades que vêm executando programações com recursos do referido Programa.

— Participação de um técnico no Seminário "Serviço Social no contexto da Administração de Recursos Humanos", realizado em São Paulo.

— Participação de 4 técnicos nos Encontros Sobre a Problemática do Idoso, realizados em Belo Horizonte e Brasília.

— Treinamentos para as equipes, compostas de universitários da UFES integrantes do Projeto Rondon, responsáveis pela coleta de dados do levantamento sócio-econômico das comunidades de Santa Rita e Alecrim.

— Treinamento para os universitários responsáveis pela codificação e tabulação dos dados do levantamento sócio-econômico acima mencionado.

A tabela 14, apresenta uma síntese das ações empreendidas relacionadas com a atividade Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal Técnico e Auxiliar.

TABELA — 14

SÍNTESE DAS AÇÕES REALIZADAS REFERENTES A TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

Especificação	Quant.	Participantes
Encontros de Assistente Sociais	03	96
Treinamento para Assistentes Sociais Recém-Admitidas	01	19
Treinamento para Agentes Sociais ..	01	45
Participação de Técnicos em cursos de Treinamento realizados fora da SEBS	04	04
Participação de Técnicos em Seminários, Encontros e Congressos	04	06
Treinamento de equipes responsáveis pela execução de levantamentos	04	96

FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DO MENOR — 1976

A racional execução da programação da Fundação em 1976, com base em sistema financeiro factível, constitui fator importante de confiabilidade no sistema operacional da Entidade principalmente se levarmos em conta que os programas executados acompanharam em linhas gerais as prioridades estabelecidas no plano.

Em decorrência, o plano de 1976, representou não só a consolidação de uma experiência cujos resultados positivos são incontestáveis, mais ainda a afirmação de uma estratégia que permitiu sistematizar, através do mecanismo do planejamento, a ação ampla da Fundação na área de atendimento ao menor desamparado.

O Financiamento do plano no exercício financeiro teve suporte num esquema que identificou e definiu as fontes de recursos disponíveis oriundas da receita global da Fundação que integrou o Orçamento Geral da Entidade no exercício 1976. Dessa forma, o esquema de financiamento do plano, teve por base a identificação e o dimensionamento das receitas arrecadadas e cuja análise fundamentou-se no comportamento de variáveis que influíram ou condicionaram a arrecadação das diferentes categorias econômicas da receita.

Portanto, na arrecadação da receita em 1976, foram considerados os parâmetros que direta ou indiretamente influenciaram e dentro os quais se destacam:

a) Extrapolação dos itens da receita ao longo do exercício.

b) Índices ponderados das taxas inflacionárias.

c) Estudo das alienações de bens patrimoniais.

d) Recursos repassados pela Funabem e suas aplicações vinculadas.

Partindo-se, assim, para a projeção da Receita Global, a consolidação orçamentária da Receita da Fundação no Exercício financeiro de 1976, apresentou a seguinte classificação a nível de categoria Econômica:

	CR\$
Receitas Correntes	11.596.604,00
Receitas de Capital	3.931.945,00
TOTAL	15.528.549,00

Análise das Categorias Econômicas da Receita

Conforme pode-se observar a Receita Global da Fundação no exercício financeiro de 1976, apresentou um

volume de recursos de Cr\$ 15.528.549,00 (quinze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta e nove cruzeiros), dos quais, Cr\$ 11.596.604,00 (onze milhões, quinhentos e noventa e seis mil e seiscentos e quatro cruzeiros) originaram-se de receitas correntes, e de Cr\$ 3.931.945,00, das receitas de capital.

Na categoria econômica das Receitas correntes, a receita patrimonial atingiu a 45,9% do orçamento total, representando as rendas oriundas de juros de títulos de renda assim discriminados:

	CR\$
Juros de títulos de renda	87.938,00
Dividendos da Petrobrás	709.482,00
Dividendos da Escelsa	629.199,00
Dividendo do Banestes	351.549,00
Juros de depósitos a prazo fixo no BANESTES	2.151.060,00
Produtos de outras operações	3.236.330,00
TOTAL	7.156.558,00

A Receita patrimonial representou dessa forma, destacada fonte de recursos com os quais contou a Fundação para financiar seu plano de trabalho no exercício financeiro de 1976.

Por outro lado, expressiva fonte de recursos com que contou a Fundação, teve por base a receita de transferências correntes. O produto dessa receita decorreu do somatório de rendas obtidas através de transferência de recursos do Governo Estadual, e de convênio firmado com a Funabem.

No exercício de 1976 a receita de Transferências Correntes atingiu a cifra de Cr\$ 3.931.945,00 (três milhões, novecentos e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros), representando portanto, 33,7% das receitas correntes e 25,1% da receita global arrecadada.

No que concerne à categoria econômica da receita de capital, desacou-se de imediato o item relativo à transferência de Capital, cuja receita originou-se de recursos do Governo Estadual, da Funabem e do Fundo de Desenvolvimento da Vale do Rio Doce para aplicação em projetos específicos.

Análise das categorias Econômicas da Despesa

O Plano da Fundação expresso em Orçamento-Programa pode ser visualizado quanto à despesa, basicamente sob 2 (dois) aspectos fundamentais:

a) Despesas por categorias econômicas.

b) Despesas por Programas e sub-Programas.

Em função da política econômica-financeira estabelecida pela Fundação, o Plano do exercício de 1976, apresentou orçamentariamente um esquema financeiro que traduziu perfeito equilíbrio entre a Receita e a Despesa, atingindo o orçamento um volume global de recursos da ordem de Cr\$ 15.528.549,00 (quinze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta e nove cruzeiros).

DIRETORIA TÉCNICA

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS INTEGRADOS FUNABEM/FESBEM

Tendo em vista o natural conhecimento dos programas implantados pelo Convênio FUNABEM/FESBEM, cuja orientação básica é o funcionamento entrosado das atividades e, considerando ainda que o atendimento às necessidades básicas da criança exige a reunião de recursos ligados a outros órgãos do governo e a entidades assistenciais já existentes na comunidade, evitou-se a implantação de programas isolados, e por outro lado defendeu-se a ação conjunta nos projetos: Grande Vitória, C. de Itapemirim e Colatina. Essa mesma orientação é

aplicada aos dois projetos recentemente implantados: Barra de São Francisco e Linhares.

Esse nível de entrosamento é ainda reforçado pela preparação de recursos humanos, conforme os treinamentos e encontros realizados trimestralmente nos projetos sob a orientação das coordenações Regionais de Programas Integrados em Bem-Estar do Menor.

Agruparam-se os programas pelo índice de afinidade em termos de execução, conforme a faixa etária:

INICIAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, APOIO AO JUIZADO DE MENORES, RECREAÇÃO ORIENTADA E PROMOÇÃO FAMILIAR

Criados para atender principalmente a menores na faixa etária de 12 e 18 anos, esses programas visam à introdução do menor ao trabalho minúsculo domiciliar, esportes escolares, profissão e estágio em empresa.

Em Cachoeiro, constituem-se atividades do Centro de Estudos do Menor e Integração da Comunidade — CEMIC. Nos demais projetos os programas são desenvolvidos junto aos Movimentos Comunitários e a outras entidades assistenciais já instaladas em bairros carentes.

INTEGRAÇÃO ESCOLA - COMUNIDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE E ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR

Visando ao atendimento a menores na faixa etária de 4 a 11 anos, esses programas são desenvolvidos basicamente por estudantes. Atingindo as crianças do pré-escolar na recreação e em artes, ou orientando menores da faixa escolar, faz-se a distinção conforme os recursos humanos:

1) Integração Escola-Comunidade abrange os estudantes estagiários, cuja ajuda para alimentação e transportes no valor de Cr\$ 450,00 é fornecida pela FUNABEM, desde abril de 1976, conforme convênio FUNABEM/FESBEM — Projetos integrados 1976/1978. Esses Estudantes, após vários treinamentos passam atuar junto às populações carentes, durante 20 horas semanais.

2) Integração Social da Juventude — atinge recursos humanos estudante ou não, formando-os para a ação voluntária.

No que concerne a essas atividades com estudantes, tem sido proveitoso o envolvimento FESBEM/Escolas. Em Vitória, particularmente é bastante satisfatório o trabalho conjunto FESBEM/RONDON.

PROGRAMA DE RECREAÇÃO E APRENDIZAGEM DE MENORES "PRAM"

Apesar de apresentar no título um só programa, na verdade, o PRAM é um conjunto de programas: Recreação orientada, Iniciação Profissional, Promoção Familiar, Apoio ao Juizado de Menores, Estudo Orientado e Saúde. O atendimento refere-se a 60 menores na faixa etária de 6 a 14 anos, com problemas de conduta anti-social ou com sério problema de carência alimentar. E' em regime de semi-internato o seu funcionamento.

Das tentativas de criação e manutenção desses programas, há o PRAM II, decorrente do convênio FESBEM/Movimento Comunitário de Porto de Santana.

PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE — CEMIC

Em decorrência da necessidade de se criar em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina um centro de profissão para menores carentes, desenvolveram-se no CEMIC programas voltados para a iniciação e encaminhamento ao trabalho de menores na faixa etária de 12 a 18 anos: Iniciação e capacitação Profissional, Recreação orientada (esportes) Saúde e Promoção Familiar, Estudo orientado e Apoio ao Juizado de Menores.

O menor passa um período de 4 horas diárias na obra.

Em Cachoeiro, já está em funcionamento desde o 3º trimestre de 1976 e atende regularmente a 150 menores.

Em Colatina, a implantação está em andamento. Os recursos materiais são fornecidos pelo Convênio FUNABEM/FESBEM.

OS CENTROS DE PROGRAMAS INTEGRADOS

Os primeiros centros de programas integrados foram instalados em Cachoeiro, em Março de 1976, como sistematização das atividades dos voluntários ao atendimento às crianças na faixa etária de 4 a 11 anos.

A partir do ingresso dos estagiários no trabalho preventivo, passamos a contar com os estudantes diariamente nos bairros. Assim formaram-se as equipes de recreação, artes e estudo orientado, sendo as crianças atendidas durante 4 horas diárias através de um rodízio dessas atividades. Após os onze anos continuam ligados à FESBEM, através do CEMIC.

Atualmente, os centros de programas integrados estão sendo organizados nos demais projetos.

OS PROGRAMAS E AS COORDENAÇÕES REGIONAIS

Cabe às Coordenações Regionais fazer cumprir os Convênios firmados entre a FESBEM e as Prefeituras, integrar os recursos comunitários e implantar os programas integrados em bem-estar do menor.

OS TRÊS NÚCLEOS DA GRANDE VITÓRIA

O Projeto Grande Vitória, distribui os programas conforme os 3 núcleos que atualmente equivalem a três municípios: Vitória, Vila Velha e Cariacica.

O local de atuação do núcleo de Vila Velha é Santa Inês. Em Cariacica, há atividades em dois bairros: Porto de Santana e Porto Novo.

Em Vitória, as atividades tendem a se concentrar nos bairros de Santo Antônio e Andorinhas.

Está previsto um coordenador para cada núcleo.

PROGRAMA DE TREINAMENTO DE PESSOAL

Através desse programa, centenas de pessoal já foram preparados para o trabalho com menores, contando-se entre elas estudantes, professores, comissários de menores, dirigentes de obras sociais e outro.

Nos últimos encontros, além da transmissão de novas técnicas e do intercâmbio de experiência, procurou-se verificar o nível de influência dos treinamentos na ação cotidiana dos participantes, quanto ao campo de trabalho de origem. As pessoas já treinadas por algumas vezes, passaram a monitores, resultando numa programação mais adequada às necessidades dos participantes.

Durante o ano de 1976 foram ministrados 20 treinamentos, atingindo 1.117 participantes.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA FESBEM

ATIVIDADES EXECUTADAS:

Implantação do Centro de Recolhimento Provisório, durante 2 (dois meses), orientando um serviço de apoio ao Juizado de menores da capital, representou o CRP uma tentativa da FESBEM de proporcionar condições ao Juizado de Menores, de triagem de menores infratores por meios técnicos oferecidos a quem de direito. O CRP atendeu a aproximadamente 80 menores até o encerramento de suas atividades, em junho.

Participação do Projeto de reestruturação do Instituto Presidente Castelo Branco, com o objetivo de absorver a triagem de infratores criando instalações de segu-

raça adequadas ao tipo de clientela previsto com recursos carreados da FUNABEM, aprovado e em fase de execução.

Implantação do I Programa de Cursos Profissionalizantes no IPRES, proporcionando matrículas de menores de todas as unidades da Rede Oficial, com o objetivo de oferecer conhecimentos básicos. Tem várias opções de treinamento e ensino profissionais, através de maior carga de prática e menor carga de teoria, com o fim de qualificar os alunos para integração no mercado de trabalho (ver quadro 5, anexo) nas seguintes modalidades: mecânica de Automóveis, Lanternagem, Serralheria, Eletricidade Básica, Enrolamento de Motores, Tipografia, Encadernação, Mercenaria, Padaria.

O trabalho de implantação exigiu a criação de uma metodologia simplificada apesar de planejada, bem como a preparação de Instrutores, fez ao todo, para o cumprimento do Programa, os quais atenderam a 264 matriculados nos dois períodos semestrais. Um número considerável de menores pôde fazer mais que um curso durante o ano de 1976.

Treinamento pessoal técnico e auxiliar para implantação do Centro de Reeducação Feminino, inteiramente coordenado pela C.F., com a participação de 16 treinandos e de 5 preletores ou monitores que dirigiram os vários temas indicados na ocasião.

Treinamento de cozinheiros e pessoal de administração de obras conveniadas, em Educação Alimentar, coordenado pela Economista Doméstica, com participação de Programas Integrados de Prevenção. O número de treinados foi de 22, havendo 4 preletores dirigindo os temas para os fins de treinamento.

Programa de Recreação e Desportos Orientados, através de uma sub-coordenação na Rede Oficial, com a utilização de recreadores universitários, ao todo, com bolsas de trabalho e estágio supervisionado pela sub-Reitoria Comunitária, atendendo ao CRT, IPFS e CRF, e algumas atividades da Coord. de Prog. Integrados, eventualmente.

I Encontro de Ex-Alunos da FESBEM, Promoção da Coordenação Pedagógica em conjunto com a coordenação de serviço Social da FESBEM. O Programa foi executado dentro da previsão, com o comparecimento de uma amostra de 56 Ex-Alunos das diversas unidades. Foi aplicada uma pesquisa com vários indicadores de situação sócio-econômica, com a participação de 8 esportistas da Escola de Serviço Social e da Escola de Educação Física, da UFES, nas entrevistas. Os resultados da pesquisa serão anunciados em 1977, após a mensuração e tabulação dos dados sociométricos obtidos.

Seleção e treinamento de todos os técnicos e auxiliares da área pedagógica: professores, recreadores, psicólogos, auxiliares de serviços técnicos, assistentes de aluno, instrutores de profissionalização, economistas domésticas, instrutores de artesanato, coordenadores de atividades técnicas, em função das necessidades das unidades oficiais. Contudo, um treinamento específico de Assistente de Alunos e um treinamento de cozinheiros e pessoal administrativo foram, ainda, realizados dentro das atribuições da Coordenação. No que concerne a esta parte, cerca de 120 pessoas passaram por entrevistas, seleção e treinamento.

Foram 58 visitas às obras da Rede Oficial, para fins de orientação ou assessoria aos supervisores de Unidades, Coordenadores de Atividades bem como para reuniões de avaliação com instrutores, professores, assistentes de

alunos e acompanhamento e coordenação dos treinamentos e encontros.

Participação do Coordenador Pedagógico, na qualidade de preletor ou monitor, no III Encontro de Comissários de Menores, no treinamento de Assistentes de alunos do CRF, no treinamento de pessoal de cozinha e Administração.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Trata-se de uma atividade específica de planejamento nas áreas psicopedagógica e serviço social, constituindo-se na formulação de projetos e programas indicados ou solicitados pela Presidência ou Diretoria Técnica.

Mesmo acumulando a Coordenação Pedagógica da FESBEM, foram elaborados os seguintes projetos e programas, no ano de 1976:

a) Projeto de Aquisição de veículos, em convênio com a FUNABEM. Aprovado em abril, considerando como objetivo a renovação da frota de veículos da FESBEM ao mesmo tempo em que dava oportunidade ao setor de Transportes de Reformar diversos veículos ainda em condições de uso. Os tipos de veículos indicados foram: Caminhão Mercedinha 2608-D, 1 micro ônibus Mercedinha L608 — D Escolar, Volkswagen Brasília — 1600, 1 Volkswagen Kombi — 1600.

b) Projeto de Reestruturação e Ampliação do Instituto Presidente Castanho Branco, aprovado e conveniado pela FUNABEM/FESBEM. Refere-se à dinamização do atendimento existente naquela Unidade com a absorção das Funções de triagem de infrações e recolhimento provisório. Consiste na ampliação das instalações físicas da obra com o acréscimo de duas alas especiais para alojamento de menores em vias de desligamento e para menores de acentuado grau de periculosidade.

c) Projeto de Estruturação do Centro de Reeducação Feminino, realizado com a cooperação do Assessor da Diretoria Técnica, na ocasião com vistas à habilitação de um convênio de manutenção com a FUNABEM, aprovado em maio e executado a partir de junho. Teve como objetivo o atendimento de menores do sexo feminino em regime de internato, com o fim de proporcionar tratamento integral para sua integração social, com a capacidade de matricular até 50 menores na última fase de implantação.

d) Projeto de Implantação do Centro de Profissionalização de menores, aprovado e firmado convênio triplice entre FESBEM/FUNABEM/CIA. VALE DO RIO DOCE, em presença do Presidente da República no mês de junho. Refere-se à criação de um sistema de profissionalização efetiva de menores carentes, sejam matriculados em obras de internamento ou simplesmente classificados como membros de famílias marginalizadas da comunidade. Visa instalar 20 oficinas de treinamento profissional através de cursos de longa, média e curta duração, podendo atender até a 500 menores por ano, preparando mão-de-obra qualificada para integração no complexo industrial emergente na GRANDE VITÓRIA.

e) Projeto de um novo sistema de classificação e avaliação de obras conveniadas, ainda não aprovado. Trata-se de uma modificação profunda nas atribuições da FESBEM de supervisionar, quantificar e dotar as obras conveniadas de modo a estimular seu desenvolvimento em direção a um melhor padrão de qualidade, consequentemente vindo a beneficiar a aproximadamente 2.500 menores em todo o Estado. Este estudo foi solicitado pela coordenação de S. Social, que dele participou integralmente, na preparação.

f) Preparação do Documento para o SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO das Secretarias de Estado, apresentando na participação da SEBS, com o relato das estratégias de ação Social da FESBEM na política do desenvolvimento social do Estado, seus objetivos gerais, metas atingidas em 1975/76, e metas para 1977.

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL — FESBEM

Durante o ano de 1976, o serviço social da FESBEM, cuja função básica é a de planejar e executar programas de atendimento ao Menor, de acordo com a Metodologia do Serviço Social, enquadrada à filosofia do Bem-Estar do Menor, procurou orientar o menor e sua família, nas áreas em que atua.

Para tanto, contou com onze Assistentes Sociais seto Estudantes de Curso de Serviço Social da UFES, beneficiados com bolsa de Trabalho, e uma Auxiliar de Serviços Técnicos, todos sob a orientação técnica da Coordenadora do Serviço Social, elemento de ligação entre o S.tor e o Diretor Técnico da FESBEM.

Atividades Desenvolvidas

Coordenação do Serviço Social:

Realizou as seguintes atividades:

— Reuniões periódicas com a equipe do Serviço Social, visando à avaliação dos trabalhos desenvolvidos, o aperfeiçoamento e a atualização dos Assistentes Sociais;

— Visita às unidades da Rede Oficial e Particular, Projeto I e demais serviços ligados à Coordenação;

— Reuniões e contatos com Supervisores das Unidades da Rede Oficial, aos quais os assistentes Sociais estão administrativamente vinculados, verificando a integração do Serviço na Unidade;

— Coordenação e acompanhamento do estágio de alunos do curso de Serviço Social da UFES;

— Estruturação do Serviço Social junto ao programa de apoio ao Juizado de Menores da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim;

— Elaboração de pareceres em processos de obras Convenientes com a FESBEM;

— Seleção de Assistentes Sociais e Bolsistas, para atuação no setor do Serviço Social;

— Participação em reuniões de Campos de Estágios da UFES, como representante da FESBEM;

— Elaboração de normas de atuação do Serviço Social nos CEMIC;

— Promoção em conjunto com a Coordenação Pedagógica, do 19 Encontro de Ex-Alunos da FESBEM;

— Preparação junto ao Assessor de Planejamentos de um novo sistema de Classificação e Avaliação de Obras convenientes ainda não aprovado.

Centro de Recepção e Triagem (CRT)

O Serviço Social no CRT, procedeu ao atendimento a menores encaminhados pelo Juizado de Menores da Comarca de Vitória e pelo plantão do Serviço Social da própria FESBEM.

Para tanto, realizou o estudo e diagnóstico de casos

visando ao encaminhamento adequado a cada um, o qual se deu através de reintegrações familiares, encaminhamentos a Obras de permanência da Rede Oficial e Particular, recambiamentos ao local de origem e Adoções.

Com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento da vivência grupal e da socialização e, visando motivar e capacitar os menores para uma eficaz reintegração na sociedade, foi desenvolvido um trabalho de grupo, com treze (13) menores que apresentaram alta incidência em reinternações. Tal trabalho, que contou com a colaboração da Psicóloga da Unidade na aplicação de testes e participação em reuniões, permitiu um estudo mais sistemático dos problemas apresentados e a reformulação preliminar de metas de tratamento e determinação do processo de ajuda.

Como complementação, foi realizado, também um trabalho de grupo de pais e responsáveis por estes menores, cuja finalidade era, principalmente, a de tentar conscientizá-los quanto a suas responsabilidades na educação dos filhos, através da orientação para a mudança de atitudes frente à situação problema do menor.

Instituto Profissional Francisco Schwab (IPES)

A atuação do Serviço Social nesta Unidade, esteve voltada para o estudo da situação-problema de cada menor, incentivando o contato do mesmo com sua família, dando-lhe orientação adequada e sempre buscando a sua valorização como indivíduo, a utilização dos recursos disponíveis, interpretando, também, os objetivos da Unidade e da FESBEM. Junto às famílias, foi realizado um trabalho de interpretação e esclarecimento quanto aos objetivos e formas de atendimento da Obra.

A família foi levada a modificar condutas inadequadas por outras mais favoráveis ao desenvolvimento do menor. Os pais e responsáveis foram incentivados a visitar o menor na Unidade, bem como a recebê-lo nos finais de semana e férias.

Com os menores em via de serem encaminhados para o trabalho, o Serviço Social, juntamente com o Serviço de Integração Profissional, empenhou-se em prepará-los devidamente quanto à aceitação de estágio ou emprego a que seriam encaminhados. Com relação àqueles que trabalham, o objetivo do Serviço Social, foi o de reintegrá-los à família, após conhecimento aprofundado de ambos, família e menor. Fez-se isto, para que os responsáveis pelos menores assumam seu verdadeiro papel e também para que estes possam alcançar sua afirmação individual e ajustamento na vida social e profissional.

Serviço de Integração Profissional (SIP)

Criação em consequência da necessidade de aproveitamento da mão-de-obra dos menores internos da FESBEM, situado provisoriamente no IPFS, o SIP tem como objetivo dar aos menores condições de se profissionalizarem, visando ao aproveitamento dos mesmos no mercado de trabalho, o que acarretará uma socialização mais rápida e concreta.

Durante o ano de 1976 colocou oitenta e quatro menores no Mercado de trabalho, previamente orientados pelos Assistentes Sociais das Unidades às quais estavam vinculados.

Por não ter podido contar permanentemente com um Assistente Social, esse Serviço foi orientado por Auxiliar de Serviços Técnicos, a quem coube acompanhar os menores no trabalho, organizar a documentação dos mesmos, manter contatos com Empresa e, realizar o cadastramento de outros, para futuros encaminhamentos.

Neste período foram assinados convênios com o BANDES e a ENGERAL e, contactos com a SERCOP e a FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. Tais convênios e contratos, vieram abrir novas perspectivas quanto à colocação de menores no trabalho, ampliando-se assim, as opções, antes bastante limitadas.

Instituto Presidente Castelo Branco (IPCB)

Destinado ao atendimento de menores do sexo masculino, portadores de conduta-anti-social acentuada, na faixa etária de 14 anos a 18, o Serviço Social ali desenvolveu atividades com o objetivo de reeducá-los, visando a sua reintegração na família, no trabalho, na sociedade.

Para tanto, realizou atividades a nível individual acompanhando os menores durante o período de permanência na Obra, orientando-os quanto aos objetivos da Unidade, conscientizando-os e motivando-os para o trabalho, realizando encaminhamentos a recursos da própria FESBEM e da Comunidade.

Como complementação a esse trabalho, procurou orientar e conscientizar os pais e responsáveis quanto ao relacionamento e aceitação do menor: sua situação problema.

Centro de Reeducação Feminino (CRF)

Tendo iniciado suas atividades a partir de agosto/76, o CRF destina-se ao atendimento de menores do sexo feminino, na faixa etária de 9 a 15 anos, portadoras de conduta anti-social.

Assim, daquela data até então, o Serviço Social da Unidade desenvolveu o estudo e diagnóstico de cada caso, visando ao tratamento adequado a ser dado às menores internas. Para tanto, trabalhou integralmente com os outros serviços técnicos prestados pela Unidade.

NOS PROGRAMAS INTEGRADOS EM BEM-ESTAR DO MENOR:

Programa de Recreação e Aprendizagem de Menores (PRAM II)

Atendendo a sessenta (60) menores, na faixa etária de 6 a 14 anos, sendo 50 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, e funcionando em regime de semi-internato, encontra-se localizado em Porto de Santana.

No PRAM II, a atuação do Serviço Social inicia desde a matrícula do menor até seu desligamento do mesmo. Para tanto, essa atuação é levada a efeito, através de:

- acompanhamento de casos;
- promoção e participação em reuniões sistemáticas com a equipe inter-disciplinar, com os menores, os pais ou responsáveis;
- da articulação com recursos humanos e instituições sociais;
- da orientação, assessoramento e coordenação das atividades do PRAM II.

Projeto I — (Cachoeiro de Itapemirim)

Programa de Apoio ao Juizado de Menores:

Atuando junto ao Juizado de Menores da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, através do Plantão de Serviço Social, o Assistente Social ali lotado, desenvolveu as seguintes atividades:

- entrevistas com Menores, para estudo e diagnóstico, visando ao encaminhamento adequado dos mesmos;
- cadastramento de Menores em atividades marginalizantes, para elaborar programação de atendimento aos menores;

— atendimento às famílias, tendo em vista a individualização dos casos;

— encaminhamento para o ensino formal, visando uma melhoria da situação individual dos Menores;

— orientação técnica a obra conveniente com a FESBEM;

— entendimentos com Obras Sociais da Comunidade;

— participação em treinamento de Bolsistas e Estudantes;

— coordenação de pesquisas;

— reuniões diversas.

CEMIC

O Centro de Estudos do Menor e Integração Comunitária (CEMIC), que promove a iniciação profissional e encaminha menores na faixa etária de 12 a 18 anos, iniciou suas atividades em agosto de 1976. Contando com um Assistente Social, o Serviço Social nessa Obra realizou a seguinte programação a partir de então:

— estudo da elegibilidade para matrícula de menor;

— acompanhamento dos menores ali atendidos, através de entrevistas e reuniões de grupo;

— início de reuniões com grupos de pais e responsáveis;

— orientação e coordenação técnica da equipe de trabalho do CEMIC;

— contatos com recursos da Comunidade, para promoção da Obra junto à mesma.

Projeto II (COLATINA)

CEMIC

Embora ainda não em funcionamento, o CEMIC-Colatina conta com um Assistente Social desde novembro de 1976, que está mantendo contatos com Obras Sociais, Clubes de serviço e outras instituições a fim de promover a Obra e cadastrar recursos. Participou de reuniões com bolsistas que atuam junto ao Projeto, com a finalidade de tomar conhecimento do trabalho desenvolvido.

Além disso, iniciou o estudo da elegibilidade dos Menores que deverão ser matriculados no CEMIC, quando este entrar em funcionamento.

SERVIÇO DE ESTUDOS E PROJETOS (S E P):

Este Serviço, contou com um Assistente Social, que durante o período em questão promoveu a Orientação Técnica a Obras Convenientes com a FESBEM; realizou Triagem de Menores a serem beneficiados por Convênio recém-firmado; manteve estreito relacionamento com as Obras que desenvolvem trabalho com o menor, interpretando e divulgando a Política de Bem-Estar do Menor e, ainda, promovendo o desligamento de menores internos em Obras convenientes, após estudo dos casos, reintegrando-os à família ou encaminhando-os ao I. P. F. S. para que ali recebessem ensino profissionalizante.

FESBEM

MENORES ATENDIDOS EM 1976

QUADRO II - GERAL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

E S P E C I F I C A Ç Ã O		FAIXA ETÁRIA / SEXO						TOTAL
		0 / 6 ANOS		7 / 12 ANOS		13 / 18 ANOS		
		MAS.	FEM.	MAS.	FEM.	MAS.	FEM.	
REDE PRÓPRIA	CRT							614 (F 88)
	CRM					104		104
	OUTRAS INSTITUIÇÕES (IPFS+CRF)	-	-	63	-	102	31 (CRF)	198
	COLOCAÇÃO FAMILIAR							42
	SUBSÍDIO ECONOMICO (PLANTÃO)							2.389
	OUTROS ATENDIMENTOS							172
	SUBTOTAL			63		206	31	3.519
REDE PARTICULAR(2)	INTERNATO (I)	23	12	141	19	11	05	178
	SEMI-INTERNATO (I)	10	10	52	29	19	05	120
	EXTERNATO (I)	04	03	46	12	46	07	117
	OUTROS ATENDIMENTOS							
	SUBTOTAL	37	25	239	60	76	17	415
PROGRAMA PREVENTIVO	PROJETO ESPECÍFICO *	mas/fem		mas/fem		mas/fem		10.617
	SUBTOTAL	3.750		4.315		3.652		10.617
	TOTAL	3.787	25	4.617	60	3.934	38	14.551

(1) Demonstrado à parte (quadros 2 e 3), as instituições, agrupadas os menores por número, faixa etária e sexo.
 (2) Através de Convênios, contratos e "per capita"

QUADRO 1.2

Rede Particular - Oficial

MENORES ATENDIDOS EM 1976

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FESBEM

UNIDADES ESPECIAIS	FAIXA ETÁRIA / SEXO						SUB-TOTAL
	0 / 6 ANOS		7 / 12 ANOS		13 / 18 ANOS		
	MAS.	FEM.	MAS.	FEM.	MAS.	FEM.	
C. R. T:							526 - M 88 - F
Inst. Pres. Castelo Branco	-	-	-	-	104	-	
Inst. Prof. Francisco Schwab	-	-	63	-	102	-	165
C. P	-	-	-	-	-	31	31
T O T A L			63		206	31	810

MEIORES ATENDIDOS EM 1976

FESBEM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTITUIÇÕES PARTICULARES	SEXO	FAIXA ETÁRIA / REGIME									SUB-TOTAL
		0 / 6 ANOS			7 / 12 ANOS			13 / 18 ANOS			
		INT.	S.INT.	EXT.	INT.	S.INT.	EXT.	INT.	S.INT.	EXT.	
APAE - VITÓRIA	MAS.			02			07			01	10
	FEM.						04			02	06
Artesanato O.S.Cristo Rei	MAS.	03			01						04
	FEM.										
Ass.de Moradores N.Esperança	MAS.		02			08			04		14
	FEM.					10			02		12
Associação Bras.Ed.Familiar	MAS.						33			29	62
	FEM.										
APAE - COLATINA	MAS.			03			03			01	07
	FEM.										
Creche Menino Jesus	MAS.		06								06
	FEM.		05								05
EXPENIA	MAS.										
	FEM.										
Educandário Alzira Bley	MAS.	14			16			04			34
	FEM.	10			14			02			26
TOTAL GERAL		27	13	07	31	18	49	06	06	33	100
Lar da Menina	MAS.										
	FEM.				01						01
Lar de Abigail	MAS.	02									02
	FEM.	02									02
Lar Esc. Genoveva Machado	MAS.	01						02			03
	FEM.							01			01
Lar Jerônimo Ribeiro	MAS.				21						21
	FEM.										
Lar Sta.Terezinha M. Jesus	MAS.										
	FEM.				04			02			06
Mov.Com.Porto de Santana	MAS.					23			04		27
	FEM.					06					06
Pupileira Zelia V.de Aguiar	MAS.		02								02
	FEM.										
Unidade Ed.Integrada de Vinhati CO	MAS.					06					06
	FEM.		04			07					11
TOTAL GERAL		05	06	-	26	42	-	05	04	-	88
Escola Artesanal de Ecoporanga	MAS.						03			15	18
	FEM.						06			05	11
Fundação Carolina Fraga	MAS.				16						16
	FEM.										
Fundação Cidade do Garoto	MAS.	02			18						20
	FEM.										
Ginásio I.Coração de Maria	MAS.				23						23
	FEM.										
Inst.Agro-Industrial M. Líbano	MAS.	01			27			05			33
	FEM.										
Instituto Sagrada Família	MAS.										
	FEM.		01			06			02		09
Instituto Educ.e Ass.Combiniano	MAS.					15			11		26
	FEM.								01		01
Lar André Luiz	MAS.										
	FEM.										
TOTAL GERAL		03	01	-	84	21	09	05	14	20	157

1º TRIMESTRE/76
1º TRIMESTRE/76

QUADRO 3.0.
QUADRO 3.0.

PROJETOS	FAIXA ETÁRIA			
	0/6 ANOS	7/12 ANOS	13/18 ANOS	TOTAL
Grande Vitória				
Cursos Profissionalizantes	—	—	265	265
Cachoeiro de Itapemirim				
Cursos Profissionalizantes	—	—	235	235
Centros de Prog. Integrados	200	175	—	375
Colatina				
Cursos Profissionalizantes	—	—	328	328
TOTAL	200	175	828	1.203

MENORES ATENDIDOS NOS PROGRAMAS
2º TRIMESTRE/76

PROJETOS	FAIXA ETÁRIA			
	0/6 ANOS	7/12 ANOS	13/18 ANOS	TOTAL
Grande Vitória				
Cursos Profissionalizantes	—	—	125	125
Recreação e Artes	125	425	125	675
Cachoeiro de Itapemirim				
Cursos Profissionalizantes	—	—	275	275
Centros P. Integrados	260	230	—	490
Colatina				
Cursos Profissionalizantes	—	—	175	175
Recreação	150	600	—	750
TOTAL	535	1.255	700	2.490

MENORES ATENDIDOS NOS PROJETOS
3º TRIMESTRE/76

PROJETOS	FAIXA ETÁRIA			
	0/6 ANOS	7/12 ANOS	13/18 ANOS	TOTAL
Grande Vitória				
Cursos Profissionalizantes	—	—	150	150
Recreação e Artes	500	250	250	1.000
Cachoeiro de Itapemirim				
Cursos Profissionalizantes (CEMIC)	—	—	139	139
Centros de Prog. Integrados	395	200	—	595
Colatina				
Cursos Profissionalizantes	—	—	200	200
Recreação	500	125	175	800
TOTAL	1.395	575	914	2.884

MENORES ATENDIDOS NOS PROJETOS
4º TRIMESTRE/76

PROJETOS	FAIXA ETÁRIA			
	0/6 ANOS	7/12 ANOS	13/18 ANOS	TOTAL
Grande Vitória				
* PRAM	—	60	—	60
Cursos Profissionalizantes	—	—	150	150
Recreações e Artes	500	1.000	—	1.500
Cachoeiro de Itapemirim				
Cursos Profissionalizantes (CEMIC)	—	50	410	460
Centros de Prog. Integrados	220	300	—	520
Colatina				
Cursos Profissionalizantes	—	—	200	200
Recreação	500	500	350	1.350
Linhares				
Cursos Profissionalizantes	—	—	50	50
Centros de Prog. Integrados	200	200	—	400
Barra de São Francisco				
Cursos Profissionalizantes	—	—	50	50
Centros de Prog. Integrados	200	200	—	400
TOTAL	1.620	2.310	1.210	5.140

FUNDAÇÃO ESPIRITOSSANTENSE DO BEM ESTAR DO MENOR

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS

QUADRO 4.0

PLANEJAMENTO DE CURSOS (por semestre)

Cursos	Local	Turmas	Alunos por Turma	Total de Alunos	Horas p/ Dia	Total de Horas/Curso	Turno
Mecânica de Automóveis	IPFS	1	12	12	3	180	manhã
Lanternagem	IPFS	1	12	12	3	180	"
Serralheria	IPFS	2	10	20	6	180	manhã/tarde
Eletricidade Básica	IPFS	1	10	10	3	180	Tarde
Enrolamento de Motores	IPFS	1	10	10	3	180	"
Tipografia	IPFS	2	12	24	6	180	manhã/tarde
Encardenação	IPFS	2	10	20	6	180	" "
Marcenaria	IPFS	2	8	16	6	180	" "
Padaria	IPFS	1	8	8	3	180	Tarde

OBS: — Foram dois semestres, os períodos. Cada curso aqui constante foi executado duas vezes

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO

Estrutura Organizacional — As estruturas de organizações funcionais, institucionalizadas com a finalidade de enfrentar condições previsíveis, não inovadoras, mostram-se incapazes de reagir eficientemente às mudanças radicais do meio-ambiente, à medida que a sociedade permanece estável e imodificável, os problemas que oferece aos homens têm a tendência a se inserirem na rotina e se tornaram previsíveis. As organizações atuantes num tal ambiente podem ser relativamente permanentes. Mas quando a transformação se acelera, os problemas inéditos afloram cada vez mais e as formas tradicionais de organização mostram-se inadequadas para enfrentar as novas situações. Assim, estruturas temporárias de desempenho são criadas, à medida que toda a organização luta para preservar-se a si mesma e para continuar o seu crescimento. Na estrutura administrativa, exatamente como na estrutura da arquitetura, estamos passando de formas de duração longa para formas de duração efêmera, da permanência para a transitoriedade.

A aceitação desse ritmo de aceleração continua justificada em suas plenitude, a remodelação estrutural da Fundação Cultural objetivando torná-la mais funcional e, ao mesmo tempo menos onerosa.

A Fundação Cultural do Espírito Santo, criada pela Lei nº 2.307, de 17 de novembro de 1967, instituída pela Lei nº 2.468, de 24 de novembro de 1969, com as modificações introduzidas pela Lei nº 2.667, de 20 de dezembro de 1971 e regida pelo Decreto nº 039-N, de 30 de janeiro de 1970 (Estatuto), com as modificações que lhe foram introduzidas pelo Decreto nº 242-N, de 14 de junho de 1972, é uma entidade jurídica de direito privado que, anteriormente, se achava vinculada à então Secretaria de Educação e Cultura.

De acordo com o artigo 119 da Lei nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975, a Fundação Cultural do Espírito Santo passou a se vincular à Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social, de natureza substantiva, integrante da estrutura organizacional básica do Poder Executivo como definida no artigo 10 da referida Lei.

Para adaptar a Fundação Cultural do Espírito Santo aos dispositivos da Lei de Modernização Administra-

tiva foi elaborado novo projeto de Estatuto, que se acha em fase final de aprovação.

A estrutura organizacional proposta no referido Estatuto compreende:

I — Órgãos de Deliberação Superior:

- a) Conselho de Administração
- b) Conselho Curador

II — Órgãos de Direção

- a) Diretoria Executiva

III — Órgãos de Atuação Especializada:

- a) Teatro Carlos Gomes
- b) Biblioteca Pública
- c) Museu do Colono
- d) Rádio Espírito Santo
- e) Televisão Educativa do Espírito Santo
- f) Galeria de Arte

Por sua vez o artigo 24 do Estatuto proposto dispõe que a estrutura técnica e administrativa subordinada à Diretoria Executiva, será definida em Regimento Interno da Fundação que deverá ser apresentado ao Conselho de Administração em prazo não superior a 60 (sessenta) dias e submetido à homologação do Governador do Estado em prazo não superior a 10 (dez) dias, a contar de sua publicação.

O artigo 7º consagra a composição do Conselho de Administração sob nova presidência, consequente à nova vinculação administrativa da Fundação à Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social. Tal composição é a seguinte:

- I — Secretário de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social, como Presidente;
- II — Representante da Secretaria de Estado da Educação;
- III — Representante da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos;

- IV — Representante da Universidade Federal do Espírito Santo;
- V — Representante do Conselho Estadual da Cultura e
- VI — Dois membros de livre escolha do Governador, dentre destacadas pessoas relacionadas com as atividades culturais do Estado.

Recursos Humanos — O quadro de pessoal vigente na Fundação é o mesmo aprovado pelo Conselho de Administração mediante Resolução número 04/73, de 24 de outubro de 1973 e homologado pelo Governador do Estado em 09 de novembro do mesmo ano, publicado no Diário Oficial de 21.11.73. O citado Quadro de Cargos e Salários compreende 125 (cento e vinte e cinco) empregados com salários que variam de 1,25 a 20,00 salários mínimos. Eles estão agrupados em 19 (dezenove) níveis salariais. Considerando-se o salário referência, tais níveis salariais estão situados entre 1,50 e 33,08 do referido padrão.

Sem considerar as vantagens de cada empregado e os encargos sociais relativos a INPS, FGTS, PASEP e Seguros de Acidentes do Trabalho, a despesa mensal relativa a salários totaliza Cr\$ 344.356,00, representando um dispêndio anual da ordem de Cr\$ 4.476.628,00 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, seiscentos e vinte e oito cruzeiros).

Os salários e as vantagens previstas nos artigos 137, 138, 139, 140 e 142 do Regimento da Fundação, especialmente aquelas referentes ao último dos artigos citados e ainda o aumento de 44,14% vigente a partir de maio, decorrente da elevação do salário mínimo, tornaram insuficientes os recursos da ordem de Cr\$ 3.178.000,00 (três milhões, cento e setenta e oito mil cruzeiros) consignados no Orçamento de 1976 para pagamento de Pessoal na rubrica de Despesas Variáveis, tornando-se necessária a abertura de créditos suplementares, inclusive de Cr\$ 500.000,00 à conta de Recursos de Outras Fontes, conforme decreto nº 1.411 de 22.12.76 que, também, suplementou, em Cr\$ 60.000,00 o Elemento referente a Contribuições de Previdência Social, além de outros Elementos da Despesa.

Contando com um Quadro de Pessoal bastante reduzido, aprovado em 1973, com carências qualitativa e quantitativa, a Fundação no sentido de dar cumprimento aos projetos e atividades programadas, manteve contrato de prestação de serviços com vinte e duas (22) pessoas, com uma despesa média mensal de Cr\$ 60.000,00 pagos através do Elemento Remuneração de Serviços Pessoais.

Por despacho governamental exarado em 23.09.76 no processo nº 01060 foi aprovado novo Quadro de Cargos e Salários para operação de Televisão Educativa — Canal 2, para o período de agosto à dezembro, com trinta e oito funções, representando uma despesa mensal da ordem de Cr\$ 160.800,00 (cento e sessenta mil e oitocentos cruzeiros).

Então, para operar os seus Serviços Administrativos, o Teatro Carlos Gomes, a Biblioteca Pública, a Rádio Espírito Santo e o Museu do Colono e também desenvolver as novas atividades concernentes à Criatividade Infantil, Música para Jovens, Teatro Estúdio, Circo da Cultura e transmissões esportivas, a Fundação contou, em 1976, com uma média mensal de 147 elementos, servidores e contratados eventuais. A partir de setembro a esses 147 se somaram mais trinta e oito elementos de serviços prestados para operação da televisão educativa. Assim, o rendimento desses recursos humanos, a grosso modo, pode ser considerado satisfatório.

Recursos Financeiros — De acordo com a Portaria E nº 778, de 20 de janeiro de 1976, da Secretaria de Estado do Planejamento, publicada no Diário Oficial de 28.01.76, a Fundação Cultural do Espírito Santo teve seu Orça-

mento aprovado para 1976, com uma receita da ordem de Cr\$ 14.911.000,00 (quatorze milhões, novecentos e onze mil cruzeiros), sendo: Cr\$ 11.996.000,00 relativos à transferência do Tesouro do Estado e Cr\$ 2.915.000,00 de recursos próprios classificados sob o ponto de vista orçamentário como Receita Industrial.

A programação para as despesas foi a seguinte:

a) — PESSOAL:

Recursos do Tesouro	Cr\$	2.460.000	
Recursos Próprios	Cr\$	848.000	3.308.000

b) MATERIAL DE CONSUMO:

Recursos do Tesouro	Cr\$	100.000	
Recursos Próprios	Cr\$	106.000	206.000

c) — SERVIÇOS DE TERCEIROS:

Recursos do Tesouro	Cr\$	2.290.000	
Recursos Próprios	Cr\$	153.000	2.443.000

d) — ENCARGOS DIVERSOS:

Recursos do Tesouro	Cr\$	500.000	
Recursos Próprios	Cr\$	1.100.000	1.600.000

e) — DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES:

Recursos do Tesouro	Cr\$	10.000	
Recursos Próprios	Cr\$	278.000	288.000

f) — SUBVENÇÕES SOCIAIS

Recursos do Tesouro	Cr\$	40.000	40.000
---------------------	------	--------	--------

g) — SALÁRIO FAMÍLIA:

Recursos do Tesouro	Cr\$	10.000	10.000
---------------------	------	--------	--------

h) — CONTRIBUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL:

Recursos do Tesouro	Cr\$	800.000	800.000
---------------------	------	---------	---------

i) — DIVERSOS (Elemento 3.2.7.9.00):

Recursos do Tesouro	Cr\$	1.000.000	1.000.000
---------------------	------	-----------	-----------

j) — OBRAS PÚBLICAS:

Recursos do Tesouro	Cr\$	2.520.000	2.520.000
---------------------	------	-----------	-----------

l) — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES:

Recursos do Tesouro	Cr\$	2.166.000	
Recursos Próprios	Cr\$	230.000	2.396.000

m) — MATERIAL PERMANENTE:

Recursos do Tesouro	Cr\$	100.000	
Recursos Próprios	Cr\$	200.000	300.000

TOTAL GERAL			14.911.000
----------------------	--	--	------------

Esses recursos no valor de Cr\$ 14.911.000,00 (quatorze milhões, novecentos e onze mil cruzeiros), foram suplementados mediante Decreto nº 1.411, de 22 de dezembro de 1976, em Cr\$ 1.690.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa mil cruzeiros), com dotação de outras fontes (Reserva de Contingência), obedecendo a seguinte especificação orçamentária:

a — Pessoal	Cr\$ 500.000	
b — Material de Consumo	Cr\$ 150.000	
c — Outros Serviços de Terceiros	Cr\$ 750.000	
d — Encargos Diversos ...	Cr\$ 230.000	
e — Contribuição de Previdência Social	Cr\$ 60.000	1.690.000
T O T A L	Cr\$ 1.690.000	

Em relação aos recursos financeiros, o Tesouro do Estado, durante o exercício de 1976 supriu a Fundação Cultural do Espírito Santo com Cr\$ 9.465.128,35 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cento e vinte e oito cruzeiros e trinta e cinco centavos), em vinte parcelas. Desses recursos, quatro parcelas no valor de Cr\$ 1.298.547,64 corresponderam a "Restos a Pagar" do exercício de 1975.

Por sua vez, foram em número de dezesseis as parcelas de suprimentos de recursos financeiros relativas ao exercício de 1976, totalizando Cr\$ 8.166.580,71 (oito milhões, cento e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta cruzeiros e setenta e hum centavos).

Quanto à Receita Industrial, a Rádio Espírito Santo, durante todo o exercício registrou um faturamento da ordem de Cr\$ 2.730.393,90 (dois milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e noventa e três cruzeiros e noventa centavos) com uma média mensal de Cr\$ 277.532,83 (duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e três centavos). Em 1974 tal média mensal situava-se em Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros).

Mês a mês, foi o seguinte faturamento da Rádio Espírito Santo em 1976:

Janeiro	Cr\$ 103.875,00	
Fevereiro	Cr\$ 167.746,70	
Março	Cr\$ 269.972,76	
Abril	Cr\$ 279.350,09	
Maio	Cr\$ 270.898,07	
Junho	Cr\$ 223.728,40	
Julho	Cr\$ 298.094,80	
Agosto	Cr\$ 251.532,60	
Setembro	Cr\$ 241.440,67	
Outubro	Cr\$ 191.654,67	
Novembro	Cr\$ 213.578,37	
Dezembro	Cr\$ 218.521,77	2.730.393,90
TOTAL	Cr\$ 2.730.393,90	

A outra fonte de Receita Industrial da Fundação Cultural do Espírito Santo é o Teatro Carlos Gomes que, durante o ano de 1976, faturou a quantia de Cr\$ 565.810,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e dez cruzeiros), com o seguinte desdobramento mês a mês:

Março	Cr\$ 16.360,00	
Abril	Cr\$ 33.610,00	
Maio	Cr\$ 30.375,00	
Junho	Cr\$ 26.805,00	
Julho	Cr\$ 76.775,00	
Agosto	Cr\$ 64.120,00	
Setembro	Cr\$ 31.315,00	
Outubro	Cr\$ 172.770,00	
Novembro	Cr\$ 106.030,00	
Dezembro	Cr\$ 7.650,00	565.810,00
TOTAL	Cr\$ 565.810,00	

Então, a Receita Industrial da Fundação, orçada em Cr\$ 2.915.000,00 atingiu a quantia de Cr\$ 3.295.203,90 apresentando um Superavit da ordem de Cr\$ 381.203,90 (trezentos e oitenta e hum mil, duzentos e três cruzeiros e noventa centavos).

ATIVIDADES — FIM

Estas atividades-Fim compreendem os Projetos e as Atividades propriamente ditas executadas pela FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO durante o exercício de 1976.

Atividades Musicais

Bandas de Música Cívica. No início do ano de 1976 foi levado a efeito um cadastramento das Bandas de Música Cívica do Espírito Santo, na tentativa de dimensionar as dificuldades que cada uma delas vinha enfrentando para sobreviver. Durante a realização desse cadastramento foram promovidos sucessivos encontros em que ficaram registradas as reivindicações comuns a todas elas. Mostrou, também, a existência de dezesseis Bandas pelo interior do Estado, a maioria das quais em situação extremamente precária e até, algumas delas sem as mínimas condições para levar adiante as suas atividades.

A maior dificuldade encontrada, revelada pelo levantamento, foi, sobretudo, a carência de recursos para pagamento do professor ou regente para ministrar teoria e prática musical a criança e, ao mesmo tempo, orientar e ensaiar as Bandas, a exemplo do que vem sendo feito em alguns municípios como Santa Teresa, Nova Venécia, Afonso Cláudio e Itaguaçu, de forma a possibilitar a formação de uma nova geração de instrumentistas no Estado. Nesse sentido, torna-se necessário o apoio financeiro de órgãos públicos e privados considerando-se que tais Bandas do interior também carecem de instrumental, uniformes, recursos para manutenção de sedes, para aquisição de partituras e até de material de consumo em geral.

Foi constatada, ainda, a origem social dos músicos, em sua grande maioria vindos das classes mais humildes operários, lavradores, funcionários municipais, enfim, gente de baixo poder aquisitivo e que não pode, por isso mesmo, se dedicar com maior empenho à música, vez que precisa trabalhar arduamente para provar a própria subsistência.

Um melhor enfoque do problema nos levaria à conclusão de que a destinação de ajuda de custos aos músicos, por serem eles os grandes responsáveis por uma opção de entretenimento público, colaborando para preservar a tradição da cultura musical espírito-santense, atingiria um dos objetivos maiores da Fundação Cultural do Espírito Santo.

Ao mesmo tempo em que se procedia o cadastramento realizou-se, em agosto, um Encontro Estadual de Bandas de Música Cívica que, apesar de todas as dificuldades, revestiu-se de pleno êxito, lotando integralmente as dependências do Ginásio de Esportes do SESC, onde foi levado a efeito, congregando nove conjuntos do interior do Estado.

Para a concretização do Encontro, a Fundação Cultural do Espírito Santo contou com o apoio material e financeiro da Polícia Militar do Espírito Santo, do Corpo de Bombeiros, da Empresa Capixaba de Turismo — EMCATUR, do SESC, bem como das Prefeituras Municipais de Nova Venécia, Serra, Conceição da Barra, Santa Teresa e Afonso Cláudio e de algumas empresas privadas.

Coral da Fundação Cultural do Espírito Santo: — Formado exclusivamente por amadores, o número de participantes é, por isso mesmo, flutuante. Contudo, em média, pode-se dizer que 28 pessoas o compõem, sendo 17 vozes femininas e 11 masculinas. Durante a temporada de 1976, apresentou-se em dezenove eventos, a saber:

Março	— 28 —	Guarapari
Maio	— 21 —	Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo
	26 —	Teatro Carlos Gomes
	30 —	Aribiri — município de Vila Velha
Junho	— 14 —	Palácio Anchieta
Julho	— 04 —	Linhares
Agosto	— 01 —	Penitenciária de Pedra D'Água, município de Vila Velha
	14 —	Castelo
	15 —	Alegre
Setembro	— 11 —	Teatro Carlos Gomes (Música para Jovens)
	18 —	Auditório do Colégio do Carmo, município de Vitória
	21 —	Catedral Metropolitana

25 — Cachoeiro de Itapemirim (Circo da Cultura)

28 — Inauguração da TV — Gazeta

Outubro — 18 — Teatro Carlos Gomes (Congresso da Associação Médica do Espírito Santo)

23 — São Mateus (Semana da Arte)

Novembro — 07 — Afonso Cláudio

18 — Serra (Circo da Cultura)

Os ensaios do Coral se realizam, pelo menos três vezes por semana, e as apresentações ocorrem ou por solicitações externas ou por iniciativas da própria Fundação Cultural.

Orquestra de Câmara: Está vinculada à Escola de Música do Espírito Santo. É a única existente no Estado e que continua atuando graças à abnegação de mestres e alunos da referida Escola.

Procurando apoiar a louvável iniciativa a Fundação Cultural conseguiu a colaboração da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, que a título de incentivo concedeu recursos da ordem de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), destinados a pagamento de cachets aos músicos e ao custeio de transporte, alimentação e hospedagem aos integrantes da Orquestra, quando de suas apresentações pelo interior do Estado, dentro da política de interiorização da música, como um dos propósitos daquela entidade.

Originariamente o conjunto contava com doze elementos, sendo nove violinos e um contrabaixo. Atualmente, a Orquestra se compõe de 16 elementos, sendo oito violinos, uma viola, dois violoncelos, um clarinete, uma flauta transversa, um contrabaixo, um trombone e um órgão eletrônico.

Em 1976 a Orquestra se apresentou em vinte e um (21) eventos, a saber:

Março	— 21 —	Teatro Carlos Gomes (1º aniversário do Governo Estadual)
Maio	— 21 —	Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo
	26 —	Teatro Carlos Gomes (aniversário da Escola de Música do Espírito Santo)
	30 —	Aribiri, município de Vila Velha
Junho	— 14 —	Palácio Anchieta
Julho	— 04 —	Linhares
Agosto	— 01 —	Penitenciária de Pedra D'Água, município de Vila Velha
	14 —	Castelo
	15 —	Alegre
Setembro	— 11 —	Teatro Carlos Gomes (Música para Jovens)
	18 —	Auditório do Colégio do Carmo, em Vitória
	21 —	Catedral Metropolitana
	25 —	Cachoeiro de Itapemirim (Circo da Cultura)
	28 —	Inauguração da TV — Gazeta
Outubro	— 18 —	Teatro Carlos Gomes (Congresso da Associação Médica do Espírito Santo)

- 23 — São Mateus (Semana da Arte)
 29 — Teatro Carlos Gomes — Apresentação pela primeira vez do Concerto de Bach para 4 pianos e Orquestra, sendo regida pelo Maestro J. Koellreuther.
- Novembro — 06 — Teatro Carlos Gomes — Devido ao grande sucesso alcançado no dia 29.10.76, o mesmo Concerto foi repetido na Programação de Música para Jovens
- 07 — Afonso Cláudio
- Dezembro — 14 — Concerto na Igreja Santa Rita de Cássia onde foi apresentada uma Missa de Natal.
- 18 — Serra (Circo da Cultura)

Os integrantes da Orquestra de Câmara se reúnem para ensaios 2 (duas) vezes por semana e suas apresentações, como ocorre com o Coral, se dão por solicitações externas ou por iniciativa da própria Fundação Cultural.

A propósito da atuação da Orquestra foi encaminhado relatório específico à FUNARTE, mostrando a necessidade de não só continuar como de elevar em 1977, o valor dos recursos financeiros concedidos em 1976, de forma a possibilitar a aceleração e o aprimoramento do excelente trabalho que vem sendo promovido neste setor.

Música para Jovens: Na verdade, esta programação tem funcionado como legítimo e autêntico carro-chefe para a difusão da música erudita entre a mocidade em particular e todas as demais faixas da população, em geral.

Trata-se de uma série que, a partir do mês de junho, foi instituída, inicialmente aos domingos pela manhã e, posteriormente, a pedidos, transferida para todas as tardes de sábado, regularmente, para motivar os que já gostavam dos clássicos a comparecerem com frequência e, como atrativo para a juventude iniciar-se no setor.

Mesmo com todas as dificuldades financeiras, a programação continuou, sem falhar um só evento, com a colaboração de artistas que, por ligações afetivas, se apresentaram recebendo cachet mínimo e, em muitos casos, o fazendo somente pela passagem e estada sem nada receberem por suas apresentações.

Foram em número de 26 os concertos apresentados nessa programação.

Seu alcance foi o melhor possível e, através dela, a Fundação Cultural está, realmente, conseguindo, aos poucos, atingir um dos seus objetivos que é a formação de uma platéia para música erudita.

Concertos: Além do Programa Música para Jovens, houve, em 1976, uma média de mais dois concertos por mês, à noite, onde se procurou estabelecer uma série mais variada, tentando alcançar todas as preferências do público de música erudita.

Foram em número de vinte e quatro os eventos realizados, de maio a dezembro.

Atividades Teatrais: O Teatro Carlos Gomes, única casa de espetáculos com que conta a Fundação Cultural do Espírito Santo, serviu de palco, em 1976, a partir de março, a 25 peças teatrais, 12 peças infantis, 15 shows de música popular, 2 apresentações folclóricas, 15 exposições.

Além disso, no Teatro, houve um Curso de "Super 8",

lançamento de livros, catálogos e cartazes, desfile de modas e outros eventos sócio-culturais.

O "Carlos Gomes", com todas as suas deficiências é, porém, o único teatro com que conta o Estado e, nessa condição contribui inegavelmente, para estimular a cultura e a arte, não somente local mas, também, de receber as manifestações artísticas de outros centros.

Considerando as atuais condições daquela Casa de Espetáculos cuja última reforma realizou-se há mais de sete anos e, por isso mesmo, encontra-se deteriorada pelo uso que tem se tornado mais frequente, a Fundação Cultural, de posse de orçamento elaborado pelo Departamento de Edificações e Obras, pretende viabilizar a transferência de recursos federais no valor de Cr\$ 786.550,26 (setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros e vinte e seis centavos), que possibilitem reformar o citado teatro. Sobre o assunto foi enviado expediente ao Conselho Estadual de Cultura.

O Teatro — Estúdio: Sua criação teve como objetivo a implantação de bases técnicas elementares para iniciantes da arte teatral que, por falta de escolas, textos e oportunidades não tinham condições mínimas para o aprendizado, bem como os mantinha apenas na intuição cênica. Outro objetivo seria a organização de uma biblioteca especializada na arte cênica capaz de oferecer aos interessados o material teórico eficiente assim como peças para os grupos teatrais em formação ou já em atividade, considerando-se que uma das grandes dificuldades residia na obtenção de textos para montagem. Finalmente, um terceiro objetivo foi, sem dúvida a criação de uma Central de Peças onde, também, se poderia pesquisar a História local e regional e, ainda, o folclore de forma a ensinar novas encenações sobre tais temas.

A primeira providência consistiu na publicação de um Edital de Convocação para selecionar elementos que iriam integrar o Teatro-Estúdio. Inscreveram-se cerca de trezentos candidatos à variada gama de atividade cênica, dos quais foram selecionados trinta (30) candidatos a atores, quatro (4) a assistentes de direção, três (3) a cenógrafos, um (1) a contra regra e dois (2) a iluminadores.

Os trabalhos foram iniciados com aulas de Direção e Interpretação, Expressão Corporal, Dança, Técnica Vocal e Iluminação.

Após o primeiro mês e afastados onze (11) candidatos que não puderam acompanhar o ritmo de trabalho de três horas e meia nos dias úteis, o Teatro-Estúdio passou à fase de ensaio e, depois, à de apresentação, em Cachoeiro de Itapemirim, em Vitória e em Salvador, na Bahia.

A Biblioteca do Teatro-Estúdio conta, hoje, com mais trezentos volumes sobre teatro, estando à disposição não apenas dos integrantes do Teatro-Estúdio como, também, dos demais grupos teatrais do Estado, o que, por sinal, tem contribuído para várias encenações desses grupos.

Devido e incentivo do Teatro-Estúdio, através de palestras sobre teatro e com contatos com as escolas localizadas em Vitória, vários grupos estão em fase de organização e outros em funcionamento, como os dos Colégios Americano, Sacre-Coeur, Salesiano, SENAC, Martin Lutero, Fernando Duarte Rabello e Estadual.

Também por iniciativa do Teatro-Estúdio foi criada a Federação Capixaba de Teatro Amador (FECATA), atualmente funcionando em caráter provisório em dependências do próprio Teatro-Estúdio.

Ainda como forma de incentivar os grupos teatrais da capital, o Teatro-Estúdio está cedendo seu palco para ensaios dos mesmos.

A criação da Central de Peças está dependendo de melhores condições orçamentárias da Fundação Cultural.

O Circo da Cultura: Foi uma programação implantada pela Fundação, em 1976, com o objetivo de oferecer oportunidade a cada região do Estado para despertar a criatividade e dar uma visão atual do nosso meio cultural. Em sua fase inicial foi levado aos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e de Serra e contou com o apoio das respectivas Prefeituras Municipais.

De um modo geral o seu funcionamento foi esquematizado para cumprir o seguinte programa:

- a) — Abertura com Banda de Música local e show de ginástica de alunos de colégios da região;
- b) — Apresentação de uma Peça Infantil pela Fundação Cultural;
- c) — Apresentação de Grupos Folclóricos ou conjuntos musicais da região;
- d) — Ballets: clássicos e popular moderno;
- e) — Apresentação do Coral da Fundação Cultural e da Orquestra da Escola de Música do Espírito Santo;
- f) — Apresentação de Peça Teatral para Adultos pela Fundação Cultural e
- g) — Show de música popular com valores do Estado à cargo da Fundação Cultural.

No futuro tal programa deverá ser enriquecido com uma exposição de artes plásticas de artistas da região e ser visitada pelo "Circo da Cultura".

Atividades de Artes Plásticas: A principal meta da Fundação Cultural nesse setor foi voltada para viabilizar condições para que o artista capixaba ou radicado no Espírito Santo pudesse mostrar suas criações ao público. Tal meta deverá prosseguir, com maior ênfase em 1977.

Vitória, até meados de 1976 só contava com um local para exposições, assim mesmo mal instalado, que é o "foyer" do Teatro Carlos Gomes. Então, a Universidade Federal do Espírito Santo inaugurou uma galeria no antigo Museu de Santa Luzia, oferecendo ao povo capixaba e aos turistas uma nova opção. Entretanto, a realização de exposições naquele local tem apresentado uma série de dificuldades devido à falta de adequação, de espaço e propriamente, de adaptação. Urge a construção ou adaptação de dependências destinadas exclusivamente às artes plásticas uma vez que o volume e as solicitações para apresentações não tornarão tais dependências com ociosidade de tempo.

Em 1976 foram realizadas exposições de artesanato, fotografia, pintura, primitivismo, macramê, tapeçaria e aquarelas, algumas coletivas e outras individuais. Realizaram-se, também 2 (dois) salões, a Exposição de Arte Infante-Juvenil e o Salão Universitário de Artes Plásticas, este último em convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo. Foi registrada a visita de 15.000 (quinze mil) pessoas a tais eventos.

A programação consistiu em 14 exposições de pintura, fotografias, artesanato, tapeçaria, artes plásticas, gravura, macramê e arte infante-juvenil.

Pretende-se, em 1977, concretizar a instalação da Galeria de Arte que deverá funcionar no pavimento térreo do Edifício das Fundações, situado na Rua Pedro Palácios, sem número. A atividade deverá comportar, também, o próximo ano, a impressão do Anuário de Artistas Plásticos do Estado do Espírito Santo.

Atividades de Criatividade e Lazer Infantil: — Foi atividade, também, implantada em 1976 e que envolveu os setores de Teatro, Música e Artes Plásticas da Fundação Cultural em uma promoção que visa humanizar os bairros e as cidades onde são executadas tais atividades, incentivando a criatividade das crianças e oferecendo lazer tão necessário à formação mental e física do grupo etário a que é destinado.

Estas atividades são realizadas aos domingos à tarde, em plena via pública de onde é desviado o tráfego de veículos. As crianças participantes a Fundação Cultural distribui o necessário material.

Foram levadas a efeito tais promoções denominadas "Vamos Pintar o Sete", nos bairros de Santo Antônio, Goiabeiras, Vila Solon Borges, Jardim da Penha, Alecrim, Novo México, na Rua Sete de Setembro e na Praça Costa Pereira, no centro de Vitória e nos municípios de Aracruz, Ibirapu, Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim, tendo contado com uma frequência média de 300 anantes, variando, de acordo com as localidades, entre 250 a 300.

Cada evento foi animado com Banda de Música do Exército ou da Polícia, de Colégios e de Bandas do interior do Estado. Na ocasião têm sido apresentadas peças teatrais infantis.

A promoção contou com a participação e o apoio do 23º Batalhão de Caçadores, da Polícia Militar do Espírito Santo, do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), dos Escoteiros, de Prefeituras Municipais, de Colégios da Capital e do Interior e de Bandas de Música Cívica.

Museu: — O Museu do Colono, situado em Santa Leopoldina, zona de colonização alemã, é o único com que conta a Fundação Cultural do Espírito Santo. O prédio em que funciona foi construído no século passado e sua aquisição pelo Governo do Estado ocorreu em 1959, passando a integrar o patrimônio da Fundação em 1971. O seu acervo consta de seiscentos (600) peças incluindo cristais, louças opalinas, instrumentos musicais, quadros, pequena biblioteca e relógios.

Aberto de terça a domingo, inclusive feriados, de 9,00 às 11,00 e de 13,00 às 18,00 horas, a média de visitas por semana tem variado de 200 a 300 pessoas.

Embora o andar térreo do prédio seja destinado a atividades didáticas, o Museu tem sido mais contemplativo devido ao seu funcionamento, apenas estático.

As atividades que se desenvolvem nesse setor pretendem tornar o Museu do Colono dinâmico e sobretudo informativo. Tratando-se de museu de interesse regional e de acervo ainda limitado, espera a Fundação poder enriquecê-lo gradativamente, bem como interessar as Municipalidades no sentido de, mediante convênios, expor peças do seu acervo à nível local, procurando despertar as lideranças, educadores, educandos e o público em geral sobre o seu valor cultural e a sua história, principalmente por ocasião de comemorações e de festividades loco-regionais.

Biblioteca: — A Biblioteca Pública da Fundação Cultural do Espírito Santo funciona em prédio antigo, situado à Rua Pedro Palácios. O prédio não oferece condições para ampliação de seu acervo. O espaço é mínimo tendo obrigado a Fundação Cultural a suprimir o setor de atendimento infantil de forma a melhorar o setor técnico. A construção de novo prédio para abrigar uma Biblioteca mais condizente com as necessidades da Grande Vitória e não somente da Capital, é um problema que carece de solução urgentíssima.

A média diária de atendimento foi de oitenta (80) pessoas, perfazendo um total mensal de 2.080 comparecimentos funcionando de segunda a sexta-feira, de 8:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 18:00 horas e aos sábados de 8:00 às 12:00 horas. A frequência é registrada diariamente em livro especial, com discriminação de nome — sexo — idade — residência e nível educacional.

O setor de empréstimo, em 1976, atendeu a 7.175 consulentes. O consulente que recorre ao empréstimo é obrigado a apresentar carteira de identidade, atestado de residência e duas fotografias tamanho 3x4.

Todas as obras existentes na Biblioteca e já classificadas e catalogadas vem sendo regularmente registradas no Livro Tombo. Em 1976 foram classificados 540 novos volumes. O trabalho de classificação e catalogação é realizado pelo Sistema Decimal Dewey, adotado na maioria das Bibliotecas do país.

Durante o ano, o setor técnico iniciou e vem desenvolvendo um trabalho de levantamento bibliográfico de todas as obras de autores espírito-santenses ou que se retiraram especialmente ao Estado.

O setor de extensão funciona com um carro biblioteca que vem prestando um serviço de alto valor cultural e social, tendo como objetivo incutir na população o hábito da leitura e atende aos bairros de nível aquisitivo mais baixo. O setor de extensão conta com 3.421 títulos que são levados ao leitor em forma de rodizio e em sistema de empréstimo. Durante o ano foram atendidos os seguintes bairros: Goiabeiras, Ibes, Itacibá, Santa Maria, Santa Mônica e Parque Moscoso.

Coube ao Serviço de Biblioteca o planejamento, a organização e a supervisão da V Feira Capixaba do Livro, montada na Praça Costa Pereira, do Centro da Cidade, que funcionou durante trinta dias e se constituiu em sucesso cultural e, também, financeiro. Na ocasião foram comercializados 30.215 volumes.

O Primeiro Curso de Extensão foi realizado no município de Nova Venécia, ponto central da região norte do Estado, contou com a colaboração do Instituto Nacional do Livro e teve como objetivo:

- a) — melhorar o nível dos responsáveis por bibliotecas públicas e escolares;
- b) — apontar diretrizes e
- c) — atualizar conhecimentos.

Em 1977 deverão ser realizados mais dois cursos em outras regiões do Estado, ambos com a participação já assegurada do Instituto Nacional do Livro.

Atividades de Rádio Difusão: — Estas atividades são realizadas pela Rádio Espírito Santo, emissora pertencente à Fundação Cultural do Espírito Santo que vem melhorando progressivamente a sua programação, o seu equipamento, as suas instalações físicas, os seus recursos humanos e, conseqüentemente, a sua audiência e o seu faturamento. Pesquisa contratada com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística — IBOPE, no período de maio a outubro de 1976, comprovam a afirmativa.

Em maio a Rádio Espírito Santo estava em quarto lugar com 2,3 no item geral de audiência, enquanto em outubro, embora permanecendo na mesma posição, aumentou sua audiência para 2,7. No item "mente aparelhos ligados", de 9,1 a emissora passou para 13,1 em outubro.

Atividades da Tele Difusão: — A emissora de televisão educativa da Fundação Cultural do Espírito Santo, TV Espírito Santo, Canal 2, vinha, inicialmente transmitindo sinais da TV Cultura de São Paulo, da Fundação Padre Anchieta. Posteriormente, passou a transmitir sinais da TV-Centro Educativo, do Rio de Janeiro com a finalidade de baratear os seus custos operacionais. Finalmente, a partir de 17 de outubro passou a gerar programação local, em caráter experimental.

No primeiro semestre de 1976 foram adquiridos equipamentos marca "National" no valor de Cr\$ 1.251.208 00 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e oito cruzeiros).

A emissora de imagens e de sons vem operando em caráter experimental, nos dias úteis das 19:30 às 24:00 horas e nos sábados e domingos 18:00 horas aos 00:30 minutos.

A programação é variada e na sua fixação a Fundação Cultural do Espírito Santo tem contado com a colaboração da TV-Centro Educativo do Rio de Janeiro.

Projetos: — Em 1976 a Fundação Cultural foi contemplada em Orçamento com recursos da ordem de Cr\$ 4.786.000,00 (quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil cruzeiros), para execuções de cinco (5) projetos e para estudos de engenharia e de arquitetura para implantação futura de mais outros cinco.

INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL ESPIRITO SANTENSE — I.B.E.S. — 1976

O ano de 1976 caracterizou-se para o Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense — IBES, pela superação de compromissos financeiros assumidos anteriormente. Os funcionários perceberam, regularmente, os seus salários, assim como os acordos para parcelamento da dívida com o Instituto de Previdência e Assistência "Jerônimo Monteiro". Companhia de Seguros, CESAN, TELEST foram pagos regularmente.

O parcelamento do débito com o I.N.P.S., está sendo aguardado e, embora tendo sido concluído, foi encaminhado à Divisão Central para confirmação.

Para permitir uma visualização do desempenho do IBES em 1976, a seguir estão descritas as atividades desenvolvidas, segundo as áreas específicas.

Obras — No campo das realizações, a principal atividade do IBES esteve relacionada com o prosseguimento na construção das casas contratadas com promissórias compradores, na Administração anterior. Das 39 (trinta e nove) residências que estavam por construir e encontravam-se no alicerce, 29 (vinte e nove) foram concluídas e entregues aos proprietários, restando 10 (dez) por concluir.

É conveniente ressaltar que o IBES não construiu totalmente as 29 (vinte e nove) habitações entregues, uma a disponibilidade de mão de obra e material com a devida autorização do Colendo Conselho Fiscal entrou em acordo com alguns promitentes compradores que, espontaneamente, cooperaram nas obras de forma a permitir um ritmo mais acelerado nas construções e menor ônus para o Instituto.

As 10 (dez) unidades residenciais contratadas restantes, encontram-se em diferentes etapas de execução, conforme específica a tabela.

— Reparo nas instalações elétricas, no telhado e pintura do prédio onde funciona a SEBS.

— Cessão de operários para execução de obras em prédio a ser utilizado pela SEBS, localizado na Praia da Costa.

O IBES, em um trabalho de apoio, prestou sua colaboração à comunidade, através de serviços prestados a algumas entidades, conforme o que se segue:

— Cessão de operários a Unidade Comunitária de Integração Social para que, executassem trabalhos tais como: reparos na sede da UCIS, montagem da Feira dos Municípios, mudança do Núcleo "Boa Vista", construção de um galpão para depósito e material.

— Pintura e reparos no Educandário "Alzira Bley".

— Cessão de operários ao Instituto Luiz Braille.

— Concerto na rede de água do Grupo Escolar Florentino Avidos.

Serviço Social — Prosseguindo com objetivo, o Serviço Social, através da escola "Albina Santos Neves", fez realizar diversos cursos de corte e costura e trabalhos manuais.

Embora a procura a esses cursos em vista a limitação do espaço das instalações existentes. Foram formados 2 (duas) turmas, totalizando 48 (quarenta e oito) alunos.

Assessoria Jurídica — No exercício de 1976, o Serviço Jurídico ocupou-se integralmente com a regularização dos contratos de locação e atualização de aluguéis. Com esta finalidade foram expedidos 102 (cento e duas) cartas e atendidas 420 (quatrocentos e vinte) pessoas.

Em juízo encontram-se em tramitação 2 (dois) processos que tratam especificamente de Reintegração de Posse e Ação de Despejo.

Legalização de lotes — Atendendo exposição do IBES com o apoio do titular da SEBS, foi sancionada a Lei nº 3010 de 24.11.75, que após 10 anos trouxe efetiva solução para o problema vivido por 41 famílias que adqui-

raram lotes, entre os anos de 1963 a 1965, em desrespeito às disposições estabelecidas pela Lei nº 627, de 22.02.52. A medida permitiu a legalização da maior parte desses lotes.

RECEITA E DESPESA

Receitas Correntes

Receita Imobiliária	136.000,00	
Receita Industrial	30.000,00	
Transferências Correntes	812.100,00	
Receitas Diversas	75.000,00	1.053.100,00

Receita de Capital

Alienação de Bens Móveis e Imóveis	301.000,00	
Transferências de Capital	70.000,00	371.000,00
Total de Receita		1.424.100,00

Despesas Correntes

Despesas de Custeio	1.118.000,00	
Transferências Correntes	59.100,00	1.177.100,00

Despesas de Capital

Investimentos	247.000,00	
Total da Despesa		1.424.100,00

TABELA

ETAPAS DE EXECUÇÃO DAS UNIDADES RESIDENCIAIS NÃO CONSTRUÍDAS

Especificação	Nº de Casas
Fases final de acabamento	02
Ponto de lage	01
Alicerce pronto	04
Não iniciada	03
TOTAL	10

Além das construções acima mencionadas, foram executados nos prédios de propriedade do Instituto, os seguintes melhoramentos:

— Pintura e reparos no Centro de Abastecimento "Jones dos Santos Neves", no abrigo do Centro de Abastecimento "Francisco Lacerda de Aguiar" e na Agência Social "Albina Santos Neves".

— Reparos no Posto Telefônico.

Em colaboração com a SEBS foram executados os seguintes serviços:

— Reforma geral e pintura no Centro Comunitário de Santa Rita, na antiga sede da Unidade de Recepção e Triagem.

— Pintura e reforma geral na rede de luz e esgoto do local onde passou a funcionar a Unidade de Recepção e Triagem, em Paul.

— Reforma na rede de luz, esgoto e esquadrias na sede do Centro de Aperfeiçoamento Social em Carapina.

— Reforma geral na antiga lavanderia do IBES.

COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO — COHAB — ES

O ano de 1976 caracterizou-se para COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO — COHAB — ES, pela efetivação do programa habitacional proposto pelo Governo Estadual, com índices de crescimento compatíveis com a necessidade de dinamizar o atendimento à demanda de moradias de interesse social.

Na exposição que se segue são abordados os seguintes tópicos:

- 1) — Planejamento e Produção de Habitações
- 2) — Finanças e Comercialização
- 3) — Organização e Desenvolvimento de Comunidades

1. — PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES

1.1 — Em 1976 foram projetadas 5.918 novas habitações que somadas a 1.447 cujos projetos são de 1975 (e autorização pelo BNH em 1976), deram à Companhia Habitacional do Espírito Santo COHAB-ES o número total de 7.365 unidades projetadas, significando um crescimento de 164,8% em relação à quantidade de habitações existentes em 31.12.75, que totalizava apenas 4.469 construídas. Esses projetos geraram investimentos da ordem de Cr\$ 11.225.588,26 (cento e quinze milhões duzentos e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito cruzeiros e vinte e seis centavos) equivalentes a um crescimento de 194,28% em relação ao valor investido em 1975, o qual foi de apenas Cr\$ 59.306.517,00 (cinquenta e nove milhões, trezentos e seis mil, quinhentos e dezesseite cruzeiros).

1.2 — O Quadro 1 (Resumo dos Projetos) demonstra as atividades desta Companhia em 1976 na área de planejamento e produção de habitações, informando a situação em 31.12.76 dos diversos projetos e do grau de execução dos mesmos.

O Quadro II (Apoio e Manutenção informa quanto aos diversos serviços executados pela Companhia, como apoio, manutenção de projetos, estudos e dos conjuntos habitacionais já implantados e do Edifício Sede da COHAB-ES.

Agilizando o atendimento às diversas reivindicações dos mutuários junto à Companhia, desenvolveu-se intenso trabalho de vistorias (Quadro III), recuperação de casa pelo Seguro e pela própria COHAB-ES (Quadro IV).

O programa de financiamento de Construção em Terreno Próprio, gerou 7 (sete) Unidades no valor global Cr\$ 251.086,83 (duzentos e cinquenta e um mil, oitenta e seis cruzeiros e oitenta e três centavos), conforme demonstrado no Quadro V.

1.3 — É necessário ser dado especial enfoque às obras de pavimentação, drenagem e esgotos sanitários dos Conjuntos Santa Mônica I, Santos Dumont Santana I e Vale da Esperança, financiadas pelo BNH ao Governo do Estado e cujos projetos e execução das obras estão sob a responsabilidade da Companhia, representando benefício social, sanitária e econômica de elevada ordem para as comunidades residenciais naquelas áreas.

QUADRO I

RESUMO DOS PROJETOS

PROJETO	OBS	LOCALIZAÇÃO	No. UNID.	VALOR		DA OBRA		PLANEJAMENTO ELABORADO EM 1976	LICITAÇÃO ELABORADA EM 1976			HOMOLOGAÇÃO BNH	ASSINATURA CONTRATO	EXECUÇÃO DA OBRA		
				MILHARES DE U.P.C.	MILHARES DE CRUZEIROS	MILHÕES DE CRUZEIROS	EM 1976		EDITAL	RE. LICITAÇÃO No.	PUBLICAÇÃO			INÍCIO	TERMINO PREVISTO	% EXECUTADA
CARAPINA I	—	CARAPINA	384	14,0	20,9	—	—	—	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	01/10/75	25/02/76	100%
CARAPINA I	1	CARAPINA	79	22,9	4,2	—	—	SETEMBRO	—	—	—	—	—	—	—	—
ARACRUZ II	—	ARACRUZ	130	29,5	5,4	—	—	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	01/11/75	30/03/76	100%
STA MONICA II - COMPLEMENTAÇÃO	—	VILA VELHA	32	9,8	1,6	—	—	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	04/11/75	29/02/76	100%
BOA VISTA (LURB'S)	2	VILA VELHA	387	8,2	1,5	—	—	FEVEREIRO	03/76	TP 03/76	24/02/76	18/03/76	16/03/76	30/05/76	100%	100%
BOA VISTA (HABITAÇÃO)	—	VILA VELHA	323	NÃO FOI	ORÇADO	—	—	JULHO / AGOSTO	—	—	—	—	—	—	—	—
LINHARES IV	—	LINHARES	101	22,8	4,2	—	—	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	01/07/76	30/12/76	98%
EDIFÍCIO SEDE COHAB - ES	—	VITÓRIA	—	31,5	5,8	—	—	—	04/76	TP 01/76	29/01/76	—	05/02/76	01/03/76	30/11/76	83%
BAIRRO DOS OPERÁRIOS	—	COLATINA	80	7,9	1,5	—	—	MAIO	08/76	C. 03/76	22/05/76	10/09/76	01/09/76	30/01/77	48%	48%
SÃO MATEUS II	—	SÃO MATEUS	50	12,4	2,3	—	—	ABRIL	04/76	C. 01/76	22/05/76	10/09/76	24/08/76	28/02/77	44%	44%
SANTOS DUMONT	—	VILA VELHA	800	272,0	49,9	—	—	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	01/03/76	01/02/78	38%
SANTOS DUMONT (COMPLEMENT)	3	VILA VELHA	—	38,0	69,7	—	—	NOVEMBRO	—	—	—	—	—	—	—	—
COLATINA III	—	COLATINA	140	31,9	5,9	—	—	JANEIRO	05/76	C. 02/76	22/05/76	10/09/76	24/08/76	28/02/77	30%	30%
JOSE DE ANCHIETA	—	CARAPINA	1117	297,3	54,5	—	—	FEVEREIRO/MARÇO	07/76	C. 04/76	05/06/76	10/09/76	16/07/76	30/11/77	8%	8%
JUPARAVÁ	4	LINHARES	842	181,2	29,6	—	—	SETEMBRO/DEZEMBRO	09/76	C. 05/76	16/09/76	—	—	—	—	—
NOVA VENECIA	—	NOVA VENECIA	123	17,2	3,2	—	—	OUTUBRO	11/76	TP 05/76	20/10/76	—	—	—	—	—
ACESSOS VILA VELHA	5	VILA VELHA	—	10,6	1,9	—	—	OUTUBRO	10/76	C. 06/76	05/10/76	—	—	—	—	—
SANTANA	6	CARACICA	—	14,0	2,6	—	—	JANEIRO	—	—	—	—	—	—	—	—
VALE DA ESPERANÇA	6	CARACICA	—	36,0	6,6	—	—	JANEIRO	—	—	—	—	—	—	—	—
PE-SUJO (LURB'S)	7	SÃO MATEUS	712	47,6	8,7	—	—	JULHO	—	—	—	—	—	—	—	—
BAIRRO DAS FLORES	—	CARAPINA	1100	275,3	50,5	—	—	AGOSTO	—	—	—	—	—	—	—	—
EURICO SALLES	—	CARAPINA	400	156,7	25,1	—	—	AGOSTO/SETEMBRO	—	—	—	—	—	—	—	—
SERRA	8	SERRA	—	7,2	1,3	—	—	SETEMBRO	—	—	—	—	—	—	—	—
HELIO FERRAZ	9	CARAPINA	644	235,8	43,3	—	—	OUTUBRO/NOVEMBRO	—	—	—	—	—	—	—	—

OBSERVAÇÕES

(*)-E.L.M. DE PROJETO ELABORADO EM ABRIL 1975.

1. Enviado a nova planta de habitação em execução no terreno pelo qual foram comprados a fim para execução de serviços de obra, incluindo a parte de serviços habitacionais, também em esta em execução.

2. Programa de planejamento das obras realizadas em terrenos de temporários, para construção de uma empresa de construção.

3. Construção de (construção) para planejamento das obras em terrenos de (construção) de (construção

QUADRO II

APOIO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS

ITEM	SERVIÇO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	VALOR Cr\$	LICITAÇÃO	
				MODAL./No.	DATA
01	Cadastro Goiabeiras II e III e Vale da Esperança	Fevereiro	44.450,00	c/c. 01/76	21.01.76
02	Cadastro Pó-Sul	Março	60.000,00	c/c. 02/76	29.02.76
03	Levantamento Topográfico Bairro das Flores	Maio	51.000,00	c/c. 03/76	05.04.76
04	Serviços Topográficos Santos Dumont e Boa Vista	Maio/Julho	40.000,00	c/c. 04/76	10.05.76
05	Levantamentos Topográficos Hélio Ferraz	Junho/Julho	24.000,00	c/c. 05/76	04.06.76
06	Levantamento Topográfico Salom Borges	Agosto	5.000,00	c/c. 06/76	26.07.76
07	Contenção Taludes Eurico Salles	Setembro/Dezembro	166.500,00	c/c. 07/76	10.09.76
08	Arborização de Conjuntos	Setembro/Outubro	82.000,00	c/c. 08/76	17.09.76
09	Exposmento Sistema Viário Boa Vista	Outubro	170.500,00	c/c. 09/76	24.09.76
10	Proteção Praça Esportes Coronel Guernicindo	Outubro/Novembro	18.840,00	c/c. 10/76	11/10/76
11	Levantamento Topográfico de Aracruz II	Novembro	24.200,00	c/c. 11/76	18.10.76
12	Vigilância Conjunto Boa Vista - Complementação	-	19.200,00	c/c. 12/76	18.10.76
13	Balcões das Lojas "A" e "B" da Sede do COMB-ES	-	24.437,50	c/c. 13/76	19.11.76
14	Uma Quadra Polivalente Vale da Esperança	-	69.500,00	c/c. 14/76	23.12.76
15	Três Quadras Polivalentes no Município de Vitória	-	208.500,00	c/c. 15/76	23.12.76
16	Três Quadras Polivalentes no Município de Vila Velha	-	211.500,00	c/c. 16/76	23.12.76
17	Mobiliário para a Sede COMB-ES	-	-	c/c. 17/76	23.12.76
18	Topografia - Planialtimetria edifícios Vila Velha	-	-	c. 08/76	27.12.76
19	Levantamento Planimétrico de Japerão	Junho	6.700,00	Dispensa	30.05.76
20	Levantamento Planimétrico áreas Vila Velha	Outubro	15.700,00	Dispensa	30.09.76
21	Redução do Projeto de Bairro das Flores	Novembro	2.000,00	Dispensa	18.11.76
22	Levantamento de área da fábrica de Vasqueiras	Junho	Equipe DUC	-	-
23	Levantamento de área em Cachoeira de Itapemirim	Julho	Equipe DUC	-	-
24	Levantamento de Santa Mônica I	Julho	Equipe DUC	-	-
25	Levantamento do Conjunto Monte Cristo - Cadastro	Julho	Equipe DUC	-	-
26	Levantamento Conjunto Boa Vista - Cadastro	Setembro	Equipe DUC	-	-
27	Levantamento Grupo Escolar Ibiroguá - Cadastro	Outubro	Equipe DUC	-	-
28	Levantamento São Gabriel da Palha - Cadastro	Outubro	Equipe DUC	-	-
29	Levantamento Ibiroguá II - Cadastro	Novembro	Equipe DUC	-	-
30	Levantamento Planialtimétrico Japerão	Dezembro	Equipe DUC	-	-
31	Levantamento área em Cariacica (Ds. Maria José Penha)	Dezembro	Equipe DUC	-	-
32	Levantamento e Fiscalização da Complementação LUPB's Boa Vista	Novembro/Dezembro	Equipe DUC	-	-
33	Execução Manual do Cadastro de Empresas no COMB-ES	Junho/Outubro	Equipe CPL	-	-
34	Execução Manual de Licitação no COMB-ES	Junho/Dezembro	Equipe CPL	-	-
35	Avaliações diversas de obras situadas nos Conjuntos do COMB-ES	Janeiro/Dezembro	Equipe DUC	-	-
36	Projeto de divisão e armários Sede Própria	Janeiro/Novembro	Equipe DUC	-	-
37	Estudo Locacional do mobiliário e instalações Sede Própria	Novembro/Dezembro	Equipe DUC	-	-
OBSERVAÇÕES - 01. Anexos Quadros fornecendo as vistorias e casas recuperadas em 1976					
02. Anexos Quadros com a posição dos "terrenos próprios" executados em 1976 e em andamento.					

QUADRO III *(construção corrida)* VISTORIAS EXECUTADAS EM 1976.

CONJUNTOS	M E S E S												TOT
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAL.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	
SANTA MÔNICA I	-	-	4	-	1	2	2	-	2	1	-	2	14
SANTA MÔNICA II	-	-	1	-	-	2	1	2	3	1	-	-	10
SANTANA	-	2	1	-	2	1	2	-	2	-	1	1	12
SOLOM BORGES	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2	-	-	4
GOIABEIRAS II	-	-	-	1	-	1	1	2	-	-	1	2	8
GOIABEIRAS III	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	3
COLATINA	-	-	-	-	-	-	4	-	1	-	-	-	5
CACHOEIRO ITAPEMIRIM	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
BOA VISTA	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3	1	2	12
FERRO E AÇO	-	-	1	-	1	-	-	-	2	1	2	2	9
IBIRACU	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	4
SERRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
JOÃO NEIVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
MUCUI	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	-	2	7	1	5	7	12	9	15	14	5	9	85

QUADRO IV - A

CASAS RECUPERADAS PELO SEGURO (SINISTRO)

CONJUNTOS	M E S E S												TOTAL
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAL.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	
SANTA MÔNICA I	-	-	1	1	1	-	-	2	1	-	1	4	11
FERRO E AÇO	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	1	4
ITAPARICA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	-	-	2	1	1	1	-	2	1	-	3	5	16

QUADRO IV - B

CASAS RECUPERADAS PELA COHAB-ES

FERRO E AÇO	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	3
SANTA MÔNICA I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
BOA VISTA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	3
SANTANA	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
TOTAL	-	1	-	-	2	-	-	1	2	1	1	1	8

Mutuário	Local	Percentual Executado	D A T A S		
			Valor do Contrato	Início	Término
			Cr\$		
Arquimedes Gonçalves	Santo Antonio	100%	35.000,00	26.01.76	28.04.76
	Vitória — E.S.				
Laura Cometti	Jardim Camburi	100%	37.710,00	25.01.76	07.12.76
	Vitória — E.S.				
Dalmir Luiz Ferreira Constantino	Santo Antonio	85%	30.000,00	16.02.76	17.12.76
	Vitória — E.S.				
Nea Dorothy Machado	Glória	43%	42.381,36	02.08.76	20.01.77
	V. Velha — E.S.				
Elson Castello	Cariacica	—	42.381,36	02.08.76	28.01.77
	E.S.				
Carlos Antonio de Oliveira	Santa Mônica I	100%	35.500,00	16.02.76	29.07.76
	V. Velha — E.S.				
Carlos Penna Simonetti	Golabeiras	100%	28.114,11	07.06.76	15.09.76
	Vitória — E.S.				

2. — FINANÇAS E COMERCIALIZAÇÃO

As atividades financeiras e de comercialização de unidades habitacionais, durante o exercício social de 1976, desenvolveram-se conforme segue:

2.1. — Foram firmados 10 (dez) contratos para obras de Núcleos Residenciais, com respectivos terrenos e financiamentos complementares, em valores que montaram em 684.522 UPCs, equivalente a Cr\$ 115.225.588,26 (cento e quinze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito cruzeiros e vinte e seis centavos), representados por projetos, conforme abaixo:

Nome do Projeto	Data da Assinatura	Valores em UPCs
01. José de Anchieta	13.04.76	339.491
02. São Mateus II	13.04.76	13.971
03. Bairro dos Operários	13.04.76	8.445
04. Colatina III	13.04.76	34.800
05. Linhares IV	04.05.76	33.242
06. Boa Vista	26.05.76	50.938
07. Boa Vista — Terraplenagem	15.03.76	8.006
08. Eurico Salles	13.04.76	36.021
09. Juparanã	11.10.76	142.169
10. Nova Venécia	11.10.76	18.379

2.2. — Foi firmado contrato para construção do Edifício Sede da COHAB-ES, com a firma SISEMBRA ENGENHARIA LTDª, (firma ganhadora da Concorrência), em 25 de fevereiro de 1976, no valor de 31.465.079 UPCs, equivalente naquela data a Cr\$ 4.195.687,10 (quatro milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e dez centavos). Vale salientar que foram usados recursos provenientes da venda de ações da PETROBRAS, de propriedade da Empresa e de liquidações antecipadas de dívidas de mutuários, que em anos anteriores não foram recolhidos ao BNH, na forma da RD 51/74. Com os mesmos recursos firmou ela promessa de compra e venda de área, localizada em Carapina, Município da Serra, (ES), cujo valor pago em duas parcelas é de Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros), que servirá para construções de habitações e lotes Urbanizados.

2.3 — Por força do Decreto Lei 1.358, de 22.11.74, e suas alterações pelo Decreto Lei 1.431, de 05.12.75, foram habilitados 3.957 mutuários, para receberem o incentivo fiscal, 20 deixaram de ser habilitados por não terem pago, sequer, uma prestação no exercício de 1975.

Vale salientar que, do total de 3.957 mutuários habilitados, 219 deixaram de obter o benefício, uma vez que não atenderam os constantes chamados por Edital, e não foi possível localizá-los em seus imóveis, apesar das diversas tentativas dos inspetores.

2.4 — Dos recursos obtidos com a Taxa de Apoio Comunitário, cobrado através da prestação de quitação mobiliária, mantendo em Cr\$ 712.580,72 (setecentos e doze mil, quinhentos e oitenta cruzeiros e setenta e dois centavos), no exercício de 1976, foram aplicados Cr\$ 944.067,21 (novecentos e quarenta e quatro mil, cinquenta e sete cruzeiros e vinte e hum centavos), em Despesas com desenvolvimento Comunitário, o que vale dizer, que a diretoria da Companhia, não mediu esforços para atender às solicitações de diversos Centros Comunitários, no que tange aos meios de um melhor esclarecimento da condição de vida dos mutuários, principalmente às famílias que foram beneficiadas com lotes urbanizados em Boa Vista — Município de Vila Velha.

2.5. — TOTAL DE RECURSOS APLICADOS

Indicam-se abaixo os recursos aplicados pela Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES, durante o exercício de 1976, no que tange a obras (com contratos assinados com o BNH) que tiveram andamento com recursos próprios de construção em terreno próprio:

Projeto	Finalidades	Valor
01. Aracruz II	habitação	2.768.101,44
02. Carapina I	habitação	11.262.340,54
03. Santa Mônica — Comp.	habitação	912.805,75
04. Santos Dumont	habitação	15.660.383,32
05. Linhares IV	habitação	3.575.029,46
06. Colatina III	habitação	2.293.590,35
07. São Mateus II	habitação	1.110.343,68
08. José de Anchieta	habitação	6.773.475,45
09. Bairro dos Operários	habitação	700.589,18
10. Erix Guimarães	terreno	1.300.000,00
11. Eurico Salles	terreno	4.940.000,00
12. Boa Vista	terreno	6.724.170,00
13. Juparanã	terreno	2.993.624,00
14. Terreno próprio	habitação	174.736,49
15. Sede própria	sede própria	3.617.938,48

Os referidos valores e recursos aplicados, montam em Cr\$ 66.007.146,14 (sessenta e cinco milhões, sete mil, cento e quarenta e seis cruzeiros e quatorze centavos).

2.6. — RETORNO DE PRESTAÇÕES IMOBILIÁRIAS DE MUTUÁRIOS

Até dezembro/76, a Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES, registrava 4.749 imóveis comercializados, com as situações conforme abaixo:

Desocupados (em fase de revenda)	50
Em cobrança normal	4.232
Liquidação por Sinistro	151
Liquidações antecipadas	316

As de situação em cobrança normal, têm representação em média, 95% dos mutuários que pagam relativamente em dia, mantendo-se no mesmo índice do exercício de 1975. Há de se considerar, que o referido índice é excelente na área da habitação popular, em todo o Brasil, e, é bem possível que o empenho da entidade no sentido de melhorar, ainda mais, esse índice, surta o efeito desejado.

O retorno da Taxa de Ocupação de Lotes Urbanizados de Boa Vista — Município de Vila Velha, também tem índice representativo:

333 lotes, apresenta a seguinte situação:

Em dia	344
Com 1 prestação em atraso	30
Com mais de 1 prestação em atraso	13
Vagos	06

representando 97%, relativamente em dia.

O retorno da Taxa de Ocupação de Habitações, apresenta os seguintes índices:

- 1) Monte Cristo — de 127 habitações, apresenta 48 com prestações em dia, e 79 com atraso de até 3 meses.
- 2) Santa Mônica II — Complementação — de 32 habitações, 24 encontram-se em dia, e 7 com prestações de até 3 meses e apenas 1 com mais de 3 meses.
- 3) Aracruz II — de 130 habitações, 62 mantêm suas prestações em dia, e 68 com até 3 meses de atraso.

2.7. — RETORNO AO BNH

A Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES, no exercício de 1976, recolheu aos cofres do Banco Nacional da Habitação, a importância de Cr\$ 10.628.678,45 (dez milhões, seiscentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e oito cruzeiros e quarenta e cinco centavos), representados por projetos habitacionais, contratos mensais e repasse, discriminados conforme abaixo:

	Cr\$
— de projetos habitacionais	4.662.491,35
— de contratos consolidados	222.594,29
— de repasse	5.763.682,81
	10.526.678,45

Embora a Empresa mantenha as prestações rigorosamente em dia, perante o BNH, há algumas Prefeituras que efetuam seus pagamentos com atraso.

3. — ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES

A Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES, no ano de 1976, norteou suas atividades de

organização e de desenvolvimento de comunidade, em diretrizes, projetos de atividades contidas no "PRODEC — Programa de Desenvolvimento Comunitário e Valorização Social 76/78", atingindo de forma direta os núcleos habitacionais da Grande Vitória: Goiabeiras II e III, Solon Borges, Vila Nova, Vale da Esperança e Boa Vista.

A equipe de Serviço Social da Companhia Habitacional do Espírito Santo é integrada por Assistentes Sociais e estagiárias de Serviço Social, compreendendo, no primeiro semestre de 1976, 3 (três) Assistentes Sociais, 4 (quatro) estagiárias remuneradas e 14 (quatorze) estagiárias não remuneradas (acordo com a UFES), sendo esse número acrescido em mais 2 (duas) Assistentes Sociais a partir do segundo semestre de 1975.

Seu trabalho, ativo e diligente, apresentou um expressivo volume de realizações de grande interesse social, cultural e recreativo.

Merece destaque especial, neste tópico, o Programa de Financiamento de lotes Urbanizados, implantado no lugar Boa Vista, no Município de Vila Velha, no 1º semestre de 1976, a fim de atender a um grave problema surgido na favela denominada Salamim, formada nas proximidades daquele local.

Sujeitos a despeito por ação judicial, os favelados do Salamim estavam na iminência de viver ao desabrigo cujas situações de consequências imprevisíveis.

Cuidou, por isso, o Governo de removê-los, sem tardança, evitando o agravamento daquela conjuntura social, lastimável sob todos os aspectos.

A ação do Serviço Social naquele episódio foi de suma importância e pode ser avaliada através desta enumeração de tarefas executadas:

— Participação no estudo preliminar realizado pela SEBS, quando foram cadastradas 137 famílias.

— Motivação da população para a remoção, através de reunião com a liderança da área na COHAB-ES e reunião na comunidade com toda a população em pequenos grupos no total de 08 reuniões.

— Inscrição na COHAB-ES e visitas domiciliares para complementação das devidas documentações, com a inscrição de 130 chefes de família.

— Articulação com órgão de apoio no sentido de possibilitar o pronto atendimento dos problemas sociais evidenciados e assegurados a complementação dos documentos necessários para aquisição do lote, especificamente com SEBS e LBS.

— Aplicação de questionário a 126 chefes de família inscritos na COHAB-ES, tendo em vista a configuração da situação social problema para após um ano de intervenção, medir os efeitos sociais e comunitários no processo de remoção em área de sub-habitação.

— Contatos com entidades — CESAN e ESCELSA — objetivando viabilizar as ligações de água e luz através da COHAB-ES, a curto prazo.

— Realização da Campanha de Vacinação no bairro Salamim.

— Solenidade de abertura da assinatura do Termo de Ocupação com a participação de aproximadamente 300 pessoas e autoridades do BNH.

— Escolha dos lotes e assinaturas de 130 termos de ocupação.

— Remoção dos moradores da Favela Salamim após a assinatura do termo de ocupação com a cessão de uma média de 02 viaturas d'áreas arregimentadas pela UCIS, sendo removidas no prazo de 16 dias úteis, 130 famílias.

— Reunião na comunidade após remoção, com aproximadamente 150 pessoas presentes, com a finalidade de fornecimento de orientação sobre o uso das unidades sanitárias, entrega individual, preço total, prestação mensal do terreno e motivação para instalação do MOBIL.

No segundo semestre, em continuidade ao Projeto, destacam-se:

— Distribuição dos 263 lotes disponíveis à população não residentes em Salamim, através da realização de Classificação, visto o grande número de inscritos.

— Criação de uma Classe de MOBILAL atendendo a 20 alunos.

— Implantação do projeto Hortas Caseiras através de 10 reuniões e várias aulas práticas, abrangendo um total de 134 senhoras da comunidade.

— Continuação da Campanha de Vacinação nos dias 08/07/76 a 08/09/76.

— Realização do Projeto Educação Sanitária através de 14 reuniões atingindo diariamente 96 pessoas.

— Instalação do Centro Social provisório para sede de trabalhos comunitários em execução.

— Realização de 18 reuniões objetivando a motivação da população de Boa Vista na aquisição de financiamento de material para construção de casa de alvenaria, através do sistema MUTIRAO, encontrando-se 102 moradores interessados, com 09 grupos de trabalhos constituídos.

— Início dos cursos de Pedreiro e Carpinteiro através de acordo com a SEBS com 11 e 09 membros respectivamente.

— Organização do Grupo de Gestante e Nutrízes contando com 08 membros.

3.5. — INSCRIÇÃO, CADASTRO E SELEÇÃO

Orientada por uma Assistente Social, tendo como auxiliares 04 (quatro) recepcionistas, a seção de Inscrição, Cadastro e Seleção realizou no ano de 1976, o total de 10.067 inscrições:

- 7.687 inscrições para o Município da Serra e Vila Velha
- 390 inscrições para o Município de Cachoeiro de Itapemirim
- 418 inscrições para o Município de Linhares
- 1.451 inscrições para os Lotes Urbanizados
- 121 transferências (iniciadas em junho).

Inúmeras Fichas Sócio-Econômicas foram atualizadas, havendo, também a inscrição para outros municípios como: Ibirapu, Aracruz, São Mateus, porém bem reduzidas.

O exercício de 1976 caracterizou-se, tanto no plano nacional como no internacional, por grandes impactos na área econômico-financeira, o que obrigou, em âmbito governamental, a adoção de uma série de medidas visando à contenção de despesas. Seus reflexos incidiram diretamente na programação do trabalho nas diversas áreas da administração e, sem dúvida, as atividades educacionais sofreram as consequências desse congelamento de recursos.

Não obstante, conseguiu-se, em grande parte, superar as dificuldades daí advindas e voltar ao cumprimento do programa traçado, mantendo-se fiel aos objetivos básicos e fundamentais, tentando minorar e muitas das vezes solucionar problemas desafiantes.

Sentindo o peso das dificuldades materiais existentes, notadamente no que se refere ao espaço físico em que se localizam os diversos setores, deu-se tratamento prioritário aos objetivos destinados a garantir uma evolução e expansão harmoniosa dos resultados obtidos.

No desenvolvimento de suas atividades, a SEDU buscou somar esforços, integrar, num trabalho conjunto, os diversos setores que a compõem e evitou duplicidade de meios para os mesmos fins.

O relato dos desempenhos específicos de cada órgão conduz o analista a uma dissecação do trabalho desenvolvido e lhe permite uma visão verídica do conjunto.

E de destacar-se, no elenco de realizações das atividades substantivas da SEDU, pelo grau de sua significação no planejamento dos negócios da Educação, as que se seguem:

- elaboração do Plano Estadual da Educação para o triênio 1977-1979, coerente com a política e os objetivos da ação governamental e da educação nacional, que pretende atingir o educando como Homem, que tem direito a uma educação democrática acessível a todos, sem a inflexibilidade de ser idêntica para todos;

- o programa de integração escola-comunidade, pois a educação deve sobretudo representar o contato mais rico possível entre pessoas e o reconhecimento das relações entre pessoas e a sociedade em que se desenvolvem;

- a elaboração permanente de programações em consonância com as exigências de restauração, conservação e ampliação da rede escolar;

- os estudos realizados para implantação da Modernização Administrativa em acordo com os objetivos da Lei 3043/75.

1. — NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

1.1 — SETOR DE PLANEJAMENTO

Cientes de que o Planejamento constitui hoje uma conveniência e necessidade, que previsão e organização sempre foram necessárias, tanto a nível de macro como de micro sistema, a Equipe de Planejamento realizou as seguintes atividades:

- Plano Estadual de Educação 77/79
- Plano de Ação Setorial da SEDU, exercício 1977
- Reformulação do Plano de Aplicação de Recursos do Salário Educação Quota Federal 76 e Quota Estadual 76
- Reformulação do Plano de Aplicação de Recursos DEM/MEC e da Programação na área do 2º Grau para 1976.
- Projetos Especiais na área do 2º Grau para obtenção de Recursos do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce.
- Programação do 2º Grau e de Planos de Aplicação de Recursos do DEM/MEC/76.
- Programa de Educação Pré-Escolar/76.
- Projeto Especial para aplicação de recursos do CEPLAC para o Programa de Ação do Governo do Espírito Santo.
- Projeto de Assistência Técnica e Financeira na área da Educação Especial — Recursos CENESP/76.
- Plano de Aplicação de Recursos do DEM/MEC/76 na área de Educação Física e Desportos.
- Programação do 2º Grau — Recursos DEM/MEC/1977
- Plano de Aplicação de Recursos do Salário Educação Quota Federal/1977
- Plano de Aplicação de Recursos do Salário Educação Quota Estadual/1977.
- Projeto Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal — PROMUNICÍPIO — Recursos DEF/MEC/1977.
- Projeto Especial: Capacitação de Recursos Humanos na área do ensino de 2º Grau — Recursos DEM/MEC/1976
- Projeto Especial Censo Escolar — Recursos DEF/MEC/1976
- Pré-elaboração da programação na área da Educação Pré-Escolar — Recursos DEF/MEC/1977.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Pré-elaboração da programação na área da Educação Física e Desportos — Recursos DED/MEC/1977.
- Assistência técnica ao Departamento Técnico Educacional na operacionalização das ações previstas nos planos, programas e projetos.
- Planejamento e realização de Encontro para divulgação de documentos relativos à aplicação de Recursos do Salário Educação, 1977.
- Relatórios de acompanhamento da execução dos planos, segundo modelos oriundos dos órgãos do MEC.

1.2 — SETOR DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICO — EDUCACIONAIS

Tendo por finalidade primeira a atualização e armazenamento da estatística educacional do Estado, este Setor desenvolveu suas atividades em 1976 basicamente centradas em duas metas principais: A implantação do Sistema Estatístico-Educacional e o atendimento aos usuários nas suas solicitações de dados e indicadores necessários ao diagnóstico, programação e avaliação do processo educativo.

A Implantação do Sistema de Informações Estatísticas está sendo desenvolvida através do Convênio de Assistência Técnica e Colaboração financeira firmado em novembro/75 entre a Secretaria de Estado da Educação/Espírito Santo e o Serviço de Estatística da Educação e Cultura/MEC, envolvendo quatro projetos específicos:

- a — PROEST — Projeto de Estudo
- b — PRODORE — Projeto de Desenvolvimento de "Operação Registro Escolar"
- c — PRODOL — Projeto de Desenvolvimento de "Operação Linguagem"
- d — PROILADE — Projeto de Implementação dos Levantamentos Anuais de Dados Estatísticos.

Com os objetivos específicos e atividades inter-relacionadas, estes projetos visam a um só fim, ou seja, a sistematização do processo de coleta, apuração e divulgação dos dados estatístico-educacionais. Os dados foram coletados em todas as Escolas estaduais, particulares, municipais e federais do Estado, englobando Educação Pré-Escolar e o Ensino de 1º e 2º Graus.

Além da Implantação do Sistema de Informações Estatísticas, o Núcleo de Documentação e Divulgação atende a solicitações dos usuários e desenvolve ou orienta projetos especiais:

- 1 — Projeto de Atualização do Cadastro das Escolas implementando em março, através de visitas a todos os municípios do Estado. O produto final foi documentado com a relação dos estabelecimentos de ensino classificados por dependência administrativa e localização.
- 2 — Levantamento sobre os "Títulos mais Adotados" — coleta de informações sobre "Livro Didático" realizada em 10% das Escolas Estaduais e Municipais para atender ao MEC/FENAME — CLT/PLIDEF.
- 3 — Assessoria e Acompanhamento ao Projeto Novas Metodologias (Bloco Único), através de reuniões com os supervisores responsáveis e montagem de instrumentos de acompanhamento.
- 4 — Classificação tipológica das Escolas Estaduais, realizada com base em levantamento realizado pelo Núcleo usando-se o critério — nº de salas de aula.
- 5 — Elaboração de formulários para levantamento de informações sobre Educação Física nas escolas em colaboração com a Diretoria de Educação Física/SEDU.
- 6 — Tabulação dos dados sobre professores e respectiva titulação. Os 7.718 professores que apresentaram documentação foram totalizados segundo o nível (PA, PB, PC, DP) e segundo a maior titulação apresen-

tada (2º Grau, Licenciatura Curta, Licenciatura Plena e outros).

7 — Levantamentos diversos — A solicitação de dados é feita oralmente através de visitas ao Núcleo, por telefone (na maioria das vezes) e por escrita através de processos ou ofícios. Foram atendidos 42 pedidos de informações, sendo os principais usuários:

- Equipe de Planejamento SEDU/ES
- Secretaria de Planejamento
- Diretoria de Ensino de 1º Grau
- Departamento de Ensino Fundamental/MEC
- Fundação João Pinheiro — BH/MG
- Administrações Regionais
- Chefia de Gabinete/SEDU
- Supervisão
- Divisão de Ensino
- Professores e Alunos da UFES
- Outros (Ministério de Previdência e Assistência Social — Telet S/A — Fundação Getúlio Vargas — Editores, Estudantes).

2. — NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS

O Núcleo de Recursos Humanos estabeleceu como modelo para o Sistema de Treinamento, o aumento da rentabilidade, eficiência e produtividade do Sistema, a maximização dos recursos disponíveis e o atendimento a todas as reivindicações dos órgãos da Secretaria de Estado da Educação.

No exato cumprimento do que foi programado, na parte referente a habilitação, aperfeiçoamento e atualização de professores e pessoal técnico-administrativo, este Núcleo deu prioridade ao processo de implantação da Proposta Curricular, ao estabelecimento de uma infra-estrutura técnico-administrativa em cada estabelecimento de ensino e à atualização de professores nas áreas mais carentes.

A busca da homogeneização de conceitos básicos foi preocupação constante da equipe técnica ao Núcleo de Recursos Humanos, que estabeleceu como mecanismo permanente, o planejamento dos cursos em conjunto com os professores responsáveis, as equipes multiplicadoras e outros setores da Secretaria envolvidos.

Recursos Humanos é um dos pontos críticos na Educação, daí o estabelecimento da estratégia de atender a todo o pessoal do Magistério que procurou o Núcleo de Recursos Humanos em busca de Educação permanente, tentando-se inclusive, descentralizar os locais de realização dos cursos.

No quadro a seguir, apresentamos um resumo das atividades desenvolvidas, no qual se observam algumas alterações entre o programado e o executado. As que se referem ao acréscimo do número de alunos atendidos sempre levaram em consideração a qualidade do ensino ministrado no curso. O não atendimento total da meta prevista se explica algumas vezes pelo desinteresse da clientela em frequentar cursos e por evasões durante a realização dos mesmos.

CURSOS E ESPECIFICAÇÕES

Nome do Curso	Origem dos Recursos	Período de Realização		Local de Realização		No de Turmas		Carga Horária por Turno		Carga Horária Total	No de alunos atendidos	
		Programado	Executado	Programado	Executado	Programado	Executado	Programado	Executado		Programado	Executado
1. <u>Estabilização</u> 1. Licenciatura Curta em Administração Escolar FAFIO	Convênio SEDU-FAFIO	03/11/75 a 31/08/76	03/11/75 a 31/08/76	Colatina	Colatina	2	2	1200 h/a	1200 h/a	2.400 h/a	60	55
2. Licenciatura Curta em Administração Escolar UFES	Convênio SEDU-UFES	19/07/76 a 30/12/77	19/07/76 a...	Vitória	Vitória	1	1	1200 h/a	Em execução	1200 h/a	40	50
3. Licenciatura Curta em Administração Escolar UFES	Convênio SEDU-UFES	01/07/75 a 28/02/76	01/07/75 a...	Nova Venécia	Nova Venécia	1	1	1200 h/a	Em execução	1200 h/a	17	17
4. Licenciatura Curta em Supervisão Escolar UFES	Convênio SEDU-UFES	17/11/75 a 15/07/76	17/11/75 a 15/07/76	Vitória	Vitória	3	3	1200 h/a	1200 h/a	3.600 h/a	120	119
5. Licenciatura Curta em Supervisão Escolar UFES	Convênio SEDU-UFES	19/07/76 a 30/12/77	19/07/76 a...	Vitória	Vitória	1	1	1200 h/a	Em execução	1200 h/a	40	40
6. Licenciatura Curta em Supervisão Escolar UFES	Convênio SEDU-UFES	01/07/75 a 28/02/77	01/07/75 a...	N. Venécia	N. Venécia	1	1	1200 h/a	Em execução	1200 h/a	14	14
7. Licenciatura Parcelada Experimental em Ciências e Matemática UFES	Convênio SEDU-UFES	01/07/75 a 28/02/77	01/07/75 a...	N. Venécia	N. Venécia	1	1	1200 h/a	Em execução	1200 h/a	11	11
8. Licenciatura Parcelada Experimental em Ciências e Matemática UFES	Convênio SEDU-UFES	02/01/76 a 30/07/77	02/01/76 a...	Vitória	Vitória	2	2	1200 h/a	Em execução	2400 h/a	70	65
9. Licenciatura de 1º Grau em Comunicação e Expressão UFES	Convênio SEDU-UFES	01/07/75 a 28/02/77	01/07/75 a...	N. Venécia	N. Venécia	1	1	1200 h/a	Em execução	1200 h/a	18	18
10. Licenciatura de 1º Grau em Estudos Sociais UFES	Convênio SEDU-UFES	01/07/75 a 28/02/77	01/07/75 a...	N. Venécia	N. Venécia	1	1	1200 h/a	Em execução	1200 h/a	20	20

CURSOS E ESPECIFICAÇÕES

Nome do Curso	Origem dos Recursos	Período de Realização		Local de Realização		Má de Turmas		Carga Horária por Turmas		Carga Horária Total	Má de alunos atendidos	
		Programado	Executado	Programado	Executado	Programado	Executado	Programado	Executado		Programado	Executado
B. Aperfeiçoamento 1. Aperfeiçoamento de Professores de Deficientes Mentais MEC/CENESP	MEC/CENESP	18/10 a 22/12/76	18/10 a 22/12/76	Vitória	Vitória	1	1	440 h/a	440 h/a	440 h/a	40	54
		18/10 a 02/12/76	18/10 a 02/12/76	Vitória	Vitória	2	1	180 h/a	180 h/a	180 h/a	60	35
C. Atualização 1. Atualização em Técnicas de Alfabetização SE/QE/75	SE/QE/75	01/01 a 28/02/76	12/01 a 25/02/76 e 07/07 a 08/07/76	Vitória	Vitória	10	10	120 h/a	120 h/a	1200 h/a	160	306
		08 a 26/11/76	08 a 26/11/76	Vitória	Vitória	1	1	120 h/a	120 h/a	120 h/a	40	45
3. Atualização de Diretores de Estabelecimentos de Ensino de 1ª Grau SE/QE/76	SE/QE/76	08 a 26/11/76	08 a 26/11/76	Cach. de Itapemirim	Cach. de Itapemirim	1	1	120 h/a	120 h/a	120 h/a	40	49

CURSOS E ESPECIALIZAÇÕES

Atividades Realizadas	Origem dos Recursos	Período de Realização		Local de Realização		Nº de Turmas		Carga Horária por Turno		Carga Horária Total	Nº de alunos atendidos	
		Programado	Executado	Programado	Executado	Programado	Executado	Programado	Executado		Programado	Executado
4. Atualização de Diretores de Estabelecimentos de Ensino de 1º Grau	SE/QE/76	8 a 26/11/76	8 a 26/11/76	Colatina	Colatina	1	1	120 h/a	120 h/a	120 h/a	40	46
5. Atualização de Diretores de Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau	MEC/DEM/CENAFOR	19 a 30/7/76	19 a 30/7/76	Vitória	Vitória	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	32
6. Atualização de Secretários e Auxiliares de Secretaria de Escolas de 1º Grau	SE/QE/76	25/10 a 6/11/76	25/10 a 6/11/76	Vitória	Vitória	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	43
7. Atualização de Secretários e Auxiliares de Secretaria de Escolas de 1º Grau	SE/QE/76	29/11 a 10/12/76	29/11 a 10/12/76	Vitória	Vitória	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	40
8. Atualização de Secretários e Auxiliares de Secretaria de Escolas de 1º Grau	SE/QE/76	25/10 a 06/11/76	25/10 a 06/11/76	Cachoeiro de Itape- mirim	Cachoeiro de Itape- mirim	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	49
9. Atualização de Secretários e Auxiliares de Secretaria de Escolas de 1º Grau	SE/QE/76	29/11 a 10/12/76	29/11 a 10/12/76	Cachoeiro de Itape- mirim	Cachoeiro de Itape- mirim	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	41
10. Atualização de Secretários e Auxiliares de Secretaria de Escolas de 1º Grau	SE/QE/76	25/10 a 06/11/76	25/10 a 06/11/76	Colatina	Colatina	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	46
11. Atualização de Secretários de Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau	MEC/DEM/CENAFOR	07 a 18/06/76	07 a 18/06/76	Vitória	Vitória	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	39
12. Atualização de Secretários de Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau	MEC/DEM/CENAFOR	05 a 16/07/76	05 a 16/07/76	Cachoeiro de Itape- mirim	Cachoeiro de Itape- mirim	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	40

Atividades Realizadas	Origem dos Recursos	Período de Realização		Local de Realização		No de Turmas		Carga Horária por Turma		Carga Horária Total	No de alunos	
		Programado	Executado	Programado	Executado	Programado	Executado	Programado	Executado		Programado	Executado
13. Atualização de Secretários de Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau	SEDU	23/08 a 03/09/76	23/08 a 03/09/76	Colatina	Colatina	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	36
14. Implementação da Proposta Curricular de 1ª a 4ª Série do 1º Grau	C3/76	21/06 a 16/07/76	21/06 a 16/07/76	Todos os Municípios	Todos os Municípios	114	114	40 h/a	40 h/a	4560 h/a	3170	4125
15. Implementação da Proposta Curricular de 5ª a 8ª Série do 1º Grau	C3/76	18/10 a 12/11/76	18/10 a 12/11/76	14 Municípios	14 Municípios	83	83	40 h/a	40 h/a	3320 h/a	2.460	1.935
16. Atualização de Professores de Educação Artística	DEZ/MEC	16/08 a 30/09/76	16/08 a 30/09/76	Vitória	Vitória	4	4	120 h/a	120 h/a	480 h/a	100	140
17. Implementação da Proposta Curricular de 2º Grau	DEM/MEC/P.A.76	18/10 a 28/11/76	18/10 a 28/11/76	Vitória e Cach. de Itapemirim Colatina	Vitória e Cach. de Itapemirim Colatina	21	21	60 h/a	60 h/a	1.260 h/a	540	630
18. Atualização de Inspectores e Supervisores Escolares	SE/C3/76	18/10 a 17/12/76	18/10 a 17/12/76	Vitória	Vitória	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	17
19. Atualização de Professores de Classe Comum em Educação Especial	MEC/CENESP	27/09 a 08/10/76	27/09 a 08/10/76	Vitória Cach. Itap Colatina	Vitória Cach. Itap Colatina	6	6	40 h/a	40 h/a	240 h/a	240	251
20. Treinamento de Monitores e Orientadores da Aprendizagem para o Curso João da Silva	IVE-RJ/SEDU	29/07 a 25/08/76	29/07 a 25/08/76	Vitória	Vitória	2	2	68 h/a	68 h/a	136 h/a	64	64
21. Curso de Atualização do Programa de Educ. Integridade	SEDU	2 a 13/8/76	2 a 13/8/76	Vitória	Vitória	9	9	120 h/a	120 h/a	1.080 h/a	350	358
22. Horas de Expediente	SENAC	10/11-22/12/76	10/11-22/12/76	Vitória	Vitória	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	34	27
23. Atualização de Secretários	SENAC	25/10 a 17/12/76	25/10 a 17/12/76	Vitória	Vitória	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	28	17
24. Protocolo e Arquivo	SENAC	3/11-2/12/76	3/11-2/12/76	Vitória	Vitória	1	1	80 h/a	80 h/a	80 h/a	40	20

3. — DEPARTAMENTO TÉCNICO EDUCACIONAL

3.1 — DIVISÃO DE CURRÍCULO E SUPERVISÃO

O Departamento Técnico Educacional, através da Divisão de Currículo e Supervisão, atendeu, no exercício de 1976, um total de 53 municípios, atingindo 4.541 escolas, sendo que 4.111 na zona rural, beneficiando 278.273 alunos.

— Expandiu e desenvolveu o Modelo de Supervisão, promovendo estudos, análises de documentos, elaboração de Projetos Operativos de implantação e ou implementação, acompanhamento, controle e avaliação de Modelos Curriculares.

— Por solicitação do Senhor Secretário, promoveu visitas às Escolas da Grande Vitória, bem como reuniões em complexos escolares e escolas integradas da rede Reorganizada no Município de Cariacica.

— Participou efetivamente na Elaboração do Plano de Atividades para as Escolas da Rede Estadual de Ensino — 1977 e de Cursos e Seminários, promovidos por entidades do Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal do Espírito Santo, e Secretaria de Estado da Educação.

— Instalou o Projeto Operativo de Correção da Distorção Idade-Série — 1ª a 4ª série do 1º Grau, acompanhamento, controlando e executando o referido projeto. Elaborou e aplicou os 5 instrumentos de acompanhamento, controle e avaliação do processo e produto do mesmo. Analisou os resultados finais; esta análise continua em execução.

— Visando a instalação dos Projetos de Estudo e pesquisa de novas metodologias, promoveu 31 reuniões com Assessorias do DEF MEC e NDD/SEDU, Chefias do Departamento Técnico e DES, bem como 9 reuniões com assessoria da Equipe de Supervisão para acompanhamento, controle e avaliação do Projeto novas metodologias de Vitória e Vila Velha.

Instalação e, acompanhamento, controle e avaliação do Projeto Operativo de atendimento aos alunos da faixa etária regular, que frequentam o Turno Noturno — 5ª série do 1º Grau.

Em 1976, criou-se o Banco de Informações a Nível Central Regional e Escolar, com distribuição de material sugestivo para acervo do Banco.

A Equipe de Currículo de 1º Grau que integra esta Divisão, desenvolveu as seguintes atividades, dentre outras, durante o exercício de 1976:

— Orientação para aplicação da Proposta Curricular de 5ª série, referente ao núcleo comum.

— Orientações metodológicas para subsidiarem as Unidades Escolares na elaboração de Currículos Plenos.

— Elaboração de relatório contendo conclusões de estudos sobre a Zona Rural.

— Acompanhamento da Proposta Curricular de 2ª, 5ª e 6ª séries na parte referente ao núcleo comum e da Proposta Curricular simplificada de 1ª a 4ª série, na parte referente ao núcleo comum para alunos em defasagem idade série.

— Estudo e análise da Proposta de Ensino religioso; revisão de Português e providências para montagem da mesma.

— Estudo comparativo de Documentos de Ecologia do DEF com a Proposta Curricular do Espírito Santo.

A Equipe de Currículo de 2º Grau da Divisão de currículo e Supervisão, desenvolveu em 1976, entre outras, as seguintes atividades:

— Estabelecimento de uma Metodologia de Trabalho.

— Identificação e obtenção de dados e informações necessárias à elaboração da Proposta Curricular de Patologia clínica.

— Elaboração da Proposta Curricular.

— Seleção dos consultores de área para elaboração da Proposta Curricular do Assistente de Administração.

— Análise e atualização da parte de fundamentação de currículo no que se refere aos perfis profissionalizantes.

— Elaboração e execução de projetos de acompanhamento e avaliação das Propostas curriculares de Educação Geral, Técnico em Contabilidade e Habilitação para o exercício do Magistério em 1º Grau.

— Reuniões com diretores e orientadores das escolas de 2º Grau para orientações sobre as propostas curriculares de Educação Geral.

— Levantamento e especificação de material para 3 laboratórios e 5 bibliotecas.

— Análises das Tábuas Curriculares e orientações para sanar os problemas de registros de diplomas de 1975/1976.

— Participação do Programa "Contribuição para o Futuro".

— Participação direta no curso de inovações curriculares para professores de disciplinas de Educação Geral.

A Equipe Técnica de Educação especial que também compõe a Divisão de Currículo Especial desenvolveu visitas de supervisão a 24 municípios, atingindo um total de 75 escolas de 1.504 alunos.

Foram instaladas classes especiais em 13 escolas, atingindo 110 alunos.

Aplicou os testes "ABC", "Binet-Simon e Terman" e "Acuidade Visual" e "Pré-testes de Acuidade Auditiva" em 497 alunos em 21 escolas.

Prestou assistência a Cegos no setor, assistência a estagiárias, no setor e em Escolas, bem como Treinamento de Locomoção e Ensino Itinerante, realizado em Deficiência Visual.

Articulou-se com o INPS para análise do Projeto de convênio entre o Instituto e a Secretaria de Estado da Educação, com a assistência financeira às classes Especiais da Rede Oficial.

Articulou-se também com a Secretaria de Estado da Saúde, e do Bem Estar Social, para planejamento do Centro de Reabilitação de Excepcionais, a ser criado por aquela Secretaria.

Promoveu coordenação e docência nos Cursos de Atualização de professores em Educação Especial, promovido pelo CENESP, em Convênio com a SEDU e realizado pelo Núcleo de Recursos Humanos.

3.2 — DIVISÃO DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO DE 1º GRAU

Dentre as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Ensino de 1º Grau destaca-se o Projeto de Reorganização da Rede Física, com o reestudo das diretrizes, critérios e parâmetro da rede física para aperfeiçoamento e expansão do programa, implementação dos modelos de reorganização escolar no Município de Cariacica, elaboração de modelos para expansão e estabelecimento da dinâmica de sua implementação. Este projeto envolveu os Municípios de Vitória, Vila Velha, São Gabriel da Palha, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, beneficiando um total de 18.291 alunos.

Destaca-se também o Programa de Integração Escola/Comunidade, com a definição de linhas de ação, implementação, avaliação e realimentação do processo de Integração. Foi realizado um Seminário com a finalidade de apresentar o Programa de Integração Escola/Comunidade, estudo de sua filosofia, implementação e implantação.

Foram realizadas visitas a 87 escolas e 53 municípios para orientação e verificação da execução do Programa através do preenchimento de ficha de acompanhamento e estabelecimento do prazo para a criação da A.E.C. conforme Portaria N nº 88 de 19.08.76.

Instalaram-se, oficialmente, em 46 escolas de 7 municípios, Associações Escola/Comunidade.

Foi desenvolvido o Projeto da chamada População Escolar, para atender a população escolarizável que se encontra fora da escola, envolvendo todas as escolas de 1º Grau localizadas na Zona Urbana.

Desenvolveu-se também o Projeto Operação Escola para aquisição de vagas em Unidades Escolares de ensino de 1º Grau.

Foi efetuado o levantamento de vagas docentes nas escolas de 1º Grau para efeito de concurso de ingresso e também feita a distribuição de material às escolas de 1º Grau, na qual foram distribuídas 3.280 carteiras com recursos do salário educação, quota estadual de 1976 e, 3.600 com Recursos Orçamentários.

Foi analisada e aprovada a carga horária das escolas de 1º Grau de 5ª a 8ª séries, que permite um melhor controle na indicação de Monitores III.

Serviço de Educação Pré 1º Grau foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Análises da situação do Pré-Escolar, trabalho este integrado com a SEBES para um estudo prévio das reais necessidades e possibilidades das comunidades quanto a oferta de educação nesta área.

- Levantamento e distribuição do material.

- Levantamento do pessoal docente e discente das Escolas de Pré 1º Grau.

- Requisição da verba de alimentação e revisão das prestações de contas.

- Levantamento de vagas nas Escolas de Pré 1º Grau para concurso de Ingresso.

- Levantamento para verificação da necessidade de serventes e guardas patrimoniais.

- Assistência técnica a 42 escolas de Pré 1º Grau em 28 municípios, num total de 7.829 alunos atingidos.

Foram elaborados 3 boletins de orientação distribuídos gratuitamente a todos os professores e monitores das escolas e algumas escolas particulares e municipais, num total de 1.500 exemplares.

DIRETORIA DE ENSINO DE 2º GRAU

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

- Atualização do diagnóstico das escolas de 2º Grau do sistema de ensino, em 136 escolas.

- Análise de Regimentos escolares das escolas do sistema estadual de ensino.

- Assistência técnica às escolas de 2º Grau para orientá-las na criação de novos cursos.

- Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento, avaliação e controle de execução compatibilizados com as diretrizes de controle e avaliação do nível central.

- Implementação e acompanhamento dos planos, programas e projetos específicos.

- Adaptação do Regimento Interno apresentado pelo PREMEN para o Centro Interescolar de Cachoeiro de Itapemirim.

- Estudo junto às escolas polivalentes e de 2º Grau para verificar a viabilidade de aproveitamento da capacidade ociosa noturna.

- Intercomplementaridade entre a escola de 2º Grau do Espírito Santo e a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, e entre a Escola de 2º Grau do Espírito Santo e o SENAE.

- Elaboração de Documento para o VI Congresso Estadual de Professores — "Dificuldades de Implantação do Ensino de 2º Grau e esquema de implantação desenvolvido pela SEDU/ES".

- Participação na elaboração do Plano de Atividades das escolas de 2º Grau, como subsídios às escolas para a elaboração do Plano Anual de Trabalho.

- Elaboração de um anteprojeto para a criação de uma Escola de 2º Grau da Rede Estadual no Cetapes.

- Estudo para implantação a nível regional das habilitações:

- Técnico em Farmácia

- Técnico em Educação Física

- Estudo para distribuição de 4.400 livros oferecidos pelo PLIDEM MEC/FENAME a Escolas de 2º Grau da Rede Estadual, Municipal e Federal de Ensino.

- Plano de intercomplementaridade entre a Escola de 2º Grau Aristeu Aguiar e a Faculdade de Agronomia de Alegre para aproveitamento dos Recursos materiais e humanos para a oferta de cursos do setor primário.

- Análise e aprovação de carga horária das escolas da Rede Estadual de Ensino.

- Elaboração de Regimento de biblioteca das escolas de 2º Grau do Sistema.

- Identificação de necessidades e estabelecimento de prioridade no 2º Grau para subsidiar o setor competente na elaboração do Plano Setorial de Educação do Estado.

- Detalhamento de prioridades para o ensino de 2º Grau na elaboração do Plano Operacional 1977.

DIRETORIA DE ENSINO SUPLETIVO

Durante o exercício de 1976, a Diretoria de Ensino Supletivo desenvolveu as seguintes atividades:

— Projeto João da Silva:

A DESU elaborou o Plano de Implantação dos Telepostos e Centros Controladores, bem como o treinamento dos Supervisores e Monitores para atender ao Projeto João da Silva, desenvolvendo o processo ensino-aprendizagem através da teleducação.

Foi executado o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos alunos e das atividades docentes, tendo sido treinados 33 monitores.

— Projeto de Educação Integrada:

Foi elaborado o Plano Anual de Ação, alcançando 53 municípios com 140 escolas atingidas, 450 professores envolvidos, sendo o total de alunos beneficiados 13.500, com aproveitamento final de 7.571 alunos.

Foram realizados dois treinamentos, sendo um para diretores e outro para diretores e monitores, atingindo 359 professores.

PROJETO MINERVA

A Diretoria de Ensino Supletivo, através do Projeto Minerva promoveu a distribuição de material didático e de apoio, atividades por intermédio do sistema de recepção organizada envolvendo 9 municípios, 33 escolas, 180 professores e 4.200 alunos. Destes somente 458 chegaram ao final do curso.

Os monitores receberam orientação técnico-pedagógica e mantiveram-se contatos permanentes com as emissoras de rádio e outros meios de comunicação.

Foram selecionados para o Projeto Minerva 77/78, 15 municípios, envolvendo 18 escolas, 90 professores 3.000 alunos.

A partir de agosto de 1976, a DESU passou a promover a divulgação do curso supletivo Fase II desse projeto.

— Curso Preparatório para Exames

Realizado em 9 municípios, abrangendo 112 professores e 2.124 alunos para os quais foi dado o exame especial em julho, seu objetivo é regularizar o fluxo de alunos fora da faixa etária que frequentavam os cursos regulares.

EXAMES DE EDUCAÇÃO GERAL — NÚCLEO COMUM (TABELA A SEGUIR)

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

A Diretoria de Educação Física e Desportos, no ano de 1976, promoveu 11 campeonatos envolvendo um total aproximado de 1.700 alunos, 8 cursos de iniciação a competições, destacando-se os Jogos Regionais Desportivos com 9 campeonatos, dos quais participaram 31 municípios e os Jogos Estudantis Brasileiros, aos quais ocorreram todos os Estados da União.

No Setor Pedagógico, promoveu o Curso de Treinamento para professores não titulados em Educação Física e o Curso para professores licenciados e acadêmicos em Educação Física, do qual constaram: Ginástica Olímpica com a participação de 1600 alunos, atletismo, ginástica olímpica e educação dos movimentos e expressão corporal da criança na Escola e basquetebol, dos quais participaram respectivamente 11.200 a 11.600 alunos.

EXAMES SUPLETIVOS DE EDUCAÇÃO GERAL

Atividades Desenvolvidas	Municípios Envolvidos Total	Escolas Atendidas Total	Professores Atendidos Total	Alunos Atendidos Total	Informações Adicionais Aprovação p/ Exames
Exames Supletivos					
Abril 1976	05	13	212	11.427	27,14%
Julho 1976	06	06	131	1.313	32,06%
Dezembro 1976	05	10	175	7.429	a conhecer após os resultados
				20.169	

Além disso, foi dado prosseguimento aos Cursos com Avaliação no Processo a nível de 1.º Grau.

A inspeção escolar que a Diretoria realizou em 1976, se estendeu, sob alguns aspectos, a todos os 53 municípios do Estado e teve os seguintes propósitos:

a) regularizar as tábuas curriculares do 2.º Grau e o registro de diplomas;

b) com diretores e Secretários de escolas para orientá-los quanto a tábuas curriculares — registro de diplomas;

c) com a supervisão para planejamento de visitas especiais às Escolas de 1.º Grau da 1.ª a 4.ª séries, quanto a adoção de medidas urgentes para solução de problemas nessa área;

d) assuntos específicos e apreciação de material elaborado pela equipe central;

e) debater assuntos relacionados com a reorganização da rede física;

f) discussão da sistemática a ser utilizada na elaboração do regimento de Escolas de 1.º Grau, escrituração e arquivo escolar, elaboração de fichas orientadoras e

planejamento de curso para diretor e secretário de Escola de 2.º Grau.

Participou, ainda, efetivamente, como regente nos cursos de Diretores e Secretários de escola, envolvendo todas as escolas da rede Estadual, Municipal e Particular, bem como da elaboração do calendário Escolar, no Projeto Operação Linguagem-PRODOL e da compatibilização de dados a nível estadual e no levantamento de necessidades das Escolas de 1.º Grau da Grande Vitória.

Dentre outras atividades estudou e divulgou as Pareceres e Resoluções do CFE e CEE com os diversos setores da SEDU, Equipe Regional de Inspectores e escolas do Sistema, envolvendo todos os estabelecimentos de ensino de estado; atualizou o cadastro das escolas; reestruturou as Fichas de Histórico Escolar e transferência de Matrícula do 1.º Grau; elaborou a listagem de escolas de 1.º Grau (1.ª e 8.ª série) para efeito de planejamento do Seminário com o objetivo de orientar as normas sobre a escrituração escolar e arquivo e, finalmente, orientou as escolas de 1.º Grau estaduais quanto à reestruturação de tábuas curriculares pelo Esquema de Currículo de 1.º Grau.

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO RURAL

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

— Estudo, fundamentação e análise da situação educacional dos municípios, visando a obtenção de subsídios para execução da política de Municipalização do Ensino Rural.

— Análise da situação educacional de 45 municípios.
— Conhecimento da Estrutura Administrativa de 12 Prefeituras Municipais.

— Atendimento aos órgãos municipais de Educação, envolvendo 45 municípios.

— Preparação de infra-estrutura técnica e administrativa a 12 municípios remanescente.

— Assessoramento na elaboração da estrutura do Órgão de Educação de 12 prefeituras.

— Agilização dos mecanismos envolvidos no processo de execução da municipalização do Ensino Rural, envolvendo 45 municípios.

— Assistência técnica através de reuniões, encontros e visitas dos municípios na operacionalização das tarefas constantes do Plano de Trabalho.

— Estudos sobre a Implantação do Promunicípio no Espírito Santo.

— Montagem de esquema e estudo sobre a situação da Rede de Ensino Municipal visando a confecção do Documento sobre o Promunicípio no Espírito Santo.

— Controle das Atividades Docentes, através dos Quadros Resumo de Matrícula nas Escolas Unidocentes.

4. — DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Registros e anotações de atos e fatos concernentes ao pessoal administrativo ou discente; execução de obras de prédios escolares e aquisição de material escolar.

4.1 — DIVISÃO DE PESSOAL

Os cadastros de servidores acusam um total de 10.100 efetivos, 142 substitutos, 1.285 contratados e 53 cargos em comissão; 2.562 Monitores I, 6.418 Monitores II e 3.700 Monitores III, 621 Professores "A", 15 Professores "B" e 33 Professores "C" em lotação provisória na regência de classe.

4.2 — DIVISÃO DE PRÉDIOS

A Divisão de Prédios, durante o exercício de 1976, desenvolveu suas atividades utilizando Recursos Orçamentários, através do Projeto Especial 1.020, Convênio Governo do Estado — FAS — Caixa Econômica Federal e Recursos Salário Educação, cujas obras se encontram listadas em anexo.

DIRETORIA DE EQUIPAMENTO E MATERIAL

A ação da Diretoria de Equipamento e Material se fez presente em todos os órgãos da Secretaria, principalmente no Departamento Técnico Educacional, comprovada pela considerável quantidade de móveis e equipamentos fornecidos aos estabelecimentos de ensino, na sua quase totalidade adquiridos com recursos do Salário Educação-Quotas Estadual e Federal; do Departamento de Ensino Médico do MEC e do Serviço de Educação e Estatística da Educação, destacando-se, pelo seu volume, 12.333 conjuntos mesa-cadeira para alunos e 10.000 carteiras tipo universitária, nos quais foram despendidos, respectivamente, Cr\$ 3.156.678,00 e Cr\$ 1.512.500,00.

4.3 — DIVISÃO DE ASSUNTOS FINANCEIROS

PESSOAL AFASTADO DO EXERCÍCIO DO CARGO

DISCRIMINATIVO	Pessoal Administrativo	PROFESSORES			Com ônus	Sem ônus
		"A"	"B"	"C"		
— Cargos em Comissão	4	—	—	—	—	4
— A disposição de outros Órgãos Públicos	10	220	47	81	288	70
— A disposição de outras Instituições	—	17	4	2	19	4
— Art. 116 da Lei 2141/65	27	262	10	30	—	329
— Art. 30 da Lei 2649/71	6	190	14	29	—	239
— Art. 121 da Lei 2141/65	2	2	—	—	—	4
— Frequentando Cursos	—	53	—	8	—	61
— Por força de laudo médico da DPM/SEAR	6	21	—	—	27	—
a) Definitivo	1	97	—	—	98	—
b) 12 meses	—	28	—	—	28	—
c) 6 meses	—	—	—	—	—	—
TOTAL	56	890	75	150	460	711

O CADASTRO DE CARGOS ACUSA:

Área de Lotação	Criados	Providos	Vagos
MAGISTÉRIO			
Professor "A"	7.007	6.544	463
Professor "B"	1.202	405	797
Professor "C"	610	674	—
Administrativo	3.369	2.471	898
TOTAL	12.188	10.094	2.158

OBRAS EXECUTADAS EM 1976 ATRAVÉS DE LICITAÇÃO

Nº	ESTABELECIMENTO	LOCAL	OBRA	VALOR DA OBRA	INICIO	TERMINO	DOTAÇÃO
01	Escola de 1º Grau "João Bastos"	Barra de São Francisco	Construção	R\$ 3.577,374,14	27.12.76	-	1.032
02	Escola de 1º Grau "Agostinho Simonatto"	Cachoeiro de Itapemirim	Restauração	R\$ 67.189,92	11.10.76	25.10.76	1.032
03	Escola de 1º Grau "Fraternalidade e Luz"	Cachoeiro de Itapemirim	Restauração	R\$ 18.000,00	17.09.76	26.11.76	1.032
04	Escola de 1º Grau "Presidente Castello Branco"	Cariacica	Conservação	R\$ 168.965,00	23.03.76	28.04.76	2.054
05	Escola de 1º Grau "Espiritossantense"	Cariacica	Conservação	R\$ 147.730,11	19.03.76	25.04.76	2.054
06	Escola de 1º Grau "Hugo Vieira"	Cariacica	Ampliação e Restauração	R\$ 188.491,20	21.10.76	-	1.032
07	Escola de 1º Grau "Afonso Schvab"	Cariacica	Ampliação	R\$ 158.999,39	29.10.76	-	1.032
08	Escola de 1º Grau "Stelida Dias"	Cariacica	Restauração	R\$ 79.200,00	-	-	1.032
09	Escola de 1º Grau de Campo Grande	Cariacica	Construção	R\$ 1.509.123,57	-	-	1.032
10	Escola de 1º Grau "Ary Parreiras"	Cariacica	Conservação	R\$ 5.000,00	26.01.76	25.02.76	2.043
11	Escola de 1º Grau "Carqueira Lima"	Cariacica	Conservação	R\$ -	06.01.76	-	2.043
12	Escola de 1º Grau "Professor José Cunha"	Cariacica	Conservação	R\$ 775,50	04.08.76	14.09.76	3.1.2.0
13	Escola Polivalente do Campo Grande	Cariacica	Conservação (Inst. Elétrica)	R\$ 5.197,00	04.08.76	14.09.76	3.1.2.0
14	Escola de 1º e 2º Graus "João Bley"	Castelo	Restauração	R\$ 25.312,97	23.08.76	28.08.76	1.032
15	Escola de 1º e 2º Graus "João Bley"	Castelo	Muro	R\$ 158.803,00	19.10.76	22.11.76	1.032
16	Escola de 1º Grau "Santa Isabel"	Domingos Martins	Restauração	R\$ 56.021,80	-	-	1.032
17	Escola de 1º Grau "Virgínia Rinalhete"	Fundo	Conservação	R\$ 116.103,45	21.01.76	12.04.76	2.043
18	Escola Singular de Iguape	Guarapari	Ampliação e Restauração	R\$ 70.301,00	13.10.76	15.12.76	1.032
19	Escola de 1º Grau "João Melva"	Ibiraçu	Construção	R\$ 3.215.986,65	27.12.76	-	1.032
20	Escola de 1º e 2º Graus "Monsenhor Elias Tomasi"	Mimoso do Sul	Conservação	R\$ 1.207.385,11	26.01.76	13.07.76	2.047
21	Escola de 1º e 2º Graus "Monsenhor Elias Tomasi"	Mimoso do Sul	Restauração	R\$ 117.000,00	03.08.76	21.09.76	1.034
22	Jardim de Infância "Ademar Vieira da Cunha"	Muniz Freire	Conservação	R\$ 24.950,00	20.04.76	07.06.76	2.054
23	Escola de 1º Grau "Jaguara"	São Mateus	Muro	R\$ 60.647,30	29.09.76	24.11.76	1.032
24	Escola de 1º Grau "Adolfina Laprogne"	Vila Velha	Restauração	R\$ 13.100,00	-	-	2.054
25	Escola de 1º Grau "Domingos José Martins"	Vila Velha	Conservação	R\$ 24.600,00	31.05.76	30.06.76	2.054
26	Escola de 1º Grau "Domingos José Martins"	Vila Velha	Restauração	R\$ 65.077,62	13.09.76	-	1.032
27	Escola de 1º Grau "Eli de Espírito Santo Carneiro"	Vila Velha	Restauração	R\$ 158.900,00	13.09.76	-	1.034
28	Escola de 2º Grau "Francisco de Freitas Lima"	Vila Velha	Restauração	R\$ 65.974,26	13.09.76	-	1.032
29	Escola de 1º Grau "Graciano Neves"	Vila Velha	Restauração	R\$ 44.895,10	24.08.76	17.09.76	1.032
30	Escola de 1º Grau "Guilherme Santos"	Vila Velha	Restauração	R\$ 328.369,65	21.09.76	-	1.032
31	Escola de 1º Grau "Izaltina A. Fernandes"	Vila Velha	Restauração	R\$ 91.182,62	21.09.76	-	1.032
32	Escola de 1º Grau "Orléa Escobar"	Vila Velha	Restauração	R\$ 165.840,15	20.09.76	03.12.76	1.032
33	Escola de 1º Grau "Padre Humberto Piacente"	Vila Velha	Muro	R\$ 72.268,00	02.12.76	27.12.76	1.032
34	Escola de 1º Grau "Barão do Rio Branco"	Vila Velha	Conservação	R\$ 24.999,80	06.01.76	-	2.043
35	Escola de 1º Grau "Padre Humberto Piacente"	Vila Velha	Conservação	R\$ 30.000,00	26.01.76	12.02.76	2.043
36	Escola de 1º Grau "Florentino Avidos"	Vila Velha	Conservação	R\$ 23.149,59	26.01.76	09.02.76	2.043

AN	ESTABELECIMENTO	LOCAL	OBRAS	VALOR DA OBRA	INICIO	TERMINO	DIACIO
37	Núcleo de Supervisão de Vila Velha	Vila Velha	Conservação	CR\$ 19.612,14	06.01.76	19.01.76	2.043
38	Escola de 1º Grau "Vasco Coutinho"	Vila Velha	Conservação	CR\$ 5.000,00	26.01.76	25.02.76	2.043
39	Associação de 1º Grau "Adolfina Zampognaro"	Vila Velha	Conservação	CR\$ 5.000,00	26.01.76	25.02.76	2.043
40	Escola de 1º Grau "Santa Leopoldina"	Santa Leopoldina	Conservação	CR\$ 99.675,00	26.01.76	22.03.76	2.043
41	Escola de 1º Grau "Maria Ortiz"	Vitória	Conservação	CR\$ 239.115,00	19.01.76	15.04.76	2.054
42	Escola de 1º Grau "Adão Benedito"	Vitória	Cobertura	CR\$ 4.160,00	10.08.76	16.08.76	2.054
43	Escola de 1º Grau "D. João Batista Nery"	Vitória	Restauração (Pintura)	CR\$ 30.500,00	12.10.76	18.10.76	2.054
44	Parque Infantil "Darcy Vargas"	Vitória	Restauração	CR\$ 7.500,00	-	-	1.033
45	Escola de 1º Grau "Padre Anchieta e Outros"	Vitória	Instalação Elétrica	CR\$ 110.302,90	-	-	2.054
46	Escola de 1º Grau "Herminio Blackman"	Vitória	Conservação (Inst. Elétrica)	CR\$ 4.282,00	04.08.76	14.09.76	3.112.0
47	Escola de 1º Grau "Padre Anchieta"	Vitória	Conservação (Inst. Elétrica)	CR\$ 195,50	04.08.76	14.09.76	3.112.0
48	Escola de 1º Grau "Marieta Escobar"	Vitória	Conservação (Inst. Elétrica)	CR\$ 1.505,40	04.08.76	14.09.76	3.112.0
49	Divisão de Prédios, Equipamentos e Material	Vitória	Conservação (Inst. Elétrica)	CR\$ 1.347,50	04.08.76	14.09.76	3.112.0
50	Escola de 1º Grau "D. João Batista Nery"	Vitória	Conservação	CR\$ 268.898,13	18.05.76	-	2.054
51	Escola de 1º Grau "Professor João Bandeira"	Vitória	Muro	CR\$ 154.500,00	21.09.76	-	1.032
52	Escola de 1º Grau "D. João Batista Nery"	Vitória	Restauração	CR\$ 150.360,00	15.09.76	12.10.76	1.032
53	Diretoria de Educação Física	Vitória	Restauração	CR\$ 60.210,24	30.11.76	-	1.034
54	SEUC (Antigo Colégio Vitória)	Vitória	Restauração e Adaptação	CR\$ 78.839,45	18.10.76	-	1.046
55	Escola de 1º Grau "Gomes Cardim"	Vitória	Complementação de Muro	CR\$ 123.826,00	-	-	1.032
56	Escola de 1º Grau "Lisarina Lyrio"	Vitória	Restauração	CR\$ 144.874,77	20.12.76	-	1.032
57	Escola de 1º Grau "Gomes Cardim"	Vitória	Restauração	CR\$ 31.913,25	-	-	1.032
58	Parque Infantil "Maria Queiroz Lindenberg"	Vitória	Restauração	CR\$ 103.450,00	02.12.76	-	1.032
59	Escola de 1º Grau "Gomes Cardim"	Vitória	Muro / Vedação	CR\$ 107.146,00	-	-	1.032
60	Escola de 1º Grau "Hildebrando Lucas"	Vitória	Construção do Galpão	CR\$ 20.449,10	17.08.76	30.09.76	1.032
61	Escola de 1º Grau "Regina Maria Silva"	Vitória	Restauração	CR\$ 23.919,10	24.08.76	13.09.76	1.032
62	Escola de 1º Grau "Marieta Escobar"	Vitória	Aplicação e Restauração	CR\$ 108.342,67	19.10.76	-	1.032
63	Parque Infantil "Darcy Vargas"	Vitória	Restauração	CR\$ 36.531,00	12.08.76	20.08.76	1.032
64	Escola de 1º Grau "Herminio Blackman"	Vitória	Aplicação e Restauração	CR\$ 179.488,53	19.10.76	-	1.032
65	Escola de 1º Grau "Lions Clube Vitória"	Vitória	Restauração	CR\$ 88.513,33	21.10.76	-	1.032
66	Escola de 1º Grau "Palmeiras"	Vitória	Conservação	CR\$ 25.000,00	06.01.76	18.02.76	2.043
67	Escola de 1º Grau "Regina Maria Silva"	Vitória	Conservação	CR\$ 41.390,34	22.12.75	03.02.76	2.043
68	Escola de 1º Grau "Professor João Bandeira"	Vitória	Conservação	CR\$ 52.094,00	26.01.76	26.03.76	2.043
69	Escola de 1º Grau "Adão Benedito"	Vitória	Conservação	CR\$ 5.000,00	26.01.76	25.02.76	2.043
70	Escola de 1º Grau "Irmã Maria Horta"	Vitória	Conservação	CR\$ 5.000,00	26.01.76	25.02.76	2.043
71	Parque Infantil "Darcy Vargas"	Vitória	Conservação	CR\$ 27.790,52	11.12.75	02.02.76	2.043
72	Conselho Regional de Desportos	Vitória	Conservação	CR\$ 10.920,00	26.01.76	29.03.76	-
73	Escola de 1º Grau "Marieta Escobar"	Vitória	Conservação	CR\$ 10.920,00	26.01.76	-	2.043

OBRA EXECUTADAS EM 1976 - PROJETO 1.030

ESTABELECIMENTO	LOCAL	OBRA	VALOR DA OBRA	INÍCIO	TERMINO
01 Escola de 18 e 20 Graus "Santa Cruz"	Aracruz	Ampliação	CR\$ 80.000,00	31.12.75	04.03.76
02 Escola de 18 Graus "Fraternalidade e Luz"	Cachoeiro de Itapemirim	Muro	CR\$ 210.000,00	01.03.76	01.06.76
03 Escola de 18 Graus "Joanna Salles"	Cachoeiro de Itapemirim	Ampliação		01.03.76	01.06.76
04 Escola de 18 Graus "Afonso Schvabe"	Cariacica	Ampliação	CR\$ 1.060.562,27	19.01.76	26.11.76
05 Centro Desportivo do Castelo	Castelo	Construção e Complementação	CR\$ 117.000,00	-	-
06 Escola de 18 Graus "Jonas Montenegro"	Pérez do Rio Preto.	Ampliação	CR\$ 100.000,00	31.12.75	13.03.76
07 Escola de 18 Graus "São Geraldo"	Guacuí	Muro	CR\$ 50.000,00	09.03.76	-
08 Escola Polivalente do Guacuí	Guacuí	Muro	CR\$ 101.000,00	27.10.76	-
09 Escola de 18 Graus "Juventina Simões"	Guarapari	Construção	CR\$ 713.932,00	14.01.76	-
10 Escola de 18 Graus do Itarana	Itarana	Construção	CR\$ 518.000,00	03.08.76	-
11 Centro Desportivo de Nova Venécia	Nova Venécia	Construção	CR\$ 152.600,00	-	-
12 Escola de 18 Graus "Ylleana Quintiba"	Piçarra	Ampliação	CR\$ 180.000,00	26.02.76	24.11.76
13 Escola de 18 Graus "Cristo Rei"	Viana	Muro	CR\$ 93.493,90	08.01.76	05.03.76
14 Escola de 18 Graus "Padre Antunes Siqueira"	Viana	Muro	CR\$ 120.089,23	26.01.76	05.05.76
15 Escola de 18 Graus "Florentino Avidos"	Vila Velha	Muro de Vedação	CR\$ 59.521,80	-	-
16 Escola de 18 Graus "Nove Múscos"	Vila Velha	Ampliação	CR\$ 329.000,00	06.01.76	01.12.76
17 Escola de 18 Graus "Gomes Cardim"	Vitória	Muro de Arrimo e Vedação	CR\$ 101.594,85	28.05.76	30.05.76
18 Escola de 18 Graus "Almirante Barroso"	Vitória	Muro	CR\$ 34.864,90	26.01.76	23.04.76
19 CEFAPES	Vitória	Muro de Vedação	CR\$ 79.830,29	26.01.76	26.03.76
20 Centro de Educação Física da SEU	Vitória	Muro, Alameda e Grades	CR\$ 177.369,31	10.11.75	01.03.76
21 Escola de 18 Graus "Hildebrando Lucas"	Vitória	Área Coberta e Galpão	CR\$ 41.050,50	06.01.76	28.01.76
22 Parque Infantil "Darcy Vargas"	Vitória	Muro de Arrimo e Vedação	CR\$ 79.939,60	11.12.75	14.01.76

COMPLEMENTAÇÃO AO CONVÊNIO DED/NEC/SEU

OBRA EXECUTADAS EM 1976 ATRAVÉS DE CONVÊNIOS COM PREFEITURAS

Nº	ESTABELECIMENTO	LOCAL	OBRA	VALOR DA OBRA	INÍCIO	TÉRMINO	DOTAÇÃO
01	Escola Singular "Correio da Nanteiga"	Afonso Cláudio	Construção	CR\$ 70.000,00	13.09.76	-	1.032
02	Escola Singular "Fazenda Delboni"	Afonso Cláudio	Construção	CR\$ 70.000,00	13.09.76	-	1.032
03	Escola Singular "São Francisco"	Afonso Cláudio	Aplicação e Restauração	CR\$ 70.000,00	13.09.76	-	1.032
04	Escola de 1º Grau "Cirena Rezende Fonseca"	Alegre	Conservação	CR\$ 22.000,00	29.01.76	13.10.76	2.043
05	Escola de 1º Grau "Barra do Riacho"	Aracruz	Conservação e Muro	CR\$ 26.000,00	22.01.76	02.07.76	2.043
06	Escola de 1º Grau "Nisael P. Neto"	Aracruz	Conservação e Muro	CR\$ 12.887,59	22.01.76	02.07.76	2.043
07	Escola de 1º Grau "Aparício Alvarenga"	Aracruz	Conservação e Muro	CR\$ 9.748,40	22.01.76	02.07.76	2.043
08	Escola de 1º Grau "Marechal Costa e Silva"	Aracruz	Conservação e Muro	CR\$ 16.652,25	22.01.76	02.07.76	2.043
09	Escola de 1º Grau "Xavier Calça"	Aracruz	Conservação e Muro	CR\$ 3.165,34	22.01.76	02.07.76	2.043
10	Escola de 1º Grau "Dylio Penedo"	Aracruz	Conservação e Muro	CR\$ 51.658,29	22.01.76	02.07.76	2.043
11	Ginásio de Sausu	Aracruz	Compl. e Construção de Muro	CR\$ 150.000,00	10.12.76	27.12.76	1.034
12	Jardim de Infância "Professora Maura Tavares"	Aracruz	Conservação	CR\$ 70.000,00	27.08.76	17.09.76	2.054
13	Escola de 1º Grau "João XIII"	Aracruz	Conservação	CR\$ 300.000,00	06.01.76	-	2.047
14	Escola de 1º Grau de Boa Esperança	Boa Esperança	Restauração	CR\$ 37.308,14	27.08.76	10.12.76	1.032
15	Escola de 1º e 2º Graus "Maria Freira"	Barra de São Francisco	Restauração de Piscina	CR\$ 200.000,00	01.08.76	01.12.76	-
16	Escola de 1º Grau "Petronilha Vidigal"	Cachoeiro de Itapemirim	Conservação	CR\$ 15.000,00	29.01.76	29.02.76	2.043
17	Escola de 1º e 2º Graus "João Sley"	Cachoeiro de Itapemirim	Conservação	CR\$ 25.000,00	21.10.76	22.12.76	1.034
18	Escola Singular "Jaboticabeiras"	Castelo	Drenagem	CR\$ 30.000,00	21.10.76	-	1.032
19	Escola Singular "Ante Portan"	Castelo	Construção (Uma Sala)	CR\$ 30.000,00	21.10.76	-	1.032
20	Escola Singular "São Vitorio"	Castelo	Construção (Uma Sala)	CR\$ 30.000,00	21.10.76	-	1.032
21	Escola Singular "Natalia"	Castelo	Construção (Uma Sala)	CR\$ 30.000,00	21.10.76	-	1.032
22	Escola Singular "Correio da Areia"	Castelo	Construção	CR\$ 30.000,00	21.10.76	-	1.032
23	Escola Singular "Alto Chapéu"	Castelo	Restauração	CR\$ 20.000,00	21.10.76	-	1.032
24	Escola Singular "Fazenda do Centro"	Colatina	Conservação	CR\$ 20.000,00	21.10.76	-	1.032
25	Escola Singular "Professor Carlos Mendes"	Colatina	Conservação	CR\$ 45.794,54	20.02.76	-	2.043
26	Escola de 1º Grau "Carolina Pickler"	Conceição do Castelo	Restauração	CR\$ 78.951,40	18.11.76	-	1.032
27	Escola de 1º Grau "Elisa Paiva"	Conceição do Castelo	Restauração	CR\$ 57.651,00	16.11.76	-	1.034
28	Escola de 2º Grau "Elisa Paiva"	Conceição do Castelo	Restauração	CR\$ 80.001,40	16.11.76	-	1.032
29	Escola de 1º Grau "Idalino Monteiro"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 4.744,20	30.03.76	13.10.76	2.043
30	Escola de 1º Grau "Serra Azul"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 17.171,50	30.03.76	13.10.76	2.043
31	Escola de 1º Grau "São Maurício"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 20.549,60	30.03.76	13.10.76	2.043
32	Escola de 1º Grau "Perdido"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 8.925,50	30.03.76	13.10.76	2.043
33	Escola de 1º Grau "Lisao Verde"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 8.479,60	30.03.76	13.10.76	2.043
34	Escola de 1º Grau "Vila Alegre"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 7.966,30	30.03.76	13.10.76	2.043
35	Escola de 1º Grau "Correio Azul"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 15.956,70	30.03.76	13.10.76	2.043
36	Escola de 1º Grau "Córrego Ferverino"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 8.097,50	30.03.76	13.10.76	2.043
37	Escola de 1º Grau "Carvalho"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 6.233,60	30.03.76	13.10.76	2.043
38	Escola de 1º Grau "Vedinho"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 7.876,50	30.03.76	13.10.76	2.043
39	Escola de 1º Grau "Catete"	Divino São Lourenço	Conservação	CR\$ 7.876,50	30.03.76	13.10.76	2.043

Nº	ESTABELECIMENTO	LOCAL	OBRA	VALOR DA OBRA	INÍCIO	TERMINO	DOTAÇÃO
40	Escola Singular "Fazenda Buzato"	Domingos Martins	Construção (Uma Sala)	CR\$ 40.000,00	24.08.76	-	1.032
41	Escola Singular "Alto-Areinha"	Domingos Martins	Construção (Uma Sala)	CR\$ 40.000,00	24.08.76	-	1.032
42	Escola Singular "Pedra Branca"	Domingos Martins	Construção (Uma Sala)	CR\$ 40.000,00	24.08.76	-	1.032
43	Escola Singular "Bernardo Valter"	Domingos Martins	Construção (Uma Sala)	CR\$ 40.000,00	24.08.76	-	1.032
44	Escola Singular "Vista Alegre"	Dores do Rio Preto	Restauração	CR\$ 16.239,00	24.08.76	30.11.76	1.032
45	Escola Singular "Pico da Bandeira"	Dores do Rio Preto	Restauração	CR\$ 4.721,00	24.08.76	30.11.76	1.032
46	Escola Singular "Pedra Menina"	Dores do Rio Preto	Restauração	CR\$ 7.101,00	24.08.76	30.11.76	1.032
47	Escola Singular "Parada Pisentel"	Dores do Rio Preto	Restauração	CR\$ 6.956,00	24.08.76	30.11.76	1.032
48	Escola Singular "Cerro"	Dores do Rio Preto	Restauração	CR\$ 9.539,00	24.08.76	30.11.76	1.032
49	Escola Singular "São José"	Dores do Rio Preto	Restauração	CR\$ 7.508,00	24.08.76	30.11.76	1.032
50	Escola Singular "Santa Teresinha"	Dores do Rio Preto	Restauração	CR\$ 14.837,00	24.08.76	30.11.76	1.032
51	Escola Singular "Mundo Novo"	Dores do Rio Preto	Restauração	CR\$ 13.099,00	24.08.76	30.11.76	1.032
52	Escola de 1º Grau "Fazenda João Massad"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 9.600,00	-	-	1.032
53	Escola de 1º Grau "Patrimônio do Lago"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 15.300,00	-	-	1.032
54	Escola de 1º Grau "Sete Voltas"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 10.525,00	-	-	1.032
55	Escola de 1º Grau "Sela Vista"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 3.620,60	-	-	1.032
56	Escola de 1º Grau "Quintiliano Martinelelli"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 14.155,00	-	-	1.032
57	Escola de 1º Grau "Parajó"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 17.100,00	-	-	1.032
58	Escola de 1º Grau "Paulo Binda"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 8.170,00	-	-	1.032
59	Escola de 1º Grau "Pentel"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 16.790,00	-	-	1.032
60	Escola de 1º Grau "Deixe Itagu"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 11.150,00	-	-	1.032
61	Escola de 1º Grau "Santo Antônio"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 9.860,00	-	-	1.032
62	Escola de 1º Grau "Laginha"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 10.450,00	-	-	1.032
63	Escola de 1º Grau "Levy Ferreira"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 12.910,00	-	-	1.032
64	Escola de 1º Grau "Fazenda Sperandio"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 7.195,00	-	-	1.032
65	Escola de 1º Grau "Palmital"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 8.915,00	-	-	1.032
66	Escola de 1º Grau "Itagu"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 8.280,00	-	-	1.032
67	Escola de 1º Grau "Fazenda João Knaack"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 7.110,00	-	-	1.032
68	Escola de 1º Grau "Alto Sobrão"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 8.850,00	-	-	1.032
69	Escola de 1º Grau "Fazenda São Pensei"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 7.435,00	-	-	1.032
70	Escola de 1º Grau "Fazenda Esperança"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 16.965,00	-	-	1.032
71	Escola de 1º Grau "Alto Lago"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 17.875,00	-	-	1.032
72	Escola de 1º Grau "Alfredo Lemos"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 27.644,00	-	-	1.032
73	Escola de 1º Grau "Thiers Vellosos"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 45.110,00	-	-	1.032
74	Escola de 1º Grau "Alberto Strelow"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 10.525,00	-	-	1.032
75	Escola de 1º Grau "Corrego Lima"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 31.310,00	-	-	1.034
76	Escola de Pré Primário Grau de Itaguaçu	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 15.300,00	-	-	1.032
77	Escola de 1º e 2º Graus "Eurico S. Iles"	Itaguaçu	Restauração	CR\$ 46.160,00	-	-	1.032
78	Escola de 1º Grau "Barra Encoberta"	Itarana	Restauração	CR\$ 3.254,00	30.11.76	-	1.032
79	Escola de 1º Grau "Baixo Soasego"	Itarana	Restauração	CR\$ 4.539,84	30.11.76	-	1.032
80	Escola Singular "Alto Bom Destino"	Itarana	Restauração	CR\$ 806,00	13.11.76	-	1.032

Nº	ESTABELECIMENTO	LOCAL	OBRA	VALOR DA OBRA	INÍCIO	TERMINO	DOTAÇÃO
81	Escola Singular "Barra do Limoeiro"	Itarana	Restauração	CR\$ 2.419,00	30.11.76	-	1.032
82	Escola Singular "Santa Helena"	Itarana	Restauração	CR\$ 4.408,00	30.11.76	-	1.032
83	Escola Singular "Varão"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 5.033,00	13.10.76	-	1.032
84	Escola Singular "Luzitanea"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 3.970,00	13.10.76	-	1.032
85	Escola Singular "Varginha"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.291,00	13.10.76	-	1.032
86	Escola Singular "Santa Maria"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.674,00	13.10.76	-	1.032
87	Escola Singular "Quinta ruína"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.465,00	13.10.76	-	1.032
88	Escola Singular "Panamá"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.185,00	13.10.76	-	1.032
89	Escola Singular "Andorinha"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.543,40	13.10.76	-	1.032
90	Escola Singular "Santa Joana"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.688,40	13.10.76	-	1.032
91	Escola Singular "Boa Sorte"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 8.343,70	13.10.76	-	1.032
92	Escola Singular "Santa Cruz"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 7.393,70	13.10.76	-	1.032
93	Escola Singular "Sirena"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 8.504,70	13.10.76	-	1.032
94	Escola Singular "Barraca"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 8.982,00	13.10.76	-	1.032
95	Escola Singular "Sertão"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.964,00	13.10.76	-	1.032
96	Escola Singular "Santa Maria Morta"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 8.756,50	13.10.76	-	1.032
97	Escola Singular "Fazenda Velha"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.540,40	13.10.76	-	1.032
98	Escola Singular "Bancharia"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.955,00	13.10.76	-	1.032
99	Escola Singular "Papagaio"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 4.758,40	13.10.76	-	1.032
100	Escola Singular "Jacutinga"	Jerônimo Monteiro	Restauração	CR\$ 6.630,60	13.10.76	-	1.032
101	Escola de 1º Grau "Elpidio Campos de Oliveira"	Montanha	Conservação e Muro	CR\$ 171.607,15	29.01.76	24.04.76	2.043
102	Escola de 1º Grau "Castello Branco"	Montanha	Conservação	CR\$ 33.352,85	29.01.76	24.04.76	2.043
103	Escola de 1º Grau "Cristalino"	Nova Venécia	Conservação	CR\$ 25.000,00	20.03.76	-	2.043
104	Escola de 1º Grau "Boa Vista"	Nova Venécia	Conservação	CR\$ 40.000,00	05.12.76	-	1.032
105	Escola Singular "Corrego da Hopadura"	Nova Venécia	Construção (Uma Sala)	CR\$ 40.000,00	12.08.76	20.10.76	1.032
106	Escola Singular "Barra de Todos os Santos"	Nova Venécia	Construção (Uma Sala)	CR\$ 40.000,00	01.02.76	16.10.76	1.032
107	Escola Singular "Corrego da Espuma"	Nova Venécia	Construção (duas Salas)	CR\$ 70.000,00	20.11.76	-	1.032
108	Escola Singular "Boa Vista"	Nova Venécia	Construção (Uma Sala)	CR\$ 40.000,00	02.09.76	20.11.76	1.032
109	Escola Singular "Oriente IV"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 6.000,00	10.09.76	10.10.76	1.032
110	Escola Singular "Corrego da Serra"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 15.000,00	-	-	1.032
111	Escola Singular "Santa Rosa da Cachoeirinha"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 4.000,00	01.08.76	20.09.76	1.032
112	Escola Singular "Corrego da Poção"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 30.000,00	15.12.76	-	1.032
113	Escola Singular "Cristalino"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 5.000,00	01.10.76	12.12.76	1.032
114	Escola Singular "Conceição do Quinze"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 2.500,00	10.12.76	-	1.032
115	Escola Singular "Campo Belo"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 1.200,00	10.09.76	30.09.76	1.032
116	Escola Singular "Fazenda Ziviane"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 10.000,00	20.12.76	-	1.032
117	Escola Singular "Fazenda do Oratório"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 10.000,00	30.07.76	15.08.76	1.032
118	Escola Singular "Patrimônio da Luzelândia"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 8.000,00	01.08.76	10.09.76	1.032
119	Escola Singular "Corrego Grande"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 4.500,00	30.07.76	30.08.76	1.032
120	Escola Singular "Corrego da Pedra"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 3.000,00	20.12.76	-	1.032
121	Escola Singular "Corrego do Botão"	Nova Venécia	Restauração	CR\$ 3.000,00	-	-	1.032

Nº	ESTABELECIMENTO	LOCAL	OBRA	VALOR DA OBRA	INÍCIO	TÉRMINO	DOTAÇÃO
122	Escola Singular "Córrego da Jacutinga"	Nova Venécia	Restauração	R\$ 3.500,00	08.12.76	-	1.032
123	Escola de 1º Grau "Emir de Macedo Gomes"	Pinheiro	Conservação	R\$ 81.316,90	06.01.76	10.03.76	2.043
124	Escola de 1º Grau "São João do Sobrado"	Pinheiro	Conservação	R\$ 129.580,21	06.01.76	10.03.76	2.043
125	Escola de 1º Grau "São João do Sobrado"	Pinheiro	Conservação	R\$ 17.104,89	06.01.76	10.03.76	2.043
126	Escola de 1º Grau "Ingles de Souza"	São Gabriel	Restauração	R\$ 122.027,40	02.12.76	-	1.032
127	Escola de 1º Grau "Atilio Vivacqua"	São Gabriel	Restauração	R\$ 39.209,00	02.12.76	-	1.032
128	Escola de 1º Grau "Bairro Valério"	São Gabriel	Restauração	R\$ 20.960,00	02.12.76	-	1.032
129	Escola Singular "Córrego Elze"	São Gabriel	Restauração	R\$ 9.539,00	02.12.76	-	1.032
130	Escola Singular "Córrego da Jacarandá"	São Gabriel	Restauração	R\$ 5.616,00	02.12.76	-	1.032
131	Escola Singular "Patrimônio São José"	São Gabriel	Restauração	R\$ 6.668,00	02.12.76	-	1.072
132	Escola Singular "Fazenda Nossa Senhora da Penha"	São Gabriel	Restauração	R\$ 6.513,00	02.12.76	-	1.032
133	Escola de 1º Grau "Fazenda Alegria"	São José do Calçado	Conservação	R\$ 10.132,00	28.01.76	20.04.76	2.043
134	Escola de 1º Grau "Alto Calçado"	São José do Calçado	Conservação	R\$ 11.976,00	28.01.76	20.04.76	2.043
135	Escola de 1º Grau "Barra do Calçado"	São José do Calçado	Conservação	R\$ 16.627,00	28.01.76	20.04.76	2.043
136	Escola de 1º Grau "José Ferreira Nunes"	São José do Calçado	Conservação	R\$ 10.584,00	28.01.76	20.04.76	2.043
137	Escola de 1º Grau "Fazenda da Segunda"	São José do Calçado	Conservação	R\$ 11.288,00	28.01.76	20.04.76	2.043
138	Escola de 1º Grau "Vila Airituba"	São José do Calçado	Conservação	R\$ 8.288,40	28.01.76	20.04.76	2.043
139	Escola de 2º Grau de Viana	Viana	Aspilação	R\$ 1.618.000,52	07.12.76	-	1.034

EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS ESPECIAIS (DIVERSOS PROJETOS)

	Cr\$
47 — cadeiras fixas s/braços (estofadas)	7.379,00
915 — Cadeiras fixas s/braços (s/estofamento)	100.709,00
225 — Mesas p/professor	93.600,00
18 — Mesas p/diretor	11.390,00
32 — Mesas p/máquina	16.632,00
50 — Armários de aço	56.850,00
25 — Arquivos de aço (4 gavetas)	29.250,00
57 — Duplicadores a álcool	48.155,00
51 — Máquinas de escrever	192.975,00
8.845 — Conjuntos mesa cadeira p/aluno	1.200.000,00
1.000 — Carteiras tipo universitária	140.400,00
25 — Banquetas giratórias (estofadas)	11.750,00
30 — Armários p/lavatório	47.370,00
15 — Fichários de aço (2 gavetas)	4.050,00
50 — Estantes p/biblioteca	24.600,00
40 — Cestos de papel	2.000,00
35 — Mesas de leitura p/biblioteca	22.120,00
35 — Mesas de laboratório	22.120,00
01 — Mini gravador "Cassete"	1.895,00
01 — Retroprojektor	3.950,00
01 — Projetor de Slides	3.686,00
02 — Eletrolas portáteis	1.890,00
100.000 — Cadernos escolares	180.000,00
Coleções e livros para montagem de 5 (cinco) bibliotecas em 5 (cinco) escolas de 2.º Grau	181.540,00
Equipamento e material de consumo para montagem de 5 (cinco) laboratórios em 5 (cinco) escolas de 2.º Grau	513.089,50
Equipamento de Educação para lar e para montagem de 1 (uma) oficina de artes industriais na Escola de 1.º Grau "Maria Ortiz" (Carapina)	239.418,00
Mobiliário para montagem da Escola de 1.º Grau "Maria Ortiz" (Carapina) e para ampliação da Escola Polivalente de Itacibá	154.557,00
Material de consumo também adquirido pela Administração de Fundos Especiais, como seja: Cartolinas, papel chamex, papel jornal, canetas, borrachas, papel almaço, papel hectográfico, Stencil, tinta para mimeógrafo, envelopes, papel apergaminhado 22 x 33 cm etc. destinados a rede escolar	577.224,00

A Divisão de Assuntos Financeiros administrou os recursos orçamentários e financeiros da SEDU, orientando as atividades pelo, a cargo das Unidades Orçamentárias, dinamizando a execução das atividades fins, de sua competência, cujos resultados procuramos sintetizar nos demonstrativos que se seguem:

VISÃO GLOBAL DA MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

	Cr\$
— Movimentado pela SEDU	163.558.162,00
— Movimentado pela SEFA	207.423.138,00
TOTAL	370.981.300,00
CRÉDITOS ADICIONAIS	16.690.000,00
EMPRESTIMOS CAIXA ECONÔMICA	25.500.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS	413.171.300,00

DESPESAS:

— Empenhadas	235.629.350,00
— Pagas	158.121.977,00
— Restos a Pagar	77.507.373,00
— Créditos não utilizados	177.541.950,00

No desenvolvimento de suas atividades, a Diretoria Financeira instruiu 2.125 processos diversos, elaborou e emitiu 1.780 notas de empenho, controlou e pagou 3.535 notas de pagamento.

A contabilidade setorial, além de registrar, controlar e contabilizar documentos comprobatórios de despesas, atuou como órgão de suporte exercendo a auditoria quando necessário, procedendo obrigatoriamente ao exame da regularidade dos processos, orientando e exigindo a observância dos preceitos legais.

Além das atividades demonstradas inerentes a cada órgão, o DAPAD desenvolveu em conjunto, com envolvimento de todos os setores e da equipe de Assessoramento, o seguinte:

- alteração de algumas rotinas de trabalho visando à padronização e dinamização do processo operacional.
- estabelecimento de nova sistemática para andamento interno dos processos, objetivando a aceleração espontânea do fluxo normal com redução do número de registros protocolares e consequente esvaziamento do serviço de protocolo.
- constituição de um grupo encarregado de assistir as chefias e funcionários dos órgãos do DAPAD orientando quanto à instrução de processos, interpretação dos textos legais, etc.
- elaboração de um pequeno manual de correspondência contendo modelos dos expedientes mais utilizados pelos funcionários e diretores de estabelecimentos de ensino, com a indicação dos elementos e documentos necessários à completa instrução do processo.
- elaboração dos atos reguladores dos horários especiais de trabalho concedidos ao funcionário estudante.
- elaboração do novo Modelo de ficha individual de assentamentos funcionais.

4.4 — DIVISÃO DE APOIO AO SISTEMA DE ENSINO

A Divisão de Apoio ao Sistema de Ensino, tem por finalidade a Orientação, acompanhamento e solução de assuntos relacionados a:

1. Recursos audiovisuais
2. Bibliotecas escolares
3. Bolsas de estudo
4. Demais formas de assistência aos estudantes
5. Registro de diplomas de cursos de 2.º Grau
6. Autenticação de históricos escolares de alunos matriculados em escolas de ensino superior
7. Autenticação de fichas avulsas de histórico escolar
8. Certidões de histórico escolar

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

A Diretoria de Assistência ao Educando, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, distribuiu, no ano de 1976, um total de 10.762 Bolsas de Estudo, sendo que 8.622 para o 1.º Grau e 2.140 para o 2.º Grau, com recursos do Orçamento do Estado. Além destas, através de convênio com o Departamento de Assistência ao Educando do MEC, foram distribuídas bolsas para alunos excepcionais e de 1.º Grau.

Constam também, dentre as atividades desta Diretoria, acompanhamento da assistência da Merenda Escolar e Transporte de alunos.

DIRETORIA DE RECURSOS INSTRUCCIONAIS

A Diretoria de Recursos Instrucionais elaborou, com os recursos disponíveis, uma série de materiais que serviram, durante o ano de 1976, de orientação e sugestões ao professor consultante, tais como painéis para exposição, cartazes, albums seriados, letreiros, mapas, preparo de roteiros, confecção de certificados, ilustração de documentos, desenhos em stencil, apostilas para estágios, capas para relatórios e projetos, símbolos visuais, bem como elaboração de 5.000 Boletins Mensais da DRC "Informações", Panfletos para diversas campanhas etc.

Prmouveu a integração da Secretaria de Estado da Educação com centros comunitários, em diversos Municípios, através de Projeções de Filmes Educativos.

Em caráter experimental, foi realizado, no decorrer do ano de 1976 um Estágio e Treinamento em Recursos Audiovisuais — Extra/76, para professores dos vários níveis de ensino, abrangendo o período de abril a dezembro, conforme programa apresentado, podendo o professor escolher o assunto que mais lhe interessar, dentro do programa.

Através do Setor Biblioteca-Banco do Livro, foram proporcionadas orientações aos Auxiliares de Bibliotecários e funcionários encarregados das Bibliotecas Escolares sobre técnicas de preparação e colocação dos livros, catalogação e confecção de fichas para o catálogo, Regras para empréstimo de publicações a domicílio e sobre organização de Bibliotecas, através das Cartas Circulares "Informações", a fim de colaborar e incentivar os Diretores de Escolas a melhor utilizarem as coleções disponíveis.

O objetivo maior da Diretoria de Recursos Instrucionais através de orientações quer pessoais ou pela Carta Circular "Informações", visou melhor a qualidade do ensino, dentro da qualificação dos professores no emprego das técnicas audiovisuais. Assim, o professor crescerá em eficiência profissional à medida que for se atualizando pela incorporação da tecnologia em seu trabalho e esta se integrará na experiência do aluno, tornando mais rápida a reformulação do ensino.

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

A Secretaria de Estado da Educação pretende, através das Administrações Regionais, promover a descentralização Pedagógica e Administrativa de suas atividades, criando melhores condições para o sistema de ensino do estado, de forma a possibilitar o alcance e a manutenção, em níveis satisfatórios, do objetivo síntese da lei 5.692/71.

Ao regionalizar a administração do ensino, procura atender as diferenças sócio-econômico-culturais de cada região e manter, ao mesmo tempo, uma unidade qualitativa de ensino em todo o Estado, propiciando maior autonomia executiva, dentro das competências estabelecidas para as unidades descentralizadas, de forma que os problemas pedagógicos e administrativos sejam atendidos conclusivamente a nível regional.

A descentralização visa também, promover o fortalecimento da integração entre as diferentes modalidades de ensino, envolvendo currículo, recursos humanos, recursos materiais, instalações e equipamentos, não só da própria administração, mas contando também com a participação das entidades públicas e particulares da comunidade.

A melhoria qualitativa do ensino, está sendo atingida mediante utilização de mecanismos de supervisão (acompanhamento, orientação e controle) próximos da atuação de multiplicadores (agente de sistema, que, desenvolvendo uma efetiva liderança técnico-educacional, provoca maior

participação dos executores na produtividade do sistema de ensino.

Foi, pois, objeto de cuidados especiais da SEDU, em 1976, o projeto de sua regulamentação amoldada à Modernização Administrativa implantada com a Lei n.º 3.043/75; a dinamização do processo de implantação das Administrações Regionais de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, já iniciada e a implantação da Administração Regional de Vitória já efetivada.

A efetiva mudança de comportamento da organização e o consequimento dos objetivos aqui propostos demandarão tempo, esforços permanentes e uma contínua atitude de renovação.

ESCOLA DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

As atividades da Escola de Música do Espírito Santo, no decorrer do ano de 1976, foram intensas em virtude do Reconhecimento dos seus Cursos de Graduação, através do Decreto n.º 77.366, de 01 de abril de 1976, e pelas reformas efetuadas na sede própria.

Assim é que, lançando mão dos dados existentes, esta Escola de Música realizou as seguintes atividades:

ATIVIDADES DOCENTES

CONCURSO VESTIBULAR:— Curso Superior — A Escola de Música realizou Concurso Vestibular para preenchimento das vagas existentes nos cursos de Graduação de Instrumento (Piano e Violino) e Canto.

Curso Preparatório — Para os cursos do Ciclo Preparatório foi realizado Concurso Vestibular para preenchimento das vagas existentes nos cursos: Piano, Teoria Musical, Canto e Violino.

Matrículas — Curso Superior — 45 alunos
Curso Preparatório — 146 alunos
Curso de Iniciação — 150 alunos

Provas — Cumprida a carga horária curricular teve início a realização das provas finais — Curso de Graduação e Curso Preparatório.

Biblioteca e Discoteca — A Escola mantém um estreito relacionamento com órgãos estaduais, federais, e mesmo com pessoas ligadas ao ensino de música. Em virtude desse intercâmbio cultural a Biblioteca e a Discoteca são procuradas para pesquisas e consultas.

São cerca de 500 exemplares de livros didáticos e 1.000 exemplares de partituras musicais de autores clássicos.

A Musicoteca está representada por 1.313 gravações de diversos autores clássicos.

CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES

Para atender aos inúmeros alunos existentes a Escola de Música contratou 8 professores para ministrar aulas de Flauta Doce, Violoncelo e Piano.

ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

A Escola de Música do Espírito Santo dedicou ao campo das artes uma eficiente assistência, cuidando da realização de recitais, concertos, exercícios práticos, seminários de música, proporcionando à comunidade capixaba, momentos de êxtase artístico.

O intenso e constante intercâmbio que a Escola mantém com a Fundação Cultural do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, Sociedade de Cultura Artística de Vitória e outras entidades, tem sido bastante proveitoso.

As atividades artísticas e culturais realizadas no decorrer do ano de 1976, são a seguir mencionadas:

MARÇO — Apresentação da Orquestra de Câmara em Comemoração ao 1.º Aniversário do Governador do Estado — Dr. Elcio Álvares, dia 21 de março, no Teatro Carlos Gomes.

ABRIL — Em programação conjunta com a Sociedade de Cultura Artística de Vitória, apresentamos um concerto dia 24, no Auditório da Cia. Vale do Rio Doce.

MAIO — Cooperando com o Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, esta Escola apresentou um Concerto com a Orquestra de Câmara, pela passagem de seu Aniversário, dia 21 de maio.

Dia 26, realizou um Concerto pela passagem de Aniversário desta Escola de Música, no Teatro Carlos Gomes.

JUNHO — Em colaboração com a Fundação Cultural do Espírito Santo, apresentou a Orquestra de Câmara — em Aribiri — VV, numa programação de incentivo cultural às Comunidades.

Dia 13, apresentação de recital com alunos desta Escola no Teatro Carlos Gomes, no Programa "Música para Jovens".

Realização do I.º Seminário de Música — período de 16 a 20.

Programação: Curso de Regência e Coral — Maestro H. J. Koshlreuttar.

Curso de Piano — Professor Homero Magalhães.

Curso de Canto — Cantora Maria de Lourdes Cruz Lopes.

Esta programação foi um trabalho da Sociedade de Cultura Artística de Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo e Escola de Música do Espírito Santo.

Dia 19, no I.º PANORAMA MUSICAL promovido pela Universidade Federal do Espírito Santo, a professora de Canto — Natércia Lopes Farias Oliveira apresentou como solista.

Dias 25 e 29 — Exercícios Práticos no Teatro Carlos Gomes e Escola de Música — Participação de alunos e professores desta Escola.

JULHO — Dia 4 — Apresentação de um Recital com os alunos desta Escola na Programação de "Música para Jovens" — uma promoção da Fundação Cultural do Espírito Santo.

AGOSTO — Dia 1.º — Em colaboração com o Governo do Estado, a Orquestra de Câmara desta Escola apresentou-se na PENITENCIÁRIA, em comemoração "Dia do Encarcerado".

Dia 8 — Recital da Orquestra Juvenil, regida pela Diretora, a Professora Vera Silva Camargo, no Teatro Carlos Gomes.

Em Castelo — ES, a Escola de Música fez-se apresentar com sua Orquestra de Câmara, em concerto comemorativo ao Jubileu de Prata da Criação da Paróquia de Nossa Senhora da Penha.

Nas Festividades do Município de Alegre, também a Orquestra de Câmara apresentou um concerto.

Dia 27, apresentação da Orquestra de Câmara em Palácio do Governo, em homenagem ao Ministro da Educação Exmo. Sr. Dr. Ney Braga.

SETEMBRO — Dia 11 — Realização de um Concerto com a orquestra de Câmara, sob a regência do Professor Vitor Manuel Marques Diniz, na programação de Música Para Jovens, no Carlos Gomes.

Apresentação desta Escola de Música no CIRCO DA CULTURA, em Cachoeiro de Itapemirim, promoção da Fundação Cultural do Espírito Santo.

OUTUBRO — Dia 7 — Apresentação da Orquestra Juvenil desta Escola, na Abertura da V EXPOSIÇÃO DE ARTE INFANTO-JUVENIL, no Teatro Carlos Gomes.

Dias 12 e 20 — Exercícios Práticos — no Teatro Carlos Gomes, com alunos e professores.

III SEMANA DE ARTE DE SÃO MATEUS, apresentação da Orquestra de Câmara e da Orquestra Juve-

nil com o Coral da Fundação Cultural do Espírito Santo, realização no período de 23 a 30.

Participação da Escola nas festividades do Jubileu de Prata da Sociedade de Cultura Artística de Vitória, com um Concerto com professores e alunos desta Escola, dia 29, no Teatro Carlos Gomes.

Dia 30 — Recital com alunos desta Escola no Teatro Carlos Gomes.

NOVEMBRO — Participação de Professores e alunos desta Escola no Programa de MÚSICA PARA JOVENS, dia 6.

Apresentação da Orquestra de Câmara desta Escola e o Coral da Fundação Cultural do Espírito Santo, em Afonso Cláudio — ES, em homenagem aos 20 anos de fundação da Escola de 1.º e 2.º graus "Afonso Cláudio".

Dia 10 — Exercício Prático — realizado na EMES, com alunos e professores.

Dias 13 e 20 — Apresentação desta Escola em MÚSICA PARA JOVENS, no Teatro Carlos Gomes.

CONCERTO DE NATAL — Promoção da FUNARTE e FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO — Apresentação da Orquestra de Câmara da EMES e Coro da Fundação Cultural do Espírito Santo.

Dia 22 — Recital Comemorativo ao Dia da Música realizado no Teatro Carlos Gomes com a participação de alunos e professores desta Escola.

DEZEMBRO — Dia 28 — Recital de encerramento das atividades do ano de 1978.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Conquanto a Lei n.º 3.007-75, autoriza o Poder Executivo a transferi-la ao Governo Federal e o Decreto n.º 752-N-75 a tenha doado à Universidade do Espírito Santo, esse estabelecimento de Ensino Superior continua sob a jurisdição do Estado, integrando sua Administração Descentralizada, como autarquia que é, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, pois ainda não se concretizou sua incorporação àquela autarquia federal.

No decorrer de 1976 as atividades daquele órgão assim se discriminam:

1 — CONSTRUÇÕES

Construção de um novo prédio, anexo ao existente na sede da Escola, composto de 4 (quatro) salas, com 320 m² aproximadamente, para ampliação de salas de aulas;

Ampliação e reparos das instalações de poço existente na Área Experimental Agrícola, com a finalidade de atender à produção e experimentação de suínos, em mais 170 m²;

Em fase de conclusão se encontra o Restaurante Universitário, cujas instalações e mobiliário já foram encomendados. Nesse mesmo prédio, de 520 m² aproximadamente, funcionará, também a COOPERATIVA DOS ALUNOS E PROFESSORES DA ESAES;

Em adiantada fase de conclusão se encontra um bloco de dois pavimentos, destinado ao Departamento de Fitotecnia, com aproximadamente 759 m², e que conterá 4 (quatro) laboratórios, 2 (duas) salas de aula, 2 (duas) salas para preparo de amostras, 4 (quatro) banheiros e 8 (oito) salas para professores.

2 — EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA

Departamento de Fitotecnia

Introdução de variedades de linhagens de soja (Glycine max) (L) Merrill.

Introdução de Avaliação de Comportamento de Cultivares de Feijoeiro (*PHASEOLUS VULGARIS* L.), na região de Alegre;

Competição Regional de Cultivares de Milho (*Zea-mays*, L.) comercializada no Estado do Espírito Santo. Níveis de adubação para a cultura do milho no Espírito Santo.

- * — Este experimento se perdeu devido à forte seca que assolou a região.
- ** — Além da forte seca o experimento foi perdido pelo aparecimento de Virose em alto grau de infestação.
- *** — Produção mínima devido à seca.

Efeitos da adubação NPK na cultura de arroz irrigado. Experimento instalado e colhido com grande êxito. A variedade utilizada foi a IR 665 — 23 — 3 — 1.

Introdução e competição de Variedades de Linhagens de Arroz Irrigado. Experimento plantado e colhido com grande êxito. Foram testados 20 (vinte) cultivares, dos quais alguns se destacaram dos demais;

Coleção de Variedades de mandioca iniciada com 75 Variedades a cujo número foram acrescentado mais 2. Pretende-se atingir 150;

Estudo dos níveis de Nitrogênio e Fósforo em três cultivares de feijão (*Phaseolus Vulgaris* L.) em Alegre — ES. Experimento plantado e colhido com grande êxito, porém com algumas restrições.

DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA

SUBPROJETOS

Estudo do valor nutritivo. Custo de Produção de Suplementação de Metionina em três rações comerciais para frango de corte. Experimento instalado e perdido em virtude da alta mortalidade ocorrida no aviário da ESAES com lote de frangos.

Ensaio Nacional com sorgo Forrageiro. Experimento plantado e colhido com grande êxito.

Introdução e competição de Forrageiras de Inverno no Espírito Santo. Experimento plantado e colhido com grande êxito.

Coleção de Forrageiras (Gramíneas e Leguminosas). Campo Agrostológico. Tem-se nesse campo cerca de 100 espécies plantadas.

BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

No ano de 1976 foram solicitadas 10 (dez) bolsas de Iniciação Científica ao CNPq, sendo aprovadas 8 (oito) e que exprime uma grande vitória para a ESAES, em razão das solicitações que são feitas por outras Universidades àquele Conselho.

PROJETOS ELABORADOS

ENCAMINHADOS AO CNPq

Identificação e Levantamento das Doenças que incidem nas Culturas de Interesse Econômico para o Espírito Santo. Valor previsto: Cr\$ 472.000,00 (Quatrocentos e setenta e dois mil cruzeiros), projeto esse a ser iniciado em fevereiro de 1977;

Identificação das raças fisiológicas de Antracnose (*Colletotrichum linduthianum* Sacc et Magn) Sirib, que ocorrem em feijão no Espírito Santo, a ser iniciado em fevereiro de 1977.

Estudo sobre a viabilidade da Industrialização do óleo da borra do café e da torta desengordurada. Valor pre-

visto para Cr\$ 127.000,00 (Cento e vinte e sete mil cruzeiros).

Estudo técnico-agronômico das culturas de interesse econômico para o Estado do Espírito Santo (Carta Consulta feita ao FIPEC — Banco do Brasil), no valor total de Cr\$ 920.000,00 (Novecentos e vinte mil cruzeiros).

Projeto de montagem de infra-estrutura para aproveitamento da Fazenda da Rocinha, cedida por comodato à ESAES, pelo Estado, para desenvolvimento de trabalho de Extensão Rural, no valor de Cr\$ 1.031.997,00 (Um milhão, trinta e um mil, novecentos e noventa e sete cruzeiros).

- * — Projetos aprovados
- ** — Projetos indeferidos
- *** — Projetos indeferidos

REUNIÕES:

Diversos contatos foram mantidos juntos a EMCAPA para a execução de subprojetos de pesquisa em colaboração com a ESAES.

Diversos contatos foram feitos também com a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), aproveitando-se do Convênio firmado com a ESAES. O objetivo desses encontros foi o de tentar conduzir alguns trabalhos de pesquisa em conjunto com professores das 2 Escolas. Foi feita uma viagem a Lavras e a ESAES recebeu a visita de 3 professores daquela Escola.

Participação de professores da ESAES no encontro entre pesquisadores, extensionistas e agricultores para elaboração de Sistema de Produção para Cultura de Feijão e de Arroz no Espírito Santo.

3 — PRODUÇÃO E PLANTAÇÃO

Para aulas práticas e também para sua própria manutenção a Escola alcançou significativa produção nos setores de hortigranjeiros e de criação.

Com vista a servir ao agricultor foram formados dois viveiros de café com capacidade para 180.000 e 1.200 pés.

Em cumprimento de convênios firmado com a Prefeitura Municipal de Alegre a ESAES, seguindo projeto que elaborou, plantou nas principais ruas do perímetro urbano da cidade diversas essências, colaborando, assim, para o embelezamento da sede do Município.

4 — LABORATÓRIOS

O Laboratório de Análise de solos realizou um total de 526 análises completas de rotina, atendendo agricultores de diversas regiões do Estado. Além disso colaborou com outras instituições como a EMCAPA e FUNDENOR realizando análises de potássio, sódio e fósforo.

Foram atendidas através da ACARES, IBC, Entidades outras ou mesmo por procura de lavradores, cerca de 23 municípios do Espírito Santo; 3 de Minas Gerais; 3 do Estado do Rio de Janeiro; 1 da Bahia e 1 do Piauí.

Ampliação do Laboratório de Zootecnia destinado a análise de ração de forrageira, funcionando a nível acadêmico e atendendo aos pecuaristas e ao Ministério da Agricultura.

5 — CONVÊNIOS

Com a INCRA, da ordem de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros).

Com a PRODECA-MEC de Cr\$ 1.250.000,00 (Um milhão e duzentos e cinquenta mil cruzeiros).

Com UCAP/MEC de Cr\$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros).

Convênio com a Escola Superior de Agricultura de

Lavras, para Assistência Técnica e Científica, contando com Cr\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros), provenientes do Ministério da Educação e Cultura para sua execução.

Convênio com a Escola de 1.º Grau Antonio Lemos Barbosa visando ao desenvolvimento de atividades agrícolas sob a supervisão da ESAES com a implantação de viveiros de café para fornecimento de mudas aos cafeicultores.

Com a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA) — renovação — para a execução de projetos de pesquisa na área experimental.

6 — CONCURSOS PÚBLICOS

Visando ampliar o seu quadro de docentes e principalmente para substituir os que se retirariam para cursar Mestrado, a ESAES, através do Edital 14/75, promoveu um Concurso para Admissão de Auxiliar de Ensino, para o dia 29.12.75, do qual foram aproveitados três candidatos.

Em 22.06.76, para o mesmo fim, a Escola promoveu dois outros concursos públicos: um para admissão de Professor Assistente, baixado pelo Edital 08/76, quando foram aproveitados nove. O outro, na mesma data, e fixado pelo Edital 07/76, aprovou apenas um.

7 — CURSOS EXTRA-CURRICULARES

"Semana Agrônômica" promovida pelo Diretório Acadêmico "DIAS LOPES" e Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo, de 9 a 14 de agosto, com presença de estudantes de Agronomia de todo o País.

"Semana do Agrônomo", de 9 a 12 de outubro, com uma série de palestras destinadas a alunos e professores, proferidas pelas maiores autoridades no assunto.

Curso de Cooperativismo, patrocinado pelo INCRA de 12 a 16 de dezembro.

Campanha de combate ao fogo realizada em junho.

Encontro de cafeicultores na ESAES para lançamento da Campanha de Plantio e Revigoramento dos Cafezais.

Campanha de reflorestamento, lançado oficialmente dia 21 de setembro, a nível municipal, quando se precedeu a arborização da cidade além de palestras em educandários.

Projeto Rondon, com a participação de 31 acadêmicos a saber: para o regional realizado em julho, 18; para o Nacional realizado em janeiro e fevereiro, no Estado do Ceará, 2, e, finalmente para o Campus Avançado da UFES na Parnaíba, Piauí 11.

8 — VESTIBULARES

A Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo, promoveu no ano de 1976 dois vestibulares: 12 a 15 de janeiro, ao qual compareceram 307 candidatos disputando 50 vagas, e o de julho (Dias 19 a 22) do mesmo ano ao qual compareceram 334 candidatos em disputa de 30 vagas. Para o ano de 77, o vestibular de janeiro o número continuou em ascensão: 363 em disputa de 40 vagas do primeiro semestre.

9 — CAPACITAÇÃO DE DOCENTES

Elaborou-se o Plano Institucional de Capacitação de Docentes (PICD), já aprovado pela CAPES, a ter início em 1977, quando foi programado o envio de 4 professores para cursar mestrado.

Contratou-se no corrente ano, mais um professor a nível de Mestrado.

Através da UFES, que cedeu duas vagas do seu PICD, mais dois professores foram enviados para cursar Mestrado, sendo um em março e outro em julho.

Em fevereiro promoveu-se um Curso de Metodologia de Pesquisa, através do IICA/OEA/MEC, com carga horária de 10 horas, completado e realizado em 80 horas.

Instalação da Unidade de Apoio Pedagógico da ESAES, através da Resolução n.º 049/76, em caráter precário, com assessoria técnica do IICA/ABEAS e auxílio financeiro do PRODECA.

10 — QUADRO ATUAL DE DOCENTES

Professores Titulares	19
Professor Adjunto	01
Professores Assistentes	11
Auxiliares de Ensino	03
TOTAL	34

Dos titulares um se encontra licenciado, respondendo pela Diretoria do Crédito Rural do BANESTES.

Dos 33 professores em exercício, 9 encontram-se cursando mestrado, dos 24 que estão prestando serviços como Docentes, 7 já o possuem; os demais especializando-se nas diversas áreas em que atuam.

REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES

Em tempo Integral de dedicação exclusiva ..	27
Em 24 horas semanais	02
Em 12 horas semanais	04

11 — OUTRAS ATIVIDADES

Aquisição de um imóvel denominado Castelinho, anexo ao Prédio-Sede, medindo 14 mil metros quadrados onde será instalada a Administração e serão construídos mais dois blocos para sede dos Departamentos.

Aprovação do Regimento da Escola pelo Conselho Federal de Educação, do MEC.

FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DO ESPÍRITO SANTO

Fiel aos princípios básicos de sua criação, consubstanciados na Lei n.º 2.422, de 07 de novembro de 1969 e legislação complementar, que estabeleceu o importante papel da Entidade na política governamental do ensino no Estado, a FAFABES continuou, em 1976, a executar seus planos, consoante se verificará neste relato de suas atividades, onde são enumerados os principais eventos que marcaram o exercício de 1976.

Cumprindo, rigorosamente, as metas que se traçou em seu Plano de Ação, a direção da Escola desenvolveu seu Trabalho nestes 4 setores:

A — RECURSOS HUMANOS

Promoveu-se o treinamento específico do pessoal técnico-administrativo e a titulação, a nível de pós-graduado, ao corpo docente, de forma a assegurar constante atualização e elevado nível nas atividades desenvolvidas pela Faculdade, bem assim cumprimento de todos os objetivos que lhe foram consignados em Regimento e o estabelecimento de condições indispensáveis à pesquisa científica.

B — EXPANSÃO E MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO

Nesse setor os esforços se concentraram no sentido de promover a reforma e ampliação das dependências já existentes, a construção de novas e a aquisição do respectivo equipamento, de forma a criar condições indispensáveis à reestruturação dos planos curriculares e adequar a Escola para atender à demanda — já evidenciada — do mercado de trabalho, assim como a inovação e renovação do ensino que o presente estágio de desenvolvimento estadual — e as perspectivas do futuro próximo — estão a aconselhar.

Aqui estão previstas as metas de instalação da Farmácia Escola, ampliação e melhoria de laboratórios existentes, ampliação da biblioteca, reforma do conjunto administrativo e realização de 660 m² de construções novas sendo 540 m² destinados a laboratórios e 120 m² para um anfiteatro.

C — RECURSOS FINANCEIROS

O objetivo da Escola, no que tange a sua receita, foi, evidentemente, tentar a obtenção de novas fontes de renda, quer de origem orçamentária ou estranhas à lei de meios.

D — MODERNIZAÇÃO DIDÁTICA E ADMINISTRATIVA

Nesta área, procurou-se acompanhar a expansão quantitativa e qualitativa da Faculdade, mediante um processo de modernização didática e técnico-administrativa. Providências deverão ser adotadas a fim de propiciar a oportuna revisão do Regimento (e consequente aprovação pelo Conselho de Educação) e da estrutura legal e funcional da Faculdade, a fim de estabelecer um modelo que configure padrões de eficiência dos seus diversos setores.

Para a consecução das metas decorrentes dessas diretrizes, a FAFABES intensificou, no exercício, os contatos e atividades com diversos órgãos: Ministério da Educação e Cultura (PREMESU, DAU), Conselho Federal de Educação, Conselho Estadual de Educação e Representação do Governo Estadual em Brasília.

Ainda buscando a cooperação sistemática na execução dos seus projetos, registram-se os diversos contatos e entendimentos com a Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Fazenda, Universidade Federal do Espírito Santo, além das entidades classistas, como, Conselhos Federal e Regional de Farmácia e Abenfárbio.

ÓRGÃOS COLEGIADOS

O Departamento, para os efeitos de organização administrativa e didático-científica, compreende disciplinas afins e congrega professores num objetivo comum de ensino e pesquisa. Os Departamentos reúnem-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quantas vezes se fizerem necessárias.

A Chefia do Departamento é exercida por um professor em exercício — titular, adjunto ou assistente — eleito pela maioria dos seus membros, em votação secreta e com mandato de dois (dois) anos, podendo ser reeleito.

O Conselho Departamental é constituído pelo Diretor — seu presidente nato — pelo Vice-Diretor, pelos Chefes de Departamento e por um representante dos alunos. O Conselho Departamental reúne-se, ordinariamente, nos meses de janeiro, março, junho, agosto e dezembro e, extraordinariamente, quando necessário. As reuniões — ordinárias e extraordinárias do Conselho Departamental são convocadas pelo seu presidente e lavradas em livro próprio.

A Congregação é composta do Diretor, seu presidente; dos professores titulares, em exercício; de um (1) representante dos professores adjuntos; de um (1) representante dos professores assistentes; de um (1) representante dos auxiliares de ensino; e de um (1) representante dos alunos. Ordinariamente, reúne-se nos meses de janeiro, março, junho e dezembro e, extraordinariamente, quando necessário. As votações são realizadas pelos processos simbólico, nominal e por escrutínio secreto e a matéria debatida em reuniões é lavrada em ata e registrada em livro próprio.

A critério do presidente — ou a requerimento de qualquer dos seus membros e aprovação do Plenário — as reuniões podem assumir caráter reservado.

Além do voto normal, o presidente tem, também, o voto de qualidade.

Em 1976, os Departamentos realizaram 32 Sessões; o Conselho Departamental 7 e a Congregação 6.

CORPO DOCENTE

O Corpo Docente da Faculdade é constituído de professores cujos "currículo vitae", na forma prevista na legislação pertinente, foram aprovados pelos Egrégios Conselhos Federal e Estadual de Educação.

Excluída a movimentação de professores, por decorrência de rescisões contratuais, e incluídas as novas admissões processadas no exercício, os quadros a seguir retratam a atual composição do Corpo Docente:

I — PESSOAL DOCENTE EM DEZEMBRO/76

Pessoal	Função	Sexo	EM EXERCÍCIO			AFASTADOS		
			Tempo integ.	Tempo pare.	Total	Tempo integ.	Tempo pare.	Total
DOCENTE	Somente em função docente	M	—	16	16	—	5	5
		F	—	12	12	—	1	1
	Em função docente e adminis.	M	2	—	2	—	—	—
		F	—	—	—	—	—	—

NOTA: Como professores de tempo parcial entende-se os docentes em regime de 12 e 24 horas. Os afastados estão frequentando cursos de pós graduação.

II - PESSOAL DOCENTE EM EXERCÍCIO EM DEZEMBRO/76

GRAU DE FORMAÇÃO	SEXO	T I T U L A R		A D J U N T O		A S S I S T E N T E		AUX. ENSINO	
		Tempo integ.	Tempo parcial	Tempo integ.	Tempo parcial	Tempo integ.	Tempo -parcial	Tempo integ.	Tempo parcial
GRADUAÇÃO	Masc.	-	4	-	1	-	1	-	1
	Fem.	-	3	-	-	-	-	-	5
ESPECIALIZAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO	Masc.	-	3	-	1	-	-	-	-
	Fem.	-	3	-	-	-	-	-	1
MESTRADO	Masc.	-	2	-	-	-	-	-	-
	Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-
DOUTORADO	Masc.	-	5	-	-	-	-	-	-
	Fem.	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A I S	Masc.	-	14	-	2	-	1	-	1
	Fem.	-	6	-	-	-	-	-	6

NOTAS: 1- Os números consignados neste quadro referem-se tão somente a função docente, razão por que não foram registrados os professores de tempo integral já que este regime reporta-se também às funções administrativas.

2- Como professores de tempo parcial entende-se os docentes em regime de 12 e 24 horas.

CORPO DISCENTE

A composição do Corpo Discente, ao início do ano letivo, registrou a matrícula global de 129 alunos.

Durante o ano foram feitos dois desligamentos; sendo um por cancelamento de matrícula e um por transferência, resultando, pois, a matrícula final de 127 alunos.

Estão previstas 45 conclusões de curso, sendo 24 conclusões no curso de Farmácia (7 masculino e 17 feminino) e 21 na habilitação de Farmacêutico-Bioquímico (8 masculino e 13 feminino).

A solenidade de Colação de Grau, dos formandos de 1976, ocorreu no dia 17 do mês de dezembro.

A evolução das matrículas, a partir de 1970 é a seguinte:

Ano Letivo	Matrícula
1970	086
1971	093
1972	100
1973	112
1974	118
1975	121
1976	129

O ensino farmacêutico no Estado, de acordo com os dados disponíveis, representa 4,6% da matrícula total na área de Ciências Biológicas e Profissões de Saúde.

PROJETO RONDON

Procurando dar execução a um dos seus imperativos regimentais (art. 3.º, letra d), qual seja o de contribuir positivamente na solução de problemas comunitários, a Faculdade assinou convênio com a Fundação Projeto Rondon.

Em função do mencionado convênio, professores e alunos participaram das atividades dos chamados projetos Calceiras e Cristo Rei, em Vitória, e do Campus Avançado da Parnaíba, no Piauí, realizando coleta de material e exames de fezes, sangue, urina e escarro, com vistas à melhoria, mediante tratamento preventivo, das condições de saúde da população abrangida.

É importante ressaltar que essa participação foi considerada excelente, em razão do que a Faculdade foi agraciada com o certificado de relevantes serviços, expedido pelo Coordenador Regional da Fundação Projeto Rondon.

PEDIDO DE AUMENTO DE VAGAS

Atenta às exigências da área de saúde e às prioridades estabelecidas, nos planos governamentais, para o setor, a Faculdade vem desenvolvendo todos os esforços possíveis no sentido de suprir, quantitativa e qualitativamente, a demanda de formação de profissionais, requerida pelo atual estágio de desenvolvimento estadual e regional.

Assim é que realizou investimentos, tanto no que diz respeito ao espaço físico, quanto ao que concerne a material permanente, equipamentos, material de ensino e bibliográfico.

Tais inversões, além de proporcionar a melhoria do ensino, tiveram por objetivo atender, também às futuras necessidades ditadas pelo mercado de trabalho.

Criadas novas condições com essas obras e inversões, mais as que estão previstas, a Faculdade adquiriu con-

dições para requerer o aumento de vagas, fixado em 30 pelo Colendo Conselho Federal de Educação, para 60 vagas, a vigorar a partir do ano letivo de 1977.

O competente processo, protocolado sob n.º 003871/76, de 1.º.09.76, encontra-se em tramitação no indicado Conselho.

PEDIDOS DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

Ainda com o objetivo de equipar-se convenientemente de forma a atender às finalidades para as quais foi criada, incentivar o ensino, em grau superior, bem como desenvolver a cultura científica nos diversos ramos da ciência farmacêutica e promover pesquisas e experiências científicas, a Faculdade candidatou-se aos programas de assistência financeira desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Cultura.

Dois projetos foram encaminhados aos órgãos federais:

— O primeiro, já analisado e aprovado pelo PREMESU (Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior) destinado à aquisição de equipamento, no valor global de US\$ 37.343,40, sendo US\$ 30.342,40 de equipamentos provenientes da República Democrática Alemã (RDA-III) e US\$ 7.001,00 de equipamentos da República Popular da Hungria (RPH-II).

Estes equipamentos, conforme of. circular n.º 060/76, de 28.09.76, do PREMESU, encontra-se na dependência da obtenção de prioridade, na conformidade das gestões em andamento junto ao ITAMARATY, através da COLESTE.

— O segundo, encaminhado ao Diretor Geral do DAU/MEC, em 1.º.12.76 (protocolo n.º 260190), encontra-se em apreciação, no montante de Cr\$ 2.592.000,00, dos quais Cr\$ 1.533.000,00 para Obras e Cr\$ 1.059.000,00 para Equipamentos, Instalações e Material Bibliográfico, a serem aplicados em 1977, de acordo com as seguintes fontes de recursos:

— MEC/DAU	Cr\$ 1.607.000,00
— contra-partida da Instituição ..	Cr\$ 985.000,00
TOTAL	Cr\$ 2.592.000,00

OBRAS

Em setembro último, a Faculdade recebeu, em restituição, o imóvel que vinha sendo ocupado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Recebidas essas dependências, foi autorizada a feitura do projeto arquitetônico, e as respectivas especificações, que foi ultimado em fins de novembro.

No local, serão construídos o laboratório de Bioquímica e a Farmácia Escola.

A obra acha-se em fase de licitação, já tendo sido empenhada a quantia de Cr\$ 50.000,00, a favor do Departamento de Edificações e Obras do Estado, devendo a construção iniciar-se ainda em dezembro.

Foi, também, concluído o projeto arquitetônico do anfiteatro e de três novos laboratórios, obra de Cr\$.. 544.762,02, conforme orçamento elaborado pelo DEO.

Além disso, no exercício, foi aplicada a importância de Cr\$ 117.850,86 em complementação de obras dos laboratórios de Farmacotécnica, Química Orgânica, Inorgânica e Analítica, Química Farmacêutica e Patologia, cantina, almoxarifado e outras instalações.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

No presente ano letivo a Faculdade adquiriu aparelhos e equipamentos diversos, assim como material de consumo e ensino, no valor global, aproximado, de Cr\$ 582.000,00.

De acordo com as principais categorias, esse total acha-se assim discriminado:

	Cr\$
1 — Equipamentos	486.600,00
2 — Material de expediente e outros	27.235,00
3 — Sais e reagentes	45.602,00
4 — Vidrarias	22.563,00
TOTAL	582.000,00

Na medida do possível e na conformidade dos estoques existentes e adquiridos, o almoxarifado deu provimento de material de consumo e permanente aos diversos setores da Escola.

Quanto ao equipamento adquirido, conforme dito acima, destinou-se quase todo ele a equipar o laboratório de Farmacotécnica.

Outrossim, através da oficina da Escola, foram executados trabalhos de recuperação em bens móveis e efetuado o levantamento, para cadastramento e avaliação, dos diversos bens existentes.

EXPEDIÇÃO E REGISTRO DE DIPLOMAS

Após o reconhecimento que lhe foi concedido pelo Decreto n.º 76.608, de 17.11.1975, a Faculdade ficou habilitada a promover a Colação de Grau e expedição dos diplomas de todos os seus formandos.

No período de 1969 a 1975, assinalaram-se 140 conclusões de curso, cujos diplomas foram encaminhados ao órgão competente — para registro — assim discriminados:

CONCLUSÕES DE CURSO — 1969/1975

Farmacêutico	140
Farmacêutico-Bioquímico	118

Os 22 concludentes de 1975 do curso de Farmácia matricularam-se, no presente ano letivo, na habilitação de Farmacêutico-Bioquímico, dos quais 21, como já assinalado em outra parte deste documento deverão colar grau, na referida habilitação, no próximo dia 17.

Para proceder à entrega dos diplomas registrados a Faculdade realizou, em 20 de agosto, solenidade especial.

Ainda quanto ao assunto, vale ressaltar os seguintes dados numéricos:

MOVIMENTO DE REGISTRO E ENTREGA DE DIPLOMAS

Encaminhados a registro	134
Registrados	130
Em diligência a serem cumpridas pelos interessados	10
Retirados pelos interessados	99
Registrados, em poder da FAFABES aguardando o comparecimento dos interessados	31

BIBLIOTECA

A Biblioteca estiveram afetos todos os trabalhos de classificação de livros e atendimento aos Corpos docente e discente.

O seu acervo acusa os seguintes números:

1 — ACERVO EM 31.12.75	
1.1 — Livros	1.471 volumes
1.2 — Periódicos	1.257 exemplares
2 — AQUISIÇÕES EM 1976	
2.1 — Livros	33 volumes
2.2 — Periódicos	150 exemplares
3 — ACERVO EM 10.12.76	
3.1 — Livros	1.504 volumes
3.2 — Periódicos	1.407 exemplares

Com a média mensal de 570 consultas, o seu movimento, mes a mes, foi o seguinte:

— Janeiro	019 consultas
— Fevereiro	005 consultas
— Março	889 consultas
— Abril	1.104 consultas
— Maio	1.043 consultas
— Junho	835 consultas
— Julho	152 consultas
— Agosto	816 consultas
— Setembro	721 consultas
— Outubro	615 consultas
— Novembro	599 consultas
— Dezembro	33 consultas

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

A partir de junho do ano letivo de 1976, o estágio aplicado aos alunos, foi realizado no laboratório de Análises Clínicas da Faculdade. Os alunos fizeram o seu treinamento em consonância com as cadeiras do curso de Bioquímica (Microbiologia, Hematologia, Parasitologia e Bioquímica) excessão feita à toxicologia. O assunto era abordado, após o estudo teórico e prático realizado na cadeira correspondente.

Por se tratar de um período inicial — de experiência — o estágio teve alguns pontos negativos. No entanto, dentro das condições que a Escola possui e a assistência dos próprios alunos, o aproveitamento pode ser considerado, de um modo geral, de regular a bom.

Espera-se que, no próximo ano, possam ser removidas algumas das dificuldades encontradas, notadamente aquelas pertinentes a espaço físico, com a realização de obras de ampliação de laboratório.

Ao analisar as atividades do estágio, os responsáveis pelo laboratório apresentam as seguintes sugestões para a maior eficiência dessa atividade:

a) estudar uma maneira de se criar um horário especial para estágio, qual seja, permanência dos alunos por mais seis (6) meses na Faculdade exclusivamente para cumprir o horário determinado para o mesmo, já que se trata de determinação do MEC;

b) maior conscientização por parte dos professores aos alunos, se possível a partir do 3º ano, evidenciando a importância do estágio, para que não encarem o assunto como uma imposição antipática e desnecessária da Faculdade, mas muito pelo contrário, como uma condição normal e até imprescindível para um verdadeiro sucesso profissional na área de análises clínicas, pois as dúvidas e os problemas se resolvem na rotina, no dia a dia. Automaticamente estarão também reconhecendo e valorizando o empenho de profissionais que lutam em prol de um mesmo objetivo, a formação profissional.

O processamento de desenvolvimento industrial do Estado, em franca evolução, tem exigido do Governo sua maior atenção e seus mais destacados esforços não apenas através dos órgãos administrativos a que está atribuído o desempenho de atividades-fim, mas, igualmente, daqueles destinados ao exercício de atividades-meio, pois que, sem dúvida, a ação oficial que vem sendo desenvolvida por esses setores é conjugada e orientada no sentido de estabelecer, um complexo infra-estrutural de bases sólidas e capaz de suportar, ao correr do tempo, os impactos dos grandes empreendimentos empresariais, cujos efeitos já se fazem sentir de modo tão evidente, nos serviços de saúde, educação, segurança, transporte habitacional e saneamento.

Atualizada, dotada de implemento adequados e estruturada de molde a ajustar-se à expansão comercial e industrial em perspectiva, a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio desobrigou-se dos encargos que a conjuntura do atual estágio lhe exigiu, executando na área de sua jurisdição um trabalho profícuo e de indiscutível proveito em termos de coadjuração dos negócios e atividades empresariais privadas.

Além de outras, de caráter ancilar, devem ser nomeadas, em destaque, pela sua significação no elenco de tarefas realizadas com vistas a alcançar aqueles propósitos, a de análise de Pesquisa Comercial levada a efeito nos municípios que compõem a área da Grande Vitória e no de Cachoeiro de Itapemirim cujos resultados foram amplamente divulgados; a de elaboração do "Manual do Investidor", ilustrado e bilingue, contendo as mais detalhadas e completas informações necessárias aos investidores; destinado à mesma classe e com a finalidade de lhe fornecer elementos subsidiários ao aplicarem seus capitais em setores de nossa economia, foi elaborado e divulgado pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio o trabalho "Normas para o Investidor", onde se mostra o comportamento do capital estrangeiro na economia nacional; a monografia "Aspectos Infra-estruturais do Espírito Santo" na qual se concentram todas as informações acerca do CIVIT, transporte, Sistema Financeiro, Telecomunicações, Saneamento, Energia, Urbanização, Ensino Superior e Profissionalizante.

Devem ser, ainda, mencionadas as seguintes divulgações promovidas naquela área administrativa: Anuário Industrial do Estado, com a finalidade de oferecer um conjunto de informações capazes de refletir as potencialidades de cada um dos Setores dinâmicos de nossas indústrias, em convênio com o IDEIES.

Levantamento Estatístico dos Municípios, realizado em convênio com o IDEIES, proporcionando uma gama numerosa e variada de elementos imprescindíveis a qualquer estudos e decisões Governamentais.

Quanto aos Programas e Projetos em fase de implantação têm maior relevo a "Análise Trimestral do Comércio Capixaba", com a finalidade de proporcionar aos empresários do setor uma visão globalizada do comportamento de cada ramo e estimular sua modernização, além de representar para os órgãos governamentais um estudo preliminar na formulação e implantação da política de apoio ao comércio; a "Análise Trimestral do Setor Industrial", com a participação da Fundação Jones dos Santos Neves, cujos dados serão coletados na Delegacia

da Receita Federal, através das guias do I.P.I. visando a divulgar os principais indicadores econômicos do Estado. A esses mesmos setores econômicos se destinarão informações e dados sempre atualizados, no que tange ao Comércio exterior, a lhes serem fornecidos por um Sistema de apoio que a realidade espírito-santense está reclamando, pois até agora inexistente.

Pretende a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, na hipótese de serem favoráveis as conclusões de estudos preliminares que estão sendo efetuados, examinar a possibilidade de firmar convênio com o IDEIS que desenvolva na área estadual útil trabalho de assistência técnica, no sentido de fortalecer o sistema de apoio às empresas de pequeno e médio portes.

Dentre outros projetos a serem executados no decorrer de 1977 sobressaem:

a) — Campanha sistemática objetivando uma adesão mais ampla de contribuintes do Imposto de Renda domiciliado no Espírito Santo, pois que, pesquisa merecedora de toda credibilidade mostra que persiste grande evasão de recursos nessa área de incentivos fiscais.

b) — Pesquisa de Consumo de Produtos Industrializados, pois que, no momento em que o Espírito Santo se implanta para receber grandes projetos industriais, é evidente que, indústrias satélites dever-se-ão instalar principalmente na região da Grande Vitória. Urge, pois, perquirir a procedência dos produtos aqui comercializados e o comportamento dos consumidores, a fim de atender as consultas dos investidores que, fatalmente, surgirão.

c) — Cadastro Industrial e Comercial. Constituir-se-á, sem dúvida, em instrumento indispensável a uma inumerável série de atividades públicas ou privadas, esse registro de atualização periódica que a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio deseja criar, já tendo mantido entendimentos nesse sentido com os demais órgãos que integrarão o sistema.

Relativamente ao funcionamento dos 5 órgãos descentralizados e vinculados à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, isto é, a Junta Comercial do Estado, a Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (SUPPIN) a Companhia de Pesca do Espírito Santo (COPESA), a Empresa Capixaba de Turismo S.A. (EMCATUR) e a Fábrica de Tecidos Cachoeiro de Itapemirim, refiro-me a cada qual, especialmente, a seguir:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

O trabalho realizado em 1976 obedeceu rigorosamente ao programa previamente estabelecido e foi objeto da exposição de motivos que justificou a proposta orçamentária elaborada em fins de 1975.

Os quadros, tabelas e balanços que complementam esta exposição atestam, eloquentemente, que, tanto na sede, nesta Capital, como nas delegacias de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, os serviços a cargo da Junta Comercial, foram prestados a uma clientela de crescimento bastante rápido e que bem comprova o grande volume de negócios em curso.

Com vistas a dotá-la de uma estrutura capaz de atender à demanda empresarial, foi a entidade reequipada e reaparelhada em decorrência de convênio firmado com o Departamento Nacional de Registro do Comércio, com quem também, foi assinado outro acordo de Cooperação Técnico-Administrativo.

SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA
E DO COMERCIO

DISCUTINDO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAY.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
Registro de Fim	164	162	145	145	219	163	212	213	149	138	147	160	2.078
Contrato social	86	73	87	85	105	135	95	120	91	141	88	95	1.200
Atos Constitutivos	8	-	8	3	3	5	6	9	7	18	1	5	73
Ata Ordinária	6	11	11	28	48	28	13	7	11	5	4	4	178
Ata Extraordinária	20	25	11	25	37	40	30	33	25	31	30	35	340
Ata de Diretoria	11	15	7	13	15	14	17	12	17	10	20	15	157
Declaração de Fim	5	7	4	15	5	13	7	11	10	13	10	5	105
Alteração de Fim Individual	22	33	21	30	39	51	62	68	57	44	64	49	550
Alteração Contratual	62	72	83	80	42	143	117	127	114	158	149	157	1.304
Atendimento Formalidade	120	138	104	102	140	178	165	189	138	149	164	135	1.689
Salas de Fim	10	6	9	12	9	25	14	17	19	22	9	35	188
Direito Social	3	4	1	2	2	4	3	6	3	5	7	9	49
Participação no Neg. Comercial	5	7	2	-	-	19	10	16	2	2	9	13	83
Participação	76	29	44	39	110	82	77	59	55	55	59	60	763
Emergência	22	11	15	12	-	13	12	13	13	18	4	13	153
Transmissão	10	10	16	20	20	18	16	17	17	23	16	23	206
Transmissão	395	235	384	421	631	190	196	227	170	222	187	247	3.545
Salas de Fim	3	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	6
Cartão	205	166	156	170	223	247	237	255	254	198	255	255	2.631
Requisição	26	41	25	14	22	35	38	57	36	24	22	29	370
Trans	49	38	30	37	54	17	20	32	25	37	23	38	400
Livros/At. de Fim	1.236	1.825	1.045	879	1.136	1.065	1.078	1.262	856	941	783	1.176	12.902
Parcelamento	2	1	1	2	10	3	10	13	13	11	10	3	79
Relatório de Adicionais	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Boletim de Subscrição	1	4	4	-	4	1	2	3	5	2	6	5	37
Aditivo Contratual	3	18	9	13	18	37	25	29	18	11	11	2	155
Requerimento	-	22	-	25	45	54	41	14	27	15	30	22	296
Carta Patente	-	-	-	-	-	4	1	10	-	-	-	-	15
Ata Conselho Fiscal	1	-	-	-	-	1	-	3	1	2	1	1	10
Edital da Lei	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Cart. Exercício Profissional	-	-	8	-	-	-	7	16	8	5	5	-	49
Ata, Exercício Prof. Lição	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	3
Ata, Exerc. Prof. Lição	-	11	3	4	2	7	1	2	-	-	-	-	30
Ata, Exerc. Prof. Lição	1	1	-	-	1	1	3	-	1	1	-	-	9
Ata, Exerc. Prof. Lição	5	8	3	5	28	14	21	18	10	22	-	6	140
Ata, Exerc. Prof. Lição	2	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	6
Ata, Exerc. Prof. Lição	204	211	172	158	150	133	103	187	111	189	122	304	2.072
Ata, Exerc. Prof. Lição	1	-	1	1	-	1	1	4	4	3	2	3	21
Ata, Exerc. Prof. Lição	2.755	2.010	2.391	2.341	3.175	2.750	2.724	3.059	2.398	2.577	2.339	2.821	32.027
Ata, Exerc. Prof. Lição	101415												

COMPORTAMENTO DO TOTAL DA RECEITA DO EXERCÍCIO DE 1976

VITÓRIA — CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM — COLATINA

Local	Taxas	Emolumentos	Livros	Total
Vitória		422.263,00	327.803,00	2.466.319,00
Cachoeiro do Itapemirim		99.722,00	92.524,00	604.501,00
00'91'23E		59.075,00	73.742,00	474.963,00
TOTAL	2.470.654,00	581.060,00	494.069,00	3.545.783,00

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 1976

RECEITA

DESPESA

ORÇAMENTARIA

ORÇAMENTARIA

RECEITAS CORRENTES
RECEITAS TRIBUTARIAS

DESPESAS CORRENTES

TAXAS

Pessoal Civil 2.025.757,12
 Material de Consumo 102.815,94
 Serviços de Terceiros 411.510,84
 Encargos Diversos 83.506,80
 Despesas de Exercícios Anteriores 1.200,00
 Contrib. de Prev. Social 265.507,57
 Div. Transf. Correntes 112.831,82

Taxas Diversas 2.470.654,00
 Emolumentos 581.060,00
 Livros 494.069,00

RECEITAS DIVERSAS

Restituições e Indenizações 30.895,80

EXTRAORÇAMENTARIA

DESPESAS DE CAPITAL

Obras Públicas 26.500,00
 Equipamentos e Instalações 191.431,10
 Material Permanente 184.414,50

Restos a Pagar — Contrapartida 294.734,92
 Depósitos 250.216,00
 Consignações Diversas 236.129,89

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR:

EXTRAORÇAMENTARIA

Diversos Responsáveis 3.674,05
 Restos a Pagar 239.216,74
 Depósitos 229.962,26
 Consignações Diversas 221.941,68

SALDO PARA O EXERCÍCIO
SEGUINTE:

DISPONIVEL

Em Caixa 399.405,44

DISPONIVEL

Em Caixa 646.894,63

4.747.165,05

4.747.165,05

BALANÇO ORÇAMENTARIO

EXERCICIO DE 1976

Títulos	Previsão/§	Execução/§	Diferenças/§	Títulos	Fixação/§	Execução/§	Diferenças/§
RECEITAS CORRENTES							
Receitas Tributárias	3.585.000,00	3.545.783,00	(-) 39.217,00	CRÉDITOS Orçamentários e Suplemen- tares Superavit	3.585.000,00	3.405.475,69 171.203,11	(—) 179.524,31 171.203,11
Receitas Diversas	—	30.895,80	30.895,80				
Soma:	3.585.000,00	3.576.678,80	(-) 8.321,20				
TOTAL	3.585.000,00	3.576.678,80	(-) 8.321,20	TOTAL	3.585.000,00	3.576.678,80	(-) 8.321,20

Vitória, 31 de dezembro de 1976

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCICIO DE 1976

ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONIVEL				EXIGIVEL			
Em Caixa	646.894,63			Restos a Pagar	285.152,61		
REALIZAVEL				Depósitos	20.255,74		
Diversos Responsáveis				Consignações Diversas	15.256,22		320.664,57
ATIVO PERMANENTE				SALDO ECONOMICO			
Bens Móveis	808.872,06			Patrimônio Estadual			1.435.659,43
Bens Imóveis	295.967,50						
TOTAL	1.756.324,00						1.756.324,00

REGISTROS E APROPRIAÇÕES EFETUADAS - EXERCÍCIO DE 1976
VITÓRIA

DISCRIMINAÇÃO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
Registro de Firma	98	109	04	76	134	107	138	131	98	126	96	132	1.273
Contrato Social	63	54	68	60	77	95	69	82	73	99	59	74	873
Atos Constitutivos	7	-	7	3	3	5	6	8	5	17	1	4	67
Ata Ordinária	3	11	8	22	31	20	10	7	8	5	3	3	131
Ata Extraordinária	15	21	6	20	29	27	28	28	17	25	20	27	363
Ata de Diretoria	9	14	7	10	13	11	15	9	13	9	11	13	134
Registro de Filial	5	3	1	11	5	10	1	7	6	4	7	4	54
Alteração Firma Individual	8	26	13	19	31	40	48	52	44	35	42	47	406
Alteração Contratual	29	51	59	51	17	96	69	81	78	107	112	118	1.000
Atord. Formalidade	78	78	77	75	104	148	149	150	114	115	135	99	1.322
Baixa de Firma	3	3	5	5	3	8	9	10	8	13	5	19	91
Distrato Social	2	1	1	1	1	3	2	6	-	3	5	7	32
Proteção Nome Comercial	5	7	2	-	-	17	10	15	2	2	9	13	83
Diário Oficial	54	26	25	35	71	61	62	43	41	51	45	53	578
Procuração	21	6	13	6	5	10	9	10	12	12	3	12	119
Emancipação	6	7	13	10	14	11	11	14	12	13	12	15	140
Preferencial	235	189	244	282	435	-	6	-	-	-	-	-	1.372
Baixa de Filial	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
Certidão	159	135	140	143	178	212	192	212	205	162	215	201	2.116
Fotocópia	20	40	23	12	18	31	34	49	29	22	21	24	333
Baixa	25	31	18	24	29	-	-	-	-	-	-	8	135
Livro/Aut. de Fôlego	544	895	555	353	402	591	505	581	459	482	410	506	6.872
Cancelamento	-	-	-	2	6	-	8	9	10	10	8	2	53
Relação de Acreditados	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Boletim de Subscrição	-	2	3	-	4	1	2	2	3	1	5	4	27
Aditivo	-	-	8	11	13	34	19	24	6	-	-	-	129
Requerimento	-	20	15	25	44	54	41	13	27	15	29	21	305
Carta Patente	-	-	-	-	-	4	1	10	-	-	-	-	15
Ata Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	1	4
Editais de Leilão	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Cart. Exercício Profissional	-	-	-	-	-	-	6	9	5	1	4	-	26
TOTALS	1.495	1.743	1.398	1.266	1.067	1.597	1.550	1.663	1.278	1.332	1.437	1.451	17.898

DESCRIÇÃO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
Registro de Firma	58	109	84	76	134	107	136	131	98	126	96	102	1.299
Contrato Social	63	54	58	60	77	95	69	82	73	99	59	74	873
Atos Constitutivos	7	-	7	3	3	5	6	8	6	17	1	4	67
Ato Ordinária	3	11	8	22	31	20	10	7	8	5	3	3	131
Ato Extraordinária	15	21	6	20	29	27	28	28	17	25	20	27	263
Ato da Diretoria	9	14	7	10	13	11	15	9	13	9	11	13	134
Registro de Filial	5	3	1	11	5	10	1	7	6	4	7	4	64
Alteração Firma Individual	8	26	13	19	31	40	48	32	44	36	42	47	406
Alteração Contratual	29	51	59	51	17	96	69	81	78	107	112	110	860
Atend. Formalidade	78	78	77	75	104	148	149	150	114	115	135	99	4.322
Baixa de Firma	3	3	5	5	3	8	9	10	8	13	5	19	91
Distrato social	2	1	1	1	1	3	2	6	-	3	5	7	32
Proteção Nome Comercial	5	7	2	-	-	17	10	16	2	2	9	13	83
Diário Oficial	54	26	26	35	71	61	62	43	41	51	45	53	368
Procuração	21	6	13	6	5	10	9	10	12	12	3	12	119
Emancipação	6	7	13	10	14	11	11	14	12	13	12	15	138
Preferencial	235	189	244	282	435	-	6	-	-	-	-	-	1.392
Baixa de Filial	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
Certidão	159	135	140	143	178	212	192	212	206	162	215	201	2.156
Fotocópia	20	40	23	12	18	31	34	49	29	22	21	24	323
Queros	25	31	18	24	29	-	-	-	-	-	-	9	135
Livro/Aut. de Fichas	644	896	556	363	602	591	605	681	459	482	410	586	6.875
Aditivo	-	13	8	11	13	34	19	24	6	-	-	-	128
Requerimento	-	20	16	25	44	54	41	13	27	15	29	21	305
Carta Patente	-	-	-	-	-	4	-	10	-	-	-	-	15
Ato Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	1	4
Edital de Leilão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Cart. Exercício Profissional	-	-	-	-	-	-	6	9	6	1	4	-	26
TOTAL	1.495	1.743	1.599	1.266	1.667	1.597	1.550	1.663	1.278	1.332	1.257	1.451	17.898

COMPORTAMENTO DA RECEITA NO EXERCÍCIO DE 1976

VITÓRIA

Meses	Taxas	Emolumentos	Livros	Total
Janeiro	108.047,00	26.059,00	26.149,00	160.255,00
Fevereiro	107.350,00	29.037,00	33.880,00	170.267,00
Março	108.065,00	26.341,00	27.143,00	161.549,00
Abril	112.510,00	25.687,00	18.017,00	156.214,00
Maior	164.846,00	36.425,00	28.530,00	229.801,00
Junho	185.754,00	41.143,00	28.310,00	255.207,00
Julho	156.544,00	41.193,00	27.584,00	225.321,00
Agosto	170.228,00	46.816,00	34.416,00	251.463,00
Setembro	141.509,00	36.720,00	24.813,00	203.042,00
Outubro	177.072,00	37.684,00	22.693,00	237.449,00
Novembro	127.867,00	36.980,00	24.070,00	188.917,00
Dezembro	156.461,00	38.178,00	32.195,00	226.834,00
T o t a l	1.716.253,00	422.263,00	327.803,00	2.466.319,00

Com o aumento acelerado de entrada de documentos nesta autarquia, segue abaixo o demonstrativo do ano de 1975 e o de 1976 até o mês de Outubro.

III — QUADROS DEMONSTRATIVOS 1975

Registros e Arquivamentos efetuados no Exercício de 1975

Registro de firmas	1.224
Baixa de firma	100
Alteração de firma Individual	320
Registro de filial	58
Contrato social	819
Alteração contratual	961
Distrato social	25

Atos Constitutivos de S.A.	273
Ata da Assembléia Geral Ordinária	124
Ata da Assembléia Geral Extraordinária	320
Ata de Reunião de Diretoria	139
Ata do Conselho Fiscal	6
Diário Oficial/Arquivamento	465
Boletim de subscrição	26
Proteção ao nome Comercial	69
Procuração	124
Emancipação	116
Certidão	2.451
Livros	4.914
Recursos	4
Cancelamento	23

T O T A I S 12.561

COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSTITUIÇÕES

(REGISTROS OU ARQUIVAMENTOS)

ATIVIDADE	TIPO JURÍDICO				
	INDIVIDUAL	LTDA.	S/A	OUTROS	TOTAL
Indústria	22	40	1	(—)	63
Comércio	181	89	2	(—)	272
Comunicações	1	(—)	(—)	(—)	1
Transportes	3	8	1	(—)	12
Intermediários Financeiros	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)
Construção Civil	(—)	3	(—)	(—)	3
Outros	6	16	2	(—)	24
T O T A L	213	156	6	(—)	375

EXTINÇÕES

ATIVIDADE	TIPO JURÍDICO				
	INDIVIDUAL	LTDA.	S/A	OUTROS	TOTAL
Indústria	1	2	(—)	(—)	3
Comércio	23	2	(—)	(—)	25
Comunicações	1	1	(—)	(—)	2
Transportes	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)
Intermediários Financeiros	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)
Construção Civil	(—)	(—)	(—)	(—)	(—)
Outros	4	(—)	(—)	(—)	4
T O T A L	29	6	(—)	(—)	35

DISCRIMINAÇÃO	JAN.	FEB.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
Registro de Firma	44	24	30	40	41	23	42	45	39	40	29	36	433
Contrato Social	12	11	5	17	18	11	15	24	11	20	14	10	168
Alteração Contratual	9	11	16	21	14	27	28	24	24	30	17	23	242
Alt. c/ Abertura de Filial	-	-	7	-	5	1	1	1	3	3	4	3	28
Alt. Firma Individual	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	8	-	9
Contrato Sucessão	1	-	1	1	-	1	1	4	4	3	2	3	21
Atendendo Formalidade	18	11	14	11	10	21	7	22	11	10	17	12	164
Procuração	-	3	1	3	2	3	-	-	-	1	-	-	13
Exercício	1	2	2	6	3	2	4	2	3	8	4	5	40
Diário Oficial	7	2	3	2	11	7	8	12	12	4	11	10	89
Cartão de Busca	9	5	9	13	25	14	13	26	16	30	16	15	191
Certidão	22	24	8	16	24	28	31	36	37	25	32	30	313
Preferencial	85	59	62	91	116	105	128	142	118	141	120	123	1.290
Fotocópia	2	-	2	2	3	3	1	3	4	1	-	1	22
Livros Aut. Fichas	312	368	272	285	302	214	269	289	182	303	182	310	3.287
Abertura de Filial	-	2	1	3	-	2	1	3	3	9	1	1	26
Relevo da Firma	2	2	3	2	4	4	4	5	7	4	3	11	51
Distrito Social	7	3	-	1	1	-	1	-	1	1	1	1	10
Aditivo Contratual	1	1	1	1	3	1	1	3	6	2	3	2	25
Reg. Aut. Livros e Fichas	204	211	172	158	198	133	183	187	111	189	122	204	2.072
Ata Extraordinária	4	2	3	3	5	8	2	5	5	2	7	7	53
Ata Ordinária	3	-	1	4	11	3	4	-	3	-	1	1	36
Ata da Diretoria	1	2	-	1	1	2	2	3	4	1	8	-	25
Alt. Cont. c/ Transf. Soc.	2	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	1	6
Cart. Exercício Profissional	-	-	8	-	-	-	1	-	-	-	1	-	10
Requerimento Consulta	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	5
Alt. Firma Ind. Geral	5	8	3	5	28	14	21	19	10	22	-	5	140
Cancelamento	1	1	-	2	1	1	2	1	1	2	-	1	13
Alvará	1	1	-	-	1	1	3	-	1	1	-	-	9
Peixe da Filial	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
TOTALS	745	755	624	688	828	630	771	855	616	851	605	817	8.706

COMPORTAMENTO DA RECEITA NO EXERCÍCIO DE 1976

DELEGACIA DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM

Meses	Taxas	Emolumentos	Lívro	Total
Janeiro	29.548,00	7.050,00	8.731,00	45.329,00
Fevereiro	21.805,00	5.819,00	9.618,00	37.242,00
Março	19.673,00	5.034,00	7.508,00	32.215,00
Abril	35.084,00	6.448,00	7.982,00	49.514,00
Maior	42.374,00	9.299,00	8.597,00	60.270,00
Junho	33.906,00	8.214,00	6.333,00	48.453,00
Julho	39.885,00	9.185,00	8.126,00	57.196,00
Agosto	46.037,00	11.378,00	8.050,00	65.470,00
Setembro	39.940,00	8.986,00	4.981,00	53.907,00
Outubro	45.699,00	10.315,00	8.588,00	64.602,00
Novembro	34.038,00	8.698,00	5.026,00	47.962,00
Dezembro	34.266,00	9.096,00	8.979,00	52.341,00
T o t a l	422.255,00	92.722,00	92.524,00	614.501,00

DELEGACIA DE COLATINA

DISCRIMINAÇÃO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
Registro de Firma	22	29	31	29	43	33	32	37	12	32	22	22	344
Contrato Social	11	8	14	8	11	29	12	14	7	22	15	11	162
Ata Extraordinária	1	-	2	2	3	5	-	-	3	4	3	1	24
Ata de Diretoria	1	-	-	2	1	1	-	-	-	-	1	2	8
Ata Conselho Fiscal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Boletim de Subscrição	1	2	1	-	-	-	-	1	2	1	1	1	10
Registro de Filial	-	2	2	1	-	1	5	1	1	-	2	-	15
Alt. Firma Individual	14	7	8	11	8	20	14	16	13	8	14	2	135
Aditivo Contratual	2	4	-	1	2	2	6	2	6	9	8	-	42
Autoreção Contratual	24	10	8	8	11	20	22	22	12	21	20	24	202
Atendendo Formalidade	24	16	13	16	26	9	9	17	13	24	12	24	203
Boleto de Firma	5	1	1	5	2	14	1	2	4	5	1	-	46
Distrito social	1	-	-	-	-	1	-	-	2	1	1	1	7
Diário Oficial	17	1	15	2	26	14	7	4	2	1	3	17	111
Procuração	1	2	1	3	-	-	3	3	3	1	5	1	21
Preferencial	74	47	58	49	80	86	68	85	52	81	67	74	819
Certidão	24	7	8	11	21	7	14	17	11	11	8	24	163
Fotocópia	4	1	1	-	1	1	3	5	3	1	1	4	25
Banca	15	2	3	-	-	3	7	6	9	7	7	15	74
Livro	280	261	217	231	232	280	206	292	215	156	191	280	2.820
Atos	1	-	1	-	-	-	-	1	1	1	-	1	6
Encargamento	3	1	1	4	3	5	1	1	2	4	-	3	28
Curt. Exercício Profissional	-	-	-	-	-	-	-	7	2	4	-	-	13
A's Reunião Cons. Administrativo	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	4
Boleto de Filial	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Cancelamento	1	-	1	-	2	2	-	2	2	-	-	1	11
Atendendo Formalidade Livro	-	11	3	1	2	7	1	2	-	-	-	-	30
Ata Ordinária	-	-	2	2	6	5	-	-	-	-	-	-	15
Cartão Filial Soc. Ltda.	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	527	612	391	369	484	524	410	590	378	390	379	513	5.341

COMPORTAMENTO DA RECEITA NO EXERCÍCIO DE 1976

DELEGACIA DE COLATINA

Meses	Taxas	Emolumentos	Livros	Total
Janeiro	20.658,00	3.592,00	5.195,00	29.445,00
Fevereiro	19.828,00	3.753,00	6.892,00	30.473,00
Março	26.210,00	4.215,00	6.001,00	36.426,00
Abril	23.245,00	3.588,00	6.336,00	33.169,00
Maió	31.253,00	5.578,00	6.232,00	43.063,00
Junho	41.924,00	5.495,00	6.929,00	54.348,00
Julho	28.996,00	5.122,00	5.677,00	39.795,00
Agosto	32.009,00	6.450,00	7.597,00	46.056,00
Setembro	27.069,00	4.451,00	5.958,00	37.478,00
Outubro	37.268,00	5.795,00	4.307,00	47.370,00
Novembro	26.081,00	4.635,00	5.050,00	35.766,00
Dezembro	27.605,00	6.350,00	7.619,00	41.574,00
T o t a l	342.146,00	59.024,00	73.793,00	474.963,00

SUPEDINTENDÊNCIA DOS PROJETOS E
POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

O Programa de Trabalho proposto pelo Órgão para o exercício de 1976, constituído por um elenco de atividades e projetos relacionados no orçamento anual, teve o seu prosseguimento normal no decorrer do exercício, embora a escassez de recursos representada pela não transferência de Recursos do Tesouro Estadual para o Órgão provocasse uma revisão no cronograma de obras.

De fato, o não cumprimento por parte do Estado do depósito correspondente à contra-partida de Recursos Próprios exigidos pelo BNDE para a implementação da infra-estrutura do CIVIT, levou a SUPPIN a solicitar uma dilatação do prazo do cronograma físico-financeiro do projeto.

Ainda com relação ao Programa de Trabalho, foi proposto o início do Projeto de Implantação de Polos Industriais no Interior do Estado que, todavia, teve o seu prazo prorrogado para o próximo exercício, após a conclusão do Estudo de Localização e Oportunidades Industriais do Espírito Santo, a ser elaborado através do convênio SEID/MIC.

EXECUÇÃO FÍSICA

Obras de Infra-Estrutura no CIVIT

Durante o exercício de 1976 foram executadas as seguintes obras no CIVIT:

No Setor I:

Em prosseguimento a infra-estrutura do Setor I do CIVIT, foram executadas obras de urbanização de ruas internas, constante de:

- 15.000 m² de pavimentação asfáltica;
- 2.000 m de galerias pluviais;
- 1.330 m de rede coletora de esgotos sanitários.

No Setor II:

No Setor II do CIVIT foram executadas obras de terraplenagem para 15 km de ruas, perfazendo um volume de 350.000 m³ de material escavado, transportado e compactado.

Foi também realizada uma licitação para as obras de esgoto sanitário neste Setor, no qual saiu vencedora a firma Espiritossantense de Obras Ltda., com início previsto para os próximos dias.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

O Orçamento vigente da SUPPIN consta de Recursos do Tesouro (Transferências do Governo do Estado) e Recursos de Outras Fontes (venda de terrenos e operação de crédito).

No que se relaciona a Recursos do Tesouro, não houve sequer nenhum recebimento por parte da SUPPIN, dos recursos a ela destinados, o que provocou um sério desajuste financeiro, ocasionando, inclusive, um retardamento no cronograma de execução de obras do CIVIT.

Assim sendo, o órgão contou somente com os poucos recursos de venda de terrenos e de parcela liberada pelo BNDE, para o seu custeio e pagamento de obras, inclusive, os pesados encargos financeiros oriundos dos contratos de financiamento.

A seguir, apresentamos o movimento financeiro do Órgão, durante o ano de 1976:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA - SUPPIN - ANO 1976

EM CR\$ 1,00

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO			ARRECADADO (1)			DESPESA REALIZADA (1)		
		RECURSOS TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	RECURSOS TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	RECURSOS TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
4501.11620212.092	Serviços Administrativos da SUPPIN	2.281.000	300.000	2.581.000	-	181.901	181.901	1.577.343	40.666	1.618.029
4501.11620332.093	Obrigações Financeiras a Cargo da SUPPIN	3.646.500	-	3.646.500	-	-	-	1.819.813	-	1.819.818
4501.11623451.067	Implantação do CIVIT	8.800.000	18.945.400	27.745.400	-	16.554.475	16.554.475	552.254	2.899.000	3.441.254
4501.11623451.068	Aquisição de Áreas para Expansão CIVIT	-	5.200.000	5.200.000	-	-	-	-	1.912.335	1.912.335
4501.11623451.069	Implantação de Polos Industriais do Interior do Estado	-	3.000.000	3.000.000	-	-	-	-	-	-
TOTAL		14.727.500	27.445.400	42.172.900	-	15.736.376	15.736.376	3.949.415	4.842.021	8.791.436

(1) ATÉ 31/10/76.

A política de Promoção Industrial foi desenvolvida pela SUPPIN que, durante o transcorrer de 1976, atendeu de maneira satisfatória aos empresários que o procuraram para o fim de buscar oportunidades de investimentos e localização de suas indústrias, bem como, às inúmeras missões comerciais nacionais e estrangeiras que estiverem visitando o Espírito Santo.

No que se relaciona diretamente ao Centro Industrial de Vitória — CIVIT, exclusive os empresários que não formalizaram seus pedidos de reserva de área, foi o seguinte o movimento:

Verificamos assim, que durante o exercício de 1976, nove indústrias formalizaram o pedido de reserva de área no CIVIT, das quais 3 já adquiriram efetivamente suas terras e as restantes aguardam a análise dos seus projetos no BANDES, para efetivação dos contratos o que representará uma oferta de mão de obra de 1.055 empregados e investimento total programado de Cr\$ 157.244.000,00 (cento e cinquenta e sete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil cruzeiros).

Se levarmos em consideração as demais indústrias no CIVIT, desde a sua inauguração, em 1974, temos o seguinte posicionamento:

QUEM ESTA NO CIVIT

D'scriminação	Número de Indústrias	Mão de Obra
Em operação	6	528
Em implantação	3	96
Área adquirida	8	1.452
Em andamento	7	869
TOTAL	24	2.947

Em operação na área do CIVIT estão as seguintes empresas industriais:

RELAÇÃO DE INDÚSTRIAS COM ÁREA RESERVADA — SUPPIN

ANO 1976

Nome da Empresa	Procedência	Principais Produtos	Mão de Obra	Investimento Total Cr\$ 1.000,00	Situação Atual
1. Indetex	SP	Formoldeado e resinas sintéticas	100	32.000	Área Adquirida
2. Metalnorte	SP	Perfis e Vergalhões de Alumínio e Cobre	...	5.750	Em Tramitação
3. PELL S/A	RS	Fitas e Chapas Redondas, Parafusos e Flanges	200	25.000	Em Tramitação
4. PLUMA S/A	PR	Móveis e Estofados	40	4.100	Em Tramitação
5. VIFORMA	SP	Sistema de Embalagem e Transporte	310	16.464	Em Tramitação
6. CONASA	RS	Roletes, correias Transportadores	46	3.500	Área Adquirida
7. Metalúrgica Santa Rita	ES	Arruelas Lisas	9	330	Em Tramitação
8. Interline Móveis	MG	Modulações para Móveis e Caldeiras	100	17.500	Área Adquirida
9. Inbrac-Sat S/A	SP	Cabos Coaxiais, Pios Telefônicos e Estanhados	250	52.600	Em Tramitação

TOTAL 1.055 157.244

INDÚSTRIA EM OPERAÇÃO NO CIVIT

Discriminação	Investimento Total Cr\$ 1.000,00	Mão de Obra	Principais Produtos
— Fibrosa	13.500	118	Fiação e Sacaria de Polipropileno
— Carboindustrial	28.000	40	Pastas de Eletrodos — "Soedberg"
— Conele	15.000	180	Cordoalhas e Cabos Especiais
— Emprol	9.000	89	Sacolas Promocionais
— Metalúrgica Vitória	1.640	68	Ferragens p/Distribuição Energia
— Polydomus	4.000	33	Embalagens Plásticas
TOTAL	71.140	528	—

Entre outras atividades desenvolvidas pela SUPPIN merecem registros:

A SUPPIN participou durante o transcorrer do ano de 1976, das seguintes tarefas:

1 — Participou da equipe de Elaboração do I Plano de Ação Setorial do Sistema Estadual de Indústria, Comércio e Serviços.

2 — Compareceu ao 1º Encontro Nacional de Distritos Industriais, realizado em Salvador, Bahia.

3 — Esteve presente ao 1º Simpósio Nacional de Distritos Industriais, realizado em Cuiabá, Mato Grosso, com apresentação de trabalho.

4 — Elaborou proposta de solicitação de financiamento junto ao Ministério da Indústria e do Comércio — MIC, com vistas a elaborar o Estudo de localização e Oportunidade Industriais do Espírito Santo.

COMPANHIA DE PESCA DO ESPÍRITO SANTO — COPESA

Criada pela Lei Estadual nº 2.287, de 05.04.67, a COMPANHIA DE PESCA DO ESPÍRITO SANTO, que teve os seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial em 18.04.67, sob o nº 19.754, registrou o capital inicial de Cr\$ 300.000,00, tendo sido subscritas, no ato; Cr\$ 154.400,00, dos quais Cr\$ 153.000,00 pelo Governo Estadual, mas desse montante apenas foi realizado de imediato 15%.

Propunha-se a nova instituição a:

Projetos a executar:

- obras complementares de infra-estruturas;
- criação de centros pesqueiros;
- pesquisa, prospecção e avaliação dos recursos naturais existentes ao longo da costa marítima;
- ministração de ensino profissional;
- fomento de plantas tecnológicas
- assistência financeira e técnica às empresas e às cooperativas pesqueiras;

g) frigorificação e distribuição do pescado;

h) promoção da atividade e do consumo da pesca;

i) industrialização do pescado;

j) indústria naval.

Como indústria da pesca, na forma do artº 18 do Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967:

a) incrementar a pesca e sua industrialização;

b) receber recursos e aplicar no desenvolvimento da pesca;

c) promover estudos e projetos com objetivo do desenvolvimento da pesca;

d) dar aval e garantia em empréstimos a empresas que operem no ramo de pesca;

e) promover a instalação de frigoríficos, fábricas de gelo, indústria de aproveitamento do pescado e material de embalagem destinado à pesca;

f) idem, barcos e instalações portuárias;

g) subscrever ações de companhias que tenham o mesmo objetivo.

Convenhamos que a modéstia do capital social, mesmo depois das elevações efetuadas, não permitia a execução de programas tão audaciosos, sobretudo levando-se em conta que, para o fiel desempenho das atividades em causa, seria necessária uma equipe de pessoal numerosa e de alto gabarito, difícil ou até impossível de ser recrutada em nosso limitado mercado de trabalho.

A despeito dos esforços empreendidos no sentido de evitar que a situação da empresa se tornasse insustentável do ponto de vista econômico-financeiro, não foi possível alcançar esse propósito e, por isso, decidiu o Governo, sem tardança, promover sua liquidação, o que foi objeto de proposta na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 1976, quando foi aprovada a imobilização do liquidante e ocorreu sua posse.

Desde então a COPESA se encontra nesse estado de liquidação prevendo-se, para breve, pois, sua dissolução.

COPESA — COMPANHIA DE PESCA DO

ESPIRITO SANTO

BALANÇO DE LIQUIDAÇÃO

A T I V O

VALORES DISPONÍVEIS

Em Caixa e Bancos		29.024,15	
-----------------------------	--	-----------	--

VALORES A RECEBER

Duplicatas	317.678,60		
Devedores Diversos	12.000,00	329.678,60	

VALORES A VENCER

Mercadorias		270.456,51	
-----------------------	--	------------	--

BENS A VENDER

Veículos	225.523,99		
Móveis e Utensílios	266.682,02		
Edifício e Instal. Peixão	723.830,05		
Entrepasto Guarapari	121.106,84		
Maquinário Encaixotado	42.986,98		
Barcos Pesca e Pertences	1.224.119,01		
Ações	184.913,76	2.789.162,65	3.418.321,91

BENS VINCULADOS A APV

TOTAL LIQUIDO APURAVEL 3.418.321,91

Instalações Armazém nº 1	658.336,50		
Instalações Industriais	814.777,73		
Fábrica de Gelo	694.149,91	2.167.264,14	

BENS EM GARANTIA — HIPOTECA

Copesa VI		1.160.511,43	
---------------------	--	--------------	--

BENS EM CONTESTAÇÃO

Copisa	220.000,00		
Terreno em B. Ferreira	406.480,35	626.480,35	3.954.255,92

VALORES A DESCONTAR

TOTAL DO ATIVO REAL 7.372.577,83

Adiantamº a Funcionários		89.806,69	
Salário Família — INPS		14.956,60	104.763,29

PREJUÍZOS

Operacionais		4.249.567,10	
Certificados		6.663.338,61	10.912.905,71

P A S S I V O

TOTAL DO ATIVO 18.390.246,83

CREDORES PREFERENCIAIS

DIREITO TRABALHISTA

Em Pendência Judicial	578.503,37		
Provisão p/Pessoal Ativo	809.408,00		
Pensão Alimentícia	131,01	1.388.042,38	

TRIBUTOS

Imposto de Renda

Processo Julgado	2.238.696,09		
Retenção na Fonte	45.716,14	2.284.412,23	

ICM

Cobrança Judicial	1.632.677,77		
Julgo em 1ª e 2ª instância	296.116,87		
Notificação	692.139,81	2.620.934,45	

IMPOSTOS MUNICIPAIS

Em Cobrança Judicial		115.515,00	
--------------------------------	--	------------	--

INPS

Notificação		575.759,64	
-----------------------	--	------------	--

FUNRURAL

Em execução c/Penhora	292.571,84		
Ipase	375,00		
Pasep	165.549,78	7.443.160,32	

CREDORES QUIROGRAFARIOS

Fornecedores	1.428.970,11		
Credores Diversos	5.600,00		

FINANCIAMENTOS

Bandes — c/Hipoteca	859.619,16		
Banestes	700.000,00	1.559.619,16	2.994.189,27
Capital Realizado			7.945.870,00
Reserva			7.027,24

TOTAL DO PASSIVO 18.390.246,83

Atestamos a exatidão do presente Balanço cujos valores correspondem aos Bens e Direitos contabilizados e constantes dos inventários anexos.

JARBAS VIEIRA DE CARVALHO
Liquidante

PAULO DEPS
TC-CRC-ES nº 2.604

HERMÓGENES LIMA FONSECA
Assessor Contábil — Contador — CRC-ES nº 183

Vitória, 30 de Novembro de 1976

CIA. DE PESCA DO ESPÍRITO SANTO — COPESA

BALANÇO ENCERRADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 1976

A T I V O**DISPONIVEL****CAIXA GERAL**

100.01	Caixa Matriz		293,80	
--------	------------------------	--	--------	--

BANCOS C/MOVIMENTO

101.01	Banco do Brasil S/A	377,15		
101.02	BANESTES Matriz	28.065,50		
101.07	Banco Real S/A — Guarapari	287,70	28.730,35	29.024,15

REALIZAVEL**CRÉDITOS A RECEBER**

150.02	Duplicatas a Receber	317.678,60		
150.03	Conta a Receber — COPESA	220.000,00		
150.04	Adiantamto a Funcionários	89.306,69		
150.07	Salário Família	14.956,60		
150.08	Devedores Diversos	12.000,00	654.441,89	

ESTOQUE			
151.02.01	Estoque Matriz	270.456,51	
ACIONISTAS			
200.01	Capital a Realizar	2.054.130,00	2.979.028,40
IMOBILIZADO TÉCNICO			
MATRIZ			
250.01.01	Imóveis — Terreno B/Ferreira	406.480,35	
250.01.02	Fábrica de Gelo	634.149,91	
250.01.03	Instalações Industriais	814.777,73	
250.01.04	Instalações Administ.	658.336,50	
250.01.05	Maquinário a Instalar	42.986,98	
250.01.06	Móveis e Utensílios	266.682,02	2.883.413,49
VILA RUBIM			
250.02.01	Imóveis	483.178,71	
250.02.02	Instalações	137.285,05	
250.03.03	Móveis e Utensílios	103.364,29	723.830,05
GUARAPARI			
250.03.01	Imóveis	33.923,80	
250.03.02	Instalações Industriais	77.523,04	
250.03.03	Móveis e Utensílios	9.660,00	121.105,84
VEICULOS			
250.05.01	Caminhões Térmicos	107.976,29	
MAQUINARIOS TÉRMICOS			
250.06.01	Carrocerias Térmicas	57.547,70	
COPESA BANCÁRIA			
250.07.01	Banco COPESA I	158.747,57	
250.07.02	Banco COPESA II	111.378,69	
250.07.03	Banco COPESA III	169.370,63	
250.07.04	Banco COPESA IV	192.735,15	
250.07.05	Banco COPESA V	364.684,56	
250.07.06	Banco COPESA VI	1.110.544,43	2.154.405,00
APARELHOS P/BARCOS			
250.08.01	Peças e Acessórios	227.221,81	
VINCULAÇÕES			
251.02.01	Participações Sociais	5.000,00	
251.02.02		500,00	
251.02.03	Ações d/Outras Cias.	139.753,54	
251.02.04	Eletróbrás Lei 4156/62	39.650,22	184.913,76
			6.523.418,57
RESULTADOS PENDENTES			
VALORES COMPLEMENTARES			
302.01	Prejuízos Operacionais	4.249.567,10	
302.02	Vendas Certificadas	6.663.338,61	10.912.905,71
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
350.00	Ações Caucionadas		300,00
TOTAL DO ATIVO			20.444.676,83

PASSIVO**EXIGIVEL**

600.01	Fornecedores		1.428.970,11	
--------	------------------------	--	--------------	--

EMPRÉSTIMOS BANCARIOS

600.02.02	BANESTES Matriz	700.000,00		
600.02.03	Financiamento BANDES	859.619,16	1.559.619,16	

CONTAS A PAGAR

601.02	Previdência Social	575.759,64		
601.03.01	IRF — Assalariados	30.737,49		
601.03.02	IRF — Autônomos	13.543,39		
601.03.03	IRF — Pretes	1.435,26		
601.05	FUNRURAL	292.571,84		
601.06	Credores Diversos	5.600,00		
601.07	IPASE	375,00		
601.08	Ana Brandão	131,01		
601.10	PASEP	165.543,78		
601.11	ICM	2.620.934,45		
601.12	ISS	115.515,00		
601.14	IRF — Pessoa Jurídica	2.238.695,09		
601.15	Credores em Litígio	578.503,37		
601.16	Provisão p/Indust. Traba.	809.408,00	7.448.760,32	10.437.349,59

INEXIGIVEL**PATRIMÔNIO**

700.01	Capital Autorizado		10.000.000,00	
--------	------------------------------	--	---------------	--

RESERVAS

701.01	Reserva Legal	3.100,00		
701.02	Reserva p/Aum. Capital	3.927,24	7.027,24	10.007.027,24

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

800.00	Ações Cauçionadas			300,00
--------	-----------------------------	--	--	--------

TOTAL DO PASSIVO			20.444.676,83	
-----------------------------------	--	--	----------------------	--

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO, encerrado em 30 de Novembro de 1976.

Vitória, 30 de Novembro de 1976

JARBAS VIEIRA DE CARVALHO
Liquidante

HERMÓGENES LIMA FONSECA
CRC-ES 183

PAULO DEPS
CRC-ES nº 2.604

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Como membro do Conselho Fiscal da COPESA — CIA. DE PESCA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, o Balanço final de Liquidação, verificando o trabalho realizado pela Contabilidade corrigindo as irregularidades encontradas, justificadas em circunstância do relatório, o qual confirmo a exatidão.

Vitória, 15 de Dezembro de 1976

JÚLIO CESAR PAGANI
Conselheiro

1976

EMPRESA CAPIXABA DE TURISMO S. A.

determinados pela política de turismo do Governo do Estado, ampliando o seu relacionamento com os órgãos nacionais que tratam da matéria e, a âmbito interno, dentro dos recursos que lhe foram colocados à disposição, procurou criar maiores oportunidades turísticas para o Estado do Espírito Santo.

Destaque-se ainda que a Empresa Capixaba de Turismo, malgrado as mudanças que se verificaram em sua diretoria, manteve intacto o seu programa traçado para 1976, excetuando-se o projeto da "Clínica Radium Hotel Recuperação S/A", que entrou num processo de paralisação, levando-se em consideração que a Empresa não tinha recursos para levá-lo adiante, depois de ter sido negado o financiamento anteriormente previsto pelo FINEP.

ASPECTOS FINANCEIROS

Através de um rígido controle do programa de aplicação de seus recursos, a EMCATUR fechou o ano de

1975 numa situação econômica-financeira que poderia ser qualificada como estável. Dispondo notoriamente de poucas fontes de receita, a Empresa viu-se na contingência de reduzir os seus gastos ao mínimo indispensável, dispensando as chamadas despesas supérfluas.

Para tanto a EMCATUR dispôs até 31/12/1976, dos seguintes Recursos:

	Cr\$
1 — Recurso do Estado para aumento de Capital	1.450.000,00
2 — Recebido da COMDUSA — Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano ref. parte da venda da EMESA	1.214.711,00
3 — Receita Operacional — Radium Hotel	1.268.365,46
4 — Receita Convênio "CONESTUR & EMCATUR" para suporte administrativo	1.710.971,99
5 — Outras Receitas	392.586,45
6 — Receita de Dividendos da Petrobrás	225.957,93
7 — Receita de Bonificação da Petrobrás	319.626,00

EVENTOS

Em 1976 teve uma efetiva participação em eventos turísticos realizados no Espírito Santo, alguns através da colaboração técnica emprestada por seu pessoal especializado e em outros mediante sua presença financeira e técnica.

Assim sendo, a EMCATUR ofereceu a sua colaboração técnica para a realização da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, realizada nesta Capital no dia 3 de janeiro de 1976. Também esteve presente ao II Torneio de Pesca Oceânica, realizado em Vitória, tendo, inclusive, participado financeiramente da iniciativa.

Além dos dois anteriormente citados esteve presente também, seja através da colaboração técnica ou mediante assistência, aos seguintes eventos a nível regional:

- a) Feira de Arte, realizado em Guarapari, a 15 de Janeiro;
- b) Concurso de Escultura em Areia, também em Guarapari, a 18 de janeiro de 1976;
- c) Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, em Barra de Itapemirim;
- d) I Painei de Desenvolvimento do Estado, de 12 de março a 21 do mesmo mês, realizado em Vitória;
- e) Festa de São Roque, com a Encenação da Paixão de Cristo, de 16 a 17 de abril, na localidade de São Roque;
- f) Feira de Arte-Um, realizada em Vitória, numa promoção conjunta com a Fundação Cultural;
- g) Feira de Arte-Dois, realizada em Vitória, no período de 4 a 9 de setembro;
- h) Feira Permanente de Artesanato, iniciada a 10 de outubro, em Vitória e funcionando até a presente data. A participação financeira da EMCATUR nos eventos anteriormente citados superou a casa dos Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros);
- i) Feira dos Municípios — Patrocinada pela Unidade Comunitária de Integração Social, a VI Feira dos Municípios foi executada pela EMCATUR, seguindo a coordenação da UCIS;
- j) Ornamentação natalina — Em colaboração com a Prefeitura Municipal de Vitória a EMCATUR promoveu a ornamentação da Cidade com motivos natalinos no mês de dezembro.

A Empresa participou ainda do Congresso promovido pela Associação Brasileira de Agentes de Viagens — ABAV —, realizado em Fortaleza, e do Seminário Internacional de Recursos Humanos, em São Paulo.

POSTOS DE INFORMAÇÃO

Durante todo o ano que passou o posto de informação instalado pela Empresa Capixaba de Turismo no Aeroporto Eurico Salles teve funcionamento normal e ininterrupto, prestando todo e qualquer tipo de informação às milhares de pessoas que o procuraram.

No período de 7 de outubro a 13 de novembro a Empresa promoveu um curso de treinamento especial para as recepcionistas do posto, através do CENESTUR.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

As atividades desenvolvidas pela Empresa, e a divulgação dos principais eventos turísticos do Espírito Santo foram feitas através da distribuição de "press-releases" à imprensa falada, escrita e televisada de todo o país.

CENESTUR

A EMCATUR promoveu no ano passado a implantação do Centro Estadual de Treinamento de Recursos Humanos — CENESTUR, de conformidade com a Resolução nº 55 de 26/8/76 do CONESTUR, que terá sua existência e finalidade programadas para os exercícios de 1977 e 1978, e se destina à captação dos recursos humanos disponíveis na área, necessárias ao desenvolvimento das atividades do setor turismo, a nível regional. Com efeito, notava-se um crescente déficit na formação de mão de obra especializada para atuação nas atividades turísticas e o CENESTUR preencherá os requisitos necessários, para que se obtenham resultados tão imediatos quanto possível através de programas de valorização e formação de recursos Humanos.

Contando com a decisiva colaboração da Empresa Brasileira de Turismo, cujos técnicos e diretores aqui estiveram ministrando aulas para os elementos que se matricularam no CENESTUR. O programa tem se desenvolvido normalmente. A Empresa Capixaba de Turismo, além de oferecer sua colaboração técnica, deu suporte financeiro à iniciativa, investindo no primeiro semestre de 1976, primeira etapa da programação.

AVALIAÇÕES

Ainda no exercício anterior, promoveu duas pesquisas de fluxo turístico. A primeira, mais ampla, destinada a avaliar a demanda turística em Guarapari, oportunidade em que foram feitas 72.733 entrevistas com turistas de vários Estados que convergiram para o balneário e a segunda, destinada a promover um estudo preparatório sobre as potencialidades turísticas de montanha, com a realização de entrevistas ao longo da BR-262. A EMCATUR promoveu ainda um levantamento da oferta turística de 15 municípios capixabas, localizados nas zonas prioritárias ao turismo.

EMBRATUR

Em meados do ano a EMCATUR iniciou entendimentos com a Empresa Brasileira de Turismo, objetivando sua participação mais efetiva no processo de deslançamento do turismo a nível regional. Este relacionamento será de vital importância para execução de projetos programados a que deverão ter, a partir de 1977 os seus desdobramentos, incluindo-se, entre eles, a construção de um hotel em Santa Teresa.

Assim que assumiu a presidência da EMCATUR o seu presidente, esteve no Rio de Janeiro, mantendo contatos com o presidente da EMBRATUR, oportunidade em que foram debatidos assuntos relacionados com a construção do Hotel de Santa Teresa e com as reformas que a empresa pretende executar no Radium Hotel de

Guarapari. A EMBRATUR não apenas se sensibilizou pelas duas iniciativas, como se manifestou disposta a participar dos referidos empreendimentos, através de empresas subsidiárias. A participação da EMBRATUR se daria através de subscrição de ações dessas subsidiárias — que depois transferiram os empreendimentos para grupos particulares — e nessas deverá constar o patrimônio do Centro de Convenções de Guarapari. A fórmula de participação societária por parte da EMCATUR é muito simples, já que, além do Centro de Convenções, ela poderia ingressar na sociedade com o Radium Hotel. Os entendimentos prosseguem neste sentido.

Esclareça-se, por outro lado, que a FUNGETUR aplicará no primeiro semestre de 1977, no Espírito Santo, a importância de 15 milhões de cruzeiros em financiamento para projetos turísticos.

Por outro lado, a EMBRATUR cedeu à EMCATUR, sob forma de comodato, um trailer que será utilizado para a realização de pesquisas de fluxo turístico no Estado.

PORTO DE SÃO MATEUS

A Empresa manteve vários entendimentos na área da EMBRATUR e junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN — para que o porto de São Mateus seja incluído dentro do programa de atividades do IPHAN, dentro do espírito do que será o futuro Patrimônio Turístico Nacional. Nesse sentido, foi encaminhada à EMBRATUR e ao IPHAN toda a documentação constante sobre o porto de São Mateus, através de trabalho realizado pela Fundação Cultural, com informações pormenorizadas sobre o logradouro, fotos, prédios a serem tombados, etc.

INTERCAMBIO TURÍSTICO

Reputo de grande importância para o desenvolvimento turístico do Estado o protocolo de Assistência mútua, celebrado entre a EMCATUR e a Prefeitura do Rio de Janeiro, no qual se comprometem as partes interessadas em promover o intercâmbio turístico entre aquela cidade e o Espírito Santo.

Durante todo o exercício o Centro de Convenções esteve franqueado para realização de seminários e programações similares, funcionando como excelente ponto de apoio para o município de Guarapari, em seus períodos de baixa temporada turística. Em 1976, o Centro de Convenções foi palco dos seguintes seminários, além de outras reuniões:

— 20 a 25 de março — Encontro de pesquisadores e produtores do sistema de produção de banana, promovido pela EMCAPA.

— 27 de março — Assembléia Geral da FELEME, Cooperativa de Crédito.

— 26 a 30 de abril — I Simpósio Internacional de Telecomunicações.

— 16 a 20 de julho — XIII Reunião da Associação Brasileira de Odontologia e IV Reunião de Dirigentes de Faculdades de Odontologia.

— Outubro — Encontro de professores primários, promovido pela UFES.

DISPÊNDIOS DO EXERCÍCIO

Ao longo do exercício financeiro de 1976 a Empresa Capixaba de Turismo pautou a sua atividade por um controle de sua despesa, a fim, de se manter dentro dos limites permitidos por seus recursos. Além de continuar com o quadro reduzido de empregados — os que solicitaram demissão não tiveram seus cargos preenchidos, o mesmo acontecendo com os empregados dispensados — a Empresa restringiu os seus gastos em todas

as áreas de sua atuação, o que poderá ser apreciado com a leitura dos números abaixo:

	Cr\$
1) Despesas Administrativas, tributárias, Financeiras e Eventuais	2.819.551,30
2) Despesas Operacionais — Radium Hotel	1.719.979,79
3) Participação em Eventos — Culturais e Esportivos	945.944,76
4) Participação em Congressos	21.309,85
5) Propaganda, Publicidade e Promoções	389.986,11

RADIUM HOTEL

O Radium Hotel de Guarapari funcionou em 1976 razoavelmente já que os estudos com vistas ao fechamento, para dar lugar à implantação da Clínica Radium Hotel talvez tenham provocado, durante um certo período do ano, reflexos negativos sobre sua receita. Várias agências de viagens deixaram de programar a hospedagem de seus "tours" no Radium em decorrência de correspondência que haviam recebido, comunicando a cessação de suas atividades.

Afastada tal hipótese, normalizou-se o fluxo de hospedagem. De qualquer forma, mesmo apresentando prejuízo, o resultado pode ser considerado positivo, se levarmos em consideração o aspecto anteriormente citado e, também, o fato de que a Empresa foi obrigada a reduzir drasticamente a folha de empregados pagando, no exercício, indenização no valor de Cr\$ 262.933,24 (duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e trinta e três cruzeiros e vinte e quatro centavos).

Durante o exercício, o Radium Hotel apresentou uma receita de Cr\$ 1.268.865,46 (um milhão, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros e quarenta e seis centavos) e uma despesa de Cr\$ 1.719.979,79 (um milhão, setecentos e dezenove mil, novecentos e setenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos).

Torna-se, no entanto, mais do que evidente que o Radium Hotel está a necessitar de urgentes reformas em sua estrutura, de molde a torná-lo efetiva fonte de receita para a Empresa.

PATRIMÔNIO

Durante o exercício que findou, a EMCATUR aumentou seu patrimônio, através da obtenção da Ilha do Imperador, na Lagoa Juparanã. O processo já se encontra em fase final no Departamento de Terras do Estado, para que seja lavrada a escritura definitiva. O novo imóvel se destinará a um projeto eminentemente turístico, do qual a empresa participará societariamente.

Por outro lado, a empresa iniciou entendimentos com o Domínio da União, objetivando a cessão gratuita por aforamento do imóvel constituído de um pequeno arquipélago na Praia da Costa, município de Vila Velha, formado pelas ilhas dos Cardos, Sapo, Porco, da Mona e da Montimba.

Houve, também, um considerável acréscimo em seu acervo de ações da PETROBRÁS. Esclareça-se que este ano nenhuma ação foi negociada em Bolsa, o que permitiu usufruir dividendos da ordem de Cr\$ 225.957,98 (duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete cruzeiros e noventa e oito centavos), além de uma bonificação de mais 319.626 ações, todas cotadas a Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), preço inferior ao do mercado de compra e venda. Com isso, a Empresa, que possuía em janeiro de 1976 um total de 1.768.866 ações fechou o ano com um volume de 2.088.492 ações.

FABRICA DE TECIDOS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S/A

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A produção industrial da empresa, no presente exercício, foi de 1.978.491 metros de tecidos

Para desenvolver a produção acima, a Fábrica manteve durante o ano o seguinte quadro de empregados, incluindo a parte administrativa:

Janeiro	295	Agosto	290
Fevereiro	293	Setembro	294
Março	299	Outubro	294
Abril	285	Novembro	278
Maio	284	Dezembro	260
Junho	286		
Julho	293	Média mensal:	287,5

Apesar de a empresa pagar salários modestos, o custo industrial é bastante elevado, considerando-se o de outras empresas similares, em consequência de sua maquinaria ser obsoleta e de pouquíssimo rendimento.

No que diz respeito à matéria prima, a administração enfrentou as maiores dificuldades para manter a indústria em funcionamento, face a crise existente no mercado nacional de algodão, que redundou na elevação desenfreada do custo do produto. A produção capixaba praticamente não existiu, bastando citar que a safra de 1975 foi de 570.000 kg aproximadamente e a de 1976 não atingiu a 15.000 kg.

É importante frizar que o algodão produzido neste Estado, sempre foi o sustentáculo da empresa, pois além de custar em média 40% menos, é de superior qualidade.

Diante dos problemas acima, e carecendo de há muito de capital de giro próprio, administração fez verdadeiro prodígio ao enfrentar a manifesta má vontade dos fornecedores do Rio e São Paulo, a exigirem preços asfixiantes de até Cr\$ 600,00 a arroba do produto, sabendo-se que a sua cotação no início do ano era de aproximadamente Cr\$ 130,00 a arroba.

COMERCIALIZAÇÃO

As vendas da empresa no presente exercício, atingiram o montante de Cr\$ 11.423.033,51, assim distribuído:

Janeiro	499.809,99
Fevereiro	730.634,38
Março	925.741,47
Abril	1.032.901,76
Maio	1.056.051,83
Junho	1.004.268,80

Julho	1.197.503,52
Agosto	1.215.260,11
Setembro	1.350.187,42
Outubro	1.212.954,93
Novembro	558.468,98
Dezembro	639.250,32

Até o mês de outubro a maior parte da produção foi colocada. Contudo, nos dois últimos meses do ano, as vendas caíram 70% (setenta por cento), o que agravou as dificuldades da direção da Fábrica, pois que, como é sabido em novembro e dezembro ocorre sempre o maior descalxe financeiro das empresas provocado pelo pagamento do 13.º salário de seus empregados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 — Com o propósito de atender às exigências da ESCELSA — Espírito Santo Centrais Elétricas S/A., com respeito ao fornecimento de energia a esta indústria, foi construída e colocada em funcionamento a nova cabine de força, dotada de transformadores, disjuntor e demais materiais elétricos, dentro dos padrões daquela subsidiária da Eletrobrás, providência que veio trazer uma economia de Cr\$ 5.000,00 de aluguel de transformador à Escelsa, mensalmente.

2 — Em face da inexistência de safra algodoeira no Estado no corrente ano a TESISA não pode colocar em funcionamento as instalações da Cia. de Óleos Araribóia, que lhe vem sendo arrendadas há alguns anos, pois a quantidade de sementes oriunda da pequena safra, não foi suficiente nem mesmo para o plantio de nova lavoura.

Como se vê, já não há condições de o Governo continuar mantendo em sua estrutura administrativa um órgão cronicamente deficitário e sem perspectiva de recuperação.

A extinção da indústria ou sua alienação seria a medida certa e adequada para solução da questão, pois que, sem dúvida, a situação econômica-financeira da empresa tende a agravar-se, onerando cada vez mais o erário estadual.

Mas, qualquer das duas hipóteses existentes pelo menos tem sido este o resultado dos estudos a que o assunto tem sido submetido — criaria grave problema social, dado o limitado mercado de trabalho de Cachoeiro de Itapemirim, que não tem capacidade de absorver mão de obra daquela espécie, nem mesmo a não qualificada, salvo raras exceções.

A conjuntura em que se encontra a empresa, porém, não deve perturbar. Os estudos continuam e o Governo espera, tão breve quanto possível, encontrar a decisão ideal inspirada em critério justo, sobretudo humano.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR
E DOS TRANSPORTES

A Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes é a denominação que a Secretaria de Serviços Públicos Especiais tomou em decorrência da Lei n.º 3.043/75, cabendo-lhe planejar, coordenar, executar, controlar e fiscalizar a infra-estrutura física do Estado. Para executar essa política, a SEIT conta com os seguintes órgãos descentralizados mas a ela vinculados:

- Administração do Porto de Vitória (APV);
- Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN);
- Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano (COMDUSA);
- Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER);
- Departamento de Edificações e Obras (DEO).

No exercício de 1976, deu-se continuidade aos programas já traçados, não havendo absorção de novas atribuições, apesar de contatos haverem sido mantidos.

A nível de execução programática, a nova Secretaria contará com os:

- a) Departamento de Planejamento dos Sistemas Viários (DSV);
- b) Departamento de Obras de Infra-Estrutura (DIE);
- c) Departamento de Controle de Concessões (DCC); e
- d) Departamento de Coordenação dos Fundos Especiais (DFE).

A Secretaria contará com uma estrutura administrativa simples e flexível, voltada, também, para as suas características de ordenação e articulação das políticas ditadas aos órgãos vinculados.

Sobre o transporte urbano aquaviário e rodoviário e na área de eletrificação rural, sua ação se processou diretamente, sem qualquer intermediação das entidades descentralizadas.

Aquaviário

Adquiridas para atracação de navios e transportes de pessoal de capatazia, as lanchas da Administração do Porto de Vitória vem realizando, desde 1969, o transporte de passageiros em massa, no canal do Porto de Vitória.

Transportando por dia, em média, 6.200 pessoas, continente X ilha e vice versa, tornaram-se indispensáveis, inserindo-se nas modalidades de transporte do capixaba.

Não podendo, porém, a Administração do Porto de Vitória continuar a explorar tal tipo de serviço, viu-se, então, o Estado obrigado a avocar a si essa responsabilidade, levando, também, em consideração as soluções propostas pela Fundação Jones dos Santos Neves no Programa Global de Transportes, que destaca a importância da modernização do sistema aquaviário, como forma de impedir que um maior número de veículos circule no já estrangulado sistema viário.

Coube à Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes, pois, encetar as medidas necessárias à remodelação da linha Paul-Centro, considerada "o embrião de um sistema que deve ser estimulado a crescer".

Como passo inicial, foi firmado um convênio com o Governo Federal, que assegurou sua contribuição pela EBTU — Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — a importância de Cr\$ 4,5 milhões e, paralelamente, foram alocados recursos para as demais obras e serviços recentemente iniciadas.

Através de licitação pública, foi contratada com a firma ESTAI — Escritório de Serviços Técnicos e Assessoria Industrial — o projeto para construção de uma embarcação que atenda a contento aos usuários.

Em julho de 1977, o Governo do Estado pretende entregar ao público o novo serviço, já estando prevista a implantação de terminais em Porto de Santana, Praia, Suá e Santo Antônio.

Terceira Ponte

Em 20.02.76, após licitação de âmbito nacional realizada em novembro de 1975, foi firmado entre a COMDUSA e o Escritório Técnico J.C. de Figueiredo Ferraz contrato para a elaboração do projeto básico da Terceira Ponte, no valor de Cr\$ 10.053.783,46.

A entrega do projeto que deveria ocorrer em 20.11.76, só em fevereiro último se efetivou, pois dificuldades surgidas durante a fase de aprovação na área federal a que o assunto está afeto, quanto a localização proposta pela Consultoria e aprovada pelo Governo do Estado, adiaram o cumprimento do prazo previsto inicialmente.

Além do acompanhamento que se faz do desenvolvimento do projeto, outras medidas importantes foram tomadas durante o ano, visando a viabilização de recursos financeiros para a construção da obra. Os vários e sucessivos contatos mantidos com órgãos do Governo Federal dão-nos a convicção de que, mesmo considerando as dificuldades financeiras apontadas para o próximo ano, o início da construção poderá ocorrer até junho de 1977, uma vez que a importância da obra já foi reconhecida pelo Governo Federal, não só pelo seu caráter de agente de ordenamento urbano, mas também por representar indispensável apoio ao desenvolvimento industrial da micro região homogênea de Vitória.

Foi concluída a aquisição do controle acionário da EMESA — Empreendimentos Minas-Espírito Santo S.A. — e tomadas as primeiras providências para implantação do projeto da Cidade do Sol.

O Centro de Vivência de Guarapari teve seu projeto regularizado, o que possibilitará levantamento de recursos financeiros necessários a sua execução.

A COMDUSA aplicou, no exercício de 1976, a importância de Cr\$ 62.579.843,00 (sessenta e dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros).

DEO — DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS

O Departamento de Edificações e Obras — DEO — manteve sob seu controle 72 obras, sendo que destas 48 foram concluídas, 20 estão em andamento e 04 se encontram paralizadas.

As concluídas são, a seguir, descritas.

Em Vitória:

- Centro de Estudos da Saúde Pública;
- Instituto Médico Legal;
- Super-estrutura do bloco A da Secretaria de Estado da Educação e estaqueamento do prédio;
- ampliação da sede do DETRAN;
- reforma da antiga sede do DETRAN;
- reforma da Assembleia Legislativa;
- reforma no Palácio Anchieta;
- reforma do Centro de Saúde de Maruípe;
- adaptação no Edifício das Fundações para a Secretaria Extraordinária de Comunicação Social;
- reforma da Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo;
- Sede do IPAJM.

Terminal Rodoviário

Apresenta-se como problema urgente a construção de um terminal rodoviário na micro região homogênea de Vitória.

Como a Grande Vitória se compõe de cinco municípios, três situados no continente sul (Vila Velha, Cariacica e Viana), um no continente norte (Serra) e um insular (Vitória), o empreendimento terá que atender a essa peculiaridade, levando, ainda, em consideração que essa estação abrigará todo o fluxo intermunicipal e interestadual por ser Vitória a capital do Estado.

Passando para a área de competência da Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes a solução do problema, foram adotadas as seguintes medidas:

— Contratação de estudos de localização, dimensionamento e outros com a Fundação Jones dos Santos Neves, e

— assinatura de convênio de cooperação e compromisso do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos com o Governo do Estado, para a realização de estudos, anteprojeto, projeto de engenharia final e execução das obras de implantação.

O trabalho da Fundação encontra-se em fase de relatório dos estudos de localização e dimensionamento.

Aeroporto

O Estudo de Localização do Novo Aeroporto de Vitória relatório final, foi aprovado pelo Ministério da Aeronáutica, ficando concluída a primeira etapa dos trabalhos confiados à responsabilidade do Governo do Estado.

Eletificação Rural

Em 17.12.75, a Secretaria assinou convênio de re-eletificação a convênio assinado em 05.07.74, que mereceu reformulação face à defasagem verificada entre o planejamento e a efetiva execução. O convênio primitivo previa o atendimento de 580 km de Linhas de Distribuição em 72 localidades a um custo de Cr\$ 10.638.000,00 (dez milhões e seiscentos e trinta e oito mil cruzeiros). A reformulação reduziu os objetivos básicos para 240 km de LDRs e atendimentos de 60 localidades em RDs, sem que isso significasse a manutenção dos recursos financeiros inicialmente previstos. Ao contrário, mesmo limitando o elenco de obras, foi preciso alocar recursos adicionais de Cr\$ 11.482.000,00 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil cruzeiros), ou seja, um valor superior ao total comprometido inicialmente.

O referido convênio, com algumas obras concluídas em 1974 e 1975, foi totalmente encerrado em 1976, perfazendo um total de 1.278 postes de RD e 131 km de LD. Beneficiaram-se várias localidades nos municípios de Anchieta, Atílio Vivacqua, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Guarapari, Linhares, Nova Venécia, Rio Novo do Sul, São Mateus e Viana.

Estratégia de Ação

A necessidade de correção da sistemática utilizada pelo Governo do Estado — Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes na aplicação dos recursos do IUEE, procurando evitar as distorções apresentadas no convênio supra referido, assinado em 1974 e concluído, após alterações, só em fins de 1976, levou a Secretaria a uma nova estratégia na montagem de seus planos, objetivando fazer chegar a eletricidade ao homem do campo de forma racional e econômica, atendendo às prioridades estabelecidas no I PDE e II PND.

As medidas adotadas pela Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes, após exame do comportamento desenvolvido pelo Governo Estadual na eletificação rural, sugeriu a reformulação dos métodos existentes, de forma a garantir ao Estado o efetivo comando da realização dos investimentos e assegurando sua aplicação racional. O não atendimento gradativo de solicitações de caráter particular ou de interesses econômicos isolados, no investimento em linhas de distribuição rural, conduziu a Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes a adoção de novos critérios, que propiciaram alcance de novos índices e atendimento político econômico bastante satisfatórios.

Dentro dessas diretrizes, firmaram-se, em 1976, os seguintes convênios com as concessionárias:

a) Projeto para estabelecer o Planejamento de Eletificação Rural para o Estado do Espírito Santo, com custo previsto de Cr\$ 3.200.000,00;

b) Programa Gerencial de Distribuição de Energia Elétrica com custo previsto de Cr\$ 2.500.000,00.

c) Projeto para incremento de ligações de linhas troncos existentes, na área da ESCELSA, custo previsto de Cr\$ 1.656.220,00;

d) Projeto para construção de 260 km de novas linhas troncos na área da ESCELSA, custo previsto Cr\$ 14.140.000,00;

e) Projeto para construção de linhas de distribuição rural na zona cacauzeira de Linhares e São Mateus, recursos CEPLAC e Governo do Estado, custo previsto de Cr\$ 2.000.000,00;

f) Projeto para construção de 120 km de novas linhas troncos na área de Santa Maria, custo previsto de Cr\$ 7.761.440,00.

Detalhamento dos Projetos

1. Projeto para estabelecer o "Planejamento de Eletificação Rural para o Estado do Espírito Santo"

Este programa utiliza, como já mencionado, recursos de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões, duzentos mil cruzeiros), patrocinados integralmente pelo Governo do Estado, para contratação de uma empresa especializada, com objetivo de fins de março efetuar estudos de planejamento abrangendo:

I — Mercado Consumidor Rural do Espírito Santo:

Dados obtidos, avaliação do mercado consumidor e previsão;

II — Plano de Suprimento:

Definição da Política de Eletificação, necessidades energéticas, plano anual de suprimento, integração com o sistema ESCELSA, viabilidade econômica e programa financeiro;

III — Soluções Técnicas:

Padronização construtiva — componente e composições, custos típicos, anteprojetos para o ano de 1977 do plano de suprimento.

Para atingir os resultados propostos o projeto deverá:

— criar um banco de dados eletro-agro-econômicos do Estado, subdividido em quadriculados de 10 por 10 Km;

— com as informações disponíveis, estabelecer a previsão das necessidades de energia e as prioridades clássicas de atendimento;

— estabelecer o esquema elétrico de suprimento;

— criar uma sistemática de atualização do banco de dados de forma a, pela ocorrência de eventos futuros, reprogramar as prioridades dentro dos mesmos critérios.

2. Programa Gerencial de Distribuição de Energia Elétrica

Este programa utiliza recursos de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) e tem por objetivo primordial, o estabelecimento de um sistema gerencial para a Distribuição de Energia Elétrica nas áreas dos municípios que integram a Grande Vitória com a elaboração de um mapeamento em coordenadas UTM e a criação de um banco de dados que reflita a imagem das redes; permita o acompanhamento constante de evolução de cargas e forneça os dados para planejamento dos sistemas elétricos exigidos para instalação de novas cargas industriais, residenciais, etc., na área urbana.

3. Projeto para incremento de ligações em linhas tronco existentes:

O Estado participou com recursos de Cr\$ 1.656.220,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil, duzentos e vinte cruzeiros), para execução no período de julho a dezembro de 1976 de ramais de ligação de 449 consumidores. Prevê-se a construção de cerca de 75 Km de ramais.

4. Projeto para construção de 260 Km de novas linhas tronco na área da ESCELSA

Este projeto utiliza recursos de Cr\$ 14.140.000,00 (quatorze milhões, cento e quarenta mil cruzeiros), patrocinados integralmente pelo Governo do Estado e provenientes de quotas do IUEE, (Imposto Único Sobre Energia Elétrica) para:

I — Efetuar estudos preliminares de viabilidade de implantação de 800 Km de linha de distribuição rural indicadas pelo Estado. A cada linha são associados índices de KVA/Km, consumidores/Km, Cr\$/Km e estimada a receita trienal de forma a estabelecer a sequência aconselhável;

II — Elaborar projeto de execução e orçamentos de 260 Km julgados viáveis após a análise e triagem dos estudos preliminares pelo Estado;

III — Executar cerca de 260 Km de linha de distribuição rural escolhidas de acordo com o item II.

5. Projeto para construção de linhas de distribuição rural na zona cacauzeira de Linhares e São Mateus, em convênio com a CEPLAC

Convênio I — Utiliza recursos no montante de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), sendo 50% da CEPLAC e 50% do Governo do Estado para atender a construção de aproximadamente 33 Km de linhas de distribuição rural na região cacauzeira de São Mateus.

6. Projeto para construção de 120 Km de linha tronco na área de concessão de Santa Maria

Este programa absorverá recursos no montante de Cr\$ 7.761.440,00 (sete milhões, setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros) oriundos do Fundo Especial, financiamento à empresa proveniente de quotas do IUEE destinado ao Estado e re-financiamento de recursos do IBC, para:

I — Efetuar estudos preliminares de viabilidade de implantação de 200 Km de linhas de distribuição rural, constando de: levantamentos planimétricos, indicação de propriedades, levantamento eletro-agro-econômicos das propriedades a serem beneficiadas, orçamentos estimativos das linhas tronco e ramais;

II — Elaborar projeto e orçamentos de 120 Km julgados viáveis após análise e triagem dos estudos preliminares;

III — Executar cerca de 120 Km de linha de distribuição rural escolhida de acordo com o item II.

Desenvolvimento de Projetos em 1976

1 — Planejamento de Eletrificação Rural — os estudos já foram encerrados e estão totalmente concluídos.

2 — Programa Gerencial de Distribuição de Energia Elétrica — o programa está encerrado, já em operação, de acordo com seus objetivos.

3 — Maximização das ligações em linhas existentes — o projeto está em andamento, devendo sua primeira etapa estar concluída em fins de março de 1977. Foram executados 72 Km de linha de distribuição, devendo as ligações dos 449 consumidores serem efetivadas dentro do mesmo prazo.

4 — Construção de 260 Km de linhas troncos na área da ESCELSA — o projeto está em andamento, sendo ampliado o número de quilômetros de linhas estudadas de 800 para 1.400. Durante o exercício de 1976, foram concluídos os estudos de 1.400 Km de linhas de distribuição — anexo único, possibilitando, dentro de critérios político-econômicos, serem executados 53 Km de LDR.

5 — Construção de linhas de distribuição rural na zona cacauzeira de Linhares e São Mateus, convênio CEPLAC:

a) o convênio para a região cacauzeira de Linhares foi totalmente concluído em 1976, com a execução de 45 Km de LDR, abrangendo os trechos de:

Vitor Arnal — Fazenda Bela Vista;
Fazenda Império — Fazenda Ceará e Ramal p/Fazenda São Bento;

Fazenda São Luiz — Fazenda Santa Fé;
Fazenda João Ferreira — Fazenda Nossa Senhora das Graças;

Fazenda Jaivá — Fazenda Santa Rita.

b) o convênio para a região cacauzeira de São Mateus está em andamento, com os projetos das linhas em execução, aguardando a contrapartida da CEPLAC, uma vez que o Estado já complementou sua cota.

6 — Construção de 120 Km de linhas tronco na área de concessão de Santa Maria — a parte inicial do projeto, estudo de viabilidade de 200 Km de linhas de distribuição, foi executado em 1976. Com base nos índices apresentados pelos levantamentos, foi assinado contrato, devidamente aprovado pelo DNAEE, para construção de 120 Km de linhas de distribuição, já iniciado em janeiro último financiada conforme as seguintes fontes de recursos:

FONTE DE RECURSOS			
IBC	IUEE	Fundo Especial	Total
2.000.000	3.801.440	1.960.000	7.761.440

Recursos Financeiros

Previsão de custos por projetos:

Os convênios assinados com a ESCELSA e a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. montaram em Cr\$ 31.257.660,00.

A seguir, a destinação dos recursos financeiros por projetos:

ESCELSA

	Cr\$
— Planejamento Eletrificação Rural	3.200.000,00
— Programa Gerencial de Distribuição Energia Elétrica	2.500.000,00
— Construção 260 Km de LDR e estudos de viabilidade de 1.400 Km	14.140.000,00
— Maximização de ligações rurais	1.656.220,00
Construção de LDR-Convênio CEPLAC-Linhares São Mateus	2.000.000,00

SANTA MARIA

— Construção de 120 Km LDR Área Santa Maria 7.761.440,00

Os recursos destinados ao projeto, na área de Santa Maria, estão devidamente viabilizados e já foram transferidos nos primeiros dias de março corrente quando do início das obras.

Os recursos transferidos à ESCELSA, inclusive saldo de materiais em estoque, referentes a convênios anteriores, foram de Cr\$ 26.221.044,00, sendo que Cr\$ 14.144.884,00 aplicados até 31 de dezembro de 1976. O saldo de Cr\$ 12.076.160,00, será utilizado no desenvolvimento dos convênios em execução.

O quadro seguinte indica as parcelas transferidas e as épocas das transferências.

Recursos Transferidos ESCELSA

Período	Valor Cr\$
4.º trimestre 1975	4.973.435
1.º trimestre 1976	5.681.169

2.º trimestre 1976	6.052.161
3.º trimestre 1976	6.533.178
Saldo convênio	957.992
Estoque Material	2.023.108
TOTAL	26.221.044
Aplicado até 31.12.76	14.144.884
SALDO TOTAL	12.076.160

Resumo das obras efetivamente concluídas em 1976

- 250 Km de linhas de distribuição rural;
 - 1278 postes de rede de distribuição.
- As atividades dos órgãos da Administração descentralizada são relatadas a seguir.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VITÓRIA

A Administração do Porto de Vitória, no exercício de 1976, deu continuidade às obras e serviços do complexo portuário do Espírito Santo — Porto de Vitória e Terminal de Tubarão — apurando a movimentação global de 58 milhões, 766 mil toneladas de carga, no valor de Cr\$ 18.622.932.000,00 (dezoito bilhões, seiscentos e vinte e dois milhões, novecentos e trinta e dois mil cruzeiros).

Desse movimento participaram:

- Porto de Vitória — 4.182.000 toneladas, no valor de Cr\$ 9.380.288.000,00;
- Terminal de Tubarão — 54.548.000 toneladas, no valor de Cr\$ 9.242.644.000,00.

O setor de cabotagem do Porto contribuiu com 2.112.000 (dois milhões e cento e doze mil toneladas).

A Administração do Porto de Vitória — APV — pelas suas características e responsabilidades no programa nacional dos "corredores de exportação" segue diretrizes fixadas pelo Ministério do Interior, através da PORTOBRAS. Talvez ainda no exercício de 1977, perca sua vinculação com o Governo Estadual e passe à subsidiária da PORTOBRAS. Estudos estão sendo concluídos com essa finalidade.

Seguindo a programação estabelecida para 1976, a APV movimentou recursos no valor de Cr\$ 179.847.708,31 (cento e setenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setecentos e oito cruzeiros e trinta e um centavos), proveniente da PORTOBRAS, aplicando-se da seguinte forma:

	Cr\$
— Silo de cereais	148.353.796,44
— Reforço do Cais Atalaia e Fundação dos Transportes de Cereais	7.618.015,26
— Obras de derrocagem das pedras submersas do cais comercial	12.649.959,48
— Alargamento do pátio de estocagem da Ilha do Príncipe	2.599.499,50
— Prédio da CIPA e da escola da APV ..	417.906,32
— Fundação e prédio da balança rodoviária	111.257,65
— Equipamentos de operações	4.772.680,00
— Equipamentos de comunicação	18.481,70
— Bens diversos	1.635.273,49

No final de 1976, os recursos aplicados nas obras de Silo, reforço do Atalaia e derrocagem das pedras submersas do Cais Comercial atingiram, a importância de Cr\$ 238.160.208,03 (duzentos e trinta e oito milhões, cento e sessenta mil, duzentos e oito cruzeiros e três centavos).

Provenientes de sua receita tarifária, Taxa de melhoramento dos portos, Fundo de depreciação, Fundo de dragagem e Fundo de participação da PORTOBRAS, foram movimentados pela autarquia — Cr\$ 373.776.232,29.

A Taxa de Melhoramento do Porto cresceu, em relação a 1975, 90,68% atingindo a importância de Cr\$ 115.564.935,23 (cento e quinze milhões, quinhentos e ses-

centa e quatro mil, novecentos e trinta e cinco cruzeiros e vinte e três centavos).

Ao encerrar-se o exercício, o superavit financeiro dessa entidade havia alcançado a cifra de Cr\$ 7.698.562,87.

Cais de Capuaba e Terminal de Celulose de Aracruz — encontram-se em ritmo acelerado de execução, sob a administração direta da PORTOBRAS.

Cais de Praia Mole — foram iniciadas as sondagens batimétricas, geofísicas e geotécnicas para definição da dragagem a ser efetuada, assim como do alinhamento do cais e dos "piers".

No exercício de 1977 a Administração do Porto de Vitória dará prosseguimento às obras já iniciadas e adquirirá novos equipamentos para a faixa do cais, imprescindíveis às exigências de seu crescimento operacional.

COMDUSA — COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

A Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano — COMDUSA — procurou, no exercício de 1976, regularizar, ultimar e concluir os projetos que estavam em desenvolvimento.

O projeto — "Ilha do Príncipe", que dará à Capital uma área de 150.000 m², está com sua conclusão subordinada à locação dos acessos da 2ª ponte. Esse trabalho significa um investimento de aproximadamente Cr\$ 47.964.000,00 (quarenta e sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil cruzeiros); e um retorno de cerca de Cr\$ 69.800.000,00 (sessenta e nove milhões e oitocentos mil cruzeiros).

Continuando a execução das obras de urbanização da Praia do Suá, a Companhia firmou diversos contratos abrangendo, entre outros, os seguintes volumes de serviços e fornecimentos:

— fornecimento de argila	67.024,800 m ³
— fornecimento de terra vegetal	14.596,800 m ³
— abertura de valas	2.956,832 m ³
— assentamento de manilhas	3.191,59 m ^l
— reaterro	12.110,890 m ³
— assentamento de meio-fio	16.204,70 m ^l
— aterro compactado	36.535,278 m ³
— assentamento de blockrets	8.814,440 m ²
— reforma no edifício Esplanada para a Secretaria de Estado da Fazenda;	
— adaptação de postos do BANESTES no prédio do DETRAN;	
— serviços diversos na Secretaria de Estado da Segurança Pública.	

Foi investida a importância de Cr\$ 8.223.973,59 (oito milhões, duzentos e vinte e três mil, novecentos e setenta e três cruzeiros e cinquenta e nove centavos), nas obras descritas.

Nos diversos municípios:

- construção de Foruns em Ecoporanga, Domingos Martins e Alfredo Chaves;
- construção de Agência do BANESTES em Vila Velha e São José do Calçado;
- ampliação de Agências do BANESTES em Baixo Guandu e São Gabriel da Palha;
- reforma da Unidade Sanitária de São João do Sobrado em Pinheiro;
- reforma da Casa de Detenção em Vila Velha;
- instalação de elevador no Fórum de Cachoeiro de Itapemirim;
- reforma e ampliação da Delegacia e Cadeia de Castelo;
- reforma na Residência Oficial em Santa Teresa;
- instalação de bomba hidráulica na Unidade Sanitária de Pedro Canário em Conceição da Barra;
- reparos no canal de recolhimento na Fazenda Santana em Cariacica;

- serviços diversos na residência Oficial da Praia da Costa em Vila Velha;
- reforma na Agência do BANESTES de Castelo;
- construção de nova entrada de corrente nos Centros de Saúde da Glória em Vila Velha e em Cachoeiro de Itapemirim;
- construção da sede do 1.º DRE, do DER, em Linhares;
- reforma e pintura do parque de exposição agropecuária de Itacibá, em Cariacica.

As obras nos municípios totalizaram Cr\$ 4.806.962,21 (quatro milhões, oitocentos e seis mil, novecentos e sessenta e dois cruzeiros e vinte e um centavos).

Em andamento encontram-se as seguintes obras, num total de Cr\$ 18.391.460,72 (dezoito milhões, trezentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta cruzeiros e setenta e dois centavos):

Vitória:

- construção do Centro de Saúde de Santo Antonio;
- construção do Centro Social Urbano de Santo Antonio;
- modificações no Palácio Anchieta para a Secretaria de Estado do Planejamento;
- ampliação do IAPJM (construção de uma cantina);
- construção do Centro Cirúrgico do Hospital Nossa Senhora da Glória;
- reformas das escolas "Herminio Blackman" e "Mariana Escobar";
- reforma no edifício das Repartições Públicas para a Secretaria de Estado da Fazenda;
- conclusão da Rádio Espírito Santo;
- revestimento da escada de acesso da Residência Oficial, no Palácio Anchieta.

Nos diversos municípios:

- construção de Agência do BANESTES em Mantenópolis;
- reformas e ampliações de Agências do BANESTES em Alfredo Chaves e Aracruz;
- construção do 2.º DRE do DER em Cachoeiro do Itapemirim;
- construção de Centro de Saúde em Carapina;
- construção do Centro Social Urbano de Santa Inês, em Vila Velha;
- construção de Unidade Armazenadora em Pancas;
- construção do Centro Obstétrico do Hospital São Camilo, em Aracruz;
- conclusão da Unidade Sanitária de Irupí, em Iúna;
- reforma de Unidade Sanitária em Afonso Cláudio;

Encontram-se paralizadas, num total de Cr\$ 1.743.134,59 (um milhão, setecentos e quarenta e três mil, cento e trinta e quatro cruzeiros e cinquenta e nove centavos), as seguintes obras:

- construção do Fórum em Guaçuí;
- construção do Fórum em Colatina;
- construção do Fórum em Alegre;
- reforma do Manicômio Jurídico em Cariacica.

O Departamento de Edificações e Obras vem, cada vez mais, prestando assistência técnica às Prefeituras.

O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER -, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes, deu destaque dentro do seu programa, estabelecido para 1976, às rodovias dos projetos turísticos do Estado.

Assim tivemos a inauguração dos seguintes trechos:

ES 010 — Jacaraípe — Nova Almeida — 11 Km;

ES 069 — Vila Velha — Barra do Jucu — Ponta da Fruta — 22 Km;
 ES 060 — Setiba — Ponta da Fruta — 14 Km;
 ES 063 — Guarapari — Meaípe — 6 Km;
 ES 060 — Meaípe — Ubu — Anchieta — 17,300 Km;
 ES 480 — Guarapari — BR-101 — 6 Km;

Em 1976, o DER realizou estudos de viabilidade técnico-econômica de 360 Km de trechos rodoviários, nos seguintes locais:

Iúna — BR-262;
 Muniz Freire — BR-262;
 Santa Leopoldina — Cariacica;
 Conceição do Castelo — BR-262;
 Divino de São Lourenço — ES 185;
 Alfredo Chaves — BR-101;
 Santa Teresa — Itarana;
 Itarana — Itaguaçu;
 Mantenedópolis — ES 080;
 Guarapari — Marataizes.

O setor de construção e pavimentação, além dos trechos rodoviários que servem ao projeto turístico, concluiu:

ES 181 — Alegre — Muniz Freire — 42 Km;
 ES 185 — Ibitirama — Iúna — 38 Km;
 ES 245 — Linhares — Regência — 46 Km;
 ES 257 — Ibirapu — Aracruz — Barra do Riacho — 36,280 Km;
 ES 289 — Muqui — Cachoeiro — Trevo — 32 Km;
 ES 387 — Celina — Ibitirama — 17 Km,
 BR 482 — Guaçuí — Espera Feliz — ES/MG — 36 Km (serviços complementares);
 BR 262 — Paraju — Perobas — 31 Km;
 ES 060 — Contorno de São Torquato — 0,500 Km.

Desta forma, tivemos a implantação e pavimentação de 355.080 Km de rodovias e executados 342 metros lineares de pontes, sobre os seguintes rios: Jacaraípe, Jucu (Vila Velha — Barra do Jucu e Pedra Mulata — Viana), Veado, Benevente e Mauá.

O DER implantou em 1976, uma política agressiva de conservação de rodovias, adotando dois tipos: a rotineira e a periódica, sendo a primeira executada por administração direta e a segunda por empreitada.

Foram executados 10.682 Km de patrolamento e 912,550 Km de outros serviços.

Através da Superintendência de Assistência Rodoviária aos Municípios, o DER restaurou pontes, reabriu e patrolou trechos de estradas em diversos municípios, num valor de Cr\$ 6.527.166,19 (seis milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cento e sessenta e seis cruzeiros e dezenove centavos).

Na relação que se segue discriminam-se os serviços e seus valores:

— Afonso Cláudio — Cr\$ 37.885,43 e Cr\$ 270.140,00 (em execução);
 — Alegre — Cr\$ 232.500,00;
 — Alfredo Chaves — Cr\$ 23.970,00;
 — Apicá — Cr\$ 70.125,00;
 — Atílio Viváqua — Cr\$ 105.600,00;
 — Baixe Guandu — Cr\$ 276.115,00 e Cr\$ 58.000,00;
 — Barra de São Francisco — Cr\$ 55.065,00;
 — Boa Esperança — Cr\$ 64.897,50;
 — Bom Jesus do Norte — Cr\$ 116.020,00;
 — Cachoeiro do Itapemirim — Cr\$ 662.610,00;
 — Cariacica — Cr\$ 255,00;
 — Castelo — Cr\$ 91.545,00 e Cr\$ 192.000,00 (em execução);
 — Conceição da Barra — Cr\$ 41.947,00;
 — Conceição do Castelo — Cr\$ 140.000,00 (serviços em execução);

- Divino de São Lourenço — CR\$ 7.140,00;
- Domingos Martins — CR\$ 80.325,00 e CR\$ 124.000,00 (em execução);
- Dolores do Rio Preto — CR\$ 212.750,00;
- Função — CR\$ 8.670,00;
- Guarapari — CR\$ 28.050,00;
- Ibiaraçu — CR\$ 27.360,00;
- Iconha — CR\$ 114.000,00;
- Itaguaçu — CR\$ 556.010,00;
- Itapemirim — CR\$ 192.000,00 (em execução);
- Itarana — CR\$ 399.320,00;
- Iúna — CR\$ 32.320,00;
- Linhares — CR\$ 23.715,00;
- Mimoso do Sul — CR\$ 420.494,06;
- Montanha — CR\$ 40.290,00;
- Muniz Freire — CR\$ 10.965,00;
- Muqui — CR\$ 160.000,00
- Nova Venécia — CR\$ 314.750,00 e CR\$ 200.000,00 (em execução);
- Plúma — CR\$ 60.640,00;
- Rio Novo do Sul — CR\$ 120.000,00;
- Santa Leopoldina — CR\$ 207.067,20;
- Santa Teresa — CR\$ 96.390,00 e CR\$ 372.650,00 (em execução);
- São Gabriel da Palha — CR\$ 307.790,00;
- São José do Calçado — CR\$ 11.020,00;
- São Mateus — CR\$ 112.252,50;
- Serra — CR\$ 6.247,50;
- Pancas — CR\$ 53.295,00.

Recursos Financeiros

O DER contou com uma receita total de CR\$ 259.534.204,00 (duzentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e duzentos e quatro cruzeiros), em 1976;

a) FFE	CR\$ 15.617.100,00
b) IUSCL	CR\$ 78.364.000,00
c) TRU	CR\$ 30.000.000,00
d) Receitas Próprias	CR\$ 12.544.304,00
e) Recursos do Tesouro	CR\$ 85.101.300,00
f) IUSM	CR\$ 7.500.000,00
g) FE	CR\$ 26.382.600,00
h) Convênios	CR\$ 4.025.000,00

TOTAL CR\$ 259.534.204,00

Como se vê, 32% dos investimentos no setor rodoviário, em 1976, derivaram-se da receita orçamentária do Estado.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO — CESAN

O ano de 1976 ficou marcado pela ocorrência de diversos fatos de profunda repercussão na vida da CESAN, nos seus aspectos técnico e administrativo.

Dando cumprimento ao seu programa prioritário de obras, acha-se praticamente concluído o novo sistema de produção de água para a Grande Vitória, compreendendo a captação no Rio Jucu, em Caçaroca, duas estações elevatórias, uma de baixa e outra de alta pressão, a primeira localizada em Caçaroca e a outra em Cobilândia, tendo sido instalados ao todo 7 conjuntos moto-bombas de grande porte, instalações elétricas de proteção e partida, linhas de transmissão, e estações abaixadoras de tensão elétrica, adutoras de água bruta, em aço, nos diâmetros de 1,8 a 0,90 metros e extensão de 9.240 metros e, finalmente, a estação de tratamento de água de Vale Esperança com capacidade de produção de 129.600m³/dia, equivalente a uma vez e meia a vazão da ETA de Cobi.

Simultaneamente às obras acima, deverão ser pos-

tas em funcionamento as primeiras adutoras de água tratada, as quais, partindo de Vale Esperança, irão atender aos municípios de Vila Velha e Cariacica, estando prontos os primeiros trechos, ligando Vale Esperança às redes existentes em Vila Velha, nas proximidades do Hospital Evangélico e às de Campo Grande, próximo à Prefeitura Municipal. Esses trechos fazem parte de um total já contratado de 31.742 metros de novas redes de 1.000 mm a 110 mm de diâmetro, destinadas aos dois mencionados municípios, não estando computado outro lote, de 1.900 metros, já viabilizado também, que servirá aos bairros de Santo Antônio, Morro do Quadro e adjacências, em Vitória.

O Setor de Produção absorverá recursos da ordem de 1.121.220 UPCs, correspondentes atualmente a Cr\$ 188.734.962,60 (cento e oitenta e oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e dois cruzeiros e sessenta centavos) e o de distribuição já contratado, 345.491 UPC's equivalentes a Cr\$ 58.156.500,03 (1 UPC — Cr\$ 168,33/4º trimestre/76).

Nos últimos dias do ano passado foram iniciados os primeiros testes com as novas adutoras de água bruta, estando em andamento o curso programado pela CESAN em convênio com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente — FEEMA, do Governo do Rio de Janeiro, órgão técnico do BNH, visando a preparar o pessoal da CESAN que irá operar o novo sistema; a seguir, serão iniciados os testes de operação propriamente ditos, a fim de ajustar equipamentos, corrigir eventuais falhas, pesquisar melhores condições de dosagens de produtos químicos, etc..., esperando-se que a operação regular ocorra antes do final do primeiro trimestre de 1977.

Ainda no exercício de 1976, a CESAN deu início à construção do Sistema de Abastecimento de Água do Planalto de Carapina, estando em fase final a sub- etapa A, que servirá prioritariamente às instalações da Companhia Vale do Rio Doce em Ponta do Tubarão e iniciada a sub- etapa B, que compreenderá captação no Rio Santa Maria, instalações eletro-mecânicas de recalque de água bruta e uma adutora de cerca de 11 km de extensão de 800 mm de diâmetro, com o que poderá ser atendida a fase de obras da CST e todo o consumo industrial daquela região. As obras até agora viabilizadas em Carapina, equivale a 704.324 UPC's ou Cr\$ 118.558.858,92 (Cento e dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito cruzeiros e noventa e dois centavos).

Desse modo, as obras já executadas ou em execução pela CESAN, na Grande Vitória, alcançam o expressivo valor de 2.171.036 UPC's, correspondentes atualmente a Cr\$ 365.450.321,55 (Trezentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil, trezentos e vinte e um cruzeiros e cinquenta e cinco centavos) o que bem demonstra o vulto e a importância dos trabalhos realizados.

No interior do Estado outros serviços foram concluídos e ou desenvolvidos, destacando-se a conclusão dos sistemas de abastecimento de água de Anchieta- Iriri-Plúma Rio Novo do Sul, São Gabriel da Palha, Afonso Cláudio, Pancas, Ecoporanga e Ibatiba. Estão em fase final as obras de Barra de São Francisco, Nova Venécia e Montanha.

Uma série de novos projetos foram elaborados pela própria equipe técnica da companhia, conforme quadro anexo, destacando-se o projeto do sistema de abastecimento de água de Guarapari, já aprovado pelo órgão técnico do BNH, a FEEMA.

Para que essas realizações pudessem ser alcançadas houve necessidade de se promover o correto equacionamento econômico — financeiro da Companhia, mediante o aperfeiçoamento de sua política tarifária de modo a considerar realisticamente os custos e, ao mes-

no tempo, melhor compatibilizar a estrutura de preços com as características sociais da comunidade, observadas as diretrizes do PLANASA; a viabilização da instalação de aparelhos medidores de consumo, com o intuito de conter o desperdício em várias áreas periféricas e situadas em cotas elevadas da cidade; e a implementação da política de medição de consumo, que será intensificada durante o exercício de 1977, com o que serão desonerados, gradativamente, os usuários de mais baixo poder aquisitivo, estabelecendo para eles menores reajustamentos tarifários, compensando-se as perdas daí resultantes, com a cobrança dos consumos excedentes, supérfluos.

A receita global cresceu cerca de 90% em relação de 1975 e 234% em relação a 1974, embora os reajustamentos tarifários procedidos no exercício estivessem situados em níveis bem mais baixos do que os índices inflacionários conhecidos. A conquista de novos usuários foi decisiva para esse resultado, devendo a Companhia empenhar-se neste campo nos exercícios seguintes, principalmente após o início da operação do sistema Rio Jucu — ETA de Vale Esperança, a fim de que possa fazer frente ao inevitável crescimento da despesa financeira (consequência dos empréstimos já contraídos e a contratar), assim como da operacional (que decorrerá da operação do novo sistema, muito mais sofisticado e diversificado do que o atual).

Com sua própria equipe de planejamento e contando com o apoio dos órgãos executivos, foi elaborado em 1976, pela primeira vez, o relatório de viabilidade global da Companhia, estudo básico, plurianual, através do qual são traçados suas linhas mestras de atuação, seu programa de investimentos e identificadas as fontes de recursos e os obstáculos a ultrapassar, a fim de que as metas possam ser alcançadas; pela sua própria natureza, esse trabalho exige ser revisto e atualizado periodicamente, estando previstas duas revisões em 1977, elaboradas também pelo pessoal da CESAN, uma em cada semestre.

A fim de manter as despesas operacionais da Companhia em níveis compatíveis com suas possibilidades, estabeleceu-se uma política de austeridade de gastos, limitando-os ao estritamente necessário; estão em curso as providências que visam à simplificação da estrutura administrativa, pretendendo-se reagrupar unidades e eliminar atividades superpostas.

Paralelamente, deu-se andamento aos programas de desenvolvimento institucional da Empresa e de treinamento do pessoal, como atividades indispensáveis à melhoria do desempenho. Neste campo, dois projetos específicos estão sendo desenvolvidos com o apoio do BNH, sendo um o denominado SATECIA — Sistema de Assistência Técnica às Companhia Estaduais de Saneamento, resultando do Convênio Governo Brasileiro/BNH/OPS, com a participação da CESAN e o outro, um vasto programa de treinamento de pessoal, em todos os níveis, coordenado pela ABES — Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, também em convênio com o BNH. Para o treinamento do pessoal, são aproveitadas, ainda, as estruturas tradicionais organizadas para esse objetivo, como PIPMO, CENAFOR, SENAI, CETESS, FEEMA e outros. Com o SATECIA e o Programa de Treinamento, vem sendo promovidos aperfeiçoamentos em todas as Unidades da Empresa, seja naquelas responsáveis pelas atividades técnicas, como nas administrativas e operacionais, sempre à procura dos melhores padrões de qualidade e eficiência.

Em todos os programas, tem sido inestimável a colaboração do Banco Nacional da Habitação, que vem propiciando à CESAN e ao Governo do Estado as facilidades financeiras que estão a seu alcance, sendo importante assinalar a concretização, em 1976, de duas

medidas decisivas para alcançar os êxitos acima descritos:

1 — aprovação de um Contrato de Empréstimo Especial ao Governo do Estado, destinado ao aumento do Capital Social da CESAN, visando a acelerar a execução de obras de abastecimento de água em cidades do Estado do Espírito Santo, no valor de cerca de Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros);

2 — re — ratificação de alguns dos principais contratos de financiamentos já concedidos à CESAN, ampliando o prazo de carência para 36 meses e refinanciando os juros desse período.

A adoção das providências acima indicadas, a par de representar importantes conquistas para a obtenção de um razoável equilíbrio orçamentário em 1977 e de permitir à Companhia a liquidação de todos os seus compromissos com empreiteiros e fornecedores das obras em execução, significou, também a aprovação de um voto de confiança à administração da CESAN, transferindo, ao mesmo tempo, para os encargos da Empresa enorme responsabilidade, qual seja, a de motivar para a luta em prol da sua viabilização definitiva como empresa estimulando-a a manter o controle e o equilíbrio financeiro, com o que se credenciará à obtenção dos recursos previstos pelo PLANASA e necessários à consecução de seus importantes objetivos sociais.

Será indispensável, por outro lado, a participação financeira do Estado, assim como dos municípios, cabendo à Direção da Empresa demonstrar, ano a ano, seus firmes propósitos de conduzi-la proficientemente, a fim de que possa pleitear a complementação dos recursos necessários, através da concessão de subvenções econômicas, já que a CESAN deverá atender, indistintamente, a todas as camadas da população, mesmo quando os investimentos a serem realizados, apresentarem pouca rentabilidade.

Foi assim que sucedeu em 1976, quando a Empresa promoveu a instalação de várias estações de bombeamento para melhorar as condições de atendimento de bairros pobres localizados em cotas elevadas, tendo o Governo do Estado, contraindo o Empréstimo Especial junto ao BNH para repassá-lo, sem ônus, à CESAN, acrescentando ainda recursos próprios. Foram-lhe entregues então, Cr\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de cruzeiros) a fundo perdido, sendo Cr\$ 23 milhões para obras e Cr\$ 5 milhões para capital de giro.

Conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 05 de outubro de 1976, o capital social da CESAN foi elevado de Cr\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros) para Cr\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de cruzeiros).

Apesar das dificuldades de Caixa, resultantes dos amplos programas de investimentos, que provocaram, no exercício uma despesa com a dívida que alcança 44% do total das despesas e das ampliações dos sistemas realizados com recursos próprios, encerrar-se-á o movimento financeiro de 1976 com um superavit operacional superior a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Iniciou, assim, a CESAN, o exercício de 1977 programando nova e arrojada etapa de obras com vistas a vencer a defasagem existente no setor do saneamento no Estado do Espírito Santo, sobretudo na área da Capital, preparando-a para o advento dos grandes projetos industriais, que provocarão rápidas e profundas transformações em nossa estrutura urbana.

Durante o ano de 1976, apenas o município de Guarapari transferiu a concessão de seu serviço de Água à Cesan. Participam, pois do PLANASA agora, 31 municípios, aos quais correspondem 43 localidades atendidas através de 35 Sistemas de Abastecimento de Água.

A — Sequência das adesões ao PLANASA:

1972

- 1 — Grande Vitória (Vitória — Vila Velha e Cariacica)
- 2 — Castelo
- 3 — Conceição da Barra
- 4 — São Gabriel da Palha
- 5 — Nova Venécia
- 6 — Iúna
- 7 — São José do Calçado
- 8 — Muqui
- 9 — Mantenópolis
- 10 — Barra de São Francisco
- 11 — Mucurici
- 12 — Boa Esperança
- 13 — Pinheiros
- 14 — Apiacá
- 15 — Montanha
- 16 — Afonso Cláudio
- 17 — Ecoporanga
- 18 — Pancas
- 19 — Santa Teresa
- 20 — Anchieta
- 21 — Piúma

1973

- 1 — Conceição do Castelo
- 2 — Atilio Vivacqua
- 3 — Dolores do Rio Preto
- 4 — Divino de São Lourenço
- 5 — Rio Novo do Sul
- 6 — Serra

1974

- 1 — Domingos Martins

1975

Neste ano, não houve transferência de concessão à CESAN;

1976

- 1 — Guarapari

B — Localidades atendidas (42)

- 31 Sedes Municipais
- Sant'Anna (Conceição da Barra)
- Cachoeira da Onça (São Gabriel da Palha)
- Carapina (Serra)
- Marechal Floriano (Domingos Martins)
- Venda Nova (Conceição do Castelo)
- Ibatiba (Iúna)
- Aracui (Castelo)
- Iriri (Anchieta)
- Mealpe (Guarapari)
- Perocão (Guarapari)
- Barra do Jucu (Vila Velha)

C — Sistemas de Abastecimento de Água (35) — em operação definitiva

- Cobi
- Duas Bocas
- Barra do Jucu
- Carapina
- Castelo
- Conceição da Barra
- São Gabriel da Palha

- Nova Venécia
- Iúna
- São José do Calçado
- Muqui
- Mantenópolis
- Barra de São Francisco
- Mucurici
- Boa Esperança
- Pinheiros
- Apiacá
- Montanha
- Afonso Cláudio
- Ecoporanga
- Pancas
- Santa Teresa
- Anchieta
- Conceição do Castelo
- Atilio Vivacqua
- Dolores do Rio Preto
- Divino de São Lourenço
- Rio Novo do Sul
- Serra
- Domingos Martins
- Guarapari
- Venda Nova
- Ibatiba
- Mealpe
- Perocão

2.1 — Investimentos realizados com recursos do PLANASA — BNH/FAE:

REGIAO: Grande Vitória — Valor de 1UPC = Cr\$ 168,33

Descrição — Projeto	Valor Contrato UPC/Cr\$	Realizado Até 76 UPC/Cr\$
— Complementação das obras do Sistema de Produção da Grande Vitória — GV II ..	407.726 68.632.517	296.998 49.993.673
— Complementação das sub-adutoras de interligações da ETA do Vale Esperança às redes de distribuição de Vila Velha e Itaquari — GV III	313.896 52.838.113	177.550 29.886.991
— Ampliação e melhoria do Sistema de Distribuição de Água da Grande Vitória — GV IV	217.638 36.635.004	72.076 12.132.553
— Execução das Obras do Sistema de Abastecimento de Água do Planalto de Carapina II Sub-tapa A	146.140 24.599.746	99.264 16.709.109
— Execução das Obras do Sistema de Abastecimento de Água do Planalto de Carapina — III Sub-etapa B ..	558.184 93.959.112	65.974 11.105.403

REGIAO: Municípios do Interior — Valor de 1 UPC = Cr\$ 168,33

Descrição — Projeto	Valor Contrato UPC/Cr\$	Realizado Até 76 UPC/Cr\$
— Complementação das Obras do Sistema de Abastecimento de Água de Barra de São Francisco	19.046 3.206.013	10.272 1.729.986

— Execução das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água de Ecoporanga, Pancas, Rio Novo do Sul e Nova Venécia 17.708 9.876
2.980.788 1.662.427

— Execução das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água de Montanha 8.552 5.400
1.439.558 908.982

— Ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água das cidades de Afonso Cláudio, São Gabriel da Palha, Anchieta, Iriri, Piúma, Santa Tereza, Conceição do Castelo 25.892 20.755
4.358.400 3.493.689

2.2 — Obras da Grande Vitória e dos Municípios do Interior, executadas e em execução durante o ano de 1976:

OBRAS EXECUTADAS

- Desvio da Sub-Adutora de Vila Velha;
- Sistema de Abastecimento de Água de Rio Novo do Sul;
- Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Anchieta-Iriri-Piúma;
- Sistema de Abastecimento de Água de Ecoporanga;
- Sistema de Abastecimento de Água de Pancas;
- Sistema de Abastecimento de Água de São Gabriel da Palha.

OBRAS EM EXECUÇÃO

- Sistema de Abastecimento de Água de Carapina Sub-Etapa "A";
- Sistema de Abastecimento de Água de Montanha;
- Sistema de Abastecimento de Água de Nova Venécia;
- Sistema de Abastecimento de Água de Barra de São Francisco.

2.2.1 — Descrição Sumária das Obras da Grande Vitória:

SETOR DE PRODUÇÃO

- Captação: Barragem no Rio Jucu
 - Canal adutor e desarenador
- Estação de Baixo Recalque:
 - Poço de Bombas
 - Sub-estação elétrica de 1.000 kVA
 - 4 conjuntos moto-bombas de 800 l/segundo
 - Chaminé de equilíbrio, 25 metros de altura, 5 metros de diâmetro
- Adutora de Baixa Carga:
 - 5.600 metros de tubulação de aço de 1,30 metros de diâmetro.
- Estação de Alto Recalque:
 - Poço de bombas
 - Sub-estação elétrica de 2.500 kVA
 - 3 conjuntos moto-bombas de 800 l/segundo, 4 de 125 l/s e 2 de 250 l/s.
 - Casa de comando e controle.
- Adutores de Alta Carga:
 - 140 metros de tubulação de aço de 1,80 metros de diâmetro.

- 1.600 metros de tubulação de aço de 0,90 metros de diâmetro (COBI)
- 1.900 metros de tubulação de aço de 1,20 metros de diâmetro (Vale Esperança).

— Tratamento:

- ETA do Vale Esperança — Capacidade 1.500 litros/segundo ou 129.600 m3/dia.
- ETA de Cobi — Capacidade 1.000 litros/segundo ou 86.400 m3/dia.

Custo Previsto: 1.121.220 UPC's equivalentes nesta data a Cr\$ 188.734.962,60.

SETOR DE DISTRIBUIÇÃO:

Compreende, de um modo geral, 23.800 metros de linhas sub-adutoras, nos diâmetros de 1.000 mm a 450 mm, 134.843 metros de redes de distribuição, de 800 mm a 100 mm de diâmetro e 102.130 metros cúbicos de reservatórios. Custo total superior a Cr\$ 200.000.000,00.

Já estão em execução, ou contratados, os seguintes lotes:

- Sub-sistema de distribuição de Vila Velha:
 - 20.456 metros de tubulações de 1000 mm a 110 mm;
- Sub-sistema de distribuição de Itaquari — Campo Grande:
 - 11.286 metros de tubulações de 600 mm a 110 mm;
- Sub-sistema de distribuição de Vitória:

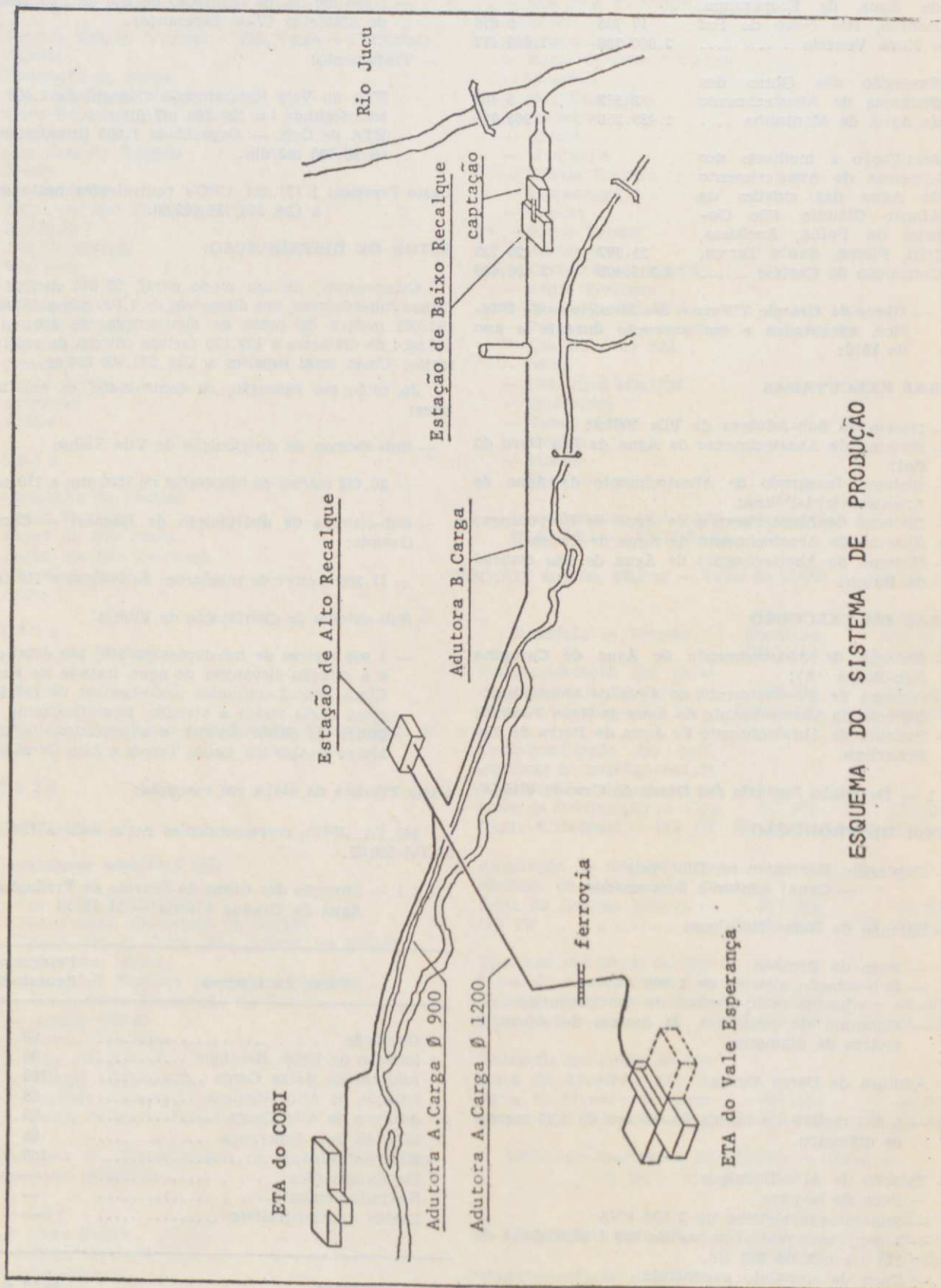
- 1.900 metros de tubulações de 500, 350 e 250 mm e a estação elevatória de água tratada de Santa Clara, com 2 conjuntos moto-bombas de 100 HP; estas obras visam atender, especificamente, ao bairro de Santo Antonio e adjacências, inclusive Morro do Quadro, Santa Tereza e Alto Caratoira.

Custo Previsto da etapa em execução:

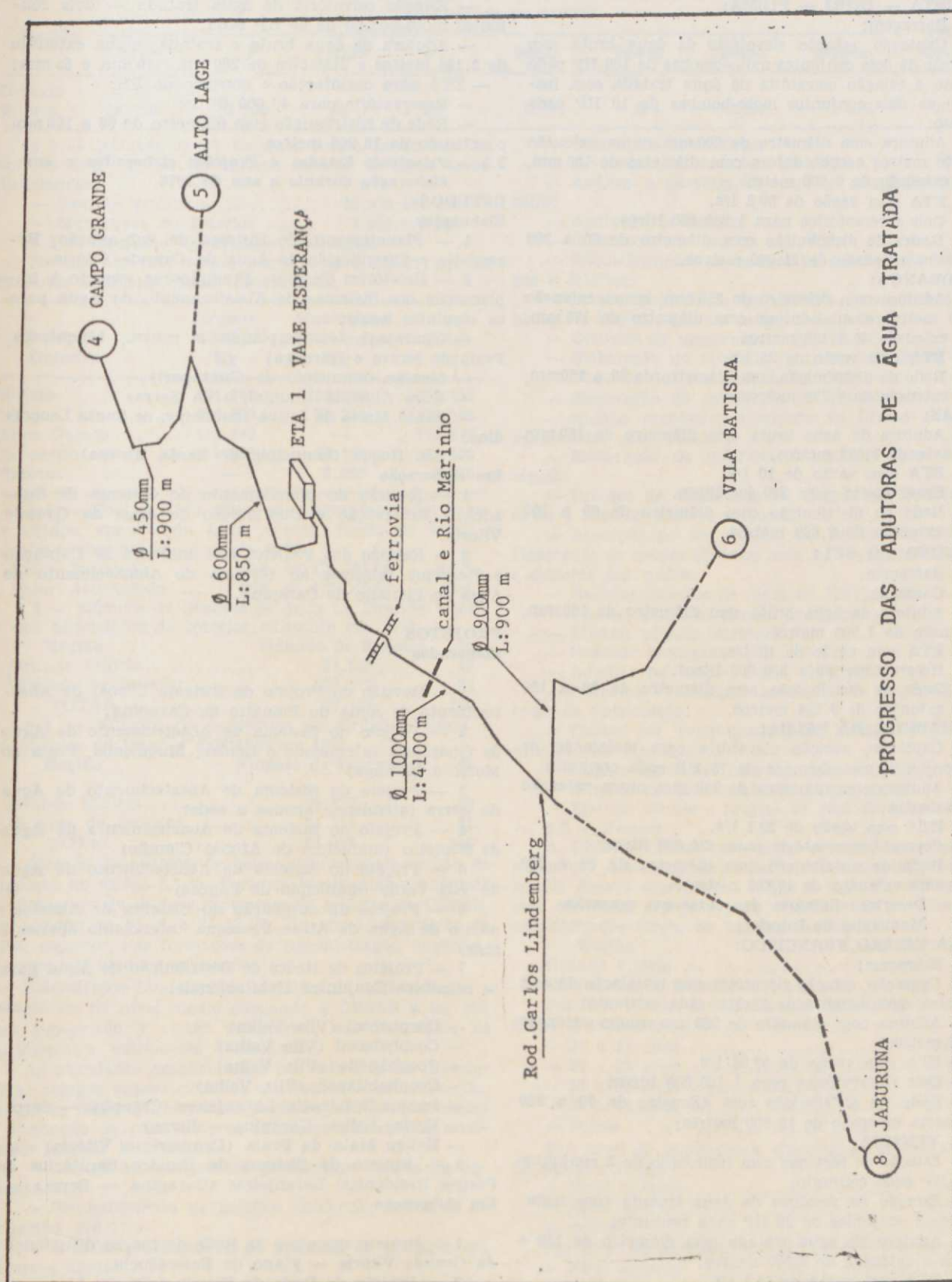
345.491 UPC's, correspondentes nesta data a Cr\$... 58.156.500,03.

2.2.1.1 — Situação das Obras do Sistema de Produção de Água da Grande Vitória — 31 12 76

Parte do Sistema	Percentual Executado
Captção	98
Estação de Baixo Recalque	96
Adutora de Baixa Carga	100
Estação de Alto Recalque	98
Adutora de Alta Carga	99
ETA do Vale Esperança	99
ETA de Cobi	100
Desapropriações	—
Reajustamentos	—
Custos Administrativos	—
TOTAL	98,57 %



ESQUEMA DO SISTEMA DE PRODUÇÃO



2.2.2 — Descrição Sumária das obras concluídas no exercício de 1976 — Municípios do Interior:

ANCHIETA — IRIRI — PIUMA:

- Barragem;
- Captação, estação elevatória de água bruta com instalação de dois conjuntos moto-bombas de 100 HP cada conjunto e estação elevatória de água tratada com instalação de dois conjuntos moto-bombas de 10 HP cada conjunto.

- Adutora com diâmetro de 200 mm numa extensão de 7.600 metros e sub-adutora com diâmetro de 150 mm, numa extensão de 6.500 metros.

- ETA com vazão de 30,8 l/s.

- Dois reservatórios para 1.050.000 litros.

- Redes de distribuição com diâmetro de 60 a 200 mm, numa extensão de 21.940 metros.

ECOPORANGA:

- Adutora com diâmetro de 250 mm, numa extensão de 450 metros e sub-adutora com diâmetro de 175 mm, numa extensão de 1.150 metros.

- ETA com vazão de 25 l/s.

- Rede de distribuição com diâmetro de 60 a 100 mm, numa extensão de 7.770 metros.

PANCAS:

- Adutora de água bruta com diâmetro de 150 mm e extensão de 1.038 metros.

- ETA com vazão de 10 l/s.

- Reservatório para 300.000 litros.

- Rede de distribuição com diâmetro de 60 a 160 mm e extensão de 6.609 metros.

RIO NOVO DO SUL:

- Barragem.

- Captação.

- Adutora de água bruta com diâmetro de 100 mm, e extensão de 1.300 metros.

- ETA com vazão de 10 l/s.

- Reservatório para 300.000 litros.

- Rede de distribuição com diâmetro de 60 a 160 mm e extensão de 8.794 metros.

SAO GABRIEL DA PALHA:

- Captação, estação elevatória com instalação de dois conjuntos moto-bombas de 75 HP cada conjunto;

- Adutora com diâmetro de 200 mm numa extensão de 300 metros;

- ETA com vazão de 29,1 l/s.

- Segundo reservatório para 824.000 litros;

- Rede de distribuição com diâmetro de 60 a 250 mm, numa extensão de 19.800 metros.

2.2.3 — Descrição Sumária das obras em execução

Municípios do Interior:

BARRA DE SÃO FRANCISCO:

- Barragem;

- Captação, estação elevatória com instalação de dois conjuntos moto-bombas de 30 HP cada conjunto;

- Adutora com diâmetro de 200 mm, numa extensão de 330 metros;

- ETA com vazão de 52,08 l/s.

- Dois reservatórios para 1.100.000 litros;

- Rede de distribuição com diâmetro de 60 a 300 mm, numa extensão de 15.500 metros;

NOVA VENÉCIA.

- Estação de recalque com instalação de 3 conjuntos de 40 HP cada conjunto;

- Estação de recalque de água tratada com instalação de 3 conjuntos de 20 HP cada conjunto;

- Adutora de água tratada com diâmetro de 150 a 200 mm e extensão de 2.500 metros;

- ETA com vazão de 44,1 l/s.

- Reservatório para 600.000 litros;

- Rede de distribuição com diâmetro de 60 a 250 mm e extensão de 18.105 metros;

MONTANHA:

- Estação elevatória de água bruta — dois compressores de 50 HP cada;

- Estação elevatória de água tratada — dois conjuntos moto-bomba de 40 HP cada;

- Adutora de água bruta e tratada, numa extensão de 2.146 metros e diâmetro de 200 mm, 110 mm e 80 mm;

- ETA para desinfecção e conexão do PH;

- Reservatório para 40.000 litros;

- Rede de Distribuição com diâmetro de 60 a 160 mm e extensão de 18.246 metros

2.3 — Principais Estudos e Projetos elaborados e em elaboração durante o ano de 1976

ESTUDOS

Elaborados

- 1 — Planejamento do Sistema de Sub-adição, Reservação e Distribuição de Água da Grande Vitória.

- 2 — Relatórios Técnicos Preliminares visando à implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água para os seguintes locais:

- Guarapari (contemplando o centro, Muquiçaba, Praia do Morro e Ipiranga)

- Meaípe (município de Guarapari)

- Nova Almeida (município da Serra)

- Santa Maria de Jetibá (município de Santa Leopoldina)

- São Roque (município de Santa Tereza).

Em elaboração

- 1 — Revisão do planejamento do Sistema de Sub-adição, Reservação e Distribuição de Água da Grande Vitória.

- 2 — Revisão dos Projetos das unidades de Captação e Recalque relativas ao Sistema de Abastecimento de Água do Planalto de Carapina.

PROJETOS

Elaborados

- 1 — Revisão do Projeto do Sistema Global de Abastecimento de Água do Planalto de Carapina.

- 2 — Projeto do Sistema de Abastecimento de Água de Guarapari (atendendo o Centro, Muquiçaba, Praia do Morro e Ipiranga)

- 3 — Projeto do Sistema de Abastecimento de Água da Serra (atendendo apenas a sede)

- 4 — Projeto do Sistema de Abastecimento de Água de Sobreiro (município de Afonso Cláudio)

- 5 — Projeto do Sistema de Abastecimento de Água de Vila Verde (município de Pancas)

- 6 — Projeto da ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Atilio Vivacqua (atendendo apenas a sede)

- 7 — Projetos de Redes de Distribuição de Água para os seguintes Conjuntos Habitacionais:

- Cocphabsol (Vila Velha)

- Coophabazul (Vila Velha)

- Coophabvila (Vila Velha)

- Coophabitapoá (Vila Velha)

- Parque Residencial Laranjeiras (Carapina — Serra)

- Eurico Salles (Carapina — Serra)

- Bairro Mata da Praia (Camburi — Vitória)

- 8 — Projeto do Sistema de Esgotos Sanitários do Parque Residencial Laranjeiras (Carapina — Serra).

Em elaboração

- 1 — Projeto executivo de Rede de macro distribuição da Grande Vitória — Plano de Emergência.

- 2 — Projeto de Rede de Distribuição de Água para os seguintes Conjuntos Habitacionais:

- José de Anchieta (Carapina — Serra)

- Boa Vista (Vila Velha)

3.1 — Dando prosseguimento ao seu plano de expansão 50.424 metros de redes na Grande Vitória, durante o ano de 1976, 44.930.461 metros cúbicos de água assim distribuídos:

Região	Quantidade em metros								Total Geral
	3/4"	1"	1.1/2"	2"	60mm	80mm	110mm	160mm	
Grande Vitória	38.760	3.360	15	1.601	3.131	624	1.919	1.014	50.424

4.1 — Através de 35 sistemas foram produzidos no ano de 1976, 44.930.461 metros cúbicos de água assim distribuídos:

— Grande Vitória	36.979.482 m3
— Municípios do Interior	7.950.979 m3

4.2 — Consumo de Produtos Químicos

No ano de 1976 foram consumidos 1.408.317 kg. de Produtos Químicos, assim distribuídos:

Produto Químico	Grande Vitória Kg	Municípios do Interior Kg	Total Kg
Sulfato	504.966	150.544	655.510
Cal	556.806	32.339	589.145
Cloro Gasoso	112.440	—	112.440
Clorogênio	1.236	47.166	48.402
Fluorita	—	2.820	2.820

5.1 — Comparativo entre os valores faturados e arrecadados, englobando água, esgoto, fundo de água e esgoto e previdência, durante 1976.

Valor Faturado	Cr\$ 49.478.591 04	100%
Valor Arrecadado	Cr\$ 41.470.045 37	84%

5.2 — Número de ligações de água na Grande Vitória e nos Municípios do Interior existente em 1976.

Região	Número de ligações	%
Grande Vitória	56.585	73
Número do Interior	20.550	27
TOTAL	77.135	100

5.3 — Número de economias da Grande Vitória e Municípios do Interior existente em 1976.

Região	Número de Economias	%
Grande Vitória	79.757	79
Número do Interior	21.711	21
TOTAL	101.468	100

Através do sistema de bolsas educacionais, objeto do disposto no artigo 3.º da Portaria Ministerial n.º 1002/67 de Setembro de 1967, participaram de estágios na CESAN, no período de 01.01 a 31.12.76, 11 (onze) estagiários de nível superior, nas formações de administração, engenharia, contabilidade e economia.

Estendemos também no exercício de 1976 estágios e estagiários de nível médio chegando a CESAN a ter sob sua supervisão 7 (sete) estagiários, nas formações de agrimensura, edificações e mecânica.

As atividades desenvolvidas por este tipo de mão-de-obra, sempre supervisionados e orientados pelas chefias, foram as mais diversificadas possíveis, sempre vinculadas à formação de cada um; os exemplos abaixo das atividades melhor identificam.

— Crítica de documentos processados (baixa de pagamento);

— Preenchimento de boletins (inclusão, alteração de cadastro, etc.);

— Estudos e elaboração de manuais de operação em diversas áreas;

— Revisão de elaboração do manual de organização;

— Acompanhamento de projetos elaborados pela SATECIA, sobre o desenvolvimento institucional da empresa;

— Tabulações estatísticas;
— Levantamento de coleta de dados;
— Análise e pesquisa de caráter econômico-financeiro;

— Apuração de custos;
— Elaboração de tabelas salariais;
— Enquadramento de pessoal no novo plano de cargos e salários;

— Estabelecimento de sistemáticas de atualização do plano de implantação de cadastro de pessoal;

— Controle de programação financeira;
— Elaboração do relatório financeiro do ENH;

— Controle dos desenhos BNH/FAE;
— Elaboração de solicitação de desembolsos;

— Análise econômico-financeira de firmas a serem cadastradas pela CESAN;

— Elaboração de informes financeiros para a gerência;

— Estudos de viabilidade de adoção de sistema de custo e controle para a empresa;

— Execução de um projeto de sistema de custo e elaboração de mapas diversos para apuração, distribuição e controle dos custos;

— Realizar cálculos de redes de distribuição;

— Efetuar relatório técnico preliminar;

— Efetuar cálculo estrutural;

— Realizar cronograma de obras;

— Auxiliar na execução dos projetos;

— Observar e fiscalizar as obras de construção de redes de distribuição;

— Cuidar dos levantamentos das medidas e realizar cálculos das medições;

— Manter diário da obra em dia;

— Auxiliar na fiscalização de outras obras;

— Efetuar cálculo e projeto de rede de distribuição.

6.2 — Pessoal

A CESAN contou, em 1976, com 789 empregados, sendo que destes, 20 empregados estiveram inativos por auxílio doença superior a 6 meses e mais 50 empregados com contratos especiais para trabalharem em obras de administração direta no Interior do Estado.

Região	N.º de Empregados
Grande Vitória	671
Municípios do Interior	168

Por faixa etária, a concentração de empregado estava assim constituída:

— 18 a 26 anos	28%
— 27 a 32 anos	21%
— 33 a 38 anos	20%
— 39 a 44 anos	16%
— outros	15%

Por nível de instrução a distribuição encontrava-se da seguinte forma:

— Nível superior	6%
— Nível médio	20%
— outros	74%

Por nível de instrução o salário médio é o seguinte:

— Nível superior	Cr\$ 12.117,23
— Técnicos	Cr\$ 4.228,52
— Adm. Financeiros	Cr\$ 2.143,52
— outros	Cr\$ 1.249,61

Inobstante as dificuldades financeiras que o Governo do Estado teve de enfrentar, a Secretaria foi permitida, não sem muito esforço, realizar diversas obras que estavam previstas e dar encaminhamento a outras que, em futuro próximo, terão sua efetivação.

Todo o povo capixaba tem consciência de que um profundo sentimento cristão, manifestado, a todo instante, tem respaldado os atos governamentais.

Está, assim, justificada entre outras, a preocupação maior por encontrar a melhor solução para o grande desafio consubstanciado no aflitivo quadro que, ainda hoje, se desenha no setor penitenciário estadual.

A par do aspecto humano de que o problema se reveste, um outro contribui para que essa preocupação ganhasse, ainda, maior dimensão.

Sem poder estimar as diversas razões determinadoras do crescente índice de criminalidade no Estado, o problema mais se agrava no instante em que se vislumbra a perspectiva da ocorrência de uma explosão demográfica para a área da Grande Vitória, face a implantação dos grandes projetos industriais viabilizados, muitos dos quais já iniciados.

A construção da Usina Siderúrgica de Tubarão, a expansão do Porto de Vitória, projetando o Corredor de Exportação como um dos principais do país, a construção, já em fase adiantada, da Aracruz Celulose, a do superporto de Praia Mole, a ampliação do Porto de Tubarão, a construção, em vias de inauguração, do mineroduto de Ubu e tantos outros empreendimentos, alguns dos quais de médio porte que inevitavelmente irão surgir, permitem prever, sem falso otimismo, que a população, na região da Grande Vitória, atinja, em 1980, ao expressivo número de 1.000.000 (um milhão) de habitantes.

Tratou, por isso mesmo, esta Secretaria de acionar todos os setores capazes de permitir uma maior agilização com vistas à construção da Penitenciária de Segurança Média Regime Semi-Aberto, em Viana.

A mingua de maiores recursos, o Estado não poderia arcar com todo o ônus de uma obra de tal porte, daí haver gerenciado junto ao setor competente do Ministério da Justiça visando à obtenção do recurso, já que o Governo Federal, também, sempre se mostrou sensível ao angustioso problema penitenciário.

Felizmente, pode esta Secretaria anunciar o recebimento da importância de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) procedente daquele Ministério, re-

curso que permitirá, já no princípio do corrente ano, dar início a esta grande obra, cuja concorrência se realizou em janeiro último.

FORUNS

No conjunto de outras atividades, a Secretaria teve a oportunidade de cumprir quase que integralmente o programa de obras previstas para 1976, no que se relaciona com a construção de novos Foruns e reforma e ampliação dos já existentes.

Assim é que, no exercício findo, foi iniciada e concluída a construção do Forum de Alfredo Chaves; procedeu-se à desapropriação de uma área junto à construção do Forum de Alegre, há algum tempo paralizada face ao embargo judicial promovido pelo seu proprietário; a conclusão dos Foruns de Domingos Martins e Ecoporanga, cujas inaugurações estão previstas para os dois primeiros meses de 1977; a conclusão da Comarca de Guaxupé, cuja inauguração também se acha prevista para o corrente ano.

Preocupado em dar melhores condições aos serviços forenses, o Governo do Estado também se cuidou de agilizar programas de reformas e ampliação, tudo dentro do reconhecimento das necessidades reclamadas pelas Comarcas que, por sua participação conjuntural, crescem em razão do desenvolvimento do Estado.

Assim é que o Forum de Cachoeiro de Itapemirim, por sua expressiva significação na área judiciária haveria de merecer um destaque especial desta Secretaria, que não poderia permanecer omissa no atendimento aos requisitos indispensáveis à solução dos problemas administrativos, até então carentes na Comarca, mas indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços forenses.

A obra de instalação de um elevador e os empreendimentos consequentes dele têm merecido especial atenção desta Secretaria, estando previsto o seu término para março do atual exercício.

OUTRAS OBRAS

Tivemos oportunidade de dar continuidade às obras de construção da enfermaria de mulheres, no Manicômio Judiciário, bem como a construção de guarita e reparos de ordem geral no referido prédio.

No Instituto de Readaptação Social foi concluída a construção do Corpo de Guarda, empreendimento há muito reclamado, face a falta de segurança então existente naquele setor.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

Na Colônia Penal Agrícola, as atividades programadas visando, sobretudo, reduzir a ociosidade no interior do estabelecimento, estimularam os trabalhos agrícolas, quer através de projetos hortigranjeiros ou de criação de bovinos e suínos, sem contudo agravar o orçamento destinado a tais realizações.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

A Lei nº 3.043, de 31.12.75, que estabeleceu a Reforma Administrativa do Estado prevê a integração deste órgão no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento.

Não tendo, porém, sido efetivada, ainda, a sua implantação, a D.A.M. permaneceu, durante o último exercício, integrada a esta Secretaria.

Dentro de sua finalidade precípua de orientar e desenvolver o trabalho de entrosamento com as Prefeituras, assim prestando-lhes assistência no âmbito administrativo, a D.A.M. correspondeu plenamente considerando as inúmeras consultas que lhe foram dirigidas por vários Prefeitos e Vereadores de diversos municípios, alguns deles sobre problemas urgentes surgidos nos municípios.

O órgão continuou a prestar assessoria mais frequente às Prefeituras de Pinheiro (sob intervenção estadual) e de São Gabriel da Palha, onde essa assessoria já se fizera presente desde o exercício de 1975, no processo de concurso público.

A D.A.M., dentro de suas possibilidades, procurou sempre divulgar, através de ofícios circulares, os assuntos de interesse para as administrações municipais como sejam os índices de ICM, FPM, FRN e outros.

A D.A.M., através de seu Diretor, participou de um Encontro de Prefeitos da Região Mineira de Almorés em conjunto com os municípios componentes da Micro-Região 2 do Espírito Santo.

DIRETORIA DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

A D.G.C., que, também, por força da Reforma Administrativa, será deslocada desta Secretaria para integrar a estrutura da Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes, realizou um trabalho significativo dentro das atribuições que lhes são próprias.

Como em anos anteriores, procurou manter permanente intercâmbio de informações com a Fundação IBGE; prestou assessoramento a diversos órgãos estaduais e municipais; participou das atividades de avistamento dos rumos da propriedade agrícola onde se encontra sediada a Colônia Penal Agrícola; adquiriu 30 (trinta) mosaicos e 36 (trinta e seis) aerofotografias, visando a corrigir possíveis falhas quanto à linha do Acordo de Limites ES-MG; procedeu a viagens à região limítrofe para reambulação e verificação da aplicação das leis que resultaram do referido acordo.

COMPLEXO PENITENCIÁRIO DO ESTADO

O Complexo Penitenciário do Estado, subordinado a esta Secretaria e supervisionado pela Coordenação dos Serviços Penitenciários, é constituído dos seguintes estabelecimentos penais:

- a) Instituto de Readaptação Social "Professor Jair Etienne Dessaune";
- b) Colônia Penal Agrícola;
- c) Manicômio Judiciário "Manoel Araújo".

a) INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL "PROFESSOR JAIR ETIENE DESSAUNE"

Este estabelecimento penal funciona sob regime de prisão "semi-aberta" ou de média segurança, apresen-

tando em 31.12.76 um total de 184 (cento e oitenta e quatro) internos.

A construção do alojamento do Corpo da Guarda foi concluída, com isso solucionando um antigo problema ali existente.

Tem o I.R.S. previsto, para o exercício de 1977, uma reforma geral no prédio, notadamente no pavilhão das celas, face o estado precário em que se acham algumas dessas celas.

Cogita, ainda, a Direção do I.R.S. da construção de setores próprios para casos especiais destinados àqueles que, por força de lei, fizerem jus.

A Secretaria do Conselho Penitenciário é exercida pelo Diretor do I R S tendo no exercício findo, face o Decreto Presidencial nº 78.800, de 23.11.76, preparado um total de 125 (cento e vinte e cinco) processos de internos que requereram os benefícios ali concedidos, encaminhando-os, posteriormente, à consideração do Conselho, através de seu Presidente.

b) COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA:

A C.P.A. é um estabelecimento penal que funciona sob regime de prisão "aberta" ou seja de mínima segurança e sua população carcerária, a 31/12/76, era composta de 16 (dezesesseis) internos.

Durante o exercício findo, esta Secretaria procurou desenvolver ali as atividades agrícolas, bem como os setores de pecuária e suinocultura.

Procedeu-se a reparos nas instalações hidráulicas e elétrica; todo o prédio recebeu pintura nova, além de providências diversas com vistas a uma melhor conservação.

c) MANICÔMIO JUDICIÁRIO "MANOEL ARAÚJO":

O Manicômio Judiciário "Manoel Araújo", onde se acham recolhidos 56 (cinquenta e seis) pacientes (delinqüentes mentais), funciona como "prisão-hospital".

No último exercício, as obras de construção da enfermaria das mulheres e do alojamento militar não puderam ter o desenvolvimento requerido face a dificuldades financeiras, estando, mesmo, no momento, paralizadas.

Outros melhoramentos de menor porte foram realizados, desde a renovação da pintura até a reparos nas redes hidráulicas, elétrica e de esgotos.

COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

As atividades administrativas dos estabelecimentos que integram o Complexo Penitenciário do Estado, conforme já foi registrado, são supervisionadas pela Coordenação dos Serviços Penitenciários.

Nos limites dessa atribuição, o Sr. Coordenador manteve permanente contato com os referidos órgãos penais, fosse em caráter de inspeção, fosse na fiscalização às obras realizadas, fosse no comparecimento às reuniões cu, ainda, na promoção de palestras para funcionários e internos.

Articulando e procurando aperfeiçoar a mecânica relacionada com o ingresso de sentenciados nos nossos estabelecimentos penais, sempre que possível, possibilitou a abertura de vagas para recolhimento de apenados para o I.R.S., considerando as dificuldades existentes nas cadeias públicas do interior e na Casa de Detenção.

Manteve estreito contato com o Poder Judiciário Estadual, com a Justiça Federal, Superintendência de Polícia Civil, Polícia Federal e demais autoridades, visando a estabelecer um maior e melhor entrosamento, assim atendendo aos altos objetivos de uma sadia política penitenciária.

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO

O Conselho Penitenciário do Estado se constitui em um órgão de deliberação coletiva e tem por finalidade precípua apreciar os processos de indulto, comutação de penas e livramento condicional dos presos da Justiça.

No último exercício, o Conselho reuniu-se 44 (quarenta e quatro) vezes e teve oportunidade de apreciar 125 (cento e vinte e cinco) processos de internos que requereram aqueles benefícios.

CONCLUSÃO

Os Relatórios dos diversos órgãos subordinados à Secretaria de Estado da Justiça compõem este Relatório Geral e são mantidos com toda a originalidade de sua exposição e dos elementos que os integram, de modo que, precisas a quantos busquem inteirar-se de atos e fatos com fidelidade, possam fornecer informações úteis e pertinentes às atividades deste setor administrativo, no ano de 1976.

DIRETORIA DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Além do serviço rotineiro, a DGC tem mantido intercâmbio de informações com a Fundação I.B.G.E., e tem prestado informações ou assessoramento a diversos órgãos estaduais e municipais.

Através do seu chefe, acompanhou e participou juntamente com o pessoal do DAF, das atividades de aviação dos rumos da propriedade agrícola onde está sediada a Colônia Penal Agrícola de Viana.

Neste exercício não foram adquiridos móveis nem aparelhos.

Para continuar o trabalho iniciado no ano anterior visando corrigir possíveis falhas quanto à linha do Acordo de limites do Esp. Santo com o Estado de Minas Gerais, a DGC adquiriu 30 mosaicos e 36 aerofotografias.

Duas viagens empreendeu o Chefe da DGC à região limítrofe para reambulação e verificação da aplicação das leis que resultaram do referido acordo, bem como para orientar o Prefeito Municipal de Barra de São Francisco, quanto à divisas daquele município. O resultado deste trabalho está contido no relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e dos Transportes, do qual anexamos cópia ao presente.

DIRETORIA DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Vitória, 30 de Dezembro de 1976

Sr. Secretário,

Transcrevemos abaixo, o resultado das duas viagens à região limítrofe do E. Santo com o Estado de Minas Gerais.

As viagens foram determinadas para atender à diversas reclamações, todas tendo como causa a demarcação da divisória entre os dois estados, que deveriam ser conforme estabelece a Lei 2.084 de 22/12/64 do E. Santo e a Resolução nº 569 de 09/12/63 do Estado de Minas Gerais.

Houve certa demora no atendimento por não dispormos do material aerofotogramétrico que necessitávamos. Depois de adquiri-lo conforme foto-índices do D.A.F. (executor do projeto I.B.C. — G.E.R.C.A. no E. Santo) fizemos a primeira viagem, tendo reambulado até a foz do Córrego Azul, onde fomos obrigados a interromper temporariamente os trabalhos, quando verificamos que faltavam as fotos de grande parte do Córrego Azul, que por motivo de falha técnica no lançamento da linha de limites nos foto-índices e mosaicos, dita área não constava como do território estadual. No

item 5 do presente abordamos com mais detalhe este assunto.

A partir das fotos do voo I.B.C. — G.E.R.C.A. — 1969, 1970 e 1971 — escala nominal 1:25.000, organizamos o foto-mapa anexo, onde figuramos também os marcos colocados pela Comissão de Demarcação. No trecho compreendido entre a foz do Córrego Santo Agostinho e o Córrego do Café, a linha divisória e os marcos foram assinalados diretamente nos mosaicos.

Confrontando o foto-mapa, o material cartográfico e o acordo de limites, chegamos as seguintes conclusões:

1º — O Ribeirão ou Córrego Aguas Claras, está deslocado nos mapas, para o sul. A média deste deslocamento é de 5,5 Km. A distância em linha reta, da foz do Rio Preto no Rio São Mateus, até a foz do Rio Santo Agostinho no Rio Preto, é de aproximadamente 30 Km. Esta distância está sem grandes discrepâncias em toda a documentação cartográfica. A distância da foz do Rio Santo Agostinho à foz do Ribeirão ou Córrego Aguas Claras no Rio Preto, está na ordem de 2 Km, enquanto na documentação cartográfica, esta mesma distância está na ordem dos 7,5 Km.

2º O Córrego do Café não é o que está assinalado nos mosaicos, o que consta como córrego do café é conhecido como Córrego Cachoeirinha, enquanto o Córrego do Café fica mais para o norte correndo próximo do Córrego do Garfo. A consequência destes deslocamentos é que a linha reta que liga a cabeceira do Córrego do Café à foz do Ribeirão Aguas Claras está deslocada tanto no Mapa Estadual de 1967 como nos mosaicos do I.B.C. — G.E.R.C.A. nºs 5 e 8 de Barra de São Francisco.

3º — O Córrego Azul está trocado ou deslocado nos diversos mapas que consultamos, especialmente no Mapa Estadual de 1967. A distância de sua foz no Rio Preto até a confluência do Rio Preto e Córrego Santo Agostinho, é de aproximadamente 7 Km. Somente no levantamento feito pela equipe do E. Santo para a Comissão Mista de Limites (1939), esta distância está condizente. O Córrego Azul corre em direção ao Leste em aproximadamente 2/3 do seu curso, depois inflete para o sul correndo nesta direção o restante do seu curso conforme se pode observar no foto-mapa. A consequência desta diferença é o deslocamento da linha divisória no Mapa Estadual de 1967. Quanto a divisória lançada no material aerofotogramétrico do I.B.C. — G.E.R.C.A., a partir do Rio Preto até o Ribeirão Peixe Branco, está completamente deslocada para dentro do território Estadual. Os mosaicos em apreço, são os de nºs 1 e 4 de Barra de São Francisco e nºs 9 e 14 de Ecoporanga, para melhor esclarecimento consultar o foto-mapa anexo.

4º — A divisória traçada nos mosaicos tomou o primeiro afluente à jusante de Novo Horizonte e não o primeiro afluente à MONTANTE do Novo Horizonte, conforme estabelece o acordo.

5º — Constatamos que existe uma parte do território Estadual que não está incluído nos foto-índices nem nos mosaicos do I.B.C. — G.E.R.C.A., e que correspondem às fotos de duas faixas de voo (faixas nº 23-G ou 24-F, as mesmas fotos estão numeradas com números diferentes). Existe uma pequena faixa de território em torno do povoado de Santa Luzia do Córrego Azul, que acreditamos não ter sido coberta pelo voo aerofotogramétrico.

6º — Traçamos no foto-mapa, a divisória conforme entendemos as leis que resultaram do Acordo Bananal. Traçamos também os extremos dos mosaicos onde se pode ver a grande faixa entre os dois traçados. Essa diferença ainda é maior uma vez que nos mosaicos a divisória não está no extremo e sim mais para leste.

7º — Locação dos marcos divisórios.

8º entendemos que os marcos 14, 15, 18 e 19 estejam conforme determinam as leis, enquanto os marcos 16, 17 e 17-A, estejam em desacordo com as mesmas leis.

b) eis o texto legal "sope pelo Rio Preto até a fcz do Córrego Santo Agostinho; segue por uma linha reta até a cabeceira do Córrego Azul, no divisor de Águas da Serra do Norte ou Serra de São Mateus; segue pela citada serra do norte até a cabeceira do primeiro afluente do Rio Peixe Branco, a montante do lugar denominado Novo Horizonte". Observando-se o foto-mapa pode-se notar que a linha reta ligando a foz do Córrego Santo Agostinho à cabeceira do Córrego Azul é a traçada por nós, o que os marcos 16, 17-A e 18 ou 17, 17-A e 18 não estão em linha reta. Portanto em desacordo com o texto legal.

c) observando atentamente as atas lavradas após a cravação dos marcos, notamos o seguinte: O marco Nº 15 foi cravado no dia 18/12/1965, o marco 16 no dia 18/12/1965, o marco Nº 17 no dia 20/12/1965, o marco Nº 17-A no dia 17/12/1965 (antes dos marcos 15, 16 e 17) o marco Nº 18 foi cravado no dia 20/12/1965. Parece que não foi seguida uma ordem cronológica.

d) não entendemos o acordo celebrado entre as duas comissões que alterou em parte o texto das leis. Me refiro à observação inserida no final da ata correspondente ao marco Nº 17-A. "OBSERVAÇÃO: CONCORDARAM AS DUAS COMISSÕES QUE A RETA QUE PARTE DA CONFLUENCIA DO SANTO AGOSTINHO COM O RIO PRETO, ATINGE ESTE MARCO E DESTE ATINGE EM RETA O MARCO DE Nº 17, SITUADO NA SERRA DO NORTE". Existe ainda incoerência quanto aos dizeres da ata correspondente ao marco Nº 17, quanto à sua localização. "Acha-se situado no ponto final da reta que parte de Barra do Santo Agostinho com o Rio Preto, no divisor de águas do Córrego Peixe Branco com o afluente do Córrego Azul, na propriedade do Sebastião Honorato Dutra. (Além de a linha não ser mais reta ainda pode-se observar que o marco não está na cabeceira do Córrego Azul e sim em um afluente deste). Em contato que mantivemos com os técnicos da RURALMINAS em Mantena, estes insistiram na linha divisória conforme a colocação dos marcos 16, 17 e 17-A, com o que não concordamos por dois motivos: 1º — porque estão fora do seu lugar, isto é, em desacordo com as leis; 2º — porque é lesiva ao interesse Estadual uma vez que sua validade implicaria na perda de parte do território Espiritossantense.

Pedimos vênha para sugerir a apreciação por parte da Assessoria Jurídica, de validade ou não da modificação introduzida pelas comissões encarregadas da cravação dos marcos.

Estamos anexando ao presente, cópias das atas de cravação dos marcos 14, 15, 16, 17, 17-A, 18 e 19, bem como cópias do foto-mapa para serem endereçadas as seguintes repartições: Fundação I.B.G.E., D.A.F. através da Secretaria de Estado da Agricultura, ao S.E.R.A.C. — I.B.C. — C.E.R.C.A. — Vitória, e a Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco com vistas ao Meritíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito daquela Comarca.

Quanto ao trecho em linha reta ligando à cabeceira do Córrego do Café à foz do Ribeirão Águas Claras, e que estava sendo locada pela RURALMINAS quando da nossa última viagem, não notamos qualquer irregularidade na sua locação, contudo devemos visitá-la na nossa próxima viagem para melhor apreciação.

WALNE CASSIANO BOTELHO
Chefe da DGC

**INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL "PROF.
JAIR ETIENE DESSAUNE"**

Na qualidade de Psicólogo Criminal do Sistema Penitenciário cuja política humanista já se reflete profundamente na nossa sociedade, conscientizamo-nos de que nos cabe preparar cultural, profissional e psicologicamente aqueles que cumprem pena a fim de reintegrá-los à uma vida condigna.

Na aplicação dos métodos de reeducação introduzimos princípios da nossa modesta atividade profissional, buscando reintegrar um indivíduo, já então destituído do espírito de vindita, contra uma sociedade que lhe puniu por ter ferido as suas normas de conduta.

Inicialmente, generalizando, dividimos o nosso trabalho em 3 partes principais:

- a) Trabalho
- b) Assistência individual
- c) Assistência grupal

Para efeito prático de assistência, dividimos a personalidade do recluso, em 4 traços vulneráveis a saber:

- 1) Complexo de isolamento social
- 2) Complexo de irrecuperabilidade
- 3) Complexo sexual
- 4) Complexo estigmatizando de marginalidade.

Através do nosso trabalho, buscamos manter o indivíduo mentalmente em contato social, mesmo fisicamente isolado pelo cumprimento das primeiras fases da pena, isto é, despertamos sempre a sua consciência para a volta ao convívio social, paralelamente, preparamos também a sua família e em parte a sociedade, representada no momento pelos que fazem convênios com o I.R.S. objetivando a aceitação do recluso.

Cumprida a preparação psicológica das fases iniciais, o recluso é levado psicologicamente à sociedade, pelo trabalho, sem impactos psicológicos. Assim, tentamos suavizar os complexos a que nos referimos e sem o problema de aguardar 5 anos para obtenção de atestado de conduta.

Obviamente estamos atentos à necessidade do recluso resgatar o seu débito com a sociedade pela falta cometida e por isso, só após satisfetas as mínimas exigências penais é que utilizamo-nos dos convênios. No período preparatório para o convênio, o condenado não só cumpre parte da sua pena, mas, também trabalha na parte interna do I.R.S. e é observado por si só não representa a razão de ser do nosso método, pois entendemos que se esse trabalho não for acompanhado por uma orientação psicológica torna-se-á apenas, uma satisfação de necessidades primárias, como a alimentação, o sono e a reprodução, sem atingir aspectos da vida superior.

A implantação dessas nuances da atual filosofia penitenciária, sabemos é de grande responsabilidade e gradativa, já começam a apresentar resultados positivos, apresentar resultados positivos.

Considerando que, em penitenciarismo, o respeito humano, o trabalho, a compreensão, o diálogo, o equilíbrio na dosagem da população e o seu aproveitamento moral, a especialização dos funcionários, a religião, a educação moral e cívica e a disciplina são fatores preponderantes, sobre estes nos concentramos.

Baseado no fato de que a razão é privilégio da sociedade humana e a força propulsora de que evolução reconhecemos no condenado uma parte integrante dessa sociedade e portanto dotado de "razão", cujo conceito individual varia segundo inúmeros fatores que influem poderosamente no cometimento da falta.

Estamos cientes da existência dos indivíduos psicopatológicos, dos fronteiriços e dos desajustados eventuais. Para cada caso, buscamos a adequação metodológica. A grande maioria dos condenados, não temos dúvida, não necessita na realidade de reintegração social e sim de assistência para não se desintegrar psicologicamente após a condenação, quer seja por influência do novo ambiente, quer seja pela revolta interior.

Anexamos no presente o mapa estatístico nº 33 que relaciona as firmas onde temos internos trabalhando em regime de "convênio". A fim de controlarmos estes con-

vênios e continuarmos assistindo as famílias dos internos, criamos as seguintes Comissões:

- a) Comissão de Fiscalização dos internos em convênios;
- b) Comissão de Controle dos serviços entre os internos do I.R.S.

A finalidade da primeira é óbvia, quanto a da segunda tem por fim organizar um sistema de trabalho denominado "mutirão", objetivando o conserto e melhoria das moradas dos próprios internos.

Aqueles que estão em convênio, comparecem obrigatoriamente uma vez por mês ao I.R.S., para uma reunião com esta Diretoria, independentemente de receberem a visita periódica da "Comissão de Fiscalização". Convidamos também, bimensalmente, os responsáveis pelos convênios, com quem mantemos um diálogo. Estes representam para nós, os desbravadores dos preconceitos sociais contra os condenados pela Justiça.

Temos causado espanto a uma grande parte da sociedade, acostumada há dezenas de anos com métodos obscuros, sem planejamento psico-social. Embora o I.R.S. seja uma prisão, torna-se fundamental dizer, que o recluso de hoje, já não é visto como um trapo humano, restolho da sociedade, simples desintegração social, matéria prima para "fabricação" de futuro reincidente ou mesmo de futuro profissional do crime, mas sim como um ser humano, com potencialidades psíquicas aproveitáveis. Quando são vistos na rua, não estão perambulando e sim trabalhando. Defendemos a tese, segundo a qual, a denominada reintegração social, se inicia nos primeiros contatos entre aquele que praticou o delito e os mantenedores da lei. Nós penitenciaristas apresentamos os últimos contatos e precisamos de melhor entrosamento com aqueles. Entretanto, pelo conhecimento que temos dos outros Estados, podemos afirmar que nosso Estado, a mercê das nossas dificuldades, já gelou uma posição de destaque no conceito penitenciarista nacional. Dispomos atualmente de mais de 150 vagas para internamento no I.R.S. e já podemos trazer ao conhecimento de V. Sa. que a recomendação preceituada pelos nossos governantes, está sendo adotada no I.R.S., que já se tornou um vasto campo de estudo e pesquisas, do Direito, da Sociologia, da Religião, da Psicologia e outras áreas. Creemos ser de grande valia, a criação de um sistema de estágio para as atividades acima referidas, podendo até ser incluído nos currículos escolares. Pelo exposto, permita-nos sugerir a V. Sa., um estudo sobre o assunto.

Os mapas estatísticos, de nºs 2 a 34 anexos ao presente e abaixo relacionados, dão conta das principais atividades deste estabelecimento penal no exercício de 1976:

SERVIÇO DE SEGURANÇA E CONTROLE

SEÇÃO PENAL E DISCIPLINAR

DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DE INTERNOS NO EXERCÍCIO DE 1976

S segregados existentes em 31.12.1975 193

Recolhidos em 1976, a saber:

Condenados no Município	25
Condenados em outros Municípios	23
Reapturados	13
Recolhidos na Colônia Penal	7
	68
	261

Saídas em 1976, a saber:

Transferido para outro estabelecimento	17
Letados	43
Falecido	1
Evadidos	16
	77
S segregados existentes em 31.12.1976	184

DEMONSTRATIVO DAS ENTRADAS DE INTERNOS, QUANTO AOS DELITOS, REFERENTE AO ANO DE 1976

Estupro	1
Estupro	1
Furto	4
Homicídio	35
Homicídio (tentativa)	1
Lesões Corporais	1
Roubo	5
T O T A L	48

DEMONSTRATIVO DAS ENTRADAS DE INTERNOS, QUANTO A PROCEPÊNCIA DAS COMARCAS REFERENTE AO ANO DE 1976

Capital	25
Cachoeiro de Itapemirim	1
Conceição da Barra	3
Beixo Guandu	1
Domingos Martins	2
Iconha	1
Itapemirim	1
Ituna	3
São Mateus	3
São Gabriel da Palha	1
Santa Tereza	1
Linhares	1
Vila Velha	5
T O T A L	48

DEMONSTRATIVO DAS ENTRADAS DE INTERNOS, QUANTO A NATURALIDADE, REFERENTE AO ANO DE 1976

Bahia	3
Ceará	1
Espírito Santo	35
Minas Gerais	7
Rio de Janeiro	1
São Paulo	1
T O T A L	48

DEMONSTRATIVO DAS ENTRADAS DE INTERNOS, QUANTO AO ESTADO CIVIL, REFERENTE AO ANO DE 1976

Casado	20
Desquitado	1
Solteiro	26
Viuvo	1
T O T A L	48

DEMONSTRATIVO DAS ENTRADAS DE INTERNOS, QUANTO A IDADE, REFERENTE AO ANO DE 1976

De 18 à 20 anos	2
De 21 à 30 anos	21
De 31 à 40 anos	13
De 41 à 50 anos	8
De 51 à 60 anos	3
De 61 à 70 anos	1
T O T A L	48

**DEMONSTRATIVO DAS ENTRADAS DE INTERNOS,
QUANTO AS PROFISSÕES, REFERENTE AO
ANO DE 1976**

Pedreiro	4
Pintor	2
Estudante	1
Vendedor Autônomo	1
Carpinteiro	1
Braçal	10
Lanterneiro	1
Lavrador	13
Mecânico	1
Motorista	1
Guarda Florestal	1
Advogado	1
Militar Reformado	1
Cozinheiro	1
Padeiro	1
Comerciário	1
Açougueiro	1
Eletrecista	1
Pescador	1
Escrivário	1
T O T A L	48

**DEMONSTRATIVO DAS SAÍDAS DE INTERNOS
ATRAVÉS DO LIVRAMENTO CONDICIONAL ,
SEGUNDO AS COMARCAS, REFERENTE
ANO DE 1976**

Caracica	3
Capitã	15
Santa Tereza	1
São José do Calçado	1
Afonso Cláudio	1
Barra de São Francisco	4
Alegre	1
Baixo Guandu	2
Vila Velha	2
Ecoperanga	2
Iúna	1
São Mateus	1
Alfredo Chaves	1
Guaçu	1
T O T A L	36

**DEMONSTRATIVO DAS SAÍDAS DE INTERNOS
ATRAVÉS ALVARÁ DE SOLTURA, POR
(ONCLUSÃO DE PENA, INDULTO E
ABSOLVIÇÃO, REFERENTE AO ANO
DE 1976**

**DEMONSTRATIVO DAS ENTRADAS DE INTERNOS,
QUANTO A INSTRUÇÃO, REFERENTE AO ANO
DE 1976**

Analfabeto	18
Primária	20
Rudimentar	7
Secundária	4
Superior	1
Universitário	1
T O T A L	48

CONCLUSÃO DE PENA

Capital	7
Cachoeiro de Itapemirim	3
T O T A L	7

INDULTO

ABSOLVIÇÃO

**DEMONSTRATIVO DAS EVASÕES DE INTERNOS,
QUANTO A PROCEDENCIA DAS COMARCAS,
REFERENTE AO ANO DE 1976**

**DEMONSTRATIVO DAS ENTRADAS DE INTERNOS,
QUANTO A COR, REFERENTE AO ANO DE 1976**

Branca	15
Preta	5
Parda	28
T O T A L	48

Capital	6
Vila Velha	1
Itapemirim	1
Afonso Cláudio	1
Iúna	4
Linhares	3
T O T A L	16

**DEMONSTRATIVO DAS RECAPTURAS DE INTERNOS EVADIDOS QUANTO A
PROCEDÊNCIA DAS COMARCAS, REFERENTE AO ANO DE 1976**

CAPITAL	5
MUNIZ FREIRE	1
ITAPEMIRIM	1
LINHARES	3
IUNA	2
ECOPORANGA	1
T O T A L	13

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA ..
Coordenação dos Serviços Penitenciários
— INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL —
"Prof. Jair Etienne Dessaune"**

Total das despesas efetuadas no exercício de 1976 pelas verbas orçamentárias deste Instituto, sendo:

3.1.2.0 — MATERIAL DE CONSUMO

1.00 — Artigos de expediente, dest., enc., impressão e impressos em geral	14.658,65	
2.00 — Artigos e utensílios em geral para copa, cozinha, dormitório e banho	5.109,40	
3.00 — Combustíveis e Lubrificantes	130.374,80	
4.00 — Art's de limpeza, higiene, conservação, embalagem e etc.	18.016,40	
7.00 — Gêneros de Alimentação, bebidas, artigos para fumantes	652.253,00	
8.00 — Gêneros e Suplementos alimentícios para animais	5.796,00	
11.00 — Art's de costura em geral, de vestuário, calçados, fardamentos e acessórios	53.292,64	
12.00 — Artigos p/uso escolar, didáticos, esportivo e brinquedos	1.069,00	
13.00 — Artigos para uso médico cirurgico, odontológico e enfermarias; animais para laboratório	11.679,00	
14.00 — Mat. p/conservação, manutenção e adaptação de bens móveis e imóveis matérias primas e prodd. manufaturados	31.475,50	
15.00 — Mat. elétrico de iluminação e sinalização	6.887,04	930.611,43

3.1.3.2 — OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

02 — Serviços médicos, hospitalares, dentários, farmacêuticos e judiciais	1.676,00	
05 — Assinaturas, aquisição, divulgação, impressão, encadernação de atos e documentos oficiais e etc.	10.964,50	
A transportar	12.640,50	930.611,43

Movimento do "PECÚLIO DE RESERVA" dos segregados, durante o exercício de 1976.

Saldo do exercício de 1975	64.323,95	
Recebido no exercício de 1976, e registrado nas respectivas cadernetas de cada interno	93.143,62	
Pago, no exercício de 1976, a internos, conforme documentos nesta Secção		84.827,74
S O M A	147.467,57	84.827,74
Saldo existente em 31-12-976		62.639,83
T O T A L	147.467,57	147.467,57

Movimento do "PECÚLIO DISPONÍVEL" dos segregados, durante o exercício de 1976.

Saldo do exercício de 1975	22.400,80	
Recebido no exercício de 1976, e registrado nas respectivas cadernetas de cada interno	62.562,48	
Pago no exercício de 1976 a internos, conforme documentos nesta Secção		68.365,89
S O M A	84.963,28	68.365,89
Saldo existente em 31-12-976		16.597,39
T O T A L	84.963,28	84.963,28

Movimento da verba sob o título "FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO" no exercício de 1976, conforme Processos enviados a Coordenação dos Serviços Penitenciários da SEJU

Recebido no exercício de 1976, conforme Processos de Prestações de Contas enviados a Coordenação	525.935,56	
Pagamentos efetuados no exercício de 1976, conforme Processos enviados a Coordenação, a saber:		
Pessoal	9.319,64	
Material de Consumo	392.606,40	
Serviços de Terceiros	7.963,10	
Encargos Diversos	11.644,58	
Despesas Exerc. Anteriores	50.983,00	
Eq. e Instalações	15.733,20	
Material Permanente	1.079,70	489.329,62
S O M A	525.935,56	489.329,62
Saldo positivo em 31-12-976		36.605,94
T O T A L	525.935,56	525.935,56

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
Coordenação dos Serviços Penitenciários
INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL
"Prof. Jair Etienne Dessaune"
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

RESUMO DA PRODUÇÃO DAS OFICINAS E OUTROS SERVIÇOS DESTE INSTITUTO, NO EXERCÍCIO DE 1976.

A — ALFAIATARIA:		
1 — Para o I. R. S.	46.350,00	
2 — Para o Fundo T. Penitenciário	—	46.350,00
B — CAPITANIA:		
1 — Para o I. R. S.	5.014,00	
2 — Para o Fundo T. Penitenciário	6.189,68	11.203,68
C — SAPATARIA:		
1 — Para o I. R. S.	11.925,00	
2 — Para o Fundo T. Penitenciário	20,00	11.945,00
D — OFICINA MECÂNICA:		
1 — Para o I. R. S.	—	
2 — Para o Fundo T. Penitenciário	9.369,00	9.369,00
E — SETOR AGRÍCOLA:		
1 — Para o I. R. S.	5.841,80	
2 — Para o Fundo T. Penitenciário	17.558,60	23.400,40

F — COZINHA:			
1 — Para o I. R. S.	258.297,80		
2 — Para o Fundo T. Penitenciário	702.183,80	960.481,60	
G — ALMOXARIFADO:			
1 — Para o Fundo T. Penitenciário			
Litros vendidos — Guia S.A. 9272	90,00		
Sacos vãos vendidos — Guia S.A. 9298	300,00	390,00	
H — GINÁSIO DE ESPORTES			
1 — Para o Fundo T. Penitenciário	300,00	300,00	
I — PADARIA:			
1 — Para o I. R. S.	6.708,80		
2 — Para a Casa de Detenção	13.622,20		
3 — Para o Fundo T. Penitenciário	439,20	20.770,20	
T O T A L		1.084.209,66	

(HUM MILHAO, OITENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E NOVE CRUZEIROS E OITENTA E OITO CENTAVOS)

PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS NA OFICINA DE ALFAIATARIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 1976

	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	
JANEIRO				
Uniformes de mescla azul p/os catraeiros do I.R.S. (interno nº 2445)	2	100,00	200,00	
Uniformes de mescla preta p/o IRS	20	100,00	2.000,00	
Lençóis de algodão p/o IRS	20	40,00	800,00	
Cuecas de algodão p/o IRS	20	25,00	500,00	
Uniformes de mescla azul p/os catraeiros (int. nº 2425)	2	100,00	200,00	
Uniformes de mescla preta p/o IRS	30	100,00	3.000,00	6.700,00
FEVEREIRO				
Uniformes de mescla preta p/o IRS	30	100,00	3.000,00	
Lençóis de algodão p/o IRS	30	40,00	1.200,00	
Cuecas de algodão p/o IRS	30	40,00	1.250,00	
Fronhas de algodão p/o IRS	60	6,00	300,00	5.750,00
MARÇO				
Uniformes de mescla preta p/a interna nº 2502 ..	22	100,00	200,00	
Uniformes de mescla preta p/o IRS	33	100,00	3.300,00	
Calça de mescla preta p/o IRS	1	50,00	50,00	3.550,00
ABRIL				
Uniforme de mescla azul p/o interno catraeiro nº 2445	2	100,00	200,00	200,00
MAIO				
Cuecas de algodão p/o IRS	50	25,00	1.250,00	
Fronhas de algodão p/o IRS	50	6,00	300,00	1.550,00
JUNHO				
Calça de mescla preta p/o IRS	1	—	50,00	
Camisa branca p/o IRS	1	—	50,00	100,00
JULHO				
Camisas tipo jaleco p/internos que trabalham na Administração	4	50,00	200,00	200,00
Uniformes de mescla preta p/o IRS	70	100,00	7.000,00	7.200,00
AGOSTO				
Lençóis de algodão p/o IRS	50	40,00	2.000,00	
Lençóis de algodão p/o IRS	50	40,00	2.000,00	
Uniformes de mescla p/o IRS	50	100,00	5.000,00	9.000,00
SETEMBRO				
Lençóis de algodão p/o IRS	50	40,00	2.000,00	
Uniformes de mescla preta p/o IRS	50	100,00	5.000,00	7.000,00

OUTUBRO

Uniformes de mescla preta p/o IRS	50	100,00	5.000,00	5.000,00
---	----	--------	----------	----------

NOVEMBRO

Macacão de mescla azul p/o Encarregado da Cozinha	1	—	100,00	100,00
---	---	---	--------	--------

T O T A L				46.350,00
------------------------	--	--	--	-----------

DEZEMBRO

(Não houve produção)

(QUARENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS)

PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS NA CARPINTARIA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 1976

	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	
JANEIRO				
Mesa simples de 0,80x0,65x0,50 p/o Sr. Sérgio Soares Dutra	1	—	409,68	
Tamboretas p/a Sec. de Esado da Justiça, c/aproveitamento de sobras de madeira	4	25,00	100,00	
Mesa de 1,70x0,80x1,00 p/o Sr. Moacyr do Espírito Santo	1	—	276,00	
Tamboretas p/o Sr. Moacyr do Espírito Santo ...	8	19,75	158,00	943,68
FEVEREIRO				
Porta de 2,10x0,70 c/marcos p/o IRS	1	—	1.176,00	
Portas de 1,40x0,65 s/marcos p/o I.R.S.	1	364,00	728,00	
Portas c/2 bandeiras de 8,80 X 4,00, c/todo o material fornecido pelo interessado para o Sr. Jairo Leão	1	—	896,00	2.800,00
MARÇO				
Sómente pequenos atendimentos	—	—	—	—
ABRIL				
Idem, idem	—	—	—	—
MAIO				
Idem, idem	—	—	—	—
JUNHO				
Caixa-fichário de 0,55x0,42x0,25 p/o Posto de Saúde da Glória	1	—	300,00	
Consertos em 3 camas p/o Corpo de Guarda Militar d/IRS	3	80,00	210,00	540,00
JULHO				
Consertos em camas p/o IRS	20	80,00	1.600,00	1.600,00
AGOSTO				
Mesa de 1,60x0,85x0,50 p/o novo alojamento do Dest. Policial do IRS	1	—	320,00	
Industrialização e colocação de respingadeiras de 0,75x0,10 p/c SENAC	45	10,00	450,00	770,00
SETEMBRO				
Pá para a Padaria do IRS	1	—	60,00	
Reforma de canteiras escolares individuais p/a Secret. Educ. e Cultura	148	21,00	3.100,00	3.150,00
OUTUBRO				
Consertos de cadeiras do Refeitório do IRS	20	25,00	500,00	500,00
NOVEMBRO				
Balcão de 1,47x1,10x0,50 c/uma prateleira p/a Fundação "Jones dos Santos Neves"	1	—	900,00	900,00
DEZEMBRO				
(Não houve recolhimento)	—	—	—	—
T O T A L				11.203,68

(ONZE MIL, DUZENTOS E TRÊS CRUZEIROS E SESSENTA E OITO CENTAVOS)

PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS NA OFICINA DE SAPATARIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 1976

	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	
FEVEREIRO				
Confecção de Borzeguins de vaqueta preta p/o IRS	32	60,00	1.920,00	1.920,00
ABRIL				
Borzeguins de vaqueta preta p/o IRS	27	60,00	1.620,00	1.620,00
MAIO				
Borzeguins de vaqueta preta para o IRS	24	65,00	1.560,00	1.560,00
JULHO				
Borzeguins de vaqueta preta p/o IRS	25	75,00	1.875,00	1.875,00
AGOSTO				
Borzeguins de vaqueta preta p/o IRS	30	75,00	2.250,00	2.250,00
OUTUBRO				
Borzeguins de vaqueta preta p/o IRS	30	90,00	2.700,00	2.700,00
DEZEMBRO				
Conserto de meia sola em um par de sapatos p/o Sr. José Costa Ferreira	1	—	20,00	20,00
T O T A L			Cr\$	11.945,00

(ONZE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO CRUZEIROS).

PRODUÇÃO DA OFICINA MECÂNICA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 1976

MARÇO

Recebido do Sr. Gilberto Lyra dos Santos, conf. Guia S.A. 9252	40,00	
Idem, de Clemides José de Souza conf. Guia S.A. 9258	30,00	70,00

ABRIL

Recebido do Sr. Gilberto Lyra dos Santos conf. Guia S.A. 9266	25,00	
Idem, de Olga Semblano Lascosqui, conf. Guia S.A. 9269	25,00	
Idem, de Laurita Dessaune, conf. Guia 9275	25,00	
Idem, de Clemides José de Souza, conf. Guia S.A. 9267	50,00	
Idem, de Alcebílio Rodrigues Ribeiro, conf. Guia S.A. 9273	15,00	
Idem, de Clemides José de Souza, conf. Guia S.A. 9274	30,00	
Idem, de Herval Lobato, conf. Guia S.A. 9277	100,00	270,00

MAIO

Recebido de Clemides José de Souza conf. Guia S.A. 9285	75,00	
Idem, da Casa de Detenção, conf. Guia S.A. 9286	25,00	
Idem, de Hermes Faiolli, conforme Guia S.A. 9287	107,00	
Idem, de Moacyr do Esp. Santo, conf. Guia S.A. 9288	300,00	
Idem, de Argemiro Teixeira, conf. Guia S.A. 9289	60,00	
Idem, de José Francisco da Silva, conf. Guia S.A. 9290	575,00	
Idem, de Haroldo Varejão Dias, conf. Guia S.A. 9291	402,00	1.544,00
A transportar		1.884,00

JUNHO

Recebido de Roberto Silva, conf. Guia S.A.	50,00	
Idem, de Moacyr do Esp. Santo, conf. Guia S.A. 9303	20,00	
Idem, de Hermes Faiolli, conf. Guia S.A. 9299	80,00	
Idem, de Manoel Santos Nascimento, conf. Guia S.A. 9300	200,00	
Idem, de Gesse Gomes Ferreira, conf. Guia S.A. 9302	150,00	500,00

JULHO

Recebido de Sergio Varejão Dias, conf. Guia S.A.	20,00	
Idem, de Clemildo José de Souza, conf. Guia S.A. 9310 ..	30,00	
Idem, de Diversos, conforme Guia S.A. 9311	40,00	
Idem, de Roberto da Silva, conf. Guia S.A. 9307	45,00	
Idem, de Joel Ferreira, conforme Guia S.A. 9308	50,00	
Idem, de Moacyr do Esp. Santo, conf. Guia S.A. 9312	30,00	
Idem, de Wilton Varejão Dias, conforme Guia S.A. 9313	50,00	
Idem, Joel Ferreira da Silva, conforme Guia S.A. 9316	1.350,00	1.615,00

AGOSTO

Recebido de Antônio Gaudio, conf.. Guia S.A. 9320	40,00	
Idem, de Haroldo Varejão Dias, conforme Guia S.A. 9321	20,00	
Idem, de Fernando Borges, conforme Guia S.A. 9319	80,00	
Idem, da Casa de Detenção, conforme Guia S.A. 9318 ..	70,00	210,00

SETEMBRO

Recebido de Luiz Carlos, conforme Guia S.A. 9334	100,00	
Idem, de Jonas de Oliveira, conforme Guia S.A. 9335	40,00	
Idem, de Sergio Delgado Falcão, conforme Guia S.A. 9341	20,00	160,00

DEZEMBRO

Recebido da Sta. Casa, conforme Guia S.A. 9361	—	5.000,00	9.369,00
TOTAL			9.369,00

(NOVE MIL, TREZENTOS E SESSENTA E NOVE CRUZEIROS)

Produção do setor agrícola deste Instituto, compreendendo: GRANJA, HORTA e POCILGA, durante o exercício de 1976.

JANEIRO

Gratia

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
188,400 Kilos de frango vendido a particulares a	8,00	1.507,20	1.507,20

Horta

Verduras vendidas a particulares	—	—	16,80
--	---	---	-------

Pocilga

20 Kilos de leitão vendidos	a	10,00	200,00	200,00
-----------------------------------	---	-------	--------	--------

MARÇO

Granja

68,150 Kilos de frango vendido a particulares	a	8,00	545,20	545,20
---	---	------	--------	--------

Pocilga

64 Kilos de leitão vendidos	a	10,00	640,00	640,00
-------------------------------------	---	-------	--------	--------

ABRIL

Granja

122.80 Kilos de frango vendidos a particulares	a	8,00	982,40	
58 Kilos de frango vendidos a particulares	a	8,00	464,00	1.446,40

Pocilga

40 Kilos de leitão vendidos	a	10,00	400,00	400,00
-----------------------------------	---	-------	--------	--------

MAIO

Horta

Verduras fornecidas ao almoxarifado 1350 pés de alface	a	0.80	1.080,00	1.080,00
A Transportar				5.835,60

JUNHO**Pocilga**

18 Kilos de leitão vendido	a	10,00	180,00	180,00
----------------------------------	---	-------	--------	--------

Horta

1500 pés de alface fornecidos ao almoxarifado	a	0,80	1.200,00	1.200,00
---	---	------	----------	----------

JULHO**Horta**

Verduras vendidas a particulares	—	700,00	700,00
--	---	--------	--------

Horta

Verduras fornecidas ao almoxarifado	—	185,00	185,00
---	---	--------	--------

Pocilga

210 Kilos de leitão vendido	a	10,00	2.100,00	2.100,00
-----------------------------------	---	-------	----------	----------

AGOSTO**Horta**

Verduras vendidas a particulares	—	1.300,00
--	---	----------

Verduras fornecidas ao almoxarifado	—	724,00
---	---	--------

2.024,00	2.024,00
----------	----------

SETEMBRO**Horta**

Verduras vendidas a particulares	—	2.300,00
--	---	----------

Verduras fornecidas ao almoxarifado	—	560,00
---	---	--------

2.860,00	2.860,00
----------	----------

OUTUBRO**Pocilga**

47 Kilos de leitão vendido	a	15,00	705,00	705,00
----------------------------------	---	-------	--------	--------

140 Kilos de leitão vendido	a	10,00	1.400,00	1.400,00
-----------------------------------	---	-------	----------	----------

Horta

Verduras vendidas a particulares	—	100,00
--	---	--------

Verduras fornecidas ao almoxarifado	—	560,00
---	---	--------

660,00	660,00
--------	--------

NOVEMBRO**Granja**

342 Kilos de frango vendido	a	9,00	3.078,00	3.078,00
-----------------------------------	---	------	----------	----------

64 Kilos de frango almoxarifado	—	577,80	577,80
---------------------------------------	---	--------	--------

Horta

Verduras fornecidas ao almoxarifado	—	355,00	355,00
---	---	--------	--------

A Transportar	21.860,40
---------------------	-----------

DEZEMBRO**Pocilga**

84 Kilos de leitão vendido	a	10,00	840,00	840,00
----------------------------------	---	-------	--------	--------

Horta

Verduras vendidas a particulares	—	100,00
--	---	--------

Verduras fornecidas ao almoxarifado	—	600,00
---	---	--------

700,00	700,00
--------	--------

TOTAL	Cr\$ 23.400,40
-------------	----------------

Seção de Material Comp. e Almoxarifado

MOVIMENTO GERAL DA COZINHA DESTE INSTITUTO DURANTE
O EXERCÍCIO DE 1976

FORNECIMENTO DE ETAPAS DE ALIMENTAÇÃO

JANEIRO

		Cr\$	Cr\$	Cr\$
Ao Instituto	3.360	a 7,70	25.872,00	
A Casa de Detenção	3.956	a 7,70	30.461,20	
A Guarda Policial	1.860	a 7,70	14.322,00	
A Delegacia de Vila Velha	270	a 7,70	2.079,00	72.734,20

FEVEREIRO

Ao Instituto	3.192	a 7,70	24.578,40	
A Casa de Detenção	4.256	a 7,70	32.771,20	
A Guarda Policial	1.860	a 7,70	14.322,00	
A Delegacia de Vila Velha	355	a 7,70	2.733,50	74.405,10

MARÇO

Ao Instituto	2.490	a 7,70	19.173,00	
A Casa de Detenção	5.786	a 7,70	44.552,20	
A Guarda Policial	1.740	a 7,70	13.398,00	
A Delegacia de Vila Velha	327	a 7,70	2.517,90	79.641,10

ABRIL

Ao Instituto	3.270	a 7,70	25.179,00	
A Casa de Detenção	5.612	a 7,70	43.212,40	
A Guarda Policial	1.860	a 7,70	14.322,00	
A Delegacia de Vila Velha	353	a 7,70	2.718,10	
A Delegacia do Ibes	21	a 7,70	161,70	85.053,20

A Transportar Cr\$ 311.833,60

MAIO

Ao Instituto	3.060	a 7,70	23.562,00	
A Casa de Detenção	6.517	a 7,70	50.180,90	
A Guarda Policial	1.800	a 7,70	13.860,00	
A Delegacia de Vila Velha	372	a 7,70	2.864,40	90.467,30

JUNHO

Ao Instituto	2.460	a 7,70	18.942,00	
A Casa de Detenção	5.982	a 7,70	46.061,40	
A Guarda Policial	1.860	a 7,70	14.322,00	
A Delegacia de Vila Velha	290	a 7,70	2.233,00	81.558,40

JULHO

Ao Instituto	2.250	a 7,70	17.325,00	
A Casa de Detenção	5.914	a 7,70	45.537,80	
A Guarda Policial	1.800	a 7,70	13.860,00	
A Delegacia de Vila Velha	269	a 7,70	2.071,30	78.794,10

AGOSTO

Ao Instituto	2.760	a 7,70	21.252,00	
A Casa de Detenção	5.478	a 7,70	42.180,60	
A Guarda Policial	1.333	a 7,70	10.264,10	
A Delegacia de Vila Velha	240	a 7,70	1.848,00	75.544,70

SETEMBRO

Ao Instituto	2.610	a 7,70	20.097,00	
A Casa de Detenção	5.615	a 7,70	43.235,50	
A Guarda Policial	1.333	a 7,70	10.264,10	
Delegacia de Vila Velha	274	a 7,70	2.109,80	75.706,40

A Transportar Cr\$ 713.904,50

OUTUBRO

Ao Instituto	2.728	a	7,70	21.005,60	
A Casa de Detenção ..	6.062	a	7,70	46.677,40	
A Guarda Policial	1.290	a	7,70	9.933,00	
A Delegacia de Vila Velha ..	273	a	7,70	2.102,10	79.718,10

NOVEMBRO

Ao Instituto	2.610	a	7,70	20.097,00	
A Casa de Detenção	6.190	a	7,70	47.663,00	
A Guarda Policial ..	1.178	a	7,70	9.070,60	
A Delegacia de Vila Velha	285	a	7,70	2.194,50	79.025,10

DEZEMBRO

Ao Instituto	2.754	a	7,70	21.205,80	
A Casa de Detenção ..	6.745	a	7,70	51.936,50	
A Guarda Policial	1.634	a	7,70	12.581,80	
A Delegacia de Vila Velha	274	a	7,70	2.109,80	87.833,90

TOTAL Cr\$ 960.481,60

(NOVECIENTOS E SESSENTA MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E UM CRUZEIROS E SESSENTA CENTAVOS)

**MOVIMENTO GERAL DA PADARIA DESTE INSTITUTO
DURANTE O EXERCÍCIO DE 1976**

FORNECIMENTO DE PAES**JANEIRO**

Ao Instituto	3.310	a	0,20	672,00	
A Casa de Detenção ..	3.956	a	0,20	791,20	1.463,20

FEVEREIRO

Ao Instituto	3.192	a	0,20	638,40	
A Casa de Detenção ..	4.256	a	0,20	851,20	1.489,60

MARÇO

Ao Instituto	2.490	a	0,20	498,00	
A Casa de Detenção ..	5.786	a	0,20	1.157,20	1.655,20

ABRIL

Ao Instituto	3.270	a	0,20	654,00	
A Casa de Detenção ..	5.612	a	0,20	1.122,40	1.776,40

MAIO

Ao Instituto	3.060	a	0,20	612,00	
A Casa de Detenção ..	6.517	a	0,20	1.303,40	1.915,40

JUNHO

Ao Instituto	2.460	a	0,20	492,00	
A Casa de Detenção ..	5.982	a	0,20	1.196,40	1.688,40

JULHO

Ao Instituto	2.250	a	0,20	450,00	
A Casa de Detenção ..	5.914	a	0,20	1.182,40	
Ao Sr. Hermes Faioli	172	a	0,20	74,40	1.706,80

A TRANSPORTAR Cr\$ 11.695,00

AGOSTO

Ao Instituto	2.760	a	0,20	552,00	
A Casa de Detenção ..	5.478	a	0,20	1.095,60	
Ao Sr. Hermes Faioli	360	a	0,20	72,00	1.719,60

SETEMBRO

Ao Instituto	2.610	a	0,20	522,00	
A Casa de Detenção	5.615	a	0,20	1.123,00	
Ao Sr. Hermes Faioli	360	a	0,20	72,00	1.717,00

OUTUBRO

Ao Instituto	2.728	a	0,20	545,60	
A Casa de Detenção	6.062	a	0,20	1.212,40	
Ao Sr. Hermes Faioli	372	a	0,20	74,40	1.832,40

NOVEMBRO

Ao Instituto	2.610	a	0,20	522,00	
A Casa de Detenção	6.190	a	0,20	1.238,00	
Ao Sr. Hermes Faioli	360	a	0,20	72,00	1.832,00

DEZEMBRO

Ao Instituto	2.754	a	0,20	550,80	
A Casa de Detenção	6.745	a	0,20	1.349,00	
Ao Sr. Hermes Faioli	372	a	0,20	74,40	1.974,20

T O T A L Cr\$ 20.770,20

(VINTE MIL, SETECENTOS E SETENTA CRUZEIROS E VINTE CENTAVOS)

Relação das peças de vestuários recebidas pelo Almocharifado e distribuídas aos internos no exercício de 1976

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIDAS	DISTRIBUIDAS	SALDO
Uniforme de Mescla Preta	334	334	—
Uniforme de Mescla Preta p/ Interna	10	10	—
Fronha de Algodão	100	95	5
Lençóis de Algodão	200	168	32
Cuecas de Algodão	120	20	100
Borzequim de Vaqueta Preta	168	150	18
Uniforme de Mescla Azul p/ Catraeiro	4	4	—
Macacão p/ o Encarregado da Cozinha	1	1	—

SERVIÇOS DE OBRAS E REPAROS DE MAIOR VULTO EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 1976

- 1 — Conclusão das Obras do Corpo da Guarda.
- 2 — Calação Geral do prédio deste Instituto.
- 3 — Acimentado o corredor de acesso ao pátio de correção.
- 4 — Reparo no sanitário do Corpo da Guarda.
- 5 — Reforma na guarita da passarela.
- 6 — Reparo na rede de esgoto da Cozinha.
- 7 — Desentupimento geral da rede de esgoto do Presídio de Mulheres.
- 8 — Desentupimento em varias celas das Galerías: superior e inferior.
- 9 — Reposição de um vaso sanitário na dependência da Cozinha.
- 10 — Retelhamento em varios setores deste Instituto.
- 11 — Reposição com troca de uma pia no corredor do Pavilhão (Art. 37).
- 12 — Reparo no sanitário da Vigilância.
- 13 — Reparo no sanitário do Posto 3 (três).
- 14 — Reparo na rede d'agua que serve as residências dos funcionários.
- 15 — Reparo geral no calcamento do pátio interno.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE
PENITENCIÁRIA**

**RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DO S.A.S.P., — ANO
DE 1976**

Consultas no Ambulatório	1.900
Receitas Aviaadas	1.850
Laudos Médico p/Comutação e Livramento Condi-	
cional	19
Abreugrafias	62
R. X de Tórax	1
R. X Femural	1
R. X Craneo perfil	1
R. X Pulmao 70 mm	6
Parasitológico de fezes	34
Exame de urina	4
Exame de escarro	17
Hemogramas	4
Serlograma	1
Secr-ção uretral	1
P. P. D.	6
V. R. D. C.	12
E. E. C.	2
Encaminhamentos para O. R. L.	10
Encaminhamentos para Oftalmologia	29
Encaminhamentos para Ortopedista	31
Encaminhamentos para Gastroenterologista	9
Encaminhamentos para Neurologista	6
Encaminhamentos para Proctologista	3
Encaminhamentos para Clínica Cirúrgica	23
Encaminhamentos para Cardiologista	3
Encaminhamentos para Psiquiatra	11
Encaminhamentos para Psicólogo	5
Encaminhamentos para Odontólogo	3
Internações (Hospitais da Grande Vitória)	19
Pequenas Cirurgias realizadas no I.R.S.	16
Internações na Enfermaria do I.R.S.	15
Curativos	416
Internos encaminhados ao Manicômio Judiciário	8
Óbitos	0
Doações Voluntárias, aos diversos Hosp. Grande	
Vitória, de Sangue	135
Tratamento de S. Mansonii	2
Aplicações de injeções intra musculares	600
Aplicações de injeções endovenosas	1.000
Prognostico de Allin	1

CORRESPONDÊNCIA

Ofícios expedidos	44
Ofícios recebidos	13

No mês de março, foi realizado o cadastramento to-
ráxico dos internos com a ajuda do SESI.

No mês de maio, realizamos convênio, através da Di-
reção do Instituto de Readaptação Social com a Santa
Casa de Misericórdia de Vitória.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE
PENITENCIÁRIA**

GABINETE DENTARIO

**MOVIMENTO DO GABINETE DENTARIO, DURANTE
O EXERCICIO DE 1976**

Obturações amalgama e porcelana	26
Forramentos de cavidade	67
Extrações dentárias	29
Curetagens alveolares	10
Tratamentos de alveolite	4
Tratamentos de abscessos	11
Tratamentos de canais	11
Tartarotomias	39

Exsrpações de nervo	5
Obturações de canais	3
Recolocações de peças proteticas	3
Concerto de dentaduras	1
Tratamento de gengivite	424
Frequências	519

**Relatório Estatístico das Atividades do Serviço So-
cial durante o ano de 1976.**

I — Matrículas	167
Casos abertos	34
Casos prosseguidos	88
Casos encerrados	45
II — Motivação dos Problemas	220
Familiar	33
Saúde	29
Financeiro	58
Emprego	23
Educação	8
Adaptação	3
Relacionamento	13
Habitação	24
Outros	19
III — Atendimento a Grupos	83
Orientação direta	6
Frequencia	90
Orientação indireta	10
Frequencia	162
IV — Pesquisa	7
Em Execução	2
Encerrada	5
V — Levantamento	4
Em execução	4
Encerrado	—
VI — Campanha Educativa	5
Iniciadas	—
Encerradas	5
VII — Participação e/ou Organização de Festi- vidades	7
Outros	16
VIII — Entrevistas	1.593
Preliminares	86
Subsequentes	1.043
Colaterais	464
IX — Visitas	274
Domiciliares	57
Hospitalares	46
Obras e Indústrias	171
X — Entrosamentos	1.013
Com. Sv. do I.R.S.	623
Com. Comunidade	390
XI — Encaminhamentos	529
A Serviço do I.R.S.	385
A Comunidade	144
XII — Correspondência	198
Rec.bica	27
Expedida	171
XIII — Requerimentos recebidos e informad's	746
XIV — Reuniões	42

GABINETE DE PSICOLOGIA

**RELATÓRIO DO MOVIMENTO DO SETOR DE PSI-
COLOGIA CRIMINAL, DURANTE O EXERCICIO DE
1976.**

Laudos	46
Entrevistas	270
Reuniões com a população carcerária	25
Reuniões com a Comissão de Classificação Conduta	5

SERVIÇO DE SEGURANÇA E CONTROLE SEÇÃO PENAL E DISCIPLINAR

RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS, PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, QUE MANTIVERAM CONVENIO COM O I.R.S., PARA TRABALHO DE RECLUSOS DURANTE O ANO DE 1976.

Frincasa	2
Ely Ferreira	1
Cobraulica	3
Itapoã Ltda.	1
Oficina M. cônica Orlandino	1
Soares Leone S/A	1
Super Mercado Womac	2
Angela Ferreira	1
Lopes S/A	1
Dr. Semblano	1
Editora Guia Ltda.	1
Wilson Pinto Vieira	2
Indústria de Malas	1
Construtora Barbosa	1
Saldanha da Gama	1
Sindicato dos Ferroviários	1
Frimacal	3
Açougue Capixaba	1
Padaria Glória	1
Diretor do I.R.S.	1
Dumans Auto Elétrica	1
Salão Queiroz	1
Sinvaldo Oliveira	1
Sirowagen	1
Viamão Agro-Industrial	5
Construtora Sinal	1
Forum da Capital	3
Fundação Cultural	1
Quartel da P.M.E.S.	2
Manicômio Judiciário	3
Hospital das Clínicas	3
Unidade Comunitária	1
Construtora Civil	1
Escola de Educação Física	2
Marquesas Móveis	5
Santa Casa de Misericórdia	9
Soares & Coelho	2
Indústria de Acabamentos	1
Construtora Moraes	1
Isticida Flexa	1
Colégio Estadual	1
José Pinto Vieira	2
Marchezine Ltda.	1
Posto Ipiranga	1
Macoia	1
José Gandio	1
Clube Libanez	1
Haroldo Varejão Dias	1
F.A.E.S.A.	3
Porto do Sol	1
A. Colodetti	1
Total	86

SECRETARIA DO CONSELHO

DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DURANTE O EXERCÍCIO DE 1976:

Total de Reuniões	44
Atas Lavradas	44
Total de Processos Examinados com Relatório Apresentações	75
Sendo:	
De Livramento Condicional	29
De Comutação de Pena e Liv. Condicional	18

De Comutação de Pena	15
De Indulto	13 75

TOTAL DE PROCESSOS EXAMINADOS, AGUARDANDO PROVIDÊNCIAS	50
OFÍCIOS EXPEDIDOS	405

COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA

INTRODUÇÃO: A COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA, órgão integrante do sistema Penitenciário do Estado, com sede em Viana, criada pelo Decreto Lei nº 13.231, de 26.01.44, tem como finalidade precípua, em regime de prisão, aberta, proporcionar aos internos condições de retorno à sociedade, através do aprendizado profissional. A atual Direção da CPA, faz marcar suas atividades a partir de 1º de janeiro de 1976.

A ADMINISTRAÇÃO da CPA é constituída de:

- 1 — Diretor
- 1 — Chefe do Serviço Administrativo
- 1 — Chefe do Serviço de Segurança e Controle
- 1 — Chefe do Serviço Médico

FUNCIONÁRIOS — o quadro de funcionários está assim constituído:

- 7 — Guardas de presídios.
- 1 — Auxiliar de Campo.
- 1 — Continuo.

AGRICULTURA — A agricultura é a principal fonte de rendimento da CPA. O ano de 1975, não foi promissor: apresentou rendimento baixo. Os principais produtos agrícolas, são: o feijão, arroz, banana, mandioca e cana; apesar do mau tempo, neste exercício de 1976, acusou um aumento na produtividade da base de 40% (quarenta por cento).

Entendemos que a falta de maquinário próprio, para o preparo do terreno, na devida oportunidade, não nos permitiu um maior êxito no rendimento.

O cultivo de bananas não é dos melhores. Não desenvolveu em proporção, naturalmente por falta de assistência técnica. A produção admitimos razoável; satisfaz ao consumo para os internos e seus familiares. A venda foi de pequena escala.

SUINOCULTURA — A criação de suínos para a CPA, é de vital importância. Em primeiro lugar, porque é, sem dúvida alguma, de importância para alimentação dos internos e suas famílias. Em segundo lugar, porque constitui parte destacável no aspecto econômico da Colônia Penal Agrícola.

Tivemos a colaboração da Secretaria de Estado da Agricultura, que nos doou alguns exemplares, graças ao esforço do Secretário de Estado da Justiça. Atualmente possuímos 52 (cinquenta e duas) cabeças de suínos.

PECUARIA — Recebemos como doação, um lote de 16 (dezesseis) cabeças de gados, entre vacas, bezerros e um touro, Gir, da Empresa Espírito Santense de Pecuária — órgão da Secretaria de Estado da Agricultura. Através desta Secretaria, posteriormente, adquirimos da referida Empresa, um lote de 68 (sessenta e oito) cabeças, entre bezerros e adultos. Chegamos a atingir um total de 84 (oitenta e quatro) bovinos. Devido o mau tempo e falta de pastagem, morreram 34 (trinta e quatro) cabeças. Atualmente o número existente na CPA, é de 69 (sessenta e nove).

Tivemos assistência técnica veterinária, de funcionário credenciado da Secretaria de Estado da Agricultura, que muito nos orientou na criação de bovinos, aplicação de remédios e na divisão de pastos, em perfeita coordenação com esta Direção.

RENDA INTERNA: Mesmo com todas as dificuldades que enfrenta a CPA, com falta de pessoal e de maquinários, conforme articulando no item sobre AGRICULTURA sua renda atingiu aproximadamente a importância de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros).

CONSERVAÇÃO E REPAROS: Encontra-se totalmente limpo o prédio da Colônia Penal Agrícola. Foram feitos reparos nas instalações hidráulica e elétrica, por iniciativa desta Direção e colaboração dos internos.

RECEITA DOS INTERNOS: De conformidade com o Regulamento da CPA, por tarifas realizadas, os internos recebem salários. A metade do salário — pecúlio de reserva —, é depositado no Banco do Brasil, e a outra metade — pecúlio disponível —, é entregue ao interno, para compra, para compra de pequenos objetos para uso pessoal.

O saldo para 1977, desses pecúlios é o seguinte:

Reserva	Cr\$	1.107,50
Disponível	Cr\$	500,00

CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: O pavilhão dos internos recebeu calçamento, tanto na parte interna, como externa; bem como toda a frente do prédio principal. A pintura foi reformada e pintada. Algumas casas de internos receberam reparos, oferecendo melhores condições de moradia. Uma a linha divisória da C.P.A., foi avivada, pelos técnicos da D.A.F. — órgão da Secretaria de Estado da Agricultura. Os pontos principais da linha divisória, foram demarcadas com marcos de cimento. Foram construídas cercas de arame farpado fixadas em alicates de madeira, numa extensão de 11.304 metros. Relativa extensão da varzea, foi dividida em pastos, delimitados por cerca de arame. A área de horticultura foi totalmente cercada. Foi construído um depósito de cimento armado para uso dos povinos. O curral recebeu pintura geral. Foi construído um viveiro numa área próxima à residência do Sr. Diretor da C.P.A.

AGRICULTURA: Conforme planejamento e previsão desta Direção, o resultado das nossas atividades neste setor, foi superior a do ano anterior. Mesmo assim aguçávamos menor rendimento, apesar dos esforços dos internos que labutam nesta área. A produção foi regular, para memória do cultivo, adquirimos adubos e aplicamos ao terreno, procurando seguir orientação técnica do funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura, posto a nossa disposição.

FRUTICULTURA: O laranjal teve uma produção regular. A perspectiva para o exercício de 1977, acreditamos um razoável aumento na produção, pois, adquirimos 900 (novecentas) mudas de laranjas, para o replantio em área própria. Com o tempo naturalmente teremos resultados mais satisfatórios. O limoeiro em franca produção, promete bom rendimento para o futuro.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA: A população carcerária em data de 1º de janeiro de 1976, era de 18 (dezoito) internos. Durante este exercício, a Colônia Penal Agrícola recebeu 24 (vinte e quatro) internos procedentes do Instituto de Readaptação Social "Professor Jair Eudene Deschamps". Motivado por infrações disciplinares, foram devolvidos ao I.R.S., 8 (oito); através de benefícios de livramento Condicional, foram postos em liberdade, 5 (cinco); foram registrados 5 (cinco) evasões. A requerimento dos próprios internos, 9 (nove) retornaram ao I.R.S., Assim, encerramos o ano, com a população carcerária composta de 16 (dezesseis) internos.

CONVIVÊNCIA FAMILIAR: Existem nos terrenos desta CPA., 4 (quatro) internos, residindo com suas respectivas famílias, em casas rústicas pertencentes ao estabelecimento penal. Este privilégio está previsto ao Regulamento, para os internos que apresenta bom comportamento e rendimento no trabalho rural. As casas residenciais, cujas condições de moradia são precária, estão localizadas distantes uma das outras.

DISCIPLINA INTERNA: A disciplina neste exercício, não correspondeu ao nosso desejo. Por indisciplina foram devolvidos ao I.R.S., 8 (oito) internos. Houve 5 (cinco) evasões, por motivos diversos, ora por desobediência às ordens dadas, ora por conflito entre colegas e alguns por terem tomado bebidas alcólicas, não obstante os conselhos e repreensões desta Direção.

SEGURANÇA E CONTROLE: Neste setor de trabalho consta em exercício o (seis) guardas de prisão. Para satisfazer as escalas de serviço, seria necessário mais um funcionário desta categoria, para complementação do quadro.

VISITAS: No decorrer do ano, os internos receberam em dias normais, visitas de familiares e amigos, conforme consta do Livro de registro de partes dadas.

ASSISTÊNCIA RELIGIOSA: A população carcerária e seus familiares, assistiram durante o ano, cultos religiosos, celebrados pelo Sr. Vigário da Paróquia de Viana e pelo pastor da Igreja Batista.

ENSINO: No ano letivo, a escola funcionou com a presença dos filhos dos internos e dos filhos de proprietários vizinhos da Colônia. Devido o número reduzido de internos e seus azares, estes não tiveram oportunidade de assistirem as aulas que funcionaram diariamente.

SERVIÇO MÉDICO: — Durante o ano de 1976, foram dadas diversas consultas e distribuídos remédios para os internos e seus familiares. Foram realizados 30 exames de fezes e 10 de sangue, no Posto de Saúde de Jardim América. A assistência médica teve a especial atenção do Chefe do Serviço Médico da C.P.A.

MANICOMIO JUDICIARIO "MANOEL ARAUJO"

SERVIÇO DE OBRAS E REPAROS

Foram iniciados a construção da enfermaria feminina e os reparos no prédio do Manicômio Judiciário. Tais obras conquanto interrompidas, terão prosseguimento em 1977, dentro das possibilidades dos recursos orçamentários.

SERVIÇO MÉDICO

O Serviço Médico Clínico a cargo de dois profissionais foi de boa qualidade e de muita eficiência.

O atendimento psiquiátrico feito em convênio com a Sociedade Médica Psiquiátrica do Espírito Santo — (SOMPES) foi igualmente proveitosa.

Os exames laboratoriais executados pelo Laboratório Fleming foram feitos com eficiência e correção.

SERVIÇO DENTARIO

Com a ajuda da Unidade Comunitária do Espírito Santo, o "Gabinete Dentário" do Manicômio Judiciário dentro dos mais modernos padrões, funcionou com regularidade.

DESTACAMENTO POLICIAL

Funcionou sem maiores problemas.

REUNIAO DE SERVIÇO

A equipe deste Manicômio Judiciário reuniu-se periodicamente para tratar de assuntos de interesses do Hospital.

CURSOS DE TREINAMENTOS

Em convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foi realizado treinamento de grupos para os funcionários deste Manicômio Judiciário, aprendizado que, dúvida, veio preencher uma lacuna bastante sensível aos serviços deste órgão.

NATAL DOS INTERNOS

O Natal foi comemorado como nos anos anteriores, e não foi difícil proporcionar momentos de felicidade a tantos infelizes que aqui padecem com as suas enfermidades.

ESPORTES E TRABALHO DE CAMPO

Se bem que ainda não tenhamos logrado alcançar nosso intento, devido a falta de dotação orçamentária específica, continuaremos envidando esforços no sentido de, mediante convênios a serem firmados com a Escola de Educação Física e a ACADES ou sua sucessora, dotarmos esta entidade de equipamentos esportivos e implantarmos trapalhos, de campo, ambos com vistas a complementar o tratamento a que devem ser submetidos os internos-enfermos.

MOVIMENTO HOSPITALAR

O quadro abaixo indica o movimento hospitalar em 1976.

DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO HOSPITALAR NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 1976 A 31 DE DEZEMBRO DO ANO DE 1976.

Pacientes internados de 1º/01/76 a 31/12/76	56
Pacientes com Liberdade Viglada	00
Paciente com término de pena	02
Foragidos	02
Recapturado	01
Internos falecidos	02
Internos existente em 31/12/76	56

SETOR DE ENFERMAGEM

MATERIAL Este setor de Enfermagem vem funcionando com toda regularidade nada faltando para o bom andamento dos serviços como medicamentos e material para exames de laboratórios, radiografias etc.

LEVANTAMENTO ANUAL DAS MEDICAÇÕES EFETUADAS

MEDICAÇÃO ORAL	53.788
Medicação I/M	532
Medicação I/V	166
Fisiológicos	09
Soro Glicosados	15
Curativos	460

LEVANTAMENTO ANUAL DOS EXAMES EFETUADOS

Exames de fezes	46
Exames de Urina	38
Exames de Sangue	41
Exames V.D.R.L.	46
Exames Hemogramas	44
Exames Líquor	0
Exames Abreugrafia	56
Exames E.E.G.	20
Operações Cirúrgica	4
Exames de Vista	6

SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO MANICÔMIO JUDICIÁRIO

IDENTIFICAÇÃO

Serviço Social junto ao Manicômio Judiciário

OBJETIVO

O melhor ajustamento do paciente no Manicômio Judiciário, para maior aproveitamento do tratamento e reintegração na sociedade.

FINALIDADE

O SERVIÇO SOCIAL atua forma complementar no tratamento do paciente, procurando remover as dificuldades pessoais, sociais, ambientais e familiares que estejam afetando a sua recuperação, a sua participação no tratamento ou mesmo o seu ajustamento no Manicômio.

SISTEMATICA DO TRABALHO

O Serviço Social no Manicômio Judiciário atua pelo processo específico de serviço social de casos, mediante estudo, diagnóstico psico-social e tratamento de casos ou

seja, estudando interpretando e tratando os problemas sociais, suas causas e efeitos.

CLIENTELA

Pessoas da Justiça incluídos no art. 22 do C.P.B: E' isento de pena o agente que por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado era ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

ATRIBUIÇÕES

Atuação junto ao paciente e sua família, ao Serviço Médico, ao Serviço de Enfermagem, ao Serviço de Administração, à Direção e à Comunidade.

1 — planejamento, executando e avaliando projetos relacionados com o Serviço Social.

2 — participando de pesquisas médico-sociais no desenvolvimento de programas sociais, de saúde, educativas e recreativas.

3 — realizando pesquisas junto aos pacientes e seus familiares.

4 — coordenando as atividades de serviço social

5 — participando com o diretor e outros profissionais em reuniões.

6 — procedendo entrevistas preliminares tendo em vista a integração do paciente no Manicômio Judiciário

7 — organizando e mantendo fichário dos pacientes

8 — procedendo o atendimento de casos sociais

9 — organizando e coordenando festividade de caráter social

10 — entrosando o serviço social com os demais serviços no Manicômio Judiciário

11 — utilizando os recursos disponíveis na comunidade realizando convênios

12 — realizando sempre que necessário visitas aos familiares dos pacientes

13 — orientando os familiares dos pacientes no que se refere a problemas de relacionamento familiar, saúde, habitacional, econômico e financeiro, etc.

14 — mantendo entendimento com juizes de Direito e cartórios para legalização da situação judicial dos pacientes.

15 — elaborando anualmente relatórios estatísticos e descritivos das atividades para a direção.

INSTRUMENTOS UTILIZADO

Entrevistas, visitas, reuniões, entendimentos e encaminhamentos.

RECURSOS

HUMANOS — assistente social, demais membros da equipe de trabalho do Manicômio e outros profissionais.

FINANCEIROS E MATERIAIS — à cargo da Secretaria de Estado da Justiça.

COMUNITARIOS — outras Obras e Instituições.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL

Ao iniciarmos nosso trabalho no Manicômio Judiciário, em março de 1975, procuramos primeiramente conhecer a estrutura da Obra entrosando-nos com a Diretoria de Administração, Médico Psiquiátrico, Enfermagem e Segurança.

Como fomos a 1ª assistente social a trabalhar na obra, coube a nós implantar o serviço social.

A partir do atendimento dos casos iniciamos a organização de um fichário e prontuário específico para o serviço social.

Foram também elaborados estudos sociais de casos especialmente para laudos psiquiátricos.

Para o desenvolvimento de nossas atividades realizamos estudos entrevistas com o cliente, funcionários, familiares, diretor médico, enfermeiros;

Fizemos visitas domiciliares, entendimentos, com recursos da comunidade, encaminhamentos, participamos de reuniões de serviços e outras.

Durante os meses de junho e julho contamos com a participação de estagiários de serviço social, que foram responsáveis pelo planejamento e realização de um treinamento pessoal em comunicação e relacionamento, no qual participaram todos os funcionários do Manicômio Judiciário.

O Serviço Social desenvolveu suas principais atividades, durante o ano de 1976 voltado para o estudo social de casos com finalidades específica para laudos psiquiátricos exigido pelos juizes, o atendimento dos internos e seus familiares em seus problemas e relacionamento familiar, social, econômico, financeiro, de saúde, habilitacional e outros.

Concomitante ao atendimento de casos sociais, entramos em contato com diversos recursos da Comunidade, visando a sua cooperação no tratamento desses casos. Também objetivando solucionar o problema da ociosidade dos nossos internos tentamos conseguir recursos disponíveis na Comunidade para o desenvolvimento de atividade física educativas, recreativas e religiosas. Mantivemos entendimentos com: Unidade Comunitária de Integração Social, Centro de Triagem e Centro de Promoção e Recursos Humanos da Secretaria da Cultura e Bem Estar Social, Departamento de Benefícios do FUNRURAL Coordenação de Benefícios do I.N.P.S., Central de Medicamentos do I.N.P.S. Serviço Social do I.N.P.S., Divisão de Assistência Comunitária da U.F.E.S., CORIAB, Carlson, L.B.A. Juizado de Menores, FESBEM, Secretaria de Estado da Saúde, Acares, e outros.

Coube também ao Serviço Social a organização e coordenação da Festa de Natal.

Cabe ressaltar, que o Serviço Social contou durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro com a participação de uma religiosa Agostiniana residente na comunidade local, que realizou reuniões periódicas com os internos, com o objetivo de dar-lhes orientação religiosa e sensibilizá-lo para uma participação mais ativa e consciente nas festividades de Natal.

COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

As atribuições do Coordenador dos Serviços Penitenciários, estão definidas na Lei Estadual n.º 2.517 de 21 de julho de 1970 e nos Regulamentos dos órgãos penais do Complexo penitenciário do Estado e ainda na Lei n.º 2.526, de 03.08.970 que criou o Fundo de Trabalho Penitenciário.

Dentro de um ritmo normal das normas previstas que fixam as nossas competências, temos supervisionado os estabelecimentos, fiscalizando obras de reparos que foram nesse exercício realizadas, bem como a atuação administrativa dos Snrs. Diretores dos respectivos órgãos penais.

Periodicamente, sempre que possível inspecionamos os órgãos carcerários, comparecemos às reuniões e promovemos palestras para funcionários e internos, acompanhamos as atividades agro-industriais e convênios firmados com várias entidades, para colocação de internos em áreas de trabalho externo. As cópias dos convênios rigidamente clausuladas 2ª via encontram-se arquivadas nesta Coordenação.

RELACIONAMENTO COM O PODER JUDICIÁRIO

Acompanhamos sempre que necessário, o M.M. Juiz de Direito das Execuções Criminais da Capital e outras autoridades que visitaram oficialmente os nossos órgãos penitenciários.

Através de ofícios e pessoalmente, mantivemos contatos com Juizes de Direito das Varas Criminais da Capital e comarcas do interior, Justiça Federal, Polícia Federal, Superintendência da Polícia Civil e demais autoridades, com objetivos de melhor entrosamento desta Coordenação. Articulando e procurando aperfeiçoamento da mecânica relacionada com o ingresso de sentenciados nos nossos estabelecimentos penais, sempre que possível, abri-

mos vagas para recolhimento de apenados para o I.R.S., levando em consideração a proporção de números de presos existentes nas cadeias do interior e "Casa de Detenção".

Comparecemos à várias reuniões do Conselho Penitenciário do Estado, acompanhando os trabalhos dos Senhores Conselheiros, nos pronunciamentos dos processos de livramento condicional, revisões, indultos e pedidos de graça requeridos pelos internos.

FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO

O FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO dos estabelecimentos penais, foi instituído pela Lei n.º 2.526, de 3 de agosto de 1970, regulamentado pela Portaria n.º 002-N, de 29.10.1970, com o seu Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 003-N, de 17.11.970. Proveniente de recursos de trabalho de internos, é de natureza financeira, com objetivo de proporcionar supletivamente a execução dos planos para terapêutica ocupacional e assistência à comunidade carcerária.

Os recursos em moeda corrente, são recolhidos pelos Snrs. Diretores dos órgãos penitenciários, no Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), em conta especial, movimentada por cheques, assinados pelo Coordenador dos Serviços Penitenciários, que é o Presidente do Conselho Gestor.

Os processos de prestação de contas, submetidos à apreciação do Conselho, são inspecionados e aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado, e após, arquivados.

Executamos o Plano de Trabalho Penitenciário por nós elaborado e aprovado pelo Conselho, encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento (SEPL), e finalmente à aprovação do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Justiça.

O dinheiro do FUNDO, é produto da comercialização de tarefas artesanais, horti-granjeiros e de outros setores de trabalhos desempenhados nas oficinas, resultantes exclusivamente de atividades dos internos.

A aplicação dos recursos se destina benéfico à comunidade carcerária, familiares dos internos e no próprio estabelecimento, sempre que necessário.

MOVIMENTO DO FUNDO GESTOR

Resoluções baixadas	72
Atas lavradas	10
Processos de recolhimento de dinheiro	23
Processos de Prestação de Contas	72
Processos de requisições de adiantamentos ..	72

O movimento contábil acusa um saldo líquido em 31.12.976, de Cr\$ 92.681,33 (noventa e dois mil seiscentos e oitenta e um cruzeiros e trinta e três centavos), importância essa que se encontra depositada no BANESTES para movimentação.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

CONSELHO PENITENCIÁRIO

Demonstrativo do Movimento do Conselho Penitenciário Durante o Exercício do ano de 1976:

Total de Reuniões	44
Atas Lavradas	44
Total dos Processos Examinados com Relatórios Apresentados	75
Sendo:	
De Livramento Condicional	29
De Comutação de Pena e Liv. Condicional	18
De Comutação de Pena	15
De Indulto	13 75

Total de Processos Examinados, Aguardando Providências	50
Ofícios Expedidos	405

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PUBLICA

A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA tem seus principais objetivos delineados na Lei n.º 3.043, de 31.12.75 que, além do planejamento setorial de suas atividades, estabelece:

1) Promoção das medidas necessárias à manutenção da ordem e da segurança pública e a defesa das garantias individuais e da propriedade pública e particular, mediante campanhas educacionais e informacionais, de fins preventivos ou pelo uso ostensivo de pessoal e equipamento especializado;

2) Repressão e apuração de infrações penais, em articulação com o Governo Federal, o auxílio e ação complementar as autoridades da Justiça e da Segurança nacional;

3) Defesa Civil da população contra calamidades;

4) Estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e investimentos no setor;

5) Controle e orientação permanentes dos órgãos e entidades integrantes do sistema comandado pela Pasta;

6) Internalização, por todos os meios da filosofia do respeito e do bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços a nível de indivíduo e de comunidade.

Para atendimento de suas finalidades a Secretaria de Estado da Segurança Pública, deverá, entre outras iniciativas:

1) Garantir a manutenção da ação governamental contra as pressões externas e internas, tendentes a obstar a consecução dos objetivos do Governo;

2) Preservar a ordem pública e apurar infrações penais ocorridas no território estadual;

3) Exercer a prevenção e a repressão à prática de crimes, contravenções e acidentes de trânsito, de acordo com a legislação vigente;

4) Agir, em colaboração com o Poder Judiciário e o Ministério Público, para a efetivação de diligências e solicitações de prisões;

5) Prestar cooperação aos órgãos administrativos e de segurança da União, dos demais Estados e Municípios;

6) Promover campanhas educacionais de interesse público, visando informar a população sobre os meios preventivos contra a criminalidade e dos acidentes de trânsito;

7) Divulgar através da imprensa escrita e falada o trabalho e o risco de vida a que está exposta a autoridade policial no combate ao crime, objetivando alcançar o aprimoramento do indivíduo como agente policial e visando obter a compreensão, respeito e dignificação da comunidade;

8) Propiciar aos funcionários integrantes do quadro da Secretaria, maiores oportunidades de aperfeiçoamento, através de programas de cultura básica e noções de relações públicas para possibilitar melhor atendimento ao público quando na dependência de informações e aceleração de processos pendentes;

9) Dinamizar sua estrutura administrativa pretendendo que cada servidor se conscientize da necessidade de sua colaboração à sistemática organizacional, executando eficazmente todo serviço que lhe for destinado.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública está apta, após as modificações introduzidas pela Lei da Modernização Administrativa e a regulamentação que lhe deu o Decreto 915-N, de 31.12.76, a atender as exigências que o desenvolvimento político e sócio-econômico do Estado impõe, ao contrário, pois, do que anteriormente ocorria, quando sua estrutura estava desatualizada e, por isso, impedia o desempenho regular e normal desse importante setor da segurança pública.

A Escola de Polícia Civil, criada pela Lei n.º 3.043, de 31.12.75, já está, em fase de regulamentação e constitui um grande imperativo para as transformações desejadas, pois que, na verdade, os quadros de pessoal são bastante carentes. Urge para atingir os padrões adequados dotá-los de elementos à altura de exercer proficientemente a árdua função para que foram recrutados.

Ter-se-á alcançado tal propósito adotando uma política de pessoal que crie nova mentalidade, formação, meios de aperfeiçoamento e especialização, melhor remuneração, assistência médica e social e valorização do mérito.

A regulamentação da Escola de Polícia Civil é fundamental para este programa. Os demais fatores terão que ser examinados progressivamente e solucionados com os recursos atuais e outros que possam ser captados.

A função policial, por sua natureza, difere muito dos demais servidores estaduais, razão pela qual um Grupo de Trabalho estudará um Código Policial ou Estatuto, o qual será encaminhado à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, a quem cabe inicialmente, deliberar sobre o assunto.

Por falta de pessoal habilitado e em decorrência da baixa remuneração, 36% (trinta e seis por cento) dos cargos de Delegado estão sendo exercidos por Oficiais da Polícia Militar e aproximadamente cerca de 60 (sessenta) Sargentos da PM estão exercendo função de Subdelegados de Polícia do Interior do Estado, sendo que este não é remunerado. Somente os cargos de Subdelegados da Grande Vitória são remunerados.

Entre os cargos de baixa remuneração, podem ser citados os de Corregedor, Delegado Especializado e Delegado de 1ª Categoria, para cujo provimento é exigido o curso de Bacharel em Direito e, geralmente, mais de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, dado o acúmulo de serviço e a alta responsabilidade de suas atribuições.

De conformidade com a política do Governo Federal, cuja meta de valorização do HOMEM tem sido rigorosamente seguida pelo Governo Estadual, acha-se em estudo a idéia de atribuir maior salário que justifique a responsabilidade, honestidade e dedicação das mencionadas autoridades policiais, considerando estar em suas mãos os primeiros passos de um processo criminal, tendo em vista o constante risco de vida a que se expõem e as críticas desabonadoras que sofrem no exercício de um dos mais áspers e difíceis encargos que, inegavelmente, o é o de salvaguardar a ordem pública e a tranquilidade da comunidade.

CENTRAL DE INFORMAÇÕES

A central de informações, em cumprimento a sua finalidade legal, desenvolveu as seguintes atividades:

— Pedidos de busca	205
— Memorandos	71
— Informações	207
— Com. Interna e Offícios	170
— Avisos	1
— Exposição de Motivos Interna	1

Em decorrência da Portaria n.º 21-N, de 17 Mar. 75 esta Secretaria passou a contar com um Boletim Interno, quinzenal, dos atos oficiais previstos naquela Portaria, não privativos de publicação em Diário Oficial, ficando sua elaboração e divulgação a cargo da Central de Informações. Foram no ano em curso, publicados 23 Boletins Internos e um aditamento.

Procedeu, ainda, ao levantamento do índice de criminalidade de todo o Estado, verificando, município por município incluindo as Delegacias Distritais.

Vale ressaltar ainda, que este Órgão mantém estreita ligação com as Secretarias de Segurança de outros Estados e com órgãos de informação federal e do Estado.

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

Conquanto ainda não estivesse suficientemente provida de material e pessoal, já que o desenvolvimento urbano na Grande Vitória superou, de muito, todas as previsões e expectativas, o desempenho desse setor alcançou uma produção deveras apreciável, pois que, incontestavelmente, a ordem e a segurança públicas têm sido preservadas com a adoção de medidas justas e adequadas para a garantia de um clima de paz e tranquilidade.

Para melhor equipá-la estuda-se a possibilidade de adquirir para seus diversos setores:

Viatura marca Chevrolet, com cofre, a ser utilizada na área da Grande Vitória, que engloba 5 municípios e população aproximada de 500.000 hab. — 20 (vinte).

Automóvel marca Volkswagen, sedan 1300, tipo patrulhinha, para distribuição às Delegacias de Polícia dos Municípios — 30 (trinta).

30 rádios fixos e 25 rádios móveis VHF, com frequência de 32.100 transmissão e recepção.

Estações repetidoras, osciloscópio, etc.

Revólver taurus, cal 38 — 300

Colete a prova de balas — 30

Quanto ao pessoal, já está em curso o processo relativo à nomeação dos concursados para os cargos de: Escrevão de Polícia, Datiloscopista, Agente de Segurança, Auxiliar de Datiloscopista, Servente e Oficial Administrativo.

REFORMULAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

O plano do Governo prevê, em prazo médio, a centralização do sistema carcerário, pois não pode conviver com as diretrizes governamentais a situação precária na que se refere aos encargos de presos de várias naturezas no Depósito de Bento Ferreira, na Casa de Detenção e nas várias Delegacias e Subdelegacias.

Por isso mesmo é que está sendo desenvolvido um programa de recuperação da carceragem visando dar um melhor tratamento ao detento, melhores condições de conforto, atividades físicas e assistência judiciária.

No decorrer de 1976, foram reformadas as seguintes Delegacias e Subdelegacias e outros:

- Ibitiraçu
- Celina
- IBES
- Castelo
- Itaquari
- Divisão de Polícia Técnica
- Casa de Detenção (e ampliação)
- São Torquato (e ampliação)

DIVISÃO DE POLÍCIA TÉCNICA

SERVIÇO DE PERÍCIAS — Distribuição Geral:

Laudos elaborados e expedidos	292
Ofícios recebidos	251
Requerimentos recebidos	66
Requisição pericial recebida	17
Comunicação interna recebida	40
Comunicação interna expedida	22
Inquéritos recebidos	15
Memorandos recebidos	6

Seção de Levantamento de Crimes:

Deslocamentos p/

Fuga de presos	7
Afegamentos	13
Encontro de cadáver	46
Arrombamentos	152
Legitimação de local de crimes	29
Homicídios	29
Danos Materiais	53
Legitimação de veículos	23
Atropelamentos	23
Incêndios	19
Acidentes de trânsito	27
Suicídios	6
Locais diversos	49

Seção de Perícias de Laboratório

eficiência de disp. de arma de fogo	5
Exame de arma branca	2
Exame documentoscópico	1
Exame grafotécnico em documentos	32
Exame em objetos	4
Exame em substâncias vegetal	4
Exame grafotécnico em manuscrito	1
Exame em material diverso	1

Seção de Perícias Fotográficas Des. e Projetos

Fotografias produzidas — distribuição:

Fotog. para legit. de presos	725
Fotografias aplicadas em laudos	4.529
Fotografias aplicadas em local de crimes	4.653
Fotografias tipo reprodução	285

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

Seção de Identificação Civil:

IDENTIFICADOS:

Atestado de antecedentes	6.627
Guia de isenção	187
Legitimação	37
Segregados	32

ANOTADOS:

Atestado de antecedentes	20.203
--------------------------------	--------

Documentos Entrados:		Coito anal	42
Cédulas de Ident. expedidas p/Cia. Euclides ...	37.775	Etfílico	135
Atestado de antecedentes	26.649	Constatação de gravidez	22
Retificações	1.157	Constatação de idade ...	04
Guia de isenção	263	Exame complementar	123
Seção de Controle de Filiais de Identificação:		Toxicológicos	14
Atestado de antecedentes	4.122	Verificação de parto	1
Retificações	225	Verificação de aborto	1
Seção Criminal (Comunicações recebidas e registradas)		Danos Psíquicos	2
Denúncias	1.983	Cadavéricos	973
Pronúncias	74	Seção de Perícias Médico Legal Cachoeiro de Itapemirim:	
Condenações	720	Lesões corporais	356
Absoluções	440	Conjunção carnal	122
Extinções de penas	234	Coito anal	32
Livramentos condicionais	70	Constatação de gravidez	55
Prescrição de pena	50	Cadáverico	128
Processos arquivados	255	Etfílico	35
Processos nulos	15	Exames complementares	178
Surcis	122	Ofícios recebidos	350
Indultos	47	GASTOS EFETUADOS PELA SPC	
Suspensão de pena	12	Combustíveis e Lubrificantes	1.030.629,40
Impronúncias	11	Mateiral de Consumo	628.786,16
Apelação	2	Serviço de Terceiros	1.170.147,91
Boletins individuais recebidos	1.032	Alimentação a Presos	2.748.049,05
Boletins individuais registrados	1.853	Encargos Diversos	60.097,40
Mandados de prisão recebidos e registrados	451	Despesas Exercícios Anteriores	920.930,88
Outros Serviços		Manutenção de viaturas	625.601,72
Guias da Polícia Militar	313	Equipamentos e Instalações	122.953,98
Cancelamento de nctas	381	Material Permanente	88.119,50
Fls. ant. crim. expedidos p/INI	798	Obras Públicas	1.991.995,57
Fls. ant. crim. expedidas pela Seção	2.133	TOTAL	9.387.321,57
Pesq. feitas p/Dops, SII e C. de Informações	574	RECURSOS RECEBIDOS	
Pesq. feitas no Arquivo Criminal	32.722		7.895.837,25
SERVIÇO MÉDICO LEGAL			
Lesões corporais	1.592		
Conjunção carnal	528		

LEVANTAMENTO DO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE

PM/1, PM/2, PM/3 e PM/4

NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Crimes	Interior	Capital	Total
Contra a Pessoa	1.205	663	1.868
Contra o Patrimônio	425	168	593
Contra os Costumes	305	119	424
Contra a Família	0	0	14
Contra a Adminst. Pública ..	39	23	62
Contra a Fé Pública	16	10	26
Diversos	216	160	376
Tóxicos	4	—	4
Acidentes do Trabalho	44	14	58
Acidentes no Trânsito	710	732	1.442
Vítimas Fatais	308	242	550
Vítimas C/Lesões	442	524	966
S/Vítimas	147	170	317

INQUÉRITOS REMETIDOS A JUSTIÇA

INTERIOR — 48 Municípios	1.782
CAPITAL — 14 Distritos	855
TOTAL —	2.637 (até outubro de 1976)
CP — Crimes Contra a Pessoa	— 1.868 — 55%
CCP — Crimes Contra o Patrimônio ..	— 593 — 18%
CC — Crimes Contra os Costumes ..	— 424 — 13%
CAP — Crimes Contra a Adm. Pública	— 88 — 3%
CFP — Crimes Contra a Fé Pública ..	—
CCF — Crimes Contra a Família	— 394 — 12%
DIV — Diversos + Tóxico Interior ..	—

POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar desenvolveu suas atividades em função de uma política com finalidades, unicamente, de garantir os Poderes constituidos, a lei e a ordem, segundo os termos do mandamento constitucional.

Sua atuação, enérgica, serena, equilibrada, tem sido fator decisivo para que se mantenha um ambiente de segurança e respeito às instituições em todo o território estadual e as garantias individuais não sofram danos.

Por essa ação exercida dentro dos limites que o dever funcional impõe é que a Corporação desfruta no seio da comunidade capixaba de justo conceito que cada dia mais se consolida e reconhece.

Apesar do sempre crescente volume de serviço, estas Seções do Estado Maior Geral, mesmo com deficiência de pessoal altamente especializado e de meios materiais e econômicos, têm um trabalho invejável, seguro e elogiável no planejamento, fiscalização e controle do pessoal, informações, operações militares e instrução da tropa, e da logística da Corporação.

O efetivo da PMES, que era fixado em 3.775 (três mil, setecentos e setenta e cinco) PMs, foi aumentado para 3.787 (três mil, setecentos e oitenta e sete) PMs pela Lei n.º 2.901, de 03 de julho de 1974.

a) OFICIAIS:

Coronel PM	7 (sete)
TC PM	9 (nove)
Maj PM	18 (dezoito)
Cap PM	56 (cinquenta e seis)
1.º Ten PM	49 (quarenta e nove)
2.º Ten PM	96 (noventa e seis)

Perfazendo um total de 235 (duzentos e trinta e cinco) oficiais.

b) PRAÇAS ESPECIAIS:

Aluno da EFO ..	60 (sessenta)
-----------------	---------------

c) PRAÇAS DE PRÉ:

ST PM	46 (quarenta e seis)
1.º Sgt PM	95 (noventa e cinco)
2.º Sgt PM	161 (cento e sessenta e um)
3.º Sgt PM	355 (trezentos e cinquenta e cinco)
Cabos PM	558 (quinhentos e cinquenta e oito)
Soldados PM ...	2.278 (dois mil, duzentos e setenta e oito)

Perfazendo um total de 3.493 (três mil, quatrocentos e noventa e três) praças de pré.

EFETIVO FIXADO PARA O CORRENTE ANO:

a) Oficiais	235
b) Asp Of PM ..	35
c) Praça Especial Al	25
d) Praça de Pré	3.493
TOTAL	3.788

Do efetivo previsto conta a PMES com o seguinte:

a) OFICIAIS:

Coronel PM	7
TC PM	9

Maj PM	17
Cap PM	53
1.º Ten PM	50
2.º Ten PM	50
Asp Of PM	35
TOTAL	223

b) PRAÇAS:

Aluno da E.F.O.	17
ST PM	36
1.º Sgt PM	65
2.º Sgt PM	131
3.º Sgt PM	201
Cabo PM	309
Soldado PM	2.005
TOTAL	2.764

TOTAL GERAL EXISTENTE 2.987 (dois mil, novecentos e oitenta e sete).

MATERIAL RECEBIDO ATRAVÉS DO PLANO DE EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DAS POLÍCIAS MILITARES:

Conforme Convênio firmado entre o Ministério do Exército e o Governo do Estado do Espírito Santo, a Corporação recebeu no exercício de 1976 o seguinte material:

— viatura caminhão choque	02 (dois)
— viatura Volkswagen Sedan 1300	30 (trinta)
— viatura Chevrolet C-14-16	14 (quatorze)
— viatura Jeep Willis	03 (três)
— revólveres calibre 38	320 (trezentos e vinte)
— cartuchos calibre 38	30.000 (trinta mil)
— material químico importado das GUA;	
— material químico da Química Tupan (mapas anexo)	
— binóculos prismáticos	02 (dois)
— cassetete de madeira	30 (trinta)

ARMAMENTO E MUNICAO ADQUIRIDOS PELA CORPORACAO

Foram adquiridos da Indústria e Comércio Beretta, 50 (cinquenta) metralhadoras n.º 972 Beretta e na Cia Brasileira de Cartuchos 21.525 (vinte e um mil, quinhentos e vinte e cinco) cartuchos-9mm.

Foram recebidos ainda, por doação, do Exército Brasileiro, 23.040 (vinte e três mil e quarenta) cartuchos calibre 7 m2 AA.

OBRAS DESENVOLVIDAS SOB A SUPERVISAO GERAL DA PM/4:

Encontram-se em andamento as obras de remodelação do antigo pavilhão do Serviço de Ensino, que doravante será o pavilhão operacional da Corporação, o COPOM, Cmt do Policiamento da Capital, Cmt do Policiamento do Interior e respectivos Estados Maiores.

Através da Lei n.º 2.579 de 02 de março de 1971 o 1.º BPM foi reorganizado, ficando instalado junto ao Quartel do Comando Geral em Maruípe.

Tendo como missão precípua a execução de policiamento preventivo e repressivo a área de ação do 1.º Batalhão da Polícia Militar foi delimitado através do Dec. n.º 841-E de 26.09.73, compreendendo os municípios de Vitória, Cariacica, Vila Velha, Viana, Serra, Domingos Martins, Guarapari, Fondão, Ibirapu, Aracruz, Santa Tereza, Itarana e Itaguaçu.

Por força do Dec. n.º 698-N de 17.09.75 o 1.º BPM tornou-se Unidade isolada, capaz de exercer em toda plenitude o planejamento, execução e fiscalização dos diversos policiamentos em sua jurisdição.

a) MOVIMENTACAO PESSOAL:

Engajamento	102 (cento e dois)
Reengajamento	193 (cento e noventa e três)
Inclusões	134 (cento e trinta e quatro)
Exclusões	188 (cento e oitenta e oito)
Falecimento	02 (dois)
Reforma	12 (doze)
Licenciamento	16 (dezesseis)

b) OFICIAIS:

Incluídos	07 (sete)
Excluídos	11 (onze)

1. DISCIPLINA:

Elogio	113 (cento e treze)
Repreensão	163 (cento e sessenta e três)
Detenção	166 (cento e sessenta e seis)
Prisão	131 (cento e vinte e uma)
Sindicância	43 (quarenta e dois)
Inq. Técnicos	02 (dois)
I P M	07 (sete)

2. ADMINISTRACAO:

a) Aquartelamento:

O 1.º Batalhão, encontra-se situado em um dos pavilhões do QCG, em Maruípe, muito bem instalado. Suas acomodações são novas e recentes, atendendo a quase todos os requisitos da técnica moderna. Estiveram ocupando suas dependências, a fim de usufruir de seus alojamentos, diversas delegações, tanto militares, quanto

civis. Tendo também servido ao Serviço de Ensino, para alojar inúmeros candidatos à praça, selecionados no interior do Estado, que vêm submeter-se aos testes de seleção, além dos militares em trânsito pelo QCG, em obediência à determinação contida no BD n.º 188 de 15 de outubro de 1973.

b) Iluminação:

São as mais modernas, e são na base de fluorescências. Os gastos são orçados pelo QCG.

c) Administração do numerário a cargo do Batalhão:

Toda a escrituração está sob a orientação desta Unidade e os pagamentos dos numerários das praças são efetuados pelas próprias Companhias. No presente exercício com exceção do mês de dezembro, o 1.º BPM pagou às suas praças um total de Cr\$ 11.014.795,83 (onze milhões, quatorze mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e oitenta e três centavos). Sendo distribuído às Companhias da seguinte forma:

Cia. de Comando — Pel de Mtrs	Cr\$ 1.666.176,64
Cia de Guardas	Cr\$ 2.798.774,84
Cia Pol. R. Patrulha	Cr\$ 3.519.413,46
Cia Pol. Especial	Cr\$ 3.030.430,89

As dotações orçamentárias para o 1.º BPM no decorrer desse ano, correram por conta do Estado Maior da PM, através de sua seção competente Serviço de Finanças.

APROVISIONAMENTO:

A alimentação é fornecida pelo Rancho da Corporação em suas próprias dependências.

MATERIAL:

a) Fardamento:

Foi normalmente distribuído aos Cabos e Soldados.

b) Armamento:

Está distribuído a este BPM o seguinte armamento recebido do Setor de Material Bélico da OPM:

Revólver Cal. 38 — 433 (quatrocentos trinta e três)
Fuzil 7mm M-905 — 250 (duzentos e cinquenta)
Metralhadora Beretta 9mm — 12 (doze)
Sabres c/bainha — 250 (duzentos e cinquenta)

c) Munição:

Cartuchos Cal. 38 — 250 (duzentos e cinquenta)
Cartuchos Cal. 9mm — 2 000 (dois mil)

d) Viaturas:

Possui atualmente este Batalhão, 42 (quarenta e duas) viaturas, sendo distribuídas da seguinte forma:

Carro Rádio Patrulha (cofre) Chevrolet	13
Carro Rádio Patrulha (VW) Sedan	25

Chevrolet Veraneio (representação)	01
Jeep Willis (1/4 Q.T.) ..	01
Caminhão Choque Chevrolet)	04

a) Material de Comunicação:

5 (cinco) transceptores móveis VHF-FM, transistorizado, marca Control e Motorola P-III, com 30 Watts.

2 (duas) estações fixas de VHF-FM, transistorizadas, sendo 1 (uma) marca Control e 1 (uma) Motorola com 40 Watts.

1 (uma) estação repetidora de VHF-FM, marca Control, com 40 Watts transistorizada.

2 (dois) jogos de antenas direcionais.

2 (dois) jogos de antenas isoplanas.

O Segundo BPM é uma Unidade responsável pelo planejamento Preventivo e Repressivo, quando for o caso em toda a Zona Norte, compreendendo 15 (quinze) Municípios área de 24.900 Km² aproximadamente. Isto é, pouco mais da metade da área do Estado.

CONCLUSÃO:

Durante o ano de 1976, o 2.º BPM desempenhou suas atribuições da melhor forma possível. Em todos os setores, os componentes da Unidade conseguiram superar as frequentes dificuldades, motivadas pela insuficiência de meios e de efetivo, tendo como resultado uma atuação eficiente e altamente positiva.

Apesar de não contar com uma 2ª Seção bem estruturada (falta efetivo, pessoal especializado e meios) o Comando pôde, de certa forma, manter-se relativamente bem informado sobre o que se passou na região Norte do Espírito Santo.

Quanto ao exercício de sua atividade fim, a Unidade conseguiu, neste período, uma expressiva soma de serviços, destacando-se, entre várias outras o completo domínio das ações por ocasião do último pleito eleitoral não obstante a ação perturbadora de elementos movidos por interesses que não coincidem com o bem público.

O 3.º Batalhão encontra-se instalado em imóvel próprio Estadual, com as acomodações e dependências em bom estado de conservação. Ficam instaladas no aquartelamento, sediado em Alegre, Município do Sul do Estado, todos os órgãos subordinados funcionalmente ao Comando da Unidade, exceção feita a 2ª Companhia que sua instalação em condições provisórias, no Município de Cachoeiro do Itapemirim desde de 25.06.76 conforme BD n.º 115/3.º BPM de 28.06.76.

Visando a ampliação do Batalhão foi construído um pavilhão, destinado a alojamentos de Oficiais, Sargentos Cabos e Soldados. Junto, com este pavilhão, foi inaugurado o Presídio da Unidade, construído dentro de um padrão técnico moderno.

Foi instalado um cassino para os cabos e soldados desta OPM e também houve a construção de um campo de "Futebol Society". Nas proximidades do referido campo, edificou-se um galpão onde futuramente serão instalados uma Cantina e uma sala de Educação Física, para que os componentes desta Unidade tenham um lugar de lazer durante os finais de semana.

O Comando do 3º Batalhão introduziu modificações nas diversas Seções e enriqueceu as dependências externas com ajardinamentos.

Durante a gestão desta OPM relativa a construções, destaca-se, também, a construção da reserva de Armas da Unidade, o que veio proporcionar melhor condição de limpeza e conservação do armamento.

MATERIAL DE COMUNICAÇÃO:

Existe na Unidade um rádio transmissor-receptor, marca INTRACO, que permite ao Terceiro Batalhão, manter contato telegráfico e através de fonia com estações pertencentes à área de jurisdição do Batalhão, em número de 05 estações; mantém contato também com a Central PM, rádio do Palácio Anchieta e com as estações da área de jurisdição do 2º BPM, no Norte do Estado.

O Corpo de Bombeiros, fundado em 30 de dezembro de 1921, pela Lei nº 1316, como Unidade Especial da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, com a finalidade precípua de prevenir, combater e extinguir incêndios, salvamentos e auxílios em casos de calamidades públicas, inundações, desastres ou em quaisquer outras situações onde hajam vítimas fatais ou pessoas em perigo.

Atendimentos feitos pela Unidade:

A Unidade no corrente exercício fez os seguintes atendimentos:

1 — Incêndios	31
2 — Princípios de Incêndios	72
3 — Fogo no mato	81
4 — Retirada de cadáveres	18
5 — Incêndios em autos	13
6 — Engiços em elevadores	13
7 — Fogo em Lixeiras	12
8 — Inundações	08
9 — Desabamentos	09
10 — Enxames de abelhas	09
11 — Salvamentos	11
12 — Abalroamento de veículos	10
13 — Vasamento de gasolina	03
14 — Escapamento de gás	03
15 — Abrir portas de edifícios	18
16 — Fogo em pó de serra	15
17 — Fogo em madeiras	07
18 — Deslizamento de pedras	02
19 — Certidões fornecidas	166
20 — Perícias realizadas	10
21 — Exames de plantas p/construções	134
22 — Corte de árvores	470
23 — Vistorias realizadas	159

METAS ATINGIDAS:

O Corpo de Bombeiros tem já logrado atingir algumas de suas metas, principalmente no que se relaciona com a orientação do público interno e externo, para tanto desenvolveu um grande trabalho no campo da instrução, com exibição de filmes, além de uma série de palestras que foram realizadas.

Esta OPM mantém um bom relacionamento com os Órgãos Governamentais, e Empresas Privadas, participando ativamente de Cursos, palestras e estágios, estando a Unidade devidamente enquadrada no contexto da Segurança do Estado.

No que se relaciona com suas atividades normais, a Unidade atendeu satisfatoriamente às suas finalidades, dando dentro das limitações que se lhe impõem as carên-

cias, cobertura total aos casos de sinistros registrados na Grande Vitória e, inclusive, no interior do Estado.

Em 1976 realizou-se o trabalho de recrutamento e seleção de pessoal para ingresso no Quadro de Soldados desta Unidade, onde a propaganda apresentada recebeu ótima receptividade por parte de candidatos, chegando mesmo a surpreender, dado ao elevado número de interessados.

As autoridades competentes, foram encaminhados os seguintes Planos: de aquisição de viaturas, de embarcações, de construções de Quarteis, de aquisição de material permanente, com vistas a elaboração por parte do Governo do Estado do Plano Trienal. Este estudo foi realizado com vistas a interiorização das atividades do Corpo de Bombeiros, principalmente nos Municípios mais populosos, e com elevado número de indústrias instaladas.

Os integrantes da 1ª Companhia de Trânsito (cabos e Soldados) receberam as instruções previstas para o ano de 1976, elaborados pela PM, além de outras insertas, pela Cia relativamente à função específica a que se propõe esta SU, tais como: Relações Humanas no Trabalho e Relações Públicas e Noções de Turismo, ministrado pelo SENAC-ES.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Urge a agilização do processo de recrutamento e seleção de candidatos para os diversos Cursos existentes nesta Corporação, para que, a curto e médio prazo, possa ser completado o efetivo previsto e fixado pela Lei nº 2581, de 03 Mar 71, sem se descuidar e olvidar da qualidade do elemento selecionado.

Entretanto, para que tal objetivo, tão almejado, seja atingido, é necessário que sejam adotadas, efetivamente, medidas que possibilitem um melhor funcionamento burocrático da seleção nesta PM.

Entre tais medidas poder-se-iam citar:

- 1 — a adoção de providências que permitam a movimentação do psicólogo e de sua equipe para as sedes das Unidades interioranas;
- 2 — a capacitação das Unidades do interior, bem como do QCG, de condições materiais e humanas que as possibilitem efetuar, em sua área de jurisdição, todos os exames médicos e físicos, sem necessidade de se deslocarem do interior do Estado para Vitória ou do QCG para o Centro da Capital do Estado;
- 3 — ampliação das dependências da Cia Escola, em Cariacica.

O Comando de Policiamento do Interior — (CPI) face ao que preceitua o Art. 31 da Lei Orgânica nº 3044, de 31-12-75, é órgão de direção e incumbem-se precipuamente:

- a) das Inspeções Administrativas — Investigações e Fiscalizações Disciplinares;
- b) irregularidades Administrativas de Fundos e Material;
- c) atender as reclamações do público quanto à conduta social e profissional do pessoal da Polícia Militar;
- d) problemas de desajustamento com vistas à recuperação social e profissional do policial-militar.

A Assessoria de Relações Públicas, cuja finalidade precípua é assistir ao Comandante Geral nas suas relações internas e externas, ligadas com o público em geral, sempre procurou atender de maneira satisfatória as missões emanadas do Comando e outras quaisquer de sua responsabilidade.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

O Departamento Estadual de Trânsito, iniciou a gestão de 1976, com a Reestruturação proveniente da Resolução nº 69/75, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 26.11.75, em a qual foram criados novos cargos e fixados novos padrões salariais, o que é melhor especificado pelo organograma anexo.

A preocupação inicial da Direção Geral, foi a de preencher os cargos criados e o remanejamento do pessoal já existente. Para tanto, foi realizado concurso público, homologado em data de 20.02.76, visando preenchimento de 25 (vinte e cinco) vagas de Datilógrafo, 20 (vinte) vagas para Fiscal de Transporte Coletivo, 70 (setenta) vagas para Auxiliar de Emplacamento e 01 (uma) vaga para Auxiliar de Tesoureiro.

Em agosto, novo concurso foi realizado para preencher vagas existentes no quadro efetivo — Datilógrafo, Motorista e Assistente Administrativo. Ainda foi providenciada a lotação de uma vaga de Assessor Jurídico, completando aquele serviço e sanando necessidade existente.

Assim, verifica-se que a carência de recursos humanos, surgiu como fator preponderante na análise das dificuldades do presente exercício e, de modo global, aliada à falta de recursos materiais, sob a forma de equipamento e de espaço físico, colaborou para impedir que a Administração agilizasse mais suas tarefas.

Dessa maneira, mesmo tendo sido realizados dois concursos durante o exercício de 1976, o Órgão ainda carece de material humano, razão pela qual, foi elaborada uma proposta de aumento para o quadro efetivo da Autarquia, proposta esta, que se encontra ainda em estudos junto ao Conselho Deliberativo. (Anexo I)

Com a reestruturação do Órgão, uma das modificações que mais se fez sentir, foi a criação, na Divisão Administrativa e Financeira, do Setor de Contador'a. Tal serviço, como não existia no quadro próprio do DETRAN, era feito anteriormente, por firma particular contratada, que não satisfazia as necessidades do Órgão. A Contadoria, como setor integrante do quadro próprio do DETRAN, exercido em comissão, alterou de forma radical o sistema de arrecadação do Órgão, inclusive criando o campo propício ao estabelecimento de um Posto Bancário (BANESTES), situado em parte do prédio-sede do Departamento Estadual de Trânsito.

Atualmente, a receita da Autarquia, em quase sua totalidade, é feita mediante recolhimento direto ao Posto Bancário, através de guia "Documento de Arrecadação do DETRAN — D A D". Em pouco tempo, sentiu-se o acerto do referido sistema, sendo então a medida, estendida aos Municípios do interior do Estado. Ótimos foram os resultados obtidos com a Contadoria, todavia, para seu funcionamento, necessário foi adquirir equipamento próprios, que a capacitasse a bem produzir. Foi adquirida da firma Olivetti do Brasil S.A., uma máquina de contabilidade, com a característica de mini-computador. Tal máquina, atenderá de início, à execução da folha de pagamento, com todos os quesitos possíveis, ou seja, registro de ficha financeira, relações bancárias, envelopes com demonstrativo para cada servidor, toda a classificação de contas para os serviços contábeis e, atenderá ainda, à Execução Orçamentária e à Arrecadação da Receita.

Completada a Administração Centralizada, sentiu-se que a mesma não satisfazia às exigências das solicitações de sua finalidade, necessário então se fez a descentralização, o que foi providenciado mediante a implantação de CIRETRAN'S, sendo inauguradas: 1ª CIRETRAN-ES (Colatina), 2ª CIRETRAN-ES (Cachoeiro de Itapemirim) e mais recentemente a 3ª CIRETRAN-ES (Vila Velha).

Essa descentralização, já demonstrou o grande benefício que trouxe aos serviços do DETRAN, principalmente

te em relação aos usuários mas, traz à tona mais uma vez, o problema relacionado a pessoal, por não ter sido instituído em seu Organograma, uma Quadro Efetivo, o que levou à necessidade de se deslocar do Quadro Efetivo da Autarquia, alguns servidores para a lotação das CIRETRAN'S implantadas.

Foi pensamento da Direção Geral, o que inclusive foi submetido a apreciação do Conselho Deliberativo, a implantação de uma CIRETRAN, no Município de Linhares. Contudo, o douto Conselho, usando de bom senso, decidiu acertadamente, que melhor seria aguardar os resultados apresentados pelas CIRETRAN'S já existentes, para melhores estudos, o que possibilitará uma decisão mais acertada.

A Divisão de Licenciamento e Habilitação, à qual são subordinados os serviços de: Habilitação, Supervisão e Controle de Aprendizagem para Conduzir, Exames Médicos e Psicotécnicos e Licenciamento, sob a nova estrutura dada pela Resolução nº 69/75, do Conselho Deliberativo, apresentou resultados a contento, atendendo perfeitamente todas as atividades de sua competência.

O Serviço de Habilitação, realizou até o mês de outubro do ano de 1976, um total de 89 (oitenta e nove) exames para candidatos a motorista, na Capital. Realizou ainda, no interior do Estado, o número de 22 (vinte e dois) exames, Colatina, Alegre, Montanha, Castelo, Nova Venécia, Guaçu, Itapemirim. Um total de 10.292 (dez mil, duzentos e noventa e dois) candidatos, submeteram-se a exames para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, na Capital, tendo sido aprovados, 6.447 (seis mil, quatrocentos e quarenta e sete) candidatos.

O Serviço de Supervisão e Controle de Aprendizagem p/Conduzir, teve inicialmente, preocupação maior em estabelecer normas para a atividade de Representantes de Partes (Despachantes). Isto porque, anteriormente, essa atividade era exercida por pessoas sem uma prévia qualificação, fato que trazia problemas que impediam o normal desenvolvimento das atividades do Setor, inclusive com reflexos nas atuações externas. Normalizada tal situação, que trazia interferência ao próprio serviço interno do Setor, melhores resultados logo se fizeram sentir. Outras exigências feitas ao Serviço, foram oriundas da Resolução nº 504/76, do CONTRAN, que estabeleceu novas normas para registro de Auto-Escolas.

O Serviço de Licenciamento, um dos de maior atividades do Órgão, e que tem dentro de suas competências, perícias de acidentes de trânsito, emplacamento, registros e vistorias de veículos, cadastro de infrações de trânsito, controle de documentos, apresentou resultados positivos. Foram realizados 88.698 (oitenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito) emplacamentos; providenciadas 1.318 (um mil trezentos e dezito) 2ªs vias de certificados de registro de veículos, tendo sido autenticados, um total de 2.715 (dois mil, setecentos e quinze) certificados; 10.922 — multas enviadas para outros Estados; 32.998 — multas enviadas para os Municípios do interior; 44.205 — D A D, expedidos e pagos. Foram realizados, na Capital, 23.400 vistorias e no interior do Estado, 88.768 vistorias. Foram emplacados na Capital, 22.400 (vinte e dois mil e quatrocentos) veículos. Todos estes dados, foram devidamente cadastrados e registrados, para controle de documentos.

Com as instalações das CIRETRAN'S, é de presumir-se que o referido Serviço, venha a apresentar futuramente, resultados melhores, uma vez que, pela descentralização, menor deverá ser o número de solicitações, eliminando a precariedade em que o mesmo vinha sendo prestado, apesar de o DETRAN, no ano em curso, ter dado aos Postos de Emplacamento de Veículos melhores instalações, inclusive em seu mobiliário.

Para melhor desenvolvimento do serviço e, maior comodidade para os usuários, a Direção Geral, além do posto já existente para amplacamento, situado em Bento Ferreira providenciou a instalação de 03 novos postos,

sendo dois em Vitória — Parque Moscoso e outro à Avenida Vitória — e o terceiro, no Município de Cariacica.

O Serviço de Exames Médicos e Psicotécnicos iniciou o exercício de 1976, funcionando precariamente num prédio cujas instalações eram desconfortáveis, tanto para os funcionários, quanto para os usuários. Cabe assinalar, que à época, eram realizados 70 (setenta) exames médicos e psicotécnicos por dia, para motoristas profissionais.

Em março de 1976, dispondo de aparelhos modernos e instalações adequadas ao bom funcionamento o Setor foi transferido para o prédio anexo I da sede do Departamento Estadual de Trânsito. E, em virtude do melhor nível de conforto oferecido, o Setor passou a atender a um número bem maior de candidatos, o que exigiu da Administração, providências no sentido de credenciar novos profissionais técnicos capacitados a prestar um melhor atendimento às partes.

Também com esta finalidade, foi mantido um contato com o Instituto Euvaldo Lodi — IEL, visando ao aproveitamento de estagiários em tarefas, nas áreas de Medicina, Pedagogia e Assistência Social, conforme convênio que fora estabelecido.

A Divisão de Engenharia de Tráfego, também modificada pela nova estrutura do órgão, vem exercendo as atividades, junto aos Serviços e Seções que a compõem, de maneira satisfatória, tendo atualmente, a grande responsabilidade de uma função, que até então, não era exercida diretamente pelo DETRAN e sim, por firma particular, mediante Contrato de Prestação de Serviço. Esta função, é a Manutenção e Instalação de Sinalização Luminosa.

Para tanto, foi inicialmente, constituída uma equipe, a título precário, para que o serviço não tivesse paralisação. Paralelamente, foram remetidos a São Paulo, elementos que foram submetidos a Cursos Especiais e q.e., a seguir, vieram compor a equipe definitiva nesse Setor.

Naturalmente, face ao ocorrido, a Administração teve que investir com as aquisições de equipamentos e peças essenciais à prestação de serviços.

Assim, após a implantação de uma oficina, com pessoal já especializado, o DETRAN passou a sentir mais de perto, a necessidade de se agilizar em relação ao trânsito e, várias providências foram adotadas no sentido de atender à Sinalização Luminosa, procedendo-se mudanças e instalações de novos Semáforos.

O Serviço de Planejamento de Tráfego, procedeu levantamento de toda a Sinalização Vertical no Município de Vila Velha, para posterior implantação da mesma. Também, com a finalidade de se corrigirem deficiências e de se ter com exatidão, a quantidade de placas instaladas na Capital, está sendo procedido um levantamento da sinalização ora existente. Ainda está sendo feito o levantamento do número de hidrantes existentes na Capital, com a finalidade de serem os mesmos, sinalizados, para que se possa evitar o desrespeito dos estacionamento nesses locais.

Mediante contrato com firma particular está sendo providenciada a pintura horizontal de demarcação de tráfego, achando-se concluídos 2.374,79 m².

Foram confeccionados, por setores da Divisão de Engenharia de Tráfego, 50 (cinquenta) croquis relativos a trânsito, sendo incluído nos mesmos, levantamento de sinalização vertical a ser implantada, modificações ocorridas no trânsito, incluindo-se, modificações por ocasião de festejos, levantamento de sinalização luminosa existente, etc.

Está sendo modificado, o sistema de funcionamento

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	24.620.000,		
SALDO DE EXERCÍCIOS			
ANTERIORES	1.920.000,	30.000.000,	39.000.000,
	26.540.000,		

dos semáforos da Av. Jernimo Monteiro, até a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sendo procedida a substituição dos semáforos antigos, por um automático com capacidade de controlar 01 (sete) cruzamentos, aduzido por caixas secundárias. Este automático, irá controlar também, os cruzamentos das avenidas Governador Brey e Princesa Isabel.

DIVISÃO DE TRANSPORTE COLETIVO

A Divisão de Transporte Coletivo, possui pela nova estrutura, o Serviço de Controle Geral, ao qual são subordinadas as seguintes seções: Transportes intermunicipais e semurbanos, Tarifas, Fiscalização de Transporte Coletivo, Cadastro de Rodovias e Controle do Imposto de Passageiros. As principais atividades exercidas pela Divisão podem ser resumidas no seguinte:

Através da Seção de Fiscalização de Transporte Coletivo, foram realizadas estatísticas com a finalidade de verificar as rotas operantes, número de passageiros transportados e a forma de atendimento aos usuários, nas seguintes Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros de caráter semurbanos, Viação Alvorada Ltda., Viação Planeta Ltda., Viação Santa Maria Ltda., Viação Rio Doce Ltda., Viação Serrana Ltda., Viação Penetão Ltda., Viação Formate Ltda. e Viação Água Branca Ltda.

É mantido, pelo corpo de Fiscais, um plantão permanente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para a fiscalização rigorosa nas rodovias, especialmente nos Postos da Polícia Rodoviária Federal, para constatar as eventuais viagens que não estejam devidamente acobertadas.

Acha-se em fase de implantação, o cartão registro para motoristas e trocadores, para afixação no interior de cada coletivo, para o controle permanente e atualizado de todo o pessoal cadastrado, ficando assim, arquivado, um histórico da vida funcional dos mesmos.

A ressaltar que, pela Resolução nº 103/76, do Conselho Deliberativo, foi autorizada a cobrança da taxa de 30%, para fins de vistorias nos ônibus utilizados pelas Empresas Concessionárias e Permissonárias do Órgão, e ainda, que a Divisão de Transporte Coletivo, pela Lei nº 3043/76, em futuro próximo é de ser transferida para a Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes.

A racional execução da programação do Departamento Estadual de Trânsito para o exercício de 1976, com base no esquema financeiro factível, constitui fator importante de confiabilidade no sistema operacional da entidade, principalmente se considerado que os programas a serem executados acompanham em linhas gerais as prioridades da Autarquia, como Órgão disciplinador e fiscalizador dos serviços de trânsito, no âmbito da competência do Estado.

Dessa forma, o esquema de financiamento do plano para o próximo exercício de 1977, tem por base a identificação do dimensionamento das receitas a serem arrecadadas pelos diversos municípios do Estado e cuja análise, fundamenta-se no comportamento de variáveis que possam influir ou condicionar a arrecadação das diferentes categorias econômicas da receita.

Com uma previsão fixada para 1976 no valor de Cr\$ 19.750.000,00, deduzidos o saldo financeiro no valor de Cr\$ 900.000,00 e a receita oriunda de Imposto sobre Transporte Rodoviário de Passageiros, cujo valor previsto para 1976, representa o acumulado de vários exercícios, ter-se-á uma receita total para o efeito de extrapolação, da ordem de Cr\$ 17.400.000,00, o que irá corresponder à seguinte previsão global no próximo triênio:

Esta determinação dos recursos estimados para 1977, tem portanto, por base, o exame das categorias econômicas da receita para 1976, que, conforme pode se observar na demonstração da receita global do DETRAN, neste exercício, o volume de recursos estimados, estão assim distribuídos:

RECEITAS CORRENTES . Cr\$ 19.650.000, ou seja 99,5%
RECEITAS DE CAPITAL . Cr\$ 100.000, ou seja 0,5%

Na categoria das Receitas Correntes, a Receita Tributária atinge a Cr\$ 9.400.000,00 (nove milhões, e quatrocentos mil cruzeiros), representando 47,6% da receita total e sendo portanto, a Receita Básica da Autarquia, através da cobrança de taxas diversas, relativas ao exercício do Poder de Polícia. Nesta Receita está incluída uma nova taxa, referente ao serviço de exames psicotécnicos, cuja média de atendimento obtido de janeiro a julho de 1975 (1.326) de, erá atingir, aproximadamente em 1976, a Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros).

Outra fonte de recursos com que conta o DETRAN para financiar o programa de trabalho para 1976, tem por base a receita classificada como "RECEITAS DIVERSAS".

O produto desta Receita decorre do somatório das receitas de Multas e outras receitas diversas.

As receitas classificadas no código de "Outras Receitas" são decorrentes de: Requerimento geral, Requerimentos para carteira, Certidão de Ocorrência, 2ª Via da Carteira, Serviços de Guincho, Certidão de Prontuário, Regravação de Motor.

Em resumo, portanto esta forma de recursos tem uma participação na receita geral de 24,8%, atingindo uma previsão de Cr\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil cruzeiros).

Quanto ao item "Saldo de Exercício Anterior" somente poderá constituir receita orçamentária, após a determinação das disponibilidades de caixa, no encerramento do exercício e deduzindo-se as obrigações a pagar representadas por contas a pagar, de exercício anterior, dívida flutuante (depósitos e consignações) etc.

Entretanto, considerando-se a não execução total do programa de trabalho previsto para o último trimestre, foi estimado um saldo do exercício da ordem de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros).

No que concerne à categoria econômica da Receita de Capital, a sua pequena significação está representada pela alimentação de Bens e Imóveis, não havendo qualquer previsão relativa a operação de crédito haja vista que deverá haver perfeito equilíbrio dos disponíveis para aplicação no programa de trabalho para 1976.

DISPONÍVEIS — O plano para 1976, apresenta um esquema financeiro que traduz perfeito equilíbrio entre a receita e a despesa, chegando o orçamento a um volume global de recursos da ordem de Cr\$ 19.750.000,00 (dezenove milhões e setecentos e cinquenta mil cruzeiros).

Esse equilíbrio demonstra a excelente posição financeira do esquema de financiamento do plano, notadamente se considerado que, em caráter preliminar, a estimativa de poupança orçamentária (Receitas Correntes — Despesas Correntes), alcança o valor de Cr\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros).

Esse volume de receita, será na execução do plano, liberado para despesa de investimento, propiciando considerável aumento nos dispêndios de Capital, sendo responsável pelo financiamento orçamentário de cerca de 98% (noventa e oito por cento), das despesas de Capital.

Por outro lado, a distribuição programática da despesa, reflete a compatibilização da programação orçamentária para 1976, com prioridade estabelecida no plano em decorrência das Diretrizes Gerais. Assim, maior

ênfase é dada à atuação do DETRAN-ES, em programa que diz respeito ao fortalecimento de infra estrutura básica de controle de segurança do tráfego urbano, mediante execução de atividades e projetos.

— ANEXO VIII

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

Quadro Demonstrativo das Atividades da Divisão de Licenciamento e Habilitação — 1976.

SERVIÇO DE HABILITAÇÃO

Exames de Candidatos a Motorista efetuados no Interior do Estado, até o mês de dezembro.

Município — Data

Linhares — 31 de janeiro e 1º de fevereiro;
Cachoeiro de Itapemirim — 21 e 22 de fevereiro;
Colatina — 13 e 14 de março;
Alegre — 10 e 11 de abril;
Montanha — 24 e 25 de abril;
Cachoeiro de Itapemirim — 07 de maio;
Castelo — 08 e 09 de maio;
Colatina — 28 de maio;
Linhares — 29 e 30 de maio;
Cachoeiro de Itapemirim — 12 e 13 de junho;
Colatina — 09 de julho;
Nova Venécia — 10 e 11 de julho;
Cachoeiro de Itapemirim — 06 de agosto;
Guaçu — 07 e 08 de agosto;
Colatina — 28 e 29 de agosto;
Cachoeiro de Itapemirim — 11 e 12 de setembro;
Colatina — 17 de setembro;
Montanha — 18 e 19 de setembro;
Cachoeiro de Itapemirim — 01 de outubro;
Itapemirim — 02 e 03 de outubro;
Colatina — 15 de outubro;
Nova Venécia — 16 e 17 de outubro;
Colatina — 19 de novembro;
Barra de São Francisco — 20 e 21 de novembro;
Cachoeiro de Itapemirim — 03 de dezembro;
Castelo — 04 e 05 de dezembro;
Colatina — 10 de dezembro;
Linhares — 11 e 12 de dezembro.

OBS:

Nº DE CANDIDATOS

APROVADOS: 4.974
REPROVADOS: 4.178
TOTAL: 9.152

— ANEXO VIII B

Quadro Demonstrativo das atividades da Divisão de Licenciamento e Habilitação — 1976.

Exames de Candidatos a Motorista efetuados em Vitória, no período de 1º de janeiro até a presente data.

Mês — Nº de Candidatos aprovados — Nº de Candidatos Reprovados

Janeiro — 662 — 316;
Fevereiro — 952 — 363;
Março — 831 — 304;
Abril — 916 — 319;
Maio — 1.006 — 368;
Junho — 1.102 — 350;
Julho — 1.102 — 350;
Agosto — 1.000 — 534;
Setembro — 780 — 323;
Outubro — 488 — 230;
Novembro/Dezembro — 768 — 934.
TOTAL: 7.215 — TOTAL: 4779.

— ANEXO IX

Quadro Demonstrativo das Atividades do Serviço de Supervisão e Controle de Aprendizagem — 1976.

Nº de Ordem — Especificação — Total
01 — Emissão de Licença de Aprendizagem — 2.014;
02 — Emissão de Carteira de Instrutor de Escola de Formação de Condutor de Veículos Automotor — 40;
03 — Emissão de Carteira de Representante de Parte — 37;
04 — Emissão de Cart. de Auxiliar de Repres. de Parte;
05 — Vistoria em Veículos de Escola de Formação de Condutor de Veículo Automotor — 6;
06 — Reunião com Componentes de Auto Escola — 9;
07 — Vistoria em Auto Escola — 2;
08 — Planejamento junto ao SENAC, p/realização de Curso de Examinadores de Trânsito, Diretores e Instrutores de Auto Escola de Formação de Condutores de Veículos Automotores, está tendo continuidade, tendo atualmente 9 desistências, contando o Curso com um total de 58 alunos;
09 — Elaboração de bateria de testes a serem implantados nas provas de Legislação de Trânsito;
10 — Dia 23/11, implantação dos testes de Legislação de Trânsito;
11 — Elaboração e Fiscalização quanto a confecção das Placas de Sinalização na Capital e Interior;
12 — Fiscalização quanto ao cumprimento da tabela de preços apresentada pela Associação das Autos Escolas;
13 — Sindicância no Interior por determinação de I.S.;
14 — Foram efetuados 2 vistorias nas Escolas de Formação de Condutores de Veículos Automotores: João Neiva e Juparanã, para fins de registro;
15 — O Curso de Examinadores de Trânsito, Diretores e Instrutores das Escolas de Formação de Condutores de Veículos Automotores, está tendo continuidade, tendo atualmente 9 desistências contando o Curso com um total de 58 alunos;
16 — Número de candidatos apresentados para exame de Legislação de Trânsito na Grande Vitória: 622, sendo 314 aprovados e 308 reprovados;
17 — No Interior 718 candidatos, sendo 366 aprovados e 352 reprovados;
18 — Confecção de Mapas Estatísticos, quanto ao índice de reprovação das Escolas de Formação de Condutores de Veículos Automotores.

— ANEXO X B

Quadro Demonstrativo das Atividades do Serviço de Exame médico e Psicotécnico — 1976.

EXAMES MEDICOS EFETUADOS EM VITÓRIA-ES

Meses — Total
Janeiro — 2.006;
Fevereiro — 2.142;
Março — 1.809;
Abril — 1.977;
Maio — 2.028;
Junho — 2.004;
Julho — 2.099;
Agosto — 1.867;
Setembro — 1.232;
Outubro — 697;
Novembro — 1.293;
Dezembro — 1.737.

EXAMES MÉDICOS EFETUADOS EM COLATINA-ES

Meses — Total
Janeiro — Dado não computado;
Fevereiro — 126;
Março — 536;
Abril — 236;
Maio — 494;
Junho — 263;
Julho — 448;
Agosto — 289;
Setembro — 324;
Outubro — 535;
Novembro — 460;
Dezembro — 1.046.

— ANEXO X B

Quadro Demonstrativo das Atividades do Serviço de Exame médico e Psicotécnico — 1976.

EXAMES MEDICOS EFETUADOS EM CACHOEIRO ITAPEMIRIM-ES

Meses — Total
Janeiro — 109;
Fevereiro — 404;

Março — 131;

Abril — 475;

Maio — 568;

Junho — 305;

Julho — 266;

Agosto — 476;

Setembro — 432;

Outubro — 390;

Novembro — 652;

Dezembro — 652.

EXAMES PSICOTÉCNICOS EFETUADOS EM VITÓRIA-ES

Meses — Total

Janeiro — 1.451;

Fevereiro — 1.334;

Março — 1.261;

Abril — 1.159;

Maio — 1.319;

Junho — 1.222;

Julho — 1.190;

Agosto — 1.333;

Setembro — 1.296;

Outubro — 1.353;

Novembro — 1.547;

Dezembro — 1.642.

— ANEXO X C

Quadro Demonstrativo das Atividades do Serviço de
Exame Médico e Psicotécnico — 1976.

EXAMES PSICOTÉCNICOS EFETUADOS EM CA- CHOEIRO DE ITAPEMIRIM MUNICIPIO DO ESPIRITO SANTO

Meses — Total

Janeiro —

Fevereiro —

Março —

Abril —

Maio —

Junho —

Julho —

Agosto — 131;

Setembro — 422;

Outubro —

Novembro — 406;

Dezembro — 571.

EXAMES PSICOTÉCNICOS EFETUADOS EM COLATINA-ES

Meses — Total

Janeiro —

Fevereiro —

Março —

Abril —

Maio —

Junho —

Julho —

Agosto — 172;

Setembro — 315;

Outubro — 361;

Novembro —

Dezembro —.

Cr\$ 1,00

— ANEXO XI

SINALIZAÇÃO LUMINOSA — IMPLANTAÇÃO E REMOÇÃO

Nº de Ordem — Local — Nº de Semáforos

01 — Rua Magno Coutinho c/Av. Roberto Kenne-
dy — 4;

02 — Rua Ponte Nova c/Av. Robert Kennedy — 1;

03 — Av. Beira Rio — Cachoeiro de Itapemirim —
IMPLANT. — 3;

04 — Santa Mônica c/Aribiri — 1;

05 — Av. Princesa Isabel c/Aristides Campos — RE-
MOÇÃO — 1;

IMPLANT. — 4;

06 — Praça de Jucutuquara — 1;

07 — Av. Vitória — Próximo ao Salesiano — 1;

08 — Rua Espírito Santo c/José Sertá (Jardim Amé-
rica — 4;

09 — Av. Fernando Ferrari c/Trevo do Campus — 6;

10 — Rodovia Carlos Lindemberg c/Valério Coser
— 1;

11 — Rua Luciano das Neves c/Castelo Branco — 3.

— ANEXO XIII

Quadro Demonstrativo de Sinalização Implantada em 1976 Na G. Vitória.

Nº de Ordem	Especificação	Total
01	Proibido Estacionar	73 placas;
02	Proibido Estacionar entre Faixas	9 placas;
03	Proibido Parar e Estacionar	29 placas;
04	Sentido Proibido	16 placas;
05	Proibido Virar a Esquerda	37 placas;
06	Proibido Virar a Direita	23 placas;
07	Vire a Direita	3 placas;
08	Vire a Esquerda	1 placa;
09	Sentido Obrigatório	16 placas;
10	Passagem Obrigatória	8 placas;
11	Mão Dupla	21 placas;
12	Proibido Retornar	2 placas;
13	Estacionamento Regulamentado	4 placas;
14	Siga Em Frente ou a Direita	6 placas;
15	Siga Em Frente ou a Esquerda	5 placas;
16	Parada Obrigatória	20 placas;
17	Área Escolar	17 placas;
18	Velocidade Máxima Permitida — 20 KM	2 placas;
19	Velocidade Máxima Permitida — 30 KM	5 placas;
20	Velocidade Máxima Permitida — 40 Km	14 placas;
21	Velocidade Máxima Permitida — 60 KM	7 placas;
22	Saliência ou Lombaça	4 placas;
23	Estreitamento de Pista	1 placa;
24	Carga e Descarga	24 placas;
25	Passagem Protegida Para Pedestre	1 placa;
26	Carga e Descarga	24 placas;
27	Área de Segurança	12 placas;
28	Área Militar	2 placas;
29	Ponto de Parada	32 placas;
30	Semáforos a 200 m	2 placas;
31	Placa Pronto Socorro	1 placa;
32	Placas de Advertência	19 placas.

— ANEXO XIV

Atividades do Setor de Análise e Estatística — Janeiro a Dezembro de 1976.

Levantamento de acidentes verificados na Grande Vitória, conforme ocorrências registradas pelos Postos DR-1 e DR-2 — Boletins fornecidos pela 1ª Cia. de Trânsito da PMES.

ACIDENTES REGISTRADOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1976

Tipo de Veículo — Número de Veículo

Caminhão — 424;

Coletivo — 679

Particular — 2.934

Taxi — 151

Oficial — 108

Outro Estado — 304

Diversos — 57

Não Identificados — 22.

Número de Vítimas Fatais — 63 — Número de Vítimas não Fatais — 1.594

Dia da semana com maior número de acidentes

Domingo — 330

Segunda — 465

Terça — 336

Quarta — 346

Quinta — 338

Sexta — 363

Sábado — 390.

— ANEXO XIV B

DISTRIBUIÇÃO DOS ACIDENTES

Tipo e número de Acidentes

Abaloamento — 1.741

Choque em Objeto Fixo — 102

Atropelamento — 292

Capotamento e Derrapagem — 47

Outros Tipos — 88.

Principais Causas dos Acidentes

— Falta total de atenção e cautela

— Excesso de velocidade

— Motorista alcoolizados.

Locais onde ocorrem maior índice de Acidentes

Rod. Carlos Lindemberg — Semáforo da Pepsi-Cola e toda extensão

Antonio Gil Veloso e Av. Champagnat, mais precisamente Curva do Guruçá

Av. Vitória — Frente ao Salesiano e Curva do Sal-danha.

— ANEXO XV

Quadro Demonstrativo das Atividades da 1ª Ciretran, do Município de Colatina-ES, durante o período de abril (Inauguração) até 31 de dezembro de 1976.

Nº de Ordem — Especificação — Total

- 01 — Emissão de 1ªs. vias de CNHs - Amador — 664;
- 02 — Emissão de 1ªs. vias de CNHs - Profissional — 614;
- 03 — Emissão de 2ªs. vias de CNHs-Amador — 500;
- 04 — Emissão de 2ªs. vias de CNHs - Profissional — 787;
- 05 — CNHs de outros Estados registradas e expedidas na 1ª CIRETRAN — 024;
- 06 — Pedidos de Averbção de Carteiras — 018;
- 07 — CNHs apreendida por psicotécnico vencido — 003;
- 08 — CNH com exame médico vencido — 001.

— ANEXO XVI

Quadro Demonstrativo das Atividades da 2ª CIRETRAN, do Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, durante o período de abril (Inauguração) até 31 de dezembro de 1976.

Nº de Ordem — Especificação — Total

- 01 — Emissão de 1ªs. vias de CNH — 1.086;
- 02 — Emissão de 2ªs. vias de CNH — 1.588;
- 03 — CNHs Inutilizadas — 193;
- 04 — CNHs Utilizadas — 2.867.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

A CEDEC/ES criada pela Lei n. 2929, de 06.08.74, somente no ano de 1975 foi efetivamente implantada.

Subordinada ao Gabinete do Sr. Governador do Estado, foi, pela Lei n. 3043, de 31-12-75 — art. 120 — posicionada dentro da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Entretanto, tendo em vista a não publicação do Regulamento da referida Secretaria, ainda continua a administração ditada pela Lei n. 2929.

Conquanto conte com poucos meses de existência não tenha, ainda, adquirido um razoável cabedal de experiências que só o tempo e o desempenho de encarregados proporcionam, a CEDEC executou um trabalho bastante proveitoso no decorrer de 1976, quando, em diversas ocasiões manteve contatos com o GEACAP (Grupo Especial para Assuntos de Calamidade Pública) do Ministério do Interior e com a Coordenação da Área Subordinada daquele Grupo Especial.

Para uma avaliação mais objetiva das realizações da CEDEC, menciona-se a seguir sua presença nos municípios e locais onde se fez imprescindível sua atuação:

- a) — nos municípios de Ecoporanga e Barra de São Francisco, atingido por fortes chuvas na noite do dia 06 de fevereiro;
 - b) — bairro Guadalajara, na Ilha das Caneleiras, na Capital, assolado por fortes chuvas na tarde de 30 de abril;
 - c) — distrito de Cristalino, município de Nova Venécia Capital, por violentas chuvas no dia 13 de maio;
 - d) — Santa Maria, distrito de Araguaia, no Município de Domingos Martins, assolado por chuvas de granizo na tarde do dia 22 de setembro;
 - e) — bairro Monte Belo, nesta Capital, atingido por violentas chuvas na manhã do dia 30 de setembro;
 - f) — município de Ecoporanga, assolado por chuvas continuadas, agravando a situação no dia 15 de novembro;
 - g) — município de Itaguaçu, assolado por fortes chuvas no período de 16 a 20 de novembro;
 - h) — distrito de Bananal, município de Linhares, atingido por fortes chuvas no dia 17 de novembro;
 - i) — município de Linhares (sede), atingido por chuvas continuadas de 22 a 24 de novembro;
 - j) — distrito de Vila Nova do Bananal e Sede do município de Baixo Guandu, atingidos por fortes chuvas nos dias 06 para 07 e 08 para 09 de dezembro;
 - l) — município de Itarana, atingido por violentas chuvas no dia 07 de dezembro;
 - m) — interior e sede do município de Santa Teresinha, assolados por chuvas violentas no dia 10 de dezembro.
- Devem ser, também, objeto de referência a participação do órgão no 1º Simpósio Mineiro sobre Defesa Civil realizado em Belo Horizonte, no período de 13 a 15 de setembro e a Campanha Educativa que vem sendo realizada com o propósito de conscientizar as populações interioranas para os problemas de Defesa Civil ao mesmo tempo, criando junto às Prefeituras um órgão a fim, denominado COMDEC — Coordenação Municipal de Defesa Civil.



